**Universidade Federal Fluminense**
**Instituto de Ciências Humanas e Filosofia**
**Programa de Pós-Graduação em História Social**

# *A economia dos negros livres no Rio de Janeiro e Richmond, 1840-1860*

**CARLOS EDUARDO VALENCIA VILLA**

**Niterói, Rio de Janeiro,**
**Março de 2012**

CARLOS EDUARDO VALENCIA VILLA

# *A economia dos negros livres no Rio de Janeiro e Richmond, 1840-1860*

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social oferecido pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de doutor.

Setor: História Contemporânea I
Orientador: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Niterói, Rio de Janeiro,
Março de 2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

V152 Valencia Villa, Carlos Eduardo.
A economia dos negros livres no Rio de Janeiro e Richmond, 1840-1860 / Carlos Eduardo Valencia Villa. – 2012.
374 f. ; il.
Orientador: Carlos Gabriel Guimarães.
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
Bibliografia: f. 304-318.

1. História da América. 2. História da América Latina. 3. Economia; aspecto histórico. 4. Século XIX. 5. Escravo liberto; aspecto histórico. I. Guimarães, Carlos Gabriel. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 326

CARLOS EDUARDO VALENCIA VILLA

*A economia dos negros livres no Rio de Janeiro e Richmond, 1840-1860*

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social oferecido pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor.

Setor: História Contemporânea I

Aprovada em 29/03/2012

---

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (UFF) -Orientador

---

Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva (UFF) -Arguidor

---

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueról (UnB) -Arguidor

---

Prof. Dr. Angelo Carrara (UFJF) -Arguidor

---

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho (UFMG) -Arguidor

Niterói, Rio de Janeiro, Março de 2012

*Ah, é um erro doloroso e crasso aquela distinção que os revolucionários estabelecem entre burgueses e o povo, ou fidalgos e povo, ou governantes e governados. A distinção é entre adaptados e inadaptados: o mais é literatura, e má literatura. O mendigo, se é adaptado, pode amanhã ser rei, porém perdeu com isso a virtude de ser mendigo. Passou a fonteira e perdeu a nacionalidade.*

*Isso me consola neste escritório estreito, cujas janelas, mal lavadas dão sobre uma rua sem alegria.*

Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego. Composto por Bernardo Soares*. Trecho 274

# Resumo

Richmond no Estado da Virgínia nos Estados Unidos e o Rio de Janeiro no Brasil foram cidades que tiveram um forte incremento demográfico na primeira metade do século XIX. Esse incremento esteve ancorado na expansão econômica derivada das suas características de portos atlânticos pelos que se exportavam mercadorias agrícolas com algum valor agregado na manufatura e que eram produzidas nas regiões vizinhas das cidades. Essa produção tinha como fator fundamental o trabalho escravo que foi predominante tanto no setor rural quanto no urbano por várias décadas e chegou a seu ápice na metade do século.

Grande parcela da população cativa urbana trabalhava para empregadores diferentes de seus senhores ou trabalhavam de forma autônoma sem supervisão permanente, em outras palavras o mercado de trabalho destas cidades estava formado pela compra e venda de escravos e pelo fornecimento e procura de trabalhadores, livres ou cativos, para contratar.

Esta tese estuda a atividade econômica dos negros livres nestes contextos de expansão econômica e de consolidação desse tipo de mercados de trabalho. Para entender essa atividade se procura conhecer os vínculos entre ela e o ritmo econômico das cidades. Para atingir esse objetivo o texto tem cinco capítulos, o primeiro explica o contexto geral das duas cidades e os outros quatro estudam cada um dos ciclos econômicos: 1840-1846, 1847-1850, 1851-1856 e 1857-1860.

As fontes para conhecer a atividade econômica foram aquelas que permitiram a construção de séries históricas, por exemplo: anúncios de jornal, escrituras registradas em cartórios, censos e pagamentos de impostos. Além disso, foram usados métodos quantitativos e de geoprocessamento.

# Abstract

Richmond in Virginia in the United States and Rio de Janeiro in Brazil were cities that presented a strong population growth in the first half of the nineteenth century. This increase was based on the economic expansion derived from Atlantic´s characteristics ports by exporting agricultural commodities with little value added in manufacturing and that were produced in the hinterlands of the cities. A critical factor of production was slave labor, which was predominantly both in rural as in urban areas for several decades and peaked in mid-century.

The urban slave population faced the possibility of being hired out by their masters or their work independently without constant supervision, in other words, the labor market of these cities was composed of purchase and sale of slaves and of supply and demand to hire workers, free or slaves.

This thesis studies the economic activity of free blacks in these contexts of economic expansion and consolidation of this type of labor markets. To understand this activity is necessary to know the links between it and the economic performance of cities. In order to achieve this goal, the text is divided into five chapters: the first explains the general context of the two cities and the other four study each one of the economic cycles: 1840-1846, 1847-1850, 1851-1856 and 1857-1860.

The sources for the economic activity research were those that allowed the construction of historical series. For example there were used: newspaper ads, notary deeds, census and tax records. In addition, GIS and Quantitative Methods were used.

# Sumário

Agradecimentos....10

Lista de ilustrações....13

Lista de gráficos....15

Introdução....18

1. Os Vaivéns nos Portos....43

1.1 O ir e o voltar, o subir e o descer da economia na cidade....43

1.2 A cidade e os pretos....56

1.3 A população na urbe....63

1.4 Propriedades dos negros livres....72

1.5 O lugar das cidades na nação....81

2. Na Esquina ou na Metade do Quarteirão: Os negócios no começo....86

2.1 Localizar os negros livres da cidade....86

2.2 Na procura de trabalho....92

2.3 Inflação, alimentação e salário, dá para se manter?....107

2.4 Negócio de negro....116

2.5 As mercadorias do patrimônio negro....128

2.6 Em conclusão, o inicio do período....133

3. Ainda na Freguesia e no Bairro: A Vida Econômica na Metade do Século....136

3.1 A chegada do recenseador....136

3.2 Um contexto flutuante....145

3.3 Navegar no interior do porto....158

3.4 A rede num cenário flutuante....171

4. Além dessas Mesmas Ruas: A Expansão Econômica no Começo da Década de 1850.....186

4.1 Mais que o Atlântico.....186

4.2 Trabalhar não só para viver, também para acumular.....200

4.3 Circulando por ai .....211

4.4 Ritmo e ajuste à melodia.....222

5. A Estrada que Virou Beco: Os Problemas Econômicos no Final da Década de 1850.....242

5.1 A cidade na crise.....242

5.2 Mercado de trabalho que se consolida .....254

5.3 Negócios para enfrentar os tempos ruins .....264

5.4 Subir a ladeira com o patrimônio nas costas.....276

CONCLUSÕES.....287

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....304

ANEXO.....319

# Agradecimentos

Esta pesquisa foi feita no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense e devo agradecer aos funcionários, estudantes e professores pelo acolhimento. No Programa recebi bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES que permitiu a minha dedicação exclusiva para esta pesquisa. Uma das viagens para Richmond foi possível pela bolsa que me concedeu a Virginia Historial Society -VHS e por esses financiamentos lhes sou grato.

Meu orientador na Universidade Federal Fluminense foi o professor Dr. Carlos Gabriel Guimarães que foi extremadamente dedicado e eficiente no seu labor. Meu coorientador foi o professor Dr. Roquinaldo Ferreira da Universidade da Virgínia que também foi muito generoso com seu tempo e dedicação para que esta pesquisa fosse realizada. Da Universidade da Virgínia também devo agradecer aos professores do departamento de história pela hospitalidade.

A pesquisa de arquivo para o Rio de Janeiro foi feita na Associação Comercial do Rio de Janeiro, na Biblioteca Viver Cidades, no Arquivo Nacional do Brasil e na Biblioteca Nacional do Brasil. Quero agradecer e sobretudo reconhecer o esforço dos funcionários das bibliotecas da Associação Comercial e de Viver Cidades por manter em funcionamento suas instituições, sem o valioso trabalho deles esta pesquisa não teria sido concluída.

As fontes para Richmond foram pesquisadas na seção de Coleções Especias da Biblioteca da Universidade da Virgínia em Charlottesville, na Biblioteca da Virgínia e na Virginia Historial Society em Richmond. Sou grato aos funcionários dessas instituições pela ajuda brindada, em especial quero agradecer a Katherine Wilkins da VHS..

Para a construção dos mapas foi essencial a colaboração de Ingrid del Pozo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e de Robert Vernon da Central Virginia History Researchers. Eles dois são exemplos constantes da generosidade que deveria reinar no trabalho acadêmico.

Também quero agradecer a meus colegas do Programa de História da Universidade Federal Fluminense em Campos, especialmente a os professores Dr. Walter Pereira e o Dr. Márcio Soares que

colaboraram para que o último semestre de meu doutorado transcorresse com a normalidade necessária para conseguir fechar esta pesquisa.

Os membros da banca de qualificação, os professores Dr. Pedro Carvalho de Mello da Universidade de São Paulo e o Dr. Luiz Paulo Nogueról da Universidade de Brasília, leram com atenção os manuscritos e sugeriram elementos importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. O professor Nogueról também foi o leitor externo à UFF do material que representava as três quartas partes deste texto e de novo seus comentários foram acertados e pertinentes.

A banca da defesa desta tese esteve formada pelos professores Dr. Angelo Carrara da Universidade Federal de Juiz de Fora, o Dr. Luiz Fernando Saraiva da Universidade Federal Fluminense, o Dr. Tarcísio Botelho da Universidade Federal de Minas Gerais e o Dr. Luiz Paulo Nogueról da Universidade de Brasília. Além de meu orientador o Dr. Carlos Gabriel Guimarães. Todos eles fizeram uma leitura cuidadosa e suas observações foram inteligentes e pertinentes demonstrando a vitalidade da *jovem geração* de historiadores econômicos brasileiros. Pelos comentários lhes sou muito grato, mas, sobretudo quero agradecer pela alegre, interessante e estimulante tarde de trabalho que tivemos durante a defesa. Foi um prazer estar nessa mesa.

Por último agradeço a todos os amigos que ajudaram, facilitaram e alegraram minha vida nestes quatro anos de trabalho, sem a amizade deles todo teria sido ainda mais difícil, em especial devo um forte abraço para meus amigos com quem joguei rugby nestes anos e especialmente o time da Universidade Federal Fluminense e a o Flávio Bolliger pela camaradagem. Jogar com eles foi fundamental para esta pesquisa. Também quero agradecer aos amigos estrangeiros que moram no Rio de Janeiro, a companhia deles foi o ar fresco necessário para o trabalho cotidiano.

Todos os que acompanharam esta pesquisa, de longe ou de perto, sabem que ela só foi possível pelo amor, paciência e inteligência de Ana Marcela Ardila Pinto, portanto meu agradecimento a ela é infinito.


Richmond
Rio de Janeiro
© 2012 Cnes/Spot Image

# Lista de Ilustrações

Ilustração 1.1: Rio de Janeiro, 1831 ..... 68

Ilustração 1.2: Rio de Janeiro, 1867 ..... 68

Ilustracão 1.3: Richmond, 1831 ..... 70

Ilustração 1.4 Richmond, 1862 ..... 71

Ilustração 2.1: Localização dos negros livres em Richmond, 1845 ..... 88

Ilustração 2.2: Localização dos negros livres do Rio de Janeiro, 1840 e 1846 ..... 90

Ilustração 2.3: Oferta de trabalhadores no Rio de Janeiro, 1840 e 1846 ..... 93

Ilustração 2.4: Procedência da oferta de escravos em Richmond, 1840 e 1846 ..... 96

Ilustração 2.5: Localização dos agentes das escrituras do quartil inferior. Rio de Janeiro, 1840-1846 ..... 122

Ilustração 2.6: Localização dos agentes das escrituras com negros livres. Richmond, 1840-1846 ..... 126

Ilustração 3.1: Localização dos negros livres em Richmond, 1850 ..... 141

Ilustração 3.2: Localização dos negros livres do Rio de Janeiro, 1850 ..... 142

Ilustração 3.3: Procedência da oferta de escravos em Richmond, 1850 ..... 146

Ilustração 3.4: Localização dos outorgantes de escrituras. Richmond, 1847-1850 ..... 172

Ilustração 3.5: Localização dos outorgados de escrituras. Richmond, 1847-1850 ..... 173

Ilustração 3.6: Localização dos destinatários das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1847-1850 ..... 174

Ilustração 3.7: Localização dos fornecedores das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1847-1850 ..... 176

Ilustração 3.8: Localização da oferta de trabalho no Rio de Janeiro, 1850 ..... 177

Ilustração 3.9: Quantidade de indivíduos por família dos negros livres. Richmond 1850 ..... 184

Ilustração 3.10: Relação espacial entre as densidades familiares e o pagamento de impostos pessoais pelos negros livres. Richmond, 1850 ..... 185

Ilustração 4.1: Procedência da oferta de escravos em Richmond, 1856.....194
Ilustração 4.2: Localização da oferta de trabalho no Rio de Janeiro, 1856.....195
Ilustração 4.3: Localização dos fornecedores das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1851-1856 ..... 212
Ilustração 4.4: Localização dos destinatários das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1851-1856 ..... 214
Ilustração 4.5: Localização dos negros livres do Rio de Janeiro, 1856.....216
Ilustração 4.6: Localização dos negros livres em Richmond, 1852.....217
Ilustração 4.7: Localização dos outorgantes de escrituras. Richmond, 1851-1856.....219
Ilustração 4.8: Localização dos outorgados de escrituras. Richmond, 1851-1856.....220
Ilustração 4.9: Localização do pagamento em impostos pessoais. Negros livres, Richmond, 1851-1856 ..... .239

Ilustração 5.1: Procedência da oferta de escravos em Richmond, 1860.....257
Ilustração 5.2: Localização da oferta de trabalho no Rio de Janeiro, 1860.....259
Ilustração 5.3: Localização dos destinatários das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1857-1860 ..... .273
Ilustração 5.4: Ubicação dos fornecedores das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1857-1860…275
Ilustração 5.5: Localização dos negros livres do Rio de Janeiro, 1860.....277
Ilustração 5.6: Localização dos negros livres em Richmond, 1860.....278

# Lista de Gráficos

Gráfico 1.1: Exportações de Fumo. Richmond, 1845-1860 (anos selecionados).....45

Gráfico 1.2: Exportações. Rio de Janeiro, 1844-1860.....46

Gráfico 1.3: Tendência do Papel-moeda em poder do público. Brasil e Estados Unidos 1840-1860.....51

Gráfico 1.4: Tendência dos preços nominais. Rio de Janeiro, 1838-1862.....53

Gráfica 1.5: Tendências dos preços nominais. Richmond, 1840-1860.....54

Gráfico 1.6: População total de Richmond, 1820-1860.....64

Gráfico 1.7: Participação relativa da população negra e mulata no total da população. Rio de Janeiro e Richmond, 1820-1870.....65

Gráfico 1.8: População total do Rio de Janeiro, 1823-1872.....66

Gráfico 1.9: Total de escrituras cartoriais. Primeiro oficio de notas. Rio de Janeiro, 1840-1860.....77

Gráfico 1.10: Arrecadação de impostos pessoais. Richmond, 1840-1860.....79

Gráfico 2.1: Tendências do mercado de trabalho. Richmond, 1840 e 1846.....97

Gráfico 2.2: Tendências do mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 1840 e 1846.....99

Gráfico 2.3: Composição do mercado de trabalho por meses. Rio de Janeiro, 1840 e 1846.....103

Gráfico 2.4: Alfândega do Rio de Janeiro. Trimestres 1840-1846.....104

Gráfico 2.5: Barcas a vapor no rio Kanawha. Richmond-Charleston, 1841-1843.....106

Gráfico 2.6: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Rio de Janeiro, 1840 e 1846.....109

Gráfico 2.7: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Richmond, 1840 e 1846.....112

Gráfico 2.8: Total arrecado em impostos pessoais dos negros livres. Richmond, 1840-1846.....117

Gráfico 2.9: Valor total das escrituras do quartil inferior de negócios. Rio de Janeiro, 1840-1846.....120

Gráfico 3.1: Total de ativos e de notas em circulação dos bancos em Richmond, 1840-1850 (anos selecionados).....149

Gráfico 3.2: Preços das variedades de fumo em Richmond, 1850.....151

Gráfico 3.3: Anúncios do mercado de trabalho. Richmond, 1850.....152

Gráfico 3.4: Anúncios no mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 1850.....154
Gráfico 3.5: Arrecadação do município da corte. Rio de Janeiro, 1850.....155
Gráfico 3.6: Total arrecadado em impostos pessoais dos negros livres. Richmond, 1847-1850.....160
Gráfico 3.7: Valor total das escrituras do quartil inferior de negócios. Rio de Janeiro, 1847-1850.....166
Gráfico 3.8: Proporção do tipo de negócios do quartil inferior das escrituras por valor dos negócios. Rio de Janeiro, 1847-1850.....167
Gráfico 3.9: Proporção do tipo de negócios de negros livres por quantidade de escrituras. Richmond, 1846-1850.....168
Gráfico 3.10: Composição do mercado de trabalho por meses. Rio de Janeiro, 1850.....179
Gráfico 3.11: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Richmond, 1850.....181
Gráfico 3.12: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Rio de Janeiro, 1850.....182

Gráfico 4.1: Preço dos escravos. Rio de Janeiro e Richmond 1849-1856.....190
Gráfico 4.2: Preços das variedades de fumo em Richmond, 1856.....192
Gráfico 4.3: Alfândega do Rio de Janeiro. 1840, 1845, 1850-1856.....193
Gráfico 4.4: Tendências do mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 1856.....196
Gráfico 4.5: Anúncios do mercado de trabalho. Richmond, 1856.....198
Gráfico 4.6: Composição do mercado de trabalho por meses. Rio de Janeiro, 1856.....201
Gráfico 4.7: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Rio de Janeiro, 1856.....203
Gráfico 4.8: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Richmond, 1856.....205
Gráfico 4.9: Valor e porcentagem dos objetos domésticos dos negros livres. Richmond, 1851-1856.....207
Gráfico 4.10: Valor total das escrituras do quartil inferior de negócios. Rio de Janeiro, 1851-1856.....210
Gráfico 4.11: Quantidade e valor dos escravos dos negros livres. Richmond, 1851-1856.....222
Gráfico 4.12: Valor do tipo de patrimônio dos negros livres. Richmond, 1851-1856.....225
Gráfico 4.13: Valores totais negociados segundo o tipo de transação. Rio de Janeiro, 1840-1856.....226
Gráfico 4.14: Proporção do tipo de negócios do quartil inferior das escrituras por valor dos negócios. Rio de Janeiro, 1851-1856.....230
Gráfico 4.15: Tendências dos índices de preços das ações bancárias. Rio de Janeiro e Richmond, 1851-

1856..... 234

Gráfico 4.16: Total arrecadado em impostos pessoais dos negros livres. Richmond, 1851-1856.....237

Gráfico 5.1: Preço das ações dos bancos do Brasil e Rural e Hipotecário. 1857-1860.....246

Gráfico 5.2: Preços das ações do Exchange Bank, Farmers´ Bank e Virginia Bank. 1857-1859.....247

Gráfico 5.3: Índice de preços das ações bancárias no Rio de Janeiro e Richmond. 1857-1860.....248

Gráfico 5.4: Exportações de farinha de trigo. Richmond, 1854-1859.....249

Gráfico 5.5: Alfândega do Rio de Janeiro, 1860..... 252

Gráfico 5.6: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Rio de Janeiro, 1860.....253

Gráfico 5.7: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Richmond, 1860.....253

Gráfico 5.8: Anúncios do mercado de trabalho. Richmond, 1860.....256

Gráfico 5.9: Tendências do mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 1860.....260

Gráfico 5.10: Composição do mercado de trabalho por meses. Rio de Janeiro, 1860.....264

Gráfico 5.11: Valor total das escrituras do quartil inferior de negócios. Rio de Janeiro, 1857-1860.....268

Gráfico 5.12: Proporção do tipo de negócios do quartil inferior das escrituras por valor dos negócios. Rio de Janeiro, 1857-1860..... 270

Gráfico 5.13: Total arrecadado e total de contribuintes negros livres. Richmond 1857-1860.....279

Gráfico 5.14: Total e média do patrimônio pessoal dos negros livres. Richmond, 1857-1860.....280

Gráfico 5.15: Valor e porcentagem dos objetos domésticos dos negros livres. Richmond, 1857-1860….282

Gráfico 5.16: Valor do tipo de patrimônio dos negros livres. Richmond, 1857-1860.....284

# INTRODUÇÃO

Uma comidinha quente numa tarde fria evoca sentimentos aconchegantes e revigorantes, pois nos remete a situações confortantes como uma pausa no trabalho ou a oportunidade para bater um papo ou, simplesmente, o momento de se aquecer e de repôr as energias. Muitas imagens de gravuras, aquarelas e pinturas do século XIX mostram essas cenas nas cidades, e, ao mesmo tempo, retratam os espaços de sociabilidade e interação dos individuos no meio de uma rua num momento de descanso[1].

Em várias dessas imagens, os representados eram trabalhadores que recebiam de mulheres negras alguma *comidinha* que elas haviam preparado, e eram esses pratos que ocupavam o centro das ilustrações com os indivíduos ficando ao lado, como fazendo um tipo de reverência à comida que lhes era entregue. Pelas roupas de alguns dos protagonistas dessas imagens podemos pensar que estas foram produtos de um pintor em qualquer uma das cidades escravistas americanas do Oitocentos. Nelas, geralmente, se representava um momento cotidiano e corriqueiro que, dificilmente, causaria estranheza aos habitantes das urbes daquela época, não só porque se esboçassem uma venda de comida quanto porque os indivíduos desse tipo de cidades estivessem acostumados a encontrar negros vendendo produtos ou serviços.

A maior parte da freguesia dos negócios representados nas imagens não sabia muito bem se os negros que lhes atendiam eram escravos ou livres, e se o dinheiro que ganhavam com essas vendas ficava nos seus bolsos ou ia parar nas mãos dos seus senhores; e, no caso de se interessar por essas coisas, seria mais para exercitar a velha arte da fofoca ou porque o indivíduo atrás da panela era conhecido e, portanto, a sua vida poderia ser de algum interesse específico para o cliente.

Mas, em geral, poucos se interessavam pelos trocadinhos que os negros ganhavam nas ruas. Na verdade, uma grande parcela da sociedade da época não achava que isso fosse importante, nem para a economia das cidades nem para o funcionamento da sociedade, pois, embora aquelas moedinhas ajudassem a melhorar as finanças dos indivíduos, se supunha que estes ganhassem seu pão de cada dia como escravos, recebendo de seus senhores ou como operários assalariados.

1 Por exemplo, duas dessas imagens são: "Selling Hot Corn on the Street" que apareceu em *Harper's Weekly*, 12 de setembro de 1868. Citado por: (Boydston 1986) e Debret, "Negras Vendedoras de Angu" 1834-1839. Disponível em: http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/images/imagem-2msn.gif

Na época se sabia que alguns negros não se encaixavam nesse modelo, pois não eram nem escravos, nem operários. Eram os negros que haviam acumulado algum dinheiro, podiam viver de suas economias ou do exercício de suas profissões e, portanto, eram também exceções. Entretanto, a grande maioria eram pobres que dificilmente superavam o nível mínimo para sobreviver e quase todos achavam que financeiramente suas vidas eram simples, embora pudessem ser aflitas.

Neste sentido, achar um negro como Mingo Jas. em Richmond, na Virgínia, nos Estados Unidos em 1853 não era normal, pois ele não era um negro bem estabelecido na cidade, mas também não era parte da grande maioria de pobres sem muitos recursos. O que chamou a nossa atenção foi que no seu patrimônio constava 2,89 dólares, que recebera de dividendos nesse ano pelo investimento em papéis de dívida pública, porque, de algum jeito ele comprara ou recebera apólices e, portanto, era credor do Erário[2]. Repitamos que ele não era da elite dos negros da cidade e a sua imagem não correspondia com aquela que todos conhecemos sobre os credores do Estado no século XIX (Costeloe 2007).

A composição do portfólio de Mingo Jas. em Richmond, na década de 1850, não era normal e, como discutiremos durante o desenvolvimento dos capítulos, a grande maioria dos negros livres da cidade nessa época fazia outros tipos de investimentos. O mesmo acontecia no Rio de Janeiro da mesma época, pois os negros livres cariocas também investiram suas economias em outros tipos de recursos ou atividades. Mas, mesmo assim, também na cidade brasileira, encontramos um negro livre que tinha apólices do Tesouro Imperial.

Trata-se do Antônio Comurumbi, um preto forro que, em 13 de novembro de 1854, compareceu ao Cartório do Primeiro Oficio de Notas da cidade para registrar a venda que fazia das suas seis apólices da dívida pública brasileira, que somavam 2 contos e 200 mil-réis que rendiam 6% ao ano. Vendeu para Joaquim José de Carvalho e lhe concedeu o documento para que cobrasse diretamente os rendimentos na caixa de amortização.[3]

Um negro livre em Richmond e um preto forro no Rio de Janeiro na metade do século XIX com investimentos em dívida pública não era uma situação corriqueira, como era a venda de sopa nas ruas

2 Impostos Pessoais (Tax Records) de Richmond 1853. Seus dados aparecem na linha 9 da primeira folha da letra M. As listas de Impostos Pessoais estão disponíveis para consulta na Biblioteca da Virgínia em Richmond.

3 Primeiro Oficio de Notas, Livro 267, folio 144v. Microfilme 031-21-79. Seção Cartórios, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

pelos negros, e tanto Mingo Jas. quanto Antônio Comurumbi foram exceções que iluminaram a vida econômica dos negros livres na época escravista.

A imagem frequente na historiografia era que os negros livres nas sociedades escravistas fossem um grupo minoritário que ficava em algum lugar intermediário na hierarquia social entre os grandes ricos brancos e os pobres negros escravos, embora se pensasse que, financeiramente, os negros livres estivessem quase colados ao estrato hierárquico dos cativos e muito longe dos ricos escravistas (Gutman e Berlin 1983) (Espada 2005).

Outros autores, como por exemplo Barbara Fields (1987), defendem que os negros livres só teriam sentido numa sociedade na qual não existisse uma pequena burguesia branca que mediasse entre senhores e escravos, como era o caso da Jamaica. Enquanto essa pequena burguesia branca estivesse presente, a existência de negros livres seria uma *anomalia* (Schwarz 1987). A população de negros tinha que se diferenciar entre livres e escravos. Mas, para alguns historiadores (Eisenberg 1989) (Kovarick 1987), a hierarquia social que propõe Barbara Fields devia ser invertida, pois os escravos estavam num nível superior aos negros livres. Outros autores (Savitt 1977) acham que não existia domínio de um grupo sobre outro, pois os dois grupos tinham relações fraternais, mesmo quando um negro livre era proprietário de cativos. Outro grupo de pesquisadores (Franklin 1995) argumenta que escravos, negros livres e brancos pobres, embora tivessem diferenças entre eles, todos faziam parte dos explorados, ainda que os escravos fossem bem mais.

Entender a economia dos negros no escravismo foi uma tarefa que a historiografia começou há várias décadas e, talvez, umas das pesquisas que mais contribuiu para o início dessa história foi a de Sidney Mintz (1989). Segundo ele, no Caribe, a economia autônoma dos escravos era tão radical que conseguia questionar a existência de um *modo de produção escravista*, já que debatia a relevância de conceitos como proletário e camponês e os de trabalho livre e não livre. Essa hipótese teve desdobramentos na historiografia brasileira daqueles anos e, por exemplo, Ciro Cardoso (1988) achou isso um exagero de Mintz, mas não chegou a censurar a pesquisa, muito pelo contrário, alentou os estudos sobre o que ele chamou de *brecha camponesa*.

Ciro Cardoso caracterizou a *brecha camponesa escravista* como o conjunto dos seguintes

elementos: acesso à terra, trabalho familiar, autoconsumo e autonomia na gestão. Este último elemento, era definido como segurança no acesso à terra, grau direto de relação com o mercado vertical e grau de gestão da terra (Cardoso 1987). Essa ideia foi fortemente criticada por Jacob Gorender (1978)(1990) que afirmou que Cardoso não entendia bem os conceitos de *modo de produção* e *formação social e econômica,* pois nesses conceitos não caberiam *brechas*, já que o sistema tinha que ser definido completamente, e o escravo tinha sempre que ser dominado pelo senhor sem que existisse autonomia. A resposta de Cardoso foi de rearfirmar que a *brecha* era fundamental para a existência do sistema, e acusou Gorender de ter uma visão *dogmática* do conceito de modo de produção (Cardoso 1988).

O debate não se restringiu tão somente a Cardoso ou Gorender, e vários outros participaram (Castro 1980) (Blackburn 2010). Mas, mesmo com ideias antagônicas, Mintz, Cardoso, Blackburn, Gorender e muitos mais, compartilham o mesmo ponto de partida, pois todos eles procuraram realizar uma análise *estrutural* das sociedades escravistas e com isso entender o lugar das finanças dos negros dentro dessa estrutura. Porém, não foram unicamente os historiadores de cunho marxista os que se preocupavam com as estruturas, também os liberais têm uma longa história de pesquisas feitas do mesmo jeito. Por exemplo, Conrrad e Meyer (2007) propuseram, na década de 1950, que a escravidão tinha que ser explicada como uma função de produção, onde se combinavam produção agrícola e reprodução dos escravos, pois estes últimos também eram mercadorias para ser comercializadas. Isso significa que, se entre os marxistas o conceito central era o *modo de produção*, entre os economistas liberais esse conceito teria por nome *função de produção*, e assim como os marxistas, os economistas liberais também não são propensos ao acordo e gostam de discutir por horas sobres essas *estruturas.*

Vinte anos após a função de produção de Conrrad e Meyer, Fogel e Engerman (1989) procuravam demonstrar que a escravidão existia sem que as funções econômicas da reprodução escrava fossem relevantes. Para eles a produtividade escrava dependia mais da quantidade de escravos na unidade produtiva do que da taxa de natalidade. Esse olhar estrutural de Fogel e Engerman sobre a escravidão teve desdobramentos sobre a economia autônoma dos negros. Por exemplo, Claudia Goldin (1976) demonstrou que, entre 1830-1840 e 1850-1860, o aluguel de escravos nas cidades dos Estados Unidos continuou a crescer embora a população cativa estivesse em queda. Além disto, para a autora, já que uma parte dessa renda era retida pelos escravos, então, a renda média dos cativos aumentara.

É importante destacar que muitas outras variáveis foram usadas para descrever a *estrutura*, ou a *função de produção* da economia autônoma (como o leitor prefira). Por exemplo, Kotlikoff (1979) mostrava que o preço do escravo em New Orleans era influenciado pelo mês em que se realizava a transação de compra-venda, o que tinha impactos evidentes nas possibilidades de acumulação para os escravos. Já que a economia autônoma não é só renda e investimento, é também consumo, Kahn (1992) conseguiu calcular a dieta dos escravos da Virgínia usando os preços dos alimentos e as qualidades nutricionais.

Mas como a vida não é só renda, investimento e consumo, pois sempre é necessário estar vivo para conseguir essas três coisas, então Pedro Carvalho de Mello (1992) calculou a esperança de vida dos escravos no Brasil no século XIX e Richard Steckel o fez para os Estados Unidos (1986). Assim, a *estrutura* dos escravos e *sua economia* ficava mais conhecida para nós leitores, que sabíamos que havia gente nela, mas que nem por isso conseguíamos enxergar algum dos indivíduos que estavam ali.

Se Fogel, Engerman, Goldin, Kahn, Mello e muitos outros procuravam complementar suas pesquisas, também havia outros autores refazendo os cálculos para mostrar que a descrição da estrutura que eles propunham poderia estar errada. Especialmente o tema da produtividade do trabalho escravo que Fogel e Engerman trabalharam na década de 1970 e que Fogel especificara em 1989 (1994) tinha muitos críticos, como por exemplo Elizabeth Field-Hendrey (1995) que achava que os cálculos feitos usando funções Cobb-Douglas produziram resultados incorretos para fazendas escravistas, e que seria melhor usar modelagem estocástica, isto é, que a função de produção deveria ser trocada.

Outra saída ao determinismo nas funções de produção foi proposta por Toman (2005) que, para calcular o efeito da substituição entre os tipos de produtos plantados nas fazendas, empregava funções baseadas em coordenadas polares e não nas cartesianas que são geralmente usadas. Porém, Toman, antes, também tinha recebido críticas, pois, segundo Pritchett (2001), as equações dele sobre comércio escravista interestadual nos Estados Unidos eram matematicamente similares às de Fogel e Engerman que, por sua vez, eram muito sensíveis, e pequenas alterações nos parâmetros, ou nos valores das variáveis, produziam grandes modificações nos resultados. Para evitar esse problema, Pritchett voltou a fazer regressões lineares e intervalos de confiança que como vimos, foram criticados por Field-Hendrey.

Todos esses olhares estruturais sobre a história continuam muito presentes na mente dos economistas e é só olhar para o capítulo preparado por Engerman, Sutch e Wright (2004) sobre escravidão na edição das estatísticas históricas dos Estados Unidos para se ver o grau de refinamento a que chegou o conhecimento, mas também como o silêncio dos *agentes* é eloquente.

Contudo, pesquisar sobre estruturas e não sobre indivíduos também foi coisa dos economistas neo-institucionais e, provavelmente, Fenoaltea (1984) seja um dos mais instigantes no tocante à economia autônoma escrava. Para ele, a autonomia escrava tem um papel fundamental no fim do escravismo, pois os custos de transação, especialmente o custo de vigilância sobre escravos especializados, não conseguiriam retornos e, portanto, os senhores deveriam usar incentivos positivos para manter a rentabilidade, mas os custos desses incentivos superaram a produtividade marginal e a propriedade sobre escravos começou a ser inviável. Em outras palavras, a autonomia dos escravos era inevitável, mas com ela, o escravismo se inviabilizou.

Fenoaltea argumentou que isso aconteceu tanto na antiguidade como na modernidade, ou seja, o olhar sobre a estrutura consegue proporções milenárias comparando situações distantes entre si por séculos. No entanto, grandes olhares não são o fundamental para contemplar as *ruas desertas com gente*, pois outras pesquisas trabalham só algumas décadas e regiões específicas, e, mesmo assim, conseguem manter essa forma de ver. Por exemplo, a pesquisa de Klein e Luna (2003) sobre São Paulo no Oitocentos, a de Bergad sobre Minas Gerais (1999), as de Karasch (1987) e a de Luiz Carlos Soares (2007) sobre a cidade do Rio de Janeiro no século XIX mencionaram a economia autônoma escrava e calcularam variáveis, mas todas elas enxergaram a estrutura, ou seja, a *rua deserta com gente*.

Na pesquisa de Fogel e Engerman (1989), os escravos aparecem como bons indivíduos, preocupados com seus interesses, com uma racionalidade econômica similar à de seus senhores e construindo uma sociedade que, apesar de excluí-los, não consegue tirar-lhes essa racionalidade. Essa caracterização gerou um interessante debate, pois, entre outras coisas, os autores afirmaram que escravidão e liberdade não eram categorias excludentes na época, que os escravos procuravam melhorar suas condições de vida sem ter que esperar sair do cativeiro para atingir essa meta.

Além disso, os escravos tinham famílias nucleares estáveis e muitos deles, especialmente os que

moravam na cidade, davam permanentes provas dessa racionalidade econômica, pois assinavam seus próprios contratos de trabalho, ganhavam seu dinheiro, alugavam suas moradias e pagavam suas contas. Em outras palavras, os escravos *cuidavam, com toda atenção, de seus interesses.*

Tal caracterização colocava os autores em aberta crítica, por um lado com os herdeiros de Phillips (1905), que argumentavam a ineficiência da escravidão, pois para Fogel e Engerman a escravidão era tanto ou mais rentável que o trabalho livre, e aqui eles reaproveitavam uma parte do argumento de Stampp (1989) sobre a eficiência da escravidão, embora não compartilhassem com ele plenamente. Por outro lado, criticavam a ideia de paternalismo de Genovese (1976), já que os escravos cuidariam de seus interesses e não seriam aqueles seres alienados como este autor pensava.

Essa autonomia dos escravos em Fogel e Engerman foi interpretada como ainda maior por autores posteriores. Por exemplo, Juliet Walker (1986) defendeu a hipótese de que os Estados Unidos do século XIX era uma sociedade capitalista, e que alguns de seus agentes eram capitalistas embora não fossem livres, e isso era consequência do desenvolvimento da economia autônoma escrava que mantinha os indivíduos no cativeiro ao mesmo tempo em que inculcava neles racionalidades capitalistas.

Outro exemplo, entre muitos outros, é a hipótese de Steckel e Moehling (2001) sobre as tendências de acumulação na economia autônoma escrava que, segundo eles, se explicam pela combinação das alterações na renda, nas decisões de investimento e incluso na sorte que tiveram os agentes.

É claro que nem todos os autores que defendem que os escravos cuidavam de seus interesses econômicos chegam a hipóteses radicais. A pesquisa de Eiss (1998) sobre economia autônoma na Louisiana insistia em que essa racionalidade e o trabalho compulsório não eram excludentes entre si e, embora a lei não protegesse a economia independente dos escravos, ela fazia parte do direito costumeiro, o que permitia que os escravos acumulassem propriedades mediante sua participação no mercado de trabalho e comércio.

Pesquisando o Delta do Mississipi, O´Brien e Irwin (2001) defendem hipóteses similares a Eiss. Para eles, os escravos do delta aumentaram suas rendas no século XIX devido às mudanças nas ocupações, incrementos nos jornais e salários, no controle que conseguiram de algumas terras e nos aumentos de preço das mercadorias produzidas nessas terras. Aclaremos que isso não significa que

escravos e ex-escravos viraram indivíduos abastados.

Philip Morgan (1982), pesquisando sobre os escravos do Low-Country no século XIX, afirma que as relações de propriedade entre cativos geravam uma autonomia pouco comum entre os escravos das plantações. Essa autonomia queria dizer tomar decisões sobre que plantar, escolher o que comprar e consumir, escolher suas famílias, e calcular como acumular patrimônios. Embora a lei não reconhecesse a propriedade dos escravos, ela existia e era possível de ser transferida ou herdada. Aliás, na média, os escravos tinham propriedades que somavam US$357,43 tendo por máximo US$2.290 e por mínimo US$49. Porém, na região não apareceu um protocamponês como acontecia no Caribe pesquisado por Mintz.

Às verificações para Louisiana, Mississipi, Low-Country da Georgia e Florida se agregam os resultados similares das pesquisas de Schweninger para Carolina do Sul (1992) e Virgínia (1990), onde também se encontrava um forte sistema econômico mantido por atividades autônomas dos escravos. Mesmo Ira Berlin (1998), que pouco se aproxima da ideia de escravos vigilantes de seus interesses econômicos, constatava que no século XVII, os senhores de Cheasapeake estavam incentivando os escravos para que tivessem suas próprias culturas de subsistência e produção de fumo para o mercado.

Em poucas palavras, a associação entre economia autônoma e os escravos entendidos como um povo que *cuida com atenção de seus interesses* estava fortemente presente em muitos historiadores que procuraram demonstrar a dignidade no cativeiro mediante essas atividades econômicas. Contudo, a imagem de escravos vigilantes de sua economia gerava polêmica. Por exemplo, Elizabeth Fox-Genovese e Eugene Genovese (1983) acusaram Fogel e Engerman de minimizar o controle dos senhores sobre o consumo de seus escravos, além de inferir *condutas* a partir de estatísticas e pensar que os cativos tinham *éticas puritanas* sem ter evidências para afirmar tal coisa.

Historiadores como os Genoveses enfatizaram a escravidão como uma negociação, na qual os escravos procuravam seus senhores como se estivessem procurando pelo *Todo Poderoso*, mas tendo claro que esse senhor não era esse *Todo Poderoso*, que esse *Deus não existia,* que era um *lugar* para *acolhimento*, que tinha o poder da violência, mas que essa violência teria que ser legítima, mesmo para *castigar por pecados que não haviam sido cometidos*, mas que, por fim seriam *perdoados*, pois os

mesmos escravos obrigavam esse perdão.

Segundo Genovese (1988), a economia autônoma escrava deve ser interpretada dentro da sociedade paternalista do sul dos Estados Unidos; que, para ele, significava uma sociedade em que as relações de dominação eram aceitas pelos dominados, relações que incluíam não só a tutela do dominador sobre o subjugado como também a violência. Contudo, nos Estados Unidos, o escravismo teria reconhecido a condição humana dos escravos, pois era aceito que tinham livre arbítrio. No modelo dialético de Genovese, esse reconhecimento da humanidade do escravo era inevitável para o funcionamento do sistema, e permitiu que os escravos desenvolvessem uma poderosa ferramenta de resistência a ponto de conseguirem subverter a ordem social, pois os senhores precisavam negociar suas decisões com seus cativos. Depois, o conceito de paternalismo foi profusamente usado pela historiografia (Libby [s.d.]).

Na visão de Genovese, os escravos compreenderam que mesmo sem direitos legais, o que interessava eram os seus direitos costumeiros e neles se encaixava a economia autônoma. Portanto, os cativos sabiam que o importante estava na construção de costumes e se esforçavam para que os privilégios passassem a ser esse tipo de direitos. Por isso, na hipótese de Genovese, era fundamental, que os escravos procurassem a proteção de um senhor, mesmo que não fosse seu amo. No mesmo sentido, esta era a hipótese de Barbara Fields (1987) para Maryland no século XIX, pois um negro, mesmo que livre, para se sentir protegido devia sempre procurar o patronato de um branco.

A diacronia do modelo dialético de Genovese implicava que o final do escravismo estivesse associado às melhorias nas condições de vida dos escravos, mas, também, na persistência dos vínculos de subordinação entre senhores e escravos no pós-abolição.

Para o funcionamento do sistema, Genovese insistiu no importante papel da religião. Para que o paternalismo exisitisse, era necessário que a religião transformasse os escravos em seres dóceis. Os escravos entraram para o cristianismo e os senhores se congratularam por isso, mas o que terminou acontecendo foi que, mediante a religião, os escravos reconheceram seu valor e seus direitos (Davis 1996).

Esse papel da religião como elemento central na negociação entre escravos e senhores, mesmo na vida econômica autônoma dos cativos, foi desenvolvido por Góes (1993) ao afirmar que o batismo era o mecanismo pelo qual os escravos se inseriam como humanos na sociedade e, nessa condição, eles

negociavam seus direitos, mesmo aqueles direitos simples e cotidianos de criar suas galinhas, plantar seu milho e fabricar seu próprio anil.

Mas, mesmo assim, Elizabeth Fox-Genovese (1988) defendeu a ideia de que os valores gerados continuaram sendo dos senhores, defendia que assistiríamos à transmutação da propriedade do senhor de uma matéria para outra, pois o escravo continuava sendo do senhor e a independência escrava era só uma redistribuição das rendas de plantação.

Esta forma de compreender a economia autônoma como parte das negociações da escravidão teve seus cálculos e seus números. Elsa Brown (1994), pesquisando sobre Richmond e Manchester (Virgínia), achou 20.000 negros livres entre 1860-1900 dos quais 6.000 participaram ativamente de alguma igreja, e os outros 14.000 assistiram regularmente aos ritos religiosos. Desses 6.000, 2.000 tinham patrimônios entre US$200 e US$500, outros 200 com valores entre US$1.000 e US$5.000 e alguns com riqueza entre US$5.000 e US$20.000. É claro que esses valores não foram acumulados mediante a participação na igreja, mas ficou bem evidente a importância dela na vida, mesmo econômica, desses indivíduos.

A ideia da escravidão como uma estrutura em negociação incluindo valores ideológicos adicionais aos puramente econômicos está presente na análise de muitos historiadores. Por exemplo, Laird Bergad, pesquisando para Brasil, Cuba e Estados Unidos afirmara que a escravidão era um sistema *flexível* e que nos três contextos os escravos tinham acesso à terra e participavam como compradores e vendedores no mercado, o que implicava que eram menos dependentes de seus amos. Porém, segundo ele, essa independência não deve ser sobre-estimada, pois era parte das negociações chegando a produzir hierarquias entre os mesmos escravos (Bergad 2007).

Empregando parcialmente essa matriz da vitalidade da negociação, Hebe Mattos (1998) chegou a uma conclusão diferente: para ela um dos segredos da dominação senhorial era conseguir transformar as ampliações da autonomia escrava em concessões do senhor. Assim como para Genovese, a violência era parte da vida na escravidão e podia ser entendida como legítima pelos escravos, mas a concessão era a chave mestre dos senhores. Por isso, ela interpreta que a economia autônoma era entendida como uma concessão, pois o tempo empregado nas atividades independentes era dado pelos senhores.

No entanto, se por uma lado, Hebe Mattos pareceria concordar parcialmente com Elizabeth Fox-

Genovese, que definia a economia autônoma como uma transmutação da propriedade senhorial, por outro, a autora brasileira não parece defender uma tese tão radical como a da autora norte-americana. De qualquer forma, Hebe Mattos estaria virando o argumento de Eugene Genovese, pois, como já discutimos, ele achava que os escravos conseguiram transformar privilégios em direitos, mas para a autora, os direitos dos escravos eram entendidos como concessões do senhor.

Claro que Genovese estava pesquisando o sul dos Estados Unidos e Mattos, a província do Rio de Janeiro, portanto, as diferenças de contexto poderiam explicar os matizes nas interpretações. Nesse sentido, Eric Foner (2007) insistia em que cada lugar e momento tinham suas próprias condições de negociação, em alguns, os escravos conseguiam transformar autonomia em direito, em outros os senhores a mantinham como concessão. Segundo Foner, a relação favorecia a uns ou outros, dependendo da disponibilidade de terras, os vínculos com o mercado mundial, a relativa escassez ou abundância de força de trabalho substituta para os escravos e as relações com as autoridades externas às unidades escravistas.

Mas, nem toda hipótese sobre negociação significa compartilhar a hipótese de que ela (a negociação) era o fundamental para que o sistema funcionasse. Por exemplo, Ira Berlin (1976) afirma que a escravidão era um ato de violência, mas também de negociação. Porém, não se pode sobre-estimar o poder dos escravos e subestimar o poder dos senhores, pois a ordem social concedia tudo aos senhores e nada aos cativos. Em outras palavras, não interessava quantas e quais fossem as coisas que tinham os escravos, já que *o todo* no sentido profundo pertencia aos dominadores. Por isso, os senhores não negociavam o fundamental: o poder das armas e do terror.

H. Gutman (1976) criticou uma outra frente do modelo de explicação de Genovese, não pela ideia de negociação, e sim pela dialética com que era representada, pois a dialética é sincrônica e não consegue dar conta da acumulação de conhecimentos que tinham os escravos. Assim, Gutman não estava procurando diminuir a importância da negociação e, sim valorizar a autonomia dos escravos. Segundo ele, as comunidades cativas desenvolveram espaços sociais em todos os cantos e os escravos faziam escolhas o tempo todo. Portanto, esses escravos não são aqueles imbuídos nas relações paternalistas de Genovese que legitimavam as formas de dominação; são escravos com uma cultura própria. Genovese (1989) respondeu que Gutman não entendeu a importância do cristianismo para os escravos e, em geral, das práticas que os

negros aprenderam dos europeus. Isto é, que o *autonomismo* de Gutman era um exagero para Genovese.

Mas as críticas de Genovese não detiveram os *autonomistas*. Para eles, a autonomia dos escravos foi tecida nas suas ações na sombra, com tempo e tranquilidade. A estratégia não era de grandes eloquências, pelo contrario, era *tornar anódino o quotidiano para que a mais pequena coisa fosse vital*, e *monotonizando todo para que a vida não fosse monótona*. Por exemplo, Walter Johnson (1999) achou que no mercado interestadual de escravos norte-americano no século XIX, os cativos conseguiram criar uma *comunidade* quando construíram uma rede de informação quase-clandestina que dava suporte emocional num mundo frio como era o mercado de almas.

Nesta interpretação, a economia autônoma não é nem uma *estrutura*, nem o objeto de *atenção dos interesses* dos escravos, e nem produto das *negociações* entre senhores e cativos. É uma coisa que aparece por baixo nas relações sociais, como se não tivesse importância, mas que na realidade era fundamental. Por exemplo, Matison (1948) afirmou que entre 1830 e 1860, mesmo com a lei da Virgínia que proibia as atividades econômicas independentes dos cativos, a grande maioria dos que moravam em Richmond e Petersburg ganhavam suas próprias moedas e uma parte delas era usada na compra da liberdade. Embora a lei ressaltasse que as alforrias não poderiam acontecer, segundo os cálculos de Matison, somente 5% das petições nessas cidades, e nesse período, foram negadas, ou seja, a grande eloquência era proibir, mas por baixo era aceitar.

Essas sutilezas foram as que Góes descreveu para caracterizar o *cativeiro imperfeito* (1993). Para ele, no começo o senhor tem todo o poder, mas é o escravo quem concede sua obediência e seu trabalho, e recebe em troca seus direitos, isso quer dizer que existia uma negociação. No entanto, para o autor, a situação vai mais além, pois quando o escravo concede sua obediência é o cativo quem fica com o poder e, em consequência, o senhor se torna *refém*. Em outras palavras, a paciente estratégia dos escravos de conceder obediência tirou o poder do senhor e o deslocou para eles.

Góes e Florentino (1997) levaram esse argumento ainda mais além. Para eles, essa paciente estratégia vai colocar no centro da *comunidade* escrava os idosos, e não poderia ser de outro modo: se para eles o poder se construiu na monótona vida quotidiana, então os velhos tinham e usavam o poder. Assim, não era o senhor quem detinha exclusivamente o poder, pois precisava que seu plantel de escravos fosse

uma *comunidade* no sentido pleno da palavra, e isso não se conseguia nem com negociação, nem com violência paternalista. A *comunidade* era um fato autônomo — no sentido de preceder as relações com o senhor, embora o senhor se aproveitasse dela— dos indivíduos escravos que procuravam aliados, parceiros para estabelecer a dita *comunidade,* e, dessa forma, garantir os seus direitos, entre eles o de ter uma economia autônoma.

A essa ideia de autonomia, Robert Slenes (1999) agregou elementos para que fosse mais radical, não no nível da grande-eloquência, pois, para este autor as estratégias continuavam na *vida monótona e quotidiana*. O radical está na hipótese de comunidades escravas com projetos autônomos, não só recriando a escravidão senão se confrontando com os senhores. Aqui autonomia não significa só independência ou precedência também é confrontação.

Toda essa autonomia é triunfante na leitura de Chalhoub (1990), não só no sentido que a comunidade escrava consiga tornar-se autônoma do senhor, senão no sentido de transformar a sociedade como um todo. O lugar pesquisado por Chalhoub é o Rio de Janeiro pós-1870, e para ele os negros escravos e livres instituem uma cidade própria, *arredia* e *alternativa*, possuidora de suas *próprias racionalidades e movimentos*. Em outras palavras, a autonomia passa a significar esquizofrenia: duas cidades em uma.

Fica claro que a hipótese de Chalhoub é o extremo do *autonomismo* e não é necessário imaginar que os negros, livres e escravos, viviam em duas realidades diferentes e paralelas, pois simplesmente existia uma realidade que incluía a vida autônoma desses indivíduos. Já nas décadas de 1930 e 1940, Luther Jackson (1930) (1969) insistia nos problemas de quase-liberdade gerados pela economia autônoma e pensava nos problemas historiográficos que gerava o fato de escravos ganhando lucros de forma autônoma. Mas esse dinheiro poderia significar quase-liberdade ou ambiguidade, mas não realidades paralelas.

Entre os historiadores que olharam para o dinheiro dos escravos como uma coisa que podia contestar, mesmo que parcialmente, a escravidão, estavam novamente Fogel e Engerman (1989). Para eles, os escravos que tinham seus próprios pecúlios eram *virtualmente* livres, pois a diferença central com os trabalhadores livres era que os cativos tinham que entregar uma parte de suas rendas aos seus senhores.

Esses escravos, virtualmente livres devido ao dinheiro que ganhavam, chegavam a ser, por exemplo, 50% de todos os que moravam em Richmond.

Fogel (1994) aceitou a ideia de que os senhores tentavam restringir os tipos de mercadorias produzidas e as formas de comercialização que empregavam os escravos, mas destacou também que essas restrições com frequência só eram enunciadas e dificilmente levadas à prática. Essa hipótese se baseia nas pesquisas de Phillip Morgan, que já citamos, que ressaltou a imagem de escravos c*uidadosos de seus interesses econômicos*.

No tocante às hipóteses que sinalizam a associação entre acumulação na economia autônoma e a liberdade ou quase-liberdade, vários autores ressaltam que essa economia gerava escravos *virtualmente* livres, essa hipótese foi à que chamamos de autonomista. Para outros, a relação era bem mais simples e direta: a acumulação de recursos poderia permitir aos escravos comprar sua liberdade. Essa foi a hipótese de Cole (2005) para Louisiana, de Kotlikoff e Rupert (1980) para New Orleans, de Scott (2005) para Cuba, de Florentino (2002) para o Rio de Janeiro, de Morgan (1982) para o Low-Country e de vários outros autores (Berlin e Morgan 1993).

Porém, a alforria não era o único tipo de investimento, e era possível que libertos e escravos acumulassem outro tipo de atividades. Howard Bodenhorn (1999) afirmou que, entre 1830-1860, as propriedades dos negros livres da Virgínia cresceram 100%, enquanto que essa população aumentou só 20%, e os negros adultos livres aumentaram somente 5%. Em números, nesses mesmos trinta anos, a quantidade de negros proprietários de terras na Virgínia passou de 678 para 1.202. Esse acréscimo foi ainda maior entre os negros virginianos que moravam nas cidades e que eram proprietários, já que passaram de 156 para 692.

Essa acumulação é diferente para cada grupo da população. Bodenhorn (2002), pesquisando sobre Tennesse, Kentuky, Louisiana, Carolina do Norte e Virgínia entre 1830 e 1860, encontrou que era mais rápida a ascensão para os mulatos do que para os negros, embora as taxas de incremento patrimonial das duas populações fosse surpreendente: 400% e 600%. No entanto, as diferenças também provêm dos tipos de ocupação: os trabalhadores domésticos acumulavam mais rápido que aqueles não especializados. Também existia uma distribuição geográfica, pois a maior taxa de acumulação estava em Maryland,

seguida por Virgínia e Carolina do Norte e as menores taxas estavam em Louisiana e Tennesse.

Segundo Claudia Goldin (1976), o salário recebido por um escravo em Richmond variava entre 75 centavos e 1 dólar semanal, além de quarto e algumas mercadorias. Para os mesmos anos, os salários de escravos em New Orleans estavam nesses mesmos patamares. Porém, a renda dos escravos e de negros livres não vinha só dos salários, pois outras fontes tinham um lugar destacado, sobretudo se lembrarmos que a unidade econômica básica dos escravos e negros livres não era tanto o indivíduo, mas a família. Jeanne Boydston (1986) afirmou que as mulheres escravas e libertas de New York, antes da Guerra Civil, em média aportavam a suas famílias entre US$3 e US$4 por semana, o que poderia representar entre US$150 e US$250 ao ano, e há casos de US$600 anuais. Dessa forma, elas aportavam metade do orçamento familiar, e esse dinheiro vinha das vendas e serviços feitos na rua e não como salários de operárias.

No caso do Rio de Janeiro, a forte participação dos negócios da rua no orçamento familiar foi muitas vezes conferida, e a historiografia destacou o recebimento de jornais pelos escravos. Por exemplo, Carlos Lima (1998) afirmou que os escravos mencionavam com muita naturalidade que vendiam produtos nas ruas e que se comprometiam com trabalhos para as horas *livres*. Mary Karasch (1987) argumentou que os cativos plantavam e criavam animais em suas terras e, depois, os vendiam nas ruas do Rio. Aliás, também estavam aqueles que trabalhavam uma parte do dia no campo e outra na cidade e aqueles que ralavam no porto e em troca podiam ganhar 6 ou 7 vezes mais do que seus senhores exigiam.

As taxas de acumulação econômica para os negros no Rio de Janeiro ainda são pouco pesquisadas, mas alguns dados foram disponibilizados (Grinberg 2011) (Valencia 2011). Diferentemente da historiografia brasileira, este tema é bastante explorado para os negros norte-americanos. Higgs (1982) postulou que os negros de Georgia em 1880 tinham acumulado um montante de US$5.8 milhões, ou em valor per-capita de US$8, que representava 1/6 da riqueza acumulada pelos brancos. Importante ressaltar que a Georgia não seria uma região representativa da escravidão e do pós-abolição norte-americano, pois a economia autônoma de escravos e livres foi excepcionalmente alta lá. No entanto, crescimentos expressivos são calculados por Higgs (2008) para todo o país e por Margo para Virgínia, Carolina do Norte e Louisiana (1984). Para os anos anteriores à Guerra Civil, Steckel (1990) calculou que os negros

tiveram taxas positivas de crescimento, embora menores que as classes médias e abastadas.

Porém, os dados de Margo e Higgs foram contestados por alguns historiadores. Por exemplo, Anthony O´Brien (2000) criticou a suposição de que os negros começassem do zero sua acumulação após a Guerra Civil. Segundo seus cálculos, a renda per-capita deles em 1860 seria de US$42,95 enquanto a população branca tinha US$142,28. O dado de renda per-capita dos negros ficaria perto dos US$42,99 de Fogel e Engerman (1989), mas O´Brien tomava cuidado e afirmava que esse último dado sobre-estimava os valores de moradia e comida que eram fornecidas pelos senhores. No entanto, também criticava os US$28,95 de Ransom e Sutch (1977) por subestimar a produção própria dos cativos.

Em outras palavras, O´Brien estava tentando demonstrar que as taxas de acumulação dentro da escravidão foram importantes. Esta proximidade conceitual entre economia autônoma e liberdade, ou quase-liberdade, com altas taxas de acumulação, às vezes, pode ser interpretada como uma possibilidade sempre aberta, como se a acumulação dependesse da vontade dos indivíduos. Isso é fortemente criticado por Willma Dunaway (2003) e Orlando Patterson (1991), que afirmaram que este tipo de hipótese transformava a escravidão num *paraíso na terra*. Mas a imensa maioria dos historiadores tenta se precaver frente a isto, e insistem em que o mais comum entre os negros escravos e livres das Américas era a pobreza, e que os altos valores das taxas de acumulação não devem induzir à ideia de indivíduos transformando-se em agentes abastados.

A historiografia já caminhou um longo percurso sobre este tema e hoje o escravismo não se representa tão facilmente como um mundo dual com escravos e senhores/escravistas em dois lados opostos convivendo numa tensão permanente. O escravismo foi muito mais complexo, e escravidão e liberdade não são simplesmente categorias antinômicas. Como mostramos, o conhecimento sobre o passado avançou muito nos últimos trinta ou quarenta anos para descrever e explicar as complexas relações sociais tecidas na escravidão.

No entanto, os negros livres nas sociedades escravistas continuaram relativamente esquecidos pelas pesquisas, e ainda menos atenção recebeu o problema da sua vida econômica, além do fato de que o paradigma tradicional que afirmava que os negros livres no escravismo eram uma minoria intermediária entre cativos e senhores continuou mais ou menos vigente. Mas, com o avanço da historiografia, essa

hipótese tradicional não pôde ser mantida, pois, se a sociedade escravista não pôde ser pensada como uma dualidade, então os negros livres também não podiam ser pensados como intermediários nessa mesma dualidade.

A única base que teve esta hipótese para se apoiar foi que o tamanho demográfico da população de negros livres era minoritária se comparada com a dos cativos. Porém, essa evidência teve que ser relativizada, pois, nem em todos os contextos isso acontecia, como também porque do simples dado de menor população não se pôde inferir diretamente que a sua importância fosse minúscula.

Por exemplo, hoje sabemos que, em geral, na família escrava conviviam cativos e livres (Machado 2008) (Cooper, Holt, e Scott 2005), mas a quantidade dos primeiros devia ser maior que a dos segundos. No entanto, essa família era uma unidade da que não se pôde deduzir que os livres eram menos importantes ou que eram intermediários com os senhores.

Quando se afirmou que os negros livres eram um grupo intermediário, implicitamente se disse que a sociedade tinha vários compartimentos fechados ocupados por diferentes grupos sociais, especificamente: senhores, escravos, negros livres e brancos pobres. Mas a historiografia debateu largamente esse modelo e matizou até onde ele pôde ser aplicado.

Neste mesmo sentido, pesquisar sobre os negros livres no escravismo não foi só olhar para um grupo diferenciado e afastado da sociedade, como também não foi trabalhar sobre um gueto fechado com seu próprio código. Foi tudo ao contrário. Os negros livres integravam as sociedades escravistas, pois eles faziam não só parte das famílias dos escravos, como também faziam parte dessa grande quantidade de indivíduos que eram proprietários de escravos e, ao mesmo tempo, também trabalhavam do lado dos cativos e dos brancos pobres. Como consequência, os negros livres não eram um tipo de subproduto não esperado do escravismo.

Mas pesquisar sobre o negros livres em alguns contextos era ainda mais importante, pois, no final do escravismo, em alguns lugares, a quantidade deles aumentou fortemente e, em alguns outros, as fronteiras entre cativeiro e liberdade cada vez ficaram menos explícitas, pois, embora juridicamente essa fronteira fosse clara, na realidade cotidiana de alguns lugares, os limites não eram tão simples. Além disso, no final do escravismo, em diversos contextos, os negros livres percorreram a trilha pela qual uns

anos depois caminhariam os emancipados.

As poucas pesquisas feitas sobre negros livres nos regimes escravistas tiveram por foco privilegiado os contextos rurais (Franklin 1995) (Holt 1992) (Scott 2005), mas, em várias cidades essa população cresceu (Lobo 1978) e, em outras, as fronteiras entre negros escravos e livres ficaram menos claras (Ingersoll 1991). Portanto, se só de olhar não era evidente se os negros representados nas imagens das que falamos no começo desta introdução eram livres ou escravos, com certeza, também isso não ficava claro de forma imediata para os habitantes das urbes escravistas do Oitocentos.

Se só de olhar não podemos saber se os negros eram livres ou escravos, então as perguntas que surgiram na pesquisa foram: como pesquisar um grupo social que tinha uma alta flexibilidade em contextos de fortes mudanças como eram as cidades escravista das Américas do século XIX? Como pesquisar pelas moedas que esses negros ganhavam nessas cidades, se esses trocadinhos nem sequer eram representados nas gravuras, pinturas e aquarelas?

Sabemos que cada cidade e contexto eram diferentes e que é quase impossível dar conta de todos eles, pois cada um tinha suas próprias especificidades. Mas, também, não quisemos ficar com o trabalho monográfico que explicasse um único lugar; nesse sentido, a primeira forma de dar resposta às perguntas anteriores foi com o uso da história comparada, pois ela deu a possibilidade de estudar simultaneamente vários contextos na procura de relativizar e matizar os fenômenos que aconteceram neles. Como disse John Elliott,

> *"os movimentos implícitos ao escrever uma história comparada não são muito diferentes dos de tocar sanfona. As duas sociedades contrastadas se juntam para se separar logo. As semelhanças não resultam tão estreitas quanto pareciam à primeira vista; as diferenças que a principio estavam ocultas aparecem. A comparação é um processo de constante oscilação*" (2008:18).

Portanto, o desafio quando se emprega a metodologia da história comparada não foi a generalização, e sim relativização e matização. Em outras palavras, o que se pretendeu foi conhecer uma sociedade através do conhecimento de uma outra sociedade e, assim, estabelecer a importância dos fatores que explicaram o problema em questão.

A metodologia comparada consiste num *ir* e *vir*, numa *oscilação* permanente, é como olhar para duas imagens e contrastá-las, ver o que exite de forma simultânea nas duas e observar o que só está presente numa delas. No entanto, cada vez que achamos que encontramos duas coisas semelhantes, em realidade, se as observarmos com mais atenção, acharemos que não são tão parecidas como estávamos pensando e, quando achamos que duas coisas são claramente diferentes, também, se as repensarmos com cuidado veremos que têm alguma similitude.

Portanto, o limite da história comparada foi a quantidade de elementos que podiam *oscilar* nesse *ir* e *vir* entre similaridades e diferenças. Aclaremos que não achamos que o importante seja fazer uma lista de similitudes e dessemelhanças (Barros 2007), e, sim, estabelecer analogias e discrepâncias entre os elementos que são comparáveis para, dessa forma, entender esses mesmos elementos e suas relações intrínsecas.

Também aclaremos que falamos de relações intrínsecas entre os elementos, mas não das influências entre as duas sociedades pesquisadas, pois não estamos à procura de saber como Brasil e os Estados Unidos ou, o Rio de Janeiro e Richmond se interinfluenciaram na questão da escravidão e dos negros livres. Embora com certeza tenha existido influência entre essas duas sociedades, não é esse o tema que privilegiamos.

O nosso objetivo foi descrever a economia dos negros livres nessas duas cidades para saber a importância dos elementos que integravam essa economia, para que pudéssemos relativizá-los segundo a importância que tinham em cada sociedade. Neste sentido, procuramos diferenças e semelhanças no nível da explicação, mas não queremos chegar à generalização que tudo o abarca (Prado 2005).

Daí a importância da escolha das sociedades que foram pesquisadas, pois nem tudo é comparável. Neste trabalho eram diversas as cidades que poderiam ser comparadas, pois foram várias as urbes escravistas das Américas que tinham populações de negros livres em expansão ou nas quais a fronteira cotidiana entre negros livres e escravos era cada vez menos clara. Na verdade, nesses dois critérios, a maioria das cidades escravistas do Oitocentos se encaixam.

Nesse sentido, toda escolha tem alguma coisa de arbitrária, mas afirmar isso não significa que a seleção dependa completamente de fatores aleatórios ou da simpatia que se tem por um lugar. Por

exemplo, nós escolhemos Richmond na Virgínia nos Estados Unidos e o Rio de Janeiro no Brasil, mas no começo das pesquisas não tínhamos nenhum vínculo especial que as diferenciasse das outras cidades escravistas em expansão do século XIX. Portanto, a escolha delas duas foi pelas possibilidades que forneciam na comparação.

Não vamos entrar nos detalhes que permitem comparar essas duas cidades, pois esse será o tema do primeiro capítulo, e por ora, podemos destacar que, na primeira metade do século XIX, as duas tiveram um forte crescimento demográfico com claros incrementos na população negra, livre e escrava, e na população branca. Essa expansão as transformou de urbes relativamente pequenas no final do século XVIII para relativamente grandes sessenta anos depois, com Rio de Janeiro como a sede da corte do Império do Brasil e Richmond transformada na capital dos Estados Confederados e em Secessão na Guerra Civil Norte-Americana.

As duas cidades eram portos pelos quais se exportavam mercadorias agrícolas com pequenos valores agregados no setor manufatureiro. Pelo Porto do Rio de Janeiro, um dos principais portos do Atlântico Sul, situado na Baía de Guanabara, se exportava em meados do século XIX, principalmente, café seguido por açúcar. Richmond é um porto sobre o Rio James que desemboca no Atlântico Norte, pelo qual, no século XIX se exportava para os mercados internacionais, principalmente, fumo e, em segundo lugar, farinha de trigo. Alem disso, os dois portos eram grandes centros redistribuidores de escravos e o comércio de indivíduos poderia movimentar tanto dinheiro quanto as mercadorias agrícolas que exportavam.

Diante do exposto, podemos dizer que as duas cidades eram atlânticas e escravistas do século XIX, já que nas duas uma parcela grande da sua população era cativa, eram portos e as duas se expandiram fortemente no século XIX. Essas três características, a saber: atlânticas, oitocentistas e escravistas as fizeram representantes de um conjunto muito específico de cidades, pois não foram muitas as urbes que se encaixavam de forma simultânea nessas três categorias.

Mas, nesse conjunto de cidades atlânticas, oitocentistas e escravistas, o Rio de Janeiro e Richmond tinham alguns elementos a mais que as diferenciaram das outras do conjunto. Como discutiremos no primeiro capítulo, nas duas, a propriedade sobre cativos estava estendida e era relativamente comum que

os habitantes tivessem escravos, mas, ao mesmo tempo, essa propriedade estava concentrada. Esses dois fatores, agregados à quantidade crescente de negros livres e ao tamanho demográfico dessas urbes, fez com que as fronteiras entre cativeiro e liberdade não ficassem sempre e em todo momento claras.

Essa fronteira não muito nítida também poderia estar presente em outras cidades, mas seria difícil achar outras que sendo escravistas, atlânticas e oitocentistas também tivessem essa fronteira parcialmente diluída para uma população tão grande quanto a de Richmond e do Rio de Janeiro, já que o contingente de escravos nas duas cidades chegou a superar as dezenas de milhares de pessoas, e uma grande parcela dessa população trabalhava por conta própria contratada por empregadores diferentes dos seus senhores ou trabalhava de forma completamente autônoma. Essa característica da escravidão richmoniana e carioca gerou milhares de negros livres que trabalhavam em condições semelhantes às que tinham os cativos.

Em resumo, a quantidade de negros contratados (*alugados* como diriam as fontes em português e *hired* como aparece nas fontes em inglês) ou que trabalhavam por conta própria tornava difícil distinguir rapidamente se um indivíduo era livre ou cativo, e a escala em que esse fenômeno acontecia era uma característica específica de Richmond e do Rio de Janeiro.

Essa característica significa, também, que, nessas cidades, os negros livres eram um grupo de grande flexibilidade social e, no caso da Virgínia, os esforços quase permanentes da lei nas décadas finais do escravismo para controlar essa população sugerem que, na realidade, eles continuavam tendo grande mobilidade.

No caso do Rio de Janeiro, os esforços de controle das autoridades foram muito menores que na Virgínia, mas a sociedade também tentou fixar essa mobilidade através do uso de categorias e, por exemplo, a palavra *forro,* que acompanhava o nome do indivíduo, procurava denotar a diferença entre os negros que tinham vivido no cativeiro daqueles que tinham nascido livres, mas, como aconteceu na Virgínia, a flexibilidade continuou e, como algumas pesquisas já mostraram (Mattos 1998) (Grinberg 1994), as cores e categorias foram se apagando enquanto o século avançava.

A flexibilidade primou sobre os esforços de controle e se manifestou de forma concreta nas mudanças que faziam os indivíduos e, como veremos nos capítulos, era corriqueiro que os negros livres trocassem de nome, de endereço e até de *cor* com muita facilidade.

Essa tensão entre os esforços de controle e a realidade da flexibilidade traz vantagens e obstáculos para a pesquisa histórica, pois, por um lado, algumas fontes deixaram claro quando estavam falando de negros livres, como por exemplo nas listas dos indivíduos registrados nos censos de 1850 e 1860 na Virgínia, em que se afirmava explicitamente quem era negro livre. No caso do Rio de Janeiro, os anúncios de jornal diziam quando o indivíduo que procurava trabalho era um negro livre. Quando as fontes explicitam a condição jurídica e racial dos indivíduos, há uma vantagem para a historiografia.

Mas, por outro lado, a flexibilidade dos indivíduos gerou obstáculos para a pesquisa, pois não pudemos ter plena certeza nessas mesmas fontes. Por exemplo, vários dos negros livres registrados nas listas de impostos em Richmond não apareceram como negros livres nos registros do Censo. No Rio Janeiro, por exemplo, uma escritura de um empréstimo registrado em cartório deixava claro que uma das partes era um forro, mas uns meses depois, quando se registrava o pagamento desse empréstimo, essa condição de forro não era mencionada.

Esses dois exemplos serão citados e discutidos em detalhe no desenvolvimento dos capítulos, por enquanto queremos chamar atenção sobre a importância do cruzamento entre fontes para a pesquisa sobre negros livres. Nossas fontes para Richmond foram o *Richmond Enquirer,* que era o principal jornal da cidade, as listas de impostos pessoais, os Censos de 1850 e 1860, as escrituras registradas nos cartórios, os livros de registro dos negros livres do Condado de Henrico e diversas documentações de empresas que contratavam negros livres, e de comerciantes que intermediavam nos contratos de negros, livres e escravos. Para o Rio de Janeiro, as fontes principais foram o *Jornal do Commercio*, que era o principal jornal da cidade, e as escrituras registradas no primeiro cartório. Para as duas cidades, também foram consultados os almanaques e livros de negócios de diversos anos.

Para conseguir localizar os negros livres nessas fontes, foi necessário mexer num volume grande de informação. No total foram consultados 52.761 anúncios no *Jornal do Commercio*, 1.073 anúncios no *Richmond Enquirer*, 823 escrituras em Richmond e 9.028 no Rio de Janeiro, além dos 2.505 registros onde apareceram informações de negros livres richmonianos, nas listas de impostos pessoais e dos 1.135 que apareceram nos censos de 1850 e 1860. Adicionalmente, também foram construídas algumas séries dos contextos econômicos. Especificamente para a capital da Virgínia, temos 2.265 dados

macroeconômicos, para a capital do Brasil, foram 1.594; 961 preços de mercadorias da cesta básica em Richmond, 592 para o Rio de Janeiro. No total, os registros nos bancos de dados de todos os tipos, construídos especificamente para esta pesquisa somaram 80.897.

Essa quantidade de informação só poderia ser trabalhada com o uso de métodos quantitativos como, por exemplo cálculo das amostras, procedimentos de inferência de estatísticas descritivas, construção de séries de tempo, análise de correlação e cálculo de regressões, estabelecimento de clusters e densidades e, em alguns temas específicos, modelagem mediante uso de programação linear. Como já afirmamos, o uso desses métodos era necessário para que se pudesse saber o que acontecia com os negros livres e sua economia.

Esses métodos quantitativos nos ajudaram no desenho do perfil da economia dos negros livres. No entanto, pouco podiam colaborar para resolver o problema metodológico da flexibilidade social destes indivíduos. O problema era que, para conhecer o comportamento dessas finanças, era necessário primeiro resolver a questão do cruzamento da informação que forneciam as fontes. Em outras palavras, o cálculo das séries e dos modelos era em um segundo momento que só poderia ser feito após se saber que a informação que forneciam em realidade falavam de negros livres e não de outros indivíduos.

Para estabelecer que esses indivíduos eram aqueles sobre os quais pesquisávamos, foi preciso cruzar as fontes, mas a informação quantitativa por si mesma não resolvia a questão e, por isso, foi necessário o uso de métodos de geoprocessamento e, desta forma, utilizar a informação espacial como pivô no cruzamento. Isto é, se um espaço físico aparecia em duas fontes, então, esse espaço era utilizado como a variável que vinculava as duas informações.

Como o leitor poderá encontrar no segundo e seguintes capítulos, o uso do espaço geográfico como pivô no vínculo das fontes teve como consequência a necessidade de encontrar e, sobretudo, georreferenciar os mapas históricos das duas cidades para neles poder verter a informação das fontes, que, por sua vez, também teve que ser georreferenciada. Isso significa o aumento líquido da quantidade de dados que tínhamos. Por exemplo, numa única escritura de compra de um terreno aparecem três pontos espaciais: o endereço do vendedor, do comprador e do imóvel, esses três pontos tiveram que ser colocados no mapa histórico que foi georreferenciado previamente. Assim, o que era um registro se transformou em

três vinculados entre si. Porém, nem todos os registros das fontes tinham informação espacial.

Contudo, após ter sido colocada toda a informação possível nesses mapas, os pontos específicos (entendidos como uma coordenada X, Y) não conseguiam por si mesmos ser os pivôs no cruzamento das fontes. A razão era a disparidade na informação espacial que cada fonte fornecia. Por exemplo, nos almanaques da cidade, o endereço dos anunciantes aparecia com o número e o nome da rua, enquanto nas escrituras, frequentemente, aparecia unicamente a rua e, às vezes, só se fazia menção à cidade onde o sujeito morava, ou seja, expressões do tipo Niterói ou Prince Edward County que são gerais demais.

Para resolver esse problema, o pivô no cruzamento tinham que ser áreas e não pontos. Essas áreas foram calculadas como aglomerações de pontos com as menores distâncias entre eles de tal jeito que as áreas fossem menores ao mesmo tempo que representativas. O leitor encontrará a explicação detalhada do método de georreferenciamento dos pontos e do estabelecimento dessas aglomerações no capítulo dois. Nesse mesmo capítulo encontrará os detalhes dos métodos de cálculo das séries de tempo, dos modelos de programação linear e das analises estatísticas.

O período escolhido para pesquisar foram os anos entre 1840 e 1860, pois foram os anos em que o escravismo chegou a seu ápice tanto em Richmond quanto no Rio de Janeiro. Como mostraremos no capítulo 1, a população cativa carioca atingiu seu máximo registrado pelas fontes em 1849 e a richmoniana em 1860. Também nesse capítulo, o leitor encontrará as semelhanças e diferenças entre as duas cidades nessas duas décadas. Neste sentido, o primeiro capítulo explica o contexto geral em que os negros livres richmonianos e cariocas se encontravam no período em que o escravismo estava em seu máximo demográfico. O mesmo capítulo também apresenta os ciclos econômicos das duas cidades.

Esses ciclos foram a base para estabelecer os capítulos seguintes; ou seja, os capítulos 2 a 5 seguem uma ordem cronológica segundo os ciclos econômicos. No segundo capítulo é apresentada a atividade dos negros livres entre 1840-1846. No terceiro, entre 1847 e 1850, no quarto 1851-1856 e por fim, no quinto 1857-1860. Desta maneira, cada capítulo tem um número diferente de anos, mas, em compensação, os anos que o capítulo estuda foram semelhantes em termos econômicos.

Esperamos que no final desta exposição fique claro quais foram as influências do contexto econômico sobre a vida dos negros livres e quais foram as escolhas e estratégias financeiras que eles

desenvolveram para procurar resolver os desafios e as oportunidades que esse contexto lhes oferecia e, assim, tentar melhorar suas condições de vida. Já veremos até onde eles conseguiram atingir esse objetivo e até onde eu consegui atingir o meu.

# 1. OS VAIVÉNS NOS PORTOS

## 1.1 O ir e vir, o subir e descer da economia na cidade

Imaginemos que dois indivíduos, um no Rio de Janeiro e o outro em Richmond, comeram pão acompanhado de café no mesmo momento de algum dia de meados do século XIX. Eles estavam separados por 7.500 quilômetros, um se encontrava no hemisfério norte e o outro no sul e, já que essa refeição se deu simultaneamente, então para aquele que estava na capital da Virgínia, esse lanche aconteceu duas horas mais cedo em seu dia que para aquele que estava na cidade carioca.

Eles estavam separados por duas culturas diferentes. O virginiano escutava no seu dia a dia palavras em inglês, enquanto o fluminense em português. Assim, esse pequeno lanche de café com pão podia ter significados diferentes para eles. Muitas coisas diferenciavam a eles e a seus contextos. Porém, várias outras lhes eram comuns.

Para começar, o café e o pão, que consumiram, procediam dos mesmos lugares, pois o café, antes de chegar à mesa dos dois, passou pelas ruas do Rio de Janeiro e a farinha de trigo, antes de virar pão virginiano ou carioca, passou pelas trilhas de Richmond. As duas cidades estavam ligadas por esse comércio: quase todo o café vendido na capital da Virgínia vinha do Rio de Janeiro e boa parte da farinha de trigo que era importada pelo porto carioca tinha como origem a capital da Virgínia.[1]

O comércio internacional que saía de Richmond tinha como principal destino o Rio de Janeiro. Em 1858, foram vendidos US$1.774.810 para a cidade sul-americana, enquanto para a Inglaterra, que foi o segundo destino, foram enviadas mercadorias avaliadas em US$1.218.901. Com menos de um milhão de

1 Grande parte da publicidade no jornal *Richmond Enquirer* era feita pelos varejistas que anunciavam quanto café tinham de cada região de procedência. O corrente era que o aviso publicasse que o comerciante tinha disponíveis 1.000 *bushels* de café do Rio e 50 de Porto Rico ou Cuba. Ver, por exemplo, a edição do 28 julho de 1840. O café carioca em Richmond era tão importante que, em 1846, seu preço era informado de forma oficial pelo jornal ao lado das outras mercadorias essenciais: fumo, farinha, milho, carnes e demais. Ver, por exemplo, a edição de 27 de março de 1846. O mesmo acontecia no Rio de Janeiro com a farinha de trigo que era importada da cidade virginiana, pois, pelo menos desde 1840, o preço dela era informado pelo *Jornal do Commercio* do lado das mercadorias mais importantes para a cidade, e a *Revista do Comercio* que o mesmo jornal publicava semanal ou mensalmente, sempre dava conta do abastecimento que tinha a cidade desse tipo de farinha. Ver, por exemplo, a edição do 2 de março de 1840. O *Jornal do Commercio* está disponível para consulta na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, e o *Richmond Enquirer* na Biblioteca da Virgínia em Richmond.

dólares estavam portos em Austrália, França, Alemanha e Bélgica. Em contrapartida, o café brasileiro era uma das principais mercadorias importadas pelos richmonianos, ao lado do guano peruano e do açúcar e melaço caribenhos (McLeod 1991:57).

Esse comércio entre as duas cidades, que levava para o sul farinha e voltava para o norte com café, já era feito na década de 1830 e, provavelmente, foi aberto por Joseph Gallego, um comerciante de Málaga, Espanha, e pelo francês John A. M. Chevalie. Os dois chegaram aos Estados Unidos no final do século XVIII e se conheceram na Philadelphia quando se casaram com duas irmãs moradoras nessa cidade e, depois, os dois casais foram juntos para Richmond. É provável que os negócios com o Rio de Janeiro começaram a partir dos relacionamentos que conseguiu Chevalie quando foi diretor dos navios a vapor (os chamados, no século XIX, *paquetes* ou *packets* em inglês) de França para América (McLeod 1991:89), o que lhe permitiu abrir o mercado internacional para a farinha que era produzida no moinho em Richmond. Esse moinho, fundado por Gallego em 1796, foi um dos primeiros da cidade (Steger 1999:36) numa época em que ela começava a se desenvolver.

O crescimento da produção de farinha, em Richmond, na primeira metade do século XIX foi impressionante. Entre 1834 e 1850, nela estavam quatro dos maiores moinhos de trigo do mundo, que fabricavam mais de 1.000 barris por dia (Steger 1999:37). Esse aumento ocorreu como parte do movimento expansivo da atividade econômica da cidade que a transformou numa das principais do sul dos Estados Unidos.

Porém, esse incremento não foi contínuo e, em alguns momentosm a economia se reduz, por exemplo, entre 1807 e 1808, quando as exportações richmonianas caíram de US$4.8 milhões para US$0,5 como consequência do embargo ao comércio internacional de Jefferson. Entretanto, após a guerra, subiram de US$3 milhões em 1812 para quase US$20 milhões em 1814. Mas, infelizmente para eles, a crise de 1819 voltou a trazer efeitos negativos para seu comércio internacional e a quantidade de farinha exportada se reduziu 40% e o preço do trigo desceu de US$2,50 por *bushel* em 1817 para US$0,62 em 1820 (Steger 1999:37).

Nesse ano de crise, os moinhos reportaram para o censo industrial que tinham só 24 empregados e para o censo de 1840, disseram ter 106. Esse números são menores se comparados com os da indústria do

fumo que, em 1820, empregava 655 indivíduos e, em 1840, registrou no censo 981 empregados. Esse baixo nível de uso de força de trabalho na fabricação de farinha era consequência da intensidade no uso do capital, pois, em 1840, os investimentos nela somavam US$467.200 enquanto no fumo eram US$429.250 (Takagi 1994:88).

Desta forma, embora a farinha empregasse pouco pessoal, era a terceira indústria mais importante da cidade. A primeira era o fumo, produto tradicional e já secular da Virgínia, pois estava presente na história virginiana desde o começo, quando a colônia foi fundada no século XVII. Na metade do século XIX, mais da metade do fumo exportado pelo Estado passava por Richmond: dos 51.196 *bushels* vendidos no comércio internacional pela Virgínia em 1845, 21.960 foram por sua capital e, em 1860, dos 70.997 exportados pelo Estado, 79,8% foi feito por esse mesmo porto. -Gráfico 1.1.

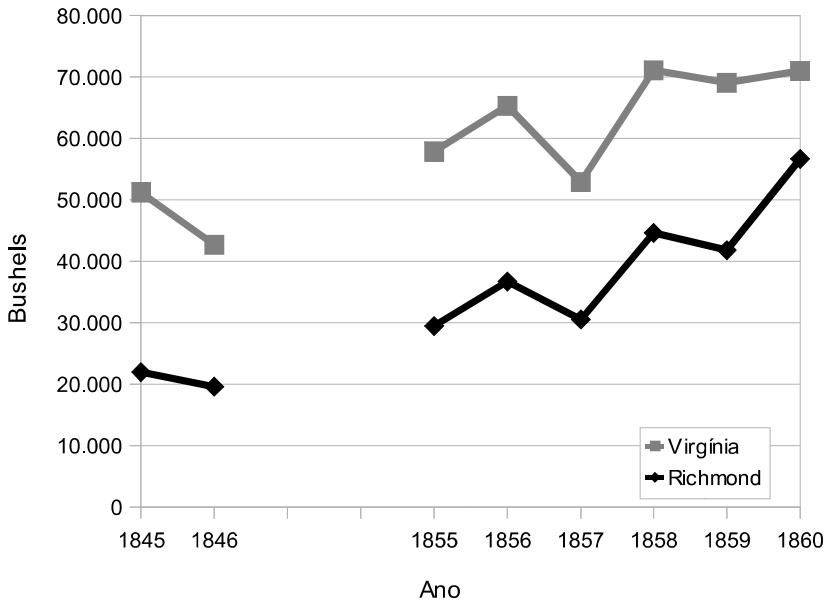



**Gráfico 1.1: Exportações de Fumo. Richmond, 1845-1860 (anos selecionados)**

Fonte: *Richmond Enquirer*. Edições de 13/10/1846 e 5/10/1860

O fumo experimentou um crescimento muito forte na metade do século XIX. Em 1840, o censo registrou um total manufaturado no Estado de US$629.340 (Takagi 1994:88). Em 1850, a produção anual foi de US$2.826.487 e, em 1860, de US$4.583.495 (Takagi 1994:179), significando que só nessa última década cresceu 1,62 vezes. Esse crescimento aumentou a importância de Richmond, como porto para o comércio internacional do Estado, bem como mudou a face da cidade transformando-a num grande centro

de negócios.

Igualmente rápido e forte foi o crescimento da atividade econômica no Rio de Janeiro nessa mesma metade do século XIX, e o café foi a principal mercadoria exportada, se destacando no comércio internacional: em 1836, foram vendidas umas 700.000 arrobas e, em 1861, se chegou às 3.000.000. Essa ascensão na produção foi acompanhada pelo incremento nos preços que, em 1830, oscilavam perto dos 4 mil-réis (4$000) e, para 1862, atingiram os 8 mil-réis, após cinco anos de aumentos contínuos (Ryan 2007:92).

No conjunto, não somente com o café, o comércio internacional do Rio de Janeiro quase triplicou nos quinze anos entre 1845 e 1860, pois, no primeiro desses anos se exportaram 22.599 mil contos e no segundo a conta chegou a 57.599 mil contos (Lobo 1978:266). Apesar da contínua tendência de incremento, no interior do período ocorreram vários ciclos: entre 1844-1847, os valores se mantiveram estáveis, em 1848, as exportações cresceram para 31.000 mil contos, mas voltaram a descer aos 27.000 mil contos nos dois anos seguintes. Contudo, na década de 1850, esse crescimento foi expressivo, registrando 35.000 mil contos em 1851, ficando nesse patamar pelos seguintes três anos e depois, entre 1855 e 1857, oscilou entre os 50.000 e 55.000 mil contos. A crise de 1857 declinou as operações da alfândega de 1858, mas para 1859 e 1860 as exportações voltaram ao nível anterior à crise. -Gráfico 1.2.

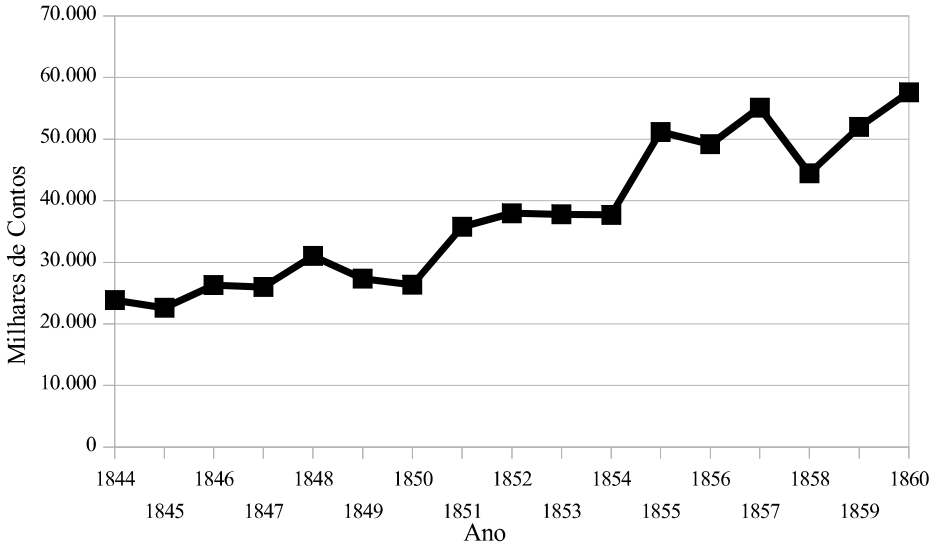



**Gráfico 1.2: Exportações. Rio de Janeiro, 1844-1860.**

Fonte: (Lobo 1978)

Comparando a taxa de crescimento da produção de fumo em Richmond entre 1850 e 1860, que foi

de 1,62, com a taxa de incremento das exportações do Rio de Janeiro entre 1851 e 1860, que foi de 1,61, ou melhor ainda, com a taxa de crescimento do café vendido pelo porto carioca nessa mesma década, que foi de pouco mais de 200%, fica claro que as duas cidades foram semelhantes na expansão da sua principal atividade comercial.

Nas duas cidades, o comércio internacional tinha como base uma mercadoria de amplo e, cada vez maior, consumo durante o século XIX. Muitas das pessoas, que em vários recantos do mundo fumavam um cigarro enquanto bebiam uma xícara de café em algum dia de meados do século XIX, provavelmente estavam comprando esses artigos, que tanto lhes satisfaziam, de Richmond e do Rio de Janeiro.

O casamento de café com cigarro que acompanhou inúmeros viventes do século XIX e XX, e que rendeu tantos benefícios e pesadelos, teve uma das suas bases produtivas mais importantes nesses dois lugares, pelo menos durante os primórdios do relacionamento da dupla. Por isso, o comportamento do mercado internacional era visto com muita atenção pelos jornais dessas cidades que, permanentemente debatiam e projetavam o que aconteceria com os preços e quais seriam as quantidades procuradas pelos compradores.

Esses mercados eram fundamentais para essas cidades, mas também eram importantes para suas próprias nações. O Brasil e os Estados Unidos tiveram fortes incrementos no comércio internacional em meados do século XIX. No primeiro deles, as exportações em 1844 foram de 43 milhões de contos e, em 1860, chegaram perto dos 113 milhões, o que significa uma expansão de 2,57. Porém, o crescimento foi muito mais expressivo na década de 1850, pois, entre 1844 e 1850, o fator de expansão foi de 1,25 enquanto que de 1850 para 1860 foi de 2,05 (Lobo 1978:266).

Nos Estados Unidos, entre 1840 e 1860, as exportações cresceram de 124 milhões de dólares para 334 milhões de dólares, o que significa um crescimento de 2,69; fator maior, embora próximo, do registrado pelo Brasil. Assim como ocorreu no país sul-americano, os Estados Unidos teve um incremento maior na década de 1850 se comparado com a de 1840. Nos dez anos anteriores a 1850, as exportações se multiplicaram por 1,16 enquanto que nos dez anos posteriores o fizeram por 2,31 (HSUS 2006:Ee362-375).

Essas taxas denotam a importância do comércio internacional para os dois países. Contudo, o

relacionamento comercial entre eles não era tão forte. Em 1840, os Estados Unidos importaram do Brasil US$5 milhões, mas o total importado pelo país foi de US$98 milhões; em 1860 essas importações cresceram para US$21 milhões, mas o total importado foi para US$354. Na direção contrária, os Estados Unidos venderam para o Brasil, em 1840, US$2 milhões e, em 1860, US$6 milhões, mas o total exportado pelos norte-americanos passou de US$124 milhões para US$334 (HSUS 2006:Ee 533-568).

Sendo assim, na metade no século XIX, o Brasil não era um grande parceiro para os Estados Unidos. Mas os norte-americanos também não eram os sócios comercias mais importantes para o Brasil. Em 1850, foram exportados US$3 milhões e importados US$9 milhões dos Estados Unidos para o Brasil, o que expresso em contos de réis brasileiros - taxa de cambio de US$580 por conto (1:000$000) (Stern 1957:293) foram 5.172 e 15.517 respectivamente. Nesse ano, o total importado pelo Brasil foi de 76.918 contos e o exportado foi de 55.032 contos (Lobo 1978:266).

Portanto, em 1850, no conjunto das exportações dos Estados Unidos, o Brasil representou somente 2%, e das importações 5%. No total das importações brasileiras, os norte-americanos representavam 7% e das exportações 28%. Essa última porcentagem era significativa, mas era menor que a registrada pela Europa, o grande sócio comercial para os dois países[i].

Em especial, a Inglaterra era o centro dos olhares do comércio internacional, pois não só era a origem e o destino de boa parte do comércio internacional estadunidense e brasileiro, como também era a detentora da moeda que definia a taxa de câmbio nos dois países e, nesse tema, outra vez, as duas nações eram semelhantes, pois, diferentemente do que acontecia com muitos dos outros países das Américas, o Brasil e os Estados Unidos procuraram, entre 1840 e 1860 (e esse período poderia se expandir além desses anos), manter a paridade com a moeda inglesa (Pelaéz e Suzigan 1981).

Em 1840 o pence inglês equivalia a 31 mil-réis, que foi o valor máximo nesses vinte anos. Em 1844, caiu para 23.100 réis, o valor mínimo no período; em 1850 estava em 28 mil-réis e, para 1860, oscilou próximo dos 25 mil-réis (Mattoso 1990:254). A libra esterlina avaliada em dólares custava US$4,79 em 1840, em 1847, caiu para seu valor mínimo no período, custava US$4,75, mas chegou ao máximo em 1851, quando custou US$4,9 e, em 1860, estava em US$4,82 (HSUS 2006:Ee 615-620).

Com isso, nesses vinte anos, na média, um pence inglês custava 26.900 réis com um desvio padrão

de só 1.890, e em média US$4,84 com um desvio padrão de somente 0,04. Isso significa que, nos dois países, a taxa de câmbio oscilou menos de 1% para cima ou para baixo da sua própria média. Portanto, os dois países não só compartilhavam a importância do comércio internacional, como também a estabilidade cambial para as suas economias nacionais.

Isso se refletia nas políticas monetárias. Como outros países, o Brasil e os Estados Unidos assistiram ao debate entre metalistas e papelistas, e a taxa de câmbio e o "deve ser" das suas flutuações era um dos temas centrais (Saes 1986). No caso brasileiro, o bimetalismo foi adotado oficialmente em novembro de 1846 numa proporção de 1 (ouro) para 15 5/8 (prata), embora boa parte do meio circulante continuasse por todo o período composto por papel que não era conversível e que não tinha uma base em reserva metálica (Bentivoglio 2003:10)(Pelaéz e Suzigan 1981)

Nos Estados Unidos, o bimetalismo foi adotado no final do século XVIII numa relação de 1:15, mas, em 1834, a relação oficial mudou para 1:16, que legalmente se manteve durante as duas décadas de 1840 e 1850. Porém, desde o início do século XIX, os bancos norte-americanos emitiram cédulas que circulavam em regiões específicas e que eram aceitas após se aplicarem taxas de desconto que dependiam da reputação do banco (e de seus clientes) e da distância que ele estava do lugar onde se realizava a transação. Isso significa que os Estados Unidos tinham uma quantidade de papel-moeda que não necessariamente mantinha uma base em reserva metálica (Walton e Rockoff 2010:263).

Esse sistema monetário, que oficialmente mantinha o bimetalismo como base da emissão e ao mesmo tempo, na realidade, o papel-moeda nem sempre tinha um lastro em ouro ou prata, gerou fortes debates na época e as crises econômicas frequentemente eram entendidas, pelo menos parcialmente, como consequência do crescimento na oferta monetária que não era acompanhada pelas reservas em metálico (Besomi 2010).

Nos Estados Unidos, a inflação entre 1833-1836, década anterior ao período que nos interessa, tinha uma parte da sua explicação no crescimento da quantidade de papel-moeda em circulação que, possivelmente, aumentou perto do 1,16 (Temin 1969:71). Porém, na mesma década, também cresceu a reserva em metal, que provinha do fluxo de prata do México face aos problemas políticos nesse país e também ao pagamento da indenização francesa em 1836 pelos custos para os americanos da Revolução

Francesa e das Guerras Napoleônicas. Outro fator foi a chegada de capitais britânicos no mercado dos EUA, em virtude dos juros maiores pagos pelos norte-americanos, e pela redução dos pagamentos em metal nos intercâmbios comerciais com a China como consequência das tensões e confrontos entre britânicos e chineses (Atack e Passell 1979:100).

Nesse sentido, a historiografia acha que o pânico de 1837 pode estar mais associado ao incremento nos juros britânicos do que às questões da emissão nos Estados Unidos. A crise gerada nesse cenário entrou no período que nos interessa, pois entre 1838 e 1842, a oferta monetária se reduziu em 34% e o índice de preços entre 1839 e 1843 caiu 33% (Atack e Passell 1979:102). O mesmo aconteceu no caso brasileiro, pois a crise da segunda metade da década de 1830 entrou no começo do nosso período: a inflação entre 1838-1842 ficou em -7,4% (Buescu 1973:135) e o déficit fiscal, que no período de 1834/35 era de 0,8% sobre o valor total da receita, foi para 4,7% em 1835/36, em 1841/42 estava em 72,1% e em 1842/43 atingiu o patamar dos 94% (Guimarães 1997:4).

No Brasil e nos Estados Unidos, o início da década de 1840 consistiu no desdobramento da crise dos anos trinta e essa simultaneidade sugere a importância dos fatores externos, principalmente do fluxo comercial e financeiro, como uma das causas dos problemas econômicos nos dois países. Porém, a relevância dos eventos exógenos não quer dizer que os acontecimentos internos e específicos de cada país não tenham valor explicativo; pelo contrario e, assim como ocorreu nos Estados Unidos, onde os fatores endógenos, que já comentamos (taxa de juros, pagamento da indenização francesa e fluxo do metálico mexicano), tiveram um papel relevante, no Brasil, a crise política interna daqueles anos explica boa parte do déficit, visto que o gasto de maior crescimento foi o militar (Nogueira 1988:333)(Carvalho 1996:241-267)

Embora os fatores internos que levaram à crise fossem diferentes, várias das medidas tomadas pelos respectivos governos para sair dela foram iguais, em especial, os esforços para regular a emissão de papel-moeda pelos agentes financeiros. O governo norte-americano reduziu o total em circulação de US$231 milhões em 1838 para US$188 milhões em 1840, e a redução se manteve até 1842 (HSUS 2006:Cj 7-21). O governo imperial brasileiro, através do Tesouro, emitiu 39,5 milhares de contos de réis em 1838, e três anos depois, em 1841, emitiu 40,5 milhares de contos, o que indicaria uma estabilidade e

não diminuição. Porém, se compararmos os dados de 1838 com os de três anos antes, em 1835, quando a emissão foi de 30,7 milhares de contos (IBGE 1990:10.1), perceberemos, com maior clareza o impacto na política de emissão, já que, entre 1835-1838, ela se expandiu 28% e, entre 1838-1841, o fez unicamente em 2%.

Após 1842, o meio circulante voltou a crescer nos Estados Unidos e esse comportamento se manteve até 1847-1848, quando se estabilizou com uma pequena tendência de queda. Nesse período, e, apesar do segundo banco dos Estados Unidos já não mais existir (Temin 1969:249-267) (Knodell 2003:5-30), a grande maioria dos Estados ainda não adotava o sistema de liberdade para os bancos (o chamado *free banking*), e só Michigan, Georgia e New York aprovaram o sistema, o primeiro deles em 1837 e os outros dois em 1838. Todavia Michigam o proibiu em 1839 e, na Georgia, foram poucos os bancos que operaram nesse período. O crescimento do *free banking* aconteceu na década de 1850 e, entre 1849 e 1860, 15 estados o acolheram (Atack e Passell 1979:105).

O sistema de liberdade para os bancos não significou a liberdade total na gestão do negócio e, em particular, da emissão; ele se referiu mais à liberdade de abrir bancos, e por isso o crescimento se deu no oeste dos Estados Unidos. Isso indica que o crescimento do papel-moeda no período 1842-1847 esteve vinculado mais ao aumento nas reservas metálicas do que à emissão bancaria.

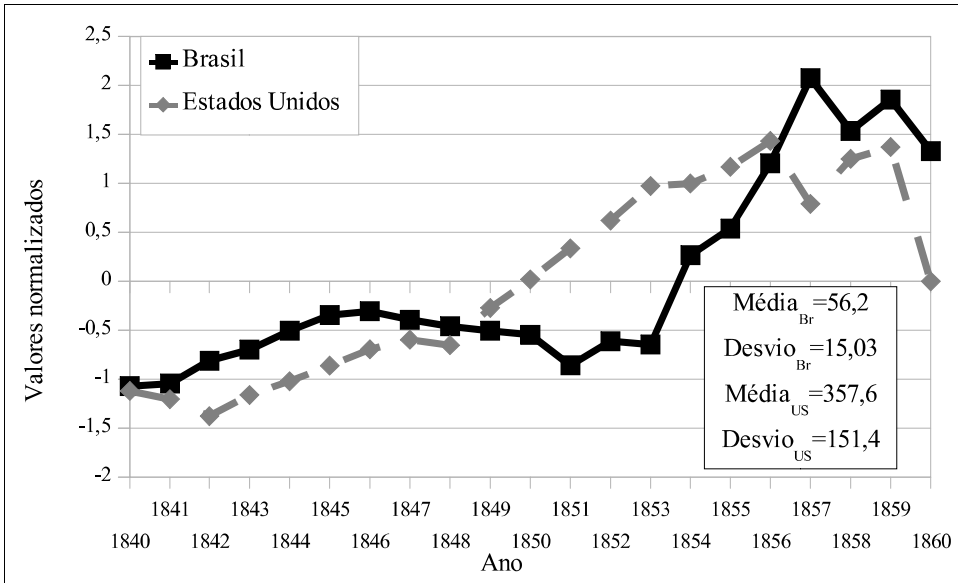



**Gráfico 1.3: Tendência do Papel-moeda em poder do público. Brasil e Estados Unidos 1840-1860.**

Fonte: (IBGE 1990:10.1)(HSUS 2006:Cj 7-21)

Em 1840, o número total de bancos comerciais que operavam nos Estados Unidos era de 900 e, em 1845, esse número se reduziu ao patamar dos 700. No final da década, eram pouco mais de 800, porém, na década de 1850 a quantidade de bancos pulou desses 800 para 1.600 (Atack e Passell 1979:105). Portanto, o crescimento na oferta monetária, entre 1849 e 1856, (Gráfico 1.3[ii]) pode estar ligado a essa expansão bancária na década de 1850.

No entanto, esse crescimento se encontrava ancorado no oeste dos Estados Unidos, e a Virgínia não aprovou leis referentes ao sistema de *free banking*, embora, nos anos anteriores à Guerra Civil, o número de estabelecimentos financeiros tivesse crescido. Mas, na década de 1840, em Richmond existiram só cinco bancos que concentravam as operações: Bank of Virginia, Farmer´s Bank, Exchange Bank of Virginia, Bank of Valley e North Westerm Bank of Virginia. Desses, os três primeiros foram os mais importantes.

No Rio de Janeiro, também eram relativamente poucos os bancos que operavam neste período. Na década de 1830-1840, o Banco Comercial do Rio de Janeiro, criado em 1838, era o mais importante na cidade. Porém, essa importância tem que ser relativizada, considerando a participação das casas comerciais, de penhoras, de seguro e de comissão que emitiam títulos que, embora não pudessem ser entendidos totalmente como papel-moeda, pois com eles não era possível comprar títulos de dívida pública, em geral, eram títulos reembolsáveis só nas mesmas casas que os emitiam, e, mesmo assim, eles chegaram a ter uma circulação relevante (Guimarães 1997:59).

Entre 1840 e 1846, a oferta monetária brasileira, assim como a norte-americana se expandiu, passando dos 40 milhares de contos para 50 milhares (IBGE 1990:10.1). Nesse último ano, 1846, a reforma monetária foi aprovada e com ela se cristalizou o esforço de conter a emissão privada, que teve reflexos na série de papel-moeda em poder do público que assistiu uma queda desde 1846 até 1851 (Gráfico 1.3). Mas, entre 1852 e 1857, a série volta a crescer quando o número de estabelecimentos bancários (bancos e casas) aumentou e com isso a expansão monetária por eles gerada. Para se ter uma ideia, em 1852, a emissão privada foi de 5.569 contos e, em 1857, se multiplicou 9 vezes, atingindo 51.540 contos, enquanto a emissão pelo Tesouro se manteve em 46 milhares de contos (Guimarães 1997:6).

Na década de 1850, foram muitos os estabelecimentos que tinham funções financeiras no Rio de Janeiro. Por exemplo, em 1855, sob o título de *bancos* só aparecem no Almanaque Laemmert[2] os Bancos do Brasil, o Banco Comercial (em liquidação), Banco de França e o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, mas as casas bancárias, como a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co., as agências de desconto, as casas de dinheiro a prêmio e vários outros negócios participavam do mercado financeiro e seus papéis continuavam circulando na cidade.

A importância desse mercado, que não passava diretamente pelos bancos, pode ser avaliada quando se observam os dados dos empréstimos registrados nos cartórios: entre 1840 e 1850, o valor agregado desses créditos quase se duplicou, chegando às £240.000 e, para 1860, tinha superado as £500.000 (Ryan 2007:3.1).

A duplicação do crédito na década de 1850 e, sobretudo, o aumento da quantidade de papel-moeda em poder do público refletiram no comportamento dos preços. O gráfico 1.4 apresenta o comportamento dos preços dos alimentos mais relevantes da cesta básica da população carioca na metade do século XIX e mostra que a tendência geral foi de queda na década anterior à 1850 e de expansão na posterior[iii]. Porém, esse movimento foi diferente para alguns bens.

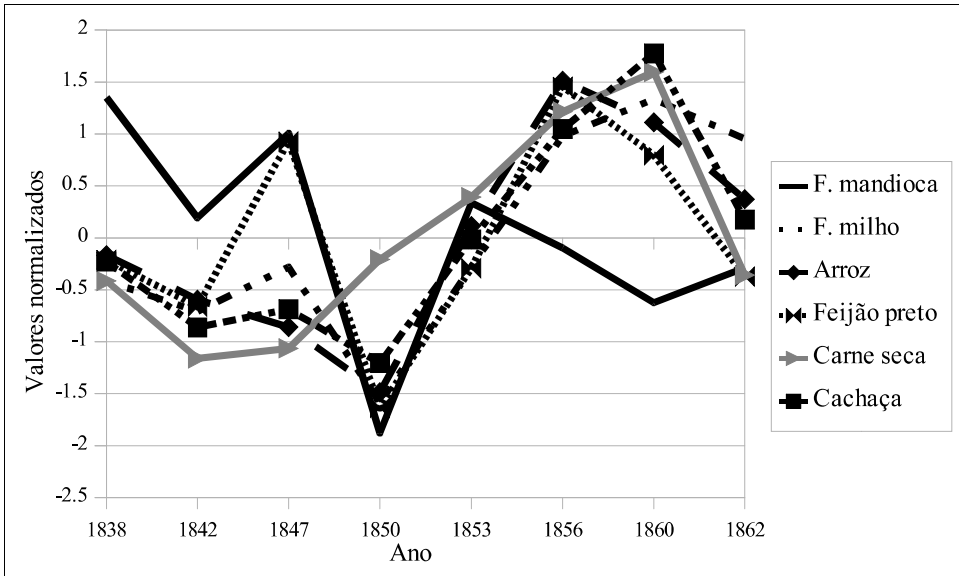



**Gráfico 1.4: Tendência dos preços nominais. Rio de Janeiro, 1838-1862**

Fonte: (BUESCU, 1973) e *Jornal do Commercio.* Várias edições.

Especificamente, entre 1838 e 1850, a farinha de mandioca e de milho, o arroz, o feijão preto e a

2 Disponível em Center for Research Libraries (CRL): http://www.crl.edu/brazil/almanak

cachaça reduziram seus valores nominais. O único produto que não acompanhou essa tendência foi a carne seca. Contudo, entre os anos de 1847 e 1850, os preços tiveram uma queda mais acentuada que nos anos de 1838-1847, pois, neste último ano, a média dos preços normalizados atingiu -0,16 enquanto que em 1850 foi de -1,33, o menor índice de todo o período.

Em 1853, os preços se recuperaram e voltaram a sua média das duas décadas anteriores. Porém, o crescimento continuou de mãos dadas com o aumento das emissões de moeda. Não por acaso, em 1856, atingiu o máximo do período e alguns preços se mantiveram nesse patamar até 1860, quando voltaram a descer mas, em 1862, estavam novamente na média. O único produto que não acompanhou esse movimento na década de 1850 foi a farinha de mandioca que, entre 1853 e 1860, viu seu preço se reduzir.

Em Richmond o ciclo dos preços (Gráfico 1.5[iv]) foi mais ou menos semelhante ao do Rio de Janeiro e, possivelmente, uma parte da explicação esteja no comportamento da série de papel-moeda. Aproveitemos para aclarar que as tendências monetárias do gráfico 1.3 se referem ao Brasil e aos Estados Unidos, e as séries de preços dos gráficos 1.4 e 1.5 às cidades do Rio de Janeiro e Richmond respectivamente, portanto, não necessariamente existia vínculo direto entre essas séries de moeda e preços. Mas, devido à importância desses portos em seus países, é provável que esse vínculo existisse. Sobre essa questão e seus detalhes voltaremos nos próximos capítulos.




**Gráfico 1.5: Tendências dos preços nominais. Richmond, 1840-1860**

Fonte: *Richmond Enquirer*, Várias edições.

Por enquanto, vale ressaltar que a relativa semelhança no movimento das séries de preços nominais

dos alimentos entre as duas cidades sinalizava a importância do contexto internacional nos seus ritmos locais. Por exemplo, em Richmond, assim como no Rio de Janeiro, apresentou-se uma queda nos preços entre 1847 e 1850 e, neste último ano, também ocorreu a menor média dos valores normalizados desses produtos. Porém, diferentemente do que aconteceu no porto carioca, entre 1840 e 1842, os preços se mantiveram estáveis com uma pequena tendência ao incremento. Contudo, os anos de 1842-1847 e 1850-1856, se movimentaram no mesmo sentido nas duas cidades e, sobretudo, nesse segundo período quando ocorreram fortes taxas de incrementos que, no caso norte-americano, se mantiveram até 1860 (Gráfico 1.5).

É importante destacar que esses movimentos nos preços tiveram impactos nas atividades econômicas dos habitantes de Richmond e do Rio de Janeiro, pois, nesses anos, boa parte do abastecimento passava pelo mercado. Não que não existissem produções de autoconsumo ou estratégias de redistribuição de bens por mecanismos de reciprocidade ou troca, mas, já o mercado controlava uma parcela importante da circulação, e, como era evidente, nessas atividades de compra e venda participavam os negros -livres e escravos.

Por exemplo, em Richmond, as fontes relataram que mulheres negras levavam cestos com comida para vender nas ruas próximas dos mercados e das fábricas, ou trabalhavam em pequenos estabelecimentos com cozinhas simples nas quais elas preparavam e forneciam refeições quentes para os operários da cidade. As fontes frequentemente também destacaram a atividade de lavadeiras exercidas por elas, que eram contratadas pelas famílias abastadas (Takagi 1994:213).

No mesmo sentido, a venda de comida na rua pelas mulheres negras do Rio de Janeiro era uma atividade conhecida de todos os que moravam na cidade e as famosas quitandeiras foram citadas constantemente pela historiografia sobre a escravidão na cidade (Soares 2007). O mesmo aconteceu com as pretas lavadeiras que todos os dias apareciam no Largo da Carioca ou nos rios da periferia para lavar as roupas da freguesia (Graham 1992).

Todas essas atividades eram remuneradas em moeda e com preços que se formavam no mercado. Assim, as grandes mudanças no cenário internacional ou na política econômica dos países sempre redundavam nas pequenas economias dos pobres dessas duas cidades: se a inflação aumentava como

consequência da expansão monetária, ela era sentida na pele pelos indivíduos, e se as autoridades britânicas mexiam na bolsa de Londres, puxando o ouro do planeta para lá, então as finanças das negras lavadeiras de Richmond e do Rio de Janeiro também era afetada.

Entretanto, esse impacto não era linear e dependia de muitas outras variáveis, tanto das políticas que autoridades nacionais e locais seguiram, quanto da posição específica, que cada indivíduo pobre tinha na estrutura produtiva da sua sociedade, pois o impacto das transformações no contexto econômico não era necessariamente igual para um escravo de roça e para uma forra quitandeira.

### 1.2 A cidade e os pretos

De suma importância é conhecer as ocupações dos negros na cidade. Nesse tópico, de novo, Richmond e o Rio de Janeiro eram muito semelhantes. Nelas, as ocupações podem ser divididas em três grandes grupos de funções: trabalhos domésticos, venda de bens e serviços nas ruas por conta própria e trabalho contratado pelos estabelecimentos industriais ou comerciais.

No primeiro conjunto, o trabalho doméstico, as diferenças entre aqueles que estavam na capital da Virgínia e aqueles da capital fluminense não parecem ser muitas. Nas duas cidades, as famílias que podiam pagar pelos serviços de trabalhadores domésticos não duvidavam em fazê-lo; aquelas que podiam comprar escravos os compravam e aquelas que preferiam *alugar* um indivíduo também o faziam. Assim, o mercado de servidores domésticos era composto por compra e venda de escravos ou pela contratação de indivíduos que poderiam ser brancos ou negros, sendo que estes últimos poderiam ser livres ou escravos.

Por isso, nas duas cidades, na casa de uma família abastada era sempre possível achar negros e brancos trabalhando juntos, ou livres e escravos compartilhando o mesmo espaço, embora a quantidade relativa de negros provavelmente sempre fosse maior que a de brancos. É claro que isso não significa que os trabalhadores domésticos fossem iguais, muito pelo contrário, existiam diferenças entre eles.

A única dessemelhança importante entre as cidades no tocante ao trabalho doméstico era a prática carioca de contratar ou comprar "amas de leite". Essa atividade não é reportada pelas fontes da Virgínia e, no *Richmond Enquirer,* não se registram anúncios nem de procura nem de oferta. No Rio de Janeiro, ao

contrário de Richmond, uma grande parcela do mercado de serviços domésticos era dominada por esse tipo de trabalho (Graham 1992).

O segundo grande conjunto de atividades produtivas era de vendas de bens e serviços nas ruas e aqui, de novo, as diferenças entre richmonianos e cariocas parecem minúsculas. As fontes sistematicamente as sinalizam como corriqueiras na vida das cidades. Eles vendiam frutas, vegetais, pães, bebidas e pequenas refeições. Prestavam desde serviços como carregar pesos, levar encomendas e mensagens até fazer pequenos consertos ou participar das obras de construção como pedreiros ou carpinteiros (Rothman 2003).

O terceiro conjunto era semelhante no Rio de Janeiro e Richmond. A contratação de escravos para trabalhar ao lado dos indivíduos livres era uma prática comum em muitos lugares, mas a quantidade de cativos envolvidos nesses negócios, nestas duas cidades, não teve precedentes e boa parte da expansão da manufatura e do comércio que existiu foi feita com a combinação de trabalho livre e escravo nos estabelecimentos produtivos.

No porto e seus trapiches, nos grandes armazéns e lojas, nos famosos secos e molhados, nas fábricas e oficinas da Baía de Guanabara e do Rio James, era comum que os escravos fossem contratados para trabalhar para agentes diferentes dos seus senhores e compartilhassem esse espaço com indivíduos livres. Isso era uma das características fundamentais do escravismo nestas duas cidades, mas, também, contribuiu para definir suas estruturas e os ritmos do mercado de trabalho (Momesso 2007).

O dinamismo dessas atividades urbanas gerou um deslocamento de cativos para as cidades à procura desses trabalhos, pelo menos até 1850 no Rio de Janeiro e 1860 em Richmond. Aclaremos que falamos de todos esses tipos de trabalho e não unicamente de trabalho para o serviço doméstico, porque fazer uma identidade entre trabalho escravo urbano e trabalho escravo doméstico, como acabamos de comentar, não é possível.

Para o Rio de Janeiro, esse deslocamento significou o aumento na importação de escravos da África com uma taxa sem precedentes na história atlântica (Florentino 2002b). Não obstante, esse tráfico acabou em 1850 e, por isso, nosso período de estudo abrange a última década do porto carioca como lugar do desembarque e a primeira após o fechamento. Segundo alguns historiadores (Alencastro 1999b)(Soares

2007), o fim do comércio negreiro foi fundamental para o crescimento econômico nos anos cinquenta do século XIX. Porém, não conhecemos uma pesquisa que demonstre essa relação causal, além da coincidência dos dois fatos acontecerem em sequência. Por isso, voltaremos a esse tema no capítulo 4.

Por sua vez, Richmond também fazia parte da rede de comercialização e distribuição de cativos nos Estados Unidos (Johnson 1999). Mas, é claro, de forma diferente do que aconteceu no Rio de Janeiro, pois a capital da Virgínia não participava num comércio internacional de escravos e os que ela comprava, vinham, principalmente, do próprio Estado (Tadman 1990). Sobre esse assunto também voltaremos reiteradamente nos próximos capítulos.

Por enquanto, importa saber que tanto na Baía de Guanabara quanto no Rio James, existiam senhores que moravam no campo ou na periferia e que enviavam seus escravos para que fossem contratados e elevar a sua renda (Cole 1994:66). Mas, não era só isso, pois também existia a venda de indivíduos do campo para a cidade, para, assim satisfazer as crescentes necessidades da economia urbana. Portanto, não é que Richmond e o Rio de Janeiro fossem só grandes polos redistribuidores de escravos para outras partes de seus países e que fizessem parte da rede de comercialização nacional ou internacional, pois eram também centros de trabalho para os cativos que eram contratados por empregadores diferentes dos seus senhores.

Embora as duas cidades fossem escravistas porque tinham uma parcela representativa da sua população no cativeiro, como veremos mais à frente, também uma grande parcela da população era de livres e muitos de seus habitantes eram donos de escravos. Em 1840, em Richmond, a metade dos lares da cidade possuía cativos (Cole 1994:70) e essa propriedade estava concentrada, pois as unidades familiares com um único escravo totalizavam os 9% de cativos da urbe (Takagi 1994:92).

Esses indicadores também foram muito fortes e claros no Rio de Janeiro. Nesta, a escravidão estava muito mais concentrada e os detentores de menos de quatro cativos entre 1810 e 1835 tinham somente 2,8% do total de escravos na cidade (Florentino e Fragoso 2001:242), mas a propriedade de pessoas estava tão estendida que os 86,4% dos inventários pós-mortem de 1834-1835 declararam ter escravos (Florentino 2002b:28).

A forte economia escravista carioca incrementou os preços dos cativos no período que nos

interessa, sobretudo, na década de 1850. Um escravo homem em idade produtiva, em 1839, custava 294 mil-réis (294$000), em 1850, eram 320 mil-réis (320$000) e, em 1860, chegou ao valor de 1:016$500 réis (Mello 1992), o que significa que, nesses vinte anos, o valor desse escravo cresceu 3,45 vezes, mas, nos últimos dez, o incremento foi de 3,17 vezes.

Esse crescimento provavelmente estava ligado ao fim do tráfico atlântico de africanos para o Brasil. Não obstante, a importância desse fator na explicação tem que ser relativizado, pois em outros lugares, nesses mesmos anos também ocorreu esse aumento (Bergad 2007). Especificamente, em Richmond, os incrementos nos índices são semelhantes: um escravo homem em idade produtiva custava em média, em 1830, US$400 (Steger 1999:81) e, para 1859, chegou ao valor de US$1.500 (Schnittman 1986:412), ou seja uma expansão de 3,75 vezes.

Porém, a diferença do Rio de Janeiro foi que o maior incremento se deu na década de 1830, quando o preço pulou desses US$400 de 1830 para US$1.000 em 1840. Portanto, o crescimento nos preços em Richmond estava vinculado tanto à expansão econômica da cidade quanto aos problemas de abastecimento de cativos e algo semelhante deve ter acontecido na capital brasileira.

Sendo assim, se compararmos os valores nominais, os escravos cariocas eram bem mais baratos que os richmonianos, pois, em 1850 eles custavam menos de um quinto que aqueles. Mesmo se usarmos os índices de Claudia Goldin (1976), que oferecem valores menores que os anteriores, os preços dos escravos virginianos seriam maiores do que os dos cariocas, pois a autora estimou que, para 1850, um homem valia, em média nas cidades do Estado da Virgínia, US$490 e, no Rio de Janeiro, segundo os dados de Pedro Mello (1992), nesse mesmo ano, custaria aproximadamente US$186 com a taxa de câmbio de US$580 por conto (Stern 1957:293).

Nas duas cidades, o incremento no preço dos cativos foi claro e muito forte. O mesmo aconteceu com os valores pagos pelo trabalho dos escravos contratados. Em 1830, a média paga por ano ao cativo nas três principais cidades da Virgínia foi de US$42. Em 1840, se incrementou e chegou aos US$87, mas, na seguinte década, ocorreu uma queda e, em 1850, o valor era de US$53. No entanto, nos dez anos posteriores se expandiu novamente e atingiu os US$126 em 1860. Portanto, no período 1850-1860, a multiplicação do jornal escravo foi por 2,37 (Goldin 1976).

No Rio de Janeiro, foi igualmente notável o crescimento nesses mesmos dez anos, pois o valor por mês passou de 13 mil-réis, em 1851, para 25 mil-réis em 1860, o que significa uma expansão de 1,92. A década de 1840 não registrou grandes aumentos, pois, em 1840 o jornal estava em média de 11 mil-réis (Mello 1992).

Esses incrementos denotam a importância do trabalho escravo contratado para o desenvolvimento econômico destas cidades. Essa relevância gerou, e ainda gera, um intenso debate historiográfico, sobretudo, a partir da pesquisa de Richard Wade (1964) sobre a escravidão urbana nos Estados Unidos. Para ele, o trabalho escravo era incompatível com a cidade pelos altos e difíceis custos de vigilância dos cativos nas urbes em crescimento. Como evidência, o autor forneceu dados que mostravam a queda da proporção de escravos nas cidades que se expandiram.

No entanto, Richmond não se encaixava no modelo de Wade, pois, mesmo sendo um centro redistribuidor de escravos que comprava e vendia para outras regiões do país, e que pode ter sido um dos maiores mercados de escravos de todos os Estados Unidos (Dunaway 2003) também é certo que boa parte dessa oferta era realizada na própria cidade para satisfazer a procura interna (Kimball 2000:156), pois, como exemplo, só a firma R. H. Dickinson & Brother vendeu, em média, dois mil indivíduos por ano entre 1846 e 1849, e, em 1857, Dickinson, Hill & Co. faturou pela venda de escravos mais de 2 milhões de dólares, com muitos dos cativos sendo levados para o mercado de New Orleans.

Visando incluir Richmond no modelo explicativo acerca da escravidão nas cidades norte-americanas, Claudia Goldin (1976) sugeriu uma hipótese diferente da de Wade. Para ela, a explicação estaria vinculada à elasticidade-preço dos escravos nas economias urbanas, pois os senhores eram elásticos ao preço e vendiam para fora, ou para dentro das cidades, segundo os ganhos que pudessem conseguir. Na capital da Virgínia, com a elevação dos preços, isso levou os cativos para cidade.

Seja qual for a hipótese que se defenda, o fato é que Richmond tinha um duplo papel no mercado de escravos, como já destacamos. Por um lado, constituiu-se como centro redistribuidor em escala nacional ao comprar e revender para diferentes regiões norte-americanas; e por outro lado, como mercado a ser abastecido, pois empregava grandes contingentes de cativos. O Rio de Janeiro também tinha esse mesmo duplo papel: por um lado, importava escravos da África (Florentino 2002b) e trazia cativos do

nordeste brasileiro para revender nas províncias do Sudeste e Sul do país (Slenes 1976); e, por outro lado, uma parcela importante desses cativos ficava na cidade para satisfazer a procura interna (Fragoso 1998).

A importância quantitativa desse mercado de escravos gerou a especialização de alguns pontos da cidade na compra e venda de cativos. No Rio de Janeiro, a região do Valongo, do lado norte do centro, era o núcleo da atividade (Chalhoub 1990) e, em Richmond, era na rua 15$^{th}$ entre as ruas Cary e Franklin (Sorensen 2005) quase no centro da cidade. Essa centralidade do espaço de compra-venda nas duas cidades denota a importância que para elas tinha o trabalho cativo.

Os escravos eram fundamentais para a economia da cidade. Em 1840, pelo menos 70% dos trabalhadores da indústria do fumo richmoniana eram escravos e essa porcentagem poderia atingir 85% no auge da produção (Takagi 1994:120). Para que fique ainda mais clara essa relevância, a indústria do fumo empregava, em 1840, 40% do total de homens em idade produtiva da cidade e essa proporção cresceu para 50% em 1850 e 1860 (Steger 1999:84).

Já que a propriedade de escravos era estendida na cidade, o mercado de cativos contratados, em Richmond, apresentava um oligopsônio, pois eram relativamente poucos os estabelecimentos que procuravam, embora contratassem grandes contingentes. No entanto, eram em maior número os donos que ofereciam seus escravos para serem contratados. Esse oligopsônio foi uma das grandes diferenças entre a escravidão richmoniana e a carioca, pois, no Rio de Janeiro, a procura por contratar escravos nunca chegou a se concentrar e, pelo contrário, o emprego de escravos era comum em todo tipo de estabelecimento, mesmo nas menores oficinas (Lima 1998).

O dito acima não significa que as cidades fossem diferentes na propriedade e emprego de escravos, pois, como já resenhamos, nisso eram semelhantes. A diferença estava no mercado de contratação de escravos: na norte-americana, a procura por esse tipo de trabalho e trabalhador estava concentrada, na sul-americana esse tipo de procura era bem mais ampla.

Esse mercado de escravos contratados gerava também rentabilidades diferentes para a escravidão dessas cidades em comparação com seus respectivos países. Nos Estados Unidos, em geral, a rentabilidade do trabalho escravo, no século XIX, poderia ter sido maior que 10% (Fogel e Engerman 1989:70), e no Brasil poderia ter atingido 30% nas décadas de 1840 e 1850 (Mello 1992:636), dependendo da região e do

momento.

Esses cálculos foram feitos com os escravos que trabalhavam diretamente para seus senhores e que produziam fundamentalmente mercadorias agropecuárias, significando que a rentabilidade dependia do investimento na compra de cativos e dos preços dessas mercadorias. No entanto, como em Richmond e no Rio de Janeiro existia mercado de escravos contratados, isso significa que, para o senhores, as variáveis que determinavam a rentabilidade eram o investimento na compra e o jornal ou salário pago para o cativo pelo agente que o contratara.

O salário dos escravos contratados dependia dos salários dos trabalhadores livres. Mas, no sentido inverso, a remuneração dos trabalhadores livres dependia de relação entre a disponibilidade de trabalho cativo e livre. No Rio de Janeiro, quando aumentava a quantidade de trabalhadores livres, fundamentalmente de imigrantes europeus, o jornal dos escravos de ganho tendia a se reduzir (Alencastro 1988).

Em Richmond, os custos do trabalho escravo contratado eram maiores que os salários dos trabalhadores livres. Segundo os cálculos de Suzanne Schnittman (1986), o custo total por escravo empregado na produção industrial de fumo oscilava entre US$345 e US$395 por ano, em contraste com os US$225 que ganhavam os negros livres nesses mesmos estabelecimentos e os US$335 dos trabalhadores brancos em outras atividades.

Em outras palavras, segundo essas fontes, enquanto no Rio de Janeiro a chegada dos imigrantes tendeu a diminuir os jornais escravos, em Richmond isso não aconteceu. Além do mais, as duas cidades foram importantes destinos para imigração europeia. Em 1860, os estrangeiros eram 32% dos trabalhadores livres e 21% de todos os brancos da capital virginiana (McLeod 1991) enquanto que, no Rio de Janeiro, a chegada de europeus, sobretudo de portugueses, transformou a cidade que tinha só 4 brancos para cada 6 negros em 1849, numa cidade que tinha, em 1872, a proporção inversa: 6 brancos para cada 4 negros (Alencastro 1999a:30).

Apesar do crescimento da imigração branca, entre 1840 e 1860, as cidades ainda continuaram com um contingente de população cativa que mantinha sua importância demográfica e econômica. Entre esses dois grandes grupos, negros escravos e brancos, encontrava lugar a população de negros livres. Um grupo

que evidentemente era socialmente diferente em relação aos outros dois, mas que também compartilhava com eles pelo menos a semelhança da autonomia, pois os escravos destas duas cidades eram autônomos o suficiente para produzir um contexto de ambiguidade frente a seu status. Nisso, de novo, havia pouca diferença entre Richmond e o Rio de Janeiro (Kimball 2000)(Grinberg 1994).

A existência de negros livres no escravismo dos Estados Unidos e do Brasil é um dos tópicos de frequente estudo na historiografia comparada e, desde a época em que o debate foi aberto pelo livro de Tannenbaum (1947), muita coisa já foi dita para mostrar até que ponto havia ou não diferenças na alforria (Ingersoll 1991)(De la Fuente 2004)(Cooper, Holt, e Scott 2005). Várias pesquisas foram realizadas para analisar o lugar social do negro livre nos Estados Unidos (Berlin 1976) e no Brasil (Mattos 1998) escravistas.

No caso do Rio de Janeiro, é suficiente dizer que a alforria de escravos aconteceu permanentemente no século XIX, e só entre 1840 e 1871 foram mais de 17.000 os escravos que registraram a sua liberdade nos cartórios da cidade (Florentino 2002a). No período que nos interessa, ela cresceu até 1856 e nos últimos anos dessa década amargou uma forte queda (Valencia 2011).

Na Virgínia, a libertação de escravos foi uma prática com grandes números no final do século XVIII e, em 1790, esse era o Estado com a maior população de negros livres de todo o país. Tal população passou de 12.866 indivíduos, em 1790, para 20.124 em 1800 (Jackson 1930). Porém, esse crescimento não continuou no século XIX e, no período de 1840 para 1860, a alforria na Virgínia foi muito menor e por alguns períodos chegou a ser proibida. Mesmo assim, ela continuou existindo e alguns escravos e senhores deram um jeito para manter a instituição que tinham herdado do século anterior (Rothman 2003).

### 1.3 A população na urbe

Alforriados sempre existiram na Virgínia e, especialmente em Richmond, isso gerava uma constante interação social e econômica entre escravos, brancos pobres e negros livres (Rothman 2003), muito semelhante ao que acontecia no Rio de Janeiro (Góes 1993). Por isso não se deve exagerar o papel das restrições legais aos libertos e à manumissão que se aprovaram na Virgínia nas últimas décadas do

escravismo (Berlin 1992), pois muito do que formalmente se exigia, as práticas sociais o transformavam na realidade cotidiana da cidade.

Isso não quer dizer que a escravidão não fosse uma tragédia ou que para os escravos fosse fácil virar alforriados. Não era fácil nem na Virgínia nem no Rio de Janeiro, mas, mesmo assim, a população negra livre conseguiu um espaço na sociedade e na economia urbana, embora esse espaço econômico fosse na parte baixa da escala de remuneração e poucos achassem bons trabalhos (H. Carey 2000) (Mattos 1998).

Em Richmond, essa população dobrou sua quantidade entre 1820 e 1860, quando passou de pouco mais de 1.200 indivíduos para quase 2.600. Mas esse crescimento foi muito menor do que o registrado pelos escravos que nesses quarenta anos passaram de 4.387 para 11.699 com um aumento de 167%, enquanto os negros livres cresceram 109%. Contudo, o crescimento da cidade foi ainda maior, pois, em 1820 só havia 12.067 habitantes e em 1860 eram 37.910 (University of Virginia 2004). (Gráfico 1.6)

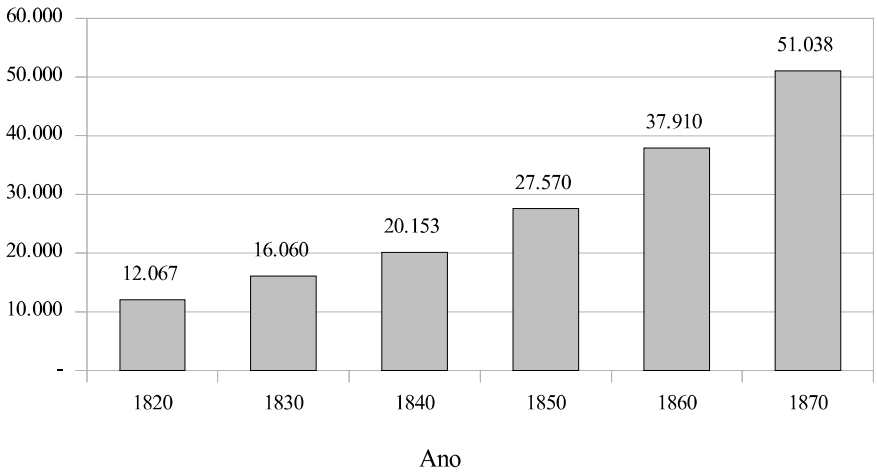



**Gráfico 1.6: População total de Richmond, 1820-1860**

Fonte: (University of Virginia 2004)

No período que nos interessa, a população negra richmoniana, em 1840, representava 47% do total de habitantes, 45% em 1850 e, em 1860, caiu para 38%. Isso significa uma perda no peso demográfico relativo, mas essas quedas nas porcentagens foram consequência da expansão geral, pois a população negra cresceu de 9.435, em 1840, para 14.275 em 1860 e, como já destacamos, a grande maioria desses indivíduos eram cativos.

Os escravos em Richmond continuaram como uma parcela demográfica fundamental da cidade, mas, nos últimos 20 anos, estavam perdendo, em termos relativos, para o crescimento dos brancos. Numa amostragem de 92 oficinas de artesanato em 1840, 49 estabelecimentos (53,2%) possuíam ou empregavam escravos; em 1860 numa amostragem de 113 oficinas, somente 24 estabelecimentos (21%) trabalhavam com cativos (Takagi 1994:192).

No Rio de Janeiro, a população escrava chegou a seu máximo demográfico, provavelmente, na metade do século, pois, em 1849, eram 78.855, enquanto que, em 1838, eram 37.137 e, em 1870, eram 50.072 indivíduos (Lobo 1978). Portanto, diferentemente do acontecido em Richmond, onde a escravidão se expandiu de forma constante até a Guerra Civil, na cidade carioca, ela cresceu até 1850 e, logo depois, teve uma queda. Porém, nos dois portos, o fim do escravismo esteve ligado ou determinado por eventos exógenos à economia, pois, na cidade sul-americana, o fechamento do tráfico atlântico de cativos foi fundamental e, na norte-americana, a derrota na Guerra de Secessão foi decisiva.

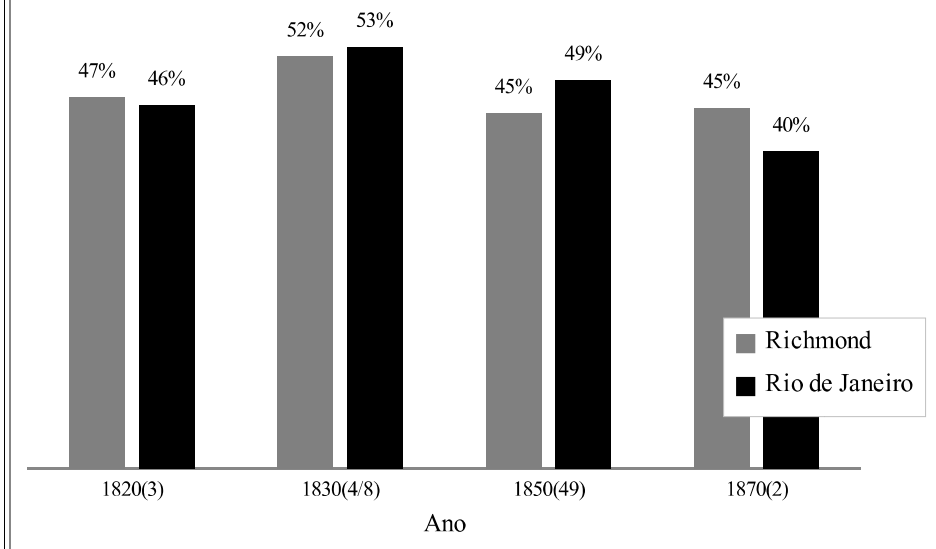



**Gráfico 1.7: Participação relativa da população negra e mulata no total da população. Rio de Janeiro e Richmond, 1820-1870**

Fonte: (University of Virginia 2004)(Lobo 1978)(Anos em parêntesis correspondem ao Rio de Janeiro)

Quando a população de escravos carioca chegou ao máximo registrado, em 1849, a porcentagem de negros na cidade era de 49%, índice bem próximo do que representavam os negros em Richmond em 1850. Assim como na capital da Virgínia, a participação demográfica dos negros no Rio de Janeiro apresentou uma tendência de queda na metade do século, pois, na década de 1830, eram 53% do total de

habitantes e, em 1870, tinham declinado para o 40%.

O gráfico 1.7 ilustra as porcentagens da população negra nas duas cidades, que sempre estiveram muito próximas. Mas é importante lembrar que o Rio de Janeiro era uma cidade muito maior que Richmond, pois, em 1823, tinha quase 80.000 habitantes e, em 1870, eram mais de 228.000 (Gráfico 1.8), enquanto na capital da Virgínia, neste último ano, moravam 51.000 indivíduos. Portanto, o crescimento de 135% entre 1838 e 1872 da cidade sul-americana comparado com o 136% da norte-americana entre 1830 e 1870 não deve sugerir que elas eram iguais ou próximas em seu tamanho.

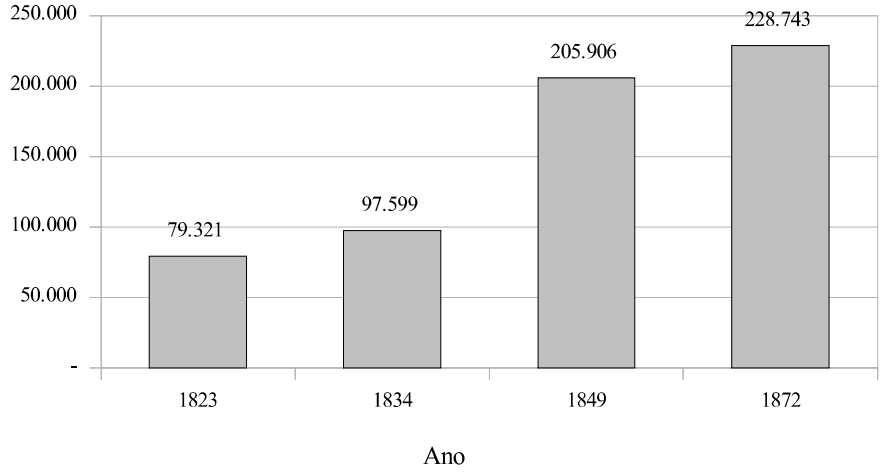



**Gráfico 1.8: População total do Rio de Janeiro, 1823-1872**

Fonte: (Lobo 1978)

Os índices iguais de expansão total e de participação demográfica dos negros permitem compreender o quanto eram similares os dois lugares apesar da grande diferença no seus contingentes populacionais. Sobretudo se pensamos que a importância do escravismo no seu interior e nas regiões adjacentes era secular. Por exemplo, em 1751, na Virgínia, moravam 72.000 brancos e 23.000 escravos; em 1756, eram 173.316 brancos comparados com 120.156 escravos; e, em 1800, os primeiros eram 514.280 e os demais 345.796 (Budros 2004:542). No Rio de Janeiro, entre 1731 e 1735, entraram 37.114 cativos e, entre 1759 e 1792, desembarcaram 281.323 (Cavalcanti 2005:57).

É provável que a diferença maior entre o escravismo virginiano e o fluminense fosse na taxa de masculinidade e isso se refletiu nos índices em Richmond e no Rio de Janeiro, pois na primeira delas, em 1840, havia 1,11 homens escravos para uma mulher escrava; enquanto na segunda, em 1838, eram 1,48

cativos para cada cativa. Para 1860, a taxa richmoniana se expandiu e atingiu 1,31, mas esse número continuava menor que o carioca, que, em 1849 chegou a 1,51 (Takagi 1994) (Karasch 1987). Nas duas cidades havia mais homens cativos do que mulheres escravas, mas no Rio de Janeiro esse desnível entre sexos era muito mais acentuado.

Contudo, apesar da diferença do que acontecia com os escravos, a taxa de masculinidade da população negra livre era equivalente: em Richmond, em 1840, eram 1,23 mulheres dessa condição por cada homem nesse grupo; em 1850, a taxa foi de 1,2 e, em 1860, voltou ao patamar de 1,25. No Rio de Janeiro, essa taxa era de 1,15 em 1834, e de 1,28 em 1849, de tal forma que o intervalo em que oscilavam as taxas era análogo nos dois portos (Takagi 1994) (Karasch 1987).

As mulheres negras livres sempre foram maioria se comparadas com os homens negros livres, constituindo-se numa característica geral do escravismo nas Américas (Valencia 2008), e não foi um elemento específico para estas duas cidades. Porém, o interessante é que, apesar de que a escravidão tivesse tamanhos desiguais, o mercado escravista fosse alimentado por circuitos diferentes, em termos geográficos e demográficos, e que a alforria fosse díspar, Richmond e o Rio de Janeiro produziram uma taxa de masculinidade análoga para sua população negra livre.

Além disso, embora o tamanho demográfico fosse diferente, a porcentagem que essa população representava no total das duas cidades era bem próxima. Em Richmond, em 1830, era de 12%, e no Rio de Janeiro, em 1834, era de 15%. Em 1840, na capital da Virgínia era de 10% e, em 1850, se reduziu para 9%. No Rio de Janeiro, em 1849, a taxa diminuiu e ficou nos mesmos 10% dos richmonianos desse ano. Portanto, as taxas tinham tendências de queda semelhantes, embora na cidade norte-americana na década de 1850, essa redução pudesse ter sido maior.

Se a porcentagem de negros livres se reduziu, devemos lembrar que, em números absolutos, ela cresceu, porém com uma taxa menor do que a dos outros grupos populacionais. Como já destacamos, as cidades cresceram na metade do século com taxas muito fortes. No entanto, esse aumento populacional não foi seguido na mesma proporção pelos incrementos geográficos no espaço ocupado pela urbe.

Na ilustração 1.1, aparece o mapa do Rio de Janeiro em 1831. Para que ele fique mais claro, está encaixado em um mapa da atualidade. Também está ressaltado o polígono que circunscreve o núcleo

histórico da cidade no qual ficava a maioria das moradias daquele ano e, portanto, de maior densidade populacional (Maurício Abreu 1987).

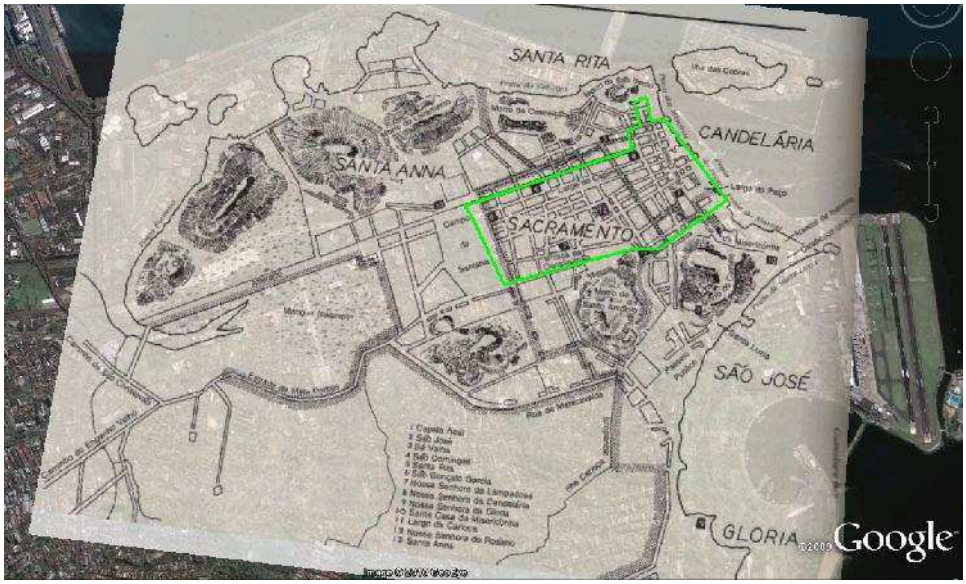



**Ilustração 1.1: Rio de Janeiro, 1831**

Fonte: Polígono: (Maurício Abreu 1987). Imagem: (Karasch 1987)




**Ilustração 1.2: Rio de Janeiro, 1867**

*Fonte: Polígono (Maurício Abreu 1987). Imagem: (Library of Congress 1867)*

Na ilustração 1.2 se encontra um mapa da cidade carioca em 1867 (Library of Congress 1867), de

novo encaixado no mesmo mapa da atualidade e onde também se mantém o polígono que sinaliza o núcleo.

As duas ilustrações mantêm o mesmo polígono que permitiu verificar que o núcleo ainda continuava, 38 anos depois, como o espaço em que se concentrava a população, apesar do crescimento nos sentidos de Flamengo e Botafogo no sul e São Cristóvão no oeste. A área delimitada pelo Campo de Santana e a Praça XV se manteve como o espaço de maior densidade albergando a maioria dos moradores.

É claro que alguns bairros se adensaram nessas décadas, sobretudo, as regiões da Saúde, Gamboa e Cidade Nova. Mas mesmo assim, o núcleo interior do polígono continuou como a região de maior densidade. Esse espaço era pequeno e tinha menos de 1,5 quilômetros de comprimento e 1 quilômetro de largura. Portanto, a aglomeração de pessoas na metade do século XIX devia ser quase "delirante", pois não só era o lugar de moradia como também de trabalho, de negócios e, é claro, dos "ambulantes".

Richmond não tinha a densidade do Rio de Janeiro, não só porque a população era menor, senão porque seu núcleo histórico era maior. Embora a cidade, assim como o Rio de Janeiro, tivesse claros limites naturais, sobretudo, o Rio James que dava forma a uma parte dela, também era certo que a extensão entre o rio e os morros que a circundavam era mais ampla que a área que existia entre a Baía de Guanabara e seus próprios morros e mangues que limitavam o crescimento do porto fluminense.

Segundo o polígono das ilustrações 1.3 e 1.4, as dimensões espaciais da capital da Virgínia eram de 3,5 quilômetros de comprimento por 2 quilômetros de largura. Porém, se o espaço em Richmond era maior, também ele era mais concentrado do que o do Rio de Janeiro, não no sentido da densidade populacional, senão na delimitação bem definida do espaço propriamente urbano. Diferentemente do que aconteceu na cidade sul-americana, na norte-americana não apareceram crescimentos na sua periferia entre 1835 e 1869, e ela só começaria a incorporar a região rural adjacente no período do pós-guerra civil (Takagi 1994:86).

Em 1810, Richmond, embora pouco densificada, já tinha os limites urbanos mais ou menos bem estabelecidos com as 2,4 milhas quadradas, e que ainda constituiriam na sua área urbana na época da Guerra Civil (Rothman 2003:95). Algumas fontes destacaram que, em 1835, a cidade tinha 43 quarteirões de comprimento no eixo leste-oeste e 16 de largura no norte do Rio James (Sorensen 2005:20). A nossa

ilustração 1.3 mostra o mapa de uma cidade um pouco menor que essas medidas em 1831 (Virginia Historical Society 1862). Mas o mapa da ilustração 1.4 (Virginia Historical Society 1862) mantém as dimensões de 1831 e o polígono vermelho continua circunscrevendo a mesma área.

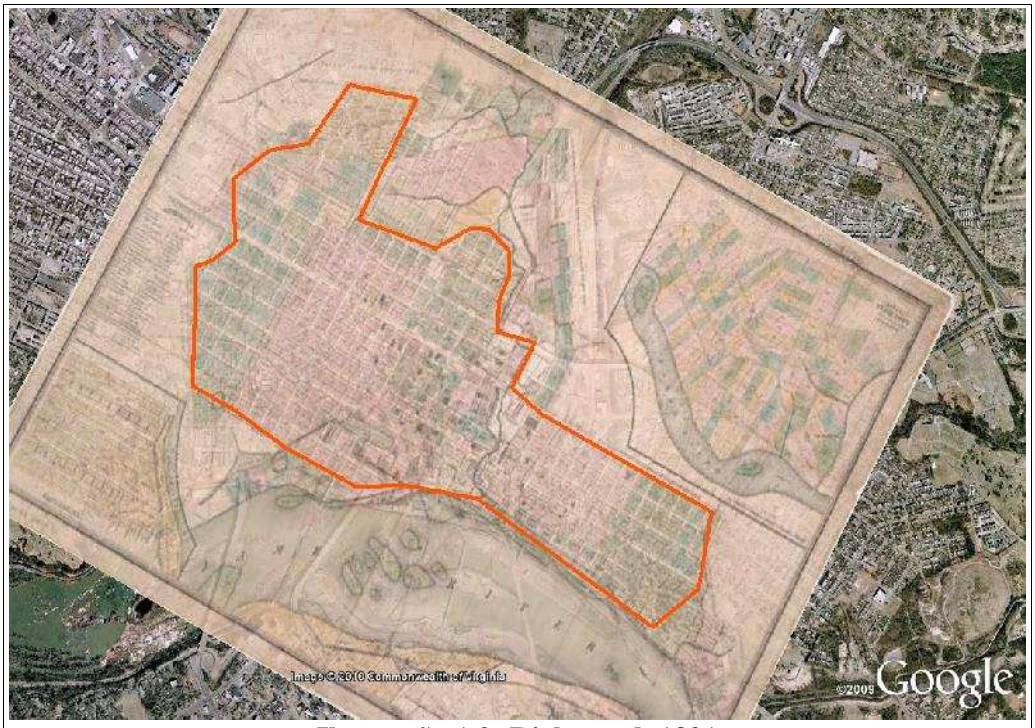



**Ilustração 1.3: Richmond, 1831**

*Fonte: Imagem: (Virginia Historical Society 1835)*

Os únicos espaços que ficam do lado de fora do polígono na segunda ilustração são: os Rocketts, no extremo leste da cidade, e a região ao nordeste de Clay St e a rua 25$^{th}$. Mas esses lugares tinham população urbana na década de 1840 e, em consequência, era bem possível que o que aconteceu era que eles aumentaram em densidade, e não por incorporação.

Esses aumentos de densidade populacional em Richmond, se comparados com o Rio de Janeiro, foram menores, embora nas duas cidades a população total tivesse aumentado em taxas iguais. No caso da norte-americana o espaço físico era maior e não gerou as aglomerações presentes na cidade sul-americana.

É importante ressaltar que, ao preservar o espaço, Richmond manteve os ícones urbanos naquele período. Por exemplo, as melhores casas estavam nos bairros das famílias mais abastadas e que se encontravam em Church Hill, no Centro-norte, Shokoe Hill no extremo nordeste e nas ruas Franklin e Grace no oeste (Kimball 2000:65). Essas casas sempre foram as residências urbanas das famílias que, com frequência, alternavam a moradia nelas com as suas plantações na Virgínia rural (Kimball 2000:38).

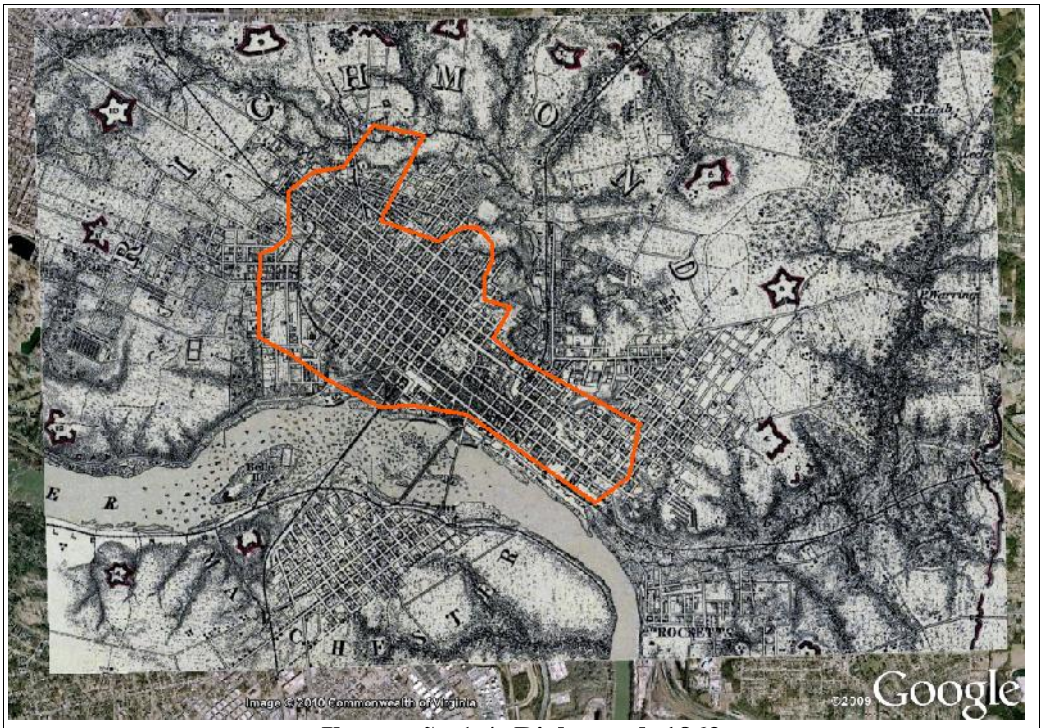



**Ilustração 1.4: Richmond, 1862**

Fonte: Imagem: (Virginia Historical Society 1862)

A localização dos grandes negócios, tais como os bancos, hotéis e praça de mercado estavam nas 10 ruas centrais da cidade entre Main e Cary St,. Outras atividades, como as industriais, estavam localizadas em lugares mais próximos da periferia (Rothman 2003:93) e a maioria dos negociantes e políticos ficava no Hotel Eagle em Main St. entre as ruas 12th e 13th ou no Hotel Exchange na esquina da rua 14th com Franklin, que estava do lado do coração do grande comércio, situado na esquina da rua 15th com Franklin (Rothman 2003:130). Assim como acontecera no Rio de Janeiro, a região da prostituição ficava adjacente aos grandes centros, e um de seus estabelecimentos mais conhecidos ficava na rua 14th entre Cary e Main (Rothman 2003:107).

No Rio de Janeiro, o porto era o ponto fundamental de referência (Lamarão 1991). Mas a região onde os grandes negócios aconteciam e que tinha os maiores valores imobiliários estava próxima à Praça XV e nos seus quarterões adjacentes, no sentido sul. Enquanto nas ruas, que ficavam ao oeste dessa praça e que percorriam o eixo norte-sul como as ruas da Vala (Valla) e dos Ourives, se encontravam oficinas e lojas (Datta et al. 2009). As famílias abastadas construíam as suas casas, que mais pareciam palacetes ou mansões, na periferia e aos poucos se incorporavam à urbe, em especial na região de Botafogo, ao sul do centro, e na região de São Cristóvão, ao Oeste (Maurício Abreu 1987).

Algumas fontes afirmaram que os negros livres cariocas, na metade do século XIX, moravam na região norte do centro, na pequena faixa do lado da baía, especificamente entre a Prainha, Saúde e Gamboa e na periferia oeste, após o Campo de Santana no sentido Inhaúma – Irajá (Maurício Abreu 1987). Em Richmond, os negros livres se concentraram no bairro de Jackson Ward, no noroeste, embora alguns morassem na periferia rural da cidade, na jurisdição dos condados de Henrico, Chesterfield e Hanover (Kimball 2000:29). Sobre esta questão, voltaremos a ela inúmeras vezes nos próximos capítulos para discutir cada conjuntura em específico.

### 1.4 Propriedades dos negros livres

Poucos negros livres em Richmond moravam além de duas milhas da cidade e aqueles que tinham propriedades rurais moravam em distâncias ainda menores. Em 1817, no condado de Henrico ao oeste da cidade, a pesquisa de Latimore Carey (2005) encontrou 17 negros livres com propriedades que totalizavam 97 acres. Na década de 1830, esses números se reduziram e a maior propriedade era de Frances Nelson com 51 acres, seguida pela propriedade de Frankey Anderson com 10 acres. Além deles dois, somente mais cincos indivíduos tiveram propriedades na região.

O vilarejo de Jamestown se constituiu num assentamento de negros livres. Localizado a 10 milhas ao oeste da cidade teve suas origens na década de 1810, quando William Jones alforriou 32 de seus escravos. Em 1817, 27 desses indivíduos, todos com o sobrenome de Jones, apareceram como proprietários de terras nos registros do condado. No entanto, na década de 1830, a maioria deles já não tinha posse das terras no lugar (L. Carey 2005:85).

Situação muito diferente aconteceu na periferia do Rio de Janeiro, onde o acesso à terra era possível, embora não como proprietários senão como foreiros ou arrendatários, isto é, através do pagamento de um valor para o dono da terra que, em troca, permitia a exploração. Segundo os dados de Hebe Mattos (1998:91), a quantidade de indivíduos que tiveram acesso à terra na periferia mais próxima da cidade (baixada fluminense) pode ter se multiplicado por quatro entre 1820 e 1870 e, na periferia mais distante (Campos) pode ter se multiplicado por sete nesses mesmos 50 anos.

Esses aumentos não estavam diretamente adjudicados à propriedade dos negros livres, pois a amostragem de Mattos não permitiu tirar essa conclusão, já que os indivíduos com o decorrer do século XIX registravam menos a sua cor nos documentos. No entanto, devido à composição demográfica da região é válido inferir que, pelo menos, a situação era bem diferente da registrada nas imediações de Richmond.

Isso não quer dizer que a condição dos negros livres fosse melhor num lugar que no outro. Esse problema é muito mais complexo. Só afirmamos que foi bem mais provável encontrar negros livres morando nos contornos do Rio de Janeiro do que nos de Richmond, porque a fronteira urbano-rural carioca para esses indivíduos se diluía, gerando um espaço contínuo entre o centro e a periferia, ou pelo menos assim o sugeriu a localização dos negros alforriados no período 1840-1864 (Valencia 2010).

A localização dos negros livres em Richmond estava muito mais concentrada e o foco estava no extremo noroeste, entres as ruas Quarta e Belvedere desde Broad St. até a rua Leigh, espaço que, após 1871, passou a ser chamado de Jackson Ward (Takagi 1994:222). No entanto, alguns indivíduos moravam em outros lugares, especialmente na região sudeste, nas margens do Rio James (Valencia 2010).

Os negros livres da Virgínia, em geral, tiveram um caráter bem mais urbano do que rural. Segundo os dados de Bonekemper (1970), a quantidade deles que era proprietária de terras em todo o Estado passou, entre 1830 e 1860, de 678 para 1.202, mas aqueles que eram proprietários de terras dentro das cidades se incrementou de 152 para 692 nesse mesmo período. Isso significa que, em 1830, para cada negro livre proprietário de terras urbanas existiam 3,46 com terras no campo. Trinta anos depois, a relação tinha descido para 0,73.

Essa transformação aconteceu num contexto de crescimento tanto na população de negros livres virginianos como nas suas propriedades. Para entender essa mudança deve-se observar os dados de Richmond, pois ali foi onde os incrementos foram mais claros, e porque, no total estadual, as propriedades dos negros livres cresceram 100% entre 1830 e 1860 (Bodenhorn 1999:979). Mas, no primeiro desses anos, eles tinham na capital do Estado, propriedades que no agregado valiam US$18.000, enquanto para 1860 esse total atingiu os US$185.000, multiplicando-se por mais de 10 vezes. Além disso, o incremento nesse valor foi muito maior que o aumento na sua população (Berlin 1976:308).

Ficou evidente que essa mudança se deu entre a minoria, pois essa quantia foi acumulada unicamente por 211 indivíduos e suas famílias, isto é, não foi por todos os negros livres e menos ainda por todos os negros. Mas, mesmo assim, em 1830, eram unicamente 50 os negros livres com propriedade de terras na cidade e, em 1860, esse número tinha se quadruplicado (Minton 2006:304).

Os dados sobre a propriedade imóvel dos negros livres no Rio de Janeiro não estão disponíveis e, dificilmente o estarão, pois as escrituras de compra-venda não necessariamente registravam a condição racial dos agentes. Mas, ao observarmos os dados de pagamentos de alforria, ficou clara a expansão econômica, neste caso, dos negros libertos. Em 1842, os pagamentos nominais totais pela liberdade foram de quase 50 contos de reis e, em 1871, atingiram 240. Essa multiplicação por quase 5, mesmo a inflação sendo alta naquelas décadas, deixou claro que a expansão econômica deles foi muito forte (Valencia 2011).

O valor total dos pagamentos pelas alforrias no Rio de Janeiro, entre 1840 e 1871, foi de 4.550 contos de réis (valores constantes de 1870), demonstrando, a nosso ver, a magnitude da transformação econômica na metade do século XIX para esse grupo social (Valencia 2011). Tal mudança pode ter um significado maior do que o que ocorreu com os negros livres de Richmond, pois, mesmo tendo estes multiplicado por 10 o valor das suas propriedades imóveis, o valor acumulado em alforrias cariocas cresceu muito mais que isso.

Essa poupança acumulada pelos negros libertos e livres, cariocas e richmonianos se deu graças ao trabalho nas fábricas, nas vendas nas ruas e nos pequenos negócios que fizeram. Esse fato é bem conhecido pela historiografia. As duas cidades eram semelhantes nisso, como já comentamos, ao citarmos as fontes que destacaram a presença de negros e negras que faziam e vendiam salgadinhos, batatas cozidas, verduras frescas e bebidas que refrescavam ou esquentavam a freguesia nas ruas à margem da Baia de Guanabara ou do Rio James.

Essas atividades simples foram as que financiaram essa expansão econômica e, também, deram um caráter muito próximo às duas cidades. Nelas, foram contínuas as reclamações sobre os impactos que geravam esses trabalhos dos negros nas ruas, sendo constantes as "vozes" que se lamentavam pela sujeira, o barulho, o mau cheiro e a insegurança que representavam. Além disso, para muitos dos observadores, as

atividades dos negros livres, e também dos escravos, se somaram à existência das cloacas nas cidades, às águas poluídas percorrendo e, sobretudo, se acumulando nas ruas, com lixo em todo canto e aos negros (os "tigres") que saíam nas noites para despejar, em lugares muito próximos, as imundícies das famílias para as quais trabalhavam (Graham 1992)(Sorensen 2005).

Essa suposta relação entre sujeira e escravidão que gerava decadência foi apresentada por Charles Dickens, quando chegou a Richmond em 1842. O romancista inglês fez uma descrição da cidade que dizia:

> *...There is an air of ruin and decay abroad, which is inseparable from the* [slavery] *system. The barns and outhouses are mouldering away; the sheds are patched and half roofless; the log-cabins are squalid in the last degree. There is no look of decent comfort anywhere. The miserable stations by railway side, the great wild woodyards, whence the engine is supplied with fuel; the negro children rolling on the ground before the cabin doors, with dogs and pigs, the biped beasts of burden slinking past: gloom and dejection are upon them all.* (Dickens, *American Notes*, 1842, 2: 194-99 (Duke e Jordan 1983:79)

Richmond, para Dickens, parecia ter sido gestada por um grande cérebro satírico e, com certeza, isso se aplicaria também ao Rio de Janeiro. Ali, Charles Darwin encontrava a mesma decadência gerada pela escravidão e, no Diário da famosa viagem de Beagle, escreveu, em 14 de abril de 1832, o que ele achava o exemplo mais eloquente:

> *I may mention one very trifling anecdote, which at the time struck me more forcibly than any story of cruelty. I was crossing a ferry with a negro who was uncommonly stupid. In endeavouring tomake him understand, I talked loud, and made signs, in doing which I passed my hand near his face. He, I suppose, thought I was in a passion, and was going to strike him; for instantly, with a frightened look and half-shut eyes, he dropped his hands. I shall never forget my feelings of surprise, disgust, and shame, at seeing a great powerful man afraid even to ward off a blow, directed, as he thought, at his face. This man had been trained to a degradation lower than the slavery of the most helpless animal* (Darwin 1860:29).

Desse jeito, as duas cidades eram de fortes contrastes. Tinham ruas charmosas com casas luxuosas e sobrados que representavam a opulência que conseguiram nas últimas décadas. Mas, ao lado dessas ruas, vagabundavam cachorros, gatos e porcos, além das mulas e burros que carregavam as mercadorias e os

entulhos que essa mesma riqueza representava.

Foi em meio a esses contrastes que os negros livres acumularam riqueza. Mas, como não podia ser de outro modo, a construção desse patrimônio estava sujeita aos vaivéns da economia das suas respectivas cidades. Por exemplo, os vegetais, os frangos e até os porcos que os negros richmonianos vendiam nas ruas vinham da produção na periferia, cultivados ou criados nas suas propriedades ou do arrendamento de pequenas parcelas ou quintais. Esse acesso dependia dos ciclos financeiros da cidade: na década de 1820, os valores dos terrenos nos subúrbios estavam pelas nuvens, mas, no final da década de 1830 esses preços despencaram devido à crise econômica e os 38 mil acres em Henrico, que eram propriedade de richmonianos e que, em 1820, custavam US$3,5 milhões, passaram a ser 29 mil acres avaliados unicamente em US$829.854 (McLeod 1991:12-17).

Não se pode afirmar simplesmente que essa queda tenha facilitado o acesso à terra pelos negros livres, pois eles não eram só pequenos produtores de bens rurais, também eram trabalhadores urbanos assalariados. A crise de 1837 causou, por exemplo, uma queda na remuneração real daqueles que eram empregados pela James River and Kanawha Co., uma das principais empresa da cidade, que gestionava o canal no rio (Takagi 1994:118).

No Rio de Janeiro, eles eram igualmente vulneráveis e o acesso aos pequenos terrenos para os foreiros, arrendatários ou agregados dependia das transformações políticas e econômicas que aconteciam no contexto (Motta 2008). As alforrias estavam fortemente correlacionadas com os ciclos de expansão-contração da oferta monetária ou com o comportamento da inflação (Valencia 2011).

Portanto, como para qualquer outro agente, a vida econômica dos negros livres dependia das mudanças acontecidas no contexto. Não porque essas mudanças determinassem as suas finanças, mas sim porque elas estabeleciam as condições em que eles tomariam as suas escolhas. Por isso, conhecer as tendências da cidade foi fundamental.

A historiografia já debateu largamente sobre os ritmos econômicos locais e regionais, destacando que tais ritmos não estavam completamente determinados pelos comportamentos das grandes variáveis agregadas, tipo comércio exterior, taxa de câmbio ou oferta monetária. Embora tais variáveis fossem importantes, no contexto do século XIX, as cidades tinham comportamentos autônomos que contribuíam

para as definir, e o mercado e a acumulação endógena eram tão importantes quanto o contexto maior.

No começo do capítulo, mostramos o comportamento desse contexto maior, ou seja as tendências nacionais do Brasil e dos Estados Unidos, mas também devemos conhecer o contexto menor, referente à atividade interna das capitais fluminense e virginiana. São inumeras as variáveis que podem servir de *proxy* para conhecer os ritmos econômicos da cidade. Para o Rio de Janeiro, usamos a quantidade de escrituras registradas no primeiro cartório[3]. O gráfico 1.9 permitiu verificar que a economia carioca teve quatro momentos: o primeiro, 1840-1846, quando o número de negócios se manteve constante, oscilando entre os 300 e 400 por ano, embora entre 1843-1846 tinha existido uma pequena tendência de queda.

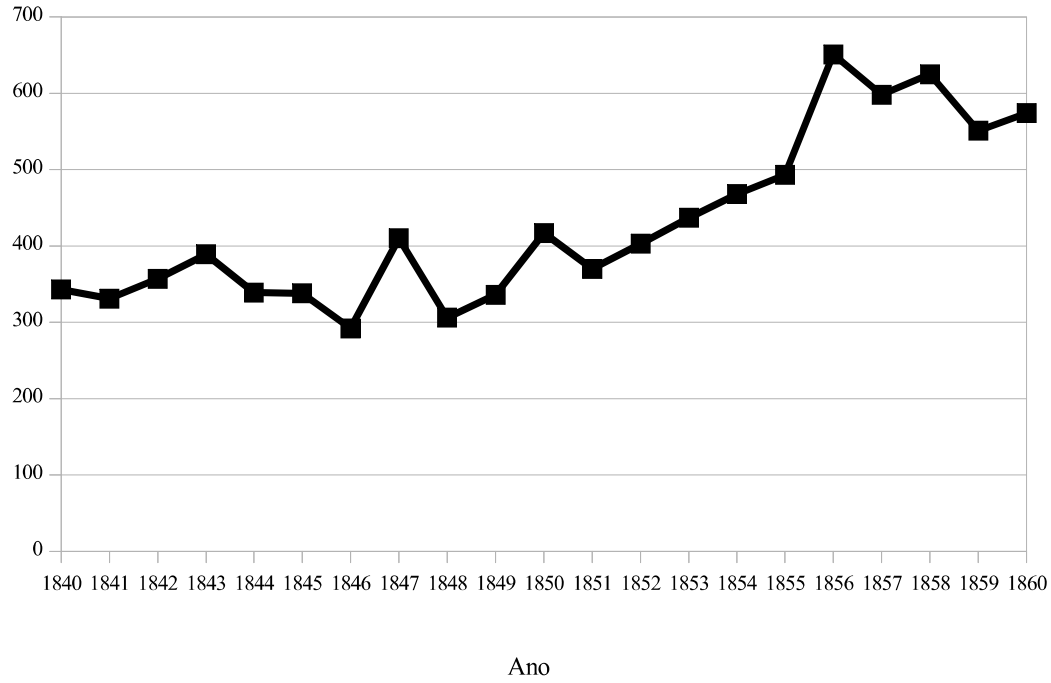



**Gráfico 1.9: Total de escrituras cartoriais. Primeiro oficio de notas. Rio de Janeiro, 1840-1860**

Fonte: Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Total escrituras: 9.028

A tendência foi revertida em 1847, quando começou um novo período que se fechou em 1850. Nesse segundo momento, o total de negócios no cartório teve dois máximos, ambos nos anos dos

3 O total de escrituras foi estabelecido diretamente dos livros do cartório que correspondem ao período, especificamente dos livros 254 ao 281. Não se utilizou o catálogo devido aos graves problemas que apresenta. No total, estão incluídas todas as escrituras de negócios que foram fechados, e aquelas que não foram concluídas ou que não estão assinadas pelos outorgantes e outorgados não estão na série. É claro que as que são cópias de uma ou outra também não foram incluídas.

extremos e, portanto, os dois anos anteriores apresentaram quantidades menores. Por isso, o ciclo tem forma de U, o que o diferencia do ciclo anterior, pois, se bem que é certo que nos dois períodos as quantidades oscilaram entre 300 e 400 negócios, também é certo que a forma deles é diferente, pois, no primeiro, o ciclo começou crescendo, para posteriormente se reduzir, enquanto, no segundo, começou num valor alto para logo sofrer uma queda nos dois anos seguintes para, depois, voltar ao máximo.

O terceiro momento vai de 1851, quando a expansão foi evidente, e as escrituras do cartório se multiplicaram e pularam da faixa das 400 para um patamar próximo a 700 por ano em 1856. Nesse período, a tendência foi de claro incremento e cada ano registrou maiores negócios que os anos antecedentes. Mas, a crise de 1857 (Kindleberger 2005) se fez sentir na cidade. Com ela se gerou o quarto período, entre 1857-1860, que inverteu a tendência e, especificamente, os anos de 1857 e 1859 foram de redução dos negócios.

Porém, o período 1857-1860 registrou 2.348 escrituras, o que representou 26% das 9.028, total dos negócios feitos nesse cartório. Portanto, a média anual desse quarto período foi de 587, valor maior que as 470, média anual dos registros do terceiro período. Isso significa que o patamar desse quarto período se manteve alto, embora a tendência fosse de queda.

O terceiro período registrou um total de 2.822 o que representou 31% das duas décadas, e se constituiu no período de maior participação, porém, isso foi devido à condição de ser um ciclo que contém seis anos. O período que o antecedeu registrou só 1.469 escrituras, o que representou apenas 16% do total, sendo a menor participação entre os quatro momentos. Mas esse período tem quatro anos (1847-1850). Contudo, a média anual também foi menor, e apenas chegou aos 367 negócios, superando por pouco a diferença da média anual do primeiro período que foi de 341. Como esse primeiro ciclo foi o maior de todos e tem sete anos, então, seu total agregado foi de 2.389, o que representou 26% das escrituras das duas décadas nesse cartório.

Como não poderia ser de outro modo, esses quatro ciclos de negócios corresponderam, de forma geral, aos ciclos das variáveis macroeconômicas que apresentamos no começo do capítulo: comércio internacional, oferta monetária e inflação. Mas, também, não são simples correlatos dos grandes agregados. Aqui, não estamos interessados em estabelecer a importância ou o peso relativo dessas

variáveis para o desenvolvimento econômico da cidade. Para nós, as tendências macroeconômicas e dos negócios na urbe são um fato e o que nos interessará será estabelecer a influência deles na economia dos negros livres.

Como era de se esperar, devido à importância do contexto internacional, os ciclos de Richmond estiveram muito próximos aos do Rio de Janeiro. Para a cidade norte-americana, o indicador que representou a atividade econômica foi a arrecadação de impostos sobre propriedade pessoal[4]. Porém, a escala do gráfico 1.10 não permitiu ver de forma imediata a semelhança entre os ciclos, pois a receita que veio desses impostos se incrementou de forma drástica entre 1840 e 1860; no primeiro desse anos ela era de simplesmente de US$1.826 e, no segundo, de US$61.785. Essa expansão foi consequência do crescimento da atividade econômica e das reformas tributárias.

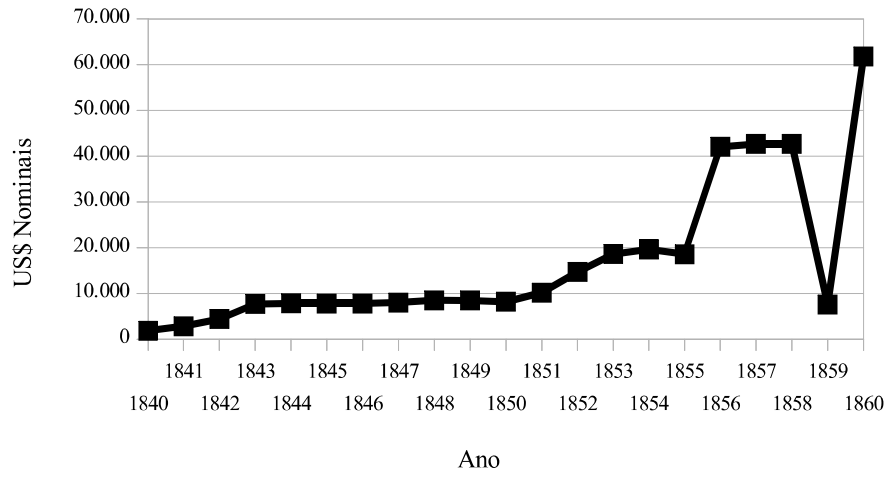



**Gráfico 1.10: Arrecadação de impostos pessoais. Richmond, 1840-1860**

Fonte: Impostos pessoais. Biblioteca da Virgínia, Richmond.

Entre 1840 e 1846 o ciclo de arrecadação foi de ascensão e queda, começando no menor valor das duas décadas em US$1.826, que resenhamos, para passar a US$7.832, em 1844, o máximo do período, o que significa uma multiplicação por 4,3 vezes. Nos dois anos seguintes e, até 1846, o valor se manteve constante com uma pequena tendência de redução localizando-se em US$7.783

No segundo período, 1847-1850, a receita voltou a se incrementar, mas diferentemente do que

4 Os impostos sobre propriedade pessoal, os chamados *Tax Records,* estão disponíveis na Biblioteca da Virgínia, Richmond.

acontecera no Rio de Janeiro, os dois anos extremos do ciclo tiveram menores valores que os dois anos interiores, pois, em 1847 e 1850, os valores foram US$8.000 e US$8.158 respectivamente, enquanto que, em 1848 e 1849, foram de US$8.489 e US$8.438 respectivamente. Portanto, a forma de U que teve esse ciclo no Rio de Janeiro teve a forma de U invertida em Richmond.

O terceiro ciclo richmoniano foi exatamente igual ao do carioca com a atividade econômica se incrementando com uma forte taxa, pois a receita dos impostos pessoais pulou de US$10.156, em 1851, para US$42.043, em 1856, se multiplicando por 4,13 em seis anos. E, à semelhança do acontecido na cidade fluminense, de 1855 para 1856 a economia da cidade virginiana deu seu maior pulo (excetuando o caso muito específico, o de 1860), com isso, as duas cidades tiveram a sua maior expansão anual em 1856.

Porém, as duas podem ter sentido o impacto da crise de 1857 em momentos diferentes, pois, como já comentamos, o porto carioca teve uma queda já nesse mesmo ano, enquanto o porto virginiano registrou estabilidade nesse e no seguinte ano, com as receitas dos anos 1857 e 1858 equivalentes à de 1856. Porém, essa diferença temporal provavelmente se explique não pelo acontecido na economia, senão pelas diferenças na variável *proxy*, pois a carioca registrou com maior velocidade as mudanças da realidade enquanto a richmoniana, por ser receita fiscal, incorporou as transformações com algum atraso. Em compensação, o comportamento da receita retratou com maior força as dimensões da crise, pois, para 1859, ela se reduziu do patamar dos 42 mil dólares para US$7.582. Portanto, o quarto e último período claramente foi muito difícil para a cidade norte-americana.

Em 1860, a receita que veio dos impostos pessoais se recuperou e chegou ao maior valor de todo o período. No Rio de Janeiro, esse ano foi de recuperação se comparado com 1859, mas, mesmo assim, não conseguiu voltar ao valor máximo registrado em 1856 e nem sequer superou os registros de 1858.

Em resumo, nos quatro períodos, as economias do Rio de Janeiro e Richmond, entre 1840 e 1860, foram semelhantes: 1840-1846 aumento e queda, embora num intervalo de estabilidade se comparado com o comportamento dos vinte anos. Depois, 1847-1850, a atividade econômica teve um percurso parabólico, no entanto, inverso nas duas cidades, começando no máximo seguido de duas quedas no Rio de Janeiro e logo um novo máximo; em Richmond com início baixo seguido por dois aumentos e logo uma nova queda. O seguinte período, 1851-1856, foi de forte e contínuo crescimento para os dois portos e, em 1856,

se registrou a maior expansão anual dos vinte anos, se não se levar em conta o caso muito específico de 1860 em Richmond. O último período, 1857-1860, foi de queda nas duas cidades, embora em 1860, a capital da Virgínia tenha saído da crise com uma atividade fortalecida, enquanto, na capital fluminense os efeitos ainda se faziam presentes (Guimarães 1997).

Esses recortes temporários por ciclos serão usados como os períodos que definem os próximos quatro capítulos: 1840-1846; 1847-1850; 1851-1856 e 1857-1860 respectivamente. Portanto, os capítulos seguintes não têm semelhança na quantidade de anos que os integram, pois teremos um capítulo com 7 anos, um outro com 6 anos e dois com 4 anos. Contudo, eles serão homogêneos pelo acontecido no contexto econômico da cidade no interior do ciclo, o que facilitará as descrições feitas em cada capítulo.

### 1.5 O lugar das cidades na nação

O ritmo da atividade econômica da cidade, como ficou evidente, também contribuiu para desenhar o perfil da série das suas finanças públicas, pois para Richmond os impostos sobre a propriedade pessoal eram uma das fontes de arrecadação. Já no Rio de Janeiro, as compra-vendas de prédios e as heranças que se registravam nos cartórios pagavam a *décima urbana* e o *sello* respectivamente, e elas eram parte do conjunto de fontes da renda fiscal. As outras receitas da cidade brasileira, a partir de 1840, foram os dízimos de exportação, a terceira parte dos ofícios, os emolumentos da polícia, a meia sisa sobre os escravos e 20% sobre o consumo de aguardente e sobre os negócios das casas de leilão e modas[5].

Se bem que a receita do Rio de Janeiro proveio unicamente dessas fontes, também é certo que o papel político e econômico que o porto carioca representava no Império Brasileiro sugeriu que boa parte do acontecer financeiro da cidade e da sua arrecadação dependesse das questões imperiais. Por exemplo, as transformações acontecidas no comércio do mundo atlântico português da primeira metade do século XIX mudaram drasticamente a face do Rio de Janeiro (Fragoso 1998), ou o endividamento externo brasileiro da metade do século XIX repercutiu no gasto público feito no interior da cidade fosse pela via dos salários dos servidores que moravam na capital, fosse pelos investimentos imperiais que ficavam na corte (M. Abreu 2006), ou também pelos estímulos alfandegários das exportações brasileiras em geral,

5 *Jornal do Commercio*, 18/08/1840.

mas que usavam de forma privilegiada o porto carioca (Bentivoglio 2003).

Nesse tema, as diferenças entre o Rio de Janeiro e Richmond eram maiores. Se em muitas coisas as duas cidades eram semelhantes, na questão da importância delas para seus países eram muito diferentes: enquanto o Rio de Janeiro era a sede da corte imperial, o Município Neutro da Corte desde 1834, e portanto, empregava e consumia boa parte da receita do país, Richmond era *uma*, ou talvez, *a* principal cidade de um sul que cada vez se apresentava mais hostil para os interesses das principais cidades do norte dos Estados Unidos (Foner 1995).

Em outras palavras, enquanto no Rio de Janeiro o problema político entre 1840 e 1860 consistia na manutenção e centralização do Império, com as outras províncias se "subordinando" ao projeto de construção da Ordem Imperial (Carvalho 1996), em Richmond, no mesmo momento, o problema era como garantir a autonomia da sua própria região frente aos interesses do norte. Se o Rio de Janeiro, na metade do século, era a primeira e mais importante cidade brasileira, com o desafio de manter essa posição subordinando as outras províncias/regiões, Richmond, em termos da produção econômica, era a 13ª cidade nos Estados Unidos e a primeira dos estados do sul (Kimball 2000:15) e, seu desafio era como fugir à subordinação do norte.

Portanto, enquanto o Rio de Janeiro levava seu poder político para a periferia do Império, Richmond procurava driblar o poder que provinha do centro político da União, e o porto no Rio James era só o centro da periferia dos Estados Unidos, enquanto que o porto na Baía de Guanabara era o centro do Brasil. Essa diferença de posições na rede e na hierarquia nacional causava diferenças no acontecer econômico.

Talvez o melhor dos exemplos sobre essas diferenças no impacto econômico no interior das cidades seja dado pelos investimentos nas obras de infraestrutura de transporte. Richmond, após o sucesso do canal de Erie no Estado de New York, em 1825, construiu o seu próprio, o *James River and Kanawha Canal* (Sorensen 2005) que aproveitou a localização da cidade e a transformou no entreposto para a região a oeste da Virgínia. Depois, o canal foi complementado com a construção de ferrovias que fortaleceram ainda mais a sua posição regional (Rothman 2003:92).

Porém, a expectativa da cidade era estender o canal até chegar ao Estado do Ohio, o maior produtor

de trigo do país e o lugar de origem das mercadorias que eram exportadas pelos portos de New York, Philadelphia e Baltimore. Ou seja, a ideia era participar da expansão econômica gerada na famosa era da construção de canais fluviais norte-americanos (Walton e Rockoff 2010).

Mas essa ideia não conseguiu ser concretizada e, em dezembro de 1852, uma comissão da elite richmoniana emitiu uma carta aberta aos seus concidadãos para falar dessa frustração:

> *On this subject we are sure it unnecessary to say much: What Baltimore, Philadelphia and New York are seeking with so much zeal and enterprise must be desirable for Richmond: What has increased their wealth and population will increase yours: All know that if only a small proportion of the millions of tons of produce from the valleys of the Ohio and Mississippi were brought to Richmond, and the requisite supply of goods and wares in return furnished by her, that the result would prove most beneficial to the city at large, and that the advantages would extend to every member of the community.*[6]

A carta dizia que a ideia era não só vincular o porto sobre o Rio James ao Vale do Ohio, senão também ao Vale do Mississippi. Além disso, a carta estava acompanhada dos cálculos que, segundo os autores, demonstravam que a ligação dos ricos vales com Richmond era muito mais barata que a que estava ocorrendo nesse mesmo momento com Baltimore. Para eles, o que explicava que Richmond não estivesse conectada com os vales do Mississippi e do Ohio era uma razão *unicamente política* sem fundamentos financeiros ou econômicos. Era o norte direcionando o fluxo de recursos para si mesmo e excluindo o sul do que *ele merecia*, pois, segundo os autores, ficava evidente que as exportações dos vales deviam ser comercializadas por Richmond e não por Baltimore ou Philadelphia.

Nós não estamos em posição de avaliar se as acusações da elite de Richmond eram verdadeiras e se existia uma exclusão política. Contudo, o que ficou claro foi que os investimentos nacionais no porto richmoniano eram muito menores que os investimentos em outros lugares. Importa saber que, se no porto do Rio de Janeiro se registraram importações vindas de Richmond, por outro lado não se registraram exportações saindo para lá, pois elas foram para os portos do norte dos Estados Unidos e, portanto, o café brasileiro que encontramos comercializado legalmente na Virgínia tinha que fazer, pelo menos até a

6 Virginia Central Railroad Company. *Address to the citizens of Richmond: on the subject of constructing a continuous railroad communication from their city to the waters of the Ohio,* 1852 . Disponível na Virginia Historical Society: Rare Books HE2791 .V33.

metade da década de 1850, escala em Baltimore, Philadelphia ou New York.

Esse era um dos elementos que gerava tensões entre Richmond e as cidades portuárias do norte, e que teve claros impactos na vida econômica, pois os investimentos da União não se dirigiam de forma privilegiada para a cidade e, mais importante ainda, uma parte de suas importações não podia chegar diretamente à cidade.

Diferentemente de Richmond, o Rio de Janeiro era o centro do comércio internacional e o principal entreposto para as outras regiões brasileiras do centro-sul e, como consequência, boa parte do fluxo de mercadorias mundiais deixava lastros na corte. Além disto, a cidade era o centro dos investimentos em transportes feitos pela *Nação*, e é bom lembrar que a primeira ferrovia brasileira foi construída pelo Barão de Maúa, ligando a Baía de Guanabara à Serra de Petrópolis, bem como a Estrada de Ferro D. Pedro II, na qual o Império participou como acionista, que ligava o Rio de Janeiro à região do Médio do Vale do Paraíba, principal região produtora de café (El-Kareh 1982) (Stern 1957).

A centralidade do Rio de Janeiro fez com que esta recebesse investimentos e consumisse gastos do Império enquanto Richmond não tinha essas oportunidades perante a União. Porém, essa diferença não deve levar à imagem estereotipada de um sul dos Estados Unidos pobre, rural e subdesenvolvido industrialmente em comparação com o norte (Downley 2005).

A verdade era que Richmond era uma cidade fortemente industrializada e com grandes conexões com o comércio internacional, precisamente por isso surgiam as insatisfações frente ao norte, o que levou parte das lideranças a proclamar a Confederação e a consequente Guerra Civil.

A importância econômica de Richmond era tal que a sua produção industrial per-capita, em 1860, foi de US$209,8 comparado com os US$195,54[7] de produção per-capita de New York. Claro que esta tinha um volume total de produção industrial maior, mas, ao relativizar pelo tamanho de população, Richmond era uma cidade mais rica. Não por acaso, se tornou a capital dos confederados e, na Guerra Civil, foi brutalmente incendiada pelo exército da União. A sua humilhação era vista como necessária, pois a sua importância era evidente.

7 O total de produção industrial de New York foi de US$159.107.369 e a sua população era 813.669. O total de produção industrial no condado de Henrico (Richmond) foi de US$12.926.949 e a sua população era de 61.616. Cálculos segundo o Censo de 1860, feitos por (University of Virginia 2004)

Em comparação, o Rio de Janeiro foi o vitorioso porque muitas das regiões periféricas do Império Brasileiro se sentiam como Richmond nos Estados Unidos e se rebelaram, mas foram também derrotadas. Nisso os dois lugares eram diferentes. Contudo, na sua importância regional, elas eram semelhantes, e é esse o paradoxo da história comparada que vamos narrar nos próximos capítulos: a vida econômica dos negros livres em duas cidades que, de forma simultânea, eram iguais e diferentes.

# 2. NA ESQUINA OU NA METADE DO QUARTEIRÃO: PRIMEIROS NEGÓCIOS, 1840-1846

## 2.1 Localização dos negros livres da cidade

Na rua 14th, entre as ruas de Cary e Byrd, morava Gilbert Hunt um dos negros livres destacados de Richmond na metade do século XIX. Sua importância foi tão marcante que a historiografia já indagou várias vezes sobre sua vida (Kimball 2000)(Carey 2005) e foi até possível para uma dessas pesquisas achar a sua foto[1], e no *Ellyson Business Directory* de 1845[2], aparece seu endereço na folha dos ferreiros.

Vários negros livres tiveram seus endereços registrados no mesmo livro, por exemplo: James Dunlop podia ser encontrado na 17th entre Cary e Main. No entanto, eles não aparecem como negros livres no Almanaque de Negócios e a única forma de saber que efetivamente eram negros e livres é cruzando com outras fontes. Para o período anterior à década de 1850, os únicos documentos que permitiram fazer o cruzamento de forma sistemática foram as listas de impostos pessoais e o livro de registro de negros livres do condado de Henrico[3]. Para 1850 e  anos posteriores, várias outras fontes se agregam, pois os censos começaram a registrar a condição racial e outros almanaques aparecem na cidade.

Porém, como destacamos, antes de 1850, só contamos com os registros, os impostos e o *Ellyson Business Directory* de 1845, o que restringiu as possibilidades de achar a localização dos negros livres richmonianos, já que as listas de impostos e os livros de registros não têm a mínima indicação sobre onde moravam os indivíduos, e no *Ellyson* só apareceram aqueles agentes que tiveram uma atividade notória e particular que os diferenciava dos demais. Nenhum dos anônimos, negros ou não, foram mencionados e seus endereços nessa década permaneceram na escuridão para os historiadores.

Para vários dos nomes que estavam nas três fontes (listas de impostos, livro de registro e almanaque de negócios) foi quase impossível estabelecer se estavam falando sobre o mesmo indivíduo,

1 Fotografia de Smith & Vannerson. Custodia do Valentine Museum, Richmond. (Kimball 2000)

2 O *Ellyson Business Directory* de 1845 está disponível na Biblioteca da Universidade da Virgínia, Special Collections. Charlottesville, Virgínia. Este livro é um almanaque que registrava as atividades econômicas da cidade. Provavelmente era editado para cada ano, mas são poucos os anos que se conservaram.

3 Disponíveis na Biblioteca da Virgínia. Richmond.

pois eram nomes tão simples e comuns que qualquer um poderia ser chamado por ele. Dessa forma, entre 1835 e 1846, o livro de registros de negros livres do condado de Henrico continha 439 indivíduos, 217 homens e 222 mulheres; enquanto que, a lista de impostos, entre 1840 e 1846, apareceram 143 nomes de negros livres (77 homens, 58 mulheres e 8 de gênero não determinado), mas, no almanaque de negócios, só temos 13 indivíduos, todos homens.

Essa dramática redução da informação nas fontes, pois na de maior abrangência achamos 439 nomes, mas na seguinte fonte tivemos 143 e na última e, mais específica, pudemos contar 13 indivíduos, constituiu-se numa das grandes dificuldades da pesquisa sobre negros livres. Mesmo, num contexto de vigilância e controle como a Virgínia da metade do século XIX (Roediger 1991)(Fredrickson 1987), somente 3% dos indivíduos estavam registrados nas três fontes.

Ao mesmo tempo, essa relação entre as fontes destacou o grupo social que estamos indagando, pois só 3% deles apareceram na fonte que registrava os agentes que tinham notoriedade na cidade. Os outros 97% fizeram parte da massa dos anônimos. Contudo, o mais interessante foi que do total registrado de negros livres no condado de Henrico entre 1835 e 1846, 33% pagaram impostos pessoais entre 1840 e 1846 na cidade de Richmond.

É provável que uma parte dessa disparidade se explique porque o condado tinha jurisdição sobre outros lugares além de Richmond e, portanto, alguns agentes pagavam seus impostos em lugares diferentes da cidade capital. No entanto, o número de indivíduos que moravam no condado e não na cidade era minoritário, pois Richmond tinha a maior e quase que exclusiva concentração de negros livres do condado para essa época (Carey 2005).

A explicação para a redução da quantidade de indivíduos do livro de registros para a lista de impostos era tributária, já que, no período de 1840-1846, só pagavam impostos aqueles agentes que tinham algum bem patrimonial diferente dos imobiliários, a chamada *riqueza pessoal*. Esses bens podiam ser: escravos, animais, qualquer tipo de carruagem, relógios, pianos e papéis fiduciários. Os indivíduos que não tinham esse tipo de mercadorias não declaravam nem pagavam. Em outras palavras, nesse período não existia um imposto presuntivo sobre os indivíduos que os obrigasse a pagar, embora fossem muito pobres. Como veremos no próximo capítulo, essa situação mudou em 1850.

Essa diferença entre o que as três fontes registraram permitiu uma primeira e básica imagem da segmentação do grupo social: dois terços dos indivíduos eram pobres que não tinham nada a declarar, por mínimo que fosse, enquanto 3% tinham alguma notoriedade para aparecer nas páginas do almanaque de negócios da cidade. Infelizmente, para o período anterior a 1849, só foi possível localizar os endereços desse 3%. A ilustração 2.1 representou esses 13 indivíduos (pontos) num mapa georreferenciado de Richmond.




**Ilustração 2.1: Localização dos negros livres em Richmond, 1845**

Fonte: Dados: *Ellyson Business Directory, 1845.* Imagem: (Virginia Historical Society 1862). Total de pontos:13

O mapa (Virginia Historical Society 1862) foi desenhado na década de 1860 durante a Guerra Civil. No anexo[i], explicamos o método para a georreferenciação do mapa histórico, no entanto é importante destacar que, ao georreferenciar mapas históricos do Richmond anterior à Guerra Civil existiram dificuldades, pois a cidade foi devastada durante a Guerra e, desde então, grandes projetos urbanos mudaram a paisagem urbana: ruas ampliadas, prédios demolidos e a margem do Rio transformada. Por isso, estabelecer com exatidão a coincidência entre o ponto representado no mapa

histórico e o ponto observado nem sempre foi possível.

Dos 13 indivíduos que tivemos os endereços, 5 deles estavam no lado sudeste do centro, entre o Capitólio e a Ponte Mayo. Outros 2 estavam na rua do lado oeste do Capitólio e outros 2 no mesmo lado oeste, mas estavam sobre ou perto de Main St. Os outros 3 moravam na Broad St., nas imediações da Brook Ave. Portanto, só existiria uma pequena concentração no primeiro grupo.

No caso do Rio de Janeiro, a concentração no período de 1840 até 1846 foi mais clara. Na ilustração 2.2, os indivíduos estavam quase todos concentrados na Cidade Velha, entre o Campo da Aclamação e a Baía, e entre o Valongo no norte e os morros de Santo Antônio e do Castelo no sul. Ainda podemos ser mais específicos e dizer que os individuos ocuparam a periferia dessa área, demarcando uma linha que começava na Prainha e caminhava no sentido sudoeste, passando por Santa Rita e gerando uma importante concentração na Rua de São Joaquim e na da Imperatriz, para, depois, seguir para a Rua do Sacramento entre as ruas da Alfândega, Senhor dos Passos e Hospício, onde se produzia uma nova concentração e, dali, seguia o rumo leste pela via da Rua do Fogo, depois pela Rua do Cano até São José para terminar nos pés do Morro do Castelo na Rua da Misericórdia. Além dessa curva que acabamos de descrever e que tinha a forma de um cinto interior para o centro histórico, os negros livres também se concentraram na Praça da Constituição e algumas outras concentrações menos relevantes na Rua do Saco de Alferes, na Rua da Ajuda e nas ruas Nova do Conde e de São Diogo.

A área de maior intensidade na ilustração 2.2 (calculada como Kernel cell: 5 e rádio: 200 metros[ii]) tinha uma área de 44 hectares e um perímetro menor que 5 mil metros, e concentrava a grande maioria dos 121 pontos que representam aos negros livres. Os endereços em que se localizavam esses pontos foram achados nos avisos de procura de empregos, no *Jornal do Commercio,* nos meses de março, abril, julho, agosto, novembro e dezembro de 1840 e 1846. Os anúncios que fizeram parte desta amostragem foram todos aqueles que manifestaram de forma explícita que quem pretendia o trabalho era um negro livre. Cada ponto corresponde a um trabalhador, pois na amostragem destes anos não apareceu aviso nenhum com informação de dois ou mais indivíduos, ou seja, sempre foi um trabalhador por anúncio.

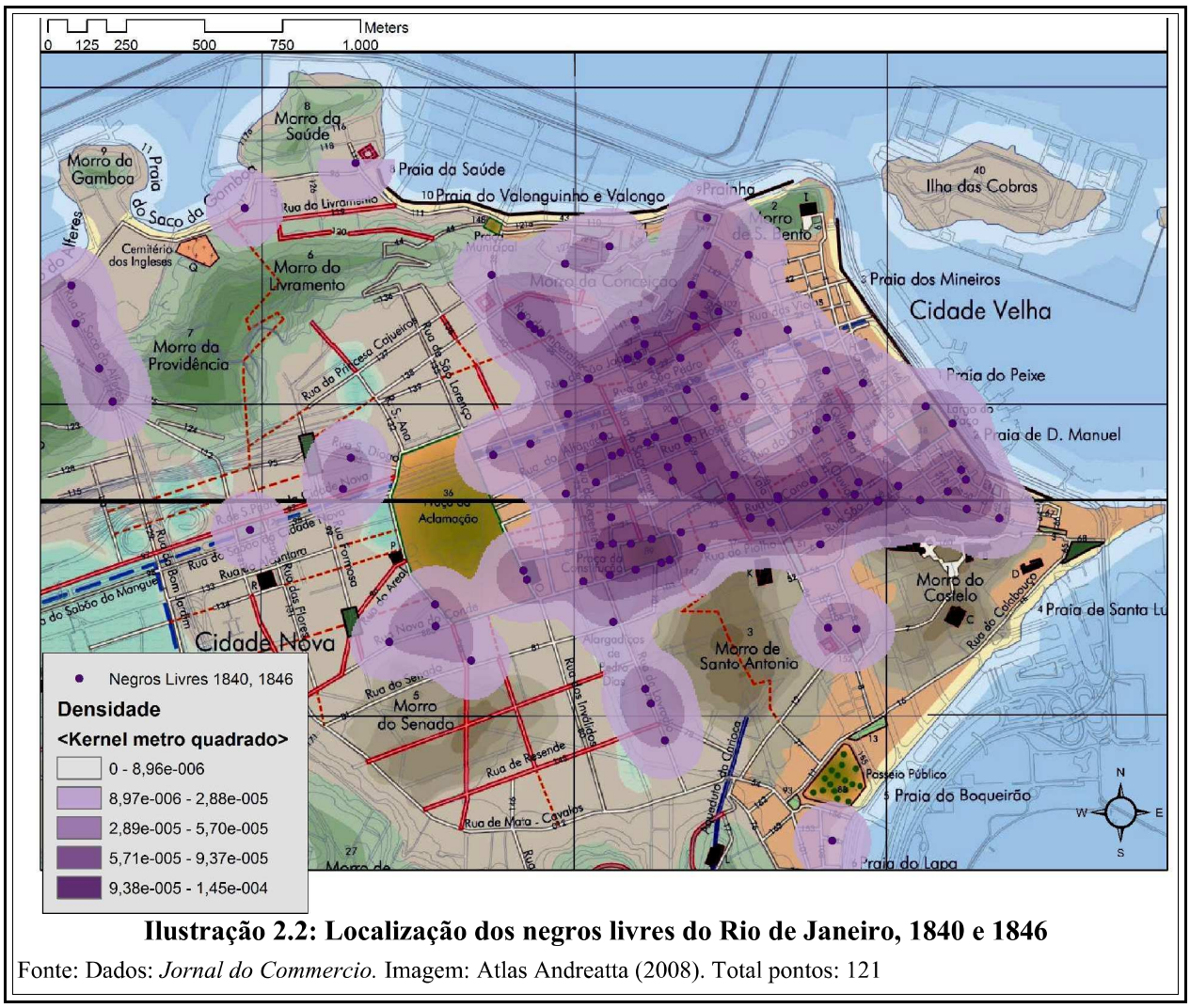



**Ilustração 2.2: Localização dos negros livres do Rio de Janeiro, 1840 e 1846**

Fonte: Dados: *Jornal do Commercio.* Imagem: Atlas Andreatta (2008). Total pontos: 121

Diferentemente de Richmond, no Rio de Janeiro não existem documentos que, de forma sistemática, tenham registrado negros livres, por isso as fontes sempre são indiretas. Por exemplo, fontes do judiciário, dos cartórios, da polícia, dos hospitais e dos jornais. Todas essas fontes têm seus próprios problemas e geram viés estatísticos, mas para nossos interesses, os jornais e os cartórios foram os que menores obstáculos apresentaram, embora também tivessem os seus. Por exemplo, esses 121 pontos representaram unicamente 16 homens, enquanto foram representadas 105 mulheres; um outro exemplo, 95 indivíduos não mencionaram a idade, e os poucos que o fizeram deram uma referência básica, do tipo *rapariga* ou *senhora*.

A amostragem pelo jornal não se constituiu numa amostragem que representasse demograficamente a população de negros livres, mas, em contrapartida, foi uma *proxy* da procura por empregos e os avisos informavam sobre a inserção desse grupo social no mercado de trabalho. Mas, antes de entrar nesse tema,

temos que dizer que os anúncios também destacaram o lugar onde se poderia encontrar um negro ou negra livre que necessitasse emprego, pois muitos dos anúncios de procura de emprego no jornal tinham endereço com nome da rua e o número da casa.

Contudo, nem sempre esse lugar era a moradia do indivíduo e, por exemplo, um aviso do 17 de agosto de 1840 comunicava que as pessoas que precisassem de uma ama de leite parda e forra poderiam perguntar ao cobrador na ponte das barcas para Niterói que ele saberia informar onde achar uma[4]. Porém, o endereço registrado, poucas vezes, indicava uma casa de comissão de empregos e contrato de trabalhadores e, menos ainda, casas abastadas. Portanto, a intensidade da mancha na ilustração 2.2 denota a maior probabilidade de achar negros livres nessa região da cidade do Rio de Janeiro.

Na construção da ilustração 2.2, o método[iii] foi semelhante ao de Richmond. O mapa georreferenciado foi o do Plano Baurepaire-Rohan de 1843 que se encontra no Atlas Andreatta (2008). Na ilustração 2.2, só aparecem as partes que tinham informação relevante, pois nas outras não aparecem endereços. Devemos informar que o georreferenciamento de mapas históricos do Rio de Janeiro apresentou dificuldades, em virtude das mudanças acontecidas na cidade, que não permitiram estabelecer plenamente a que ponto no mapa histórico corresponde o ponto observado. Sobretudo porque o litoral da cidade mudou de forma radical, e muitas e grandes avenidas foram construídas em detrimento das antigas ruas importantes, mas a capital fluminense manteve pontos da sua forma urbana do século XIX e, portanto, o georreferenciamento foi menos difícil do que para Richmond.

Assim, e apesar do esforço, os pontos nas ilustrações 2.1 e 2.2 não tiveram exatidão total, pois o georreferenciamento dos mapas mostrou erros de ajuste e não tivemos certeza se o ponto indicado pelo Jornal ou pelo Almanaque ficava nesse exato lugar. Como exemplo, a fonte em Richmond indicava a casa informando o cruzamento entre ruas ou o jornal do Rio de Janeiro comunicava o endereço específico, no entanto, muitas vezes, foi impossível achar esses cruzamentos de ruas ou os endereços com precisão. Contudo, os pontos dos mapas 1.1 e 1.2 estão muito perto da realidade e fornecem uma boa imagem do lugar onde era possível achar o negro livre, embora pudesse ser a uns metros mais para lá ou para cá.

4 *Jornal do Commercio*, 17/08/1840

## 2.2 À procura de trabalho

A informação fornecida pelo Almanaque de Negócios em Richmond e pelo Jornal no Rio de Janeiro tinha que ser suficientemente boa nos termos da época, pois, além da informação comercial, da sua clareza dependia que os negros livres encontrassem trabalho, fosse para serem contratados como empregados ou fosse pelos potenciais clientes.

No Rio de Janeiro, a informação de oferta e procura de trabalhadores no *Jornal do Commercio* permitiu ter uma ideia do funcionamento do mercado de trabalho, pois grande parte dos anúncios nos classificados tratava essa questão: trabalhadores que se contratavam (a expressão usada pelo jornal era trabalhadores para *alugar*), escravos que se vendiam, pessoas que se ofereciam. Em quase todos os anúncios se informava o endereço onde se poderia encontrar o trabalhador ou a vaga para trabalhar, segundo fosse o caso. Em várias ocasiões, se informava o preço que a pessoa estava disposta a pagar ou o valor que a oferta pedia, fosse pela compra-venda do escravo ou pela contratação. Às vezes, se informavam as habilidades ou a ocupação, e alguns avisos registravam informações adicionais como a idade ou a *cor* do indivíduo que se oferecia ou que se procurava. Por exemplo, na Praia da Gamboa, 51, em 23 de novembro de 1840, se oferecia uma parda forra que cozinhava à moda estrangeira e que falava alguma coisa de inglês[5]. Essa habilidade de falar uma língua estrangeira não era comum entre os escravos ou negros livres da cidade e, provavelmente, significava que ela poderia cobrar um jornal maior do que a média daquele momento.

Todos os anúncios classificados do *Jornal do Commercio* que apareceram entre segunda-feira e sábado e que informavam sobre procura ou oferta de trabalhadores nos meses de março, abril, julho, agosto, novembro e dezembro dos anos 1840 e 1846 foram contados. No total foram, 8.904 anúncios que integraram o universo para a amostragem e que esboçaram os ritmos do mercado de trabalho. Sobre esse universo, se fez uma amostragem de 10% para coletar a informação específica[iv].

Desse total de 890, um subgrupo de 795 fornece o endereço da oferta de trabalhadores. Esses 795 pontos foram colocados na ilustração 2.3 após serem classificados em cinco grandes conjuntos: venda de escravos, trabalhadores que se ofereciam para ser contratados, mas que não especificam sua condição jurídica, livres que procuravam um emprego, escravos que buscavam ser alugados e aqueles indivíduos

5 *Jornal do Commercio*, 23/11/1840

que se ofereciam, mas para os quais não está claro se eram livres ou escravos ou se se ofereciam para venda ou para contratação.

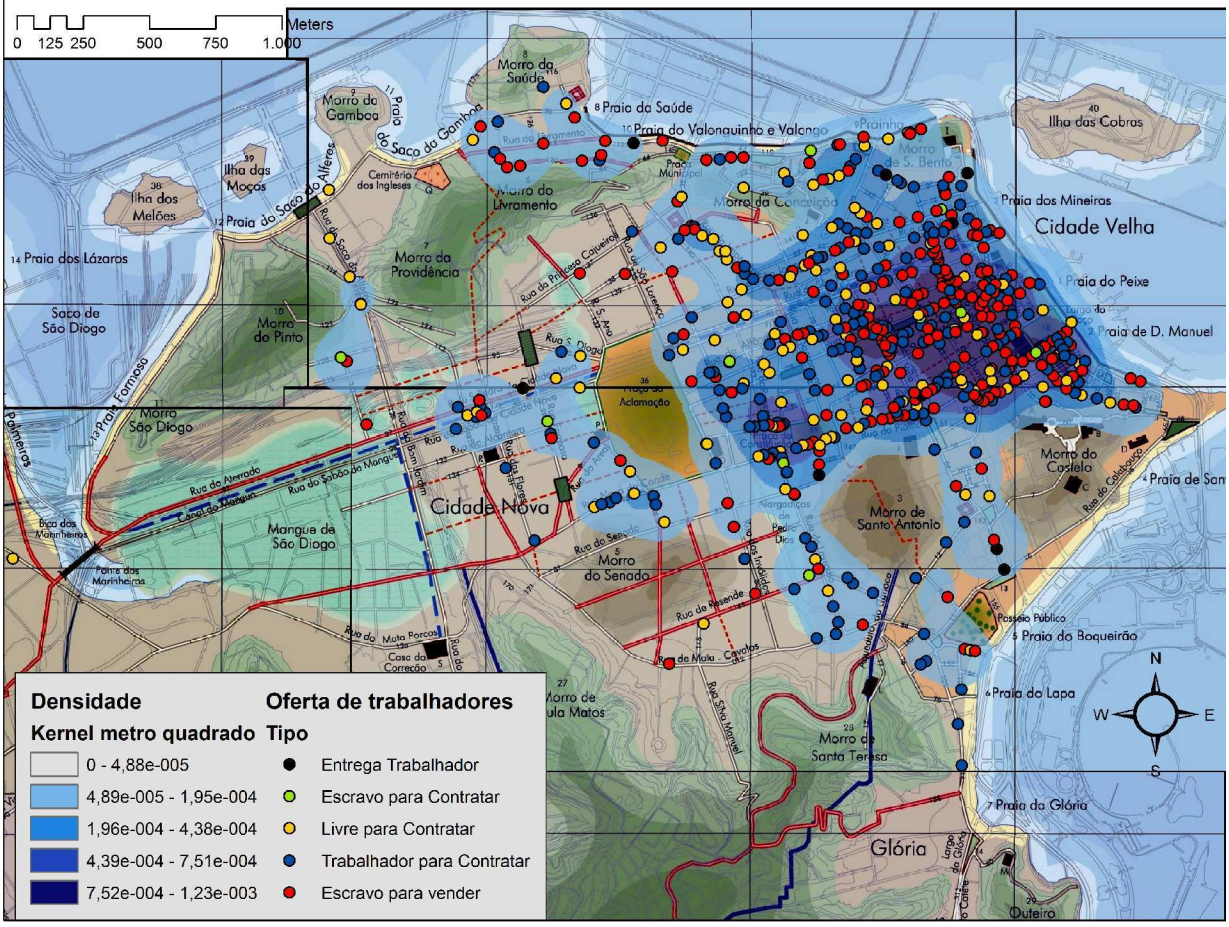



**Ilustração 2.3: Oferta de trabalhadores no Rio de Janeiro, 1840 e 1846**

Fonte: Dados: *Jornal do Commercio.* Imagem: Atlas Andreatta (2008). Total de pontos: 795

Como se pode observar na ilustração 2.3, a oferta de trabalhadores estava concentrada na Cidade Velha. A maior densidade (calculada como Kernel cell: 5, rádio: 200 metros) se encontrava no perímetro que se iniciava num ponto na Rua da Fogo, à altura da Rua da Alfândega, por onde continuava no sentido leste até a Rua da Quitanda onde mudava de sentido e se dirigia para a Rua do Ouvidor com a Rua da Direita, por onde se estendia até a Rua de São José para, depois, entrar na Travessa do Paço e retornar de novo pela Rua de São José no sentido oeste até chegar à Rua da Vala (Valla), e dali seguir o rumo norte até chegar na Rua do Hospício onde girava no sentido oeste para encontrar a Rua do Fogo e fechar o perímetro.

A segunda região de maior concentração era o perímetro da mesma região anterior, mas

acrescentado em 100 ou 150 metros em geral. Neste segundo grupo de concentração tiveram que ser incluídas as imediações da Praça da Constituição.

A primeira região de aglomeração estava fortemente determinada pela oferta de escravos para vender, pois como mostra a ilustração 2.3, as ruas de São José e do Senado no lado sul, a Rua da Vala no oeste e as ruas da Quitanda e do Carmo tinham uma forte atividade desse tipo. As ruas do Rosário, Ouvidor e do Senado concentraram a maioria das casas de comissão, ou seja, das agências que intermediavam na compra-venda e, em algumas ocasiões, no aluguel de escravos. Por isso, a região de maior concentração de oferta de trabalhadores incluía essas ruas.

A oferta de trabalhadores para contratar, sem explicitar se eram livres ou escravos, ficava mais dispersa que aquela de venda de cativos. Essa oferta para contratar também se encontrava no centro da cidade, mas, ao mesmo tempo, ocupava as imediações do Morro de São Bento, da Rua da Misericórdia, das ruas do Lavradio, dos Arcos, das Mangueiras e da Glória. Na Cidade Nova, também se encontravam trabalhadores para serem contratados.

Os anúncios que, explicitamente, ofereciam escravos para ser contratados e os que agrupamos na categoria de *entregavam trabalhadores* foram tão poucos que não permitiram visualizar um arranjo espacial claro. Pelo contrário, aqueles que especificaram que eram livres e que procuravam trabalho se achavam no Morro da Conceição, no Largo de Santa Rita e nas ruas de São Joaquim e da Imperatriz, na região entre a Rua do Fogo e o Campo da Aclamação, na Praça da Constituição e nos pés do Morro do Castelo nas ruas de São José e da Misericórdia. Em outras palavras, coincidia com a região onde achamos os negros livres[v].

No *Jornal do Commercio*, o lugar mais afastado do centro da cidade que aparecia com avisos de oferta de trabalhadores foi Niterói, do outro lado da Baía de Guanabara. No sentido oeste, o ponto de maior distância do centro da cidade (medido desde a Praça XV) foi o Morro do Pedregulho a menos de 5 quilômetros. Muitos dos escravos oferecidos pelas casas de comissão procediam de outros lugares do Império e, vários dos livres eram europeus em procura de trabalho no porto carioca. Mas, mesmo assim, a oferta de trabalho para o mercado se encontrava nas mesmas ruas da cidade.

O contrário aconteceu em Richmond ou pelo menos foi isso o que sugeriu o *Richmond Enquirer*.

Nesse periódico, também se publicavam avisos de oferta e procura de trabalhadores, mas a quantidade de publicações foi muito menor. Nossa amostra[vi] contém somente 241 avisos (quantidade muito menor se comparada com a coletada para o Rio de Janeiro). Mas, antes de fazer considerações sobre o mercado de trabalho richmoniano e de seu tamanho, é importante destacar uma diferença do *Jornal do Commercio e do Richmond Enquirer.* Enquanto no último, os avisos só aparecem duas ou, às vezes, três vezes por semana, no *Jornal do Commercio* aparecem seis ou sete vezes. Mas o importante era que os preços de publicação dos anúncios no começo da década eram menores no Rio de Janeiro do que na capital da Virgínia o que colocava algumas restrições aos anunciantes mais pobres nesta última, embora no transcorrer do período os custos fossem se equiparando[vii].

No tocante às quantidades de trabalhadores que se ofereceram no mercado, essas eram equiparáveis, pois cada anúncio informava sobre muitos mais indivíduos em Richmond do que no Rio de Janeiro. Além do mais, e voltando à questão da abrangência do mercado, a região envolvida na oferta de trabalhadores para a capital da Virgínia era muito maior que a carioca.

No porto da Baía de Guanabara, a oferta de trabalhadores que aparecia no *jornal* só dava conta explicitamente daquela que se achava nas suas ruas. Já a oferta que aparecia no *jornal* do porto no Rio James informava sobre possíveis trabalhadores que estavam a dezenas de quilômetros da cidade. A ilustração 2.4 mostra os pontos que ofereciam escravos em Richmond, mas só daqueles anúncios que explicitamente informavam o número de cativos, pois muitos deles só comunicavam que tinham escravos e, de forma geral, sem especificar quantos, de que sexo ou quais ocupações.

Já destacamos que Richmond era um polo de atração muito forte para escravos e trabalhadores da Virgínia. A historiografia, várias vezes, já comentou sobre os esforços que tinham que fazer os agentes que procuravam trabalhadores no mercado richmoniano (Goldin 1976)(Schnittman 1986). A região do condado de Prince Edward, no sudoeste de Richmond, era um dos lugares que mais fornecia cativos para o mercado da cidade e ela ficava a pouco menos de 100 quilômetros. Entretanto, na nossa amostragem, regiões como Mecklenburg, a mais de 120 quilômetros ao sul de Richmond, e Middlesex County, a 140 quilômetros ao leste e do outro lado da Baía de Chesapeake, apareceram também como fornecedoras de cativos.

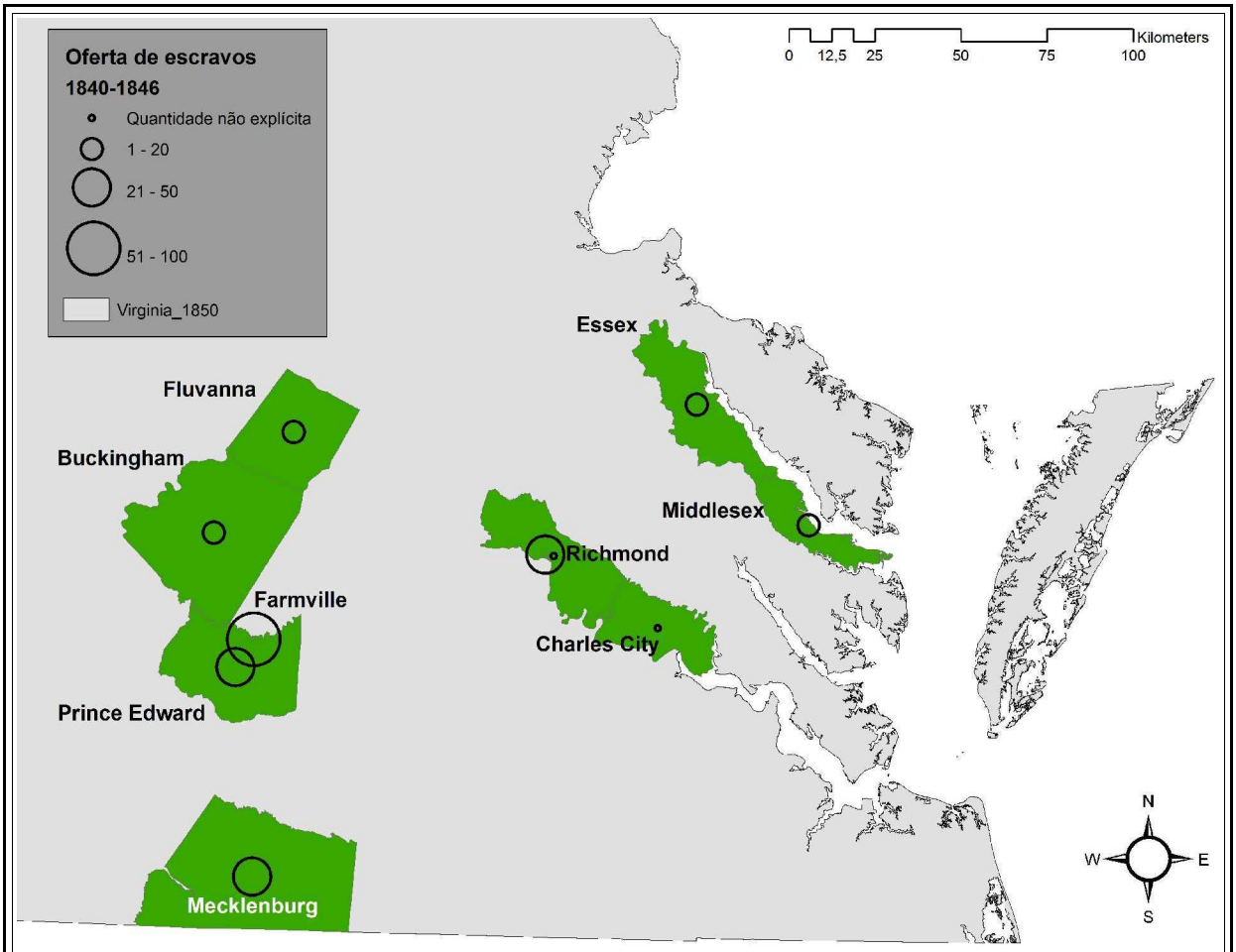



**Ilustração 2.4: Procedência da oferta de escravos em Richmond, 1840 e 1846**

Fonte: Dados: *Richmond Enquirer.* Imagem: *National Historical Geographic. Information System*

Em Richmond, as agências de intermediação na compra-venda de escravos estavam na esquina da Franklin St. e na Rua 15th, na Rua 14th, e nas imediações da Ponte Mayo e em Main St. no centro da cidade, ou seja, boa parte delas estava concentrada na região entre o capitólio e o Rio James. No Rio de Janeiro, as casas de comissão ficavam aglomeradas numa parte muito específica da Cidade.

Diferentemente do porto carioca, na capital da Virgínia, as ditas agências concentraram grande parte dos negócios de venda ou contrato de escravos ou livres. Dos 241 avisos da amostragem, 183 foram publicados pelas casas de comissão, o que significava 76%. Outra diferença com relação ao Rio de Janeiro é que somente 48 anúncios ofereciam trabalhadores unicamente para contratar, e os outros 80% tratavam sobre escravos que se forneciam ou se procuravam. Como era de se esperar, já que o mercado de trabalho tinha problemas de abastecimento, a procura marcava presença no jornal e 18% dos anúncios requeriam trabalhadores cativos ou livres.

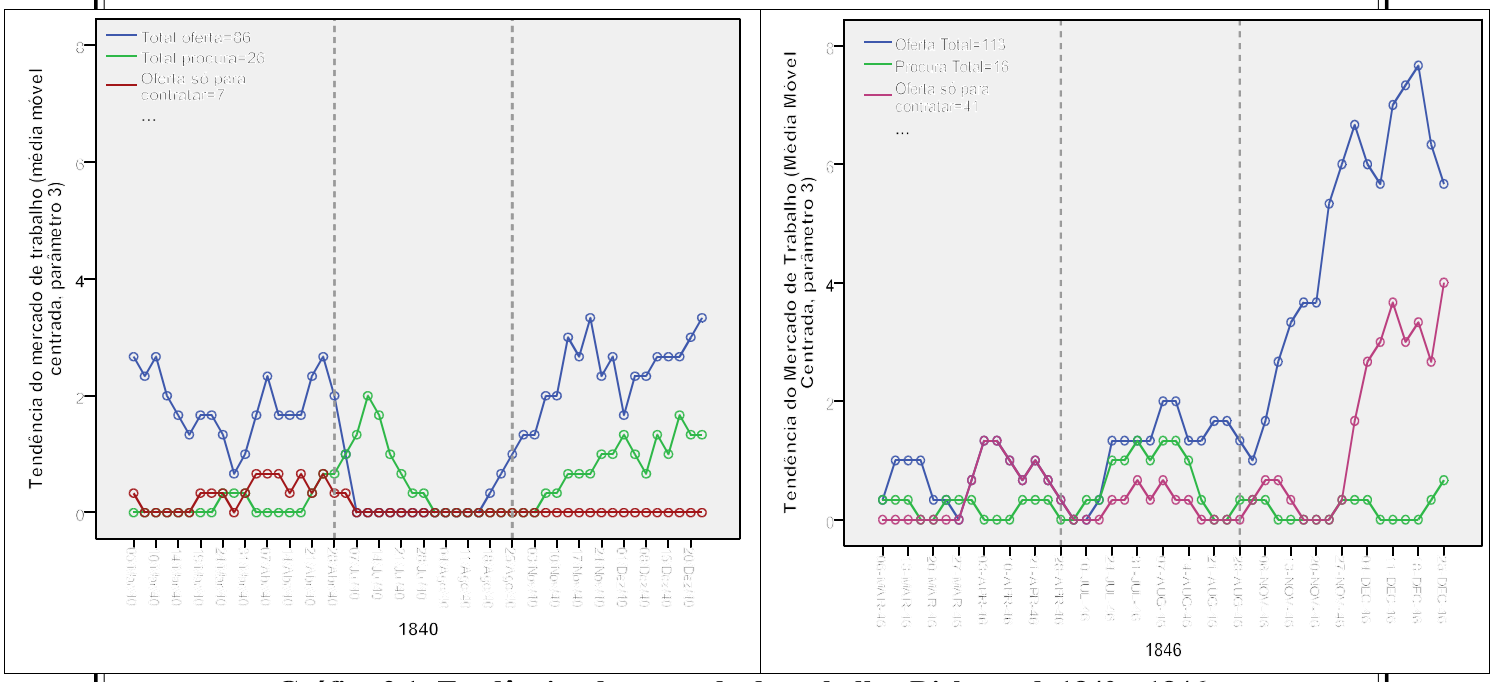



**Gráfico 2.1: Tendências do mercado de trabalho. Richmond, 1840 e 1846**

Fonte: *Richmond Enquirer*

Contudo, o mercado mudou de 1840 para 1846. No gráfico 2.1, as tendências do mercado de trabalho richmoniano foram representadas pelos anúncios da procura e da oferta total (ou seja de todos os tipos: compra, venda e aluguel) e pela parcela de trabalhadores que se ofereciam só por contrato. As três séries são semanais e foram suavizadas por médias móveis centradas com parâmetro três[viii]. No primeiro, o que ficou claro foi o incremento na oferta de trabalhadores, pois na média, em 1840, a tendência se achava em 1,56 avisos por semana e, em 1846, foi para 2,40, enquanto, no lado da procura, a média, em 1840, foi de 0,48 com desvio padrão de 0,77 e, para 1846, foi de 0,34 com desvio padrão de 0,56 denotando estabilidade.

Na oferta de trabalhadores para contratar, o incremento também foi importante, pois pulou de 0,12 anúncios em média por semana em 1840 para 0,87 em 1846. Mas esse aumento foi mais expressivo no mês de dezembro de 1846, quando na média foram mais de três, enquanto que, em dezembro de 1840, não apareceu um anúncio sequer.

Os meses de novembro e dezembro de 1840 foram meses movimentados para a oferta de trabalhadores em Richmond, embora a diferença entre eles e o bimestre de março-abril não foi muito grande nesse ano. Pelo contrário, em 1846, o último bimestre foi muito maior quanto à oferta de

trabalhadores (para vender ou contratar) que no primeiro bimestre. O período de julho e agosto, em pleno verão na cidade, registrou pouca ou quase nenhuma atividade no mercado de trabalho, tanto em 1840 quanto em 1846.

Outra mudança que pôde ter acontecido de 1840 para 1846, foi o dia em que se publicavam os anúncios, pois, no primeiro destes anos, eles apareceram de forma privilegiada na terça-feira, mas no segundo deles apareceram mais na quinta-feira. A razão dessa troca de dias estava relacionada tanto com o mercado, como também com as edições do jornal, pois, em 1840, ele era publicado às terças-feiras, sextas-feiras e domingos, dando tempo para que os anunciantes levassem seus pedidos na segunda-feira antes da primeira edição semanal. Em 1846 o *Richmond Enquirer* passou a ser publicado na segunda-feira, na quinta-feira e na sexta-feira e, com isso, os anunciantes que entregavam seus pedidos no começo da semana, passaram a esperar até a quinta-feira ou, às vezes, até sexta para vê-los publicados.

Já comentamos que a quantidade de anúncios do mercado de trabalho no jornal em Richmond era muito menor se comparada com o Rio de Janeiro. Isso gerou que a amostragem de anúncios também fosse menor, pois mantivemos os 10% como proporção entre amostra e o universo[ix]. No ano de 1840, a amostragem conteve 227 escravos fornecidos para venda no mercado, mas essa amostra só teve 16 anúncios e, portanto, os avisos que ofereciam cativos, em média, vendiam 14,6 indivíduos. Para 1846, essa média se reduziu pela metade com 7 indivíduos por anúncio. Importante deixar claro que essa queda não foi consequência de aumentos na dispersão, pois o desvio padrão também se reduziu de 17 em 1840 para 9,2 em 1846.

Em outras palavras, embora a quantidade de anúncios oferecendo escravos tenha crescido de 1840 para 1846, a quantidade de cativos por eles publicada se reduziu de 227 para 93. Isso aconteceu num contexto em que as agências de intermediação de trabalhadores também reduziram suas participações, pois, na amostra de 1840, elas apareceram na intermediação de 151 indivíduos e, na de 1846, unicamente para 92 pessoas. Assim, o mercado de trabalhadores em Richmond entre 1840 e 1846 parece ter tido problemas para achar escravos e a importância das casas de comissão se reduziu, embora permanecesse como central para o funcionamento do mercado.

No lado da oferta de trabalhadores para contratar, em 1846 apareceram 41 indivíduos na procura de

emprego, em 1840, eram só 6. Um incremento tão expressivo não parece ter sido ser produto da aleatoriedade e, sim, das mudanças no mercado. Essa mesma transformação de aumento na oferta de trabalhadores para contratar aconteceu nesse mesmo momento no Rio de Janeiro. O gráfico 2.2 evidencia essa mudança.

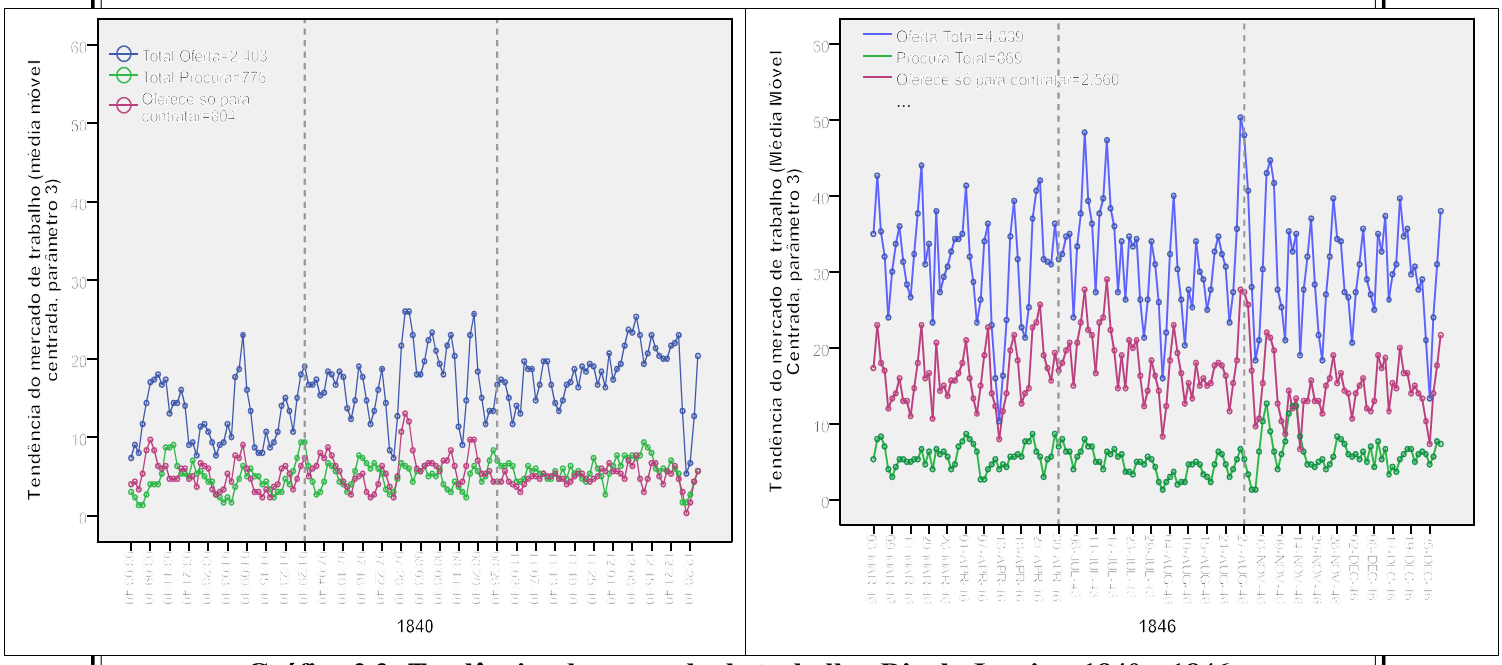



**Gráfico 2.2: Tendências do mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 1840 e 1846**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Em 1840, em média, apareciam por dia 5,3 anúncios com indivíduos que queriam ser contratados e o desvio padrão era de 2,9; para 1846, essa média pula para 16,4 com desvio padrão de 8,9, o que significa uma multiplicação por três num período de 6 anos. O gráfico 2.2, que apresentou as tendências das séries de oferta e procura total de trabalhadores e da oferta para serem contratados, que foi construído de forma semelhante ao gráfico 2.1, ou seja com médias móveis centradas com parâmetro $3^{x}$, deu conta do incremento da oferta específica de trabalhadores por contrato. Em 1840, em média, 34% da oferta para o mercado de trabalho era formada por indivíduos que pretendiam ser contratados, e quase toda a porcentagem restante era de escravos para vender. O desvio padrão nesse ano foi de 13%, em outras palavras, a oferta para contratos não chegava a formar a metade do total fornecido. Para 1846, a média desse tipo de oferta chegou a 51%.

No gráfico 2.2 isto foi percebido pelo deslocamento da série vermelha do patamar menor dos 10 anúncios por dia em 1840 para cerca de 20 em 1846. Essa linha que representa a oferta para contrato e

que, no primeiro ano, ocupava um terço da área embaixo da curva azul que representa o total da oferta, passou a ocupar a metade dessa mesma área no segundo desses anos.

Em 1840, no total, apareceram na nossa amostragem 804 avisos com informação de trabalhadores para serem contratados e, em 1846, foram 2.560. Essa expansão foi mais rápida que o incremento no total da oferta, pois, em 1840, foram 2.403 anúncios e, em 1846, chegaram aos 4.839. Importante destacar que, se o total da oferta quase duplicou, a faixa de trabalhadores para contratar triplicou. Isso aconteceu num contexto de incremento na importação de escravos africanos para o porto carioca (Florentino 2002).

Em contraste, os avisos que procuravam trabalhadores permaneceram quase inalterados. Em 1840, foram 776 e, em 1846, foram 869. Essa diferença, provavelmente, se explica porque a amostragem de 1846 teve 155 dias enquanto que a de 1840 teve 150, pois, embora as duas fossem feitas com os mesmos seis meses, a quantidade de dias úteis por mês foi diferente de um ano para outro. Lembramos que na amostra não se contaram os anúncios dos domingos. Mas, sobretudo, se explicou pela aleatoriedade, já que, em média por dia apareciam 5,2 avisos de procura em 1840 e, em 1846, foram 5,6, e os desvios padrões foram de 2,7 e 3,3 respectivamente.

Assim como ocorreu em Richmond, no Rio de Janeiro a maioria dos agentes que procuravam ou forneciam trabalho concorriam ao escritório do *Jornal do Commercio* na segunda-feira e seus anúncios eram publicados na terça-feira, pois esse era o dia com maior número tanto para a oferta quanto para a procura. Após esse dia, diminuíam de forma paulatina. Com isso, o sábado tinha menos avisos que sexta-feira, mas segunda-feira era o dia de menor informação, pois poucos agentes apareciam no final da semana para publicar seus avisos.

Essa situação incluía os negros livres, e quase 25% da sua publicidade, em 1840, apareceu terça-feira; em 1846, essa porcentagem foi de 32%. Em outras palavras, os negros livres aparecíam no *Jornal do Commercio* na segunda-feira para pedir que sua procura de emprego fosse publicada, o que acontecia no dia seguinte.

Como explicamos, com o total de avisos fizemos uma amostra de 10% para conhecer os detalhes do mercado. Para 1840, a amostragem da oferta contabilizou 316 indivíduos. Esse total foi só um pouco maior que o total de indivíduos na amostra de Richmond nesse ano, que foi de 233. Vale destacar que

vários dos avisos richmonianos não informavam o número exato de indivíduos que forneciam e se limitavam a dizer que tinham trabalhadores para vender ou contratar. Portanto, a diferença importante entre os dois mercados era que o carioca estava muito mais pulverizado, ou pelo menos isso sugere a relação entre quantidade de anúncios e a quantidade de indivíduos.

A diferença nos dois mercados também estava relacionada com o papel das agências de intermediação de trabalhadores. No Rio de Janeiro, era comum que os vendedores de escravos informassem que não fariam negócios com as casas de comissão. Por exemplo, na Rua do Parto, número 102, em 20 de abril de 1840, se vendia uma escrava de 18 anos por 800 mil-réis, que, além de cozinhar, lavar e engomar, também "*pentea e prega huma senhora",* mas *"só se vende para casa particular"*[6]. O mesmo aconteceu do lado da procura pois, em várias ocasiões, se informava que não se aceitavam escravos vindos dos intermediários.

Isso fez com que as agências cariocas, diferentemente das richmonianas, publicassem um anúncio por cada escravo que forneciam, não informando que eram elas as que estavam por trás do negócio. Claro que os compradores sabiam no final das contas que os cativos vinham dessas agências, mas, na publicidade as casas preferiam não aparecer. Evidentemente, também se publicavam avisos que informavam as agências que vendiam escravos e o nome dos donos da casas.

Dos 316 indivíduos que aparecem na amostra da oferta de 1840, 162 eram mulheres (51,3%), 136 eram homens (43%) e 18 cujo sexo não era informado. Enquanto, na procura dos indivíduos, eram 54,5% homens (48), 26,1% mulheres (23) e 19,3%, não sendo informando de qual sexo devia ser o trabalhador que buscavam. Portanto, parece ter existido algum desequilíbrio entre o que se procurava e o que se fornecia.

Como já comentamos, a oferta de 1846 se incrementou comparada com a de 1840, pois, pulou dos 316 trabalhadores para 692, mas a composição por gênero se manteve mais ou menos constante, com um pequeno incremento no lado feminino: foram 416 mulheres (60%) frente a 256 homens (37%) e 20 (3%) dos que não se informou o sexo. Do lado da procura, o sexo dos trabalhadores se manteve ainda mais inalterado: 25% mulheres (29), 59% homens (68) e 16% (18) dos que não se exigia um gênero específico.

6 *Jornal do Commercio*, 20/04/1840

A amostragem de 1840 teve 207 escravos para venda, deles, 104 eram homens e 85 mulheres, de 18 não se informou o sexo. Em contraste, dos trabalhadores que não especificam se eram livres ou cativos, e que se ofereciam para ser contratados, 67 eram mulheres e 23 homens. Em outras palavras, em 1840, na venda de cativos, circularam mais homens e, no negócio de *alugar* trabalhadores, circularam mais mulheres. Porém, essa situação se transformou em 1846, pois, dos 331 escravos que se venderam, 163 eram mulheres e 154 homens, de 14 não se informou o sexo. No mercado de contratação para indivíduos sem especificação da condição jurídica, as mulheres chegaram a 233 e os homens a 76. No caso de escravos que se contratavam, elas foram 10 e eles 3, mas para os especificamente livres, os homens eram 14 e as mulheres 10.

Para o período de 1840 até 1846, o lado da oferta foi majoritariamente constituído pela venda de cativos, embora a quantidade de trabalhadores que buscavam ser contratados tinha aumentado e a quantidade de mulheres que participavam como ofertantes (forçadas ou livres) tinha crescido. Pelo contrário, do lado daqueles que necessitavam de trabalhadores, a maioria não informou se buscava um escravo ou um livre, e só comunicava que precisavam de um(a) trabalhador(a). Essa foi a situação de 58 dos indivíduos procurados em 1840, enquanto só se especificava que se queria comprar 18 escravos. Unicamente se afirmava explicitamente necessitar de 6 livres para contratar. Esse números foram quase iguais para 1846: 15 escravos para comprar, 6 livres para contratar e que eram precisos 89 trabalhadores sem especificar se se queria comprar ou contratar ou se deviam ser livres ou cativos.

A *proxy* da procura por trabalhadores no Rio de Janeiro foi constante em 1840 e 1846, como também foi mais ou menos homogênea durante o ano todo, e nenhum mês teve um número muito menor ou muito maior. Coisa semelhante aconteceu com a oferta em 1846, pois os três bimestres pesquisados tiveram números equiparáveis entre si, mas, em 1840, o bimestre março-abril teve menores números que o de julho-agosto que, por sua vez, apresentou menos atividade que a dupla novembro-dezembro. Portanto, em 1840, existiu um incremento da oferta de trabalhadores enquanto o ano transcorria.

Nesse ano também aconteceu que, enquanto os meses passavam, a porcentagem de escravos que se ofereciam se incrementava e, se, em março desse ano, a proporção de venda de cativos foi a menor do ano, em dezembro chegou a ser a maior. No sentido contrário, a oferta de trabalhadores para alugar que nos

meses de março, abril e julho era só um pouco menor que os escravos para vender, chegou ao nível porcentual menor em dezembro. Como se pode observar no gráfico 2.3[xi], esse incremento de oferta de escravos para vender e a queda na oferta de trabalhadores para contratar não foi um processo que acontecesse da mesma forma em 1846, pois neste ano o segundo destes dois tipos de negócio se mantém constante na faixa do 50%[xii].

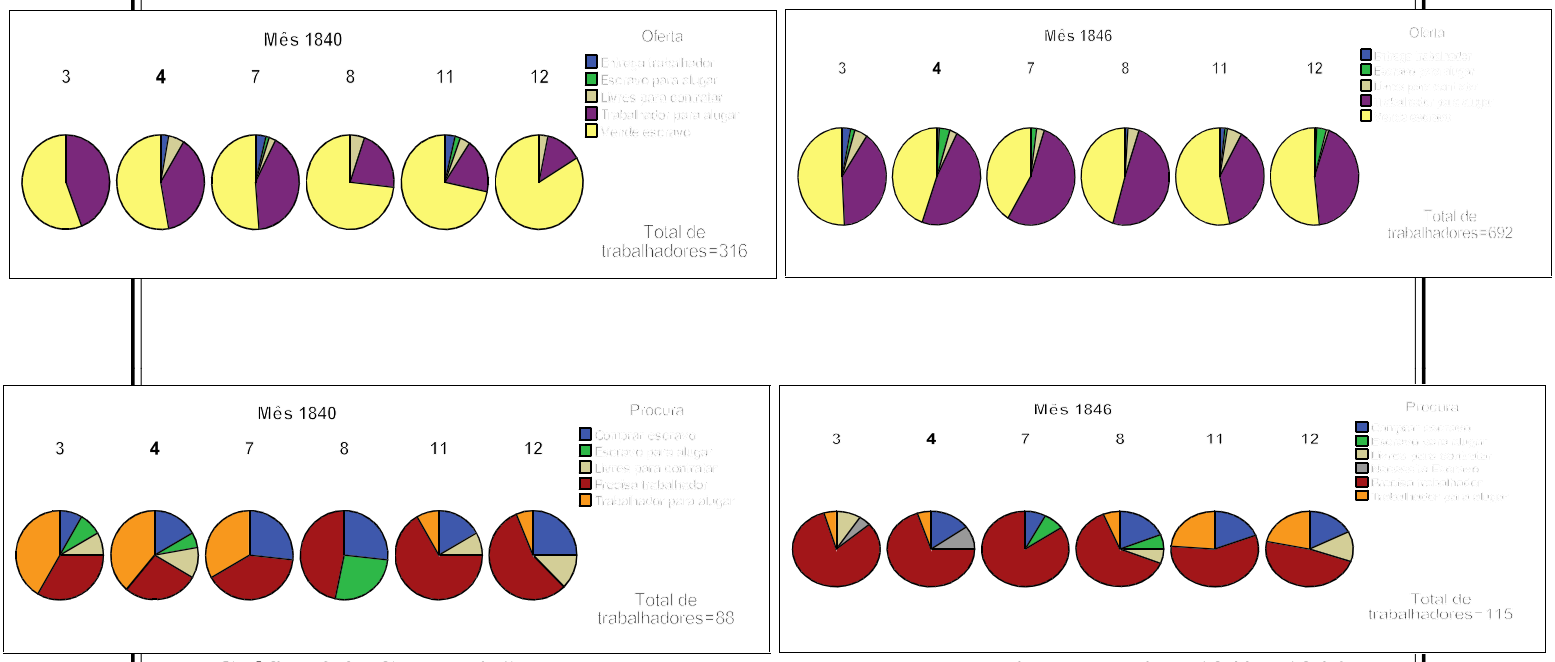



**Gráfico 2.3: Composição do mercado de trabalho por meses. Rio de Janeiro, 1840 e 1846**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Por isso, no Rio de Janeiro, entre 1840 e 1846, foi difícil perceber alguma estacionalidade na composição da oferta e, embora, tivéssemos tentado vários cálculos de autocorrelação das séries, nenhum deles forneceu evidências de modificações estacionais. Pode ser que essa falta de evidência seja consequência de só termos disponível a informação de dois anos e, no próximo capítulo, veremos como os ritmos estacionais ficam mais claros ao agregar os dados de 1850. Portanto, no capítulo final, quando observarmos as séries no conjunto das duas décadas, poderemos discutir melhor o problema. Aconteceu igualmente com a procura, pois, por exemplo, em março de 1840[xiii], houve uma das menores participações da categoria "*preciso de trabalhador*", mas esse mesmo grupo, em março de 1846, teve a maior porcentagem do ano todo[xiv].

Essa falta de evidências manifestas de estacionalidade na oferta e na procura do mercado de

trabalho neste período foi, de alguma forma, paradoxal, pois o comércio internacional do Rio de Janeiro teve um ritmo claro durante o ano. No período 1840 e 1846, o terceiro trimestre (julho a setembro) foi o período do ano em que a alfândega carioca mais arrecadou. Isto fica explícito ao se observar o gráfico 2.4. Porém, se se requer uma prova estatística, é suficiente dizer que, quando se faz a autocorrelação da série de alfândega, o índice para 4 deslocamentos (lembremos que a informação está por trimestre e, portanto, o ano está subdividido em 4 períodos, por isso a escolha do parâmetro 4), os chamados *lags,* é de 0,38, que é maior que o limite superior de confiança, o que indica estacionalidade para esse deslocamento[xv].

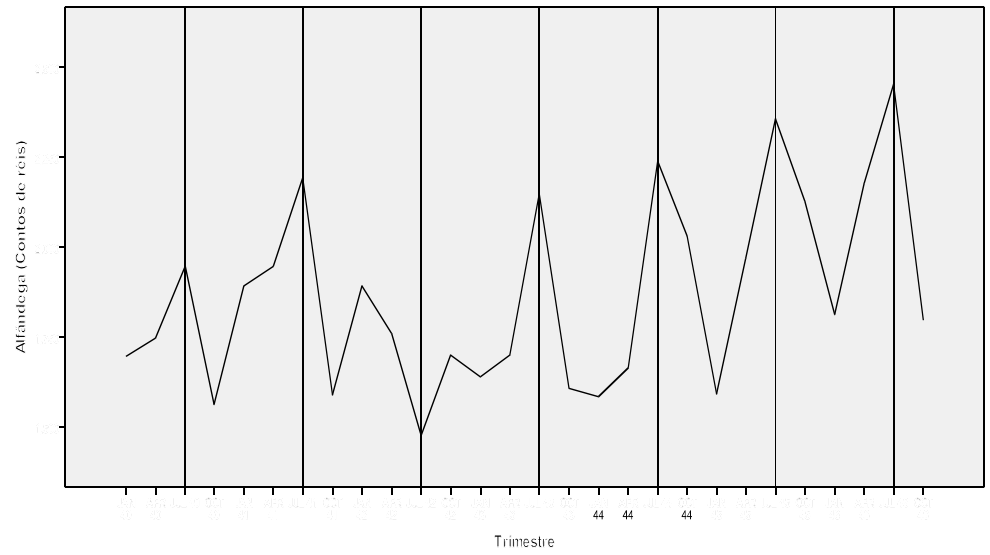



**Gráfico 2.4: Alfândega do Rio de Janeiro. Trimestres 1840-1846**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Se contrastarmos a clara importância desses meses para o comércio ultramarino carioca com o comportamento de julho e agosto no gráfico 2.3, poderemos ver que o mercado de trabalho não registrava um correlato do acontecido nas transações internacionais. Por enquanto, a autonomia do laboral fica explícita, mas acrescentamos duas evidências a mais.

A primeira é que, em 1840 a alfândega arrecadou 6.953 contos e, em 1846, 8.237 contos, o que significa uma expansão de 18,5%. O mês de maior incremento entre esses dois anos foi julho, quando, em 1840, arrecadou 600 contos e, em 1846, 865 contos e, portanto, cresceu 44%. O mês de maior comércio exterior (exportações e importações), em 1846, foi maio, com 915 contos arrecadados o que significa um aumento de 29% se comparado com o mesmo mês de 1840[7]. Em outras palavras, nenhum desses

7 *Jornal do Commercio,* várias edições.

incrementos, seja total do ano, ou pelo maior mês de atividade, ou mesmo pelo mês de maior expansão foi comparável ao aumento acontecido no mercado de trabalho, que nesses seis anos duplicou o total da oferta e triplicou o fornecimento de trabalhadores para contratar.

A segunda evidência do vigor do mercado de trabalho e da sua autonomia veio da comparação com a expansão monetária. Em 1840, o papel-moeda em poder do público no Brasil era de 40.100 mil contos e, em 1846, era de 51.600, ou seja, crescimento de 28,7% (IBGE 1990), muito maior do que a expansão do comércio internacional, mas ao mesmo tempo, muito menor que o ocorrido no mercado de trabalho.

A atividade econômica dos negros livres cariocas desse período se deu num contexto de ampliação das trocas internacionais, de incremento da oferta monetária, mas, sobretudo, de aumento do mercado de trabalho, em especial da faixa que para eles mais interessava: o mercado de contratação. Em Richmond, a situação era semelhante nesse mesmo período.

Em 1840, os dois maiores bancos da cidade, o Bank of Virginia e o Farmer´s Bank tinham ativos agregados de US$15.190.332. Em 1846, bancos como o North-Western Bank of Virginia, o Bank of Valley, e o Exchange Bank of Virginia tinham ativos agregados no valor de US$19.564.635, uma expansão de 28,8%. No conjunto, a expansão desse quinquênio foi de 31,8%[8], o que indicaria que o crescimento monetário em Richmond poderia ter sido maior que no Rio de Janeiro[9].

Em virtude de não se ter dados disponíveis sobre o comercio internacional pelo porto no Rio James, anterior a 1845, para mesurá-lo tivemos que fazê-lo a partir do preço do fumo que Richmond exportava. Em abril de 1840, o tabaco em folha (*leaf)* tinha um custo de US$4,5 por unidade e, no mesmo mês de 1846, já estava em US$6,5. Mas o fumo tipo *lug*, que são as folhas de menor qualidade, custava, em abril de 1840, US$3,5 e, em 1846, US$3, denotando estabilidade com tendência de queda. A mesma estabilidade no preço pode ser achada para as melhores variedades do fumo, o chamado *good* que estava em US$8,3, em agosto de 1840 e ,nesse mesmo mês de 1846, custava US$8.

Porém, agosto de 1846 registrou preços menores para as folhas (*leaf*) e para o tipo *lug* que esse

8 Sobre essa questão voltaremos no próximo capítulo para comparar toda a década de 1840. Para os dados e cálculos, ver o gráfico 3.1

9 Também voltaremos sobre a questão da comparação do crescimento na *oferta monetária* medida como papel-moeda em poder do público no próximo capítulo, quando procuraremos inferir a tendência da quantidade de moeda no Rio de Janeiro na década de 1840. Ver as notas de rodapé 15 e 16 do terceiro capítulo.

mesmo mês em 1840. Portanto, se observarmos os preços desde abril, parece ter existido um crescimento ou estabilidade, mas, comparando os preços do mês de agosto de 1840 e 1846, ocorreu uma queda.[10]

Essa discrepância teve a ver com a estacionalidade do negócio do fumo virginiano e, em geral, da atividade comercial externa de Richmond, pois abril era um mês de pouca atividade e era antecedido por um mês também de baixo nível de transações; agosto, pelo contrário, era o mês final do ciclo econômico do verão que começava em maio. Portanto, os preços de agosto refletiam esse final do ciclo. Mas, em novembro e, sobretudo, dezembro e janeiro eram os meses de efervescência. Sobre essa questão discorreremos nos próximos capítulos para cada um dos ciclos econômicos.

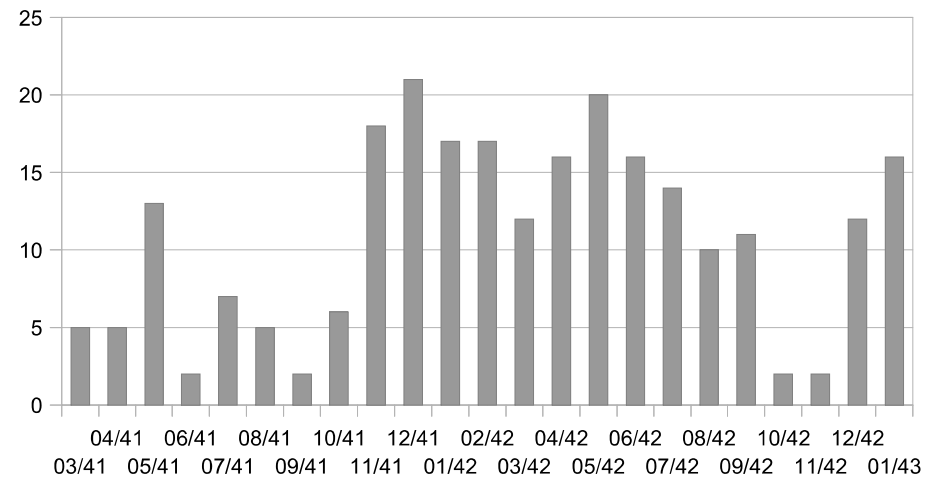



**Gráfico 2.5: Barcas a vapor no Rio Kanawha. Richmond-Charleston, 1841-1843**

Fonte: *General Assembly of Virginia, Relating to the James River Company,* Vol 2, pag. 385. *Virginia* Historical Society, Richmond.

No intuito de evidenciar essas diferenças entre meses durante esse ciclo, no começo da década de 1840 e, ao mesmo tempo registrar o crescimento da atividade comercial, o gráfico 2.5 apresenta a quantidade de barcas que por mês subiram o Rio Kanawha no sentido de Charleston (Virgínia Ocidental) e que usavam o canal no Rio James entre março de 1841 e janeiro de 1843. Como se pode ver, o ano de 1842 foi de uma atividade maior que o ano anterior. Nesse sentido, março de 1841 foi um mês de baixa atividade, e março de 1842 o superou claramente. Porém, março e abril de 1842 foram menores que o janeiro e fevereiro desse mesmo ano. Nos dois anos, maio foi um mês de crescimento; no entanto, de maio

10 *Richmond Enquirer*, edições: 17/08/1840, 7/08/1840, 14/08/1840, 17/04/1846, 14/08/1846 e 11/08/1846

até agosto, a navegação, paulatinamente teve uma queda que só começaria a se recuperar em novembro de 1841, ou em dezembro de 1842, segundo seja o ano.

Esse aumento na atividade econômica virginiana nos meses finais do ano já apareceu no gráfico 2.1 que mostrou um forte crescimento no mercado de trabalho para essa época, tanto em 1840 quanto em 1846. Assim, diferentemente do Rio de Janeiro, os negros livres richmonianos estavam num contexto com uma clara estacionalidade que não era só o produto da atividade econômica, que era regulamentada, pois existia uma temporada oficial para que os que procuravam trabalhadores e os que os forneciam (livres ou cativos) fizessem seus negócios (Takagi 1994:188).

Isso explica as pequenas ou inexistentes quantidades de anúncios de trabalho nos outros meses do ano. Mas, ao mesmo tempo, evidencia que os contratos de trabalho eram assinados para durar pelo menos um ano. Era o contrário do que acontecia na Baía de Guanabara, pois nesta não existia uma temporada de contratação, nem oficial nem real; os trabalhadores e os que os contratavam publicavam o tempo todo, ou pelo menos foi desse jeito em 1840 e 1846. Mas, em contrapartida também não existia um período fixo de contratação. Em consequência, o mercado de trabalho carioca nesse momento era mais flexível que o richmoniano.

### 2.3 Inflação, alimentação e salário: dá para sobreviver?

Se, por um lado o mercado de trabalho crescia, por outro, os preços dos alimentos não acompanhavam esse movimento no período de 1840-1846. Para estabelecer as mudanças nos preços, construímos uma amostra com os valores dos alimentos de maior consumo para os pobres das cidades. As amostras foram coletadas do *Jornal do Commercio* e do *Richmond Enquirer* para os mesmos meses que pesquisamos para o mercado de trabalho. Sempre que um preço aparecia no jornal, era registrado.[11]

Para o Rio de Janeiro, em 1840, a amostragem[xvi] teve entre 20 e 24 dados para cada produto. O leite foi o único produto que ficou com dois dados, pois seu preço não aparecia nas listas que o jornal publicava e, portanto, seu preço foi tirado de dois anúncios de publicidade que o ofereciam, um deles em 200 réis o

11 Para a conversão das unidades de medida se empregou a informação que os mesmos jornais frequentemente publicavam. Por exemplo: *Jornal do Commercio*, 17/03/1850

*quartilho* e o outro em 720 réis a *medida*.[12]

Os preços da tapioca e da farinha de milho não tiveram variação alguma, embora tivéssemos 22 e 20 registros deles respectivamente durante o ano. Em comparação com seu valor, o arroz foi outro dos produtos de estabilidade durante 1840, pois seu desvio padrão foi de 759,15 réis, mas sua média era de 7$550 réis por saca. Por outro lado, o alimento de maior variação para a população de baixa renda foi o feijão preto, que teve um desvio padrão de 1$496 réis e sua média era de 6$500 réis por saca. O maior valor registrado pelo feijão preto em 1840 foi 8$000 réis e o menor de 4$000 réis.

Entre o extremo de estabilidade total em que os preços não mudavam durante o ano, caso da farinha de milho e do extremo de grande volatilidade em que o preço de um momento era o dobro de um outro momento (caso do feijão), ficaram os preços dos outros produtos. Carne seca, por exemplo, teve um desvio padrão de 355 réis e uma média de 2$060 por arroba; a farinha de mandioca teve um desvio padrão mais ou menos igual, com 340 réis, mas sua média de preço foi de 3$520 por saca; e o toucinho com uma média de 4$783 réis por arroba e um desvio padrão de 437 réis.

Em 1846[xvii], no grupo dos que não tiveram mudanças manteve-se a farinha de milho, e se agregaram o sal e a farinha de mandioca fina. O feijão preto continuou como o produto de maior volatilidade, pois seu desvio padrão chegou aos 1$302 réis e sua média foi de 10$222 réis por saca. Isso significa que sua média cresceu 57% entre 1840 e 1846, sendo seu máximo em 1840 no valor de 8$000 réis, e seu mínimo em 1846 no valor de 7.000 réis por saca.

O gráfico 2.6 resume a informação da média de preços e o desvio padrão dos alimentos de 1840 e 1846. Como comentamos, o feijão preto foi o de maior volatilidade e depois vieram o milho, a tapioca e o toucinho. O de maior estabilidade foi a farinha de milho. Com essa informação poderíamos construir um índice para o processo inflacionário nesse período e contrastá-lo com os índices de Mircea Buescu (1973) e de María Eulália Lobo (1978). Porém, o que interessou para nós foi a capacidade dos negros livres de se adaptar às mudanças que aconteceram no mercado, neste caso, o de alimentos.

Os outros produtos ficaram em patamares mais estáveis do que os de 1840. A carne seca ficou com uma média menor do que a que tinha no começo da década, pois, em 1846, a arroba custava 1$844,

12 Os dois anúncios no *Jornal do Commercio*, 6/11/1840. *Quartilho* e *medida* foram as unidades anunciadas no jornal.

embora seu desvio padrão aumentasse para 660 réis. O arroz, que em média custava 7$550 em 1840, passou para 7$777 em 1846. Mais estável foi o preço da farinha de mandioca que, em 1846, ficou em média 3$577 réis por saca com um desvio padrão de unicamente 156 réis.

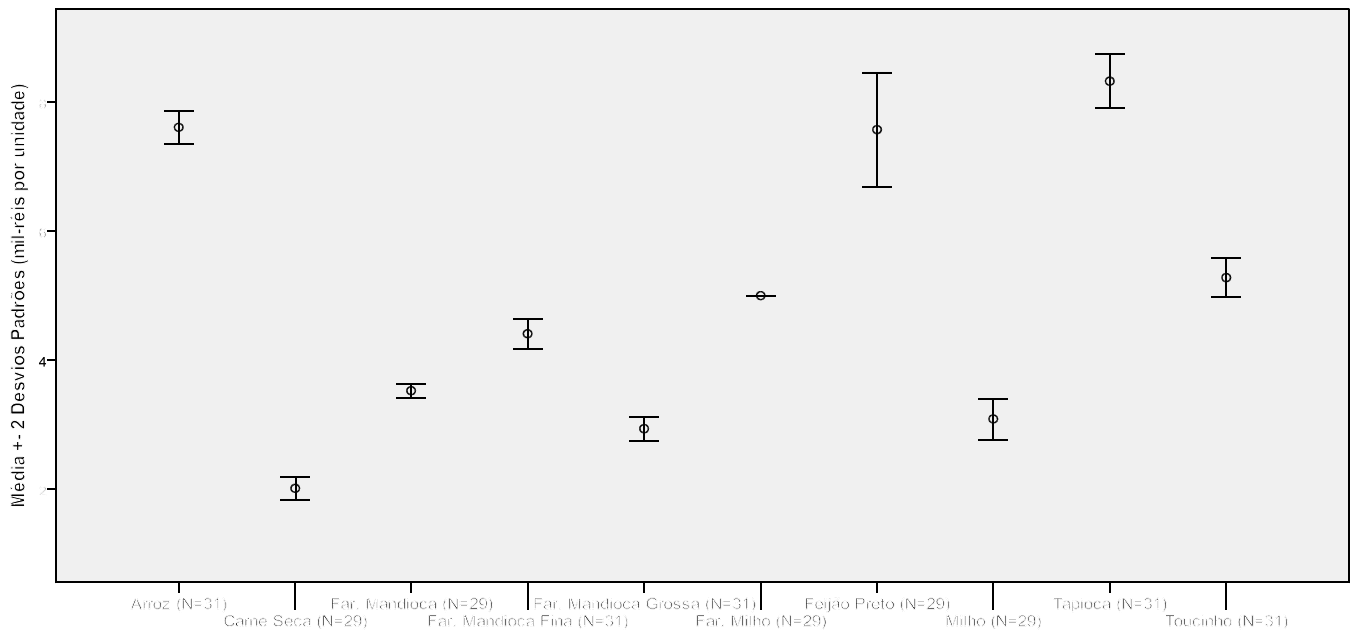



**Gráfico 2.6: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Rio de Janeiro, 1840 e 1846**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Portanto, para dar conta desse objetivo, foi preciso observar se, na alimentação desses indivíduos, era possível a substituição entre os produtos para aproveitar as variações de seus preços, fossem elas estacionais ou de tendência. Para isso, construímos um modelo de programação linear que teve por *Função Objetivo* a minimização do custo total da dieta e estava sujeito às restrições de cumprir o mínimo de nutrientes básicos para se sobreviver e não superar o máximo de consumo tolerado culturalmente para cada alimento[xviii].

O modelo foi resolvido para os anos de 1838, 1842 e 1847[xix]. A variável que modificamos de ano para ano foi o preço, segundo a informação da nossa amostragem ou da pesquisa de Mircea Buescu (1973) que também usou como fonte o *Jornal do Commercio* e, portanto, as duas informações foram equiparáveis. A quantidade de nutrientes fornecidos pelos alimentos foi tirada da pesquisa sobre cozinha brasileira contemporânea do Núcleo de Estudos sobre Alimentação da Universidade de Campinas (2006), e os requerimentos nutricionais apareceram em Lloyd, McDonald e Crampton (1982). Para o requerimento calórico, empregamos as 4.000 cal. que geralmente a historiografia usa neste tipo de cálculos (Kahn 1992)

(Ransom e Sutch 1977)(Steckel 1986)

Segundo o nosso modelo[xx], a dieta de preço mínimo de 1838 custava 96 réis, em 1842, 64 réis e, em 1847, 76 réis. Todos esses valores se referem a dia de alimentação e levam em conta os valores para frutas e vegetais. Mas os preços desses produtos foram estimados como aleatórios numa margem muito pequena. Não tendo em conta essa informação, o custo da dieta em 1838 foi de 77 réis, o de 1842 ficou em 51 réis e o de 1847 foi de 54 réis, todos diários.

Considerando as frutas e os vegetais, o custo da alimentação se reduziu de 1838 para 1847 em 21% e, eliminando esses tipos de produtos, a queda foi de 30%. No entanto, se compararmos 1842 com 1847, observamos um incremento de 18% sobre o total da dieta, mas unicamente de 6% se descontamos as frutas e verduras. Portanto, a inflação dos alimentos da população de baixa renda na primeira metade da década de 1840 não parece ter-se incrementado; pelo contrário, teve uma queda geral, mas com um movimento oscilatório no qual a redução importante ocorreu nos primeiros anos e, depois, veio um aumento, embora moderado.

Contudo, as possibilidades de substituição entre os alimentos eram baixas, pois a farinha de mandioca e a carne seca sempre apareceram nos cálculos. A importância dessa dupla (farinha e carne seca) estava na sua capacidade, quando combinadas, de fornecer calorias e proteínas de baixo custo. Por exemplo, em 1838, com 1 réis gasto em farinha de mandioca, em média, se conseguiam 52,7 calorias, enquanto esse mesmo réis usado em farinha de milho significava 44,4 calorias. Embora esse último valor fosse maior que as 20,38 calorias achadas em 1 réis de carne seca, também era certo que, por esse valor, a carne seca fornecia duas vezes mais proteínas que a farinha de milho.

Os outros dois produtos que sempre estiveram presentes no cálculo foram o mingau de milho e o caldo de cana. O primeiro como fornecedor de cálcio e o segundo como fonte barata de calorias. Sendo assim, a margem de substituição era muito pequena, o que indica que foi mais importante para as finanças dos negros cariocas a queda dos preços dessa época que as possibilidades de arranjar uma cesta diferente de alimentos.

No caso de Richmond, construímos amostras de preços e calculamos o mesmo modelo de programação linear. Para 1840, o *Richmond Enquirer* informava os preços do milho, farinha, aveia, trigo

vermelho e branco e trigo em geral. Para esses produtos a amostragem teve 11 ou 12 registros nesse ano. O alimento de maior volatilidade foi a farinha que oscilou entre US$4,5 e US$6,25 por *bushel*[xxi] com média de US$5,03 e desvio padrão US$0,52[xxii].

O milho e a aveia também tiveram desvios padrões de aproximadamente 10% da sua média. O primeiro destes produtos custava algo em torno de 47 centavos de dólar o *bushel* com um desvio de 4 centavos, e o segundo deles custava em média 28 centavos de dólar com desvio de 2,8. Por sua parte, o trigo e suas variedades branca e vermelha tinham maior estabilidade.

Esse comportamento nos preços dos alimentos era denunciado pelo *Richmond Enquirer* como de claro crescimento. Por exemplo, um artigo de 13 de outubro de 1840[13] denunciava o aumento da farinha na cidade, que passou de US$4,67 em 28 de maio para US$5,25 em 24 de setembro, ou seja, incremento de 12,4% em quatro meses. Na realidade, segundo nossa amostragem, ela chegou a custar ainda mais. Contudo, esse movimento nos preços também era registrado em New York que, segundo o mesmo artigo do jornal, assistiu a um crescimento de 25 centavos, em Baltimore onde foi de 50cts, em Cincinnati de 57cts e em New Orleans chegou a 63cts. Para o editorial do *Richmond Enquirer,* a inflação tinha como culpados os políticos eleitos e, num artigo de 27 de novembro, o periódico ironizava:

> *"A rise of price: a poor laborer who had been swindled into the support of Harrison, by the discourses of his employer on the necessity of raising of price ... going to his employer shortly after the election ´Boss´ says he ´the campaing is closed, Harrison has been successful ... you please to raise my wages´..."*[14]

Para o ano de 1846[xxiii], a volatilidade da farinha tinha aumentado, pois o desvio padrão passou para US$0,75 (lembremos que, em 1840, foi de US$0,52), mas o intervalo em que oscilava desceu para a faixa entre US$3,75 e US$6 e, em consequência, a média ficou um pouco mais baixa: US$4,93. O preço do milho, pelo contrário, cresceu e a média atingiu 58 centavos, o que significa um aumento de 38%, e o desvio padrão continuou na faixa de 10% da média. A aveia também cresceu e, em média, chegou a valer 36 centavos de dólar, 28,5% a mais que em 1840.

Além dos preços do trigo, farinha, milho e aveia, em 1846 o jornal também registrava os valores do

13 *Richmond Enquirer,* 13/10/1840

14 *Richmond Enquirer*, 27/11/1840

toucinho, do brande de maçã, da carne de boi, do arroz e do sal. Embora o toucinho só aparecesse 4 vezes na edições da amostragem, os outros produtos tiveram entre 13 e 16 registros.

Do lado dos produtos com preços estáveis ficaram, o trigo vermelho, com média de 1 dólar por *bushel* e com um mínimo de 95 centavos e um máximo de 1,05 dólares, e o toucinho que custava entre 60 e 70 centavos a unidade com média de 65 centavos. Mas, do lado dos alimentos com preços com grande volatilidade, estavam o arroz com uma média de 6,9 centavos por libra com um desvio de 3,27 centavos e um intervalo de oscilação entre 4 e 11 centavos de dólar. Com a mesma volatilidade foi o caso do brande de maçã que oscilou entre 28 e 75 centavos com média de 35 centavos. Menos dramático, mas ainda importante, foi a flutuação da carne que em média custava US$2,34 com desvio padrão de 32cts.

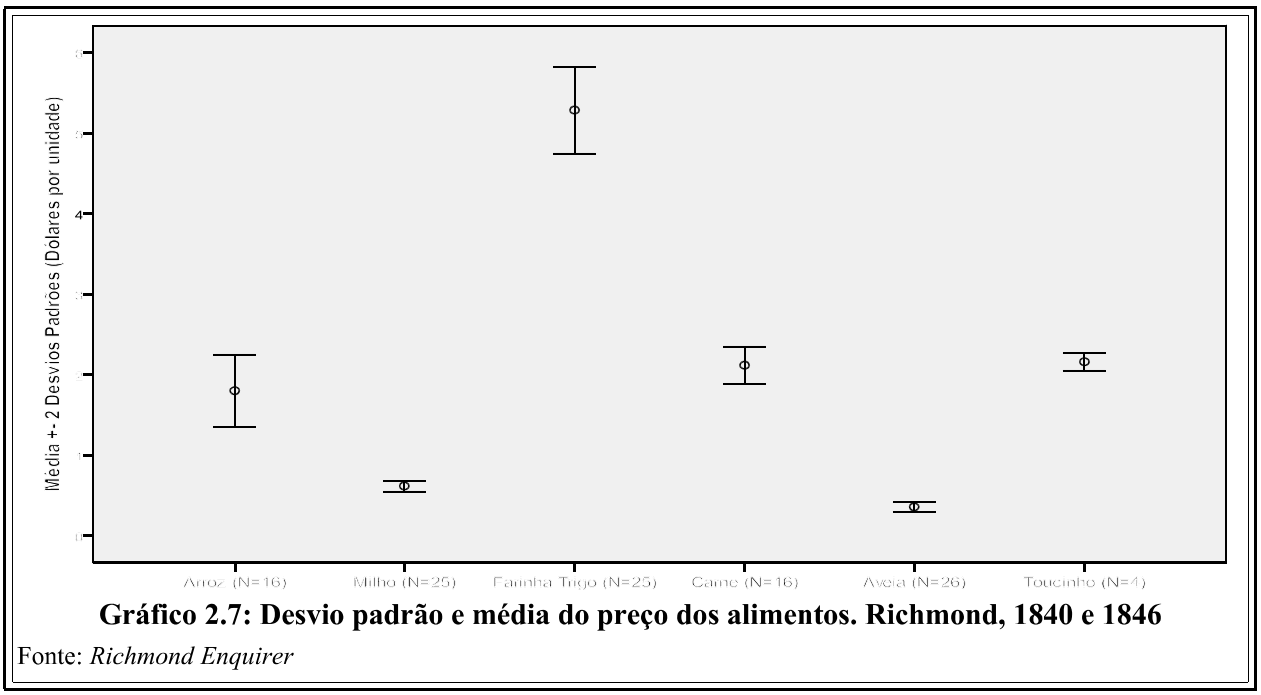



**Gráfico 2.7: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Richmond, 1840 e 1846**

Fonte: *Richmond Enquirer*

O gráfico 2.7 resume as oscilações de alguns desses produtos para os anos de 1840 e 1846. Embora possam parecer menores que no Rio de Janeiro, isso teve a ver com a escala do eixo Y e do peso da farinha na amostragem. Precisamente esse alto valor da farinha era o que não permitia que ela fosse consumida frequentemente pela população de baixa renda, como era o caso dos negros livres ou pelo menos é isso que indica nosso modelo de programação linear[xxiv].

O modelo para Richmond foi o mesmo que o para Rio de Janeiro, mas os dados sobre nutrientes por tipo de alimento e forma de cozinhá-lo foram tirados de Nutrition Data (2011), e os preços, do *Richmond Enquirer*. Além dos alimentos que já citamos na análise de preços, também foram incluídos a

carne suína, de cordeiro, a batata branca, o leite e a carne de boi de segunda. Também foram introduzidos as frutas e vegetais, mas aqueles pertinentes para a realidade virginiana. Os cálculos foram feitos para os anos de 1840, 1842 e 1847[xxv].

Em 1840, o custo da alimentação diária foi de 6,35 centavos de dólar, em 1842, desceu aos 5,54 mas, para 1847, se incrementou até os 8,36, indicando que, nos sete anos, o valor para alimentar-se em Richmond se incrementou 34%, o que significa um aumento expressivo e, se se compararem os índices de 1842 com 1847, esse incremento foi ainda mais forte, ficando no patamar de 50,9%.

Esses cálculos consideraram os vegetais e as frutas que, como no caso do Rio de Janeiro, tiveram seus preços estimados de forma aleatória, oscilando num intervalo muito baixo. Mas, se eles são retirados, o processo inflacionário fica mais claro, pois, em 1840, a dieta sem frutas e vegetais custava 3,85 centavos, 4,42 em 1842 e 5,35 em 1847. Em outras palavras, nos primeiros dois anos, o incremento foi de 14,8%, nos últimos cinco, foi de 21%, e no total dos sete anos foi de 39%. Portanto, o *Richmond Enquirer* tinha razão quando se queixava da inflação.

Assim como no Rio de Janeiro, as possibilidades de substituição entre alimentos para os richmonianos pobres eram pequenas, e a carne de segunda, o feijão e o milho eram fundamentais nas suas dietas. A razão foi a mesma que explicou a importância da carne seca e da farinha de mandioca carioca: sua ótima relação custo-beneficio como calorias e proteínas, e, como no caso carioca, o cálcio foi o nutriente que com maior dificuldade se conseguia. Em Richmond, provavelmente ele era ingerido pelo consumo de leite com aveia, pois esses dois alimentos eram os que mais cálcio forneciam e, que, ao mesmo tempo, permitiam calorias baratas. Por exemplo, com 1 centavo em aveia se compravam 170 calorias, enquanto esse mesmo centavo gasto em carne suína só trazia 33 calorias. Porém, o tema do consumo do leite entre os negros virginianos causa debates historiográficos (Walsh 1992)(Dunaway 2003).

A impossibilidade clara de substituição entre alimentos na cesta dos negros livres e o forte crescimento dos preços sugerem que sua economia real sofreu um forte impacto na década de 1840, pois nossos cálculos indicam que o custo da alimentação, mesmo após os arranjos de substituição entre produtos, ficou entre 34% e 39% maior em 1840 que 1847.

Contudo, para avaliar o peso desse processo inflacionário, devemos lembrar a expansão no mercado de trabalho. Por certo que os nossos indicadores sobre esse mercado mostraram incremento, que no caso de trabalhadores para contratar se expandiu de forma abrumadora. No entanto, esse crescimento não necessariamente se refletia na mesma escala nos salários ou valores recebidos pelos trabalhadores.

Infelizmente, não encontramos uma fonte para construir uma série mais ou menos exata dos salários em Richmond e tivemos que ficar com a informação que forneceram fontes diferentes e, portanto, não sistemáticas. Aliás, a quantidade deste tipo de informações para o período anterior a 1850 foi esporádica. Uma dessas informações foi trazida pelos papéis do James River & Kanawha Canal, segundo a qual se pagou pelo contrato de um negro pelo ano que terminava em 30 de novembro de 1841, um subtotal de US$10 mais US$24,75 de horas-extras que ele realizou. No total, o valor pago chegava a US$34,75[15]. Nada parece sugerir que fosse um trabalho especializado.

Em 4 de janeiro de 1847, segundo um livro de contabilidade do condado de Henrico, pelo contrato de um negro por todo o ano de 1846 se pagaram US$65. No 13 de janeiro do corrente ano, pelo contrato de uma mulher (negra?) se pagaram US$32 e pelo contrato de uma mulher de nome Dolly e uma criança, US$20.[16]

Se compararmos o pagamento feito em 1841 pela James River and Kanawha Canal com o afirmado no livro de contabilidade do Condado de Henrico para o trabalho de 1846, em cinco anos, teremos uma porcentagem de crescimento de 87%. Esse indicador parece muito grande, mas ficou bem próximo dos índices de Robert Margo (1990) para o crescimento de salários nos Estados do Atlântico Sul Norte-Americano. Segundo essa série, entre 1839 e 1842, o salário real dos trabalhadores qualificados das cidades dessa região cresceu 82% e dos não qualificados, 57%. Como sabemos, Richmond foi uma das economias urbanas que mais se desenvolveu nessa parte do país, ao mesmo tempo em que era uma cidade com fortes problemas de abastecimento de trabalho. Portanto, os preços tendiam a crescer mais do que o conjunto da região.

Contudo, a série de Robert Margo que acabamos de citar afirma que, entre 1842 e 1846, os salários

15 *General Assembly of Virginia. James River and Kanawha Canal*. Tomo 1, p. 51. Virginia Historical Society, Richmond.

16 *Henrico County Ledger*, 1846-1847. MSS 14284. Special Collection, Biblioteca da Universidade de Virgínia. Charlottesville.

reais tiveram uma queda e, ao comparar 1839 com 1846, os incrementos ficaram um pouco mais baixos: os qualificados com 34% e os não qualificados com 38%. Mas, lembremos, estes são índices para salários reais, ou seja após descontada a inflação.

Esses fortes crescimentos em Richmond concordaram com a expansão do mercado de trabalho. Para o Rio de Janeiro, para esse período, também não tivemos fontes sistemáticas que permitissem fazer uma série de salários. Mas, no *Jornal do Commercio*, alguns anúncios comunicavam quanto se deveria pagar pelo *aluguel* de um trabalhador. Por exemplo, em 23 de abril de 1840, se oferecia um preto (não se diz se livre ou escravo) na rua da Ajuda, 181 o qual se poderia contratar por 12 mil-réis ao mês, e que não tinha qualificação alguma, apenas ser ágil. Outro exemplo, anunciava uma preta livre que, em 30 de abril desse mesmo ano, podia ser contratada por 10 mil-réis ao mês.

No ano de 1846, as solicitações de pagamentos na faixa dos 10 mil-réis aos 12 mil-réis continuaram sendo publicadas no jornal, mas, também, apareceram valores maiores, com vários anúncios informando preços de 14 mil-réis e 16 mil-réis e, pelo menos dois pedem pagamentos de 18 mil-réis ao mês, um deles em 7 de abril e o outro em 27 de novembro[17]. No caso das amas de leite, estas começaram a cobrar valores máximos de 20 mil-réis, mas elas sempre cobraram mais que a média.

Se usarmos a mudança de 12 mil-réis para 16 mil-réis como indicativa de um trabalhador médio sem qualificação, a porcentagem de crescimento será de 33%. Segundo a série de Pedro Carvalho de Mello (1992), o jornal dos escravos em 1841 tinha por média 11$600 réis e, em 1844, ficou em 14$100 réis, ou seja, um aumento de 21,5%. Mas, assim como em Richmond, entre 1844 e 1845, a série de Pedro Carvalho de Mello indicou uma queda no valor do trabalho cativo, que ficou em 12$400 réis e, portanto, o incremento entre 1841 e 1845 foi de somente 7%. Contudo, lembremos que a inflação, e, sobretudo, o preço da alimentação para os negros livres tiveram uma queda nesses anos e o índice de incremento real foi maior.

Seja como for, tanto em Richmond como no Rio de Janeiro, as evidências sugeriram que a economia dos negros livres poderia ter melhorado no começo da década de 1840, mas, na metade dela, a situação poderia ter mudado, se bem que, se não voltou ao patamar inicial, a situação também não

17 Todos os anúncios no *Jornal do Commercio.*

continuou melhorando de forma tão rápida. No entanto, essa hipótese provém de se observar unicamente o mercado de trabalho e o preço dos alimentos, mas a economia dos negros livres era bem mais complexa que a relação entre essas duas variáveis.

## 2.4 Negócios de negro

No intuito de se conhecer o comportamento da economia dos negros livres richmonianos, a informação dos impostos pessoais foi fundamental. Em 1840, somente 4 desses indivíduos de nomes Gilbert Hunt, James Dunlop, Carter Page e Adriana Vanderval pagaram esse imposto, e juntos aportaram para o fisco US$2,4. Quem mais contribuiu foi Dunlop, que por ter três escravos pagou 90 centavos, e quem menos pagou foi Vanderval que por ter um só teve que pagar 30 centavos[18].

Seis anos depois, em 1846, o valor pago por todos os negros livres passou para US$19,1, o que significa uma multiplicação por quase 8 vezes. A explicação aritmética desse aumento foi o incremento daqueles que pagaram impostos, pois dos 4 iniciais pulou-se para 45. Esses novos contribuintes não apareceram por algum tipo de reforma tributária importante ou, pelo menos, isso não foi revelado nas listas de arrecadação. O que aconteceu foi que mais indivíduos começaram a ter patrimônios que tinham que ser declarados.

Assim, na média, o valor do pagamento individual diminuiu entre 1840 e 1846, já que no primeiro desses anos foi de 60 centavos e no último foi de 42,4 centavos. Mas o indicador que melhor permitiu avaliar essa queda nos pagamentos individuais foi a moda, ou seja, o valor mais comum nos dados. Em 1840, Gilbert Hunt e Carter Page, por terem dois escravos cada, pagaram 60 centavos e, a moda desse ano foi esse valor; em 1846, a moda foi de 32 centavos, imposto pago por ter um cativo.

O forte crescimento nos valores totais pagos pelos negros richmonianos denotou um aumento em seu patrimônio agregado, pois muitos mais tinham que pagar, mas, ao mesmo tempo, a redução da média e moda pagas indicaram que, em termos individuais, esse aumento foi menor que para o conjunto do grupo social, ou seja, a riqueza cresceu mais rápido em termos coletivos que pessoais. Isso era coerente com o registrado no mercado de trabalho e no movimento dos preços dos alimentos e do salário. Assim, os

18 *Impostos pessoais*, Biblioteca da Virgínia, Richmond.

indivíduos aumentaram seu patrimônio, mas, no conjunto, continuaram como pobres, embora já não tanto quanto antes.

Contudo, e também em coerência com os movimentos de preços de alimentos, salários e oferta no mercado de trabalho, o crescimento foi muito mais forte em 1840 que 1843 quando o total arrecadado chegou a US$29,6. Essa informação aparece no gráfico 2.8. Na realidade, olhando desde 1843, os seguintes três anos foram de queda, mas os três anteriores tinham sido de rápido aumento e, em 1841, a média do pagamento individual foi de 52,3 centavos, em 1842 de 64,8 centavos e, em 1843, de 65,7 centavos. Neste mesmo ano, a moda chegou a seu máximo do período (excluído 1840) com 46 centavos[xxvi].

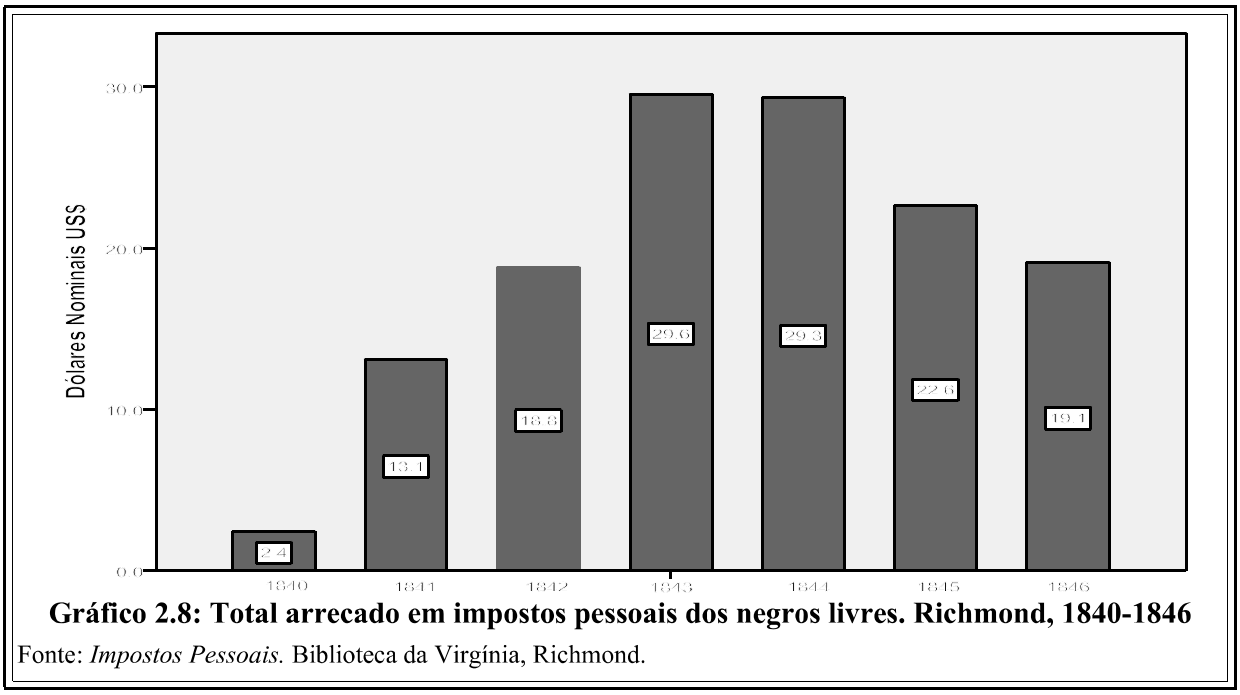



**Gráfico 2.8: Total arrecadado em impostos pessoais dos negros livres. Richmond, 1840-1846**

Fonte: *Impostos Pessoais.* Biblioteca da Virgínia, Richmond.

Para 1844, os valores totais e individuais se mantiveram relativamente altos, mas a moda já começava a recuar para 45 centavos o que diminuiu em 2 centavos a arrecadação. Em 1845, ela já estava em franca queda e, em 1846, voltou para um patamar menor que 20 dólares, como aconteceu em 1842, quatro anos antes. Este movimento de alta seguido por queda vai de mãos dadas com os cálculos do preço da alimentação e, em consequência, parece que a inflação impactava na economia desses agentes.

A inflação reduzia a renda dos negros livres richmonianos. No entanto, o imposto não era cobrado sobre a renda, mas sim sobre o patrimônio. Evidentemente, a renda e o patrimônio estavam vinculados mas, para entender a evolução da arrecadação, devemos observar principalmente a composição do

patrimônio e neste o ativo central eram os escravos. Como já comentamos, os impostos que pagavam os 4 negros livres de 1840 foi por terem cativos, e lembremos que no total os 4 tinham 8 cativos. Em 1841, foram 25 os indivíduos que pagaram impostos e desses, 24 foi por serem proprietários de escravos. Somente William Jackson pagou por um ativo diferente, ele era dono de 2 mulas (ou burros ou cavalos, na fonte esses três tipos de animais estavam agrupados numa única categoria).

Em 1841, entre todos os negros livres de Richmond, somente María Cooper tinha relógio e, por ele e pelo seu escravo, ela pagava impostos. Entretanto, se unicamente uma pessoa tinha relógio, em compensação 24 tinham em conjunto 30 escravos e, ainda por cima, entre 1840 e 1846, o número de relógios (de parede ou de mão) nunca ultrapassou o número de escravos.

Os cativos eram a riqueza fundamental do patrimônio não imobiliário dos negros livres em Richmond na primeira metade da década de 1840, e a explicação dos aumentos tão rápidos na arrecadação é provável que estivesse vinculada com um outro fator além do econômico. Em meados do século XIX, a Virgínia aprovou leis que dificultaram a alforria de escravos e as explicações e análises sobre a sua abrangência já consumiram folhas e folhas da historiografia (Matison 1948)(Eaton 1960) Porém, o que interessa para nós foi que um dos *"jeitos"* que a sociedade encontrou para resolver os impedimentos que a lei colocava foi *apresentar* uma liberdade de um escravo como se ela fosse uma compra feita por um familiar do alforriado e, dessa forma, na prática, ele era livre mas formalmente continuava como escravo.

Não temos como saber quantos desses escravos registrados nos impostos eram na realidade alforriados, mas isso não tem muito interesse para nossos objetivos, pois, mesmo se eles fossem comprados para serem cativos ou fossem comprados para ocultar uma alforria, em qualquer caso, a capacidade econômica do negro livre aumentou.

A mesma análise aplicou-se para o Rio de Janeiro e as alforrias permitem verificar a acumulação econômica. Diferentemente da Virgínia, os negros livres cariocas não tinham que pagar algum tipo de imposto e, então, os valores pagos pela liberdade constituíram-se num bom indicador da acumulação. No período de 1840 até 1846, no ano de 1843 se registrou o maior valor total pago por alforrias com 64:807$400 réis (Valencia 2011). Lembremos que esse também foi o ano em que se registraram os maiores pagamentos em impostos pessoais em Richmond durante este ciclo.

A diferença importante entre a tendência de pagamentos pelos impostos na capital da Virgínia e do Brasil foi que, em 1840, não se apresentaram valores relativos tão baixos para as alforrias na cidade sul-americana quanto os montantes pagos relativos na norte-americana, pois, no primeiro ano da década, no Rio de Janeiro se fizeram pagamentos pela liberdade que correspondiam a 80% do valor pago por elas em 1843, ano em que registrou o máximo. Em contraste, em 1840, os negros livres em Richmond pagaram em impostos pessoais somente 8% do que pagaram em 1843, que foi o ano em que se atingiu o máximo.

A alforria carioca chegou ao máximo do período deste capítulo em 1843 puxada pelo incremento na quantidade de liberdades e no aumento do valor médio pago, e sua queda posterior foi explicada, sobretudo, pela redução dos escravos que se tornavam forros. Mas, por sua vez, essa diminuição era consequência das realidades econômicas.

No Rio de Janeiro, o investimento nas alforrias foi tão grande que o maior ativo econômico dos negros livres foi sua própria liberdade, e não falamos isso como uma metáfora, pois, em termos financeiros, a compra da liberdade superava qualquer investimento em outros tipos de ativos. Para evidenciar essa questão construímos um banco de dados com todas as transações feitas no primeiro ofício de notas da cidade que tinham por valor máximo o preço médio mais um desvio padrão [ $\bar{\times}+\sigma$ ] do custo da liberdade para cada ano.

O ideal seria ter a informação das escrituras de negócios dos negros livres, mas a condição racial quase nunca apareceu nessas fontes e, por isso, consultamos todas aquelas que pelo valor poderiam ter sido feitas por eles. É claro que nem todas, e nem sequer a maioria, tratavam sobre negócios de negros. No entanto, isso significa que, no agregado, elas forneceram o limite máximo possível de atividade, pois o conjunto dessas escrituras, com certeza, ultrapassou o agregado de escrituras que envolviam unicamente negros livres.

Existiu, também, a possibilidade de alguns deles fizerem negócios por valores além desse limite e, com certeza, isso aconteceu. Mas, do total de escrituras registradas no cartório, a nossa base de dados tem 22% ou seja, a amostragem correspondeu, mais ou menos, ao quartil inferior dos negócios da cidade. Essa era a faixa socioeconômica que os negros livres ocupavam e, dificilmente, a maioria dos negócios deles estariam no quartil seguinte.

Em resumo, nossa amostragem representa os negócios dos pobres da cidade, mas daqueles que conseguiram registrá-los no cartório. É possível que alguns dos negros livres estivessem por cima desse grupo, que não fossem tão pobres, mas é bem mais provável achar alguns negros livres que nunca tivessem ido ao cartório e, em consequência, nossos registros indicam o universo de maior possibilidade ou o limite superior da atividade. É claro que o limite inferior era 0 e estava constituído por aqueles que nunca registraram um negócio[xxvii].

Esses 22% que formaram nossa amostragem significaram, entre 1840 e 1846, um total de 524 negócios dos 2.389 registrados no cartório nesses mesmos anos. O interessante é que o movimento da curva do valor total dessas escrituras segue de perto a tendência dos valores pagos em alforrias. O gráfico 2.9 apresenta a informação do total negociado pelos pobres da cidade, conforme o trimestre e o ano do período 1840-1846. Como se observa, ao máximo se chegou no primeiro trimestre de 1844 e o menor valor se registrou no primeiro trimestre de 1841[xxviii].

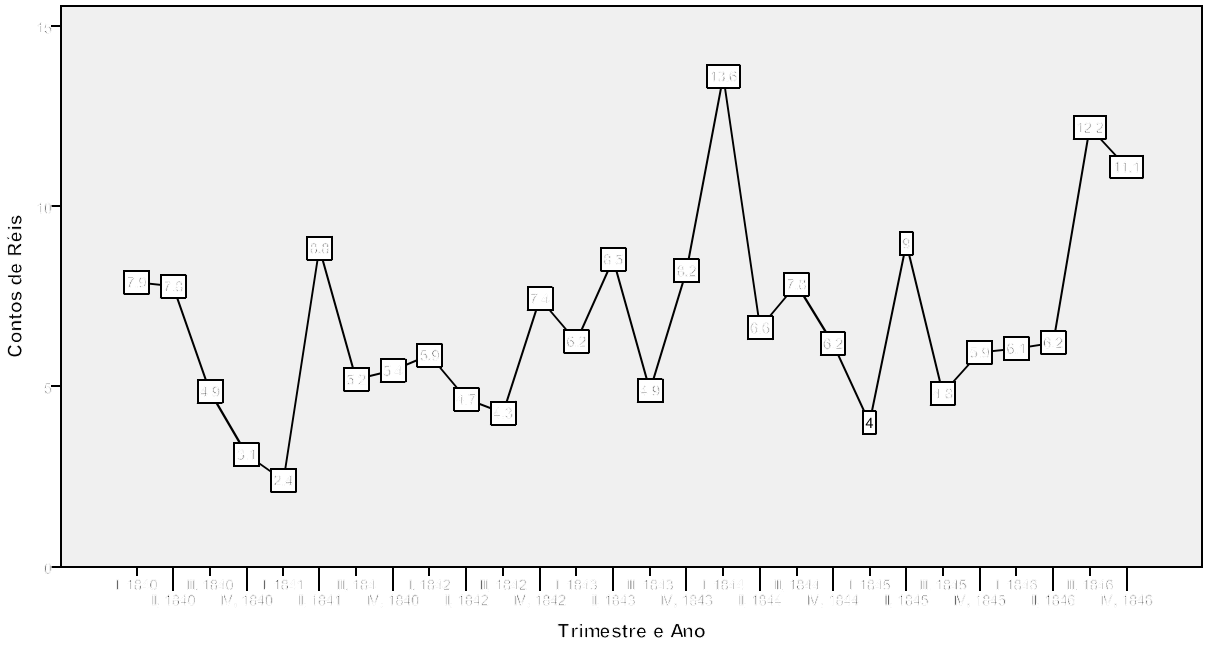



**Gráfico 2.9: Valor total das escrituras do quartil inferior de negócios. Rio de Janeiro, 1840-1846**

Fonte: Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, Brasil.

A diferença importante entre a tendência dos negócios e a tendência dos valores pagos pela liberdade se encontra no final de 1846, pois esse ano apresentou menores valores em alforrias (Valencia 2011) enquanto que os dois últimos trimestres tiveram altos montantes negociados no cartório. No último capítulo, mostraremos até onde havia correlação entre estas variáveis para as duas décadas e o efeito dos

agregados macroeconômicos sobre o total da atividade dos negros livres.

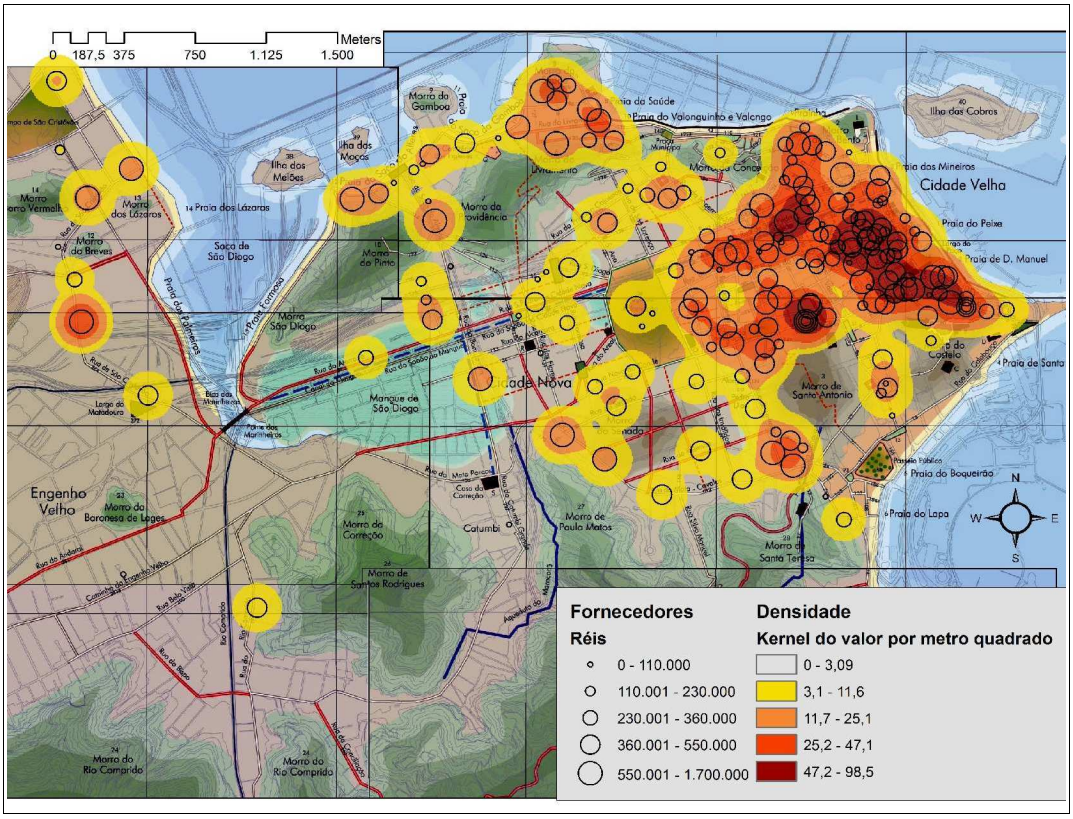
Das 524 escrituras da amostragem entre 1840 e 1846, 199 se referiam a vendas, 195 a empréstimos, 54 foram aluguéis, 38 pagamentos de dívidas e 11 foram aforamentos de terras. Com menos de 10 escrituras estavam os contratos de trabalho, liberdade de escravos, obrigações de pagamento dos alimentos dos filhos que entraram para o exército e outros tipos de transações.

No tocante às mercadorias dos negócios, 44% (232) delas se referiam a dinheiro, 19% (101) às casas e 17% (89) aos terrenos. Com menos do 10% estavam as transações com posses e benfeitorias, as chácaras e os sítios. Com menos de 5% se encontravam os estabelecimentos comerciais, os escravos, os objetos ou ativos não produtivos, as heranças e outro tipo de mercadorias. Também digamos que em média, cada escritura registrava uma mercadoria só[xxix].

Em 245 das 524 escrituras tivemos o endereço de quem forneceu a mercadoria, que como já comentamos, foram, sobretudo, dinheiro, casas e terrenos. Esses endereços não costumavam ser tão precisos quanto os do mercado de trabalho no *Jornal do Commercio*, pois, nas escrituras geralmente só se falava da rua e poucas vezes se informava o número da casa.

Para colocar essa informação no mapa, decidimos distribuir todos os pontos numa rua de forma uniforme. Por exemplo, se uma rua só tinha um negócio, o ponto que o representava foi colocado na metade dela; se tinha dois negócios, então a rua era dividida em três segmentos e um ponto fica na divisa entre o primeiro e o segundo segmento, e outro na divisa do segundo com terceiro de tal forma que ficara equidistante do outro ponto e dos extremos da rua. Em geral, esse procedimento não gerou muitas dificuldades, pois a maioria das ruas eram pequenas, mas, em ruas como da Alfândega, São Pedro ou da Vala, que se estenderam por, pelo menos, duas partes diferenciadas da cidade, devemos ter cuidado na análise. Ruas como São Cristóvão e Andaraí, que eram mais longas, apresentaram menos problemas, pois cruzavam regiões mais ou menos homogêneas.

Tivemos, também, o endereço de 251 indivíduos que receberam as mercadorias, ou seja, basicamente de compradores e de contratantes de empréstimos. Na ilustração 2.5, apresentamos, na primeira parte, os pontos dos que entregavam as mercadorias e os valores de seus negócios e, na segunda, dos destinatários e seus próprios valores.



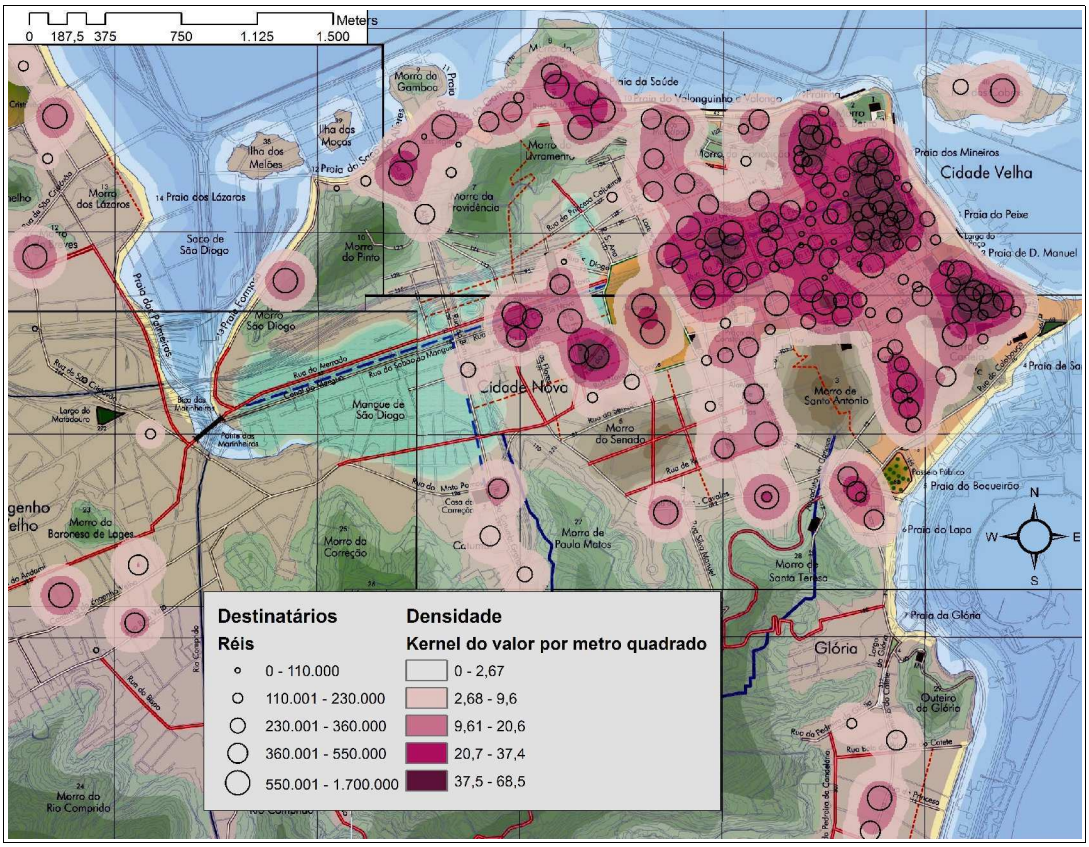




**Ilustração 2.5: Localização dos agentes das escrituras do quartil inferior. Rio de Janeiro, 1840-1846**

Fonte: *Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Além dessa informação, também está a densidade por metro quadrado do valor dos negócios. Aclaremos que, numa escritura específica, outorgante e outorgado tiveram um negócio pelo mesmo valor, mas, na ilustração 2.5, aparecem primeiro esses valores georreferenciados para o ponto de origem da mercadoria e, depois, para o ponto do destino.

Diferentemente do que acontecia no mercado de trabalho, as escrituras geograficamente eram muito mais abrangentes e não ficavam só no centro, pois, também, apareciam nos pontos afastados da cidade, como Valença, na região do Vale do Paraíba, ou Campos, na região norte fluminense. Aliás, havia sujeitos que moravam em outras comarcas do Império ou mesmo em Portugal e, nesses casos, os pontos não foram incluídos no mapa. Os pontos do primeiro dos mapas, da ilustração 2.5 ficavam mais aglomerados que os do segundo, e, pelo menos 28 deste último estavam fora do nosso mapa. Isso foi especialmente importante para os que moravam em Niterói (9), Ilha do Governador (3), Paquetá (2 ) e Itaboraí (2).

Como pudemos observar, a região de maior densidade de fornecedores (calculada como Kernel cell 5 e rádio 200 metros) foi o centro da cidade, especificamente entre a Baía e a Rua dos Ourives, em especial, nas ruas da Direita, Carmo e Quitanda. Também havia uma concentração importante na rua de São Pedro, na esquina da Rua da Vala e na Rua do Piolho aos pés do Morro de Santo Antônio. Essas eram partes da cidade que tradicionalmente albergavam grandes atividades comerciais e, segundo a nossa ilustração 2.2, não eram especialmente de  moradia de negros livres.

Pelo contrário, os que recebiam as mercadorias das escrituras se achavam bem mais dispersos, mas, sobretudo, ocupavam áreas, que na ilustração 2.2 aparecem como de negros livres, em especial, entre a Prainha e o Largo de Santa Rita, na Rua do Livramento, nos quarteirões entre a Rua do Regente e a Rua do Sacramento, entre as Ruas de São Diogo, o Largo do Rocio, a Rua do Areal e nas imediações da Rua da Misericórdia. É Evidente que a região comercial das ruas da Quitanda e do Carmo, entre as ruas das Violas e do Ouvidor, continuava aparecendo, mas já não conseguia concentrar os agentes e os valores como aconteceu com os fornecedores.

Esse arranjo espacial dos destinatários permitiu que se tivesse uma maior confiança ao afirmar que, se os negros livres fizeram e registraram negócios no cartório, então estavam na nossa amostra. Por

exemplo, em 19 de janeiro de 1846, Antônio José de Abreu, morador da Rua do Conde, e Pedro Ferrar Pinto, morador da Rua do Sabão, apareceram no cartório para registrar o empréstimo que Abreu fez para Pinto, de 220 mil-réis, que, segundo eles, foi entregue em dinheiro vivo para que Pinto pudesse pagar outras dívidas. Ele se comprometia a pagar em três meses o dinheiro, pois, do contrário, nesse momento começaria a pagar juros de 3% ao mês. Como garantia do credor, o endividado hipotecava sua escrava Maria de nação Mina. O interessante do negócio foi que Ferrar Pinto, o devedor, era um negro forro que mais ou menos sabia escrever e fazia questão de assinar diretamente a escritura. Do Abreu, não sabemos se era negro, mas sabemos que não sabia escrever[19].

Quando, em 20 de novembro de 1846, eles voltaram para o cartório, dessa vez para registrar o pagamento da dívida[20], Pinto já não apareceu mais como negro, menos ainda como forro. Já não era mais Ferrar, e, sim, Ferraz e sua escrita havia melhorado, e Abreu já começava a assinar com sua própria mão. Ficou claro o que a historiografia já destacou: por detrás dos sobrenomes como Pinto e Abreu podem estar indivíduos que *antes* poderiam ter sido negros, livres ou forros, e por isso a importância de uma amostragem que possa *contê-los*.

Ao observar os dois mapas em conjunto ficou, claro como circulavam os recursos econômicos desse quartil inferior dos negócios. Já que as escrituras permitiram olhar o fluxo dos recursos entre as partes que fizeram a transação, pudemos afirmar que esses recursos saíam do centro econômico da cidade e se propagavam por ela. Porém, ficou também claro que esse fluxo de saída gerava um outro fluxo simultâneo de retorno que não permite falar plenamente de uma região de origem e uma de destino, pois, por exemplo, se um indivíduo vendia sua casa, ele recebia em troca o pagamento e a casa, que estava indo, ao mesmo tempo, voltava como dinheiro.

Mas, nesse sentido, as escrituras, mesmo desse quartil inferior, permitiram ver como no Rio de Janeiro se vinculavam agentes de diferentes pontos da cidade, o que significa que, ou se tinha um arranjo por moradia em que pessoas de diferentes grupos sociais se misturavam, ou pessoas de diferentes grupos sociais faziam negócios entre si. No entanto, também era possível que fossem as duas situações: mistura das moradias e mistura dos negócios.

19 Primeiro Oficio de Notas, L: 255, f: 131, microfilme No. 031-18-79, seção Cartórios, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
20 Primeiro Oficio de Notas, L: 256, f: 131, microfilme No. 031-18-79, seção Cartórios, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Para o primeiro caso, como exemplo, tivemos o contrato de empréstimo em 17 de novembro de 1841, entre João de Novais, da Rua dos Ourives e Bento da Silva, da Rua das Violas, no valor de 30$840 réis (valor muito baixo e que não precisava legalmente ser registrado). Os dois moravam em ruas importantes do centro da cidade, mas nenhum deles sabia escrever[21]. Para o segundo caso, oferecemos o exemplo de José Tomas de Aquino, doutor e morador da Rua da Direita. Com este título, tivemos certeza que não era parte do quartil inferior da sociedade, mas que, em 1845, emprestou 120 mil-réis, um valor relativamente menor, para Ferminiano José da Costa, morador do Largo da Constituição e que, provavelmente, fazia parte desse quartil, pois se endividou por um valor pequeno. Ferminiano recebeu o empréstimo em duas parcelas, uma delas unicamente de 20 mil-réis, que deixava que a sua dívida fosse cancelada pelo seu escravo José Angola, que ficou com a obrigação de entregar 10 mil-réis por mês para o credor durante o ano[22]. Portanto, era bem provável que fosse um negócio entre um abastado e um pobre.

Para Richmond, o método para encontrar esses negócios era mais simples do que no Rio de Janeiro, já que na capital da Virgínia conhecemos os nomes dos negros livres, pois aparecem no livro de registros e nas listas de impostos pessoais, então foi só procurar por esses nomes nos índices das escrituras[23]. Porém, devido ao fato de que nos cartórios não se registrasse a condição racial, a dificuldade foi que alguns dos nomes eram comuns demais para se ter certeza de que estávamos olhando para o mesmo indivíduo. Por exemplo, John Adams era o nome de um negro livre, mas também poderiam existir vários outros richmonianos homônimos. Quantos xarás pode ter o negro John Adams que morava em Richmond?[xxx]

No total, entre 1835 e 1846, nossa amostragem teve 112 escrituras. Porém, não tivemos os endereços dos sujeitos que fizeram os negócios e, por isso, nos mapas da ilustração 2.6 continuaram aparecendo unicamente os 13 pontos dos negros livres da ilustração 2.1. O interessante é que alguns deles participaram em vários negócios desse período, por exemplo, tivemos Gilbert Hunt que estava em 3 escrituras, todas de 1846.

21 Primeiro Oficio de Notas, L: 249, f: 1v, microfilme No. 031-17-79, seção Cartórios, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

22 Primeiro Oficio de Notas, L: 255, f: 24v, microfilme No. 031-18-79, seção Cartórios, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

23 As escrituras de Richmond estão disponíveis na Biblioteca da Virgínia em Richmond, na seção *Deeds*.




**Ilustração 2.6: Localização dos agentes das escrituras com negros livres. Richmond, 1840-1846**

Fonte: Deeds, Biblioteca da Virgínia. Richmond.

Dividimos a cidade em quatro polígonos, de acordo com a segmentação que ela tinha e da que falamos no primeiro capítulo. A primeira dessas áreas era a futura Jackson Ward no lado noroeste, a seguinte era ao sul de Broad St. e oeste do Capitólio (Monroe Ward), a terceira ao sul do Capitólio até a Ponte Mayo e a quarta, no norte do Capitólio, estas duas últimas em Madison Ward. Jefferson Ward, no leste da cidade, não registrou negócios e ficou fora dos polígonos.

Para a maioria dos negros livres das escrituras, que ainda estavam sem endereço, construímos um polígono que não tem referência geográfica e que deixamos *"fora da cidade"*. O mesmo aconteceu com aqueles indivíduos que não tínhamos o endereço, mas que não apareceram nas outras fontes como negros livres.

Com a informação das escrituras classificada e georreferenciada, pelo menos parcialmente, apareceu uma coisa clara e um tanto diferente do Rio de Janeiro. Lembremos que na cidade carioca, as escrituras misturavam lugares, seja porque os grupos se misturassem nos lugares ou seja porque, nas escrituras, se misturassem os grupos. Em Richmond, era diferente e, no período de 1835 até 1846, não aconteceu no mesmo grau essa mistura e os polígonos do *"lado de fora da cidade"*, mas de negros livres, são os mais escuros dos mapas, o que sinalizou que foram os que mais concentraram negócios, tanto de outorgantes quanto de outorgados. Era como se uma boa parte dos agentes mencionados nas escrituras fossem os *nossos conhecidos*, embora não saibamos dizer até aqui onde moravam (no próximo capítulo, as fontes permitem melhorar essa questão) e, como já sabemos, estes *nossos conhecidos*, pelas fontes com as quais trabalhamos, eram os negros livres.

Se, entre 1840 e 1846, no Rio de Janeiro, os vendedores e prestamistas estavam concentrados no centro da cidade enquanto os compradores e endividados estavam dispersos, em Richmond, os negros livres, entre 1835 e 1846 faziam negócios preferencialmente com outros negros. Mas, apesar dessa enorme diferença, também apareceu uma semelhança. Na cidade sul-americana, uma porcentagem importante dos outorgantes não se encontrava na região dos negros livres e, pelo contrário, estava no centro econômico e financeiro. Já, na cidade norte-americana, uma boa parte (o segundo conjunto no primeiro mapa da ilustração 2.6) desses outorgantes não correspondia a negros livres. Nesse sentido, nas duas cidades, as finanças dos negros livres interagiam com outros agentes.

Importante destacar que os mapas da ilustração 2.6 apresentam escrituras de negócios, ou seja, quando falamos de interação financeira com indivíduos que não eram negros livres, não estamos falando de contratação para trabalhar, pois não é essa a fonte que estamos observando. Estamos falando de negócios, de transações no cartório, o que quer dizer um negro livre do lado de um não negro livre assinando juntos um documento legal, mesmo que alguém tivesse que assinar a rogo do negro livre por este não saber escrever, isso denota interação econômica.

Nas duas cidades, neste começo da década de 1840, os negros livres interagiam com indivíduos que não eram negros livres e essas relações deixaram lastros no espaço físico, pois, como lembra Maurício Abreu, processos sociais e formações espaciais são "dois lados da mesma moeda" (2010:68). Portanto, por meio de um enxergamos o outro.

Contudo, quando avançamos um passo a mais, achamos um nova diferença, por isso, no Rio de Janeiro, quando falamos do grupo formado pelos não negros livres estamos nos remetendo ao *cluster* de maior densidade, aquele que ficava no centro econômico e, por ser precisamente o *cluster* de maior densidade, significa que os negros livres cariocas tiveram um contacto estreito com esse grupo. Em contraste, em Richmond, o grupo de maior concentração de negócios foi aquele de negros livres dos quais, para os anos que estuda este capítulo (1840-1846), não tivemos o endereço, o que significa que o maior contato financeiro estava com indivíduos da mesma condição racial.

Em outras palavras, no Rio de Janeiro é provável que, já na década de 1840, nos espaços, morassem grupos sociais diferentes e os negócios vinculassem esses grupos. Em Richmond, esse vínculo também existiu nesse momento, mas a intensidade dele era menor que aquela entre os mesmos negros.

## 2.5 As mercadorias do patrimônio negro

A série de tempo das escrituras dos negros livres richmonianos teve uma forma um pouco diferente das curvas das outras variáveis da cidade. Ela começou com 12 registros em 1840, foi para 14 em 1841 e, depois, teve uma queda até 1844 com o ponto menor no ano de 1843 que, lembremos, era geralmente o ponto máximo nas outras séries. Os dois últimos anos do período, 1845 e 1846, que embora, nas séries

anteriores, fossem de valores menores, passaram a ser os maiores e, no último ano, foram 30 escrituras.

Ainda que o incremento de 12 escrituras em 1840 para 30 em 1846 seja expressivo, também é certo que o número de negócios registrados em cartório pelos negros richmonianos foi pequeno, ainda mais quando sabemos que na amostragem eles podem estar sobre-estimados e, além do mais, alguns sujeitos compareceram várias vezes ao cartório. Tal foi o caso de James Ellis, que apareceu em 12 oportunidades entre 1835 e 1845, se bem que isso não invalida o perfil da curva de escrituras, também deixou ver como os outros negros registraram poucos negócios, pois ele sozinho fez 10% do total.

Segundo as listas de impostos pessoais, os bens dos negros livres em Richmond entre 1840 e 1846 eram, sobretudo, de escravos, como já destacamos. Mas o que agora interessa é que do total agregado das listas, 12,5% tinham mulas, burros ou cavalos. Ninguém tinha porcos e somente cinco pessoas tinham algum tipo de carruagem. Em contraste, em 1840, ninguém tinha relógios (de parede ou de mão) e, em 1841, só uma pessoa o tinha. Porém, a partir de 1842, esse número começou a crescer e, nesse mesmo ano, entre todos os negros livres se juntavam 7 relógios, em 1843 já eram 14, em 1844 eram 16, em 1845 eram 19 e, em 1846, havia 22. Na maioria, esses relógios eram metálicos, mas alguns eram de ouro ou prata[xxxi].

Já destacamos que eles não compareceram aos cartórios, porque fizeram poucos negócios e as suas reservas de valor ficaram representadas em escravos e nos relógios. Por enquanto, não temos informação sobre investimentos em propriedades imobiliárias no começo da década de 1840 e devemos esperar o próximo capítulo para discutir essa questão do final da década.

No ciclo, que descrevemos neste capítulo, quase ninguém fez investimentos em animais ou carruagens. Por certo, Baubee Keniah (ou Baurbe Heniah) apareceu em 1843 como dono de uma harpa ou piano e, foi o único que teve esse tipo de objeto. A única pessoa que reportou um artigo que não se encaixou nas categorias dos impostos foi William Johnson que tinha 63 centavos num objeto, diferente da carruagem, das duas mulas (ou burros ou cavalos) e do escravo que reportou em 1841.[24]

Não ficou claro o porquê de os negros livres investirem, ou gastarem, em relógios, podendo gerar todas as especulações, desde questões de luxo e preeminência até a necessidade do controle do tempo por serem operários ou trabalhadores independentes. Mas qualquer dessas interpretações dificilmente

24 Impostos Pessoais, Listas de 1841 e 1843. Biblioteca da Virgínia, Richmond.

encontrará todas as evidências que a comprovem.

Contudo, mesmo que fossem poucos os investimentos em ativos produtivos, no sentido mais clássico da palavra, foram interessantes as constatações acima, pois geram perguntas como: por que durante esses anos não se compraram porcos? Por que não se investiu em mulas? Ainda mais quando sabemos que por uma mula, em 1846, se pagava 10 centavos de impostos enquanto que por um relógio metálico, dos mais baratos, se pagava 13 centavos indicando que não necessariamente foi por escassez de recursos. Qualquer resposta tem que fazer referência ao que estamos falando: de um contexto urbano e de trabalhadores urbanos.

Nos impostos pessoais não apareceram as propriedades imobiliárias, e estas tinham seus próprios impostos, mas em suas listas não se registrava a condição racial do contribuinte. No entanto, nas pesquisas que cruzaram as fontes, foram encontrados poucos negros livres, em Richmond, proprietários de terras no começo da década de 1840 (Carey 2005). Como veremos no próximo capítulo, a situação mudou no final da década, mas, por enquanto, a terra e os prédios não parecem ser os ativos centrais da economia dos negros livres richmonianos.

No mesmo sentido, e já que nos impostos pessoais se registravam as dívidas por cobrar, também sabemos que somente R. West , em 1844, era credor de alguém por 50 centavos.[25] A quantidade de dívidas registradas no cartório ou nos impostos foi muito baixa. Isso era diferente do que acontecia no Rio de Janeiro. A nossa amostragem do crédito na cidade carioca registrou 82,4 contos emprestados e 17,2 contos em pagamentos. No total foram pouco menos de 100 contos (nominais) em operações de crédito entre 1840 e 1846, mas, desse total, só uma fracção poderia corresponder a negócios que incluíam negros livres.

Se compararmos esse valor total com os 382 contos (nominais) investidos em alforrias, veremos que no Rio de Janeiro também as operações de crédito foram menores, pois, mesmo supondo que todo o crédito da amostragem era feito por negros (o que era improvável), ele só representaria uma porcentagem que oscilaria próxima a 25% do valor da liberdade. Como já comentamos, no porto carioca, o principal investimento era a compra de si mesmo.

Porém, e se bem que era certo que o crédito entre os negros cariocas era uma operação menor,

25 Impostos Pessoais, Lista de 1858, Biblioteca da Virgínia, Richmond.

também era certo que entre 1840 e 1846 não foi tão precário quanto em Richmond. Na média, os empréstimos do primeiro quartil da população carioca entre 1840 e 1846 foram de 422 mil-réis e o desvio padrão foi de 247 mil-réis. A média dos pagamentos foi de 465 mil-réis e o desvio padrão de 377 mil-réis.

O ano de maiores volumes emprestados foi 1846, consequência do aumento na quantidade de operações, e a média desses negócios foi menor que a registrada em 1843 e 1844. O ano de menor total emprestado foi 1840 quando também foi o ano com menos negócios, mas a média do crédito nesse ano foi semelhante à média registradas no outros anos do período 1840-1846.

Importa destacar que dos 524 negócios da amostra, 238 fazem menção aos prazos para pagar as dívidas. Na média eram 37,4 meses com os que contavam os endividados para reembolsar o dinheiro dos credores, mas o indicador de moda, que mede melhor esse prazos, foi de 12 meses, indicando que existiram algumas operações com prazos longos que aumentaram a média, mas, o mais frequente, era que as dívidas fossem contratadas para serem canceladas após um ano.

No tocante às garantias desses créditos, 29 entregaram casas, 12 deram terrenos, 7 heranças, 7 hipotecaram algum tipo de negócio, e somente 1 deixou os móveis, mas, o mais comum era garantir as dívidas com escravos, pois 68 endividados deram essa garantia. Claro que não poderia ser de outro jeito, pois o ativo mais comum entre os pobres cariocas eram os cativos e, além do mais, esse ativo era o que mais liquidez tinha e, provavelmente, o que mais certeza dava ao credor que recuperaria o dinheiro, pois o jornal do escravo era facilmente transferível.

Os juros apareceram em 167 operações e a taxa que mais se menciona é de 2% ao mês. Mas, para agregar as taxas, devemos ter cuidado, pois 47 dessas transações falaram de juros correntes, 70 por mora e outras não foram claras. Adicionalmente, como os prazos eram diferentes e os momentos em que os juros eram cobrados variavam, então as taxas nominais forneceram uma informação precária sobre o custo do dinheiro.

Ao expressar todos os juros em taxas efetivas anuais, a média foi de 22,8 e o desvio padrão de 15,5. Embora, para um determinado período da história da inflação no Brasil, essas taxas possam parecer brincadeira, na realidade, esses juros eram muito altos se compararmos com os 5% ou 7% que pagavam as dívidas públicas (M. Abreu 2006)(Summerhill 1998).

O ano de maiores juros foi 1846, quando chegou a 32% (efetivo anual -EA), e os de menor foram 1842 e 1844, com 19% EA e 18% EA respectivamente. Esse aumento em 1846 esteve ligado, provavelmente, ao aumento na quantidade de negócios, pois esse foi o ano de maior número de dívidas registradas e esse crescimento deve ter puxado os aumentos nos juros.

Não existiu correlação entre a quantidade de dinheiro emprestado e a taxa de juros. Por exemplo, por um lado, um dos empréstimos de maior valor registrado com taxa de juros foi uma dívida de mais de 700 mil-réis, mas sua taxa foi de 20% EA[26] e, por outro lado, dois empréstimos pagaram juros de 75% EA, mas um deles era por 200 mil-réis e o outro de 300 mil-réis[27]. Também foi difícil achar vínculo entre os objetos hipotecados e as taxas de juros, pois, por exemplo, havia negócios com altos juros sobre hipotecas de escravos, mas também havia escravos hipotecados com juros baixos e, igualmente, aconteceu com os outros tipos de hipotecas. Por fim, também não achamos relação entre os valores emprestados e os ativos hipotecados e, se bem que duas das maiores dívidas foram sobre escravos, isso não gerou qualquer correlação geral.

Se valores de crédito eram baixos, comparados com as alforrias, os negócios com bens imobiliários eram ainda menores. Por exemplo, o total em casas foi de 39 contos 410 mil-réis, em terras foram 21 contos 153 mil-réis e, em posses com benfeitorias foram 6 contos 380 mil-réis. Somando todos estes tipos de bens, o total foi de 74 contos 583 mil-réis. Claro que esse não foi um valor insignificante, mas lembremos que a amostragem inclui todos os negócios do quartil inferior registrados em cartório, portanto, mesmo supondo (o que é improvável) que todos estes montantes correspondem a negócios de negros livres, eles só representariam 19,5% do investido na liberdade.

Estabelecer quanto de espaço físico esses valores representam é difícil. Primeiro, porque nesses negócios entraram desde casas na cidade até terras na periferia e, segundo, porque as unidades métricas, que as escrituras registraram foram diversas, aparecendo, às vezes, a medição por braças de frente e, às vezes, por braças de fundo. Às vezes, os negociantes foram precisos e registraram as braças e palmos por

26 Primeiro Ofício de Notas, L: 254, f: 77, microfilme No. 031-18-79, seção Cartórios, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Data da escritura: 22/04/1845

27 Primeiro Ofício de Notas, L: 256, f: 80, microfilme No. 031-18-79, seção Cartórios, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Data da escritura: 30/07/1846 e Primeiro Ofício de Notas, L: 257, f: 16v, microfilme No. 031-19-79, seção Cartórios, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Data da escritura: 23/12/1846.

um lado do terreno e pelo outro, mas, outras vezes, se escrituraram um número de braças sem fazer menção à forma do terreno.

O ano com maiores quantias de negócios com bens imobiliários foi 1840 com 9 contos, depois, 1843 com quase 7 contos, seguido por 1846 com pouco mais de 6 contos e meio. Esses anos foram os maiores, porque foram os que mais negócios registraram, e as médias se alteraram pouco no período de 1840 até 1846.

## 2.6 Concluindo, o início do período

Um dos objetivos deste capítulo foi observar a economia dos negros livres cariocas e richmonianos no começo do período que estudamos. Isso significa que, neste segundo capítulo, queremos ter uma primeira ideia das suas atividades financeiras, do mercado de trabalho em que participavam e do contexto em que se encontravam. Ainda não pudemos nos aprofundar na análise e nas relações e vínculos entre todas as partes que integravam sua economia. Essa será uma tarefa que só poderá ser feita quando as séries dos vinte anos estiverem descritas.

O outro objetivo era explicar os métodos, primeiro de georreferenciamento e, depois, de amostragem. O primeiro destes métodos foi recortar os mapas históricos em 10 unidades e georreferenciá-las de forma independente e agregá-las novamente, e, com isso, a margem de erro foi reduzida. Depois, os pontos achados foram colocados nos mapas. O segundo método, referente às formas de amostragem, foi, para o caso do mercado de trabalho, contar todos os anúncios que apareceram nos meses de março, abril, julho, agosto, novembro e dezembro e, sobre esse total, calcular uma amostra de 10% para indagar pelos detalhes do mercado. Esses mesmos meses foram usados para as amostras de preços e foram coletados todos os dados que encontramos. No caso das escrituras cartoriais, em Richmond, foram registradas todas aquelas em que aparecia o nome de um negro livre e, no Rio de Janeiro, todas as escrituras do cartório do primeiro ofício de notas que tinham valores menores à média anual do valor da alforria mais um desvio padrão.

Para localizar os endereços dos negros livres richmonianos cruzamos o livro de registros com os

impostos pessoais e o almanaque de negócios. Para os negros livres cariocas, como documentação foram utilizados os anúncios de procura de emprego que publicaram no jornal, e dessa forma, conseguimos para a capital fluminense ter uma imagem clara dos lugares onde se encontravam; para Richmond essa imagem ainda não está bem definida, pois o número de indivíduos localizados no começo da década de 1840 foi pequeno.

Também georreferenciamos os pontos das amostras do mercado de trabalho e achamos que o virginiano era mais abrangente que o carioca. Constatamos que esse mercado era mais intermediado e, portanto o número de anúncios no jornal era menor que no Rio de Janeiro, mas a quantidade de escravos negociados era semelhante. Além disso, nas duas cidades, a oferta de trabalhadores, cativos ou livres e para contratar ou comprar, cresceu na década de 1840 de forma forte, mas foi maior o incremento do trabalho para *alugar*.

Esse crescimento foi maior do que o custo da cesta básica da alimentação, o que provavelmente gerou que a renda real dos negros livres das duas cidades se incrementasse, no entanto, os anos de 1840-1843 foram os de rápido aumento, enquanto 1844-1846 não continuaram com a tendência. Em Richmond, os salários cresceram mais do que no Rio de Janeiro, mas na cidade norte-americana, a inflação foi maior, deteriorando parte do crescimento enquanto na sul-americana, embora o salário crescesse menos, a inflação foi muito menor.

Com isso, a renda que provinha do mercado de trabalho teve movimentos semelhantes nos dois lugares. A diferença importante no âmbito do trabalho neste período foi a estacionalidade do mercado richmoniano, com um período de contratação entre novembro e janeiro. Em contraste, o mercado carioca fez mais ou menos a mesma quantidade de negócios o ano todo.

O patrimônio dos negros livres, no começo da década, nas duas cidades estava representado no mesmo ativo: trabalho. Mas, no Rio de Janeiro, isso queria dizer investimentos na própria liberdade, enquanto em Richmond significava a compra de cativos. É provável que essa diferença se explique pelas restrições às alforrias na Virgínia que levaram a que senhores e escravos camuflassem liberdades como compras.

O movimento da curva de patrimônio pessoal dos negros livres richmonianos ficou registrada nos

impostos pessoais e este período foi de forte expansão mas, sobretudo, esse aumento se deu entre os anos de 1840-1843 e, nos de 1844-1846, se estabilizou com tendência de queda. No Rio de Janeiro, a *proxy* desse movimento foram as compras da alforria e os negócios registrados em cartórios que também se incrementaram e tiveram o máximo no ano de 1843 e no começo de 1844 respectivamente.

Adicional aos investimentos em cativos ou nas alforrias —segundo fosse o caso— pouco ficava para outro tipo de ativos. Isso foi válido para as duas cidades, mas tudo parece indicar que, em Richmond, no começo da década, a situação fosse mais radical, pois eram poucos os indivíduos que tinham outros ativos e eram ainda menos os que compareciam nos cartórios para registrar negócios. No Rio de Janeiro, era provável que, pelo menos o nível de endividamento fosse maior, pois um conjunto dos devedores da cidade moravam nos mesmos lugares em que se encontravam os negros livres. Nesse tema se produz uma nova diferença: no Rio de Janeiro, algumas escrituras misturavam sujeitos de diferentes grupos sociais, no entanto, em Richmond a maioria das escrituras se subscrevem entre negros, mas, mesmo assim, nas duas cidades, a interação financeira com indivíduos que não eram negros livres registrou quantidades relativamente importantes.

Concluindo, se alguém, no começo da década de 1840 perguntasse onde se poderia achar um negro livre, disposto a trabalhar, poderíamos responder com vários endereços, mas, para responder rápido, diríamos que, em Richmond, o encontraria na rua 14$^{th}$ entre Byrd e Cary e, no Rio de Janeiro, na Praia da Gamboa, 51. Mas que não seria tão fácil contratá-lo ou contratá-la, pois os dois estavam qualificados, os dois tinham seus negócios, cada dia havia mais gente procurando por eles e, portanto, estavam cobrando (em termos reais) mais pelo serviço e, o que era mais interessante, estavam ficando menos pobres que há uns anos antes.

# 3. AINDA NA FREGUESIA E NO BAIRRO: A VIDA ECONÔMICA NA METADE DO SÉCULO, 1847-1850

## 3.1 A chegada do recenseador

Não há muito tempo atrás a *cidade* era um vilarejo e os velhos, como os velhos de todas as épocas, passavam o tempo falando da tranquilidade do passado e de como tudo mudara para pior. Eles ainda lembravam, ou diziam lembrar, de quando a cidade era destino só para os aventureiros e procuradores de fortunas rápidas, mas agora já não é mais assim e a cidade, por todas as partes, ficou lotada e os que procuravam riqueza fácil se especializaram: alguns são políticos, outros usurários, alguns comerciam, tem gente que se diz empreiteiro e, claro, também há aquele que é político, usurário, comerciante e empreiteiro.

Mas a *cidade* também ficou lotada de gente que trabalha e transformou esse vilarejo numa das grandes cidades do atlântico ocidental. São trabalhadores de todos os tipos: escravos pobres e não tão pobres; brancos ricos e brancos muito pobres; estrangeiros chegados do outro lado do oceano, alguns pela força do chicote e outros pela força da fome. Também há mulatos amarelos nascidos no país, negros franceses e chineses que ninguém sabe ao certo como chegaram tão cedo.

Todos eles moravam nos poucos centos de metros de largura que a cidade tinha para oferecer e que não pareciam resistir às pisadas de toda essa gente que os percorria e que os queria engolir numa *revanche* do que achavam que estavam fazendo com eles os políticos, empreiteiros, comerciantes e usurários. Mas quem estava devorando toda essa gente era a doença, que também caminhava e cruzava ruas e praças, e que, por vezes, parecia que era ajudada pelas autoridades para avançar tão rápido por todos os cantos e consumir a tanta gente.

Em realidade, as autoridades nunca foram tão eficientes quanto para ser parceiros das doenças e acompanhar seu andar; elas sempre foram bastante independentes e gostam de ficar do lado dos grandes aglomerados humanos e, talvez nisso, os velhos tivessem razão: a cidade de antes era mais tranquila, pelo menos porque não havia esses grandes surtos de doenças.

Agora, na metade do século, as epidemias parecem corriqueiras e o desembarque da febre amarela

no Rio de Janeiro, em 1850 foi só para exacerbar o que já era terrível; só nesse ano morreram na cidade mais de onze mil pessoas (Marcílio 1993), e a epidemia de cólera em Richmond, em 1849, foi a maior de uma série que também incluía os anos de 1832 e 1834 (McLeod 1991:159). Nas duas cidades, o final da primeira metade do século e o começo da segunda estavam marcados pelos surtos de doenças, consequência do aumento demográfico, e os problemas de lixo, esgoto e saneamento básico que eram difíceis de resolver à velocidade que o crescimento populacional exigia.

Apesar das enormes diferenças climáticas, geográficas, políticas e culturais, de novo o Rio de Janeiro e Richmond tinham os mesmos problemas de higiene pública e, na metade do século XIX, as duas enfrentavam epidemias. O cólera, por exemplo, habitava nas duas simultaneamente e era pouco o que cariocas e richmonianos podiam fazer, além de esperar pelos investimentos públicos.

No começo de 1850, a Câmara de Richmond decidiu gastar US$35.795 dólares em melhorias para as ruas. O gasto estava dividido entre os três distritos da Cidade: Jefferson, Madison e Monroe. Eles receberiam US$8.801, US$8.963 e US$18.031 respectivamente. O maior gasto se executaria na rua 6th entre Canal St. e Leigh St. e seria para construir suas obras complementárias (colocando pedra picada e construindo a sarjeta e o canal para águas) que custariam US$5.246. Mas também havia gastos menores, como os US$20 empregados na construção da parte final do escoadouro de águas na avenida Brook[1]. A grande maioria desses gastos seriam usados na tentativa de resolver os problemas de manejo de águas e, como isso reduzir a presença do cólera.

O maior gasto por distrito estaria em Monroe Ward que receberia 50% do dinheiro, enquanto os outros dois teriam 25% cada. Essa divisão dos gastos não correspondia à divisão por tamanho geográfico da cidade, pois o menor distrito era Madison no centro, entre as ruas 7th e 12th e o maior era Jefferson que se estendia ao leste da rua 14th e quase triplicava a largura de Madison, mas os dois receberiam valores mais ou menos iguais. A divisão também não seria para privilegiar as ruas das famílias abastadas, pois elas moravam em Church Hill no leste ou em Shockoe Hill no centro (Kimball 2000:65).

Em realidade, os investimentos se fariam em Monroe (distrito ao oeste da rua 6th) por, talvez, ser o distrito de maior população e de maior expansão em número de habitantes naquele momento, a ponto de

1 *Richmond Enquirer,* 24/05/1850

que, vinte anos depois, em 1871, seria dividido em dois distritos, surgindo o Jackson Ward no extremo norte-ocidental da cidade (McLeod 1991:157).

Claro que toda a cidade crescia em população. Como mostramos no primeiro capítulo, o censo[2] de 1850 revelou que, na década de 1840, o crescimento foi de 37% (Gráfico 1.6). Esse censo, na metade do século registrou não só o aumento na população, senão também uma série de novas informações que se levantaram numa velocidade sem precedentes até esse momento, pois, se o censo de 1840 demorou 18 meses para que todos fossem contados, o de 1850 só precisou de cinco meses (Dollarhide 1999:5), o que contribuiu para a melhoria da qualidade da informação.

Entre 1820 e 1840, o censo registrou o chefe de lar, enquanto o censo de 1850 registrou cada indivíduo pelo nome, idade, sexo, cor, valor de seu patrimônio *real*, lugar de procedência, alfabetização e várias outras informações. Além do questionário, os recenseadores tinham um manual de como preenchê-lo corretamente. Eram 13 instruções para contar os habitantes livres e 8 para a contagem dos escravos. No formulário devia se escrever a data em que se visitou cada casa e o número em sequência entre elas. Os dados deveriam corresponder às pessoas que estavam na casa em 1 de junho desse ano. Todos aqueles que nascessem entre essa data e o dia em que o recenseador os visitou não deveriam ser contados. O primeiro registro de cada lar devia corresponder ao pai e logo à mãe, se os dois estivessem mortos, então o primeiro registro correspondia a quem tinha o papel de chefe do lar. Com o mesmo detalhe, o manual explicava o que os recenseadores deviam fazer em cada campo do questionário (Gauthier 2002:9-12).

Apesar do esforço feito, a informação do censo de 1850 tem vários problemas que dificultam a sua análise (Steckel 1994:72). No que tange a nossa pesquisa, são três os problemas que enfrentamos: informação desigual no tópico da ocupação, a falta sistemática de registro do patrimônio sem que fique claro se essa falta significa que o indivíduo não tinha nada e, por fim, às vezes, a sequência no número das casas não tinha coerência geográfica. Cada questão será discutida em seu momento neste capítulo.

Começaremos com o problema da coerência geográfica do percurso feito pelo recenseador. Como já comentamos, as casas e as famílias foram numeradas gerando uma sequência no censo. No entanto, estudando o caso de Chicago em 1850, Timothy Conley e David Galenson constataram que essa contagem

2 Todas as folhas manuscritas do censo de Richmond de 1850 foram descarregadas através da biblioteca da Universidade da Virgínia da web: (Census 1850)

nem sempre correspondia a um arranjo geográfico evidente (1994:152). No caso de Richmond achamos a mesma dificuldade.

Ilustremo-la com um exemplo: em 7 de outubro, o recenseador visitou a casa número 1.037 onde estava a família 1.142 que incluía Robert Hill e William Hill. Já que tinham o mesmo sobrenome e a informação da casa e da família eram iguais, tudo indicaria que moravam juntos. Porém, o almanaque de negócios de 1850[3] afirmava que era possível encontrar William Hill na esquina da Franklin St. com a Rua 7th, enquanto Robert Hill se encontrava na Wall St. entre Main St e Cary St. Isso significava uma distância de pelo menos 7 ruas entre eles. Como a informação do almanaque correspondia aos dados comerciais ou laborais, era possível que eles morassem juntos e trabalhassem separados. Mas não é possível ter plena certeza desse fato.

Ainda mais claro foi o caso de Gilbert Hunt que, no Montague´s Directory de 1850, foi registrado na Cary St. entre as ruas 14th e 15th, muito perto do endereço que tinha no almanaque de negócios de 1845[4] na Rua 14th entre Byrd St. e Cary St. Sua casa, no censo de 1850, aparece com o número 66 visitada em 26/11, o mesmo dia em que Carter Page tem registrada sua casa com o número 67, do lado de Hunt, mas que, no almanaque de 1850, tem por endereço 13 Main St. com mais de 15 quarterões de distância. Isso quer dizer que é provável que o recenseador fizesse esse percurso sem contar mais ninguém, e portanto, é possível que, em realidade, as casas 66 e 67 do dia 26 de novembro não ficassem uma ao lado da outra.

Porém, nem sempre ao cruzar as duas fontes (censo e almanaque) foram encontradas incoerências. Por exemplo, J. Ferguson e R. Henderson tinham endereço registrado como 26 Main St. e 14 E Main St., respectivamente, o que era plenamente coerente com a informação do censo que os contou nas casas 159 e 161 respectivamente. Neste caso, não tivemos problemas para localizá-los num mapa.

Outros indivíduos eram um tipo de caso intermediário entre a total coerência e total incoerência, como foi o caso de Peter Leonard e Burrly Robinson que moravam no mesmo prédio e que foram contados em 17 de agosto, na casa número 145, ou seja a 14 casas de John Ferguson, na 26 Main St. Porem, não sendo possível inferir com exatidão seu endereço, embora morassem juntos. Um pouco mais claro foi o caso de Robert Jamerson, que morava na casa 110, e foi contado em 15 de agosto. A casa

3 (Montague 1850) Disponível em: VHS, Rare Books, F234 .5 R5 1850m

4 *Ellyson Business Directory*, 1845. Disponível na Biblioteca da Universidade da Virgínia. Speciall Collections.

seguinte, visitada no mesmo dia, a de número 111, e que provavelmente ficava a seu lado, correspondia a David Robinson que aparece no endereço 203 de Broad St. Dessa forma localizamos Robinson e inferimos a localização de Jamerson.

Por fim, estavam todos aqueles sobre quem não temos informação de localização, por exemplo, Virginia Baker e Christian Hinoz que, foram visitados o mesmo dia (23/09) e suas casas foram: a número 567 e 570 respectivamente. Contudo não temos o endereço de nenhuma delas sendo impossível localizá-las.

O cruzamento da localização dos negros livres registrados no Montague´s Directory de 1850 com a sequência da contagem no censo de 1850 permite estabelecer que a imagem que podemos produzir da localização dos negros livres nesse ano é mais uma conjectura que um fato. Contudo, essa conjectura permite observar alguns efeitos de possíveis aglomerações, embora ainda não seja clara a exatidão do lugar onde essa aglomeração acontecia.

A ilustração 3.1 é essa conjectura que foi construída pelo cruzamento da informação de todos os negros livres contados no censo de 1850 com todos os negros livres que aparecem no almanaque de negócios desse ano. Em total são 132 pontos. Deles, 14 correspondem unicamente a inferências por aparecer no censo como casa do lado de uma outra da que temos endereço no almanaque. Também aclaremos que, para aqueles que o *Montague´s Directory* afirma explicitamente que seu endereço corresponde unicamente ao lugar de trabalho, não foram colocados no mapa.

Apesar dos problemas que mencionamos, a ilustração 3.1 permite ver alguns dos elementos do arranjo geográfico dos negros livres richmonianos. Os pontos verdes representam os possíveis endereços, e as aglomerações foram calculadas como densidades kernel com rádio 200 mts e cell 5[i]. A maior quantidade de pontos estava em Monroe Ward no oeste da cidade. Nesse distrito havia três conjuntos diferenciados: aqueles que moravam no extremo noroeste, na futura Jackson Ward, que neste mapa é provável que estejam sub-representados, pois a informação do almanaque de negócios não deve ter incluido tantos quantos eram, pois a grande maioria não tinha uma atividade econômica que justificasse ser publicada nesse tipo de livros.

O segundo conjunto foi formado por aqueles que moravam no sul de Broad St. e que, no mapa,

aparecem como o grupo de maior densidade. É possível que esse grupo esteja bem representado pela informação dos negócios e do censo, mas ter o primeiro lugar na densidade deve ser consequência da sub-representação do conjunto da futura Jackson Ward.

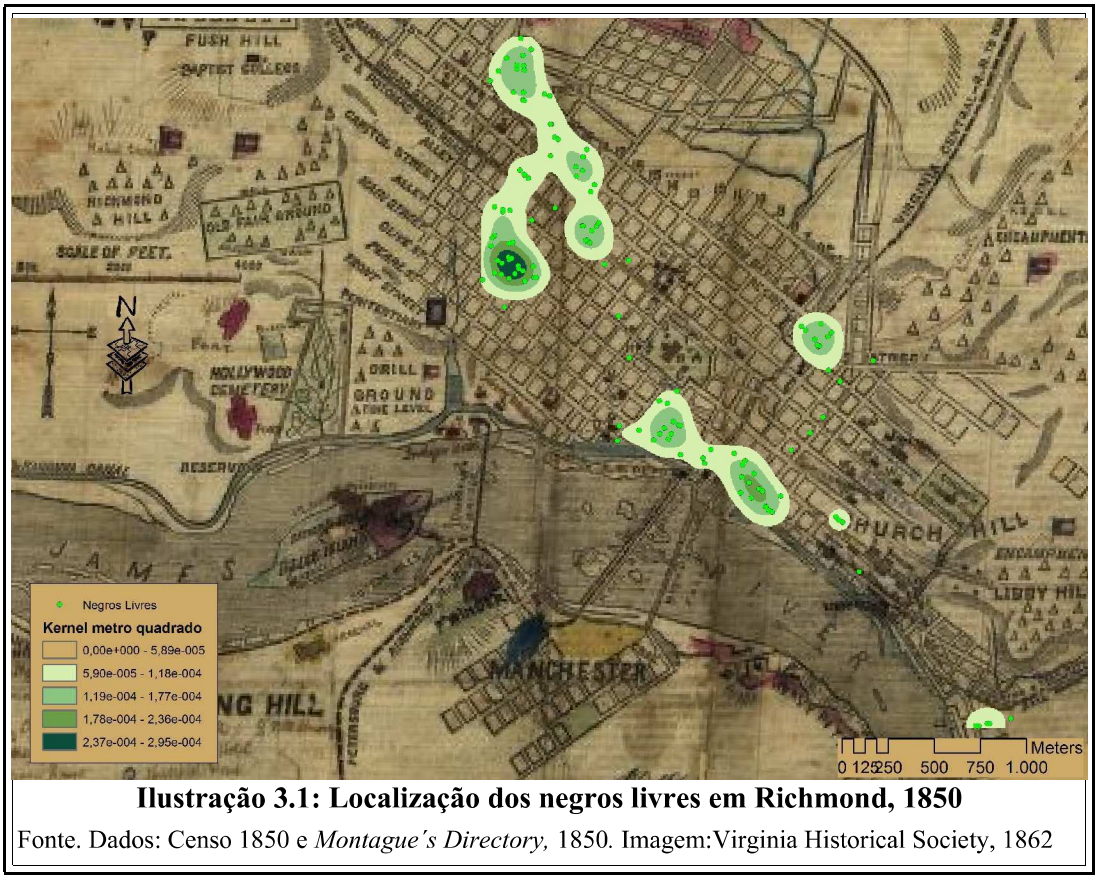



**Ilustração 3.1: Localização dos negros livres em Richmond, 1850**

Fonte. Dados: Censo 1850 e *Montague's Directory,* 1850. Imagem:Virginia Historical Society, 1862

O terceiro conjunto, formado por aqueles ao norte de Broad St. e ao Sul de Leigh St., também seria possível que estivesse sub-representado pelo tipo de informação comercial, pois essa parte também foi incorporada a Jackson Ward, embora não chegasse a ser tão densa quanto o extremo noroeste. Esta era a região onde ficavam as casas de John Adams e James Saab, nos 227 W e 512 W respectivamente da Rua Leigh que foram construídas em 1846 e 1841 e que já foram demolidas, mas das quais se conservam fotografias que permitem ver casas simples mas não miseráveis (Carey 2005:54).

A segunda maior densidade estava ao leste da Rua 17$^{th}$ em Church Hill em Jefferson Ward. Este grupo não foi registrado na ilustração 2.1 do capítulo anterior e seu aparecimento é uma novidade, pois, como falamos, umas páginas atrás, esta era a região de moradia das famílias richmonianas abastadas, o que no final deste capítulo poderemos verificar quando comentarmos a padrão geográfico do patrimônio dos negros livres.

Em Madison Ward, no centro da cidade, havia uma forte aglomeração que no mapa da ilustração 3.1 aparece com densidades semelhantes às do norte de Monroe Ward. Este grupo, no sul do capitólio, também é identificado na ilustração 2.1 do capítulo anterior, embora nesse momento não fosse possível calcular a densidade. Agora sabemos que, se bem que não morassem nela tantos negros livres como nos outros dois distritos, também não era uma região sem a presença deles. Em realidade, essa aglomeração era tão importante e tradicional para a moradia dos negros que o *Richmond Republican,* em 1850, a chamava da *Nova África* (McLeod 1991:157) mas, como depois discutiremos, pouco tinha a ver com a África.

Contudo, como é quase uma tradição pensar que uma aglomeração de negros deve ter a ver de algum jeito com a África, então os jornalistas se referiam a ela como essa *Nova África*. Do mesmo modo acontecia com o Rio de Janeiro onde a periferia ao oeste do centro da Cidade Velha era chamada de *Pequena África* pela quantidade de negros que ali se encontravam (Chalhoub 1990).

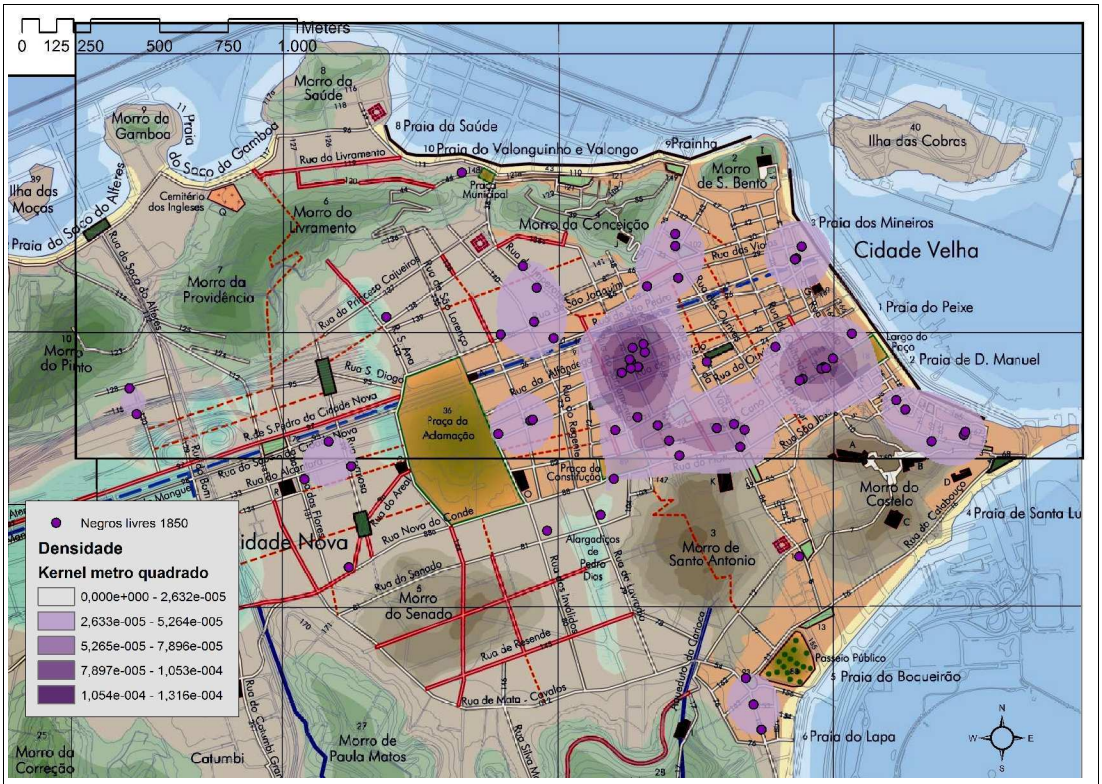



**Ilustração 3.2: Localização dos negros livres do Rio de Janeiro, 1850**

Fonte: Dados: *Jornal do Commercio.* Imagem: *Atlas Andreatta*, 2008

Como mostra a ilustração 3.2, a localização dos negros livres cariocas, em 1850, segue de perto o padrão que encontramos para os anos de 1840 e 1846 da ilustração 2.2, embora a densidade neste novo

ano fosse menor. Este arranjo continua tendo por núcleo a região da Rua da Alfândega com a Rua da Vala, gerando aquele cinto para o centro da Cidade Velha do qual falamos no capítulo anterior, que tem um eixo aos pés do Morro da Conceição e um outro eixo nos pés dos morros de Santo Antônio e do Castelo. A única diferença entre o padrão de moradia de 1840-1846 e o de 1850 foi a redução na importância da área da Praça da Constituição.

O mapa da ilustração 3.2 foi construído do mesmo jeito que o 2.2: a partir dos endereços fornecidos pelos negros livres que procuravam trabalho nos anúncios do *Jornal do Commercio* de 1850. No total, foram 75 dados e, para 68 deles, foi possível achar o endereço e, por tanto, localizá-los no mapa. As densidades foram calculadas da mesma forma que no capítulo anterior: kernel com cell 5 e rádio 200 mts.

Como em Richmond, o Rio de Janeiro fez seu censo na metade do século e, em 1849, toda a população livre e escrava foi contada. O censo procurou resolver os problemas que aconteceram nas tentativas da década de 1830, quando um ou outro grupo social foi sub-representado ou apagado dos registros (Karasch 1987). Este novo censo, como aconteceu em Richmond no ano seguinte, foi feito nos moldes da demografia moderna, e os recenseadores contaram com um manual de como fazer a contagem dos habitantes. Os indivíduos foram classificados por sexo, por procedência e por status jurídico, inclusive estabelecendo a diferença entre forros e escravos. Além disso, a informação está disponível por quarteirão, embora essa categoria (*quarteirão*) faça referencia à menor unidade administrativa do sistema policial e não à unidade física do espaço ladeado por ruas (Holloway 2008:3).

Os questionários foram preenchidos por fogo, mas agregados para serem apresentados por quarteirão, que por sua vez formava os conjuntos das freguesias. Na média, no censo de 1849, foram 111 fogos por quarteirão nas oito freguesias urbanas. No entanto, a Freguesia de Sacramento tinha uma média de 158 fogos por quarteirão, muito maior que a média da cidade toda. Também tinha o segundo maior quarteirão de toda a corte, o número 20, com 325 fogos, o maior era o número 5 de Engenho Velho, com 506 fogos (Holloway 2008:4). Porém, Engenho Velho era territorialmente muito maior que Sacramento e, portanto, a densidade populacional era menor.

A Freguesia de Sacramento correspondia à região oeste da Cidade Velha, nas imediações do Campo de Santana e foi a região com maior número de escravos: 14.215 de um total de 78.855 que

habitavam a cidade nesse momento, mas também era a que mais pessoas livres albergava com pouco mais de 27 mil dos 127 mil que existiam. Também era a segunda freguesia por número de negros livres: 2.206, só ficando atrás de Santa Ana que tinha uns 400 a mais. Assim, entre esses dois distritos se concentrava quase a metade dos 10.732 negros livres cariocas de 1849 (Holloway 2008:32).

A importância de Sacramento como lugar de moradia dos negros livres, que foi reportada pelo censo de 1849, também apareceu nos anúncios de procura de empregos no *Jornal do Commercio*, pois os mapas das ilustrações 2.2 e 3.2 apresentam as maiores aglomerações justamente nessa freguesia. Porém, Santa Ana, a leste do Sacramento, não foi reportada nessas fontes com a mesma importância.

Embora Sacramento tivesse essa centralidade para negros, livres e escravos, também é certo que era um exagero chamá-la de *Pequena África*, embora as razões do exagero fossem distintas para aqueles que chamavam o sul do capitólio richmoniano de *Nova África*, pois, se bem era verdade que muitos dos negros que moravam no Sacramento provinham da África, também era certo que a maior quantidade de estrangeiros não africanos da cidade se encontrava nessa mesma freguesia.

Em geral, todas a freguesias guardavam uma proporção de 1 negro ou negra liberto ou liberta para cada 10 indivíduos livres. É importante enfatizar que esses 10 livres não faziam referência à cor da pele, pois, como o mesmo Diretor do Censo de 1849, Roberto Jorge Haddock Lobo comentava na introdução à publicação dos resultados, essa variável era "*muito imperfeita pela infidelidade com que cada um fazia de si próprio a necessária declaração*" (Holloway 2008:18). Portanto, nesses livres havia negros, mulatos, brancos e tantas cores quantas possamos imaginar.

A única exceção a esse padrão de proporção entre escravos e libertos foi a Candelária que tinha menos de 200 negros forros para quase 10.000 livres, ao mesmo tempo em que tinha mais de 8.500 escravos, o que denotava uma região de famílias abastadas com grande concentração de cativos.

Em 1850, a Candelária não era a única região que aglomerava os ricos da cidade. Em realidade, os eixos de São Cristóvão – Engenho Velho e da Glória - Flamengo – Botafogo no sentido da Lagoa tinham uma presença importante da elite (Karasch 1987:60). Com isso, os indivíduos abastados saíam do centro da cidade rumo à periferia. Porém, não só eles e seus escravos domésticos faziam esse caminho, pois também grupos de pobres, brancos e negros, apareceram, por exemplo, nas periferias de Inhaúma e Irajá

(Góes 1993) (Florentino e Machado 2002).

Processo semelhante aconteceu em Richmond naquele final da primeira metade do século, quando o número de proprietários richmonianos com terras na periferia, no condado de Henrico, voltou a crescer após a queda dos anos trinta e do começo da década de 1840 (McLeod 1991:15). Nos 10 anos entre 1840 e 1850, o número de propriedades de richmonianos em Henrico pulou de 347 para 762, e a quantidade de proprietários passou de 428 para 651. Mas a quantidade de terra que essas propriedades representavam diminuiu de pouco mais de 29 mil acres para menos de 27 mil acres, o que denotou uma fragmentação e possível suburbanização (McLeod 1991:16).

Esse movimento para a periferia nas duas cidades provavelmente estava vinculado às mudanças culturais que sinalizavam a vida suburbana como refinada e de bom gosto e que a historiografia já pesquisou (Bicalho 2010) (Ethington 2001) (Barnett 2001). No entanto, de igual importância, como fator explicativo, foi a alta taxa de crescimento demográfico e os problemas de saneamento básico nos núcleos urbanos. Como comentamos no primeiro capítulo, a população de Richmond cresceu 37% e no Rio de Janeiro entre 1834 e 1849 o incremento foi de 110%.

Diferentemente do porto no Rio James, na capital do Império Brasileiro, boa parte desse incremento demográfico foi impulsionado pela chegada de africanos cativos, o que já foi tantas vezes comentado pela historiografia (Florentino 2002), enquanto na América do Norte a migração forçada de africanos pouco ou nada tinha a ver com os incrementos demográficos (Eltis 2000). Especificamente na capital da Virgínia, o censo de 1850 registrou só 4 negros livres de procedência diferente do mesmo Estado: um da Alabama, outro da França e dois de Vermont (Census 1850). Por isso, comentávamos do exagero de falar de uma *Nova África* na cidade.

### 3.2 Um contexto flutuante

Assim como os negros livres em Richmond, os escravos também provinham majoritariamente da Virgínia. Como apresentamos na ilustração 2.4, a esmagadora maioria dos cativos que se ofereciam no *Richmond Enquirer* provinha de lugares do Estado, embora esses lugares pudessem estar a mais de 100

quilômetros de distância da capital. O mesmo aconteceu com a oferta de trabalhadores cativos em 1850, como é mostrado na ilustração 3.3.

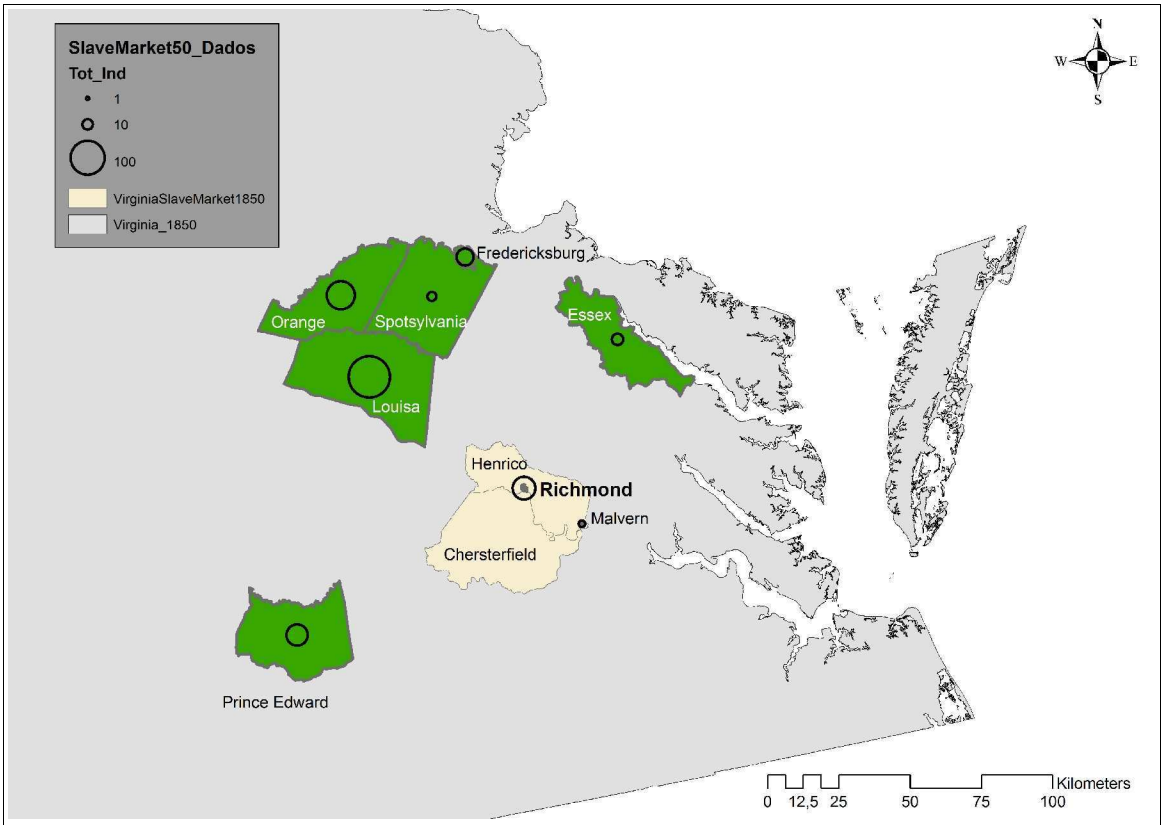



**Ilustração 3.3: Procedência da oferta de escravos em Richmond, 1850**

Fonte. Dados: *Richmond Enquirer.* Imagem: *National Historical Geographic. Information System*

Os escravos continuavam chegando de Prince Edward no sul do Estado e de Essex no norte, contudo, apareceram novas origens como os condados Sptosylvania, Orange e Louisa ao noroeste da capital. Claro que também foram oferecidos escravos da própria Richmond, e a periferia imediata da cidade em Henrico e Chersterfield também forneceram, só que os anúncios no jornal não registraram quantos indivíduos seriam vendidos e se limitaram a informar que tinham um grupo de cativos. Aproveitemos para dizer que o mapa da ilustração 3.3 foi construído da mesma forma que o 2.4, ou seja, com os dados da amostragem no *Richmond Enquirer* só que, evidentemente neste caso, com as edições de 1850.

Como nos anos de 1840 e 1846, as casas de comissão, em 1850, continuavam intermediando os negócios de oferta e procura de escravos, seja para compra-venda, seja para contratar. Por exemplo, 2 de abril desse ano, John B. Shelton, do condado de Louisa intermediava na venda de 60 escravos[5] ou 6 de

5 *Richmond Enquirer*, 2/04/1850

dezembro, Robert Brook de Essex anunciava em Richmond um leilão judicial de 12 escravos, meninos e meninas, todos entre 12 e 14 anos procedentes de uma plantação[6].

Já em 1850, a quantidade de cativos contratados que trabalhava para as fábricas estava equilibrando o número de escravos que laborava nas manufaturas de seus senhores. Segundo os cálculos de Gregg Kimball, do total de escravos empregados, 58% eram propriedade do dono do estabelecimento e os 42% restantes eram contratados (2000:23).

Como discutimos no primeiro capítulo, em geral, o trabalho escravo em Richmond estava disseminado pela cidade. Segundo os dados de Suzanne Schnittman, em 1850, 40% de todos os homens brancos, maiores de 20 anos empregavam pelo menos um escravo e a propriedade sobre indivíduos também estava estendida e, somente 7% dos senhores de escravos possuíam mais de 10 cativos (1986:112). O amplo uso deste tipo de força de trabalho gerou que, na metade do século, o Porto no Rio James fosse a única cidade do Sul dos Estados Unidos em que os homens cativos claramente sobrepassavam o número de mulheres cativas (Cole 1994:27).

Este crescimento demográfico escravo e do conjunto da população richmoniana, nos anos quarenta, do século XIX evidentemente estava ancorado no incremento da atividade econômica. Por exemplo, o investimento agregado na indústria do fumo se multiplicou por 5 vezes nesses anos, ao pular de 500 mil dólares em 1840, para 2,5 milhões de dólares em 1850 (Steger 1999:35).

Porém, não foi toda a década que apresentou essa vitalidade. Por exemplo, a siderúrgica de Tredegar, provavelmente a maior do sul dos Estados Unidos, empregava, em 1847, um total 41 escravos, em 1848 esse número mais que dobrou e chegou a 117, mas, no seguinte ano, se reduziu para 105 e, em 1850, voltou a cair para 100. Em 1851 eram simplesmente 62 (Takagi 1994:194).

Esse movimento de expansão e queda foi tão forte que ajuda a explicar as duas greves em Tredegar, em 1847 e 1852. No entanto, é claro que também havia fatores explicativos nas mudanças no âmbito ideológico dos trabalhadores de uma cidade que se industrializava, contando com o trabalho escravo, o que gerava as consequentes tensões e oportunidades. Nesse sentido, não foi por acaso que o Associação de Tipógrafos de Richmond fosse uma das mais ativas da cidade (Steger 1999), assim como foram nesse

6 *Richmond Enquirer*, 6/12/1850

mesmo momento, também os tipógrafos do Rio de Janeiro (Badaro 2008). Mas remeter os conflitos trabalhistas unicamente à esfera política seria um erro evidente.

Para as duas cidades, o final da década de 1840, foi de anos de turbulência econômica após anos de fortes incrementos. Isso significa que as variáveis econômicas, no período 1846-1850, se movimentaram em diferentes direções, gerando um contexto que, por momentos, pode ser definido como ambíguo. Por exemplo, a variação no conjunto de preços nos Estados Unidos, de 1847 e 1848, foi de quase 10% em comparação com o maior valor que teve nesses anos, enquanto que não se deu variação para os anos 1845 e 1846 (James 1985:Tabela 1), ou seja, é a mudança da completa estabilidade para uma forte volatilidade.

Um outro indicador desse complexo cenário é o movimento dos preços dos escravos e de seu jornal, pois, como acabamos de ver, em Richmond, os investimentos na indústria do fumo e na contratação de cativos na siderúrgica cresceram durante a década, mas de forma paradoxal, o preço dos escravos cresceu simplesmente 2,7% nesses anos (Goldin 1976:73), e o jornal para os cativos se reduziu em 6% (Schnittman 1986:415). Isso explica parcialmente a grande dispersão da rentabilidade no conjunto de indústrias na Virgínia, pois, na faixa daquelas que empregavam entre 26 e 50 trabalhadores, a média da rentabilidade, em 1850, foi de 19% em Richmond, enquanto em Lynchburg foi de 1%, e em Danville de 28%, e o mesmo aconteceu nas outras faixas por quantidade de empregados (Schnittman 1986:28).

Para conseguir mensurar a complexidade da conjuntura econômica de 1846 – 1850, observemos o movimento nos ativos dos bancos que operavam em Richmond. No começo de 1840, o agregado de todos os ativos do Bank of Valley, Farmers´ Bank e o Virginia Bank foi de 16.219.131 dólares, e esses três estabelecimentos eram os que operavam na cidade. Em 1845, o total de ativos bancários richmonianos foi de 21.377.479 de dólares, o que significava uma expansão de 31,8%, já não só em mãos dos três bancos de 1840 senão também incluindo o North Western Bank e o Exchange Virginia Bank[7].

Com a expansão do conjuntos dos ativos também veio o crescimento do dinheiro em poder do público. Em 1840, as notas em circulação somavam US$6.298.788 e, em 1845, foram US$6.622.361, se incrementando 5,1%. Portanto, como a velocidade de expansão das notas foi menor que o crescimento nos ativos, então os bancos conseguiram reduzir o peso dessas notas de 39% para 31% no total do passivo e

7 *Richmond Enquirer,* várias edições.

patrimônio.

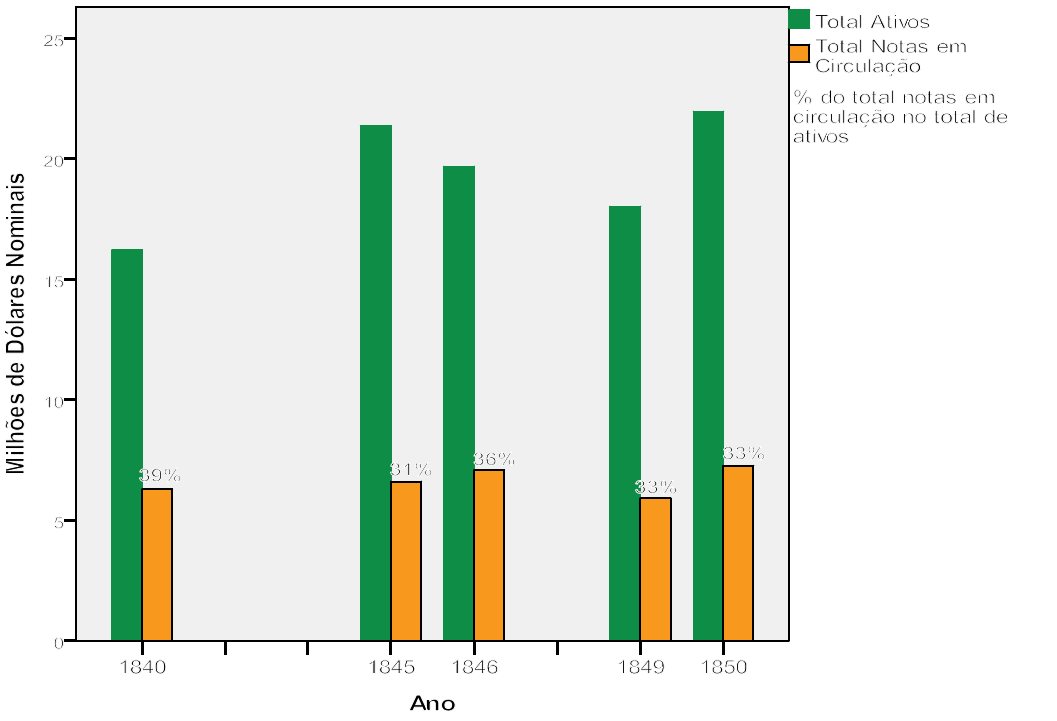



**Gráfico 3.1: Total de ativos e de notas em circulação dos bancos em Richmond, 1840-1850 (anos selecionados)**

Fonte: *Richmond Enquirer*

No entanto, essa tendência expansiva nos ativos bancários foi quebrada de 1845 para 1846, quando eles se reduziram 7,9%. Porém, a quantidade de notas lançadas pelos bancos cresceu ao patamar dos 7 milhões de dólares com uma expansão de 7,2%. Dessa forma, o peso delas no balanço dos bancos voltou a incrementar-se chegando a 36%. Depois, o movimento de contração continuou tanto para os ativos em geral quanto para a moeda e, em 1849, a queda, em comparação com 1845, foi de 15,6% e 10,5% respectivamente. Mas, em 1850, os ativos e notas em poder do público voltaram a crescer e chegaram a níveis maiores que aqueles de 1845.

O gráfico 3.1 permite observar um primeiro quinquênio expansivo e um segundo de contração, embora os montantes de 1845 e 1850 sejam semelhantes. O movimento que o gráfico registra é o que explica que, ao se comparar 1840 e 1850 se percebe uma forte expansão, mas que, ao olhar no interior da década, fica claro que o período 1846-1850 foi conturbado.

Como veremos, esse movimento nos ativos bancários e na moeda estava correlacionado com os movimentos nos mercados de trabalho e na produção em geral. Mas, antes de entrar nesses temas, é

importante sublinhar que 1850 continuava sendo parte desse cenário de movimentos ambíguos, pois, além dos incrementos que o gráfico 3.1 mostra, também podemos citar, por exemplo, o crescimento na produção de farinha de trigo nos nove primeiros meses de 1850 em comparação com o mesmo período de 1849 quando foi de 191.859 barris para 209.322[8], o que sugeriria que a expansão no setor financeiro se dava no mesmo momento de aumentos no setor real.

Porém, como já sinalizamos no capítulo anterior, a atividade econômica em Richmond tinha uma forte sazonalidade e a produção de farinha de trigo, no primeiro trimestre de 1850, foi de 96.090 barris, enquanto que no segundo, foi só uma fracção desse total, produzindo 40.240 e, no terceiro, voltou a crescer com 72.992 barris. Mas essa produção do terceiro trimestre de 1850 era menor que a obtida nesse mesmo trimestre em 1849 e em 1848, quando foi de 82.165 e 77.420 respectivamente. Em outras palavras, o período julho-setembro de 1850 foi o pior dos últimos três anos, mas a produção do período de janeiro-setembro de 1850 foi maior que a de janeiro-setembro de 1849[9].

É esse o complexo cenário do final da década de 1840 e, portanto, devemos observar a atividade econômica não só numa escala anual, senão também nos movimentos estacionais que marcavam a economia da região, pois, além da farinha de trigo, o fumo (lembremos que esses eram os dois principais produtos) também apresentava um forte comportamento sazonal.

Para perceber esse movimento, construímos o gráfico com a informação de preços das variedades de fumo produzido e comercializado em Richmond durante 1850. A série começa em março e termina em dezembro. O gráfico 3.2 apresenta os pontos para os quais o jornal publicou informação dos preços, e as linhas de interpolação entre eles para que ficasse explícito o possível movimento ao longo do ano.

Primeiramente, o que fica claro é que os preços dos cinco tipos de fumo se movimentavam de forma mais ou menos paralela, denotando o funcionamento do mercado no conjunto. Mas, igualmente evidente no gráfico é a falta da informação para os meses centrais do ano, a última publicação de preços de fumo que fez o *Richmond Enquirer,* no primeiro semestre, foi no começo de maio e só a retomou em 12 de novembro, quando voltaram a aparecer regularmente. Nessa retomada da publicação, os preços estavam em patamares maiores que no começo do ano e aos poucos foram tendo pequenas quedas.

8 *Richmond Enquirer*, 8/10/1850

9 *Ibid*

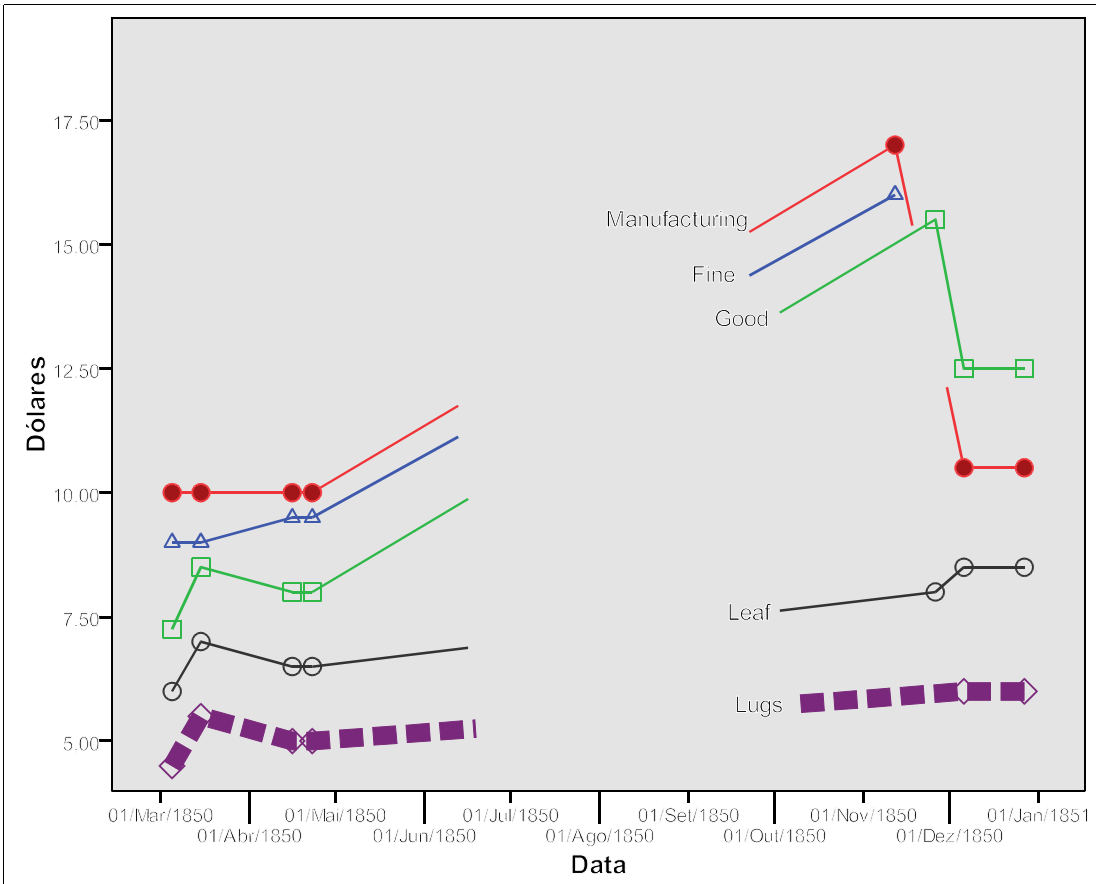



**Gráfico 3.2: Preços das variedades de fumo em Richmond, 1850**

Fonte: *Richmond Enquirer*

Tanto a parada na publicação dos preços das variedades de fumo, quanto os preços com maiores valores no final do ano estão correlacionados com o mercado de trabalho, pois tal como foi em 1840 e 1846, em 1850, os meses centrais do ano tiveram as menores quantidades de anúncios de oferta e procura de trabalhadores e, nos meses finais, chegaram a seus máximos anuais. Em outras palavras, se, em julho ou agosto de 1850, o *Richmond Enquirer* não publicava preços de fumo, também não publicava muitos anúncios de indivíduos se oferecendo para trabalhar, nem de patrões procurando empregados ou de senhores à procura de escravos para comprar.

O gráfico 3.3 apresenta as tendências da oferta, procura e fornecimento de trabalhadores para ser contratados. Assim como no gráfico 2.1, este também foi construído com os anúncios que apareceram no jornal nos bimestres março-abril, julho-agosto e novembro-dezembro, agregados por semana. O gráfico representa as tendências suavizadas por médias móveis centradas com parâmetro três[ii].

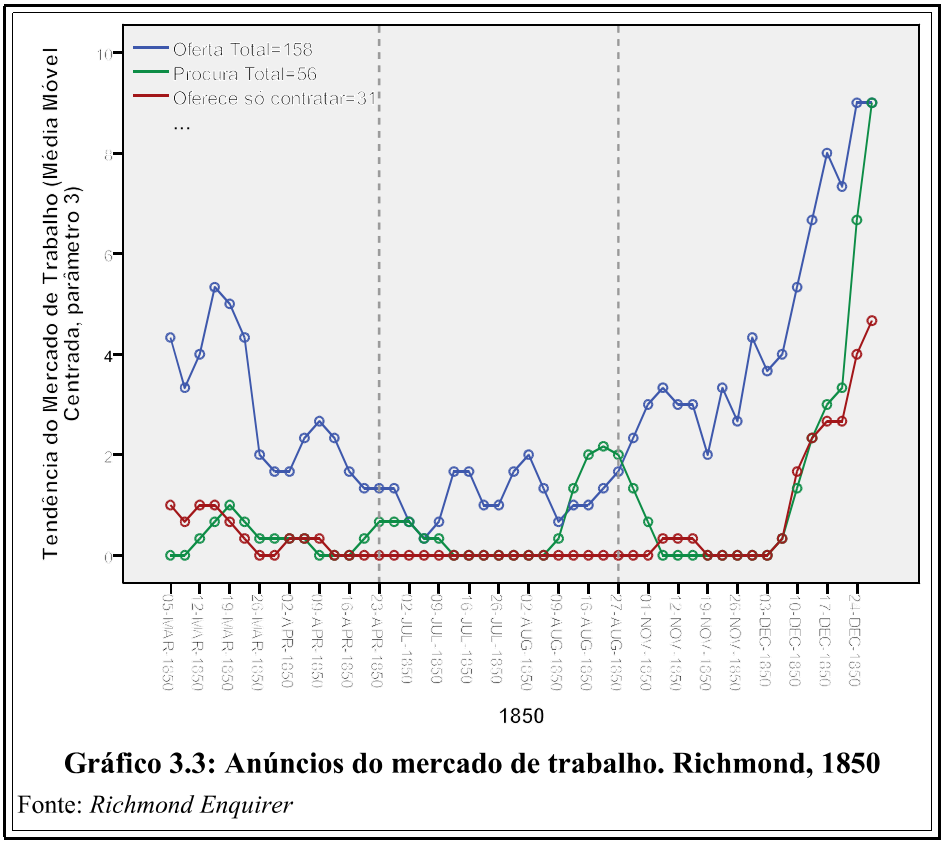



**Gráfico 3.3: Anúncios do mercado de trabalho. Richmond, 1850**

Fonte: *Richmond Enquirer*

Por um lado, a série de oferta total foi de tendência quase semelhante à de 1840 e 1846 (Gráfico 2.1), mas os meses de março e abril foram relativamente mais movimentados em 1850 que em 1846, nisso lembram mais o ano de 1840. Por outro lado, a série de procura de 1850 também se assemelha mais à de 1840 que à de 1846, pois teve, no final do ano, um incremento relativo, e o último trimestre do ano foi o de maior patamar na amostragem.

No entanto, a série vermelha, que representa nos gráficos 2.1 e 3.3 a parte da oferta que só fornecia trabalho contratado, se movimentou de forma quase igual à série de 1846. Isso indica que a porcentagem que ela representava do total da oferta se mantém quase inalterada e só, no final do ano, conseguiu superar os 50%, tal como tinha acontecido em 1846. No mesmo sentido, a oferta total de trabalhadores, representada pela *proxy* dos anúncios no jornal também não cresceu de forma significativa, de 1846 para 1850. O lado que cresceu nesses anos foi o da procura, e a quantidade desses anúncios chegou ao mesmo número da oferta na última semana do ano, o que não aconteceu nem em 1840 nem em 1846.

O paradoxal é que esses incrementos na procura por trabalhadores, ao mesmo tempo em que a oferta se manteve inalterada, não geraram aumentos nem no preço dos escravos nem nos jornais com que eles eram pagos. Lembremos que boa parte da força de trabalho da cidade era cativa e, portanto, os preços

do trabalho deveriam ter mudado, mas as fontes não registram esse movimento ascendente. Também lembremos que *Richmond Enquirer* era o maior jornal da cidade e que as agências de trabalho, as chamadas casas de comissão, faziam um forte uso dele para anunciar seus estoques de trabalhadores, ou seja, é pouco provável que a oferta esteja sub-representada neste ano muito mais do que estava em 1840 e 1846.

Então, como resolver o paradoxo de incrementos na procura por trabalhadores com oferta relativamente inalterada, mas sem que isso gere aumentos nos preços do trabalho? A resposta pode estar vinculada aos movimentos na oferta monetária, que já apresentamos, e aos efeitos dela sobre a inflação que modificou os preços reais do trabalho, embora não mexesse com os nominais. Mas, por enquanto, não estamos em posição de avaliar essa hipótese.

No Rio de Janeiro, a situação é mais fácil de se entender, pois assim como em Richmond, a procura por trabalhadores se multiplicou fortemente de 1846 para 1850, pulando de 869 anúncios na amostragem para 1.403, ou seja, um incremento de 61,4%. Mas a oferta de trabalhadores também se incrementou e passou nesses mesmos anos de 4.839 para 6.365 anúncios no *Jornal do Commercio.* Aclaremos que a porcentagem de crescimento da oferta foi de 31,5%, quase a metade do índice para a procura. Nesse sentido, temos um processo semelhante na capital brasileira e na capital virginiana com uma economia que exige cada vez mais trabalhadores, mas a situação está longe de chegar ao extremo do que aconteceu na cidade norte-americana.

A outra diferença importante do Rio de Janeiro em comparação a Richmond entre 1846 e 1850 foi que a linha vermelha das séries 2.1 e 3.4 se deslocou para cima nesses anos, ocupando uma área maior sob a linha azul, ou seja, as duas séries ficaram mais perto uma da outra. Em números, isso significa que de 2.560 anúncios que ofereciam unicamente trabalhadores para contratar, fossem eles livres ou cativos, passou para 4.103, ou seja, aumento de 60%.

Esse incremento maior na procura total que na oferta total e, ao mesmo tempo, maiores aumentos na porção da oferta que só fornecia trabalho contratado são consistentes com os dados de preço nominal do jornal escravo que mudou em 1847 de 10.500 réis para 13.350 réis em 1850 (Mello 1992). Portanto, as tendências no gráfico 3.4 pouco têm do paradoxo que achamos para Richmond.

O gráfico 3.4 foi construído da mesma forma que o 2.2, ou seja, com todos os anúncios de procura e oferta de trabalho, no *Jornal do Commercio,* nos bimestres de março-abril, julho-agosto e novembro-dezembro de 1850, e as tendências foram suavizadas com médias móveis centradas com parâmetro três[iii].

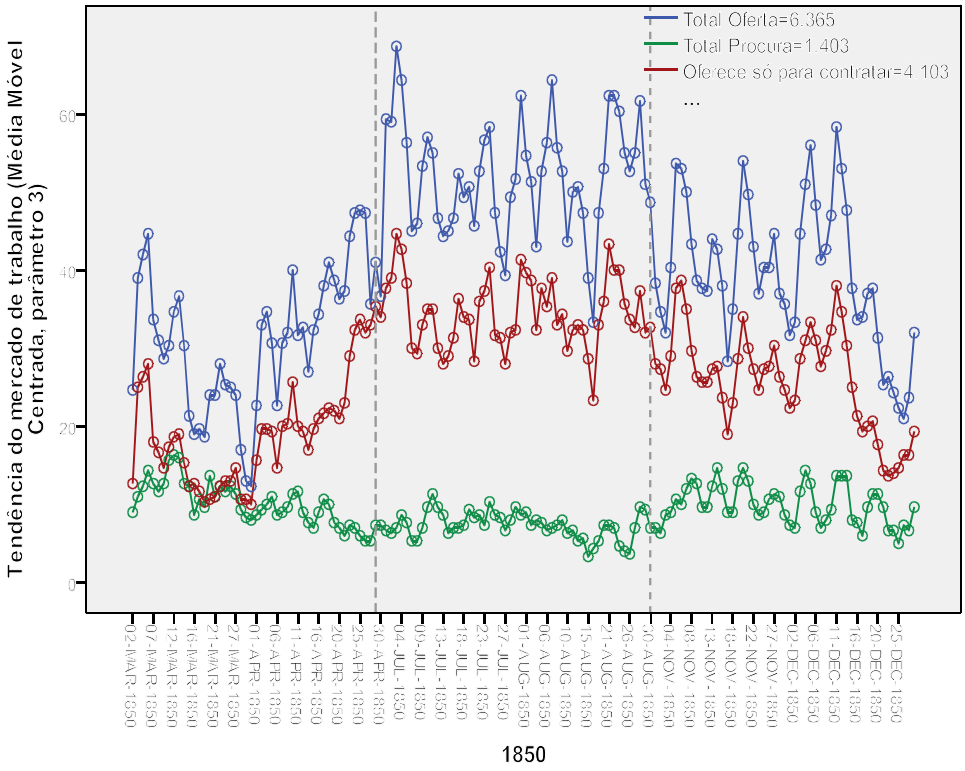



**Gráfico 3.4: Anúncios no mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 1850**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Os crescimentos nas variáveis do mercado de trabalho se deram no mesmo momento em que o comércio exterior carioca crescia: o segundo, terceiro e quarto trimestres de 1850 registraram 2.007, 3.512 e 2.406 contos pagos na alfândega respectivamente. Em comparação, em 1846 foram 2.176, 2.452 e 1.796 contos respectivamente, o que significa que, no terceiro trimestre, que foi o de maiores valores registrados, o incremento foi de 43%, no total dos três trimestres, e em 1850 foi 22% maior que 1846[10].

O comportamento da série de arrecadação pela alfândega do Rio de Janeiro em 1850 também apresentou forte comportamento estacional, que observamos no gráfico 2.4 do capítulo anterior, com os maiores pagamentos no terceiro trimestre e os menores no primeiro e último. Especificamente, em 1850, no mês de setembro foi o maior com 1.312 contos e no mês de abril foi o menor com 571 contos.

Esse comportamento estacional do comércio internacional carioca poderia ser observado no

10 *Jornal do Commercio*, várias edições

mercado de trabalho, pois as séries de oferta total e para contratação do gráfico 3.4 apresentam uma tendência de crescimento no bimestre março-abril, depois, os maiores valores no bimestre julho-agosto e queda no mês de dezembro; esse comportamento era impossível de se encontrar na séries de 1840 e 1846 (Gráfico 2.2), no entanto, ainda é cedo para confirmar essa hipótese e devemos esperar o último capítulo, com os 20 anos completos para a sua verificação.

O interessante é que esse comportamento estacional, evidente no comércio internacional e que se deixa entrever na oferta no mercado de trabalho, não tinha reflexos na série de arrecadação municipal no Rio de Janeiro. O gráfico 3.5 apresenta esses dados para 1850.

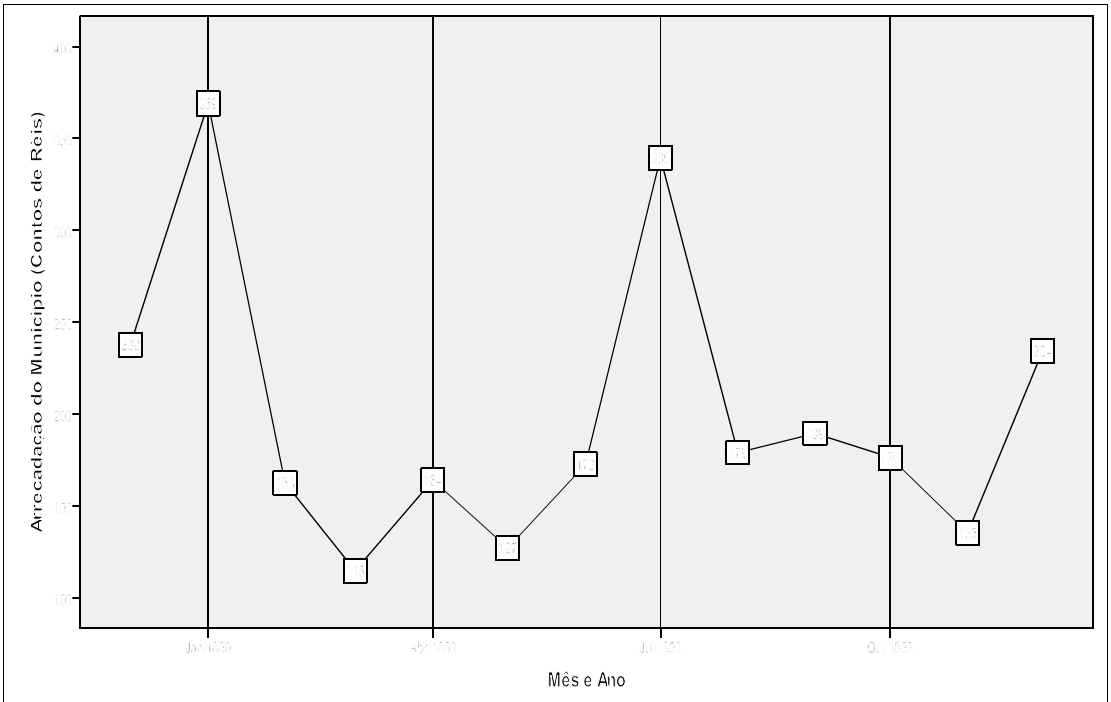



**Gráfico 3.5: Arrecadação do município da corte. Rio de Janeiro, 1850**

Fonte: *Jornal do Commercio*

A explicação para que não exista correlação[iv] entre os dados de comércio internacional e arrecadação municipal é o forte peso que tem neste último a chamada *Décima Urbana*, ou seja, o imposto sobre a propriedade imóvel da cidade[11]. Quando ela cresceu, o total arrecadado no município também o fez, e no sentido contrário, quando ela se reduz, a arrecadação teve uma queda. Por exemplo, julho teve o segundo maior valor do ano, com 339 contos, nesse mês, a *Décima Urbana* foi de 114 contos, mas junho e

11 Devemos aclarar que a fonte de informação sobre impostos na cidade foi a publicada no *Jornal do Commercio*, inclusível os dados sobre a Décima Urbana foram os publicados no jornal, pois o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro ainda não disponibilizou sua consulta. Além disso, os meios pelos que se pode ter acesso ao fundo da Décima Urbana não são claros e nem todos os pesquisadores podem consultá-lo.

agosto tiveram valores muito menores, consequência do menor pagamento da *Décima* que foi de 71 contos e 23 contos respectivamente.

Infelizmente os dados de arrecadação pelo município não foram publicados para todos os meses de 1846, assim não pudemos comparar a variação do valor anual entre esse ano e 1850; no entanto, para os três meses dos que temos informação em 1846: abril, julho e dezembro, o crescimento foi de 45%, 11% e 64% respectivamente a esses mesmos meses de 1850, e no montante agregado desses três meses, o incremento foi de 31% ao passar de 558 contos para 736 contos. Portanto, podemos afirmar que é possível que o fisco municipal se expandisse nesse último quinquênio da década de 1840 com uma taxa semelhante à que teve o comércio internacional e o mercado de trabalho.

Porém, não é possível saber se a velocidade de crescimento na arrecadação municipal foi maior ou menor que a que aconteceu no primeiro quinquênio da década, pois só temos informação para os meses de maio, novembro e dezembro de 1840, ou seja, só seria possível comparar o último mês, pois é o único que temos nos dois anos, e não seria confiável tirar conclusões gerais a partir de informação tão específica, além disso, porque foi no segundo semestre de 1840 quando a câmera municipal aprovou os títulos a ser arrecadados para o município[12].

Para Richmond, também é difícil avaliar o comportamento das finanças públicas, pois a informação completa não foi publicada pelo *Richmond Enquirer*. Os únicos dados que apareceram regularmente foram os da dívida pública de Virgínia que passou de 5.352.374 dólares em 1839[13], para 7.384.793 dólares em 1846[14] e, por fim, em 1849 para 18.844.901 dólares[15]. Se o total da dívida é um bom indicador do comportamento do setor fiscal, então fica claro que existiu uma forte expansão nos últimos anos da década.

Os setores públicos de Richmond e do Rio de Janeiro cresceram nos últimos anos da primeira metade do século, mas o aumento na primeira cidade foi muito maior que na segunda, isso num contexto de fortes tensões econômicas para a cidade norte-americana, como as que já comentamos, pois a dívida pública estadual se multiplicou por 2,55 num momento em que o setor privado manufatureiro crescia

12 *Jornal do Commercio*, 18/08/1840
13 *Richmond Enquirer*, 15/02/1840
14 *Richmond Enquirer*, 3/02/1846
15 *Richmond Enquirer*, 25/06/1850

ainda mais, mas o setor financeiro se reduzia e a oferta no mercado de trabalho crescia de forma moderada, enquanto a procura acompanhava o incremento nos investimentos de capital.

Para a cidade sul-americana, tudo sugere uma relação mais equilibrada entre finanças públicas, setor privado e mercado de trabalho. Mas, do mesmo jeito que aconteceu em Richmond, no Rio de Janeiro, os anos finais da década apresentaram crescimentos menores que nos primeiros anos. Por exemplo, já comentamos que a oferta total de trabalho entre 1846 e 1850 cresceu 31,5%, mas, no período 1840-1846, essa taxa foi de 101%, e o índice de incremento no oferta de trabalhadores para contratar foi de 218% entre 1840 e 1846 em comparação com 60% de 1846 para 1850. O lado da procura foi o que mostrou maior dinamismo, pois sua taxa entre 1840-1846 foi de 11%, enquanto 1846-1850 foi de 61,4%. Mas isso também aconteceu em Richmond.

Quanto às exportações, os dados de Ma. Eulália Lobo (1978) afirmam que, em 1848, foram as maiores do período 1844-1850, assim existiu uma contração no final da década que deixou as exportações de 1850 no mesmo nível que as de 1846 (Gráfico 1.2). Portanto, o aumento no montante arrecadado pela alfândega, que mostramos nas páginas anteriores, foi puxado pelas importações que, segundo os mesmos dados da professora Lobo, cresceram 63% entre 1847 e 1850.

Não é que o setor privado ligado às exportações tenha crescido, pelo contrário, se manteve estável no período 1846-1849. Por sua vez, a moeda em poder do público também entrou num ciclo de queda desde 1846 (Gráfico 1.3). É difícil estabelecer a cartografia da circulação monetária no Brasil e, a principio, os conhecidos dados de Pelaéz e Suzigan (1981) se referem ao Império como um todo. No entanto, na prática, provavelmente se referem muito mais à emissão e circulação na Corte que no Brasil.

Seja como for, podemos ter uma boa ideia da forte correlação entre a circulação no Rio de Janeiro e no Brasil ao observarmos os dados que apareceram no *Relatório da Comissão de Inquérito de 1859*[16]. Esta fonte não tem informação desagregada regionalmente para o período que nos interessa neste capítulo, até porque, como é conhecido, os anos quarenta foram os anos da reforma monetária, mas o *Relatório* traz os dados para os anos anteriores a 1835 e posteriores a 1856, neste segundo ano também desagregados por meses.

16 (Ministério da Fazenda 1859)

Em 1835, no Rio de Janeiro se emitiram 17.627 contos enquanto na Bahia e São Paulo foram 1.090 contos e 300 contos respectivamente, e, para as outras províncias não há registro[17]. Para o mês de agosto de 1856 entre São Paulo, Ouro Preto, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Maranhão, Bahia e o Pará havia em circulação 1.947 contos[18] dos 22.875 contos que estavam em circulação segundo o emitido na capital[19]. Portanto, é fácil ver que o Rio de Janeiro monopolizava boa parte da circulação em 1835 e 1856 e se pode inferir que não deve ter sido muito diferente na década de 1840, de tal forma que a queda na circulação que registram as séries históricas (IBGE 1990) deve ter sido sentida claramente na Corte.

Portanto, o final da década de 1840, no Rio de Janeiro, também foi conturbado com variáveis econômicas se movendo em diferentes sentidos: moeda em contração, exportações primeiro em queda e, depois, em incremento, gerando alguma estabilidade; importações em aumento e elevando a arrecadação pela alfândega; aumentos expressivos na procura por trabalhadores e aumentos importantes, embora menores, na oferta desse trabalho e o setor fiscal municipal em crescimento. É evidente que o cenário carioca não era tão contraditório como o richmoniano, mas também não era tão claro que o conjunto da atividade econômica estivesse em expansão, como foi o começo da década.

### 3.3 Navegar no interior do porto

Era por esses contextos flutuantes que os negros livres cariocas e richmonianos tinham que navegar. Como é claro, o movimento dessas variáveis econômicas do cenário não era uma coisa afastada da vida cotidiana desses agentes. Em realidade, era tudo ao contrário, e eles estavam inseridos nelas. Por exemplo, a contração monetária no Rio de Janeiro era consequência da lei de 11 de setembro de 1846 que estabeleceu o novo padrão monetário brasileiro o qual gerou um debate sobre o sistema bancário que se devia adotar (Guimarães 1997) e que afetaria diretamente os mecanismos de poupança dos negros livres e escravos (Valencia 2011) (Grinberg 2011).

Em Richmond, também existiram, nesse final da década, reformas legais que afetaram diretamente

17 *Ibid.* O relatório não tem numerados os folhos dos anexos nem as tabelas. Mas na versão digitalizada estes dados aparecem na página 264.

18 Ibid, pág. digital 269

19 Ibid, pág. digital 267. Os nomes das cidades e regiões são os citados pela fonte.

a vida e finanças dos negros livres. Na reforma de 1849, os negros livres foram autorizados a comprar, além de seus filhos e esposos ou esposas, a seus pais se é que ainda estavam na escravidão (Schwarz 1987:322). Mas, como discutimos no capítulo anterior e como veremos à frente, é provável que esta reforma tivesse pouco ou nenhum impacto, pois os negros livres compravam e continuaram comprando escravos.

A reforma legal que mais impacto teve nos negros livres richmonianos foi a tributária. Segundo Howard Bodenhorn, um ato legislativo da Virgínia obrigou que cada homem negro livre entre os 21 e 55 anos pagasse um dólar de imposto, além das taxas que já existiam sobre a propriedade (2002:12). Mas a informação dos impostos pessoais permitem ver que, pelo menos na capital do Estado, a reforma entrou em vigor em 1850. Enquanto que, em 1847, 1848 e 1849 foram 57, 38 e 45 respectivamente os negros livres que pagaram o imposto; em 1850, foram 186.

No capítulo anterior, mostramos que, em 1840, foram somente 4 os negros livres que pagaram taxas e, em 1841 e 1842 foram 25 e 29 respectivamente. Depois, em 1843, chegaria ao patamar dos 45 indivíduos e nessa faixa continuaria até 1849, quando a reforma multiplicou seu número por 4. É esse o elemento fundamental que explica o incremento na série do gráfico 3.6, que foi construído com os dados das listas dos impostos pessoais.

Se a multiplicação dos agentes sujeitos aos impostos foi por 4, o fator que multiplicou o montante total arrecadado foi 6,75, ou seja, o crescimento em dólares foi ainda maior que o aumento dos contribuintes. Sendo assim, se o Tesouro recebeu por aportes de negros livres em 1845 e 1846 valores de US$22,6 e US$19,1 respectivamente (Gráfico 2.8) e os totais pagos em 1847, 1848 e 1849 se movimentaram em patamares próximos a esses valores (Gráfico 3.6) e, sobretudo, esses três últimos anos não superaram o máximo do período anterior, que foi de US$29,5 em 1843, agora, visto desde 1850, parece que os valores pagos em toda a década de 1840 foram extremadamente pequenos e, no total desses 10 anos, a arrecadação foi simplesmente 5% maior que o pagamento feito no único ano de 1850.

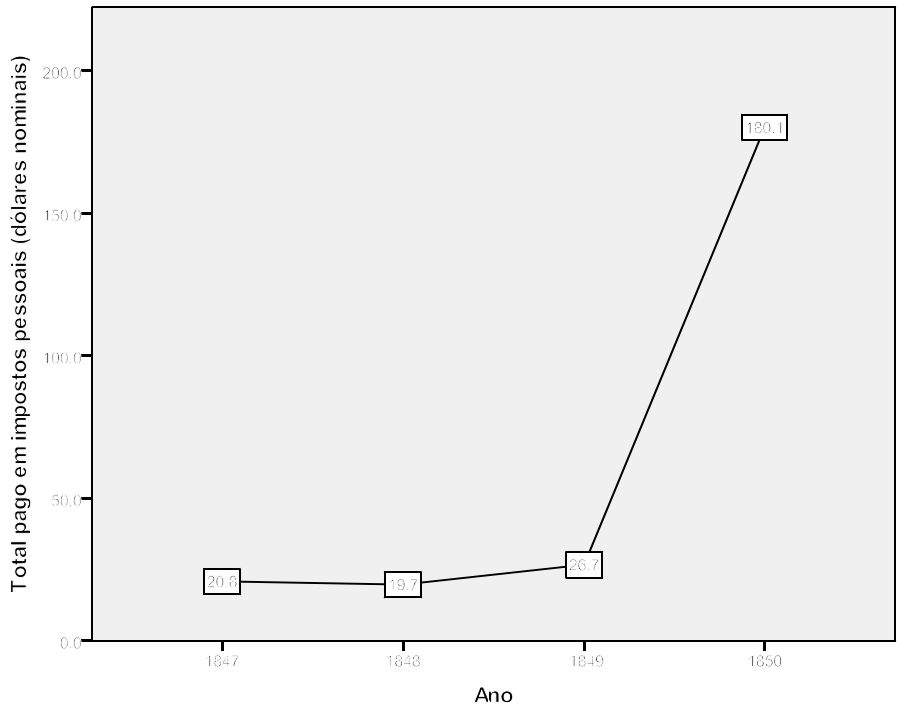



**Gráfico 3.6: Total arrecadado em impostos pessoais dos negros livres. Richmond, 1847-1850**

Fonte: *Impostos Pessoais.* Biblioteca da Virgínia, Richmond.

Portanto, não foi somente o aumento no número de contribuintes o que explicou o enorme crescimento na arrecadação, senão também o incremento nos valores pagos individualmente. No período de 1840 a 1844, a média do pagamento por agente oscilou entre os 50 e 65 centavos e, entre 1845 e 1848, se reduziu para valores menores que os 50 centavos, em 1850 essa média ficou em 1,02 dólares. Isso significa que não só eram 4 vezes a mais os que tinham que pagar, senão que cada um tinha que pagar em média o dobro do que pagava antes.

O indicador de moda (o valor que é mais comum na amostragem) desde 1845 até 1848 ficou em 32 centavos e, em 1849, se reduziu aos 25 centavos, mas, para 1850 pulou para 1 dólar, que era o valor que a reforma tributária exigia. Usando esse indicador, que certamente representa melhor o que os contribuintes experimentaram, o valor individual pago não se dobrou, em realidade se triplicou. Claro, falando sobre aqueles que já pagavam, porque, para aqueles que começaram a fazê-lo em 1850, o incremento foi infinito[v].

Há duas formas complementárias de interpretar esses incrementos. De um lado, como o faz qualquer um que tem que pagar impostos: a tragédia de ver reduzida a parte das finanças que se tem para

consumir. De outro lado, sinalizando o aumento na capacidade de tributação desse grupo social que conseguiu bancar um incremento desse tamanho. Aproveitemos para aclarar que o que não pode ser dito é que esse aumento foi gerado como um mecanismo para aumentar a exploração dos negros livres e colocar sobre suas costas os problemas financeiros do Estado e da cidade.

Porque, pois, como já mostramos, o tamanho do fisco da Virgínia e de Richmond era substancialmente maior, esses US$180 não pagavam nem o 1% do valor das reformas feitas nas ruas do bairro onde morava a maioria deles e menos ainda que eram relevantes frente aos 18 milhões de dólares da dívida pública virginiana. É provável que esse aumento impositivo estivesse vinculado aos debates sobre a importância do tributo para o exercício da cidadania e às leis sobre os pobres.

Mas, voltando ao bolso dos negros livres, tal incremento, com certeza, foi sentido, pois, se nas finanças públicas ele era menor, nas finanças pessoais provavelmente era maior. Porém, para avaliar esse efeito, é necessário observar o patrimônio. Além da informação patrimonial registrada nas listas de impostos pessoais, o censo de 1850 contabilizou a riqueza dos indivíduos. As duas informações são complementárias, pois, na primeira aparecem dados como escravos, animais, carruagens, relógios e papéis fiduciários; na segunda, aparecem os dados que o censo achava *reais*, ou seja que significavam propriedade imóvel.

Para entrar no tema do patrimônio registrado no censo, devemos voltar ao começo deste capítulo. Antes, falamos que, para nossos interesses, o censo de 1850 tem três problemas: a informação sobre a ocupação dos indivíduos a qual ainda não explicamos e voltaremos a ela depois; os problemas de coerência geográfica dos percursos dos recenseadores, que já foi comentada, e as dificuldades no tratamento da variável de riqueza, que começamos a discutir neste momento.

Os dados de patrimônio *pessoal* deveriam ter sido registrados pelo censo, ou pelo menos a variável foi incluída nos questionários, no entanto, em Richmond, como nas outras partes dos Estados Unidos (Steckel 1990:276), ela não foi indagada pelos recenseadores e não está disponível. Quanto à riqueza *real*, os dados de Richmond já foram várias vezes analisados e comentados (Kimball 2000) (McLeod 1991). Porém, algumas pesquisas sobre outros lugares dos Estados Unidos, baseadas no censo de 1850, encontraram várias dificuldades no trabalho com esses dados (Steckel 1994) (Steckel e Moehling 2001).

Para começar, a quantidade de registros que não têm dados sobre o patrimônio *real* dos indivíduos é enorme. No manual dos recenseadores se diz que esse item tinha que ser incluído segundo o afirmado pelo mesmo proprietário (Gauthier 2002:11). Essa técnica de recoleição de informação patrimonial já é uma fonte de problemas, pois os indivíduos não necessariamente gostam de falar para o Estado do valor de seu patrimônio e, então, é provável que a quantidade de vazios nessa variável seja consequência desse método e não da pobreza; aliás, essa quantidade de pobres com supostamente zero de patrimônio seria impossível existir.

O problema desses vazios aparece no momento de processar a informação pois, ou eles são retirados e o censo se transforma numa amostragem com aqueles indivíduos que informaram algum valor, ou são processados nos cálculos supondo que seu patrimônio é zero. Em qualquer dos dois casos as inferências terão um claro problema, sobretudo, para pesquisas como a nossa que estuda os grupos de pobres e de baixa renda, pois, ou uma porção importante deles (aqueles que em realidade tinham patrimônios negativos por estar fortemente endividados ou muito próximos do zero por serem em realidade pobres) é suprimida ou, pelo contrário, o grupo se vê artificialmente ampliado com todos aqueles que tinham patrimônio, mas não o informaram. No caso de negros livres é provável que alguns deles tivessem alguma riqueza real, mas que ela fosse tão pequena que era misturada ao grupo dos que efetivamente não tinham nada.

Segundo a pesquisa de Timothy Conley e David Galeson (1994:150) sobre o censo de Chicago, a omissão dos dados de patrimônio não foi aleatória e corresponde ao percurso dos recenseadores, o que é perfeitamente coerente. Isso também poderia ter acontecido em Richmond, e as regiões de pobres poderiam ter recebido um silêncio geral que igualava a todos os indivíduos na mesma pobreza e, portanto, não nos permite ver os matizes dela.

Mas aí não para a questão, pois é frequente que as pesquisas usem como método de correlação o cálculo de regressões lineares simples, por exemplo, no vínculo entre idade e patrimônio, na procura de estabelecer se os indivíduos mais velhos tinham mais chances de ser menos pobres. No entanto, o método de regressão linear simples tem entre seus supostos que a esperança matemática dos erros na amostragem da variável seja zero, ou seja que a magnitude dos erros para cima e para baixo da média sejam

equiparáveis e isso não é o que acontece com a variável de riqueza no censo de 1850.

Há várias técnicas estatísticas para resolver esse problema, mas nenhuma delas consegue dar resultados consistentes para índices estatísticos calculados de regressões lineares simples (Conley e Galenson 1994). O mesmo problema têm aquelas pesquisas que empregam regressões logarítmicas, pois devemos lembrar que nelas a relação se estabelece com o logaritmo natural da variável e, neste caso, os zeros invalidam seu uso.

Além desses problemas, temos que agregar que a informação do censo nem sempre é consistente com os dados das listas de impostos (Bodenhorn 2002) e que o cruzamento das duas fontes gera 35 indivíduos que aparecem com patrimônio no censo, mas que não foram incluídos nos impostos. Por, estas razões, o tratamento da variável patrimonial no censo deve ser cauteloso.

A soma total do patrimônio *real* dos negros livres richmonianos no censo de 1850 foi de US$102.950, que, como acabamos de explicar, representa o patamar mínimo acumulado pelo grupo, pois faz referência unicamente a 88 indivíduos e provavelmente alguns dos restantes 172 tiveram algum patrimônio imóvel, mas não o informaram para o recenseador.

Em média, entre aqueles que informaram, a riqueza *real* foi de 1.169 dólares com um desvio padrão de 1.468 dólares e a moda estatística foi de 2.000 dólares. Esses indicadores apresentam uma comunidade menos pobre do que poderíamos supor, mas voltemos a lembrar que os cálculos foram feitos sem incluir aqueles que não mencionaram a variável.

Os percentis 25, 50 e 75 têm por valores US$312, US$750 e $1.000 respectivamente, denotando um tipo de distribuição normal embora com algum desvio para o lado da pobreza. No entanto, essa pobreza é melhor percebida no percentil 90 que foi de US$2.600, ou seja 90% da população (com certeza também podemos incluir os que não falaram da sua riqueza no censo) tinham um patrimônio menor que esses 2.600 dólares e somente oito indivíduos superavam esse patamar.

Se compararmos esses dados do censo, que falam da riqueza investida em tipos de propriedade imóvel, com aquela informada pela lista de impostos, a chamada *riqueza pessoal*[vi] e, portanto, não imobiliária, fica claro que, em função do montante total, os maiores investimentos se fizeram em propriedades prediais[vii], pois dificilmente os escravos, animais, carruagens e demais bens listados nos

impostos ficariam perto dos mais de 100.000 dólares que representavam os bens imóveis dos negros livres richmonianos de 1850.

Nesse âmbito, a economia dos negros livres de Richmond era diferente, em 1850, da dos negros livres do Rio de Janeiro[viii]. Na cidade carioca, entre 1847 e 1850[ix] somando casas, chácaras, sítios, domínios, posses, benfeitorias e terrenos se fizeram 166 negócios para aquela faixa de transações de pequeno valor que constituiu nossa amostragem dos cartórios e que correspondia ao primeiro quartil dos registros. Em contraste, os novos créditos e pagamentos de dívidas foram 168. Em outras palavras, os tipos de negócios que incluíam alguma forma de propriedade imóvel tiveram uma quantidade agregada semelhante à dos negócios propriamente financeiros[20].

Isso se falando em quantidade de negócios, mas, em valores negociados, as transações com propriedades imóveis foram claramente menores e, entre aforamentos, aluguéis e vendas desse tipo de propriedade somaram entre 1847 e 1850 um total de 44.136.155 réis enquanto que entre novas dívidas e pagamentos das velhas foram 72.705.209 réis, o que significou 65% a mais nesse tipo de transações[21].

Em média, as vendas no Rio de Janeiro desse quartil inferior das escrituras foram por montantes de 361.649 réis. Em comparação, os pagamentos de dívidas tiveram uma média um pouco maior, chegando aos 410.232 réis e os créditos contratados aos 440.044 réis. Como é evidente, eram valores baixos, pois a amostragem foi feita sobre essas pequenas operações[22].

Como acabamos de enumerar, a quantidade de tipos de bens que faziam referência à propriedade imóvel era grande e incluía desde aforamentos de terrenos até aluguel de uma parte de uma chácara. Isso era mais ou menos igual no Rio de Janeiro e na Virgínia. Agora, se observarmos os valores médios dos negócios por tipo específico de mercadoria, veremos que as casas tiveram o maior custo, com média de 437.564 réis, dado que ficou próximo da média dos negócios de pagamentos e créditos. As chácaras, sítios, domínios, posses e benfeitorias tiveram uma média que ficou na faixa dos 250 mil-réis e muito menor foi a média de negócios que só involucraram terrenos com pouco mais de 150 mil-réis[23].

20 Primeiro cartório de notas do Rio de Janeiro. 1847-1850

21 *Ibid*

22 *Ibid*

23 *Ibid*

Lembremos que a amostragem de negócios em cartório foi construída seguindo o critério que o valor da escritura fosse menor à media mais o desvio padrão das alforrias no ano em questão. Portanto, esses valores médios por tipo de mercadoria, especificamente quando falamos de operações de crédito e compra-venda de casas, ficaram próximos dos 450 mil-réis, patamar no qual oscilou a alforria escrava entre 1847 e 1850 (Valencia 2011).

No entanto, o montante agregado de todos os negócios foi menor do que os pagamentos em alforrias, pois nesses quatro anos, eles chegaram aos 118:478.164 réis e elas aos 257:341.250 réis, ou seja, mais do dobro de dinheiro foi investido na liberdade que nos outros tipos de mercadorias; isso supondo que todos os pequenos negócios foram feitos por negros, mas como não foi isso o que aconteceu, então os investimentos na liberdade foram ainda maiores que os outros tipos de negócios.

O cruzamento da quantidade anual paga pelas alforrias e dos montantes agregados das pequenas escrituras permitem ver os reflexos do conturbado contexto econômico sobre as finanças dos pobres. Em 1847 se investiram pouco mais de 56 contos na liberdade, voltando ao patamar dos 57 contos de 1845, após a queda de 1846 com 41 contos; em 1848 esse valor continuou crescendo e chegou aos 67 contos, se mantem nesse número em 1849, e se registrou uma leve queda em 1850 ao reduzir o gasto na liberdade aos 66 contos (Valencia 2011).

Ao contrário, entre o primeiro trimestre de 1847 e o terceiro de 1848, o valor total das pequenas escrituras teve uma clara tendência de queda começando em 10,9 contos e terminando em 5,2 contos. Depois, entre o quarto trimestre de 1848 e o terceiro de 1849, a tendência se inverteu e se chegou ao máximo do período com 11,1 contos, mas, desse momento até o final do período, a tendência voltou a ser de queda e, no segundo trimestre de 1850, se atingiu o mínimo do valor total desses negócios.

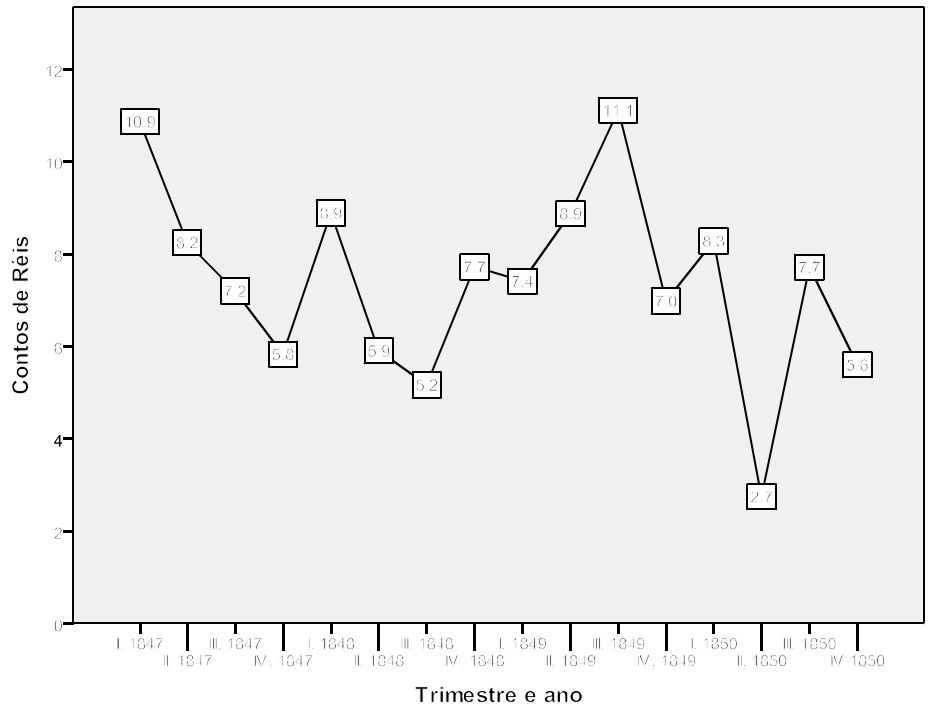



**Gráfico 3.7: Valor total das escrituras do quartil inferior de negócios. Rio de Janeiro, 1847-1850**

Fonte: Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, Brasil.

Essa informação aparece no gráfico 3.7. O interessante é que a queda final foi consequência da redução do valor médio das escrituras, que nos primeiros três trimestres de 1850 ficaram por baixo dos 300 mil-réis e, no último trimestre do ano, chegou aos precários 310 mil-réis. Além disso, a quantidade de negócios começou a oscilar fortemente desde o terceiro trimestre de 1849 até o final de 1850. Por exemplo, nos primeiros três trimestres de 1850 se fizeram 31, 11 e 32 transações respectivamente. Dessa forma, as oscilações no contexto econômico tiveram correlatos nos pequenos negócios e, enquanto os anos de maiores valores totais foram 1847 e 1849, os menores foram 1848 e 1850, ou seja, esses quatro anos foram de clara oscilação.

Foi 1848 o ano de menores valores totais. A explicação foi a alta participação dos contratos de aluguel que se registraram e que, em geral, eram de menores valores em comparação com os outros tipos de negócios. O ano de 1850 também registrou pequenos montantes. A razão foi devido à grande quantidade de aforamentos que se negociaram e aos alugueis que, em geral, eram de baixo valor relativo. Provavelmente, nesse ano, isso foi consequência da expectativa sobre a aprovação da leis de terras (Motta 2008).

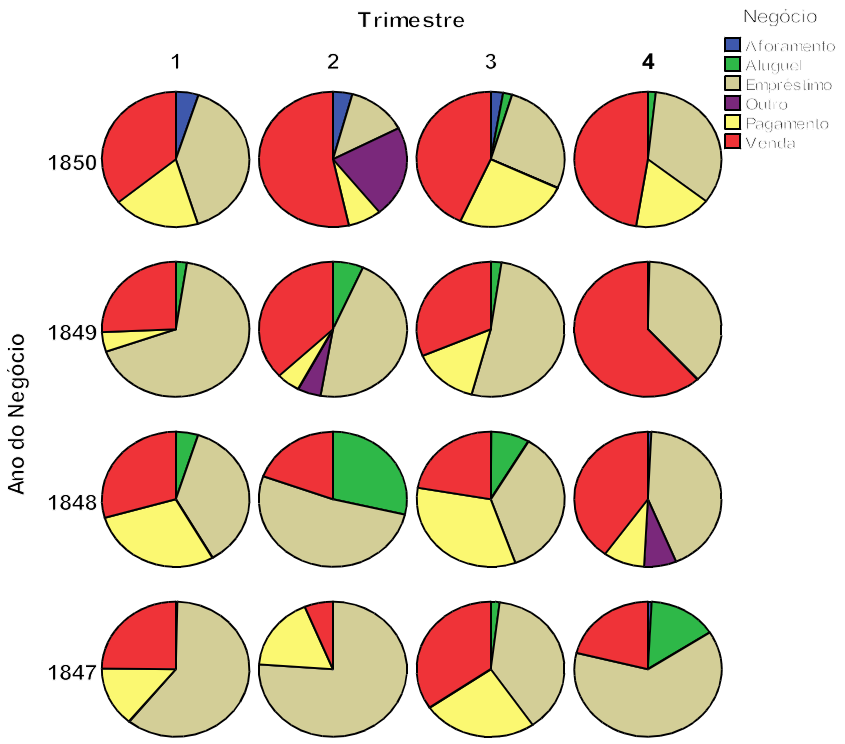



**Gráfico 3.8: Proporção do tipo de negócios do quartil inferior das escrituras por valor dos negócios. Rio de Janeiro, 1847-1850**

Fonte: Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional do Brasil.

A composição por tipos de negócios das escrituras aparece no gráfico 3.8 e nele se observa que a fatia que representa os aforamentos só é relevante nos três primeiros trimestres de 1850. Como é conhecido, a lei de terras foi aprovada no mês de setembro de 1850 e, talvez, por isso, os aforamentos se incrementaram nos meses anteriores. O possível efeito da lei, além desta expectativa, deve aparecer em nossas séries do próximo capítulo que fazem referência aos anos cinquenta. O mesmo acontece com os efeitos do código comercial, que foi aprovado no mês de junho de 1850 e com a lei de 4 de setembro desse mesmo ano que proibiu completamente o tráfico de escravos africanos para o Brasil. Essas três novas regulamentações (lei de terras, código comercial e final do tráfico atlântico negreiro) transformaram o marco institucional brasileiro após 1850 e, portanto, não serão discutidas neste momento.

Além do aparecimento relevante dos aforamentos em 1850, o gráfico 3.8 também permite ver algumas outras coisas. Como se pode observar, a proporção do valor negociado em vendas foi se incrementando paulatinamente entre o primeiro trimestre de 1847 e o último de 1850. Essa fatia, que começa representando perto do 25% do total, vai aos poucos ganhando relevância e, no final do período,

chega a 50%.

Também se observa que, em geral, o valor agregado de todos os pagamentos de dívidas era menor no último trimestre de cada ano em comparação com o que acontecia nos três primeiros trimestres e que só apareceram no final de 1848 e 1850, no entanto, com menores valores proporcionais que em outros trimestres desses anos e que também conseguiram aparecer porque, lembremos, esses dois anos tiveram menores montantes negociados.

Se vendas e pagamentos tiveram um ritmo sazonal possível de se perceber, o contrato de novas dívidas sempre estava presente e não é simples encontrar sua cadência temporal. Teremos que esperar para o último capítulo, no agregado das duas décadas, para saber se em realidade havia um ritmo.

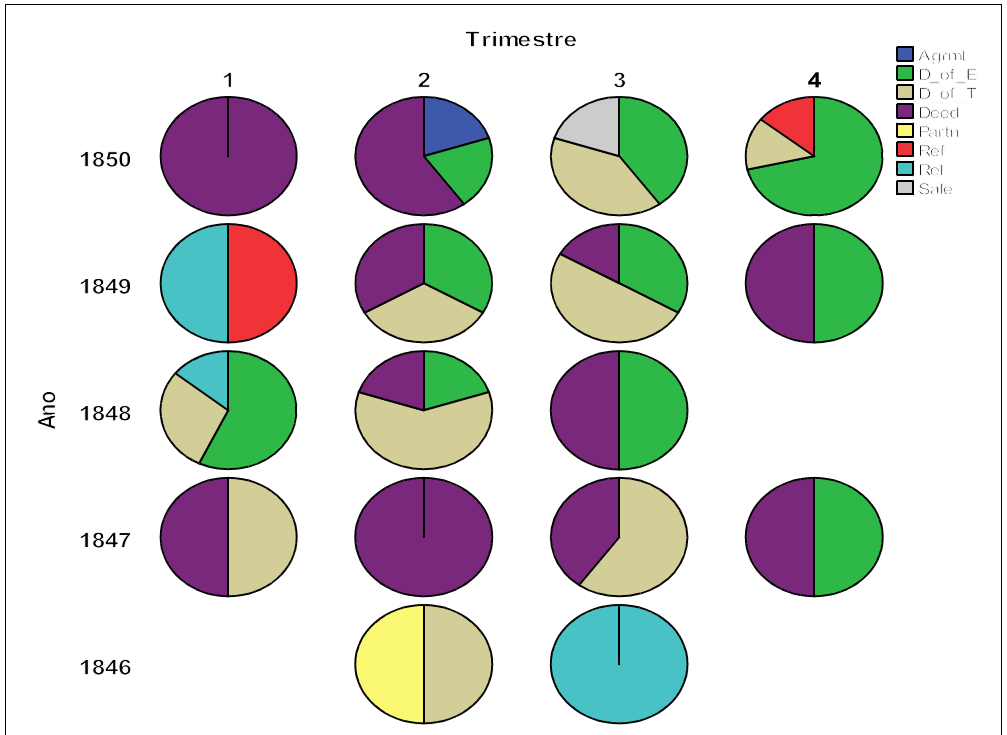



**Gráfico 3.9: Proporção do tipo de negócios de negros livres por quantidade de escrituras. Richmond, 1846-1850**

Fonte: *Deed Records*. Biblioteca da Virgínia, Richmond.

Para Richmond, é um poupo mais difícil encontrar os arranjos estacionais para a composição das escrituras, pois o número de negócios registrados pelos negros livres é menor que o número de escrituras da amostragem no Rio de Janeiro. Porém, o gráfico 3.9 deixa ver alguns elementos. Por exemplo, em geral, as emancipações (D_of_E) não se davam no primeiro trimestre do ano, e 1848 foi a exceção a esse regra, enquanto, no último trimestre do ano, a quantidade delas chegou à metade ou mais do total de

escrituras registradas. A explicação provavelmente seja o ritmo do mercado de trabalho.

De forma diferente, nos trimestres centrais de cada ano era quando, em geral, se faziam as escrituras de acordos civis (D_of_T), comerciais (Partn) e de qualquer outro tipo (Agrmt) e, dificilmente, eles se registravam no final do ano. Como era de se esperar, as escrituras de negócios propriamente ditos (Deed) se efetuavam ao longo do ano todo.

Assim como no Rio de Janeiro, as transações com propriedade imóvel incluíam várias formas para essa propriedade e não se limitavam às transações de compra e venda simples que hoje são comuns. Podemos ilustrar isso com um exemplo: Major Cook era um negro livre que, já na década de 1830, era dono de terrenos em Maddox Hill na periferia de Richmond. Em 1846, ele pagou a John Dentler e sua esposa US$220 por meio acre na mesma região e esse terreno incluía, pelo menos, uma casa. Durante a década de 1840 é provável que Cook alugasse esses terrenos a outros negros livres, oferecendo a possibilidade de que, depois, eles os comprassem, no entanto, esses acordos não eram registrados em cartório (Carey 2005:64). Esses *locatários* podiam construir sua casa no terreno alugado. A moradia era da sua propriedade, mas não o terreno em que ela estava construída. Para tanto, se quisesse, teria que comprar o terreno. Esse foi o caso de William Cash, outro negro livre que finalmente comprou o terreno onde estava construída sua casa por US$100 (Carey 2005:64).

Em outras palavras, era possível ter a propriedade sobre uma casa, mas não a propriedade sobre o terreno em que ela estava construída, pois esse terreno estava *alugado*. Esse tipo de negócios também eram comuns no Rio de Janeiro. Por exemplo, Francisca de Paula Jesus aforou em 27 de outubro de 1847 um terreno de José Fernando de Figueredo, com 6 braças de frente em São Clemente, em Botafogo, na periferia do Rio de Janeiro nesse momento. O valor do foro por cada braça era de 3 mil-réis, mas, na data da escritura, o terreno já tinha benfeitorias que foram construídas por Francisca, que aliás, nesse ano não sabia escrever[24]. Desta forma, as casas sobre os terrenos eram benfeitorias da propriedade daquele que *alugava* ou *aforava* o terreno, fosse em Richmond ou Rio de Janeiro respectivamente.

Em Richmond, diferente do acontecido no Rio de Janeiro, os anos de 1848 e 1850 foram de maior número de negócios que os anos de 1847 e 1849 e, também de forma diferente da capital brasileira, o

24 Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Livro 258, fólio 18. Microfilme 031-19-79

período 1847-1850 foi um pouco menos dinâmico quanto à atividade registrada em cartório que o período 1840-1846. As escrituras que involucraram negros livres para 1847, 1848, 1849 e 1850 foram 12, 19, 13 e 20 respectivamente, e. no total, foram 64 enquanto que, entre 1840 e 1846, no total, foram 97[25].

Porém, a diferença fundamental na série de tempo, foram os anos de 1844 e 1845 com 22 e 30 escrituras respectivamente, pois os outros quatro anos, os do começo da década, tiveram menos negócios que os quatro anos finais. Em outras palavras, a década apresenta quantidades menores no começo, depois, nos anos centrais, aumento e, nos anos finais, nova queda, embora não tão baixa quanto no começo. Esse movimento teve correlato no patrimônio pessoal dos negros livres.

No capítulo anterior, mostramos que os escravos eram o ativo principal da riqueza pessoal dos negros richmonianos, e seu número chegou ao máximo em 1843 e 1845 com 42 cativos. Após esse ano, essa quantidade se reduziu e, entre 1847 e 1850, foram 33, 24, 28 e 25 escravos respectivamente[26]. Como não temos informação sobre o comportamento temporal total de ativos imobiliários e só contamos com a informação do censo de 1850, então se observarmos o comportamento da propriedade sobre cativos, poderemos inferir um processo de relativo empobrecimento deste grupo social.

Porém, os outros tipos de ativos registrados nas listas de impostos não apresentaram o mesmo movimento de queda. Por exemplo, os relógios de parede que tinham chegado a 15 em 1846 após ter aumentado paulatinamente continuaram em patamares relativamente altos e, em 1850, foram 18. Os relógios de mão, que eram entre 7 e 8, desde 1843, continuaram em 7, em 1850, após um pequeno incremento, em 1848, com 10 aparelhos.

O ativo que cresceu na década de 1840 foi o formado por mulas, burros e cavalos. Em 1841, só se declararam 3 para os impostos, em 1846 foram 10 e, em 1849, se chegou ao máximo da década com 28. Em 1850, seu número se reduziu a 20. Portanto, seria possível que, mais que um processo de relativo empobrecimento na parte final da década de 1840, o que em realidade aconteceu foi uma reestruturação do patrimônio com a perda progressiva do peso dos cativos na propriedade dos negros livres e o ganho nos bens de relativo luxo (como os relógios) ou de outros ativos produtivos como esses tipos de animais.

25 Deed Records, Biblioteca da Virgínia, Richmond.

26 Impostos Pessoais, Biblioteca da Virgínia, Richmond.

Mas, mesmo assim, a substituição de um tipo de ativo por outro não, necessariamente, se compensava em termos do valor que ela representava, pois a queda nos escravos era de maior quantia que os aumentos nos animais. No entanto, o equilíbrio nos relógios sugere que o processo de empobrecimento não foi muito forte.

Em resumo, os anos finais parecem ter sido diferentes para uns indivíduos que para outros, alguns conseguiram aumentar ou transformar seu patrimônio enquanto outros não. Por exemplo, alguns negros livres não tiveram como pagar a reforma tributária de 1850 e foram obrigados a trabalhar por algumas semanas por salários que foram cobrados diretamente pelo Estado (Carey 2005:46), enquanto outros, como os famosos barbeiros de Richmond, podem ter vivido esses anos com sucesso econômico (Kimball 2000:43). Portanto, os anos do final da década de 1840 foram mais difíceis que os do começo e alguns indivíduos lograram manter seu patrimônio, outros nem tanto, mas todos conseguiram navegar nesse contexto.

### 3.4 A rede em um cenário flutuante

Para achar esses matizes entre aqueles que passaram o final da década com sucesso e aqueles que não o conseguiram, ou pelo menos lhes foi mais difícil, podemos observar o arranjo geográfico da riqueza registrada pelos impostos pessoais[27]. Por exemplo, pouco mais da metade dos relógios (de parede e de mão) declarados se encontravam ao leste do Capitólio, um estava nos Rocketts no extremo sudeste da cidade e pouco menos da outra metade estavam no lado oeste em Monroe Ward.

Nas listas dos impostos entre 1840 e 1846, este último distrito tinha um número semelhante de relógios aos que se tinha entre 1847 e 1850. Pelo contrário, em Jefferson Ward, no leste da cidade, entre 1846 e 1850, não apareciam estes aparelhos, ou seja, pelo menos nessa variável, os indivíduos que estavam nesse lado da cidade conseguiram aumentar os bens de relativo luxo, enquanto os do outro lado não incrementaram esse número de bens e mantiveram seu número constante. Porém, como já comentamos, este último distrito era muito mais denso de negros livres e portanto, no agregado per capita, esses relógios representavam bem menos e a estabilidade, vista em termos agregados, poderia denotar uma

27 *Ibid*

queda.




**Ilustração 3.4: Localização dos outorgantes de escrituras. Richmond, 1847-1850**

Fonte. Dados: *Deeds Records*, Biblioteca da Virgínia, Richmond. Imagem: VHS, 1862.

O interessante foi que esses indivíduos, que moravam no oeste em Monroe Ward, tiveram, no período 1847-1850, uma relativa alta participação nos negócios registrados no cartório e mesmo o grupo que ocupava a futura Jackson Ward teve uma presença relevante nas escrituras. A ilustração 3.4 permite ver essas aglomerações e, embora o extremo noroeste não fosse a área de maior concentração, também é certo que não foi a menor.

A maior concentração de outorgantes de escrituras se encontrou em dois tipos de grupos: aqueles que estavam no sul do Capitólio e aqueles negros livres dos quais não conhecemos seu endereço. Estes dois conjuntos já apareceram na ilustração 2.6 com a informação de 1840-1846, mas como neste terceiro capítulo temos mais informação sobre a localização, então, o grupo dos indivíduos de endereço desconhecido perdeu sua primacia como aglomerado.

De forma diferente, aqueles que moravam no sul do Capitólio, em Madison Ward, cresceram de forma clara e passaram da quarta posição em densidade (de um total de cinco categorias que apresentava a ilustração 2.6) para se transformar na primeira. Assim, este grupo ganhou relevância, no sentido da

quantidade de interações sociais que teve. Ao contrário, o pessoal de Jefferson Ward, que recém apareceu no arranjo espacial dos negros livres (Ilustração 3.1) e que tinha um patrimônio importante (por enquanto só comentado no caso dos relógios, mas que depois, como veremos também, estava representado nos outros bens), não apareceu para registrar negócios nos cartórios, nem como outorgantes (Ilustração 3.4) nem como outorgados. Esta última informação está na ilustração 3.5.

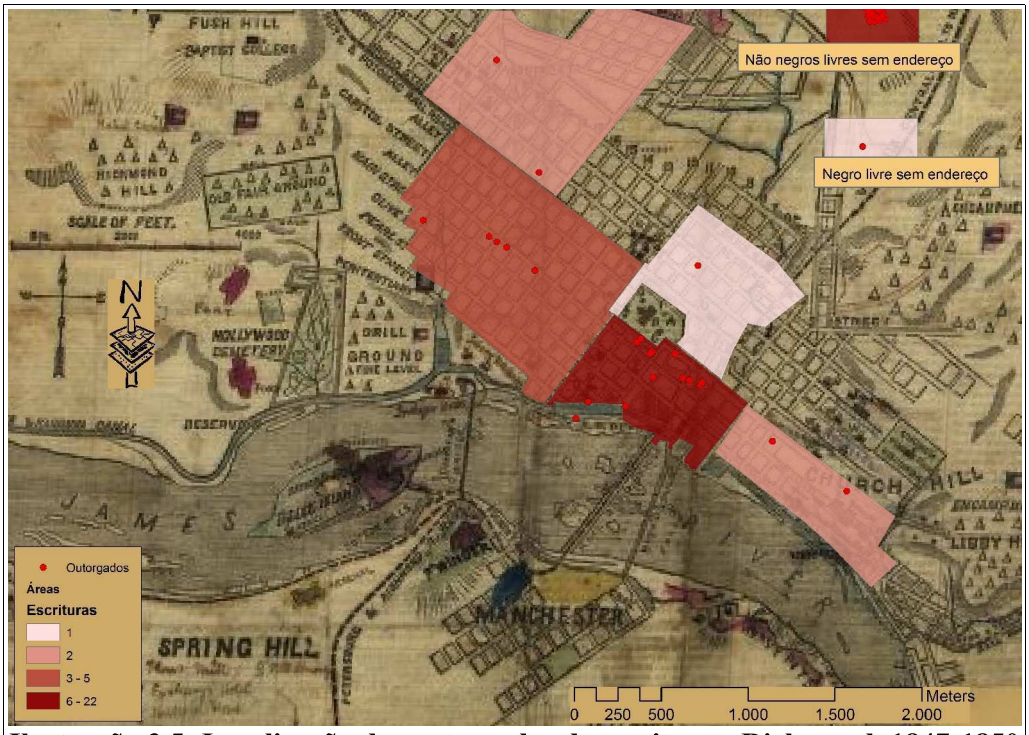



**Ilustração 3.5: Localização dos outorgados de escrituras. Richmond, 1847-1850**

Fonte. Dados: *Deeds Records*, Biblioteca da Virgínia, Richmond. Imagem: VHS, 1862.

Como se observa, nenhuma região da cidade teve uma aglomeração de indivíduos no lado dos outorgados de escrituras e, portanto, se teve uma clara dispersão dos negócios. Se os outorgantes ficaram concentrados em quatro ou cinco grupos, em contraste, os outorgados ficaram por toda a cidade sem gerar um arranjo específico. A única aglomeração que existiu foi a dos indivíduos não negros livres que não tinham endereço. Este grupo também foi predominante no período 1840-1846 (Ilustração 2.6).

No capítulo anterior levantamos como hipótese que a presença desses não negros livres demonstrava que os negros livres interagiam, pelo menos no sentido financeiro, com outros grupos sociais. Nos dois mapas das ilustrações 3.4 e 3.5 que acabamos de apresentar esta hipótese se mantém e a interação econômica continuou existindo no final da década.

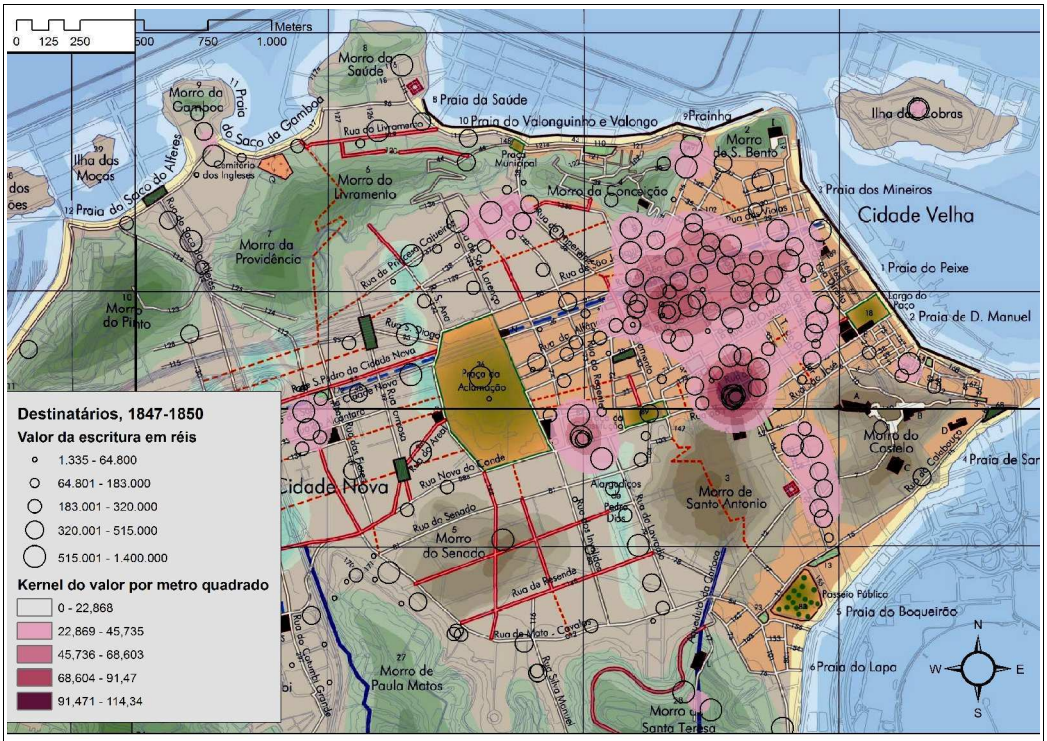



**Ilustração 3.6: Localização dos destinatários das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1847-1850**

Fonte. Dados: *Primeiro Oficio de Notas do Rio de Janeiro*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Imagem: Atlas Andreatta (2008)

Diferente da dispersão dos outorgados das escrituras que aconteceu em Richmond no final da década, no Rio de Janeiro os destinatários das mercadorias negociadas nos cartórios, nesses mesmos anos, ficou muito mais concentrada do que o que aconteceu entre 1840 e 1846 (Ilustração 2.5). Por exemplo, os pontos localizados nos eixos de expansão de São Cristóvão e da Glória, que conseguiam gerar alguma densidade no começo dos anos quarenta, agora no final, já não têm mais essa relevância. Ou, outro exemplo, a forte aglomeração no lado leste do Morro do Castelo já não aparece mais. O mesmo aconteceu com as praias do lado norte da cidade.

Aquela concentração que começava na Praia dos Mineiros e percorria os eixos das ruas de São Pedro, Sabão e da Alfândega até o Campo de Santana, que era a principal aglomeração no segundo mapa da ilustração 2.5, no período 1840-1846, agora no mapa da ilustração 3.6 dos anos 1847-1850, ficou drasticamente reduzida, a parte desse eixo que estava dentro da Freguesia do Sacramento ficou esvaziada e, embora, do lado leste da Rua do Sacramento, sobre esse mesmo eixo do qual estamos falando, a densidade continuasse, ela já não tinha mais a primacia na cidade.

Essa primacia foi ficar aos pés do Morro de Santo Antônio, no lado que dava para o centro da Cidade Velha. Essa era uma região importante no período 1840-1846, mais essa prevalência não exclusiva. Em contraste, nos anos finais da década vai monopolizar os maiores valores financeiros das mercadorias negociadas pelos pobres nos cartórios. Isso tem um efeito importante, pois esses dois ou três quarteões do começo da Rua da Vala, no cruzamento com a do Piolho, aos pés do Morro de Santo Antônio, não eram especialmente relevantes na localização dos negros livres cariocas da década 1840 (Ilustrações 2.2 e 3.2).

Não era que os negros livres ficassem fora como destinatários das mercadorias negociadas em cartório, pois aqueles quarteões, entre a Rua do Sacramento e a Rua da Vala, entre as ruas da Alfândega e Hospício, que foi a segunda maior densidade dos destinatários, também era o centro da aglomeração de negros livres cariocas no final dos anos quarenta. Mas, nesse final da década, outros agentes participavam de forma ativa nos pequenos negócios da cidade. Aqueles que estavam aos pés do Morro de Santo Antônio eram basicamente compradores de casas ou chácaras e sítios, ou indivíduos que conseguiam terrenos mediante aforamentos. Ao contrário, os que estavam na região de aglomeração de negros livres, eram os que se endividavam ou que recebiam o pagamento de dívidas.

Essa região de maior concentração de destinatários de mercadorias, também foi no período 1847-1850 a região de maior aglomeração de fornecedores. A ilustração 3.7 permite observar essa concentração. A segunda maior densidade de fornecedores também continuava no mesmo lugar dos destinatários, só que ela se desloca no sentido nordeste até o Largo de Santa Rita. Com isso, coincide com um dos eixos onde se encontravam os negros livres.

Como seria de se esperar, o aglomerado maior, aquele que fica na Rua do Piolho no norte do Morro de Santo Antônio, estava formado fundamentalmente por indivíduos que emprestaram dinheiro, e aqueles que estavam no eixo coincidente com o arranjo espacial dos negros livres foram os que pagaram dívidas ou venderam propriedades. Portanto, esse grupo do lado do Morro de Santo Antônio parece ter sido formado por indivíduos não tão pobres, mas que faziam negócios com os pobres, pois foi formado por indivíduos que aforavam terrenos, emprestavam dinheiro e recebiam pagamentos de dívidas.

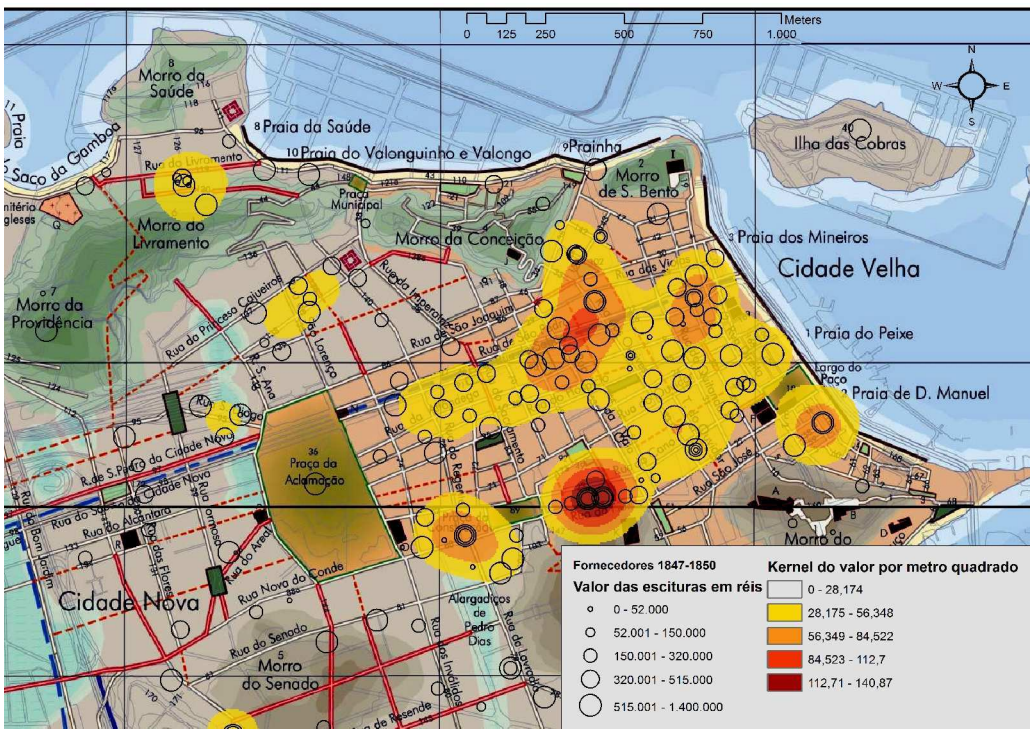



**Ilustração 3.7: Localização dos fornecedores das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1847-1850**

Fonte. Dados: *Primeiro Oficio de Notas do Rio de Janeiro*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Imagem: Atlas Andreatta (2008)

Essa interação entre diferentes grupos sociais cariocas foi uma das hipóteses levantadas no segundo capítulo e agora, neste terceiro capítulo, para o final dos anos quarenta, ela continua válida. A diferença entre o arranjo espacial pelos valores das mercadorias fornecidas nas escrituras entre o período 1840-1846 e 1847-1850 é que no segundo os aglomerados ficaram mais fechados. No primeiro mapa da ilustração 2.5 com a informação de 1840-1846, as maiores concentrações vão se sucedendo num eixo paralelo às praias do lado leste da Cidade Velha e, o centro financeiro da cidade, como um todo, também era o centro financeiro dos fornecedores de mercadorias para os pobres. Isso não aconteceu mais. Essa região central continua aparecendo, mas num relativamente modesto terceiro lugar por densidade.

A região central na Cidade Velha, no período 1840-1846, era uma região com forte presença das casas de comissão, ou seja, das intermediadoras nos negócios de oferta e procura de trabalhadores. No período 1847-1850, elas continuam ali e vão se concentrar ainda mais nos poucos quarteões entre a Rua do Hospício e do Ouvidor, e entre a Rua da Direita e a Rua dos Ourives. Mas essa redução do espaço físico teve reflexos no espaço do mercado, pois, em 1846, elas, com total certeza, anunciaram os 27% dos indivíduos que se ofereciam para trabalhar, enquanto, em 1850, essa porcentagem ficou em 19%, com

uma clara queda. Contudo essa queda poderia ser ainda maior, pois, em 1846 era possível que 9% dos indivíduos fossem oferecidos por casas de comissão que não deixavam explícita a sua condição de intermediárias nos anúncios. Em 1850 essa porcentagem cai para 2%.

Essa queda teve reflexos no total de indivíduos oferecidos por anúncio, pois, como já comentamos, a quantidade de publicidade de oferta de trabalho se incrementou, entre 1846 e 1850, em 31,5% e a quantidade de indivíduos que esses mesmos anúncios ofereciam aumentou 17% passando de 692 para 811. Portanto, o número de trabalhadores por anúncio se reduziu no final da década e, neste sentido, se fragmentou a oferta de trabalho[x].

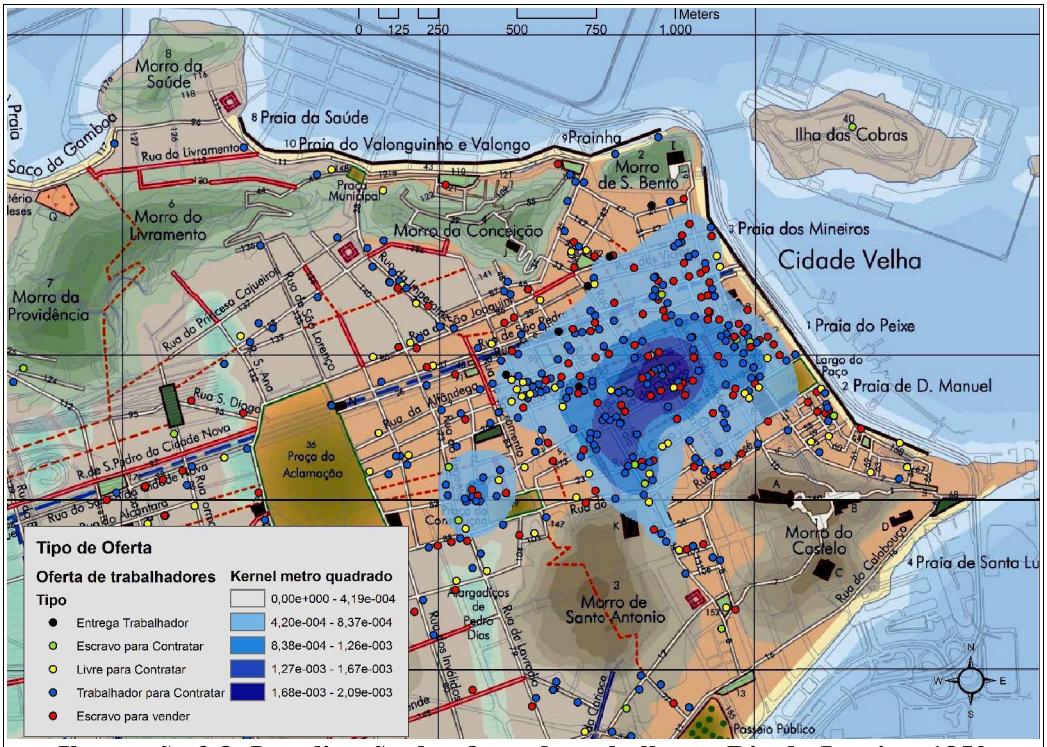



**Ilustração 3.8: Localização da oferta de trabalho no Rio de Janeiro, 1850**

Fonte. Dados: *Jornal do Commercio.* Imagem: Atlas Andreatta (2008)

Essa fragmentação não teve reflexos na composição por sexo dos trabalhadores oferecidos e, tanto em 1846 quanto em 1850, as mulheres continuaram representando 60% da oferta. A mudança que ocorreu como consequência da fragmentação e a relativa queda na participação das casas de comissão foi que o número de indivíduos que desejavam ser contratados superou o número de escravos vendidos. Em 1846, eram 331 trabalhadores oferecidos para venda e pouco mais de 300 para ser contratados; em 1850, o número de escravos para venda reduziu para 298, o número de trabalhadores para serem contratados se incrementou e chegou aos 443.

Lembremos que entre os indivíduos oferecidos para ser contratados também havia escravos e que, portanto, não se pode fazer a relação direta entre trabalhadores por contrato e trabalho livre. A ilustração 3.8 apresenta os pontos e densidades (kernel com parâmetro 200 mt e cell 5) para todos os indivíduos da oferta, tanto livre quanto escrava e para se contratar ou para se vender. Como se pode ver, a área das casas de comissão no centro da cidade foi a de maior aglomeração e as outras maiores densidades são formas mais ou menos concêntricas a essa área.

Porém, como já comentamos, as agências de intermediação do trabalho perderam participação no mercado de 1850, portanto, a aglomeração da ilustração 3.8 foi consequência da fragmentação da oferta no mercado e não da sua concentração no centro da cidade, pois como ela se dispersou, então, nenhuma outra região conseguiu ter uma densidade relevante para concorrer com a área central.

Por exemplo, na ilustração 2.3, aparece a localização da oferta em 1840 e 1846, nestes anos a Rua de Mata-Cavalos teve um ponto; em 1850, essa Rua teve quatro, mas ela era uma das mais longas da cidade, portanto, nela não se gerou um aglomerado, e a região entre o Campo de Santana e a Rua de Mata-Cavalos, incluindo as ruas Nova do Conde, do Senado, dos Inválidos entre várias outras, não produziu aglomeração, pois, embora os pontos tivessem aumentado, ela era uma área maior e eles ficaram dispersos. Ou seja, a falta de aglomeração não foi pela redução na quantidade de números, e, sim, pela ampliação das áreas em que esses pontos se localizavam.

Essa mesma fragmentação, que não gerou mais aglomerações espaciais e que estava ligada ao aumento do trabalho oferecido para contratar, foi a que produziu o comportamento temporal apresentado na primeira série do gráfico 3.10. Nela fica claro como a fatia que representa o trabalho fornecido para alugar cresceu entre março e dezembro de 1850. Se compararmos esse comportamento com o apresentado no gráfico 2.3, que tinha os dados de 1840 e 1846, é claro que o trabalho por contrato ganhou relevância mês a mês, enquanto a década de 1840 transcorria.

Em compensação, a venda de cativos que, em 1840, era hegemônica na oferta, em 1850, teve disputada e reduzida essa hegemonia. A fatia que a representa e que era a metade em março, passou a ficar próxima de um terço do total em dezembro. O interessante é que esse movimento inverso da oferta para contratar e para vender não gerou claros aumentos na participação dos escravos ou livres para contratar e

suas respectivas fatias são menores em todos os meses de 1840, 1846 e 1850.

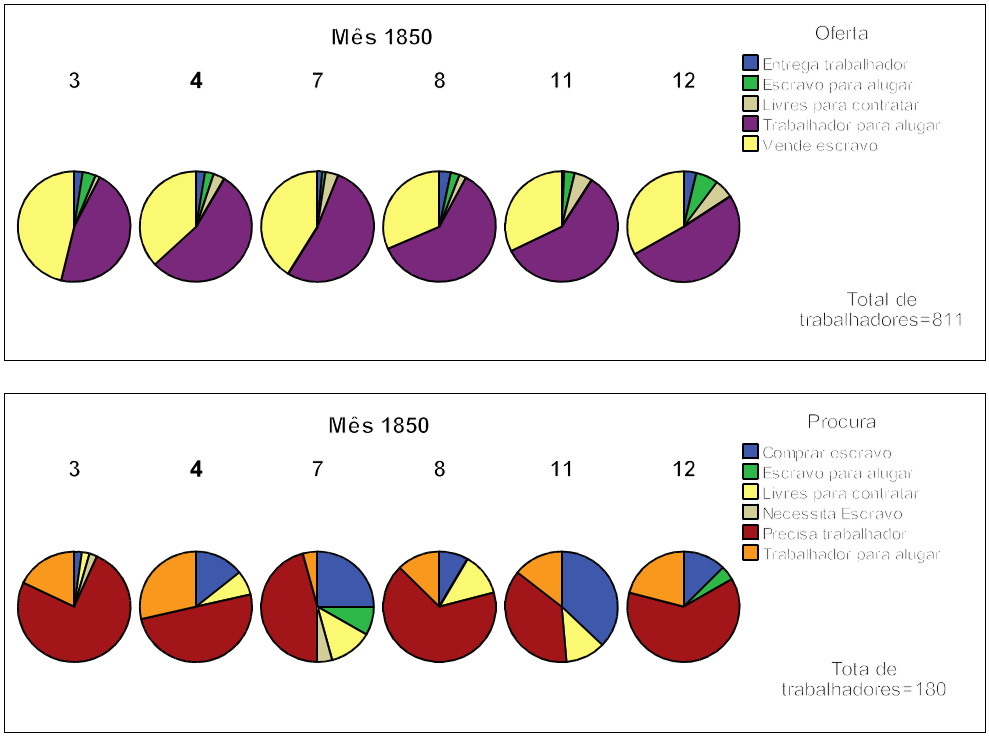



**Gráfico 3.10: Composição do mercado de trabalho por meses. Rio de Janeiro, 1850**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Só no próximo capítulo, estaremos em posição de avaliar o possível efeito do fim do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. Mas, por enquanto, é claro que no mercado de trabalho não se gerou maior expectativa, diferente do que aconteceu com os negócios com terrenos, pois, como já comentamos, os aforamentos aumentaram nos meses anteriores à lei de terras. Em contraste, no mercado de trabalho, as mudanças na composição mensal da oferta estavam ligadas a uma transformação geral da década. Também é possível entender que não se geraram maiores expectativas pelo fim do tráfico quando se observa para o lado da procura, pois a proporção de agentes em 1850 que desejavam comprar cativos se manteve nos mesmos patamares que em 1840 e 1846. No entanto, seria provável que o crescimento dos potenciais compradores, em novembro de 1850, estivesse ligado a essa expectativa, pois aconteceu no mesmo mês da lei. Porém, nos outros meses, a proporção de compradores se manteve inalterada com respeito a seus patamares de 1840 e 1846 e, mesmo em dezembro de 1850, não existiu aumento de compradores.

A fatia que dominou esse último mês foi a mesma de toda a década: os que procuravam alguém

para trabalhar, sem se importar se fosse livre ou cativo, ou sem mencionar se era para comprar ou alugar. Aqueles que pediram de forma explícita escravos ou livres para alugar continuaram como a minoria e os agentes que precisam de trabalhadores para contratar estiveram nos meses de 1850 nas mesmas proporções que nos meses dos anos 1840 e 1846.

Portanto, a procura por trabalhadores se expandiu, mas ao mesmo tempo manteve a proporção entre as partes que a formavam. Em outras palavras, os tamanhos dos círculos da segunda série do gráfico 3.10 cresceram (esse aumento é mostrado nas séries do gráfico 3.4) em comparação com 1840 e1846, mas as proporções das suas fatias interiores se mantiveram.

Como comentamos, esse crescimento no lado da procura foi maior que o crescimento no lado da oferta e, no Rio de Janeiro, isso teve reflexos nos aumentos dos salários reais. Também comentamos que esse movimento de maior expansão da procura que da oferta aconteceu em Richmond, mas na capital virginiana, os jornais e preços dos cativos não se incrementaram o que deve ter incidido nos problemas, os quais já comentamos para a acumulação patrimonial dos negros livres.

Mas, além de todas as dificuldades que apresentamos do final da década, os negros livres richmonianos tiveram que enfrentar uma outra: a continuidade na oscilação dos preços dos alimentos. O gráfico 3.11 apresenta os desvios padrões e médias de 10 alimentos da cesta básica dos pobres de Richmond, segundo o informado pelo *Richmond Enquirer*.

A farinha de trigo, da mesma forma que aconteceu em 1840 e 1846, continuou com grande variabilidade, mas o espaço em que se movimentou foi menor, pois nesses anos foi de US$3,75 a US$6 e, em 1850, ficou entre US$4,75 e US$5,50, mas sua média foi para 5 dólares. O milho, produto que como sabemos, era muito importante para os pobres, tinha, em 1846, uma média de US$0,58 e, em 1860, se deslocou para US$0,60 e seu desvio padrão continuou na faixa do 10% dessa média. A mesma relativa estabilidade teve o trigo vermelho que continuou em US$1.

Ao contrário, o toucinho aumentou de preço e suas oscilações, em 1850, ficaram entre US$0,65 e US$0,85 quando, em 1846, foram de US$0,60 e US$0,70. Mas ainda mais forte foi o incremento da aveia que passou da média de 36 centavos de dólar em1846 para 43 centavos em 1850. A carne de primeira que custava em média 2 dólares com 34 centavos, em 1846, passou a US$2,95 em média, em 1850[xi].

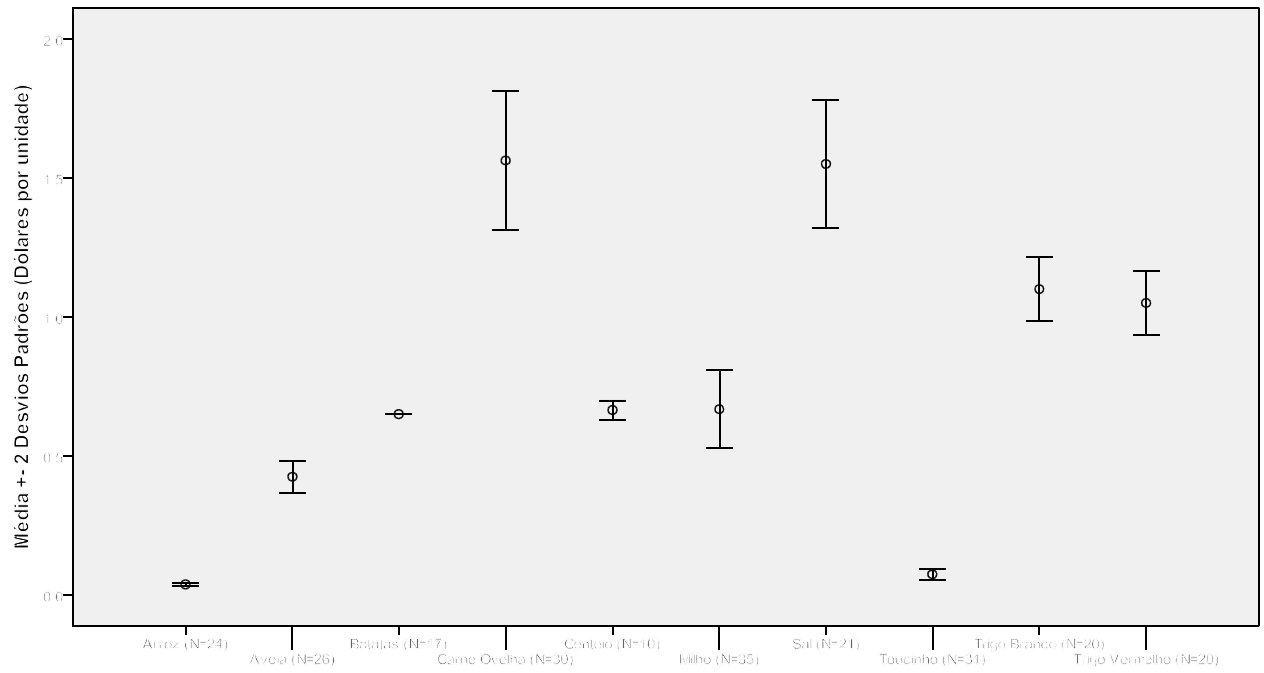



**Gráfico 3.11: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Richmond, 1850**

Fonte: *Richmond Enquirer*

Porém, os poucos preços de verduras e frutas registrados sugerem que seus preços se reduziram no final da década e isso teve um efeito importante no custo total da alimentação para os negros livres, pois, segundo nossos cálculos, seguindo a mesma modelagem de programação linear explicada no capítulo anterior[xii], mas com os preços atualizados para 1850, mostram que a dieta diária de mínimo custo que permitia a um indivíduo sobreviver em Richmond, se reduziu de 8,36 centavos de dólar em 1846 para 5,65 centavos de dólar em 1850[xiii].

É possível, então, que o não aumento do preço nominal do trabalho em Richmond no final da década, apesar dos incrementos maiores na procura que na oferta de trabalho, pudesse ser explicado pelas quedas nos custos de alimentação e da inflação, que provavelmente estavam ligados ao controle da oferta monetária que discutimos no começo do capítulo.

Se foi assim, esse controle na oferta monetária poderia ter ajudado para que as finanças dos negros livres e dos pobres em geral não ficassem tão avaladas. Mas o custo da dieta formado pela dupla de carne de segunda e milho, que era a base da alimentação dos pobres (Valencia 2010), cresceu de 2,10 centavos de dólar diário para 2,19 centavos de dólar diário. Portanto, de novo estamos no terreno flutuante de que falamos no capítulo todo, pois, embora no conjunto o custo com alimentação tenha descido, ao mesmo

tempo, a parte fundamental desse custo aumentou. Por isso, as coisas não foram simples para os negros livres richmonianos. Isto é, no final da década, o contexto era complexo e contraditório.

No Rio de Janeiro, o custo mínimo da alimentação ficou no mesmo patamar, ou teve uma pequena queda entre 1847 e 1850. Segundo nossos cálculos, seguindo a modelagem explicada no capítulo anterior[xiv], o custo da dieta que, em 1847 era de 75,74 réis diários, ficou em 73,20 réis diários, em 1850[xv], mas a parte que não leva em consideração frutas e verduras passou de 54,27 réis por dia para 55,38 réis por dia.

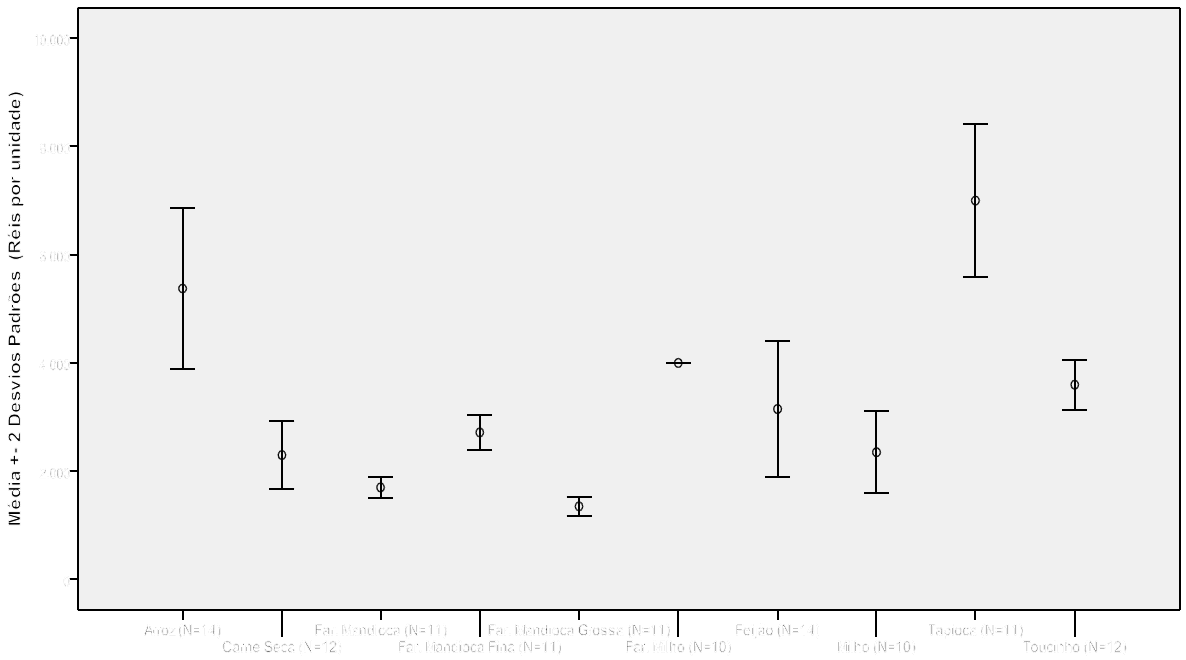



**Gráfico 3.12: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Rio de Janeiro, 1850**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Essa estabilidade estava vinculada ao movimento contraditório dos preços dos dois principais alimentos da cesta dos pobres no Rio de Janeiro. Por um lado, a farinha de mandioca que, em média, em 1846, custava próximo a 4 mil-réis, em 1850, se reduziu para um custo médio de 2,9 mil-réis, e a variedade chamada grossa, que era a de menor custo e, portanto, provavelmente, mais ligada à cesta dos pobres, caiu de 3.577 réis em média, em 1846 para, em média, custar, em 1850, quase a metade desse valor, chegando a 1.800 réis.

Mas, por outro lado, a carne seca que era o outro produto fundamental da dieta, incrementou fortemente seu preço. Em 1846, custava em média 1.844 réis com um desvio padrão de 660 réis; em 1850

na média, custava 6 mil-réis e o desvio padrão passou aos 1.143 réis. Nesses quatro anos, a carne seca praticamente mais que triplicou seu custo e quase dobrou sua oscilação. Essa informação mais a dos outros produtos aparecem no gráfico 3.12[xvi].

Portanto, foi o efeito combinado de fortes movimentos contraditórios nos preços o que gerou uma estabilidade no custo de alimentação e no índice geral da inflação carioca. Esse tipo de fortes oscilações que produziam algum equilíbrio já foi comentado para os efeitos no contexto macro, por exemplo entre taxa de câmbio real e inflação (Monasterio 2003:11). Neste capítulo, encontramos o efeito disso nas finanças dos agentes, e tudo indica que os anos finais da década foram complexos para os negros livres cariocas, embora não tão extremos quantos para os richmonianos.

Para terminar de comentar o que aconteceu nestes anos, ainda queremos falar da relação entre patrimônio e família e explicar o problemas com a informação sobre ocupação da qual falamos no começo do capítulo. A ilustração 3.9 apresenta a quantidade de pessoas que integravam a família dos negros livres em Richmond segundo o lugar onde se encontravam.

Nesse mapa pode-se ver que as famílias maiores estavam em Jefferson Ward, que, como já comentamos, foi uma das regiões onde os negros livres mais acumularam no final da década. Essa relação entre maiores famílias e maior acumulação também foi verificada no Rio de Janeiro (H. Mattos 1998) (Valencia 2011). Isto é, aqueles indivíduos inseridos em maiores redes de parentesco tiveram maiores chances de atravessar o final da década com sucesso.

Porém, em Richmond a informação de *riqueza real* dos indivíduos, quando ela aparece, e já explicamos os problemas dos silêncios nessa variável no censo, estava concentrada naqueles que estavam no sul do Capitólio em Madison Ward. É possível que alguns dos que não mencionaram sua riqueza para o recenseador morassem em outros lugares da cidade, mas, com certeza, isso não mudaria o fato de que os maiores proprietários de bens imóveis estivessem no centro da cidade, justamente no lugar de pequenas famílias (o que informação do censo também permite afirmar) e o lugar onde menos negros livres morassem em cada casa.

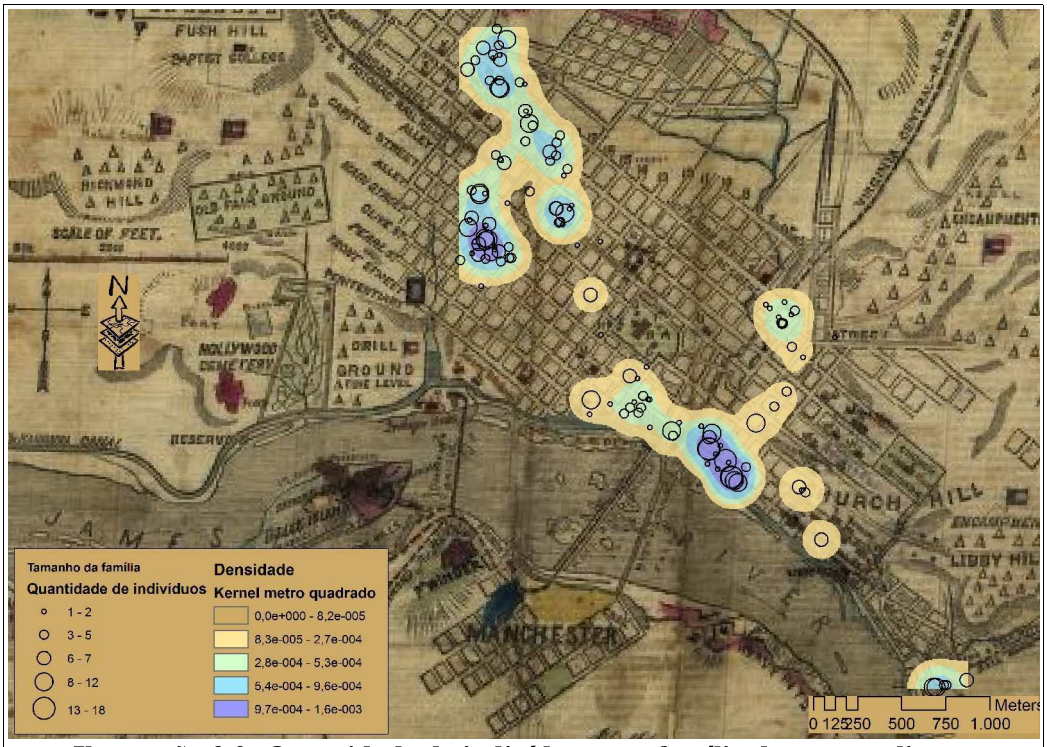



**Ilustração 3.9: Quantidade de indivíduos por família dos negros livres. Richmond 1850**

Fonte. Dados: Censo, 1850 e *Montague's Directory*, 1850. Imagem: VHS (1862)

Debemos lembrar que essa foi a área de maior concentração de outorgantes de escrituras e, portanto, de indivíduos com altas taxas de interação social em termos financeiros. O interessante foi que eles, embora tivessem os maiores patrimônios de riqueza real e a maior concentração de negócios nos cartórios entre todos os negros livres da cidade, fossem ao mesmo tempo os que menos impostos pagavam sobre seu patrimônio pessoal.

Assim, a relação entre família e pagamentos de impostos pessoais se mantém e menores famílias pagaram menos esse tipo de impostos, mas os indivíduos mais abastados eram os que menos família tinham e portanto, os que menos pagavam esse tipo de contribuição para o Estado. Essa informação aparece na última ilustração deste capítulo, a de número 3.10.

A forma de resolver essa contradição seria mediante o arranjo espacial das ocupações dos negros livres, pois o que sugere a informação é que aqueles que tinham investimentos em propriedade imóvel e que não tinham em propriedade *pessoal* eram aqueles que não tinham grandes famílias e portanto, exerceriam atividades econômicas em que a importância dela seria menor. Porém, por enquanto, a informação do censo não permite provar essa hipótese, pois os dados de ocupação, assim como os de

riqueza *real* apresentam sérios inconvenientes, pois não foram informados por muitos indivíduos.

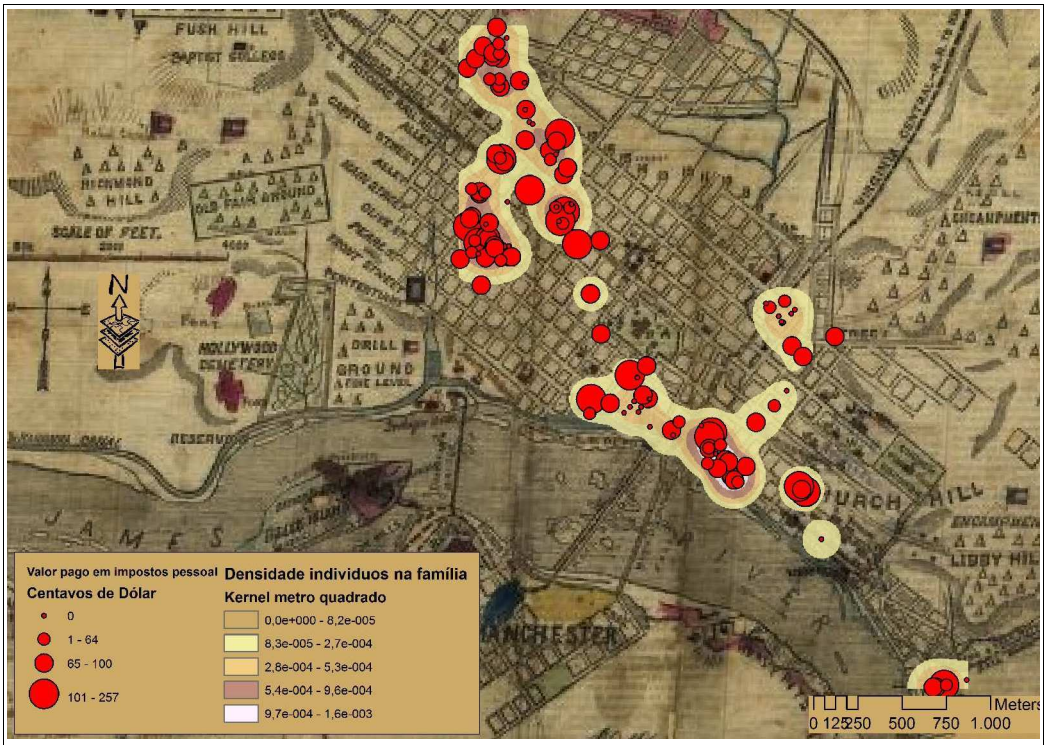



**Ilustração 3.10: Relação espacial entre as densidades familiares e o pagamento de impostos pessoais pelos negros livres. Richmond, 1850**

Fonte. Dados: Impostos pessoais, 1850 e Censo, 1850. Imagem: VHS (1862)

Porque, como já explicamos, também não pôde ser verificada a relação entre idade e riqueza, que seria o outro caminho para se resolver a questão. Sendo assim, devemos deixar o problema para o próximo capítulo. Por enquanto, fica claro que os anos finais da década de 1840 não foram tão bons como foram os do começo  e as coisas não estavam tão simples como antes.

# 4. ALÉM DESSAS MESMAS RUAS: A EXPANSÃO ECONÔMICA, 1850 - 1856

## 4.1 Mais que o Atlântico

A iluminação pública chegou à cidade. Agora, as ruas à noite se enchiam de luz como nunca havia acontecido. Antes, havia os lampiões de azeite que iluminavam durante poucas horas, mas que, dificilmente conseguiam vencer a luta contra as *"trevas"* que se formavam nas águas do rio ou da baía. Essas *"trevas"* que tanta insegurança e medo geravam, deveriam ficar para trás. A modernidade que se representava nos encanamentos de gás para os novos globos, que ficavam no alto dos postes e que irradiavam luz, era o símbolo da autoconfiança que a cidade devia respirar.

Em 1851, foi inaugurada a iluminação em Richmond, e o Dr. William P. Palmer, diretor da Sociedade de Colonização, insistiu na importância que esse avanço devia representar para a vida política da Virgínia perante a União (Kimball 2000:9). No Rio de Janeiro, a iluminação foi inaugurada em 1854, obra da Companhia Imperial de Gás, do negociante Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Segundo a propaganda da época, a intensidade da luz era maior que a que produziam as lâmpadas de Londres (Rocha 2007:47). Tal comparação estava carregada de simbolismo político e social, pois a cidade do Rio de Janeiro (o Município Neutro da Corte) era a primeira urbe brasileira a ter esse serviço, o que corroborava o projeto imperial de civilização e progresso numa sociedade escravista.

Essa autoconfiança política das referidas cidades, aos olhos de seus conterrâneos, estava na base econômica que crescia no começo dos anos cinquenta do Oitocentos, que deixava para trás a crise do final dos anos quarenta e que prometia um futuro de riqueza e estabilidade política. Por exemplo, o *Richmond Enquirer* publicava a quantidade de dinheiro que o sul produzia para o país[1] e, no Rio de Janeiro, o *Jornal do Commercio* publicava os dados do *monumental* incremento dos negócios e a importância do porto no

1 Em 30 de setembro e 5 de outubro de 1856 o *Richmond Enquirer* publicou as duas partes de um artigo titulado: *"If the union be dissolved can the south maintain herself"* em que apareciam as *contas* do que o Sul produzia e se comparavam com o Norte. Um exercício semelhante também foi feito pelo senhor T. H. Averett na Câmera de Representantes do Estado da Virgínia, em Richmond, em 27 de março de 1850 e que foi transcrito pelo jornal em 28 de maio deste mesmo ano.

Atlântico Sul.[2]

Esses crescimentos impulsionaram grandes atividades econômicas, e foi nesses anos do começo da década que apareceram grandes bancos no Rio de Janeiro[3]. Por exemplo, em 1851 se publicaram os estatutos do Banco do Comércio e da Indústria do Brasil, o qual acabou se tornando o terceiro Banco do Brasil. Em 1853, organizou-se o quarto Banco do Brasil[4], fruto da fusão do terceiro Banco do Brasil com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, e, em 1854, foram criados o Banco Rural Hypotecário do Rio de Janeiro e a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia (Guimarães 1997), além de um enorme número de casas bancárias (Levy e Andrade de 1994)[5]. Em Richmond, além dos cinco bancos que existiam em 1850, apareceram mais 13 até 1856, de tal forma que ficaram 18 instituições bancárias adicionais às casas e estabelecimentos de poupanças.

Mas não foi só do lado dos ricos e dos grandes negócios que a autoconfiança fincou. O início da segunda metade do século XIX almejava sonhos para muitos mais além deles. Por exemplo, na capital brasileira o já referido *Jornal do Commercio* publicou o seguinte anuncio:

> *Uma moça de côr de bom comportamento, desseja encontrar uma sala ou quarto independente, na casa de uma familia pobre, porém honesta, levando em sua companhia uma cria de mezes e alguns trastes, pagando o que se convencionar, tanto pelo quarto como pelo sustento ... se prefere nas ruas do Principe, Princeza, Formosa ou S. Diogo.*[6]

Este anúncio era uma clara manifestação de confiança em si mesma que fazia essa *moça de cor*. No mesmo sentido, alguns meses antes, uma outra *moça de cor*, mas sem filhos, também publicou seu desejo de alugar um quarto e que se lhe fornecesse comida. Por esses dois serviços, ela estava disposta a pagar

2 Por exemplo, em 29 de setembro de 1856, se publicava no *Jornal do Commercio* a lista com os valores negociados entre o Rio de Janeiro e os maiores portos do mundo e se fazia questão de mencionar que o primeiro deles era Liverpool, que teve um intercâmbio com o porto carioca por um montante de 15.073:858$076 no ano fiscal de 1854-55 e que no ano de 1855-56 esse valor foi para 15.980:011$113.

3 Não negamos a criação de bancos antes desse período, pois o Banco Comercial do Rio de Janeiro foi criado em 1838, assim como outros bancos nas demais províncias. Entretanto, em termos de quantidade e tamanho do capital das instituições bancárias, a década de 1850 foi bem superior às anteriores (Levy e Andrade de 1994).

4 No entendimento de Tiago Gambi (2011)

5 A diferença principal entre a casa bancária e o banco era a forma de organização. A casa bancária era organizada sob a forma de uma sociedade comercial, enquanto que os bancos eram sociedades anônimas (Guimarães 1997).

6 *Jornal do Commercio*, 1/12/1856

entre 20 mil-réis e 30 mil-réis por mês[7]. Esse valor não era pouca coisa, pois, na média, o jornal mensal escravo nesse ano era de 20$800 réis (Mello 1992).

A *moça de cor* tinha a confiança de que poderia pagar por mês uma quantia maior da que recebia um cativo pelo seu trabalho. Contudo, não era isso o mais importante que esses anúncios informavam, e sim que as moças queriam ser servidas e pagariam pela comida que outros lhes forneceriam. Esse tipo de anúncios não foram comuns no *Jornal do Commercio*.

Também não foi comum a história de Mary Lumpkin em Richmond, mas também refletiu uma nova realidade do início da década de 1850. Ela era uma negra forra que se casou com seu antigo senhor, o Robert Lumpkin. Ele era um traficante de escravos que comerciou na cidade desde meados dos anos quarenta do século XIX e se manteve no negócio até abril de 1865, quando as forças da União na Guerra Civil ocuparam a capital dos confederados e o obrigaram a deixar sua atividade. O barracão em que Robert Lumpkin estocava suas mercadorias humanas ficava na Wall St. (extensão da rua 15$^{th}$) entre Broad e Franklin, no centro; era um dos mais famosos da cidade, conhecido como o *Lumpkin´s Alley*. Para esse lugar teve que voltar o Anthony Burns, um escravo que conseguiu escapar da Virgínia em 1854, mas que foi capturado em Boston e, sob a lei de Escravos Fugitivos, foi retornado para Richmond à *Lumpkin´s Alley* (Laird 2006).

Essa captura e deportação criaram uma enorme polêmica, pois os abolicionistas do Norte se mobilizaram e Antonhy Burns, que sabia escrever, manteve comunicação com seus amigos de Boston que finalmente juntaram o dinheiro para comprar sua liberdade em 1856. No meio dessa história estava Mary Lumpkin, alforriada e casada com o rico traficante de escravos que lutava para manter para si e sua família o valor de seu patrimônio, que finalmente foi para ela como herança em 1867 quando seu marido morreu. Mas, ao mesmo tempo, a crônica de Burns a apresenta como de um "espírito amigável" e, embora não mencione que ela o ajudou, também é certo que não aparece na narração ao lado dos personagens malvados do barracão (Stevens 1999).

Para entender a complexidade de Mary Lumpkin e por que não pôde ser reduzida de forma simples a uma pró-escravista ou a uma defensora dos cativos, é importante comentar o que ela fez com o *Lumpkin*

7 *Jornal do Commercio*, 29/07/1856

*´s Alley* quando seu marido morreu e sobrou para ela a decisão do que fazer com o lugar em que tantos escravos tinham sido comprados e vendidos.

A senhora Lumpkin fez questão de vender essa propriedade para Charles H. Corey por US$3.000 que foram pagos em três prestações de US$1.000 anuais. Até aqui, um negócio com grandes números. Mas Corey não era qualquer um, ele era um reverendo batista que comprou a propriedade para estabelecer uma escola para negros libertos após a Guerra Civil. Portanto, não era uma simples transação de compra-venda, e a transformação do *Devil´s Half Acre* em *God´s Half Acre*, como Corey gostava de falar da propriedade (Williams 2009), era muito mais que um negócio, embora, também fosse isso: um negócio.

Na década de 1850 Mary Lumpkins tinha transformado sua realidade de escrava na de senhora de rico traficante de escravos e, nesses mesmos anos, aquelas moças de cor cariocas publicavam seus anúncios e ofereciam pagar relativamente altos montantes pelo quarto que alugariam e a comida que receberiam. Essa virada para negras livres em Richmond e no Rio de Janeiro se fez nos momentos em que a economia como um todo crescia. Como veremos, neste capítulo, essa simultaneidade não era por acaso.

Uma explicação para esse crescimento econômico no porto carioca foi dada pela Comissão de Inquérito do Ministério da Fazenda no relatório publicado em 1859 sobre a crise de 1857 e de lá para cá, mais ou menos a historiografia acredita nela (Lobo 1978) (Fragoso 1998) (Motta 2008)(Grinberg 2011). A explicação era a seguinte:

> *A extraordinaria abundancia de capitaes que ficarão sem emprego de 1851 para 1852, em consequencia da cessação do trafico de escravos, a qual deslocou 15 a 20.000 contos. Esta superabundacia produzio taes facilidades que, qualquer firma obtinha dinheiro a 5 e 6%. O Thesouro e os Bancos receberam sommas avultadas a 3%; resultado ficarem pejados os cofres destes, e sujeitarem-se (os Bancos levianamente) a fazerem descontos por grandes quantias a algumas casas a 4 e 4½ % a prazos de 6 a 12 mezes*[8].

Segundo esta explicação, o fim do tráfico atlântico de escravos gerou uma *extraordinária abundancia de capital* que teve que procurar outros destinos, o que por sua vez impulsionou toda a atividade econômica ao se modificar as taxas de investimentos. Ao mesmo tempo, já que a importação de

8 *Relatório da Comissão de Inquérito Nomeada por Aviso do Ministério da Fazenda de 10 de Outubro de 1859*. Pág. 104. Causas de crise de 1853. Item No. 1

africanos foi proibida, os custos dos escravos subiram atingindo preços quase inacreditáveis.

Em 1849, no Rio de Janeiro, um escravo homem, na idade de maior produtividade custava na média 338$800 réis e, em 1850, custava um valor semelhante a 320$000 réis. Mas, desde este ano começa a crescer: em 1851, seu valor médio era de 448$600 réis, em 1852, de 694$000, em 1853, de 806$500 e assim até chegar aos 874$400 em 1856 (Mello 1992)[9]. Nesses sete anos antes da crise de 1857, os escravos cariocas mais custosos multiplicaram seu preço por 2,58.

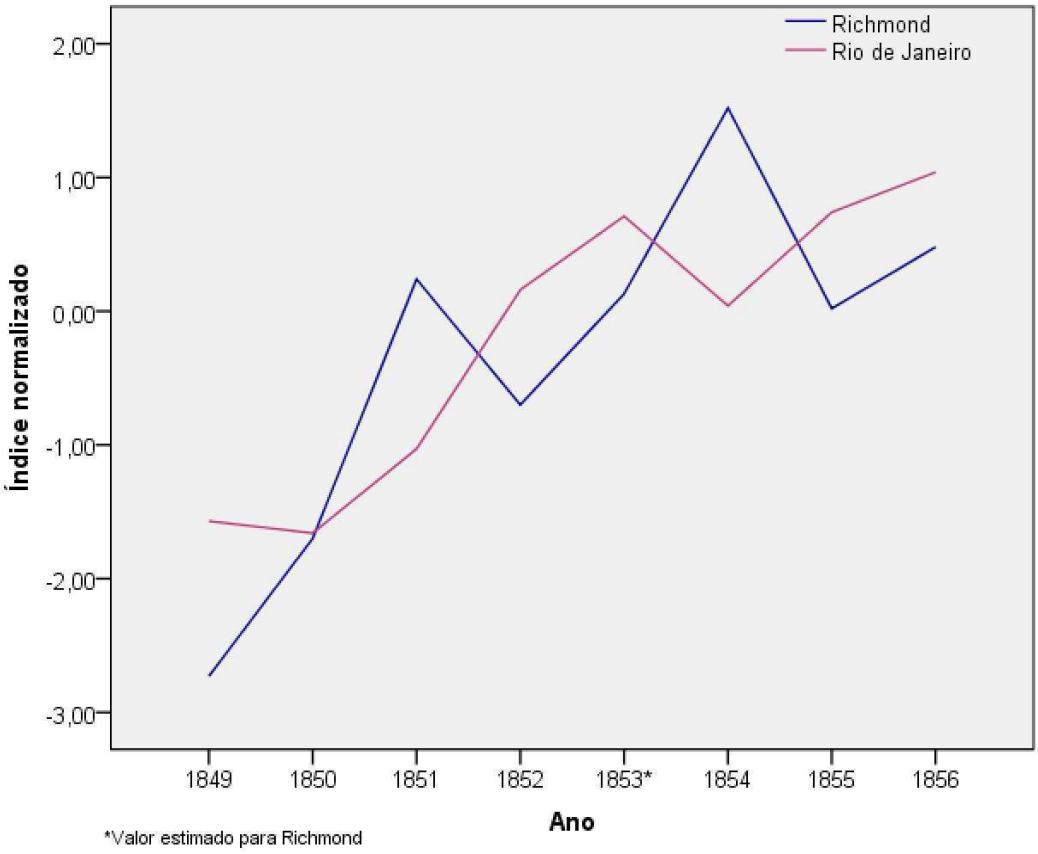



**Gráfico 4.1: Preço dos escravos. Rio de Janeiro e Richmond 1849-1856**

Fonte: Rio de Janeiro (Mello, 1992). Richmond: Livros de contas de Goodwin & Templeman; Turpin, Rufus & Co; Rd. Barton, Hallax, Bolling & Co. Ver a nota número lxx do anexo deste capítulo.

O interessante foi que, nesse mesmo período, em Richmond, os preços dos cativos[i] também se multiplicaram e passaram de custar, em média, US$630 em 1849 para chegar aos US$1.003,75 em 1856[10].

9 Após esse ano o preço continuara aumentando, mas isso será discutido no próximo capítulo

10 A série de preços foi tomada diretamente dos documentos dos seguintes comerciantes em Richmond: Goodwin & Templeman; Turpin, Rufus & Co; Rd. Barton, Hallax, Bolling & Co.. As contas de Goodwin & Templeman e Turpin, Rufus & Co estão disponíveis na Biblioteca da Universidade da Virgínia. Na seção de *Special Collections*. Charlottesville. As contas de Rd. Barton, Hallaz, Bolling & Co estão disponíveis na Virginia Historical Society. Richmond. No total, a amostragem tem 207 cativos vendidos entre 1849 e 1856.

Esta multiplicação foi menor que aquela que experimentou a capital brasileira, pois seu fator de expansão foi de 1,59. Mas, o fato de que os dois movimentos de incremento fossem simultâneos pode ter sido mais que uma coincidência[ii].

O gráfico 4.1 apresenta o comportamento dos preços normalizados nas duas cidades e ficou claro que a tendência foi semelhante. Mas tal tendência não foi tão só em Richmond e no Rio de Janeiro, pois os preços aumentaram na década de 1850 em Cuba ou New Orleans (Bergad 2007:158) e também em vários outros lugares do Brasil, como em Minas Gerais (Nogueról 2003:115).

Essa simultaneidade sugere que na explicação tem que ser incorporado um contexto muito maior que vai além do fechamento do tráfico atlântico de africanos para o Rio de Janeiro. Esse contexto era o crescimento nos preços internacionais das mercadorias produzidas nas Américas. No conjunto, o índice de preços delas, entre 1850 e 1857, cresceu em torno de um 50% e, antes da crise desse último ano, chegou ao máximo de todo o século XIX. Em realidade, o índice real só voltaria ao patamar da pré-crise de 1857 no começo da década de 1900 e, mesmo assim, o valor real internacional dessas mercadorias na metade do século XIX foi maior que o registrado em toda a segunda metade do século XX (Ocampo e Parra-Lancourt 2010:17). É evidente que, para cada lugar, existiram fatores específicos que participaram na explicação dos incrementos dos preços das mercadorias e dos escravos. Mas a forte e decisiva influência do mercado e do contexto internacional não pode ser esquecida (Tomich 2004)(Marquese e Parrón 2011).

Em Richmond, todas as variedades de fumo aumentaram de preço de 1850 para 1856 em todas as estações do ano. Por exemplo, o fumo tipo *lugs,* que no final de 1850 superava US$5 (Gráfico 3.2), em dezembro de 1856, custava, em média, US9,06. Essa era a variedade mais barata e na qual era mais simples verificar esse incremento, mas do outro lado do espectro, nos *manufacturing*, que eram os que em boa parte do ano eram os mais caros, esse aumento também foi expressivo. O máximo de 1850 foi atingido em novembro, chegando próximo dos US$17,50 (Gráfico 3.2) mas, em 1856, o máximo aconteceu em julho e agosto com US$20,50. Depois de chegar ao ápice, os preços desse tipo de fumo se reduziarm rapidamente: em dezembro de 1850, já tinham voltado ao patamar dos US$10 com que tinham começado no mesmo ano e, em 1856, também no último mês do ano estavam no mínimo anual. Contudo, esse mínimo era de US$12,50, maior que aquele que tinha seis anos antes. O gráfico 4.2 destaca o

movimento dos preços das variedades de fumo em Richmond em 1856 e que podem ser comparados com o gráfico 3.2 do capítulo anterior para se constatar esses incrementos.

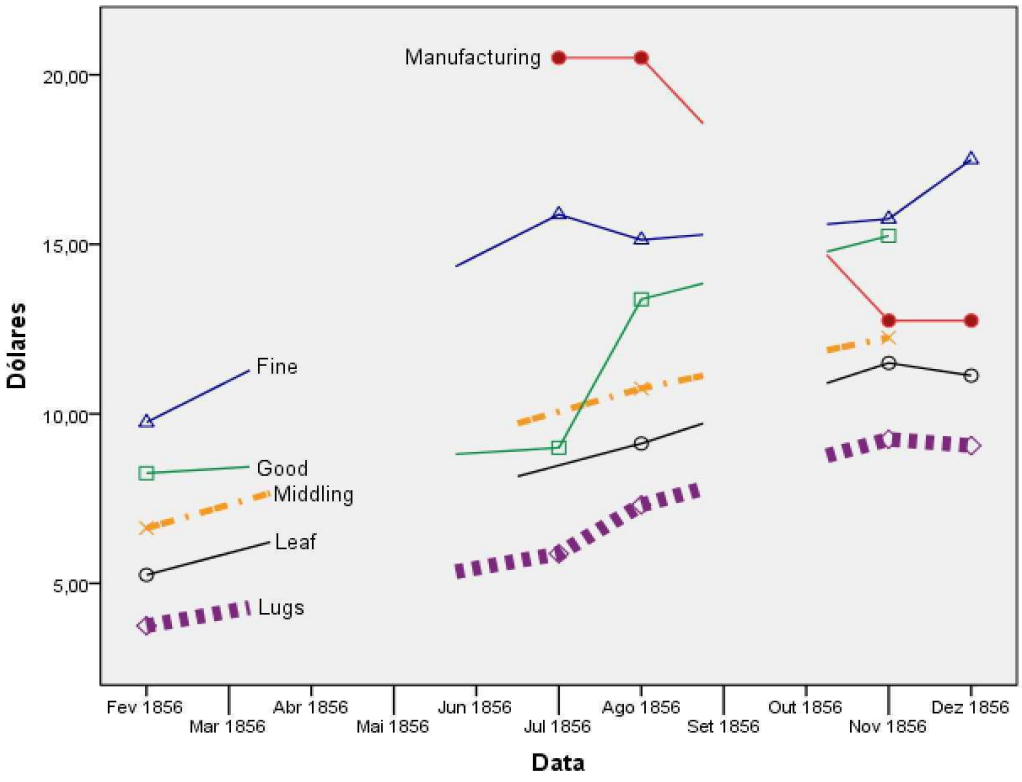



**Gráfico 4.2: Preços das variedades de fumo em Richmond, 1856**

Fonte: *Richmond Enquirer*

No Rio de Janeiro, a expansão do comércio internacional no período 1850-1856 também foi forte se comparada à década anterior. No gráfico 4.3, temos os valores arrecadados pela alfândega e, para simplificar a leitura e se perceber os aumentos dos valores do período analisado, informamos também os dados de 1840 e 1845 para serem comparados com os do começo da década de 1850.

Em 1840, a arrecadação da alfândega da capital brasileira gerou um valor próximo de 7.000 contos de réis, em 1845 foi próximo de 8.000 contos de réis. Mas, no ano fiscal de 1850/51, a arrecadação foi superior a 10.000 contos de réis e, no ano de 1851/52, foi de mais de 14.000 contos de réis. Após esse ano, ela se reduziu, mas se manteve acima dos 12.500 contos de réis até o ano fiscal de 1855/56. Desse modo, constatamos que, na primeira parte da década de 1850, os valores da arrecadação foram de 78% e 56% maiores do que dos 10 anos antes.

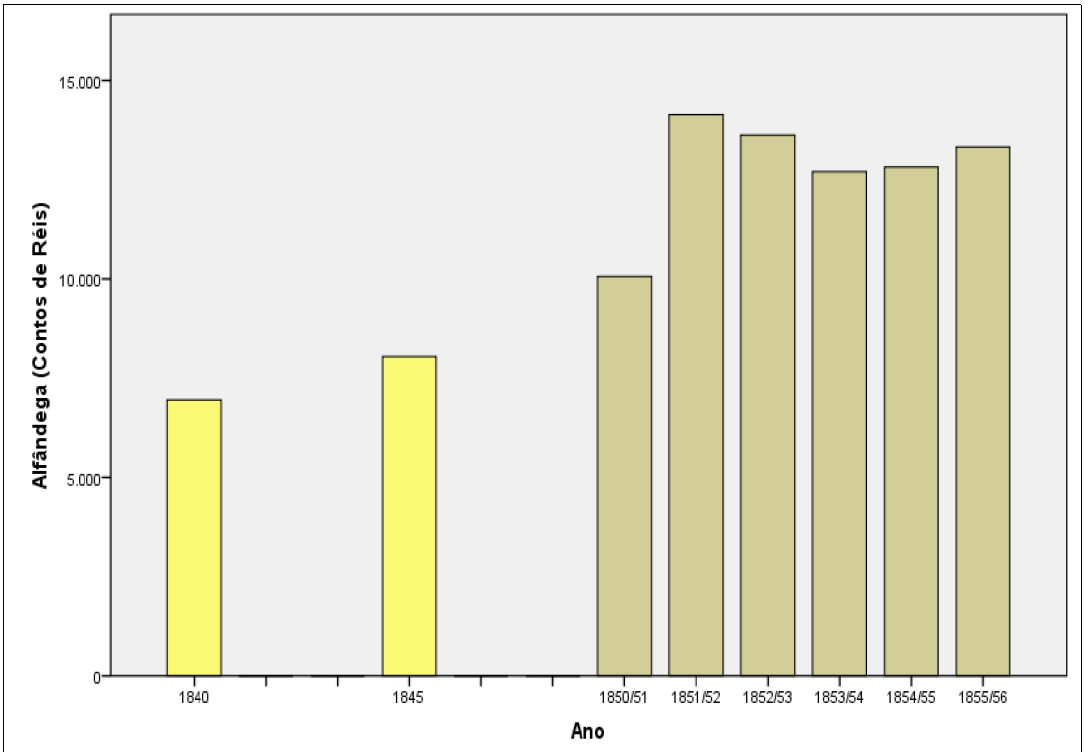



**Gráfico 4.3: Alfândega do Rio de Janeiro. 1840, 1845, 1850-1856**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Importante ressaltar que, tanto na Virgínia quanto no Rio de Janeiro, uma parte importante da explicação do crescimento econômico, entre 1850 e 1856, estava relacionada com os incrementos no comércio internacional e no qual as duas economias estavam vinculadas como fornecedoras de mercadorias complementárias no mercado mundial: café, açúcar, fumo e farinha de trigo. Não obstante, não afirmamos que existia um tipo de *dependência* para com esse mercado, sinalizamos a sua importância para a compreensão dos ritmos internos e para não se sobre-estimar as causas endógenas, como por exemplo, o fim do tráfico atlântico de escravos para o porto carioca.

Em virtude do crescimento dos preços das mercadorias oferecidas pelo Rio de Janeiro e pela Virgínia no contexto internacional, os produtores procuravam manter o abastecimento da força de trabalho, embora cada vez fosse mais custoso pagar por esse trabalho, tanto no porto sul-americano quanto no norte-americano. Mas a renda gerada pela produção compensava esses incrementos, ou pelo menos foi assim durante esses seis anos de 1850 a 1856.

Esse incremento de preços do trabalho trouxe consigo uma consequência para as duas cidades: o aumento no mercado laboral da participação das agências de intermediação de trabalhadores, as chamadas

*casas de comissão*. Como destacamos nos capítulos anteriores, em Richmond, esses negócios eram fundamentais para entender a dinâmica de contratação de trabalhadores (livres ou cativos) e da compra-venda de escravos. Mas, entre 1850 e 1856, essas casas se fortaleceram ainda mais, e isso se expressou na concentração geográfica da oferta de trabalhadores.

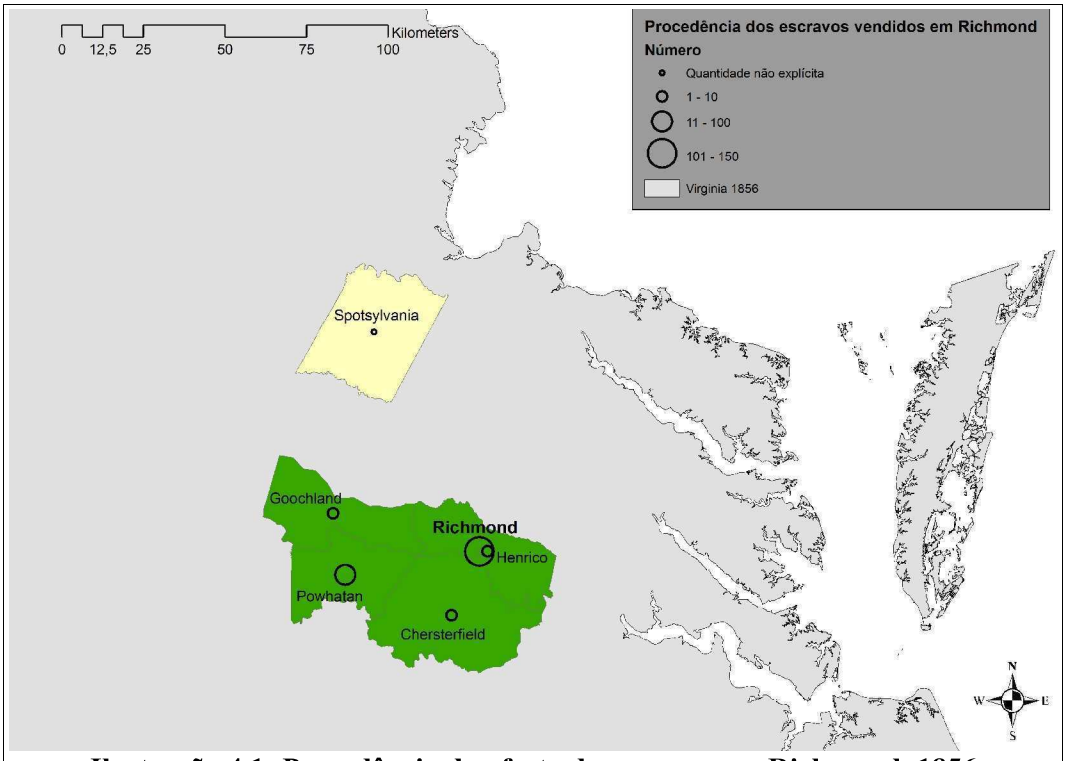



**Ilustração 4.1: Procedência da oferta de escravos em Richmond, 1856**

Fonte. Dados: *Richmond Enquirer.* Imagem: *National Historical Geographic. Information System*

Nos capítulos anteriores observamos que a área de abastecimento de escravos para Richmond incluía grande parte do Estado da Virgínia e, nas ilustrações 2.4 e 3.3, apareciam condados a mais de 100 quilômetros de distância da capital. A partir da década de 1850, e consoante o mapa da ilustração 4.1, quatro dos cinco condados que ofereciam escravos eram vizinhos da cidade e ficavam a menos de 50 quilômetros. Também devemos reparar que, enquanto os maiores círculos que representavam a quantidade de cativos oferecidos nos mapas 2.4 e 3.3 ficavam em lugares distantes, em contraste, no mapa 4.1, o círculo maior estava na mesma Richmond, ou seja, a oferta estava nas próprias ruas da urbe. É claro que isso não significa que, necessariamente, os escravos eram richmonianos no sentido de terem nascido ou serem moradores da cidade. Mas sim que as agências que intermediavam na venda deles passaram a concentrar os negócios e, portanto, era possível, para aqueles que procuravam trabalhadores, poder achá-los nas casas de comissão que ficavam nas mesmas ruas de Richmond[iii].

Situação semelhante aconteceu no Rio de Janeiro no mesmo período. Como enfatizamos nos capítulos anteriores, na capital brasileira, as casas de comissão tinham um papel importante no mercado de trabalho, mas elas não controlavam a maioria das operações, como o que acontecia na capital virginiana. Contudo, em 1856, elas se fortaleceram e conseguiram uma parcela maior do mercado[iv] e isso, como na Virgínia, teve uma expressão geográfica.

O mapa da ilustração 4.2 destaca com clareza essa concentração e as maiores densidades (calculadas como kernel de rádio 200 mts e cell: 5[v]) ficaram nos lugares onde se encontravam as casas de comissão: o Largo de São Francisco, Rua do Ouvidor, Rua da Direita e da Candelária. Sobre essas áreas se expandem as outras concentrações de menores densidades.

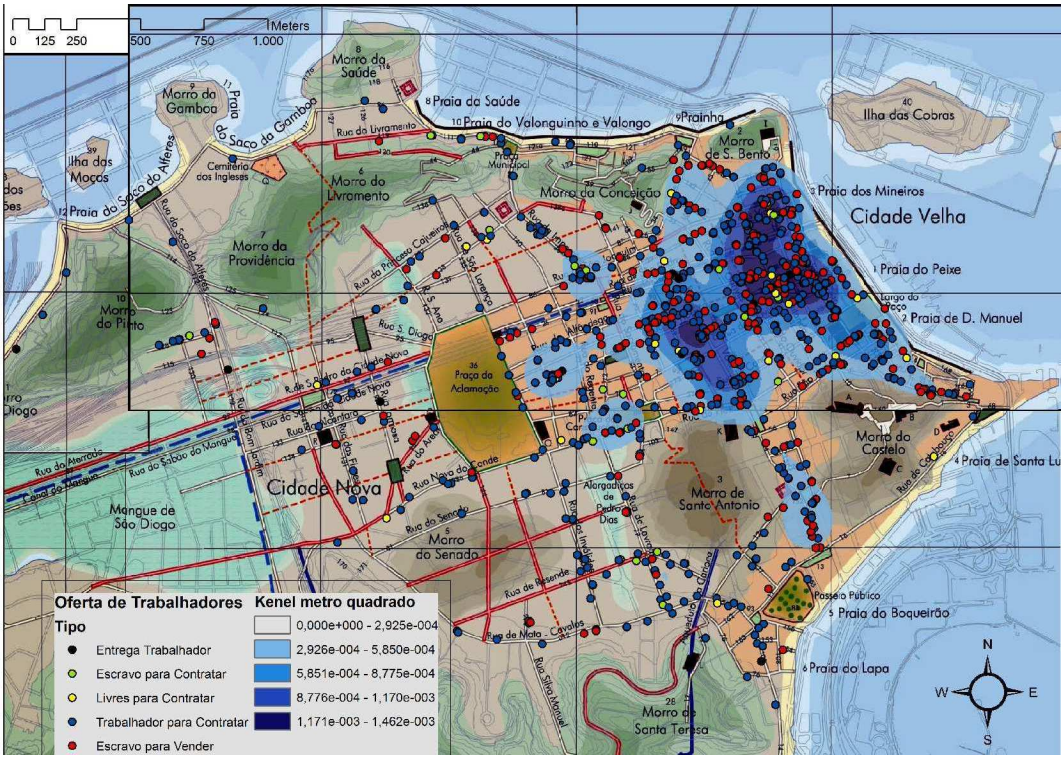



**Ilustração 4.2: Localização da oferta de trabalho no Rio de Janeiro, 1856**

Fonte. Dados: *Jornal do Commercio.* Imagem: Atlas Andreatta (2008)

Por fora das áreas que tiveram algum valor para a densidade, a maioria dos pontos representou trabalhadores que pretendiam ser contratados. Em contraste, nas áreas de maiores densidades, as duas mais escuras, apareceram mais pontos que representaram a oferta de escravos para a venda, isto é, as agências de intermediação concentraram ainda mais esse tipo de negócios, enquanto, por fora delas, ficaram os trabalhadores que foram oferecidos para serem contratados. Nesses últimos, ou seja, nas

operações que envolveram aluguel de trabalho, não significou que os intermediários deixaram de participar de tais operações, e, sim, que eles aumentaram mais sua participação nas vendas de cativos.

O interessante foi que esse processo de concentração geográfica em algumas ruas do Rio de Janeiro ocorreu nos anos após o fechamento do tráfico atlântico. Em termos espaciais isso é uma completa metáfora, pois o circuíto do abastecimento de almas que era do Atlântico se fechou e passou a ser de umas quantas ruas. E, no mesmo sentido, assistimos a uma semelhança entre a Virgínia e o Rio de Janeiro, pois, nos dois lugares, a área de abastecimento ficou menor, muito menor, mas ao mesmo tempo os intermediários aumentaram sua participação. Assim, no caso de Richmond tivemos uma oferta que estava espalhada pelo Estado e que passou a se concentrar numas ruas; e no caso do Rio de Janeiro, uma oferta que tinha uma abrangência oceânica passou a se aglomerar em alguns quarterões.

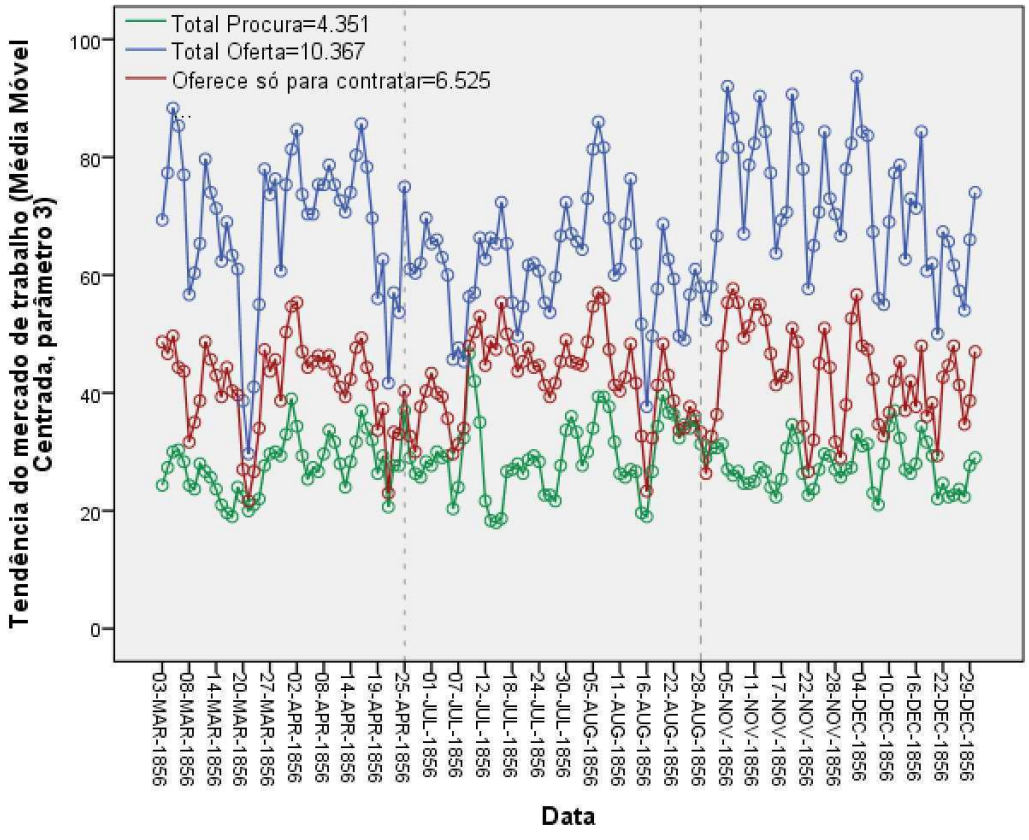



**Gráfico 4.4: Tendências do mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 1856**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Não obstante, não era somente a redução do espaço físico em que essa oferta se encontrava, era também, e de forma simultânea a essa diminuição, o aumento no número de trabalhadores[vi]. No Rio de Janeiro, a nossa amostragem, em 1840, tinha 2.403 anúncios, em 1846, eram 4.839 (Gráfico 2.2), em

1850, já chegavam aos 6.365 (Gráfico 3.4) e, em 1856, ela pulou para os 10.367 anúncios publicados (Gráfico 4.4). Assim, somente entre 1850 e 1856, a oferta de trabalhadores se multiplicou por 1,62. Se comparados com o início do nosso período, em 1840, a multiplicação foi por 4,31 em 16 anos, o que demonstrou o claro dinamismo da economia carioca na metade do século XIX.

Do lado da procura, essa expansão foi ainda maior, pois, em 1840, o total desse tipo de anúncios foi de 776; em 1846, se manteve mais ou menos estável em 869 (Gráfico 2.2); em 1850, cresceu para 1.403 (Gráfico 3.4), o que era um incremento importante, mas, em 1856, chegou a 4.351. Portanto, entre 1850 e 1856 a procura se multiplicou por 3,10, ou seja, duas vezes o que foi para a oferta; e entre 1840 e 1856 foi de 5,60, de novo superando amplamente o que acontecia no lado da oferta.

Em virtude do ritmo de crescimento, a procura por trabalhadores, no Rio de Janeiro, era muito maior que o ritmo da oferta, então, boa parte do aumento nos preços ficou explicado e, de novo, o papel do fechamento do tráfico atlântico de cativos não pode ser sobre-estimado. O crescimento da oferta entre 1850 e 1856 foi muito forte, mas o incremento na procura foi ainda maior, sobretudo porque ela se aqueceu em comparação à década de 1840, isto é, a taxa de maior expansão na demanda por trabalhadores ocorreu no período 1850-1856 e não no período 1840-1850. Portanto, os preços do trabalho (comprado ou alugado) tenderam a crescer mais após 1850 que antes desse ano.

A parte da oferta de trabalho que ficava por conta daqueles trabalhadores que pretendiam ser contratados se tinha expandido de 1840 para 1846 e, deste ano para 1850, de tal forma que a curva vermelha dos gráficos em cada um desses anos ficou mais encostada na curva azul (Gráficos 2.2 e 3.4). Porém, esse processo de encostamento não continuou no gráfico 4.4, e a linha que representa o trabalho só para contratar manteve sua distância com a linha que representa o total da oferta de trabalhadores. Em outras palavras, proporcionalmente, a faixa de distância entre as duas séries se manteve constante de 1850 para 1856, sendo basicamente composta pela venda de cativos.

Logo, ao combinar a informação do mapa 4.2 com o gráfico 4.4, ficou claro que as agências que se concentraram numas poucas ruas da cidade, aumentaram a quantidade de cativos fornecidos de tal forma que conseguiram manter a participação desse tipo de trabalho no total da oferta num contexto em que esta oferta se expandia rapidamente. De uma forma quase inacreditável, enquanto a oferta de trabalho se

multiplicava por 1,62 entre 1850 e 1856, ao mesmo tempo, a porção dela, que só era feita por trabalhadores que se forneciam para ser alugados, se manteve constante em termos relativos, pois, em 1850 foi o 64% e, em 1856, 63%.

Como resultado, a porcentagem de escravos para vender também manteve sua parcela no mercado. Deve ser lembrado que estamos falando dos anos seguintes ao fim do tráfico atlântico de escravos. Repitamos mais uma vez: não era que os cativos para vender fossem escassos no porto carioca após 1850, pois o número deles cresceu até o ponto de manter sua participação num mercado em expansão. Os preços para compra de cativos cresceram porque a procura aumentou de forma muito maior que a oferta, o que não é o mesmo que falar que a oferta se estagnou ou diminuiu.

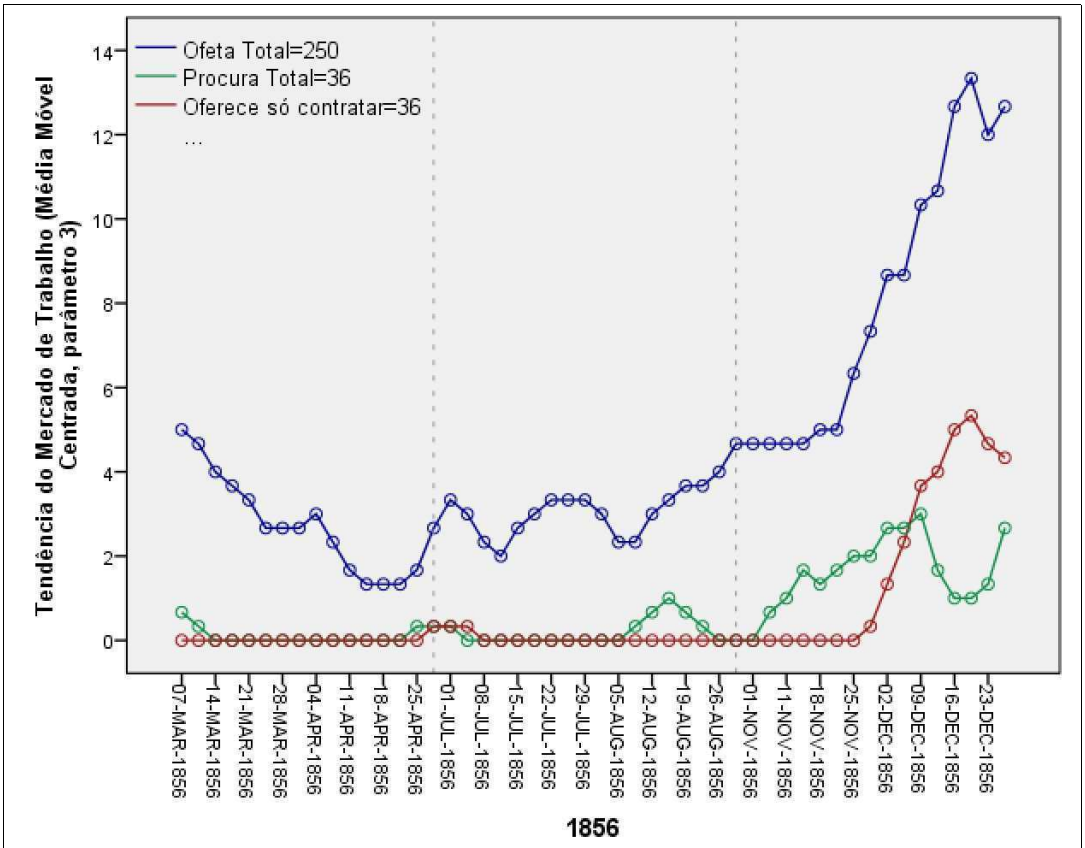



**Gráfico 4.5: Anúncios do mercado de trabalho. Richmond, 1856**

Fonte: *Richmond Enquirer*

Em Richmond, a oferta de trabalhadores também aumentou[vii]: em 1840, no jornal que consultamos, se publicaram 86 anúncios, em 1846, foram 113 (Gráfico 2.1), em 1850, chegou a 158 (Gráfico 3.3) e, em 1856, já eram 250 (Gráfico 4.5). Lembremos que, diferentemente do publicado no Rio de Janeiro, cada anúncio no *Richmond Enquirer,* geralmente, fornecia muito mais trabalhadores, pois no *Jornal do*

*Commercio* o comum era um anúncio por cada trabalhador. Mas, olhando só para o número de classificados no jornal, a taxa de crescimento da oferta de trabalho em Richmond, na primeira parte da década de 1850 foi semelhante à carioca, pois, entre 1850 e 1856, ela se multiplicou por 1,58 (no Rio de Janeiro foi de 1,62). Já no período como um todo foram diferentes, pois no porto sul-americano foi de 4,31 e no norte-americano de 2,90. Isso não quer dizer que a taxa richmoniana fosse pouca coisa, a carioca é que foi muito forte.

Do lado da procura, na capital da Virgínia, as coisas foram diferentes. No gráfico 3.3 do capítulo anterior, vimos que a tendência de anúncios dos que buscavam trabalhadores no final de 1850 tinha encostado na quantidade dos que os forneciam. Porém, isso não voltou a acontecer em 1856, e o gráfico 4.5 permite ver que a procura ficou longe da oferta, tal e qual tinha acontecido em 1840 e 1846. Isso explica, em parte, por que o crescimento dos preços dos cativos, em Richmond, não era tão forte quanto no Rio de Janeiro, pois a procura foi menos dinâmica.

Nesse sentido, os gráficos de tendências de trabalho, em Richmond, em 1850 e 1856 são diferentes entre si, pois a procura nesse segundo ano não cresceu nas últimas semanas de dezembro. Mas, ao mesmo tempo, os dois gráficos são semelhantes no movimento sazonal, já que a oferta teve uma queda no segundo trimestre, depois ficou no menor patamar no quarto, e voltou a crescer no sexto bimestre. Esse comportamento também incluiu a oferta de trabalho unicamente para contratar, representada pela linha vermelha que segue uma trajetória paralela à linha azul nos dois anos.

A faixa entre essas duas séries (oferta total e oferta só para contratar) se manteve constante ao longo de 1856, e, no agregado do ano, os anúncios dos trabalhadores que pretendiam ser alugados representaram 14,4% do total. Em 1850, essa porcentagem foi de 19,6% (Gráfico 3.3). Em outras palavras, a faixa da oferta composta por cativos que se vendiam, se manteve constante com tendência a se incrementar, pois estava próxima dos 80% e passou para uma porcentagem perto do 85%. Como já comentamos, isso foi exatamente o que aconteceu no Rio de Janeiro nesses mesmos anos do começo da década de 1850, quando, embora as porcentagens fossem diferentes nas duas cidades, foram iguais na tendência de manter inalterada a participação da venda de escravos.

Tanto na capital da Virgínia quanto na capital do Brasil, a venda de cativos continuava firme nos

primeiros anos da segunda metade do século XIX e conseguia manter sua participação numa oferta total que se incrementava. Apesar das duas realidades serem diferentes, o escravismo nas duas era forte e a expansão econômica não atentava contra ele. O escravismo não estava ameaçado pelo crescimento econômico ou pelos incrementos no mercado de trabalho (Fogel e Engerman 1989) (Monasterio 2003), e a redução do circuito geográfico que abastecia as cidades com cativos foi acompanhada pelo aumento desse tipo de oferta. Em consequência, a concentração geográfica dos mapas 4.1 e 4.2 se deu simultaneamente com os incrementos das séries dos gráficos 4.4 e 4.5.

Em menos espaço, se ofereciam mais cativos e isso foi possível pelo incremento nos preços deles que foi puxado pelo aumento na procura de trabalhadores; esta, por sua vez, foi gerada pelos aumentos no total da produção que provinha do trabalho escravo e que se comercializava no mercado internacional.

## 4.2 Trabalhar não só para viver, mas também para acumular

Na seção anterior, verificamos que a parte da oferta no mercado de trabalho, composta pela venda de cativos conseguiu manter sua participação. Mas essa não era uma tarefa fácil para os comerciantes de escravos, pois a outra grande parte da oferta mantinha um dinamismo muito forte, e a quantidade de indivíduos (livres e escravos) que se ofereciam para ser contratados cresceu.

No Rio de Janeiro, em 1850, nos 10% dos anúncios coletados no *Jornal do Commercio* foram oferecidos 192 cativos para venda e 363 trabalhadores para contratar[11]; em contraste, em 1856, foram 417 escravos para a venda e 665 indivíduos que pretendiam ser alugados. Além deles, 44 trabalhadores explícitamente livres e 51 escravos queriam ser contratados, e para 13 trabalhadores não ficou claro qual era o tipo de negócio que procuravam nem a condição jurídica deles (escravos ou livres)[viii]. Como se pode ver, o crescimento na oferta de escravos para venda foi muito grande, mas a quantidade de trabalhadores que se ofereciam para trabalhar por contratos era ainda maior.

Esse tipo de oferta formada por indivíduos que forneciam força de trabalho para ser alugada foi majoritária durante todo o ano de 1856 (Gráfico 4.6). Tal constatação foi diferente do que aconteceu em 1840, quando, na maioria dos meses, a amostra apresentou maiores quantidades de escravos para vender.

11 Ver nota número xlv do anexo do capítulo 3

Em 1846, os dois tipos de oferta (alugar e vender) se dividiram de forma proporcional no mercado (Gráfico 2.3). Em 1850, a parte composta pelos que buscavam contratos já era dominante e foi ampliando esse domínio enquanto os meses transcorriam. Assim, o mercado de trabalho carioca se transformou, nesse período, de um cenário de maior compra-venda de cativos para um de maior contrato de trabalhadores. Porém, se deve insistir que essa transição não quer dizer necessariamente do trabalho escravo para o livre, pois uma parte do trabalho alugado era feito por cativos; mas, ainda mais importante, porque a venda de trabalhadores não diminuiu, o que aconteceu foi que o número dos que procuravam contratos aumentou.

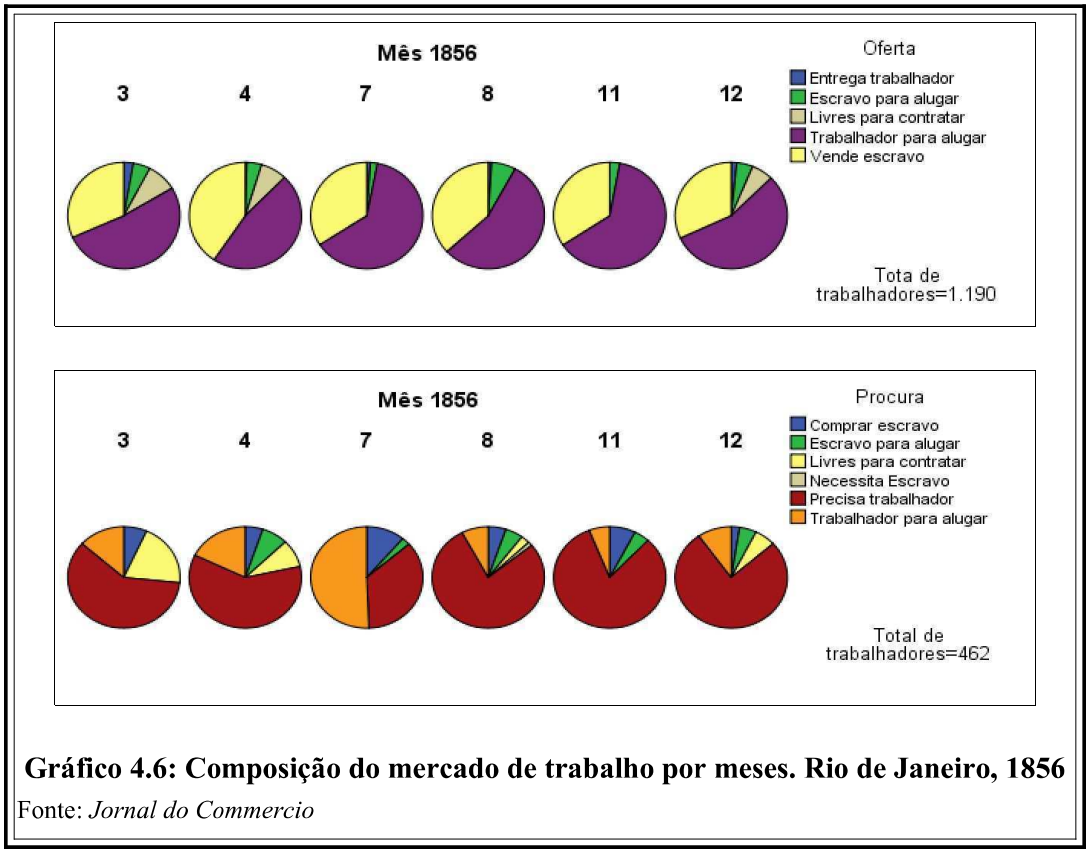



**Gráfico 4.6: Composição do mercado de trabalho por meses. Rio de Janeiro, 1856**

Fonte: *Jornal do Commercio*

O gráfico 4.6 apresenta o comportamento mensal dos tipos de oferta e de procura para os meses da nossa amostragem. Para a procura, o interessante foi que a faixa que representava aqueles que precisavam de um trabalhador, sem se importar se era livre ou cativo e, sem especificar se era para comprar ou para alugar, foi absolutamente majoritária na segunda metade do ano. Em agosto, representou 78%, em novembro 82% e, em dezembro, 77%. Nos anos anteriores, ela sempre foi dominante, mas não conseguia manter essa hegemonia absoluta por vários meses. Por exemplo, em 1846, em março e julho, ela teve patamares tão altos quantos os do final de 1856, mas, em abril daquele ano, a quantidade de compradores

que desejavam escravos quebrou essa hegemonia. Isso não aconteceu em 1856 quando a porcentagem dos que desejavam unicamente comprar cativos estava num dos menores níveis de todo o período.

O outro tipo de procura de trabalhadores que teve alguma visibilidade, embora fosse à sombra daqueles que precisavam de qualquer trabalhador do jeito que fosse, foi o dos que queriam alugar um indivíduo. Em julho de 1856, foram a metade do total da procura, e no bimestre março – abril foram 13% e 18% respectivamente. No entanto, em novembro e dezembro foram simplesmente 6% e 10%.

O importante para aqueles que procuravam trabalhadores em 1856 era achá-los, e não importava se eram cativos ou livres ou alugados ou comprados. Num contexto de crescimento econômico, o que interessava era ter trabalho para a produção. Mas, do outro lado da mesa, o contexto favorecia aqueles que eram procurados para trabalhar e, por isso, não só foi o preço dos escravos que aumentou na década de 1850, mas também foi o preço do trabalho alugado (Mello 1992).

O *Jornal do Commercio* registrou muitos anúncios/classificados que manifestavam o desejo de encontrar trabalhadores. Por exemplo, na Rua do Lavradio n.º 24, se vendiam empadas e, em 12 de dezembro de 1856, se procurava um menino para que acompanhasse o preto que as vendia pela rua[12]. Outro exemplo, a *mestre parteira* da Rua das Laranjeiras n.º 2, em 22 de julho de 1856, procurava *pensionistas*, sem se importar se eram brancas ou negras[13]. Por fim, em 14 desse mesmo mês, na Rua de Santa Luzia n.º 23, se precisavam *raparigas* para lavar, engomar, marcar e coser[14]. Mesmo o setor público informava pelo jornal que faria os pagamentos aos:

> *"...operários escravos* [empregados em obras públicas] ... *seus vencimentos até 15 do corrente mez, e bem assim os vencimentos atrazados aos operarios livres que deixaram de receber"*.[15]

Portanto, se procuravam meninos, raparigas, pensionistas e até operários sem importar se eram brancos ou negros, livres ou cativos para os mais diferentes tipos de trabalho. Como já comentamos, isso elevou os salários dos trabalhadores, tanto nominais quanto reais (Mello 1992). Porém, a década de 1850 foi um período inflacionário no Rio de Janeiro (Earp 1996) (Araújo e Cunha 2002) e, embora o

12 *Jornal do Commercio,* 12/12/1856
13 *Jornal do Commercio,* 22/07/1856
14 *Jornal do Commercio,* 14/17/1856
15 *Jornal do Commercio,* 25/11/1856

crescimento fosse real, ele não foi tão alto quanto os valores nominais sugerem (Graça 1992) (Souza 2007).

Por exemplo, em 1850 o saco do arroz custava menos de 6$000 réis, em 1856 a média custou 14$129 réis, ou seja mais que dobrou o seu preço em 6 anos. A carne seca que custava em média pouco mais de 2 mil-réis a arroba em 1850 teve como preço mínimo em 1856, pela mesma arroba, 3$400 réis e na média se tinha que pagar por ela 5$192. O feijão que custava em 1850 menos de 4 mil-réis por saco foi para mais de 13 mil-réis em 1856 e o mesmo aconteceu com vários outros produtos, como pode ser constatado ao comparar os gráficos 3.12 e 4.7.

No gráfico 4.7 aparece o valor médio do produto em 1856 e as barras representam dois desvios padrões da média. Como se observa, não era só que os preços aumentassem, era também que as oscilações deles fossem maiores. Por exemplo, o eixo vertical do gráfico 3.12 terminava em 10 mil-réis representando que a maior oscilações do desvio padrão, em comparação com sua média, ficava por baixo desse patamar. Em contraste, o eixo vertical do gráfico 4.7 chega aos 14 mil-réis para poder dar conta do movimento para cima das médias e dos desvios padrões dos alimentos[ix].

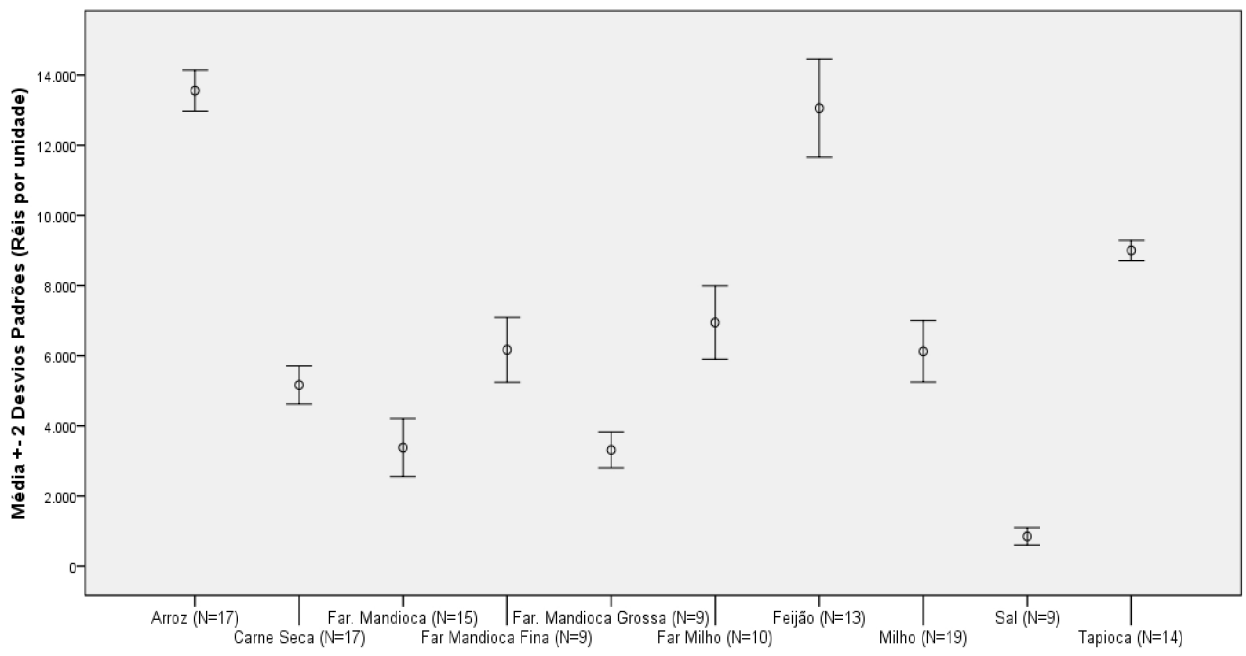



**Gráfico 4.7: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Rio de Janeiro, 1856**

*Fonte: Jornal do Commercio*

Todos os alimentos subiram de preço no período 1850-1856, ainda mais se comparados os valores

de 1840 com os de 1856. Só para se ter uma ideia, podemos citar as empadas de camarão que, em 1840, eram oferecidas por 320 réis[16] e, em 1856, na Rua da Direita, no Largo do Machado ou no Largo da Imperatriz eram vendidas até 1$500 réis[17], quase quintuplicando seu preço.

Com esses preços, provavelmente as empadas não eram mais consumidas pelos pobres da cidade, embora, como já destacamos, elas fossem vendidas por pretos nas ruas. As empadas eram tão caras que, em 1856, uma garrafa de leite custava 320 réis[18] e um almoço na casa de pasto italiana da Rua da Assembleia n.º 94 custava 240 réis[19]. Portanto, pelo preço de uma empada se podia almoçar seis vezes nesse restaurante.

Aclaremos a evidência acima: almoçar num restaurante italiano não fazia parte da rotina diária dos pobres que moravam no Rio de Janeiro em 1856. Nossos cálculos da dieta de mínimo custo[x] que cumpre com os requerimentos nutricionais[xi] dizem que o preço diário da alimentação para os pobres na Baía de Guanabara nesse ano era de 119,18 réis[xii]. Esse dado se refere ao dia todo, enquanto aquele da casa de pasto só se referia ao almoço unicamente. Se descontamos o preço de verduras e frutas, o custo cai para 90,93 réis e, só contando a farinha de mandioca e a carne seca, que, como comentamos nos capítulos anteriores, eram a base da alimentação dos pobres, esse valor fica em 47,99 réis[20] (Valencia 2010).

Nos capítulos anteriores, comentamos que a probabilidade de substituir produtos na cesta para reduzir o custo com alimentação não era uma opção muito provável, e o leque de alimentos a ser trocados era bem menor para os pobres. Portanto, o crescimento nos preços terminava tendo impactos nas finanças. Entre 1850 e 1856 o custo total diário com alimentação cresceu 62% e só o gasto com carne seca e farinha de mandioca se elevou 31%. Porém, é importante sublinhar que os aumentos na inflação sobre as finanças dos pobres no século XIX não tinham uma relação tão simples quando comparada com a atualidade, quando os pobres são basicamente oferentes no mercado de trabalho e consumidores nos outros mercados, pois, no Oitocentos, ainda podiam ser parte dos fornecedores de alimentos e, por essa via, tinham a oportunidade de compensar, ou mesmo aproveitar os incrementos nos preços para melhorar suas finanças

16 *Jornal do Commercio,* 15/04/1840

17 *Jornal do Commercio,* 2/07/1856

18 *Jornal do Commercio,* 29/12/1856 na rua de Mata-Cavalos Nº 14

19 *Jornal do Commercio,* 19/12/1856

20 Detalhes do cálculo na nota xvii do anexo do capítulo 2

(Valencia 2011).

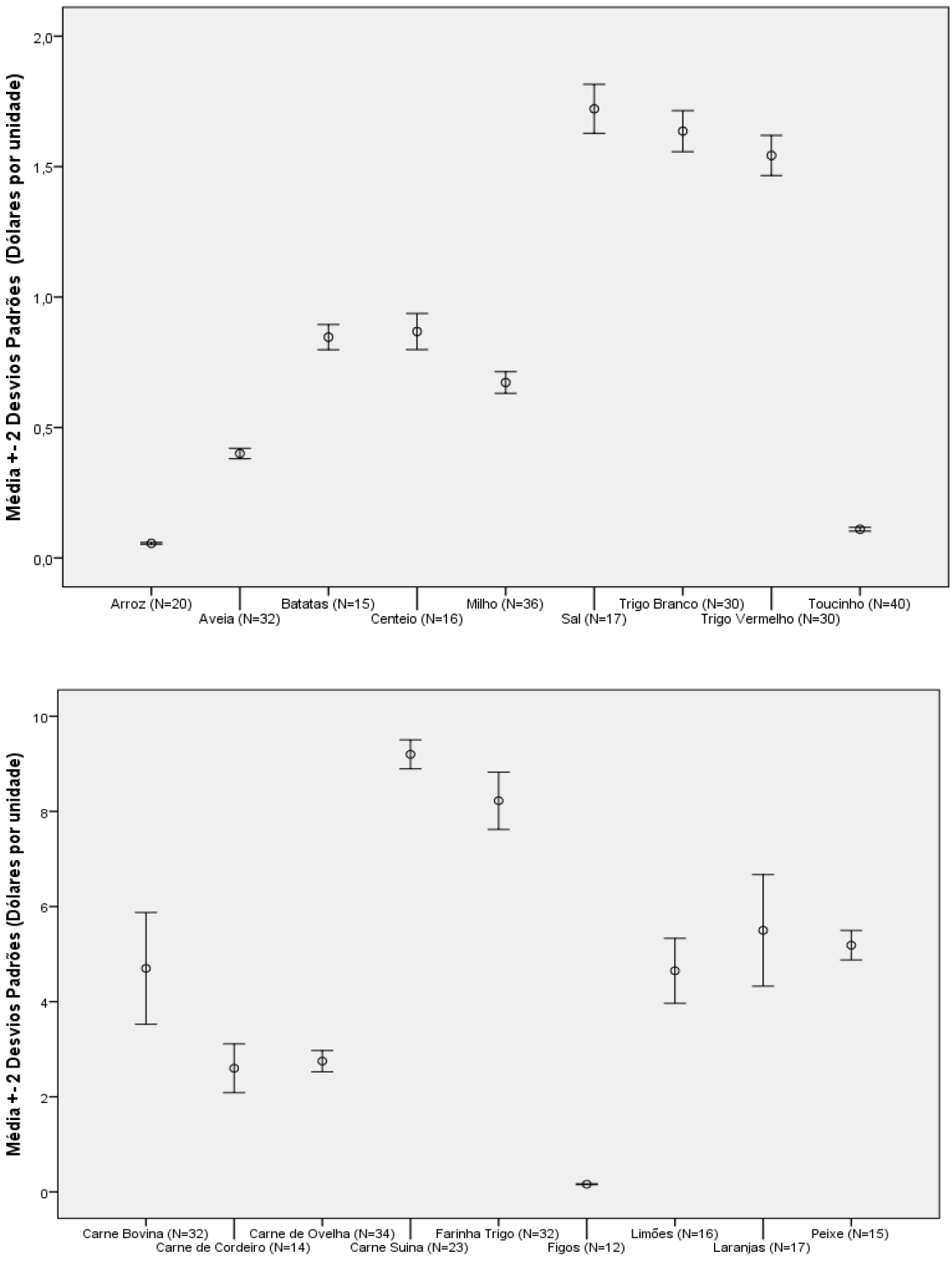



**Gráfico 4.8: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Richmond, 1856**

*Fonte: Richmond Enquirer*

Em Richmond, os custos da alimentação para os pobres também aumentaram entre 1850 e 1856. No primeiro desses anos, nossos cálculos[xiii] da dieta de mínimo custo para sobreviver tiveram como

resultado 5,65 centavos de dólar por dia, para o segundo desses anos esse mesmo custo foi para 7,42 centavos de dólar[xiv], ou seja, um incremento de 31%. Se levarmos em consideração a dupla de carne de segunda e milho, que era a base da alimentação dos pobres em Richmond, o custo em 1850 foi de 2,10 centavos de dólar por dia e, em 1856, foi de 2,86 centavos de dólar/dia, incrementando-se em 36% (Valencia 2010).

A combinação dos produtos fundamentais da dieta tanto na Virgínia quanto no Rio de Janeiro, que eram a carne de segunda e o milho para o primeiro dos lugares, e a carne seca e a farinha de mandioca para o segundo, tiveram um incremento de mais de 30% nos seis anos que interessam neste capítulo. Isso, depois de descontandos os possíveis efeitos de substituição para otimizar as dietas de mínimo custo, pois, como comentamos no Rio de Janeiro, os incrementos nos preços foram muito fortes e, em Richmond, foram drásticos.

No porto do Rio James[xv], uma libra de arroz custava em 1850, em média 3,94 centavos de dólar, e em 1856, custava 5,57. As batatas que custavam na média US$0,69 passaram para US$0,83. As ovelhas que custavam por cabeça US$2,52 em 1850, foram para US$3,88 em 1856. Em resumo, nestes três produtos do exemplo, os incrementos foram de 41%, 20% e 54% respectivamente. Como aconteceu no Rio de Janeiro, em Richmond, não foi só a média que cresceu, pois também cresceu a dispersão desses preços, o que se pode perceber em maiores desvios padrões. O gráfico 4.8 apresenta os valores médios e as barras do desvio padrão de alguns dos produtos. Para que seja mais claro, o gráfico está dividido entre os alimentos de maior e menor custo médio, de forma que a escala não atrapalhe a leitura das variações.

Porém, em Richmond, os pobres não eram só demandantes de alimentos no mercado, pois, também, poderiam ser ofertantes devido às suas produções próprias. Para eles, assim como era para os pobres cariocas, a inflação tinha um efeito complexo nas finanças, pois, por uma lado, as reduzia ao elevar o gasto, mas, por outro, como eram também pequenos produtores, ela lhes favorecia ao permitir aumentar suas rendas pelas vendas. O resultado líquido final dependia de cada momento e do comportamento dos preços de mercadorias específicas.

Para conhecer esse resultado líquido nas finanças dos negros livres, construímos o gráfico 4.9 com os dados dos impostos pessoais. Cada círculo representa a composição porcentual pelo valor em dólares

nominais dos tipos de objetos domésticos que possuíam os negros livres. Embaixo de cada círculo aparece o montante total agregado desses objetos.

Por exemplo, em 1851, o valor total dos objetos domésticos dos negros livres somava US$150 e destes, 33% (US$50) estava representado em carroças ou algum tipo de carruagem; em 1852, esses US$50, representados em carroças ou veículos, se manteve inalterado, mas o total do patrimônio dos negros livres em objetos domésticos foi para US$990, de tal forma que a porcentagem representada por aqueles artigos se reduziu para 5%. Do outro lado, os animais como cavalos, burros e muares em geral não aparecem nos impostos de 1851. Em 1852, passaram a valer US$560, ou seja 56,5% do total e se transformaram no conjunto de maior valor dentro deste tipo de patrimônio.

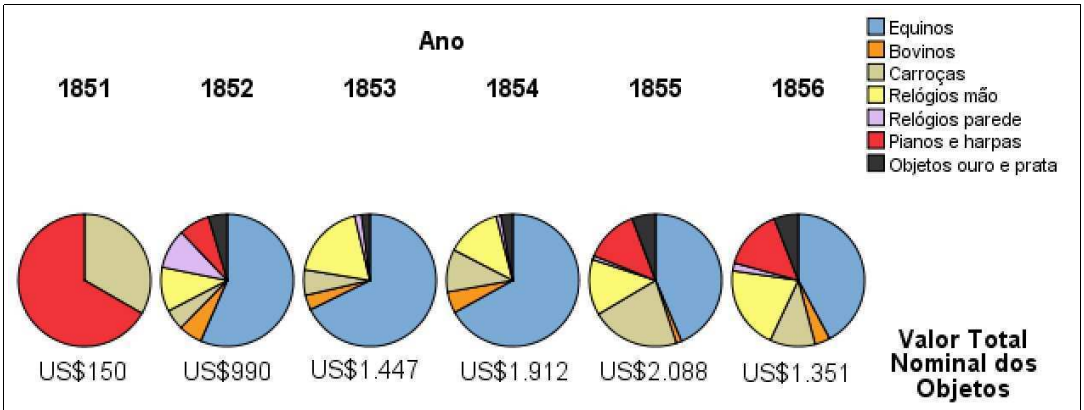



**Gráfico 4.9: Valor e porcentagem dos objetos domésticos dos negros livres. Richmond, 1851-1856**

Fonte: Impostos pessoais.

O gráfico 4.9 permite observar o forte crescimento do valor acumulado pelos negros livres richmonianos neste tipo de patrimônio. Devemos reparar que pelo menos três outros tipos de riqueza não aparecem neste gráfico: bens imóveis, escravos e investimentos produtivos. Sobre essas questões voltaremos depois. Por enquanto importa notar que o crescimento de 1851 para 1852, quando o patrimônio passou de US$150 para US$990, poderia ser consequência de um deslocamento desse valor, ou de uma parte dele, de um tipo de riqueza para este tipo de patrimônio. Em outras palavras, é possível que os negros livres tenham transformado uns bens em outros e, portanto, esse incremento não foi necessariamente representativo para a melhoria na acumulação total. Contudo, essa não parece ter sido a situação, pois os tipos de bens dentro do conjunto se modificaram e os arranjos por tipo de riqueza no

interior do patrimônio parecem seguir uma lógica de acumulação.

Expliquemos: após 1852 e até 1855, os aumentos parece que estiveram vinculados com o crescimento no patrimônio total. Se esse foi o caso, a riqueza doméstica se incrementou no ritmo em que aumentava o valor dos equinos e muares, pois eles representavam a maior fatia do total entre 1852 e 1856 e, no sentido contrário, quando eles perderam valor, o conjunto todo também perdeu. Especificamente, em 1855, estes animais custavam US$910 e, em 1856, somente US$570, significando uma perda de US$340, ou seja quase, a metade dos US$737 que se perderam nesse tipo de patrimônio nos dois anos.

Embora, de 1855 para 1856, os equinos e muares tivessem perdido valor, mais interessante foi sinalizar seu crescimento entre 1852 e 1855, pois, no capítulo anterior, resenhamos seu aumento na década de 1840 quando passaram de 3 animais em 1840 para 28 em 1849. A década de 1850 começou com um total de 20 e, em 1851, esse número se manteve mais ou menos constante com 22 animais. Em 1852, esse total se reduziu para 13 que representaram os US$560 que já mencionamos. Em 1853, o valor pulou para os US$980, mas a quantidade de animais se modificou de forma muito moderada ao passar dos 13 para 16. Portanto, o crescimento desse patrimônio foi consequência do aumento nos preços e não da quantidade de semoventes.

Na média, em 1852 um animal desta classe estava em torno de US$43,02 e, em 1853, essa média se deslocou para US$61,25, o que, provavelmente, incidiu na decisão dos negros livres de fazer maiores investimentos neles, pois, em 1854, o total se elevou para US$1.280, o que representava 25 animais, um aumento líquido de 9 cabeças que deixavam esse total perto dos patamares do final da década de 1840. No entanto, esse incremento nos números de animais trouxe a queda do valor médio que nesse ano ficou em US$51,2. Em 1855, o valor médio se manteve próximo desse índice, com US$47,89 e, portanto, a queda do valor total foi gerada pela variação negativa na quantidade de animais que foi para 19. No final, em 1856, os negros livres só ficaram com 10 equinos ou muares. Desta maneira se voltava à década de 1840.

Para entender a importância do movimento do patrimônio representado nesse tipo de animais, podemos compará-lo com o acontecido com relógios de parede e de mão. Entre 1853 e 1856, os relógios de mão se mantiveram entre os US$250 e US$280 e a sua quantidade oscilou entre 5 e 7 unidades. Antes desses anos, em 1852, o valor foi muito menor (US$107), mas o número foi o mesmo: 7 aparelhos. Essa

quantidade era a mesma desde o começo da década de 1840. Em outras palavras, de 1852 para 1853 os preços aumentaram, mas isso não mudou o comportamento dos negros livres, pois os referidos objetos não aumentaram nem diminuíram seu patrimônio ao contrário do que aconteceu com os cavalos, burros e mulas.

Os relógios de paredes foram um dos objetos que mais oscilaram. Depois de um aumento de 18 em 1850, para 20 em 1851, começaram a ter uma queda entre 1852 e 1855, de 16, 8, 8 e 9 respectivamente. Em 1856, voltaram a crescer, porém com uma quantidade abaixo de 12 aparelhos. Importante constatar que esses relógios, que custavam US$ 96 em 1852 declinaram para US$ 24 em 1853, queda essa no momento em que aumentaram os equinos e muares. Por ora podemos pensar que foi uma coincidência, mas nas próximas páginas voltaremos a esta questão.

Outro objeto que aparece no gráfico 4.9 foi o formado pelo gado bovino, pelos porcos e pelas ovelhas. No capítulo anterior, mostramos como estes animais quase não existiam no patrimônio dos negros livres richmonianos. Em 1852, passaram a representar US$57 e se mantiveram nesse patamar em 1853. Em 1854, chegaram aos US$100, declinando fortemente em 1855, chegando ao valor de US$28. Em 1856, se recuperaram alcançando US$50, mas o único indivíduo que tinha esses animais era Peters Leroy V. Novamente, o aumento no número desses animais antes de 1856 ocorreu no momento em que seus preços cresceram e, no caso das ovelhas, já vimos que esse incremento foi maior que 50%. Será que foi por acaso que os negros livres começaram a criar esses animais?

Ainda não temos informações suficientes para discutir com maiores detalhes, mas pelo menos, sabemos que, seja como for, o incremento no patrimônio representado em objetos domésticos cresceu como resultado mais da otimização da relação quantidade e preço do que pelo efeito isolado de uma dessas duas variáveis, ou seja, não foi porque a quantidade de objetos tivesse aumentado ou pelo incremento nos preços de algumas mercadorias, foi pela movimentação simultânea de preço e quantidade. O que ainda não sabemos é se isso foi calculado e se esse foi o caso, como esse cálculo foi feito.

Esse incremento patrimonial foi expressivo no começo da década de 1850, pois passou de US$150 em 1851 para US$1.351 em 1856, embora seja provável que esse valor inicial em 1851, estivesse subestimado. Mas, mesmo assim, ao compararmos 1852 com 1855, o que achamos foi que a riqueza

doméstica dos negros livres richmonianos mais que dobrou em três anos.

Para o Rio de Janeiro, não temos dados de patrimônio dos negros livres, pois, como já explicamos nos capítulos anteriores, no porto sul-americano não existiu uma fonte como os impostos pessoais norte-americanos, mas os negócios do primeiro quartil das escrituras permitiram ter uma noção da atividade econômica dos pobres cariocas. O gráfico 4.10 apresenta os montantes por ano no período 1851-1856.

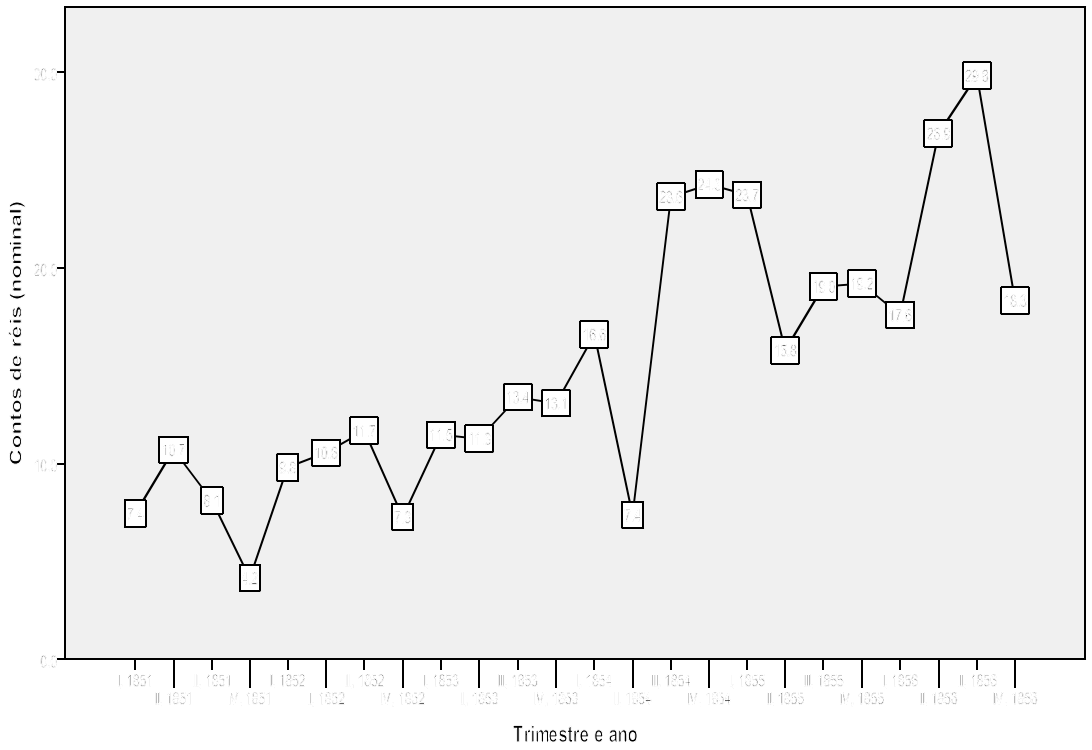



**Gráfico 4.10: Valor total das escrituras do quartil inferior de negócios. Rio de Janeiro, 1851-1856**

Fonte: Primeiro Oficio de Notas do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, Brasil.

Em 1851, se negociaram 30 contos de réis nas pequenas escrituras, esse valor era maior do que os 24 contos negociados em 1850 (Gráfico 3.7), mas era próximo aos 32 contos do total de operações em 1847 antes da crise do final da década de 1840, a qual já destacamos no capítulo anterior. Portanto, o valor de 1851 representou uma recuperação nos patamares anteriores à crise.

Após 1852, os valores negociados começaram a crescer e, neste ano, chegaram a 39 contos; em 1853 foram 49 contos e, em 1854, houve um aumento considerável, chegando ao valor de 71 contos de réis negociados em pequenas escrituras. Especificamente, o terceiro e quarto trimestre desse ano e o primeiro trimestre de 1855 foram extremamente dinâmicos, se negociando em cada um deles montantes

maiores aos registrados em alguns dos anos completos da década de 1840. O segundo trimestre de 1855 retornou ao patamar dos 16 contos que, comparado com todo o período, continuou sendo um valor alto. Os dois últimos trimestres de 1855 ficaram próximos dos 20 contos e, portanto, o ano todo teve um total de pouco mais de 77 contos de réis. Em 1856, os dois trimestres centrais do ano tiveram os maiores montantes de todo o período e só entre julho e setembro se negociaram mais do que se fez em todo o ano de 1850, e quase o mesmo valor do que se tinha feito em 1851. Assim, em 1856, as pequenas escrituras do primeiro cartório do Rio de Janeiro registraram um total de 92,6 contos de réis[xvi].

Entre 1852 e 1855 o valor negociado no quartil inferior das escrituras quase duplicou e, entre 1851 e 1856, esse total se triplicou, o que não deixou dúvidas sobre o processo de dinamização da atividade econômica entre os pobres do Rio de Janeiro. Infelizmente, não pudemos saber o efeito quantitativo desse dinamismo no patrimônio, mas, pelo menos, ficou claro que as transações aumentaram e com elas, com certeza, aumentou a acumulação. Nesse sentido, de novo, cariocas e richmonianos viveram anos semelhantes.

### 4.3 Circulando por aí

Assim como fizemos nos capítulos anteriores, as escrituras do primeiro quartil de negócios no Rio de Janeiro foram georreferenciadas para as partes que as contratavam. O mapa da ilustração 4.3 apresenta a origem das mercadorias negociadas, o valor delas e as densidades geradas (kernel de rádio 200 metros e cell 5). Como aconteceu na década de 1840, a maioria dos fornecedores do começo da década de 1850 também se encontravam na Cidade Velha e alguns outros na Cidade Nova.

Há várias diferenças explícitas entre os mapas do final da década de 1840 e do começo da de 1850, pois, entre 1851 e 1856, as duas maiores densidades, no Rio de Janeiro, estavam sobre as ruas da Candelária, da Direita e da Quitanda no centro da cidade e nas imediações do Largo do Rocio Pequeno na Cidade Nova. Depois, as áreas com os segundos níveis de densidade estavam em volta dessas anteriores e, também, na Rua de Dom Manuel; entre as ruas do Cano e do Piolho; e entre a Rua do Sabão e do Hospício perto ao Largo de São Domingos.

Essas áreas de segundo nível ficavam muito próximas daquelas que formavam o primeiro nível no período 1847-1850 (Ilustração 3.7). Essa diferença dos dois períodos foi importante, pois aquelas regiões hegemônicas da primeira metade da década de 1850 não estavam no mapa de 1847-1850. Contudo, elas estavam na mesma prevalência nos anos de 1840-1846 (Ilustração 2.5). Em outras palavras, as regiões onde estavam os fornecedores de mercadorias dos pequenos negócios foram semelhantes no começo das décadas de 1840 e de 1850, em oposição perderam essa importância na crise do final dos anos quarenta do século XIX.

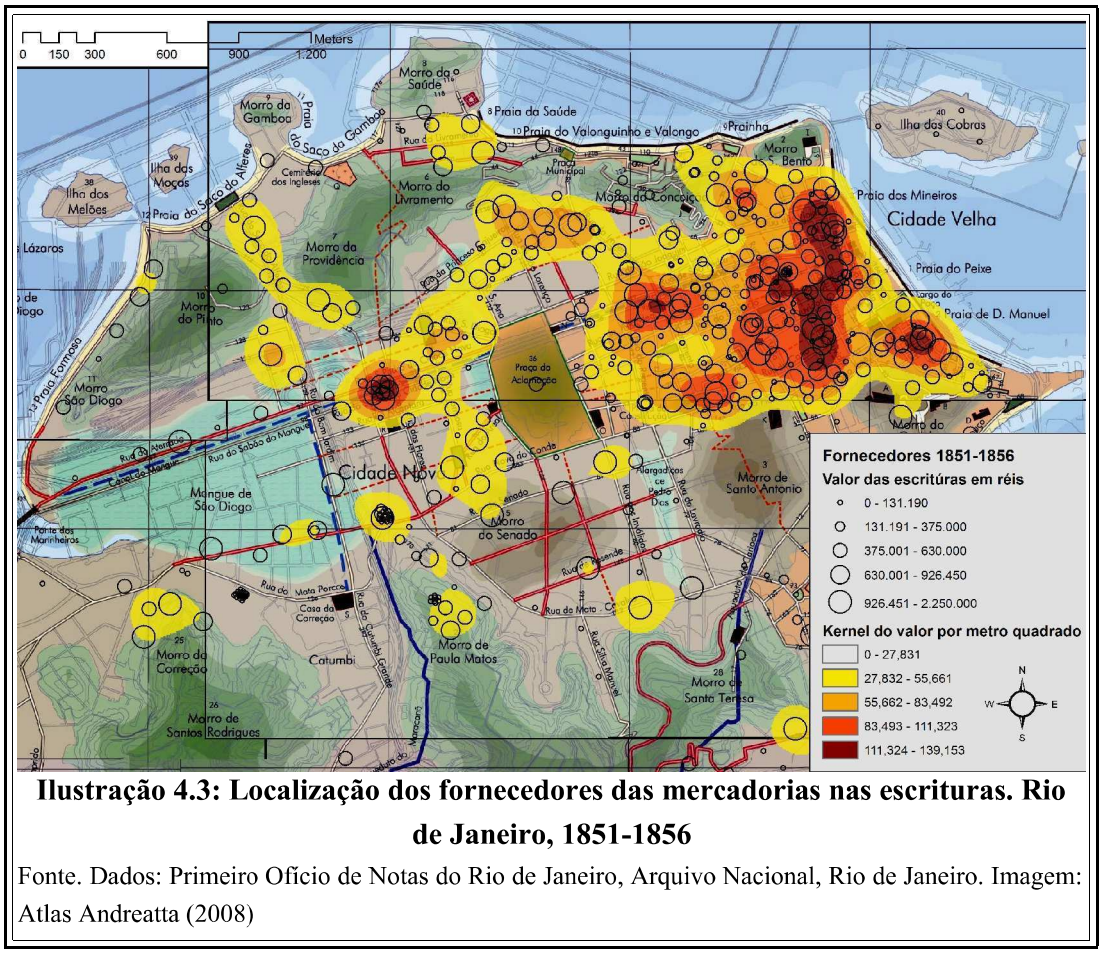



**Ilustração 4.3: Localização dos fornecedores das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1851-1856**

Fonte. Dados: Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Imagem: Atlas Andreatta (2008)

Mas a comparação dos três mapas permitiu verificar uma diacronia mais importante que essa entrada e saída das regiões principais. No período 1840-1846, a maior densidade era aquela com valores negociados pelos fornecedores entre os 47 e 98 réis por metro quadrado, depois, nos anos de 1847-1850, essa faixa de maiores patamares se deslocou para os 112–140 réis por metro quadrado e agora, no período 1851-1856, essa aglomeração de maior nível de densidade se manteve inalterada na faixa dos 111-139 réis.

Lembremos que, no começo da década de 1850, os valores negociados se incrementaram fortemente (Gráfico 4.10), mas isso não gerou modificações na faixa da maior densidade geográfica. O que se gerou foi uma ampliação dessa área, voltando aos contornos do começo da década de 1840 e, portanto, não houve um *crescimento vertical* da faixa, e sim uma recuperação do seu *tamanho horizontal*. Ou seja, os valores por metro quadrado foram constantes, enquanto a quantidade de metros quadrados no conjunto desse nível de densidade cresceu para voltar a ocupar as áreas de 1840-1846.

Não tivemos um movimento *vertical* da faixa, pois, além de esta se manter nos mesmos patamares entre 1847-1850 e 1851-1856, não tivemos agentes concentrando mais e mais operações. O que aconteceu foi justamente o contrário: mais e mais agentes que negociavam cada vez mais os mesmos montantes que se tinham negociado no período anterior (1847-1850), e esses fornecedores continuavam nos mesmos espaços que ocupavam nos anos 1840-1846.

Em outras palavras, o mapa de origem das mercadorias para os anos 1851-1856 foi resultado de uma combinação do que aconteceu em 1840-1846 com o que aconteceu em 1847-1850. Do primeiro, se tomou as áreas, do segundo os valores. Isso significa um incremento do montante negociado se compararmos os dois começos de década e a permanência das regiões de origem. Portanto, um aumento nos valores que os mesmos tipos de agentes negociavam.

Por exemplo, na Freguesia do Sacramento se originaram negócios de até 25 réis por metro quadrado no período de 1840-1846 (Ilustração 2.5). Esse era um valor menor e essa uma região de pobres da qual já falamos no capítulo anterior, conhecida como a *Pequena África*. Nela, o fornecimento de mercadorias para negócios escriturados quase sumiu completamente no período 1847-1850 (Ilustração 3.7). Mas, entre 1851 e 1856, os agentes que se encontravam nela voltaram a negociar e produziram uma densidade de, pelo menos, 83 réis por metro quadrado (Ilustração 4.3), o que significou um índice três vezes maior se comparado com o período de 1840-1846.

Esse não foi um caso isolado ou específico dos agentes que estavam na Freguesia do Sacramento, pois, como os mapas permitiram ver, o mesmo aconteceu no Saco do Alferes, na região das ruas do Valongo e da Princesa dos Cajueiros, também na Cidade Nova e, nas imediações do Largo de Santa Rita. Ou seja, a periferia em que estavam localizados os negros livres.

Do lado dos que negociavam com esses fornecedores, a situação foi muito parecida, embora os valores das faixas de densidade tivessem crescido de forma mais explícita. Por exemplo, o segundo nível de maior densidade no período 1840-1846 era de áreas com negócios de 20 réis até 37 réis por metro quadrado (Ilustração 2.5); nos anos 1847-1850, essa mesma faixa se compôs com espaços entre 69 réis e 91 réis (Ilustração 3.6) e, nos anos 1851-1856, foi de 109 réis até 145 réis (Ilustração 4.4). Esse movimento de ascenso se deu com todos os níveis de densidades, denotando maiores volumes transados. Mas, do mesmo modo que aconteceu com os fornecedores, o aumento maior do período 1847-1850 para 1851-1856 se deu pelo crescimento das regiões que estavam no interior dessas faixas, gerando-se um maior incremento *horizontal* (no espaço físico) que *vertical* (nos valores monetários).

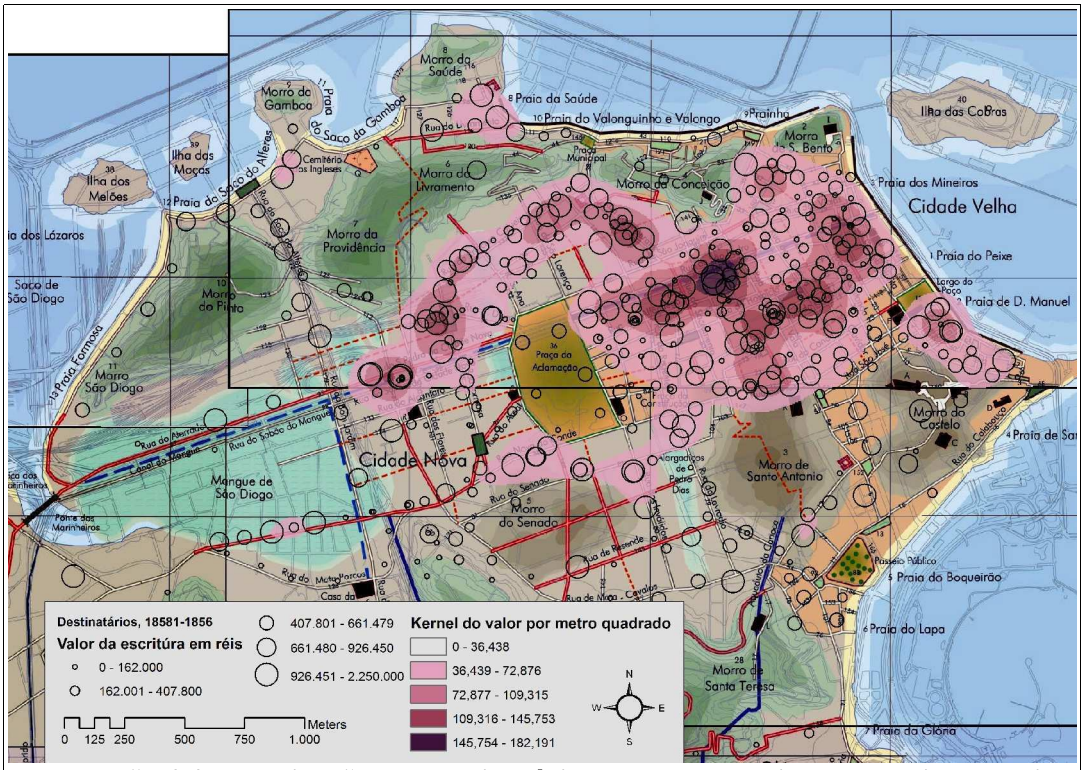



**Ilustração 4.4: Localização dos destinatários das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1851-1856**

Fonte. Dados: Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Imagem: Atlas Andreatta (2008)

Por exemplo, nas imediações do Largo de Santa Rita, do Beco dos Cachorros, da Rua da Prainha e da Rua Municipal foram recebidas, entre 1840 e 1846, mercadorias negociadas até um valor de 37 réis por metro quadrado e, provavelmente, esse patamar pode ter chegado aos 68 réis, pois essa área foi do segundo ou mesmo parte do primeiro conjunto de densidade de destino dos negócios nesses anos

(Ilustração 2.5). Em 1847-1850, os agentes que estavam nela quase não fizeram negócios e, dificilmente, se conseguiu gerar uma densidade de quarto nível na Rua da Prainha, perto do largo do mesmo nome com valores entre 22 réis e 45 réis por metro quadrado (Ilustração 3.6).

Contudo, após 1850 e até 1856, a região voltou a negociar e, mesmo ficando no terceiro nível de densidade, ela passou a ter uma faixa entre os 72 réis e 109 réis por metro quadrado. Portanto, entre 1840-1846 e 1850-1856, essa área elevou a quantidade de réis negociados por metro quadrado, tanto porque os valores cresceram quanto porque a quantidade de agentes aumentou, mas o peso da segunda razão foi maior que o peso da primeira.

Toda a região do Sacramento ficou no quarto nível de densidade por metro quadrado, ou seja entre 36 réis e 72 réis. No capítulo anterior, nos anos de 1847-1850, a freguesia não gerou densidade para os destinatários das mercadorias; e, no segundo capítulo, para os anos de 1846-1850, ficaram no segundo nível de densidade com valores negociados entre 20 réis e 37 réis por metro quadrado. Portanto, o processo foi semelhante ao acontecido no Largo de Santa Rita, que começou (1840-1846) no segundo lugar por densidade, depois ficou no último (1847-1850) e, por fim, ficou em quarto (1851-1856). Mas esse processo significou duplicar o valor negociado por metro quadrado ao aumentar da faixa dos 20-37 réis (1840-1846) para 36-72 réis (1851-1856).

O aumento aconteceu não só nas imediações do Largo de Santa Rita ou na Freguesia do Sacramento, como também nas áreas próximas á Rua da Princesa dos Cajueiros até a Rua de São Diogo, e nas ruas do Senado e Nova do Conde. O interessante foi que essas duas áreas ficaram no lado norte e sul do Campo de Santana, respectivamente. Desta forma, elas se constituíram num tipo de *corredor* que vinculava a Freguesia do Sacramento com a Cidade Nova, que, aliás, ficou com densidades semelhantes às do Sacramento.

Esses dois corredores ao norte e ao sul do Campo de Santana foram áreas de moradia de negros livres e de pobres em geral. Por exemplo, no final de 1856, um cortiço com 17 quartos ficava na Rua do Lavradio, 93[21], a algumas dezenas de metros da Rua do Senado ao sul do Campo de Santana. Como se sabe, os cortiços eram lugares de moradia para pobres. Do outro lado, ao norte do Campo, podemos citar,

21 *Jornal do Commercio*: 18/12/1856. O anúncio oferecia o cortiço para alugar. O negócio devia ser tratado na Rua do Cano, 245 na esquina da Praça da Constituição.

como exemplo dos pobres que habitavam nessa área, Bento Martins Siqueira, que, em 1856, morava na Rua Velha de São Diogo e que vendia a herança que lhe deixara seu pai por 50 mil-réis, um valor que representava simplesmente 2,5 meses de jornal de um escravo naquele ano (Mello 1992) Por essa quantia e porque não soubesse escrever, podemos ter certeza de que ele era parte dos pobres da área.[22]

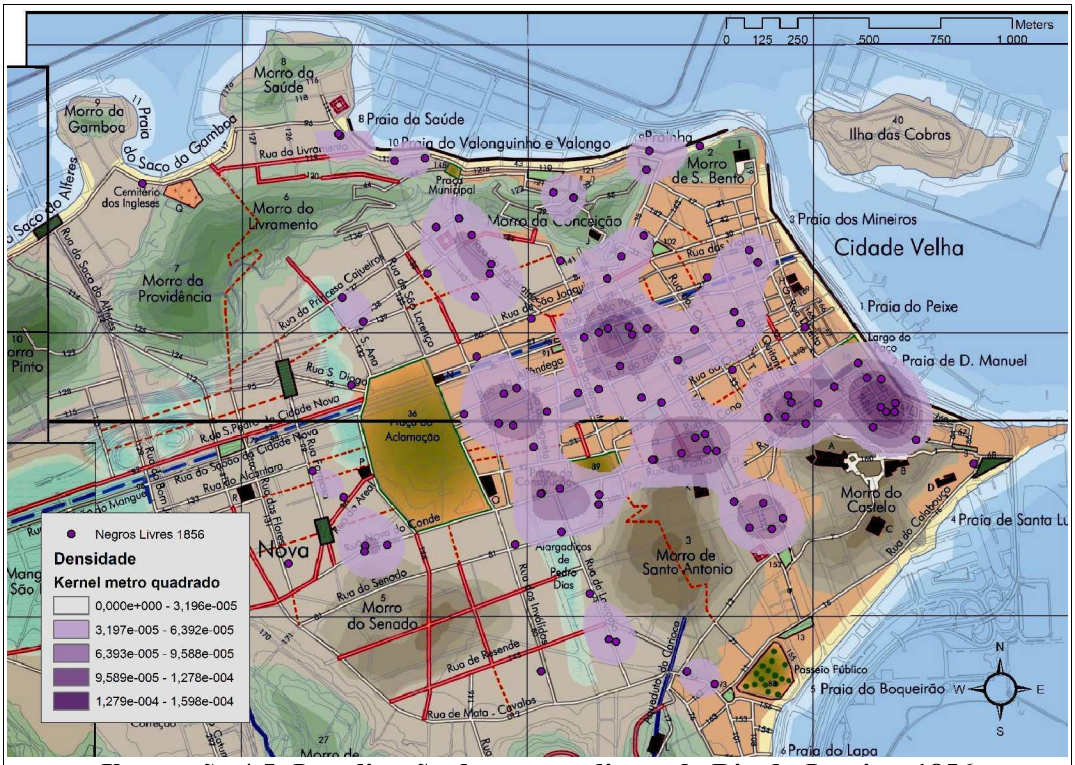



**Ilustração 4.5: Localização dos negros livres do Rio de Janeiro, 1856**

Fonte: Dados: *Jornal do Commercio*. Imagem: Atlas Andreatta, 2008

Pode-se afirmar que o cortiço da Rua do Lavradio não estava ocupado somente por negros livres e que a herança que Bento vendia era a que seu pai tinha deixado para ele em Portugal. Logo, este Bento podia não ser um negro livre, embora a probabilidade de ser mulato fosse grande (Florentino e Machado 2002). Mas, com toda certeza, ele era pobre, assim como os moradores do cortiço. Tão pobres quanto a sua vizinha do número 92, uma negra livre que tinha um filho de 2 anos e que procurava trabalho na casa de algum homem solteiro[23]; ou pobre como a vizinha de Bento, a crioula forra que morava no final da rua Princesa dos Cajueiros, e que estava numa situação tão difícil que, sem importar-se com as comemorações, procurava qualquer trabalho no dia 31 de dezembro de 1856 sempre e quando não tivesse

22 Primeiro Oficio de Notas, microfilme: 031-23-79, Livro 272, folho 90. Rio de Janeiro. Cartórios. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

23 *Jornal do Commercio:* 12/03/1856

que sair à rua.[24]

No norte e no sul do Campo de Santana moravam negros livres em 1856, além dos que estavam nas áreas tradicionais da Freguesia do Sacramento e da Cidade Nova (Ilustrações 2.2 e 3.2). Por isso, o mapa da ilustração 4.5 que representa o arranjo espacial dos negros livres desse ano tem a mesma forma daqueles de 1840-1846 e 1850 dos capítulos anteriores, com aquele cinto que circunscrevia o centro comercial da Cidade Velha e que tinha por principais aglomerações a Rua da Alfândega entre a Rua do Fogo e da Vala e a Rua da Misericórdia com a Rua do Cotovelo.




**Ilustração 4.6: Localização dos negros livres em Richmond, 1852**

Fonte: Dados: *Livro de registros de negros livres, 1852.* Imagem:*Virginia Historical Society, 1862*

O negros livres cariocas se encontravam dispersos pela cidade mas, ao mesmo tempo, é possível identificar esse arranjo que circunscreve o centro da cidade. Para Richmond, a dispersão na moradia dos negros livres também era grande e era possível achá-los em quase qualquer rua da cidade. Mas, assim como o que acontecia no Rio de Janeiro, existiam regiões da urbe com maior aglomeração. O mapa da ilustração 4.6 foi construído com os endereços que aparecem no livro de registro dos negros livres de 1852[25] e, portanto, é uma imagem bastante confiável desse arranjo.

24 *Jornal do Commercio:* 31/12/1856

25 Agradeço a Robert Vernon do *Central Virginia History Researchers* (CVHR) por ter achado esse livro, transcrito para

A primeira área de concentração de negros livres em Richmond era a futura Jackson Ward da qual já falamos nos capítulos anteriores, mas que, neste mapa, fica por primeira vez clara a sua hegemonia espacial. Especificamente as ruas Duval e Baker no cruzamento com a Avenida Brook aglomeravam a grande maioria de pontos e foi sobre elas que se geraram os dois primeiros níveis de densidade.

Ainda na Monroe Ward, moravam muitos negros livres, especialmente nas ruas Segunda e Terceira ao sul da Broad St. Devemos lembrar que Jackson Ward na década de 1850 pertencia a esse distrito. O Distrito Monroe foi uma área de expansão no começo da década de 1850 e, entre 1851 e 1854, a quantidade de votantes registrados que moravam nele cresceu quase 2.000 eleitores, o que era consequência da reforma política, mas também do crescimento demográfico, sobretudo, pelo aumento dos operários (McLeod 1991:106).

Do outro lado da cidade, em Jefferson Ward, nas ruas 24th e 25th também havia uma concentração importante. Ela não estava no mapa da ilustração 3.1, do capítulo anterior a qual mostrava a informação de 1850. Devemos lembrar que esse mapa foi feito com informação comercial que não, necessariamente, era igual à de moradia com que construímos o mapa 4.6. Mas, mesmo assim, é importante sinalizar que essa região está neste novo mapa.

No centro da cidade, estava a terceira área de aglomeração, entre as ruas 15th e 17th ao norte da Franklin St. No mapa de 1850 (Ilustração 3.1), alguns desses pontos também aparecem, especificamente, aqueles que ficavam perto da estrada de ferro e da estação ferroviária do ramal central da Virgínia. A eles se agregaram aqueles que estavam na Banks St., na Wall St. e na rua 17th com Broad St.

Do lado sudoeste desta aglomeração, continuavam aparecendo os pontos que estavam na ilustração de 1850 (Ilustração 3.1) e de 1845 (Ilustração 2.1), que ficavam entre o Rio James e o Capitólio, entre as ruas 12th e 14th . Mas, devido ao incremento no número de pontos nas outras partes da cidade, esta região já não teve mais a representatividade que tinha em termos da densidade relativa de negros livres.

Também perdeu em representatividade relativa no número de escrituras outorgadas pelos negros livres que moravam nela, pois somente dois deles assinaram como outorgantes negócios entre 1851 e

um arquivo digital essa informação e localizado alguns dos negros livres num mapa de Richmond da metade do século XIX. Um versão digital do livro de registros está disponível em: (Kambourian 2000)

1856. O mesmo número aparece registrando negócios entre 1840 e 1846 (Ilustração 2.6) mas, desses anos, só conhecíamos a localização de 13 indivíduos, enquanto, entre 1851 e 1856, conheciamos o endereço de 420 (Ilustração 4.6). No entanto, não houve só a queda relativa ao total de negros livres localizados, também houve a redução do número de outorgantes, pois entre 1847 e 1850 pelo menos nove indivíduos que moravam ao sul do Capitólio registraram escrituras, o que gerou nesse momento a maior densidade espacial de outorgantes (Ilustração 3.4), o que não aconteceu mais no período 1851-1856 (Ilustração 4.7).

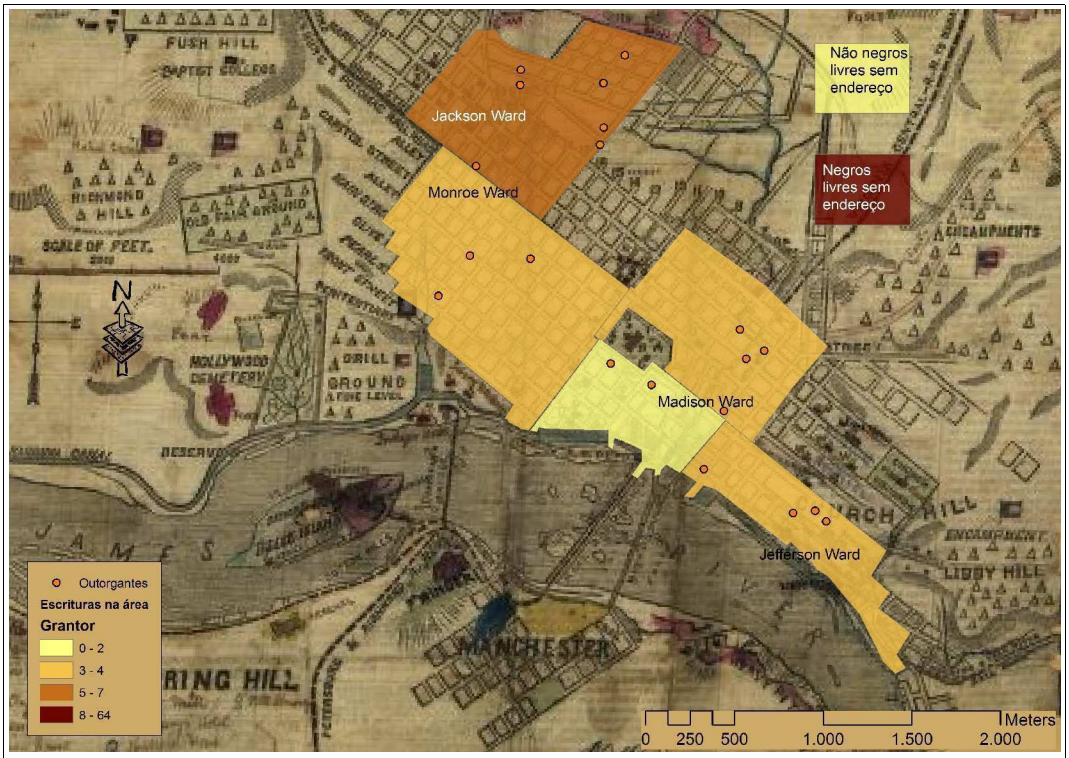



**Ilustração 4.7: Localização dos outorgantes de escrituras. Richmond, 1851-1856**

Fonte. Dados: Deeds Records, Biblioteca da Virgínia, Richmond. Imagem: VHS, 1862

A ilustração 4.7 apresenta os polígonos que agrupam os outorgantes de escrituras segundo as caraterísticas da área em que moravam. Esses polígonos são praticamente iguais aos dos capítulos anteriores, acrescentados para incorporar os pontos novos. Além da perda de importância da área ao sul do Capitólio, o mapa também permite ver a redução da participação daqueles que estavam no sul da Monroe Ward, por fora da futura Jackson Ward. Porém, essa perda poderia ser resultado da fonte dos endereços de 1850, que foi um almanaque de negócios que representava os endereços comerciais e não de moradia. Por sua vez, no lado leste da cidade, em Jeffferson Ward, os outorgantes continuaram assinando escrituras. O mesmo aconteceu com os moradores de Jackson Ward.

Embora saibamos o endereço de 420 negros livres em 1852, a grande maioria que outorgaram escrituras entre 1851 e 1856 continuam por fora desse conjunto e não sabemos sua localização, por isso o retângulo que os agrupa ainda é o de maior aglomeração. Pelo contrário, não temos mais outorgados nas escrituras dos que não sabemos seu endereço e seu retângulo na Ilustração 4.8 não contém ninguém. Igualmente vazios estão os quatro polígonos localizados no sul de Monrroe Ward (por fora da Jackson Ward), em Madison Ward e em Jefferson Ward. A única área geográfica com informação foi Jackson Ward com quatro outorgados.

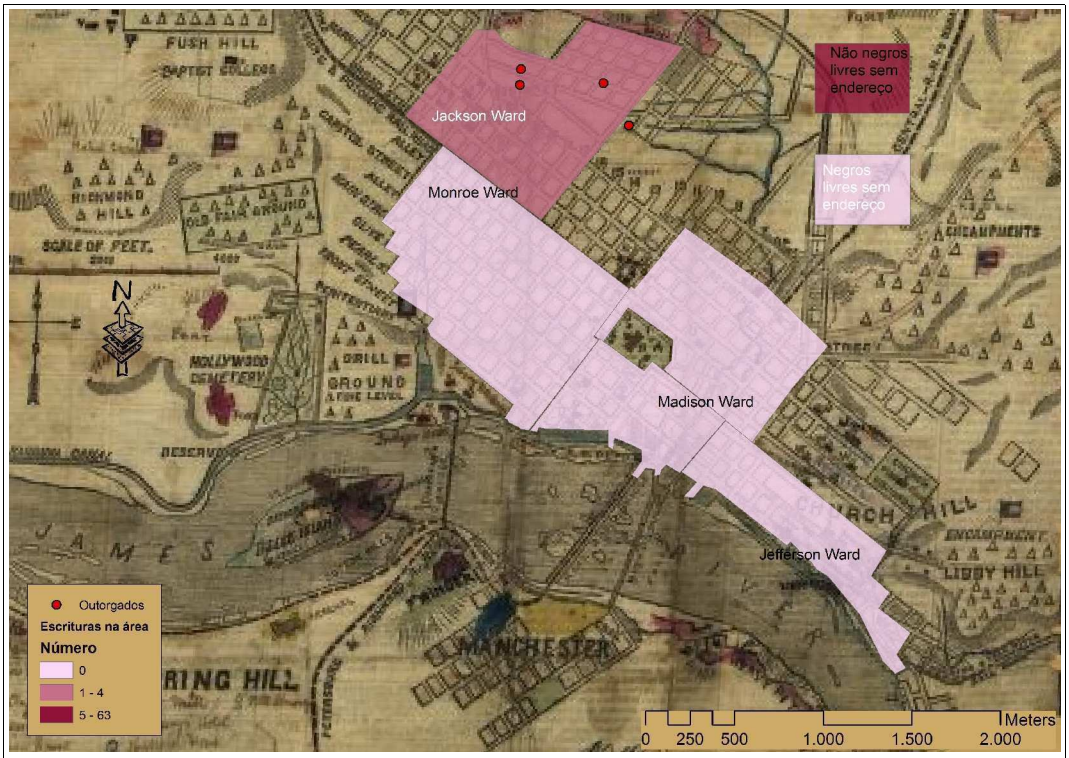



**Ilustração 4.8: Localização dos outorgados de escrituras. Richmond, 1851-1856**

Fonte. Dados: Deeds Records, Biblioteca da Virgínia, Richmond. Imagem: VHS, 1862

Poderia parecer que não era necessário mapear polígonos com zero elementos no seu interior. Contudo, o mapa da Ilustração 4.8 revela uma informação importante: a quase absoluta totalidade dos indivíduos que assinaram escrituras com negros livres não eram negros livres. Isso não acontecia entre 1840 e 1846 quando os não negros livres eram menos que os negros livres sem endereço e, embora, entre 1847 e 1850, os não negros livres passassem a ser o maior grupo, também era certo que tal questão era resultado, pelo menos parcialmente, da dispersão dos outorgantes, o que por sua vez não gerava densidades, ou seja, a hegemonia do retângulo era consequência simultânea do aumento nas interações financeiras com não negros livres e da dispersão dos negros livres, embora a primeira razão fosse mais

relevante que a segunda.

No período 1851-1856, a segunda explicação, aquela que se refere à dispersão, já não existia mais e quase a totalidade dos negócios dos negros se fizeram com não negros. Sendo assim, faz parte do processo histórico entre 1840 e 1856, o aumento gradativo das interações financeiras entre negros e não negros livres. Isso é ainda mais significativo no começo da década de 1850, pois a quantidade de negócios se incrementou em comparação com a década anterior.

Em 1846, os negros livres assinaram cinco negócios, em 1847 foram 12 e, em 1848 foram 19. Em 1850, fizeram 20 transações registradas nos cartórios e, nos seguintes três anos, esse número teve uma queda reduzindo-se para 16, 11 e 14 escrituras, respectivamente. Mas, em 1854, cresceu e ficou no patamar dos 33, o máximo registrado até esse momento. Nos dos anos seguintes, 1855 e 1856, essa quantidade de negócios se manteve alta, registrando 24 e 25 escrituras.

Portanto, os incrementos nos patrimônios se davam de mãos dadas com os aumentos nas interações financeiras com grupos sociais diferentes dos negros livres. O que prevalecia era fazer negócios, não o grupo social do parceiro com quem se fazia o negócio. Mas também se faz necessário dizer que temos vários reportes de fontes que citam interações sociais entre negros e não negros livres que iam além do financeiro no começo da década de 1850. Só para citar alguns exemplos entre vários outros: em março de 1853, as autoridades de Richmond acharam uma casa, na rua 7$^{th}$ onde brancos, negros livres e escravos se juntavam para jogar e apostar, o que era ilegal. Todos eles foram levados para a delegacia e responderam na corte (McLeod 1991:146). Este tipo de reuniões também aconteciam no estabelecimento de Isaac Ellis, um negro livre que morava na esquina da rua 14$^{th}$ com Franklin St. ou também havia destes tipo de encontros na casa na rua 3$^{rd}$ da negra livre Maria Rooper (McLeod 1991:148).

Em outras palavras, os negros livres richmonianos, assim como os cariocas, circulavam por aí nas suas cidades, morando em muitos cantos, embora, ao mesmo tempo, em aglomerações específicas, fazendo negócios com sócios de outros grupos sociais diferentes do deles, fossem escravos ou brancos. Cada ano que passava eram mais e mais os agentes que participavam dessas trocas. No caso do Rio de Janeiro, isso significou elevar as densidades dos valores negociados entre 1840 e 1856 e, no caso de Richmond, significou aumentar a quantidade de escrituras assinadas nesse mesmo período, e o incremento

dessas interações financeiras levou consigo maior acumulação econômica para esses agentes.

### 4.4 Ritmo e ajuste à melodia

O número de negócios se incrementou para os pobres das duas cidades. Mas conseguir transformar o crescimento econômico do contexto geral em acumulação individual ou familiar não era uma tarefa simples nem era suficiente o fato de se fazer mais e mais negócios para lograr elevar a renda e o patrimônio. Era uma questão de *ritmo* e *ajuste* das decisões individuais com o contexto maior: aqueles que conseguiram esse ajuste e *pegar esse ritmo* acumularam uma taxa diferente daqueles que não o conseguiram.

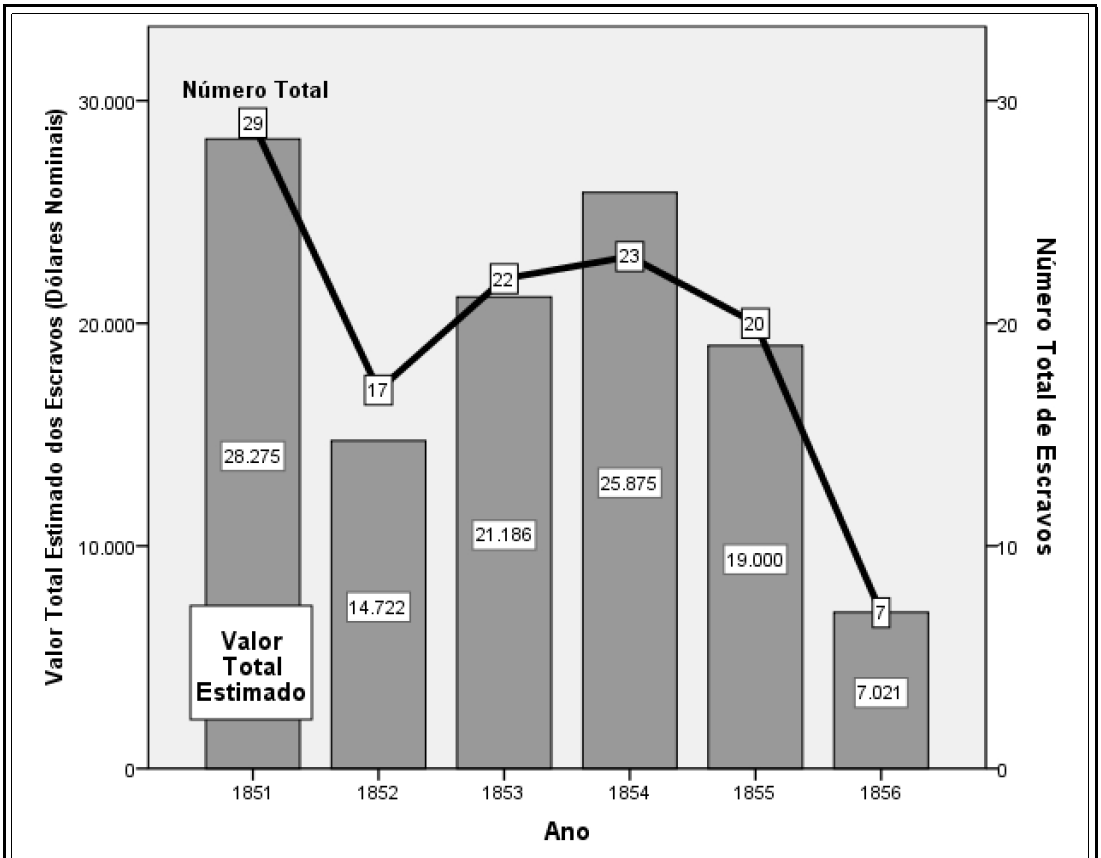



**Gráfico 4.11: Quantidade e valor dos escravos dos negros livres. Richmond, 1851-1856**

Fonte: Número de Escravos: *Impostos pessoais*. Preço dos escravos: Livros de contas de Goodwin & Templeman; Turpin, Rufus & Co; Rd. Barton, Hallax, Bolling & Co. Ver detalhes na nota de rodapé número 71 deste capítulo.

Em Richmond, o ajuste começou pelos escravos. No segundo capítulo mostramos que, no início da

década de 1840, o maior ativo do patrimônio pessoal (ou seja, sem contar terrenos e casas) dos negros livres eram os cativos. No entanto, com o transcorrer dos anos, esse valor perde peso no conjunto dos investimentos. Lembremos que eles atingiram o máximo, em 1845, com 42 escravos e, em 1850, esse número se reduziu para 25 indivíduos. Essa tendência de queda se manteve no período 1851-1856, pois, no primeiro desses anos, os negros livres tinham no total 29 cativos e, em 1856 eram só 7. O gráfico 4.11 apresenta esses números e o valor estimado que esses cativos custavam em cada ano. A estimação se calculou segundo os preços com que os comerciantes da cidade vendiam os cativos[26].

É evidente que as duas séries estavam correlacionadas, pois uma é a multiplicação da outra pelos preços médios em cada ano. Porém, o gráfico também informa uma outra coisa. De 1851 para 1852, os negros livres reduziram seus cativos de 29 para 17 indivíduos, o efeito patrimonial dessa redução foi uma queda de pouco mais de 28 mil dólares para pouco menos de 15 mil dólares. Em termos porcentuais, a quantidade de 1852 foi 58% do que era em 1851, enquanto o valor em 1852 foi 52% do que era em 1851; ou seja, a queda do valor foi um pouco maior do que foi a redução da quantidade. A explicação dessa diferença foi a variação negativa dos preços médios que passaram de US$975 para US$866,50.

Os preços e as quantidades diminuíram, então o resultado foi a queda do total. Até aqui, nada demais. Para o seguinte ano, as coisas também parecem simples: os negros livres incrementam seus cativos, que eram 17 em 1852 e, em 1853, foram 22, se multiplicando por 1,29 e o valor que eles representavam passou de pouco menos de 15 mil dólares para pouco mais de 21 mil dólares, crescendo um fator de 1,43. De novo, a variação dos preços gerou que o patrimônio aumentasse mais do que a quantidade.

Desta forma, de 1851 para 1852 e de 1852 para 1853, as variações nos preços ampliaram o efeito das oscilações na quantidade de cativos sobre o total do valor que eles representavam. De 1853 para 1854, de novo a quantidade aumentou ao mesmo tempo em que o preço também o fez. Curiosamente, de 1854 para 1855, o preço se reduz e os negros livres também reduzem o número de escravos que tinham e, por fim, de 1855 para 1856 o preço despenca e a quantidade o acompanhou. Será por acaso que a quantidade de escravos que eram propriedade dos negros livres variava no mesmo sentido que os preços?

26 Ver nota número lii do anexo deste capítulo

Há algumas páginas também encontramos um outro *acaso* na variação da riqueza representada em objetos domésticos com investimentos que acompanhavam as oscilações nos preços, sobretudo, dos animais. Agora encontramos a casualidade nos investimentos em escravos. Contudo, maior casualidade é o cruzamento das duas casualidades anteriores.

Vale lembrar que, de 1851 para 1852, os objetos domésticos passaram de US$150 para US$990 (Gráfico 4.9), o que, provavelmente, era consequência do deslocamento de um tipo de riqueza para este conjunto de objetos. Esse deslocamento se deu nos anos em que quantidade e o valor dos escravos se reduziu (Gráfico 4.10). Seria provável que o aumento nos primeiros fosse financiado pela queda nos segundos? Possivelmente não, pois o aumento foi muito menor que a queda. A casualidade é que, após esse ano (1852), as duas séries tiveram movimentos semelhantes e, por exemplo, a redução do patrimônio de 1855 para 1856 aconteceu nestas duas frentes: escravos e objetos domésticos.

A partir de 1852, as listas de impostos pessoais também passam a informar o valor dos artigos de cozinha e dos móveis nas casas dos habitantes de Richmond. Nesse ano, o total dessa riqueza para os negros livres foi de US$1.995. No seguinte ano (1853), ela se reduziu para US$1.135 e, depois, nos dois anos seguintes cresceu para US$1.830 e US$2.990, respectivamente. Por fim, em 1856 voltou a descer para os US$2.155[xvii]. Ficando na faixa dos US$1.000 até os US$3.000. Esse era um conjunto de valores menores que denotavam uma comunidade de pobres, mas também era uma faixa ampla de oscilação, não só porque o máximo era três vezes o mínimo, quanto porque os artigos que compunham esse grupo eram de relativamente pouco custo. Facilmente podemos imaginar quantos objetos tiveram que aparecer ou desaparecer das casas e cozinhas dos negros livres para que se gerassem essas oscilações nos montantes agregados.

Sem dúvida este era um grupo de indivíduos que se adaptavam às mudanças nos contextos, que se *ajustavam* às modificações macroeconômicas e que *pegavam o ritmo* do que acontecia na economia da cidade. As oscilações mostravam essa adaptação e o incremento na tendência linear dessa série sinalizava a acumulação econômica, pois os artigos de cozinha e os móveis de casa são bons indicadores do que acontecia com a riqueza dos indivíduos.

São tão bons indicadores, que a série desses artigos se movimenta paralela com o quarto e último

conjunto patrimonial que podemos usar neste capítulo: os investimentos de capital propriamente ditos. Desde 1852, os impostos pessoais registravam os investimentos em manufaturas, mineração e negócios que precisavam de licença prévia; também o valor total em títulos, cupões e papéis fiduciários, letras e dinheiro; além das ganâncias que provinham dos pagamentos de juros sobre certificados de dívidas públicas; e, por fim, também se foram registradas todas as outras propriedades pessoais que não estavam enquadradas nas outras categorias.

A série desse tipo de riqueza, que começou em 1852, teve um valor total para os negros livres de US$6.550, depois se reduziu para US$5.964 em 1853, e nos seguintes dois anos, cresceu para US$8.270 e US$9.600 respectivamente. No final do período que nos interessa, em 1856, voltou a descer para os US$7.000. Como se pode ver, as oscilações foram fortes e o crescimento linear da tendência foi expressivo.

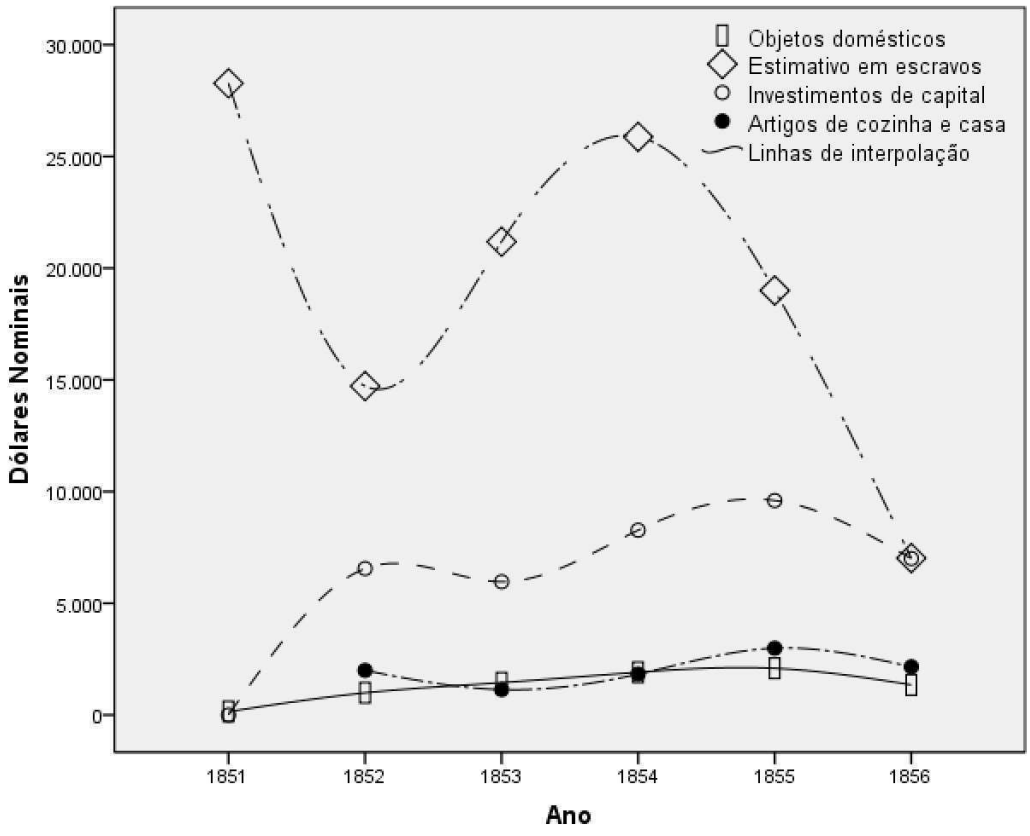



**Gráfico 4.12: Valor do tipo de patrimônio dos negros livres. Richmond, 1851-1856**

Fonte: Número de escravos e outros bens: *Impostos pessoais*. Preço dos escravos: Livros de contas de Goodwin & Templeman; Turpin, Rufus & Co; Rd. Barton, Hallax, Bolling & Co. Ver detalhes na nota lii do anexo deste capítulo.

O gráfico 4.12 reúne os quatro grandes conjuntos da riqueza pessoal dos negros livres[27]. O estimativo do patrimônio em escravos e os objetos domésticos já apareceram em outros gráficos deste capítulo (4.9 e 4.10). Neste gráfico, podemos ver o movimento paralelo dos artigos de cozinha e de casa com os investimentos de capital. Também se observa o deslocamento para cima das quatro séries de 1852 para 1854. Logo, em 1855 se reduz o patrimônio em escravos e objetos domésticos enquanto que os investimentos de capital e artigos de cozinha e de casas continuavam se incrementando. Por fim, em 1856 todas as séries se reduzem.

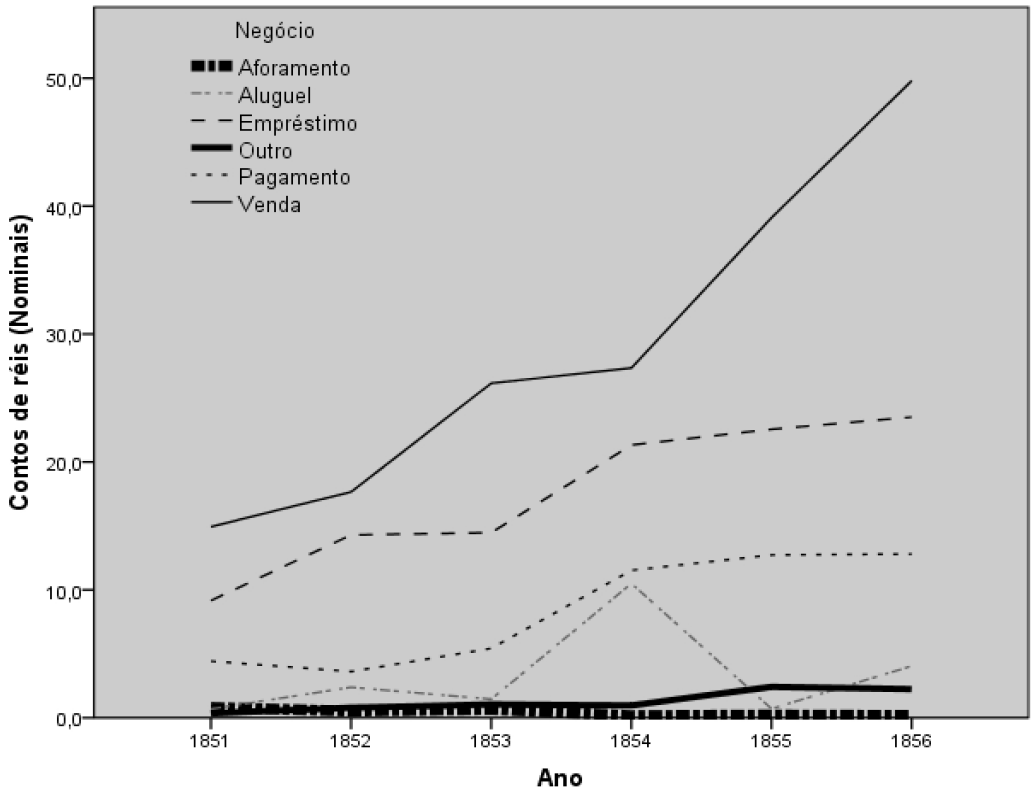



**Gráfico 4.13: Valores totais negociados segundo o tipo de transação. Rio de Janeiro, 1850-1856**

Fonte: Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro.

Infelizmente, para estes anos, não temos fontes disponíveis para a propriedade imóvel e teremos que esperar até o próximo capítulo para incorporar a informação de 1860. Portanto, não sabemos se as oscilações na *riqueza pessoal* estavam vinculadas às movimentações no que, na época, as fontes denominavam *riqueza real*, ou seja, com a propriedade sobre terrenos e casas. Mas, por enquanto, está claro que as mudanças no valor dos escravos e dos objetos domésticos estavam vinculadas às variações

27 A série de *investimentos de capital* no gráfico começa com um valor de zero em 1851 porque nas listas não foi registrado esse tipo de patrimônio, o que não significa que os negros livres não tivessem este tipo de bens nesse ano.

nos preços deles e, ao mesmo tempo, a tendência dos investimentos de capital se incrementou neste período, e o mesmo aconteceu com os artigos de cozinha e casa que, talvez, fossem os melhores indicadores da acumulação econômica.

Se em Richmond não sabemos o que aconteceu com as propriedades sobre terrenos e casas, para o Rio de Janeiro sabemos que as compras e vendas dessas mercadorias cresceu muito entre os pobres na primeira metade da década de 1850. O gráfico 4.13 apresenta a quantidade de dinheiro negociado por tipo de transação e fica evidente a aceleração desse tipo de negócios, pois, em 1851, movimentaram 14,9 contos de réis, cinco anos depois, em 1856, esse total foi para 49 contos de réis, isto é, mais da metade dos 92 contos de réis negociados em pequenas escrituras nesse ano se deram através das compra-vendas.

Em 1851, as vendas também representavam a metade do total dos negócios dos pobres no Rio de Janeiro e se mantiveram nessa proporção durante 1852 e 1853. No entanto, o forte incremento nos valores negociados em 1854, quando se passou de 49 contos para 71 contos gerou que os 27 contos das compra-vendas daqueles anos ficasse por baixo do patamar porcentual que mantivera nos anos anteriores. Mas, em 1855, as vendas cresceram, chegando aos 39 contos de réis e, assim, voltaram a representar mais ou menos a metade dos 77 contos de réis negociados[xviii].

Como as vendas não estiveram presentes no pulo de 1853 para 1854, no sentido em que elas se mantiveram constantes, então, a causa de esse incremento ficou por conta dos aumentos no crédito, tanto pela contratação de novos quanto pelo pagamento dos antigos. O total emprestado, em 1853, foi de 14:472$ mil-réis, e em 1854 passou para 21:327$ mil-réis, ou seja, uma multiplicação por 1,47 e o total de dívidas pagas, em 1853 foi de 5:426$ mil-réis e, em 1854, foi de 11:534$ mil-réis, neste caso a multiplicação foi por 2,12. Esses fatores de ampliação (1,47 para o crédito novo e 2,12 para o pagamento do antigo) de um ano para outro foram muito grandes. Uma parte da explicação desse crescimento estava no incremento dos valores médios contratados ou pagos, pois os primeiros passaram de 536 mil-réis para 710 mil-réis e os segundos de 678 mil-réis para 768 mil-réis, mas, ao mesmo tempo, a quantidade de transações cresceu e os novos créditos passaram de 27 para 30 e os pagamentos de 8 para 15.

Esses incrementos de 1853 para 1854 nos montantes totais, nos valores médios e na quantidade de negócios financeiros poderiam ser explicados pela retomada do crescimento econômico da capital do

Império após os problemas de 1853 e a reorganização do sistema bancário com a refundação do Banco do Brasil no final desse ano. Voltaremos a essa questão mais adiante. Contudo, e embora essa conjuntura fosse especial, também é certo que a atividade financeira dos pobres em 1853 comparada com a de 1852 não teve um tombo (Gráfico 4.13) e não tinha porque tê-lo, pois essa conjuntura não teve as proporções de uma crise nem abalou de forma dramática o mercado carioca. Portanto, o crescimento de 1853 para 1854 não foi uma recuperação, e, sim, um aumento significativo da atividade.

O outro fator que ajuda na explicação do forte incremento de 1853 para 1854, esse, sim completamente conjuntural, foi a expansão dos aluguéis porque, no segundo desses dois anos, se negociou mais de 10 contos de réis em comparação com os 1:456$ mil-réis do primeiro desses dois anos. O montante de 1854 não tinha nada a ver com os totais dos outros anos do período, pois, além desse ano, nunca se negociou em aluguéis mais de 3½ contos de réis. O motivo desse aumento não ficou claro, sobretudo, porque, em 1853, foram apenas 4 contratos e, em 1854, foram 20, enquanto, em 1855, voltaram a descer e foram tão só 6 negócios.

Poderia ser produto da aleatoriedade o que multiplicou nesse ano os contratos de aluguel. Outras pesquisas focadas nesses negócios e seus determinantes poderiam iluminar a questão. O que nos interessa neste momento é que, mesmo não levando em consideração o número muito alto de aluguéis de 1854, a quantidade desses contratos teve uma tendência de crescimento, pois, em 1851, se assinaram 6 destas escrituras e, em 1856, foram 14.

Esse processo de aumento no número de negócios aconteceu para todos os tipo de transações. Já mostramos tal fato no caso dos créditos, contratados e pagos, de 1853 para 1854, mas, como afirmamos, a tendência foi geral. Por exemplo, foram 36 vendas em 1851 e, em 1856, chegaram a 82, e as dívidas contratadas em 1851 foram 20, enquanto, em 1856, foram 34. O único tipo de negócios que não cresceu e seu número de transações ficou oscilando foram os aforamentos que eram 23 em 1851 e passaram para 28 em 1856, mas, em 1854, tinham sido somente 6. Provavelmente, essas oscilações tinham sido consequência da lei de terras do final de 1850 mas mesmo assim, vale sublinhar que, em 1856 os aforamentos ainda se apresentavam em quantidades significativas.

O incremento no número de transações em todos os tipos de negócios já havia sido constatado por

nós quando falamos das densidades dos valores negociados nas áreas da cidade. Nesse momento, falamos dos incrementos nas faixas das densidades como resultado do aumento *horizontal* mais do que *vertical*, ou seja, de mais e mais agentes negociando montantes que cresciam, mas a multiplicação dos agentes era mais rápida que a ampliação dos valores. Isso volta a ser verificado agora, quando olhamos para as quantidades de negócios e os valores médios deles. O melhor exemplo foram as vendas que se multiplicaram por 2,27 entre 1851 e 1856 enquanto seus valores médios se multiplicaram por 1,46, e devemos lembrar que elas respondiam por quase metade do dinheiro negociado.

Como afirmamos no capítulo anterior, os pobres cariocas escrituravam vendas de muitas variedades de propriedades, isto é, que não só se vendiam casas e terrenos, mas também se vendiam posses, benfeitorias, domínios, além de heranças e papéis fiduciários e, é claro, dos cativos. Porém, a quantidade destes últimos registrados nos cartórios foi mínima e, portanto, a grande maioria das vendas foram feitas sobre propriedade imóvel que certamente foi uma das duas mercadorias mais negociadas na cidade, a outra foi o dinheiro.

Em 1851, se venderam casas por um total de 2:168$ mil-réis e terrenos por 2:602$ mil-réis; em 1856, esses valores cresceram para o patamar dos 11:880$ mil-réis e 16:115$ mil-réis respectivamente[xix]. Aqui a multiplicação foi por 5,47 para as casas e por 6,19 para os terrenos. Certamente fica difícil achar adjetivos que possam expressar a magnitude desses fatores de expansão e fica evidente como a atividade dos pobres aumentou no começo da década de 1850.

Quanto ao dinheiro, com ele, como mercadoria das escrituras se fizeram transações por um total de 13:598$ mil-réis em 1851 e esse total se multiplicou por 2,67 para 1856 quando chegou aos 36:307$ mil-réis. Desta maneira, tanto os negócios com propriedade imóvel quanto as transações que somente movimentavam dinheiro (basicamente novos créditos e pagamentos de dívidas) cresceram entre 1851 e 1856. Contudo, o interessante foi que, em vários anos deste período, a prevalência de uma destas mercadorias sobre a outra foi se revesando.

Em 1851 e 1852, os negócios da mercadoria dinheiro foram maiores que os feitos com imóveis, mas, em 1853, essa relação se inverte e os segundos passaram a ter mais de 23 contos de réis, enquanto os primeiros tiveram pouco mais de 19 contos de réis. Em 1854, a relação volta a se inverter e agora é o

dinheiro o que prevalece, com 32 contos negociados em comparação com os 28 contos dos imóveis. Em 1855, a primacia se manteve, mas, em 1856, volta a se inverter e os imóveis tomaram a frente com 39 contos de réis e o dinheiro ficou com 36 contos de réis.

Sendo assim, a pergunta é se temos uma realocação da atividade no Rio de Janeiro do mesmo jeito da que assistimos em Richmond. Ou seja, os negros livres richmonianos ajustaram os ativos e objetos de seu patrimônio de acordo com o que acontecia no contexto. Será que os cariocas fizeram o mesmo? A resposta seria um sim mas não, ou, pelo menos, não do jeito e ao ritmo dos richmonianos.

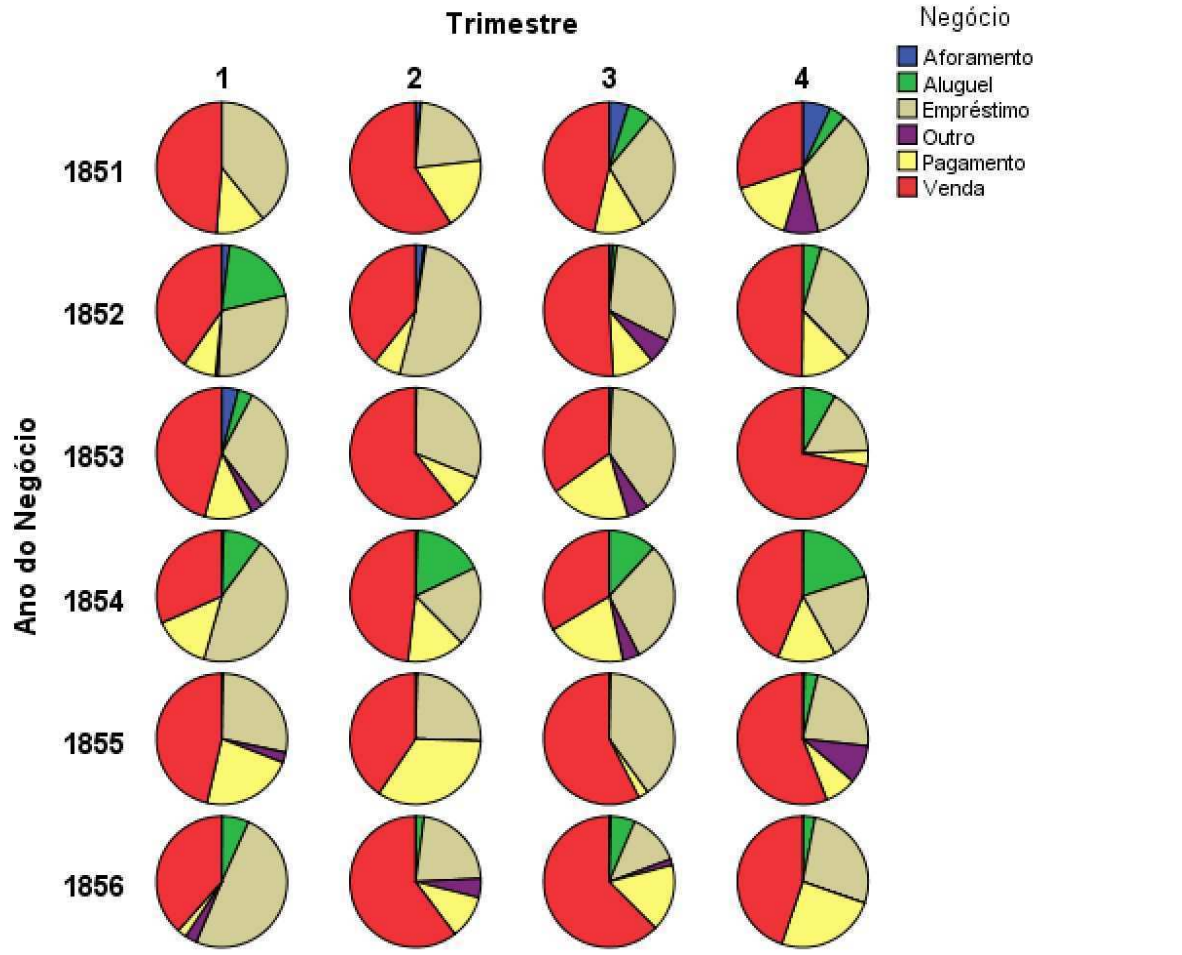



**Gráfico 4.14: Proporção do tipo de negócios do quartil inferior das escrituras por valor dos negócios. Rio de Janeiro, 1851-1856**

Fonte: Primeiro Oficio de Notas do Rio de Janeiro.

A parte da resposta que afirma que existiu, sim, a realocação da atividade pode-se entender se compararmos o gráfico 4.14 com o gráfico 3.8. Nos dois estão as fatias que formavam o total das escrituras do primeiro quartil de negócios, a do capítulo anterior com os dados de 1847-1850 e deste

capítulo com os anos de 1851-1856. A primeira conclusão que fica clara, ao comparar as duas, é o incremento relativo das vendas no total negociado, pois, no capítulo anterior elas só em alguns trimestres, foram majoritárias, enquanto neste capítulo, na maioria dos trimestres, elas foram o principal negócio. Curiosamente, esse rol maioritário entre 1847 e 1850 se dava no último trimestre do ano, e, entre 1851-1856, passou a ser quase o ano todo.

Esse incremento relativo das vendas acontecia de forma simultânea com a queda relativa dos empréstimos. Devemos salientar que falamos da participação relativa, pois já mostramos o forte crescimento nos valores contratados. Mas, em termos porcentuais, os empréstimos, que eram quase completamente hegemônicos em todos os trimestres do período 1847-1850, passaram a ser maioritários apenas em 4 dos 24 trimestres de 1851 para 1856. Além disso, os únicos trimestres do período 1847-1850 em que eles não prevaleceram foram os últimos três de 1850.

Nesse sentido, temos uma realocação da atividade, pois existiu um virada dos empréstimos como centro da atividade cartorial dos pobres entre 1847-1850 para dar passo às vendas como foco dessa atividade entre 1851 e 1856. Em outras palavras, os pobres no Rio de Janeiro, continuavam pegando e emprestando grandes quantidades de dinheiro, cada ano mais e mais créditos se contratavam, mas, ao mesmo tempo, as vendas conseguiram, trimestre após trimestre, igualar e superar esses empréstimos, e os investimentos imobiliários cresceram. Infelizmente, neste capítulo, não sabemos se essa prevalência imobiliária também aconteceu em Richmond, pois não temos fontes para essa questão, mas, na capital do Império Brasileiro ficou constatada.

A parte da resposta que afirma que não existiu uma realocação da atividade carioca do jeito que aconteceu em Richmond tem duas partes. Por um lado, não existiu, pois a mudança da prevalência dos empréstimos para as vendas se dava do final da década de 1840 para o começo da década de 1850, ou seja, os rearranjos da atividade não se deram no interior dos subperíodos, e, sim, de um para o outro, portanto, no Rio de Janeiro, foi uma tendência mais geral. Não poderia ser de outro jeito, pois o valor dos negócios cresceu fortemente para todo tipo de transações e com isso se gerou a tendência. Por exemplo, no capítulo anterior, falamos que, em geral, os volumes de pagamentos de dívida desciam no último trimestre do ano, agora o gráfico 4.13 mostra que sempre no último trimestre do ano existia pagamento de dívidas. Ou seja,

a atividade cresceu tanto que gerou dinheiro para cancelar créditos no final do ano e, em consequência, não temos um rearranjo, mas temos um incremento geral.

Por outro lado, em Richmond, essa realocação mexeu com o número de escravos dos negros livres. Como mostramos, a quantidade de cativos variava de acordo com as mudanças em seus preços. Pelo contrário, no Rio de Janeiro, as alforrias pagas cresceram: em 1850 foram 161, que foi a quantidade máxima dos anos anteriores, e, em 1851, passaram a ser 240 e ficaram em patamares maiores às 200 até 1857 (Valencia 2011:37). Isso acontecia num momento em que os preços dos escravos e das alforrias cresciam, de tal forma que os investimentos na liberdade foram de pouco mais de 66 contos de réis em 1850 para chegarem a mais de 177 contos de réis em 1856 (Valencia 2011:233) quase triplicando seu valor em apenas só seis anos.

Portanto, os investimentos em força de trabalho na capital da Virgínia eram muito mais sensíveis às mudanças nos preços que esse mesmo tipo de investimentos no Rio de Janeiro, pois, no porto sul-americano, embora os preços aumentassem, as alforrias também o faziam. Em realidade, as compras da liberdade carioca eram dependentes de outras variáveis além do preço, como por exemplo, a oferta monetária e a inflação (Valencia 2011).

Os investimentos em força de trabalho (e no caso do Rio de Janeiro isso quer dizer compra de alforrias) continuaram sendo o principal ativo do patrimônio dos negros livres, pois, devemos reparar que, mesmo que todas as vendas do primeiro quartil de negócios registradas no primeiro ofício de notas da cidade fossem feitas por negros livres, (o que era impossível, pois outros agentes também participavam), em 1856, elas só representavam 27% do investido em alforrias, visto que elas totalizaram 49 contos de réis contra os 177 contos de réis da liberdade.

Já que as alforrias eram sensíveis às mudanças no contexto econômico, sobretudo à inflação e à oferta monetária, e como elas eram o principal ativo, então todo o patrimônio dos negros livres era sensível ao que acontecia com os grandes agregados macroeconômicos. Desta forma, richmonianos e cariocas eram semelhantes, pois os dois ajustavam suas decisões econômicas às mudanças do contexto e, a variável do patrimônio que mais acompanhava esse ritmo era os investimentos em força de trabalho.

Mas, ao mesmo tempo, os negros livres do porto no Rio James eram diferentes dos que moravam

no porto da Baía de Guanabara, pois os norte-americanos seguiam de perto as variações nos preços, enquanto os sul-americanos seguiam as oscilações em outros agregados como oferta monetária e inflação. Para evidenciar esse vínculo com o contexto, construímos o gráfico 4.15 com as tendências dos preços das ações bancárias em cada cidade.

Os preços das ações em Richmond foram compilados por Richard Sylla, Jack Wilson e Robert Wright que coletaram as informações diretamente dos jornais (2006). Os preços na série deles estão na cotação diária em dólares para os bancos da Virgínia, o Farmer´s Bank e o Exchange Bank, que eram os três principais da cidade. Nós normalizamos esses preços e a correlação entre eles para o período 1851-1856 foi sempre maior que 0,90[28]. Portanto, o índice que os agrupa representa bem o movimento geral. No entanto, nem para todos os dias há informação, nesses casos, calculamos uma interpolação linear. Depois, o índice foi representado no gráfico 4.14 o qual diferencia os dados observados e os interpolados.

A série de Richmond começa em 5 de agosto de 1850 e termina em 19 de dezembro de 1856. Para o Rio de Janeiro começa em 10 de agosto de 1850, mas termina em 31 de dezembro de 1856. Na cidade sul-americana, a série se refere a três bancos: Banco Comercial do Rio de Janeiro e os dois bancos do Brasil. As cotações do Banco Comercial vão de 10 de agosto de 1850 até 7 de fevereiro de 1854, quando o Banco desapareceu completamente. O primeiro dos dois bancos do Brasil que operaram entre 1851 e 1856 teve uma série que começou em 28 de agosto de 1851 e terminou no mesmo dia, 7 de fevereiro de 1854, em que desapareceu o Banco Comercial. Esses dois bancos (Comercial e do Brasil) deram passo a um *novo* Banco do Brasil (o segundo para este período), que começou a cotar ações em 16 de novembro de 1853 e, portanto, durante pouco menos de três meses existiram os três bancos simultaneamente. Depois de 7 de fevereiro de 1854, a série faz referência unicamente ao Banco do Brasil que continuou (Guimarães 1997).

Assim, entre agosto de 1850 e setembro de 1851, a série do Rio de Janeiro só faz referência ao Banco Comercial. Entre setembro de 1851 e novembro de 1853 refere-se ao Banco do Brasil e ao Banco Comercial. Nos três meses de novembro de 1851 até fevereiro de 1854, a série contém o Banco Comercial e os dois Bancos do Brasil, o que estava fechando e o que estava começando. Por fim, após fevereiro de 1854, a série só tem o *novo* Banco do Brasil.

28 Os valores foram 0,90, 0,92 e 0,93 para cada combinação de bancos.

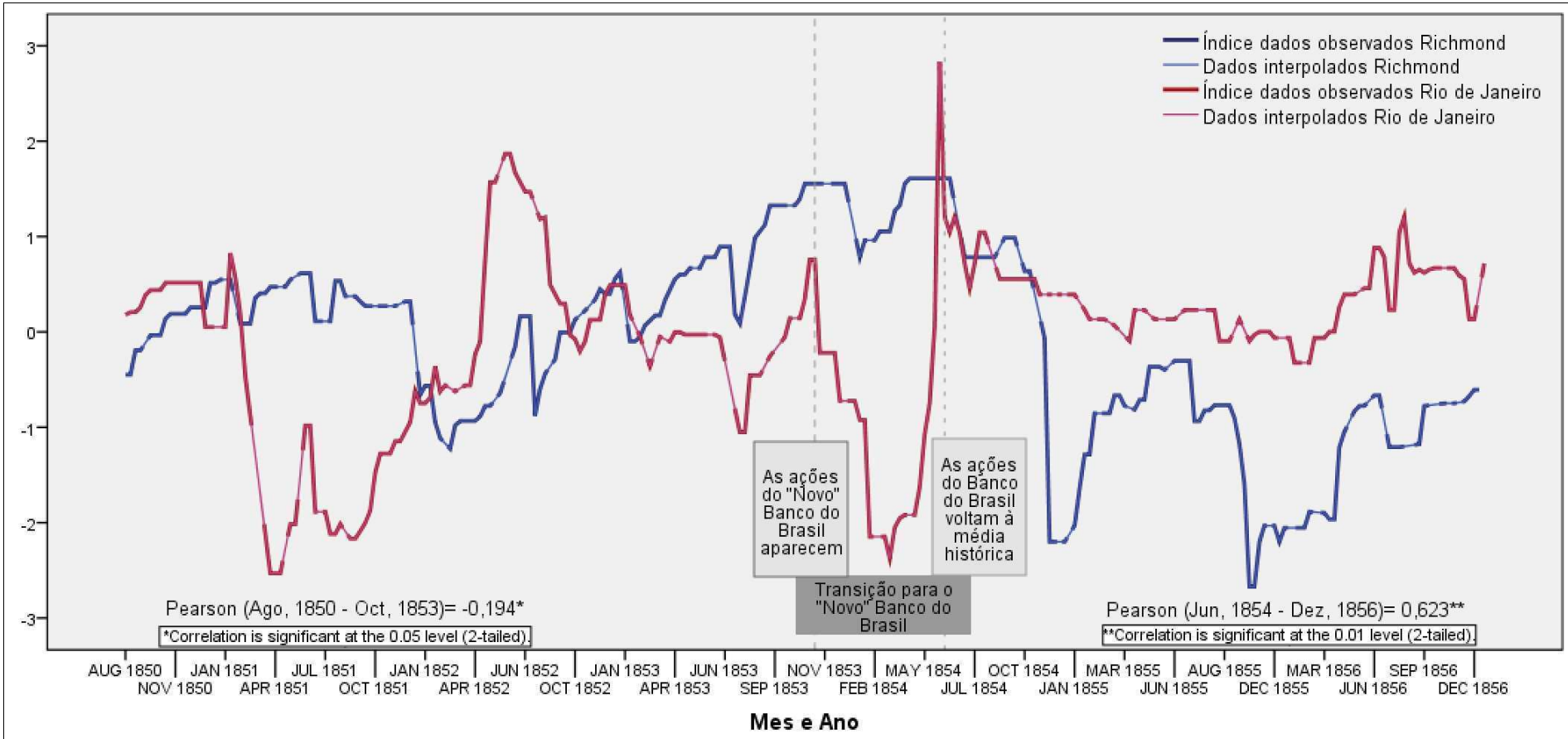



**Gráfico 4.15: Tendências dos índices de preços das ações bancárias. Rio de Janeiro e Richmond, 1851-1856**

Fonte: Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda 1859. Richmond: Sylla et al. 2006

A fonte das cotações foi o relatório da crise de 1859 (Ministério da Fazenda 1859:320–324)[29] e nele só aparecem esses três bancos. Cada uma das três séries foi normalizada e, no período em que Banco do Brasil (o que seria extinto em 1854) e o Banco Comercial operaram simultaneamente, as suas cotações tiveram uma correlação de 0,87, portanto, o índice que os agrupa as representa muito bem. Para os outros períodos, não existem problemas de agrupação e representatividade do índice, pois a série informa só sobre um banco. Da mesma maneira, no caso das cotações em Richmond, para aqueles dias dos quais não temos informação, a série no Rio de Janeiro foi interpolada e o gráfico 4.15 diferencia entre dados observados e interpolados.

Para a capital brasileira, a série tem três momentos diferentes: antes de novembro de 1853, quando operavam o Banco Comercial e o Banco do Brasil que fecharia; depois, entre novembro de 1853 e maio de 1854, que foram os meses de transição entre esses dois bancos e o novo Banco do Brasil. Escolhemos, como data final da transição, maio de 1854, pois foi o mês em que o índice voltou para sua média histórica. Por fim, o terceiro período foi desse mês até o final de 1856 quando nosso recorte temporal para este capítulo termina.

Nos meses de transição entre os dois bancos do Brasil a volatilidade das ações cariocas foi muito forte e, entre março e maio de 1854, o índice deixou de ter um dos menores valores do período para ter o maior dos seis anos. Portanto, esses meses foram uma conjuntura específica do mercado financeiro carioca e não podem ser comparados com o acontecido nos outros meses ou em outras cidades.

Antes da transição, o índice carioca também apresentou volatilidade. Por exemplo, entre janeiro de 1851 e março de 1852, ele despencou rapidamente e chegou ao mínimo valor de todo o período, depois se recuperou e atingiu um dos máximos históricos em junho de 1852. A partir desse momento, teve uma queda que o levou perto da média, cotação na qual se manteve até o início da transição para o novo Banco do Brasil.

Em oposição, entre 1850 e 1853, os bancos richmonianos mantiveram uma relativa calma em

29 Os dados aparecem no Anexo B do relatório. Esse anexo não tem numeradas as páginas nem tabelas. Porém, na versão digital do documento, a tabela na qual se encontram os preços das ações dos bancos corresponde às páginas 320-324. O título da tabela é *"Quadro do Curso de Cambio entre a praça do Rio de Janeiro e as de Londres, Paris, Hamburgo, Antuerpia e Marselha e bem assim os premios dos Fundos Publicos e das ações de alguns Bancos durante o período de 1850 a Março de 1860"*

comparação com seu próprio percurso e, embora em janeiro de 1852 experimentassem uma queda, ela não teve as proporções relativas ao que acontecia na capital brasileira. Portanto, a correlação entre os mercados de ações bancárias nas duas cidades foi pequena nesses primeiros três anos da década de 1850. Contudo, em alguns momentos, as oscilações se deram de forma simultânea, por exemplo, entre março e julho de 1852, os dois mercados tiveram um ciclo de ascensão e queda parecido, embora o carioca fosse mais expressivo em seu tamanho relativo.

Após 1854, a situação se inverte e a volatilidade maior, em termos relativos à própria média, ficou por conta dos bancos richmonianos que, no final desse ano, atingiram um dos valores mínimos do período, após uma desvalorização que começou em outubro. No segundo semestre de 1855, também o índice na capital da Virgínia, se reduziu puxado pelo comportamento do Farmers´ Bank. Em contraste, as ações do Banco do Brasil se mantiveram relativamente calmas. Porém, é importante sublinhar que os índices foram normalizados, ou seja, as oscilações das séries do Gráfico 4.15 se referem às mudanças nos valores comparados com suas próprias médias e desvios padrões. Nesse sentido, são relativas a seus contextos e o que comparamos não são dados absolutos, e, sim, as variações *contextualizadas*.

Por isso, o índice de correlação entre as ações das duas cidades após maio de 1854 é muito alto, pois a tranquilidade relativa reinou nos mercados carioca e richmoniano. Mas também devemos enfatizar que as duas cidades estavam vinculadas via mercados internacionais para seus produtos, que, como já falamos várias vezes, eram complementares entre si e, ao mesmo tempo, estavam ligadas pela circulação financeira internacional, pois as duas eram praças importantes no Atlântico.

Se compararmos o acontecido no contexto financeiro da cidade, entendido através do índice de preços das ações, com a economia dos negros livres, o que encontramos é que, nos anos transcorridos entre 1850 e 1856, a atividade e o patrimônio desses agentes cresceu mais rápido. Embora possa parecer difícil de entender, os dados deixam pouco espaço para dúvidas: os negros livres caricoas e richomianos, que em termos gerais eram pobres, acumularam mais rápido que as cotações das ações bancárias.

O melhor índice dessa acumulação em Richmond foi o valor dos artigos domésticos e de cozinha dos negros livres que, sobretudo entre 1853 e 1855, cresceu, enquanto as ações se mantiveram estáveis com alguma tendência de queda. No Rio de Janeiro, os investimentos em alforrias se multiplicaram após

1851, se mantiveram em patamares muito altos nos seguintes cinco anos, e, nos mesmos anos, as ações dos bancos se mantiveram estáveis.

A estratégia econômica dos cariocas parece ter sido aproveitar as chances do contexto e aumentar a atividade geral fosse em empréstimos, compra-vendas e investimentos em alforrias, o que gerou uma maior acumulação. Por sua vez, a estratégia dos richmonianos foi realocar investimentos e recursos, dependendo das variações nos preços das mercadorias e dos cativos, e, desta forma, também acumularam.

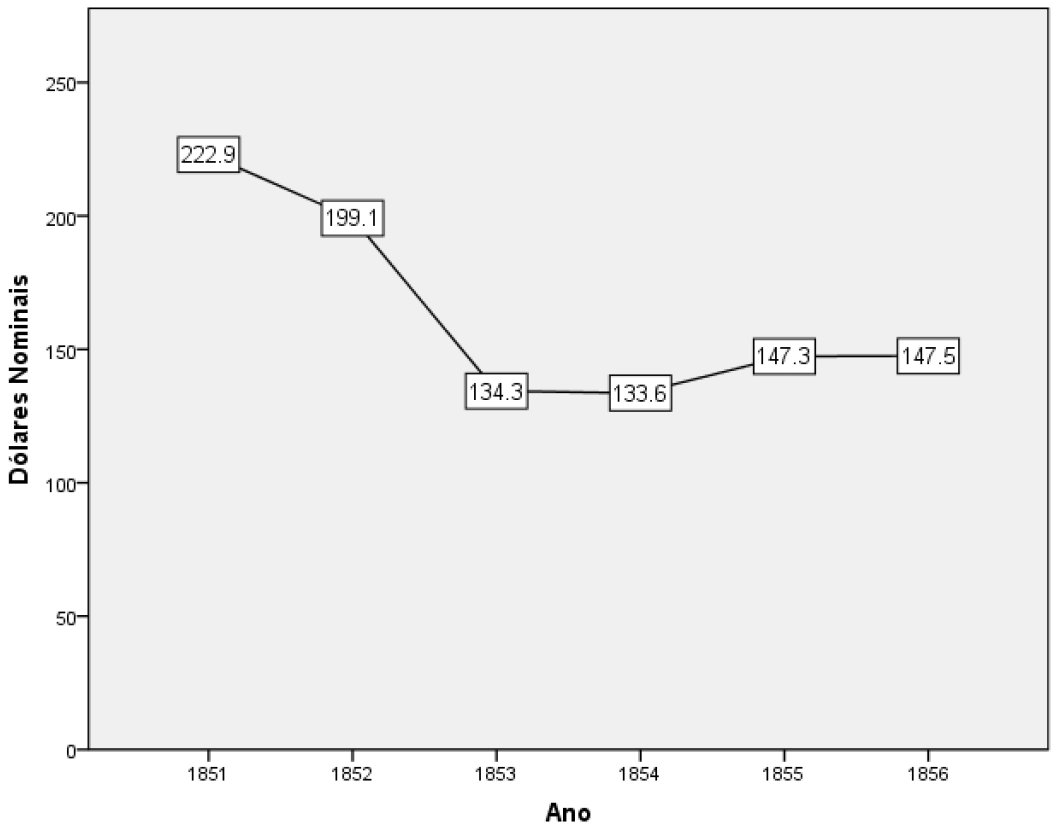



**Gráfico 4.16: Total arrecadado em impostos pessoais dos negros livres. Richmond, 1851-1856**

Fonte: Impostos Pessoais. Biblioteca da Virgínia, Richmond.

Essas mudanças no interior do patrimônio dos negros livres da capital da Virgínia é o que explicou as variações nos valores tributados por eles. O gráfico 4.16 apresenta esses dados. O dinheiro arrecadado em 1851 e 1852 foi maior que o de 1850 (Gráfico 3.6), o qual foi muito grande, produto da reforma tributária daquele ano, portanto um crescimento ainda maior nesses dois anos é expressivo do dinamismo da atividade econômica dos negros livres.

Em 1853 e 1854, os tributos totais se reduziram e passaram de quase US$200 para US$134 e

US$133, mas essa queda não foi produto do empobrecimento, senão da redução da quantidade de indivíduos que tributavam, pois, em 1851 foram 227 e, em 1852 foram 177, enquanto que, em 1853 e 1854, foram 106 e 105 respectivamente. No entanto, as médias de imposto pago individualmente cresceram e passaram de US$1,01 em 1851 para US$1,13 em 1852 e US$1,27 em 1853 e 1854. Portanto, não devemos nos enganar pela queda no total[xx].

No final do período o total arrecadado voltou a crescer, embora esse aumento fosse relativamente pequeno, pois chegou aos US$147 em 1855 e 1856. Esse incremento foi produto, por um lado, de um modesto aumento no número de agentes taxados, que passaram para 119 e 111 respectivamente e, por outro lado e mais importante, pelo crescimento do valor médio pago no último ano (1856) quando chegou aos US$1,38, que foi o maior valor anual desde 1840.

Para ver com maior clareza esse importante ascenso das finanças dos negros livres em Richmond, podemos dar uma olhada nos valores máximos pagos em tributos em cada ano, estes foram entre 1851 e 1856 os seguintes: US$2,38, US$9,82, US$12,01, US$12,51, US$17,90 e US$29,79 o que significa uma multiplicação por mais de 10 vezes. Claramente estes foram os anos de formação da elite econômica dos negros livres em Richmond, pois os valores máximos falam do aumento nesse grupo social.

Porém, não foi só esse grupo que cresceu em patrimônio, pois, se olharmos para os dados do percentil 5 dos indivíduos que pagaram impostos, o movimento de ascenso também aparece, embora não fosse tão expressivo quanto o dos negros libres mais abastados. Em 1851, o dado desse percentil foi de US$0,38 e, em 1856, foi de US$1, ou seja assistimos a um deslocamento para cima de todo o grupo em geral.

Esse incremento na acumulação foi muito maior entre os abastados que entre os pobres. Igualmente importante foi que o grupo social de forma conjunta continuou sendo pobre. Em outras palavras, em geral todos acumularam, mas a grande maioria se manteve na pobreza, e aqueles que passaram a formar a elite econômica foram só alguns indivíduos e suas famílias[xxi].

Em 1852, ano para o qual estão disponíveis os endereços (ilustração 4.6), os quatro maiores contribuintes dos negros livres estavam localizados em quatro áreas da cidade: no extremo sudeste em Jefferson Ward, ao sul do Capitólio em Madison Ward, no oeste na Monrroe Ward e no extremo noroeste

na futura Jackson Ward. Porém, em Jefferson, proporcionalmente, moravam mais abastados, pois pelo menos quatro indivíduos pagaram mais de US$1, e aqueles que pagaram exatamente essa quantia foram menos de uma dezena. Ao contrário, a área que proporcionalmente continha mais pobres era o centro da cidade, do lado da estação ferroviária e da estrada de ferro Central da Virgínia, já que ali ninguém pagou mais de US$1.

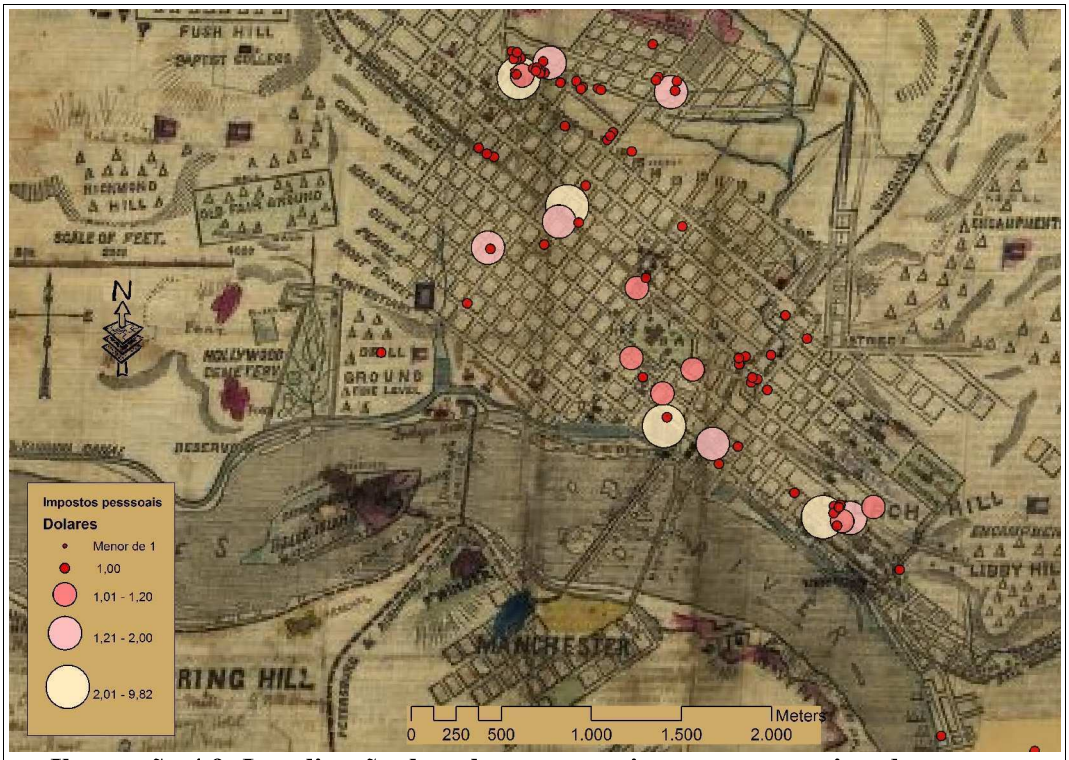



**Ilustração 4.9: Localização do valor pago em impostos pessoais pelos negros livres. Richmond, 1851-1856**

Fonte. Dados: Impostos Pessais, Biblioteca da Virgínia, Richmond. Imagem: VHS, 1862

Na futura Jackson Ward, a quantidade de indivíduos que pagaram US$1 também foi significativa e era a segunda área em porcentagem de negros livres pobres. No entanto, nas suas ruas alguns conseguiram alguma acumulação maior. Da mesma forma, os que moravam ao sul do Capitólio mantiveram seu patrimônio, e vários deles pagaram mais de US$1. O mapa da ilustração 4.9 destaca essa informação de localização segundo o valor pago nos impostos de 1852.

Em termos gerais, o arranjo do pagamento não mudou em comparação com o fim da década de 1840 (Ilustração 3.10), pois Jefferson Ward e o sul do Capitólio continuavam como lugares de moradia dos negros livres abastados e as imediações da estação de trem como lugar dos mais pobres. Mas, como já comentamos, em geral, para os negros livres richmonianos, o período 1851-1856 foi de anos

financeiramente bons e de acumulação.

Para terminar o capítulo, podemos oferecer uma evidência adicional que foi achada por Latimore Carey na sua pesquisa: entre 1849 e 1858, a Primeira Igreja Batista da Cidade, que era a igreja dos negros livres, arrecadou mais de US$2.000 para caridade. Esse dinheiro era proveniente dos bolsos de seus fiéis que não podiam doar para o fundo mais de US$5, ou seja, todas as doações individuais foram menores a esse valor. Para ter uma ideia de quanto dinheiro esses US$2.000 representavam, Carey os compara com os US$700 arrecadados no mesmo período pelo fundo de caridade da Segunda Igreja Batista, esta formada basicamente por brancos (Carey 2005:78).

Para o Rio de Janeiro, a última evidência que oferecemos sobre a expansão econômica dos negros livres podia ser lida no *Jornal do Commercio* de 7 de agosto de 1856, quando um anunciante oferecia alugar quartos numa chácara na Cova da Onça ao lado do Rio João Marquese. Por estar neste lugar, se tinha *boa água* e por isso o anúncio estava dirigido às mulheres *lavadeiras* da cidade[30]. Repare-se que não foi publicado para informar aos senhores das escravas que lavavam roupa e menos ainda para os empresários donos de negócios que contratavam trabalhadores para lavar; o anúncio explícitamente falava para as lavadeiras sem se interessar se eram livres ou escravas, brancas ou pretas.

Esse anunciante reconhecia a autonomia e sabia da capacidade financeira das lavadeiras e não tinha problema algum em se oferecer para fazer negócios diretamente com elas. O mesmo se deu com aquele que respondeu ao anúncio de uma das *moças de cor* que procurava um quarto e comida, do qual falamos no começo deste capítulo. Uma delas oferecia pagar entre 20 mil-réis e 30 mil-réis por mês, o valor era suficientemente bom. No dia seguinte, alguém mostrou interesse e pedia para que ela fosse à Rua do Arcos, número 25, entre 11 da manhã e 2 da tarde para tentar fechar o negócio.

Assim, as *lavadeiras* e as *moças de cor* cariocas transformaram-se em partes legítimas de negócios, não mais eram só trabalhadoras para ser contratadas. Claro que também eram isso: trabalhadoras, mas viraram mais que isso e agora participavam de negócios além de serem força de trabalho. Essa mistura de negócios e trabalho foi o que permitiu acumular. Da mesma forma aconteceu com os negros livres de Richmond, que, misturando venda de força de trabalho e negócios próprios, elevaram seu patrimônio e, ao

30 *Jornal do Commercio,* 7/08/1856

mesmo tempo, levaram seu fundo de caridade na igreja para atingir um valor quase três vezes maior que o fundo da igreja dos brancos.

Negros livres dos dois lados do Atlântico, embora pobres, conseguiram aproveitar a conjuntura internacional de 1850 até 1856 e, no entanto cada cidade tivesse suas especificidades, também era certo que o contexto atlântico marcava ritmos que não podem ser omitidos. Eis o problema, pois, se entre 1850 e 1856, os sinos do Oceano tocaram para marchar além dele, depois disso, em 1857 começariam a tocar para recuar. Terminava a época da abundância e começava a de se virar. Como eles se viraram na primeira grande crise mundial será o tema do próximo capítulo.

# 5. A ESTRADA QUE VIROU BECO: OS PROBLEMAS ECONÔMICOS, 1857-1860

## 5.1 A cidade na crise

Quando a crise de 1857 estourou nos grandes centros financeiros do mundo, os negros livres e escravos das cidades da América não tinham, assim como outros segmentos da sociedade, a menor percepeção sobre ela e muito menos sobre os efeitos que ela poderia acarretar nas suas vidas. A Guerra da Crimeia (1854-1856), tão longe deles, foi parte de um conjunto de causas que impulsionaram suas finanças no começo da década de 1850, e que descrevemos no capítulo anterior. No momento em que ela terminava, seus efeitos também foram sentidos pelos mesmos habitantes que a ignoravam.

Da Crimeia para o Jackson Ward em Richmond ou para a Freguesia do Sacramento no Rio de Janeiro, essa seria uma trilha difícil de se acreditar para uma crise econômica em 1857, mas será sobre isso que este capítulo falará. O começo da história é mais ou menos bem conhecido: as safras fracas de trigo na Rússia no final da década de 1840 e a posterior Guerra da Criméia com as quedas nas exportações desse país elevaram os preços internacionais de grãos e cereais na década de 1850. Quando a guerra terminou e o fornecimento russo e de outras regiões voltou ao mercado, os preços despencaram (Kindleberger 2005:135).

A queda nos preços gerou um efeito em cadeia que os agentes das bolsas de valores, bancos e grandes companhias do mundo já esperavam, e que se converteu numa crônica de uma morte anunciada, pois todos sabiam que os preços agrícolas, em geral, estavam sobrevalorizados e que isso tinha puxado o crescimento na sua produção e com ela os preços da terra. No caso dos Estados Unidos, esses aumentos na agricultura impulsionaram ainda mais a imigração para o oeste e com ela o incremento na atividade ferroviária que deslocava pessoas e bens agrícolas.

As ações das companhias ferroviárias subiram em todo o mundo, e o crédito mais acessível face às taxas de juros menores nos principais centros financeiros possibilitaram o aumento dos recursos para elas,

seja nos EUA (David e Cull 2008:744), seja em outras partes do mundo. Esse crédito também foi para o financiamento dos produtores agrários e do comércio internacional. Ou seja, boa parte da economia mundial estava incluída na situação. Só para se ter uma ideia do tamanho do problema, podemos citar dois dados: primeiro, em Londres existiam companhias com capital menor às £10.000 com passivos maiores às £900.000 (Kindleberger 2005:78); segundo, os bancos londinenses, entre 1852 e 1857, passaram de £17,7 milhões em depósitos para £40 milhões e, ao mesmo tempo, expandiram as letras de câmbio de £66 milhões para £200.000 (Kindleberger 2005:76).

No começo da crise, os banqueiros da City de Londres fizeram o que se esperava deles: puxaram a moeda metálica para os seus cofres e, dessa forma, se protegeram dos saques de seus clientes. Tal política, que elevou as taxas de juros e encareceu o crédito na principal praça financeira do mundo, só fez agravar a situação, pois a primeira ficha do dominó a cair foi o famoso *Ohio Life Insurance and Trust Company*, o maior banco de Ohio que estava no olho do furação da expansão agrícola norte-americana. O problema para o banco começou quando seu escritório em New York não conseguiu manter os pagamentos para seus clientes. Essa suspensão levou ao aumento dos saques em moeda metálica. Após quatro dias, e com a falência do banco, os problemas já tinham atingido boa parte da atividade no Estado de Ohio. A ferrovia *Illinois Central Railroad,* nesses quatro dias, viu cair suas ações do preço por unidade de US$113 para US$92. Por essa via também o mercado acionário novaiorquino foi atingido (Huston 1987:15).

Para enfrentar a crise, New York fez o mesmo que Londres: aumentar as suas reservas em ouro como garantia para os saques em moeda metálica dos clientes. Em 29 de agosto, as reservas eram de US$9.200.000 e, três semanas depois, já eram de US$13.500.000. Ao mesmo tempo, os depósitos nos bancos da cidade se reduziram drasticamente, pois, no começo de agosto, eram de um montante total de US$ 94.500.000 e, na metade de setembro, somavam US$75.800.000 (Huston 1987:15).

No intuito de manter o fluxo de metal para New York, os bancos das outras cidades e regiões dos Estados Unidos foram submetidos a uma intensa pressão que reduziu seus próprios estoques de reservas. Assim, ficou difícil manter o crédito para a produção e o comércio e, também, para pagar as suas próprias obrigações. O primeiro desses bancos a cair estava na Pensilvânia, em 25 de setembro o que elevou a pressão sobre os outros bancos, que, por sua vez, decidiram parar de aceitar notas de instituições

diferentes. Com essa decisão, no final do mês, já apareceram, nas listas dos jornais, os nomes das instituições financeiras falidas (Huston 1987:16).

Com os problemas de crédito, a procura por produtos também desabou e com ela os preços das mercadorias agrícolas, que entraram em queda livre. Por exemplo, em setembro, o barril de carne suína em New York foi de US$ 24 para US$ 13 (Kindleberger 2005:111), e a farinha de trigo, que custava US$6,35, em julho, passou para US$ 5,65, em setembro e em outubro, seu preço era de US$ 4,55 por barril (Huston 1987:18).

A taxa de juros, por sua vez, cresceu e, em setembro, em New York, a média pulou de 15% para 24% ao ano (Kindleberger 2005:111). Mas o clímax da crise foi na segunda semana de outubro. Após os problemas de setembro, uma boa parte dos clientes achava que seus bancos não ofereciam mais segurança para seu dinheiro, e com a paralisia do comércio e da produção por falta de crédito, muitos agentes não conseguiram honrar suas dívidas, o que gerou novos problemas para os bancos. Assim, na sexta e sábado dessa segunda semana de outubro de 1857, se registraram as grandes corridas financeiras em New York. Os bancos conseguiram resistir e mantiveram os pagamentos.

Mas, na segunda-feira seguinte, a movimentação da população retirando seus depósitos das suas contas bancárias foi geral, de novo, os bancos mantiveram os pagamentos na esperança de demonstrar sua fortaleza, e esperavam que na terça-feira a situação fosse mais tranquila. Na realidade, aconteceu o pior e, segundo os jornais, na terça-feira entre 20 mil e 30 mil pessoas se lançaram às portas dos bancos para trocar suas notas por espécie e, no final do dia, 18 bancos da cidade tinham anunciado a suspensão dos pagamentos. Para mensurar a corrida financeira, podemos citar que 3 dias antes da queda geral, os bancos novaiorquinos tinham em reserva em espécie US$11.476.000 e, na segunda à noite, quando esperavam que a terça fosse mais tranquila, tinham somente US$5.800.000. Na noite da terça-feira, os banqueiros não tiveram escolha e anunciaram que na quarta-feira todos suspenderiam os pagamentos (Huston 1987:22).

De New York, o pânico percorreu os Estados Unidos e, no fim de outubro de 1857, 1.415 bancos foram à falência e as taxas de juros atingiram 100% (Kindleberger 2005:111). Mas os EUA não foram os únicos a sentirem a crise, que se expandiu para os estabelecimentos na Inglaterra, nos países escandinavos, na Europa Central, na África do Sul, na Asia, na Argentina e muitos outros lugares (Kindleberger

2005:135).

A crise no Brasil teve um percurso mais ou menos semelhante à dos Estados Unidos. No começo foi a pressão dos bancos ingleses para que as dívidas dos agentes brasileiros fossem pagas em espécie e, depois, com a decisão de suspender os adiamentos dos prazos para as obrigações já contraídas. Isso reduziu a quantidade de moeda-metálica no Brasil, pois as remessas para Londres chegaram ao valor de £948.650 em 1857, enquanto, nos quatro anos anteriores, esses montantes oscilaram entre os £522 mil e £538 mil. Essa perda de moeda-metálica, junto com a queda dos preços internacionais, especialmente do café, somado à diminuição da taxa de câmbio levaram à redução da receita fiscal. O Banco do Brasil, para fazer frente ao problema, também suspendeu a troca de notas e de câmbios, o que, por sua vez, gerou problemas nas casas comerciais e, por essa via, foi afetado o setor real (Guimarães 2007). No final do primeiro ano, após a crise estourar, no Rio de Janeiro, 90 casas comerciais faliram (Guimarães 2009).

Vários índices já foram usados para mensurar a crise de 1857 na capital brasileira, para saber sua velocidade e entender sua diacronia (Levy 1977) (Pelaéz e Suzigan 1981) (Villela 1999). O gráfico 5.1 apresenta os valores das ações do Banco do Brasil e do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro[i], segundo o informado pela comissão que investigou as causas da crise de 1857 (Ministério da Fazenda 1859). Antes de setembro de 1857, as ações do Banco Rural e Hipotecário já vinham perdendo valor, pois, no começo de janeiro, estavam em 140$000 e, na primeira semana de agosto, estavam em 110$000. Mas, no último trimestre do ano, elas se mantiveram estáveis, próximas dos 120$000.

As ações do Banco do Brasil flutuaram de forma estável em todo 1857, pois abriram o ano nos 120$000 em 7 de janeiro e o fecharam em 108$000 em 31 de dezembro. Isso não significa que o ano foi simples ou fácil para esses bancos. Muito pelo contrário, como já comentamos, a pressão sobre eles foi muito forte e as tensões políticas e financeiras estiveram presentes o tempo todo (Guimarães 1997). Mas é interessante verificar que essas pressões e tensões não tiveram reflexos imediatos nos preços das ações bancárias.

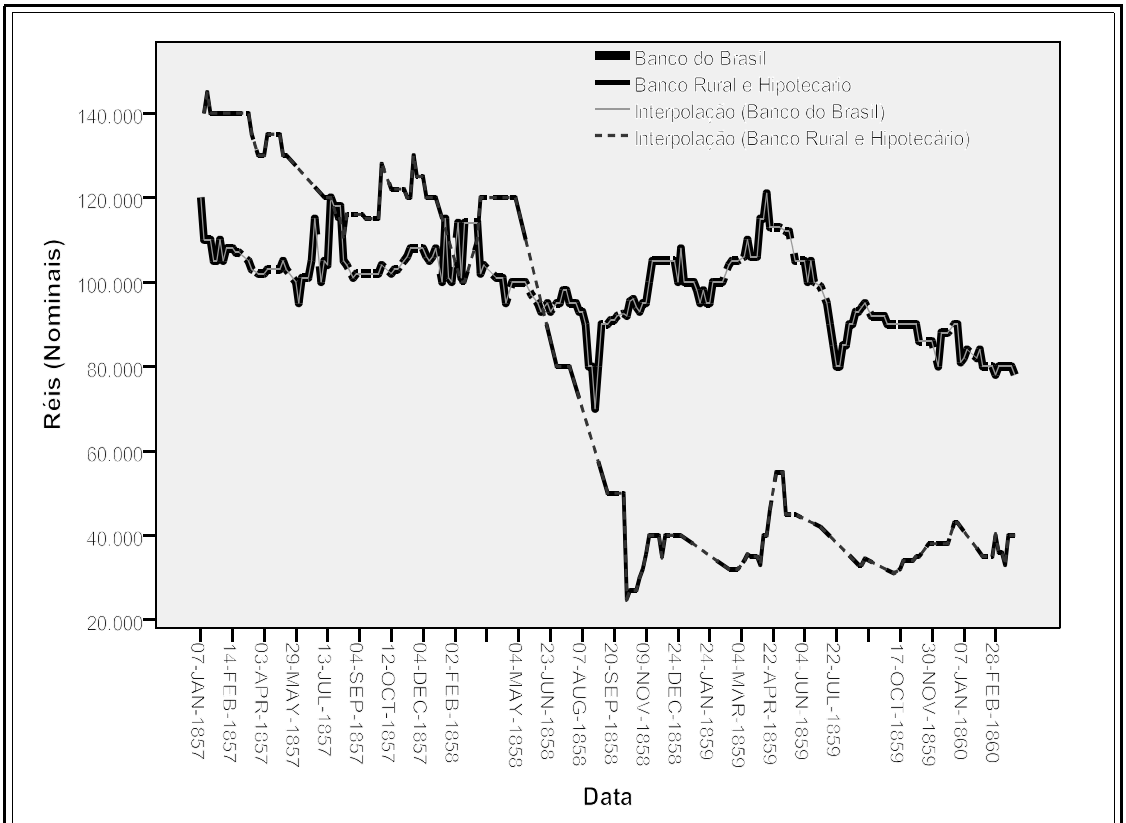



**Gráfico 5.1: Preço das ações dos bancos do Brasil e Rural e Hipotecário. 1857-1860**

Fonte: Ministério da Fazenda 1859

Foi em 1858 que as coisas ficaram difíceis para as ações dos bancos cariocas e isso nos permite ver a diacronia da crise e como ela se espalhou. Em meados de 1858, os preços delas despencaram e, em 26 de agosto, o Banco do Brasil chegou a seu mínimo de 70$000 por ação, enquanto que o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro atingiu seu mínimo em 9 de outubro com 25$000 por ação. Após esses mínimos, o Banco do Brasil voltou a crescer e, em abril de 1859, as suas ações retornaram aos valores do pré-crise; porém, no começo de 1860, as ações novamente declinaram, chegando a níveis tão baixos quanto na crise. No tocante ao Banco Rural e Hipotecário, a situação foi ainda mais difícil, pois, embora tivesse conseguido recuperar alguma coisa no final de 1858, no período seguinte, suas ações não voltaram aos níveis da crise.

Na Virgínia[ii], a situação foi parecida com o que aconteceu no Rio de Janeiro. Em julho de 1857, os produtores de fumo anunciaram que reduziriam o emprego de trabalhadores por um tempo porque os preços das matérias-primas e os bens manufaturados que compravam das cidades do norte estavam muito altos. Em setembro, vários dos parceiros de negócios dos virginianos no norte tinham deixado de pagar

suas obrigações e, com isso, os produtores enfrentaram problemas para cancelar suas obrigações com seus trabalhadores (que, como sabemos, eram em grande parte escravos alugados), e para honrar seus compromissos com os bancos.

Quando a crise financeira estourou de vez nos Estados Unidos, evidentemente a Virgínia foi incluída e, nas semanas em que os bancos da Philadelphia, Boston e New York suspenderam os pagamentos, os virginianos também o fizeram, e com eles as manufaturas de Richmond deixaram, nas ruas, os escravos, os negros livres e os brancos pobres que haviam empregado. No final de outubro, somente 6 das mais de 50 manufaturas de fumo continuavam operando (Schnittman 1986:302).

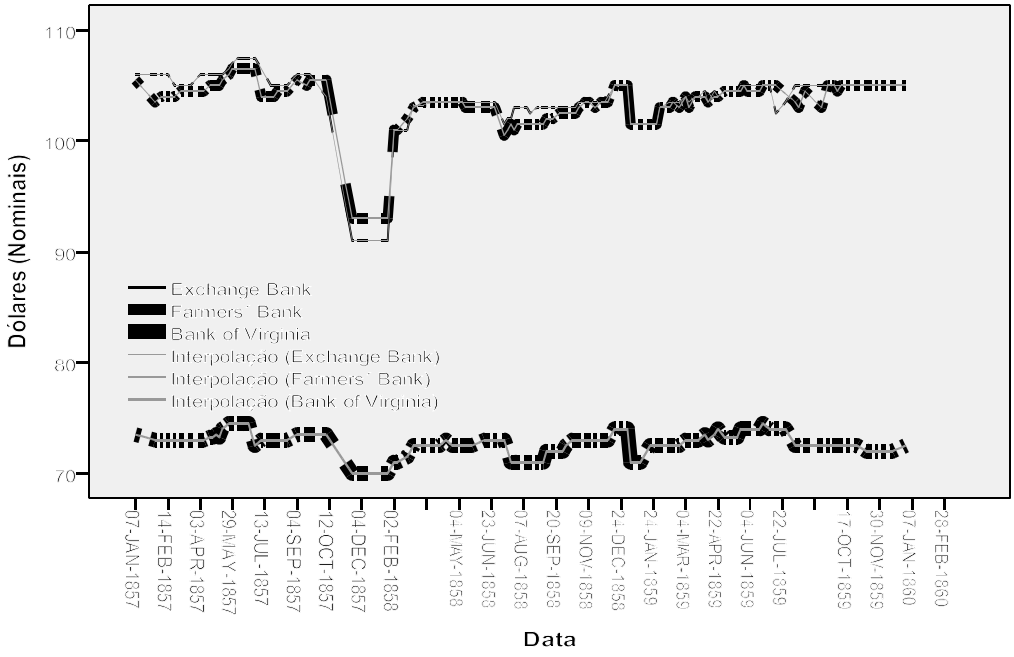



**Gráfico 5.2: Preços das ações do Exchange Bank, Farmers´ Bank e Virginia Bank. 1857-1859**

Fonte: Sylla et al. 2006

Mas, como acontecera no Rio de Janeiro, a suspensão dos pagamentos dos bancos não se refletiu de imediato nas cotizações das ações bancárias. Por exemplo, a ação do Exchange Bank of Virginia custava, no começo de julho de 1857, US$107,5 e, somente na metade de novembro, foi que ela caiu para US$91. O mesmo aconteceu com o Farmers´ Bank of Virginia. O gráfico 5.2 informa as oscilações das ações desses dois bancos além do preço das ações do Banco da Virgínia. Após a crise, no primeiro trimestre de 1858, os três bancos voltavam aos seus patamares históricos recuperando o valor de suas ações.

Entretanto, se no tocante ao comportamento dos preços das ações financeiras houve semelhanças da

crise em Richmond e no Rio de Janeiro, nos outros âmbitos as duas cidades foram diferentes. O gráfico 5.3 expõe os índices para as duas cidades. Esse índice foi calculado como a média normalizada dos preços por semana das ações dos estabelecimentos[iii]. Isso significa que as oscilações que o gráfico apresenta são em comparação às próprias médias das cidades, e não podem ser vistas como maiores em termos absolutos de uma cidade sobre a outra; pode ser visto, sim, como maiores em forma relativa à sua própria estabilidade ou volatilidade.

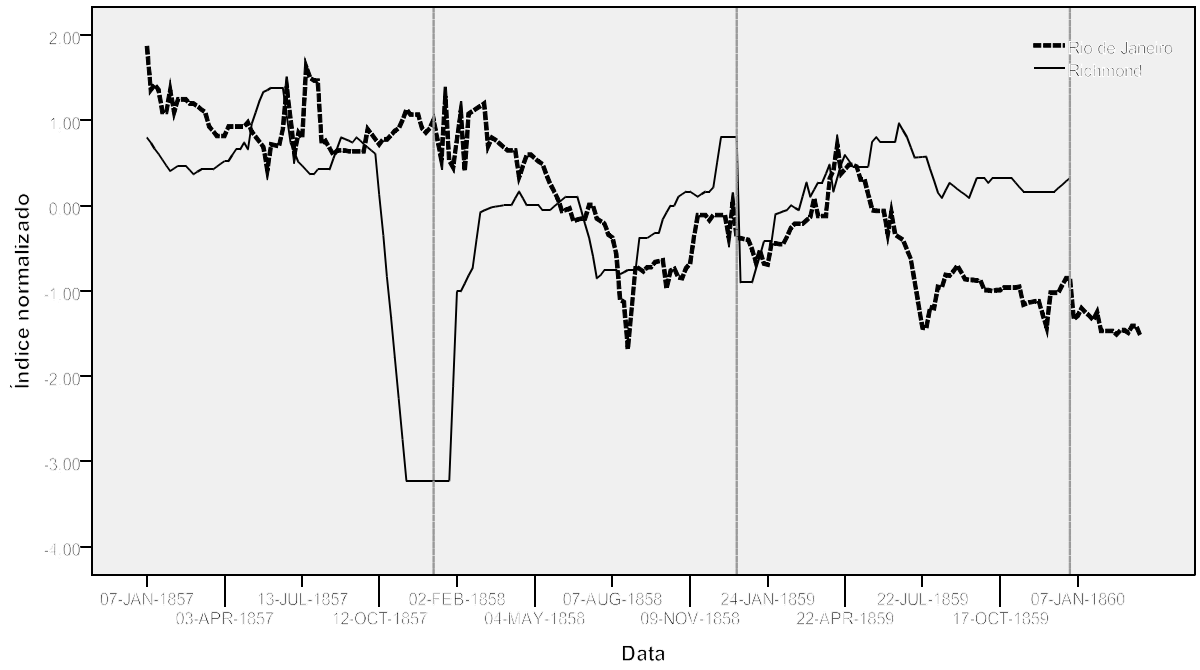



**Gráfico 5.3: Índice de preços das ações bancárias no Rio de Janeiro e Richmond. 1857-1860**

Fonte: Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda 1859. Richmond: Sylla et al. 2006

O gráfico permite observar que a crise financeira nos preços das ações foi sentida primeiro em Richmond que no Rio de Janeiro. Repitamos que falamos sobres as ações dos bancos e não sobre a operação comercial deles, pois nas duas cidades, como em muitos outros lugares, eles suspenderam pagamentos de forma relativamente simultânea. Em termos destas ações, o Rio de Janeiro foi atingido depois que Richmond, mas o efeito na capital brasileira foi mais duradouro e profundo que na virginiana[iv].

Em comparação com suas próprias médias, a oscilação relativa em Richmond foi maior que no Rio de Janeiro. Entre setembro de 1857 e fevereiro de 1858, a capital virginiana viu as ações de seus principais bancos descerem ao menor nível do período e se recuperar, embora não ao patamar do pré-crise, pelo menos chegou perto dele. Igualmente interessante é que, quando as ações cariocas caíram para o mínimo,

o preço das richmonianas também estava muito baixo e dali para frente as oscilações relativas foram parecidas.

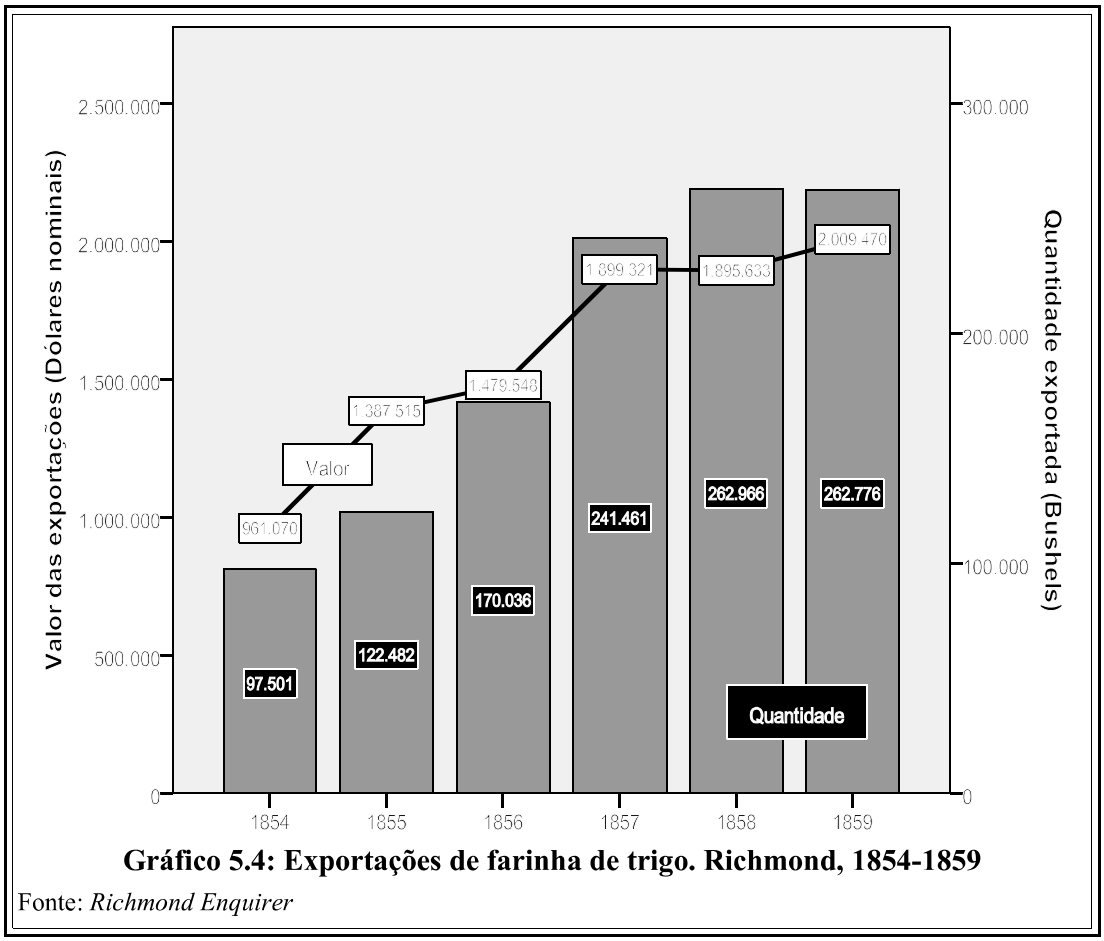



**Gráfico 5.4: Exportações de farinha de trigo. Richmond, 1854-1859**

Fonte: *Richmond Enquirer*

Essa semelhança permite afirmar que, olhando estes índices, a crise ainda estava presente no final da década de 1850 e, no segundo semestre de 1859, o desempenho das ações dos bancos nas duas cidades ainda era fraco. Porém, a anterior é a imagem vista desde os índices do setor financeiro, pois, desde outros índices, o tamanho e duração da crise parece um pouco diferente. O gráfico 5.4 apresenta as exportações de farinha de trigo de Richmond, e é clara a expansão geral desde 1854. De 1857 para 1858, as quantidades exportadas continuaram crescendo, com 9% a mais. O problema foi a estagnação do valor monetário que essa produção representava, pois esse valor se reduziu 0,02%, apesar do aumento na quantidade. Portanto, é evidente que essa disparidade entre movimento do volume exportado e o valor por ele representado foi consequência da queda no preço.

A redução do preço da farinha de trigo do final de 1857 impactou no volume produzido em 1859 que não cresceu em comparação com 1858, mas a recuperação do preço em 1859 de novo elevou o valor

monetário que essas exportações representavam. Portanto, a farinha de trigo que, como comentamos no começo do capítulo, foi um dos setores que mais sofreu com a queda no preço durante a crise de 1857, já havia se recuperado em 1859 e, nessa perspectiva, a situação era diferente daquela que as ações bancárias mostravam.

No entanto, como devemos lembrar, a produção de farinha não era a atividade que mais trabalhadores empregara em Richmond, embora fosse uma das que mais dinheiro movimentava. Segundo o censo de 1860, esta produção empregava 6,5% dos homens que trabalhavam nas grandes atividades da cidade (Steger 1999:84) e é bem provável que sua rápida retomada não representasse muito bem o conjunto do setor real richmoniano. O setor que mais empregava a força de trabalho era a produção manufatureira de fumo, que, segundo o censo de 1860, empregava 49,1% de todos os homens que trabalhavam nas grandes atividades (Steger 1999:84). Mas, como também já comentamos, no final de outubro de 1857, praticamente nenhuma dessas indústrias continuava funcionando plenamente.

Segundo as fontes de Suzanne Schnittman, a retomada da produção só foi até a primavera de 1858, mas nesse momento ainda os preços do fumo continuavam baixos e se mantiveram nesses níveis pelo menos até 1860, quando problemas de doenças na produção das folhas de fumo pressionaram um pequeno incremento (1986:67). Contudo, os poucos preços registrados no *Richmond Enquirer* para as variedades de fumo em 1860 ainda mostravam valores menores que os que tinham em 1856. Por exemplo, a variedade *fine* atingiu o máximo registrado em 1 de junho de 1860 quando custava US$12 por libra, mas, em 1856, o máximo foi de US$17,5 em dezembro, no ápice da especulação. O mesmo aconteceu com os *manufaturados* que, em agosto de 1856, custavam US$20,50 por libra e, nesse mesmo mês de 1860 custavam US$14. Do outro lado do espectro, nas variedades mais baratas, a situação era semelhante e, enquanto o mínimo preço registrado para qualquer tipo de fumo em 1856 foi de US$3,75 por libra de *Lugs,* em agosto de 1860, essa mesma variedade era possível de ser comprada por US$1,25. Isto significa que, para todas as variedades de fumo, os preços de 1860 eram substancialmente menores que os que se tinha em 1856.[1]

Mas essa queda nos preços não deve gerar a imagem de um setor em decadência, pois, das mais de

1 Fonte: *Richmond Enquirer*, várias edições. Para os dados de 1856 ver o gráfico 4.2. Para 1860 os dados fornecidos pelo jornal foram tão poucos que não foi possível fazer uma série com eles. Porém, esse silêncio é bastante eloquente.

50 manufaturas que funcionavam antes da crise; já em 1860 pelo menos 49 desses negócios que empregavam 1.700 trabalhadores tinham voltado ao trabalho, produzindo, um montante agregado de US$4,9 milhões (Schnittman 1986:33). Com uma rentabilidade média anual de 18%, menor que os 21% em 1850, o fumo se mostrava como um setor dinâmico (Schnittman 1986:49) em que pese as quedas nos preços das mercadorias finais, se conseguiram importantes taxas de retorno, pois de um investimento de capital da ordem dos US$370.000 em 1850 passou para US$1.019.025 em 1860, quase duplicando sua produção, já que, no começo da década, era de US$2,8 milhões e, no final dela, oscilava próximo dos US$5 milhões (Takagi 1994:179).

Portanto, se a crise teve efeitos, estes não significaram prostração de toda atividade econômica. Na realidade, ela teve ritmos diferentes em cada setor e, enquanto o mercado financeiro continuou com problemas nos quatro anos finais da década, o setor real teve um desempenho melhor, embora os preços das suas mercadorias continuassem baixos. No Rio de Janeiro, a repercussão da crise foi mais ou menos semelhante. O gráfico 5.5 apresenta a arrecadação pela alfândega da cidade em 1860. No total foram 16.498 contos de réis, o que significa um aumento de 23,8% se comparado com o montante de 1856.

É importante destacar que, segundo esse indicador, a crise de 1857 que atingiu o setor real carioca tinha sido parcialmente superada em 1860. O mesmo se pode afirmar ao observarmos unicamente a exportação de café, pois, se, em 1856 ela foi de 2,098 milhões de sacas, em 1858, se reduziu para 1,830 milhões, mas, em 1860 superou o valor da pré-crise e se exportaram 2,127 milhões de sacas (Guimarães 2007:29). Essa quantidade não era muito maior que aquela de 1856 e, como consequência, não podemos afirmar que a crise não estivesse presente na produção. Só afirmamos que ela teve maiores efeitos no setor financeiro do que no real.

Devemos deixar claro que não estamos interessados na pergunta do por que dessa disparidade entre o comportamento das ações dos bancos e dos índices de produção e comercialização. Para nós, o mais importante é sinalizar essa diferença e enfatizar que os três anos posteriores à crise de 1857 foram difíceis para a economia carioca e virginiana, embora quando se observam os três anos em conjunto se pode afirmar que essa dificuldade foi maior para o setor financeiro que para o real.

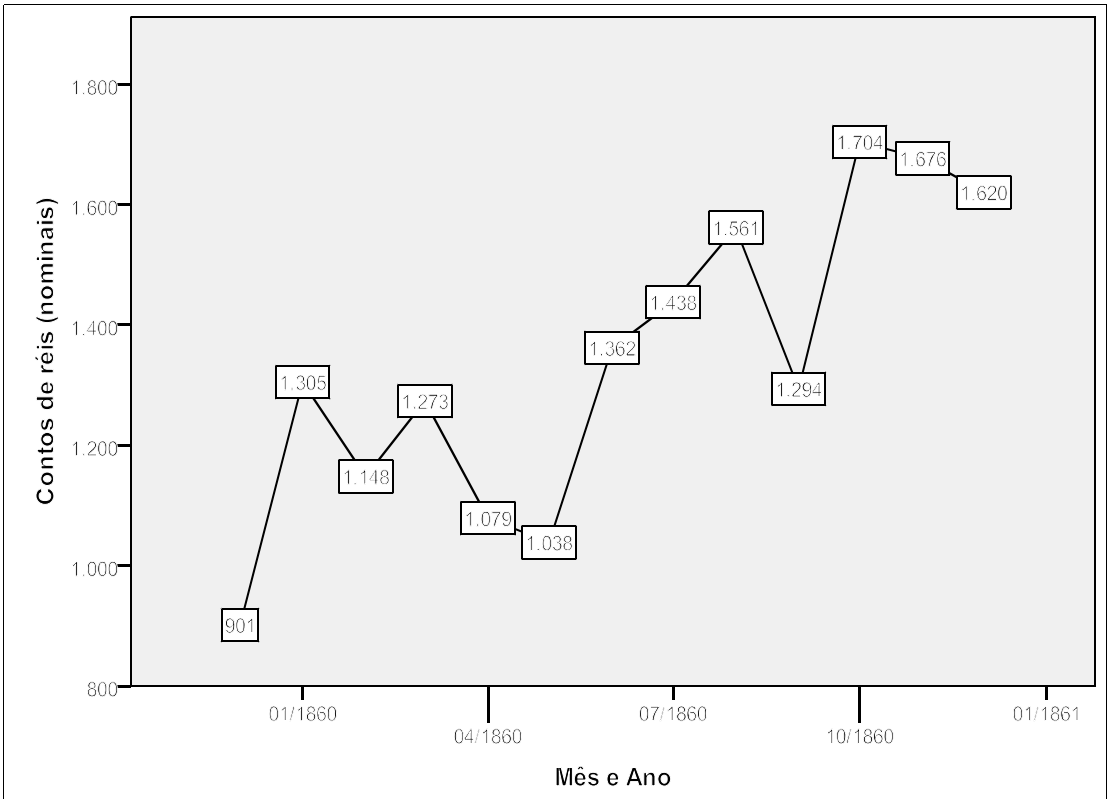



**Gráfico 5.5: Alfândega do Rio de Janeiro, 1860**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Para as cidades do Rio de Janeiro e Richmond, que eram portos fortemente vinculados ao comércio atlântico, essa combinação de problemas financeiros, crise econômica internacional, retomada da produção dos bens exportáveis, tudo isso agregado aos esforços das autoridades para resolver a situação, terminou por afetar o comportamento dos preços das mercadorias básicas de consumo de seus habitantes e, especificamente, gerou grandes oscilações como consequência dos aumentos dos preços nos meses anteriores à crise e das quedas após a mesma pela contração do crédito e da oferta monetária (Pelaéz e Suzigan 1981).

O gráfico 5.6 informa as médias e os desvios padrões dos preços de alguns dos alimentos da cesta básica carioca em 1860[v], e esses dados podem ser comparados com os dados do gráfico 4.7, referentes ao ano de 1856. Por exemplo, o arroz custava uma média de 14$129 por saco em 1856, em 1860, essa média se reduziu para 12$146; mas o desvio padrão que era de 1$218 em 1856 quase se duplicou e, em 1860, foi de 2$171. Fenômeno semelhante aconteceu com o feijão que passou de 13$307 em média em 1856 para 11$568 em 1860 ao mesmo tempo que seu desvio padrão aumentou de 1$831 para 2$269 entre esses dois anos. A situação na carne seca foi ainda mais forte e a queda da média do preço de 1856 para 1860 foi de

5$192 para 3$128, enquanto o desvio padrão cresceu de $790 para 1$057. Mas nem todos os produtos experimentaram essas reduções dos valores médios. Por exemplo, as farinhas de mandioca duplicaram seu preço: a variedade *grossa* de 3$311 para 5$647 e a *fina* de 6$166 para 12$454 entre 1856 e 1860.

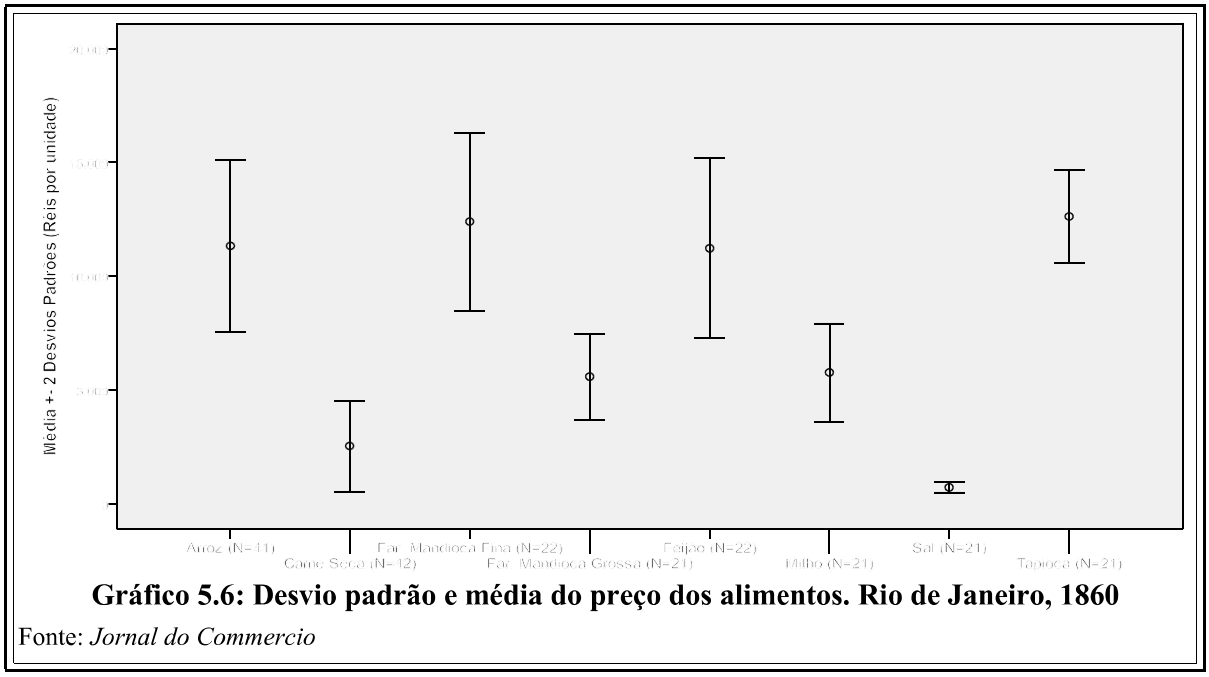



**Gráfico 5.6: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Rio de Janeiro, 1860**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Esse crescimento do valor médio das farinhas foi acompanhado pelos aumentos nos desvios padrões, ou seja, os produtos que desceram e os que aumentaram, todos eles experimentaram incrementos nas oscilações que tiveram durante o ano. Coisa parecida acontecia em Richmond nesses anos, o gráfico 5.7 representa o tamanho das flutuações e o valor médio de alguns dos alimentos da cesta em 1860[vi].

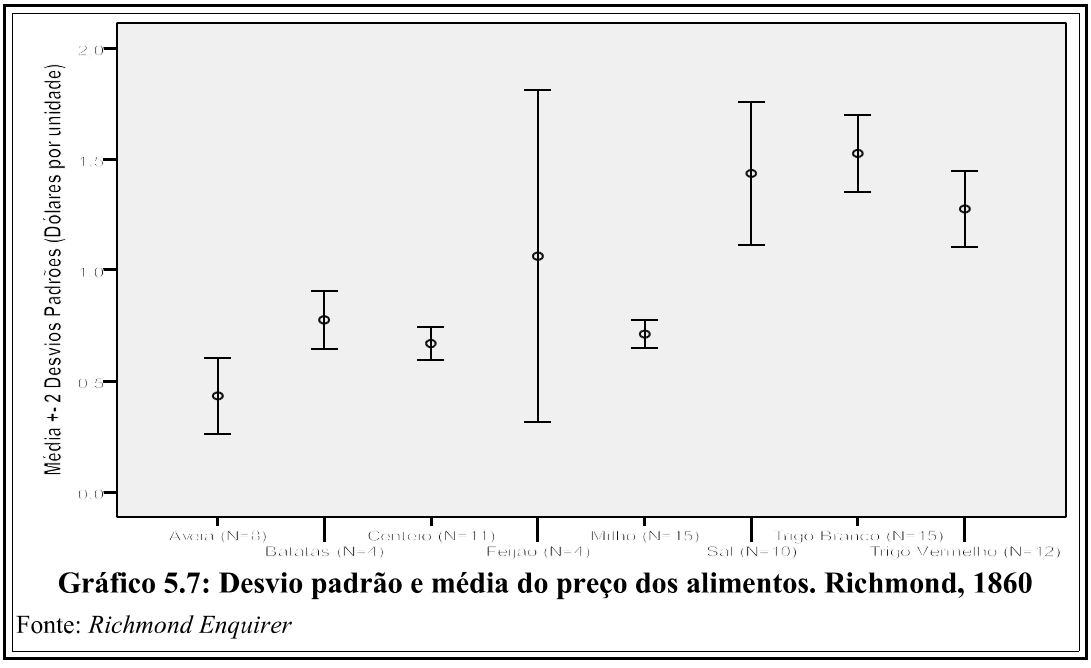



**Gráfico 5.7: Desvio padrão e média do preço dos alimentos. Richmond, 1860**

Fonte: *Richmond Enquirer*

Por exemplo, a farinha de trigo, como já comentamos, foi um dos produtos mais atingidos na crise de 1857 e seu preço despencou no mercado de New York. Em 1860, em Richmond, o preço ainda não tinha retornado ao nível de 1856, pois nesse ano, anterior à crise se vendia por US$7,85 por barril e, em 1860, se vendia por US$7. Mas à diferença do que acontecia no Rio de Janeiro, os desvios padrões diminuíram e, no caso da farinha, desceu de US$1,08 em 1856 para US$0,79 em 1860.

O trigo também reduziu seus preços e a variedade vermelha, que custava em média US$1,55 por saco em 1856, desceu para US$1,20 por saco em 1860. A variedade branca passou de US$1,64 em 1856 para US$1,49 em 1860. O caso da carne bovina foi muito mais drástico, pois a média no varejo em 1856, que custava US$6,17 por unidade de peso, em 1860, custava quase a metade disso, ou seja, US$3,68. A mesma redução aconteceu com o desvio padrão que caiu de US$1,9 em 1856 para US$0,89 em 1860. Com as ovelhas, a situação foi diferente e o preço delas cresceu, pois na média uma delas custava US$3,88 em 1856, com desvio padrão de US$1,17, e em 1860, se vendeu entre US$5 e US$6.

### 5.2 Mercado de trabalho que se consolida

A crise financeira de 1857 rapidamente se estendeu pelo setor real, tanto na Virgínia quanto no Rio de Janeiro, e a produção dos bens exportáveis amargou fortes impactos no final desse ano e no seguinte. No entanto, a produção se recuperou antes do setor financeiro e, para 1859 e, sobretudo em 1860, os montantes produzidos já estavam nos níveis pré-crise. Ao mesmo tempo, no final do nosso período, os preços das mercadorias básicas continuavam em patamares menores que os que tinham antes da crise, mas pelo menos não eram tão baixos quanto no último trimestre de 1857.

De todo esse contexto, uma das variáveis centrais que transmitia os problemas internacionais para as finanças dos negros livres cariocas e richmonianos era o nível de emprego, ou seja, as oscilações no mercado de trabalho eram um dos fios condutores para levar as condições mundiais ao bolso dos nossos agentes. Importante ressaltar que o mercado de trabalho não se constituiu na única trilha que a crise usou para se espalhar pela vida dos negros livres, pois, como demonstramos nos capítulos anteriores, eles não eram só oferentes de força de trabalho e as suas finanças eram bem mais complexas que isso. Mas, mesmo assim, o mercado de trabalho era um elemento fundamental das suas economias.

Em outubro de 1857, quando quase todas as manufaturas de fumo de Richmond fecharam suas portas, com certeza, isso teve um forte impacto na vida dos negros livres, como também nos que trabalhavam diretamente para elas e de todos os outros que indiretamente estavam ligados a elas. No entanto, meses depois, na primavera de 1858 a grande maioria das manufaturas estava de novo funcionando, e os negros livres e os escravos contratados retornaram para seu trabalho.

Porém, nossos dados de oferta e procura de trabalhado de 1860 apresentam níveis semelhantes àqueles de 1856. Por exemplo, 14 foi o número máximo de anúncios publicados num único dia de oferta de trabalhadores em 1860; em 1856 esse máximo foi de 16. Na média, em 1856, se publicaram 4,81 anúncios por dia, informando sobre fornecimento de trabalhadores de qualquer tipo e, em 1860, essa média foi de 5,82. No total da nossa amostragem apareceram 250 anúncios para 1856 e 297 para 1860. O gráfico 5.8 mostra as séries do mercado de trabalho, calculadas como médias móveis de parâmetro três, da mesma forma que foi feito nos capítulos anteriores[vii].

Esses números apresentam uma imagem coerente com os dados do setor real, pois temos uma oferta que estava em patamares só um pouco maiores que aqueles que se tinha no ano anterior à crise e, portanto, poderíamos pensar que ainda estava em recuperação. Porém, no interior dessas séries há várias diferenças importantes em comparação com as de 1856. A primeira pode ser notada no parágrafo anterior, quando mostramos alguns descritores básicos, em especial que o máximo diário de anúncios foi maior em 1856 que em 1860, mas a média foi menor em 1856 do que em 1860, ou seja, a dispersão dos dados diários foi menor no segundo desses anos.

Em termos do gráfico da série, isso significa que, em comparação com os valores do segundo e quarto bimestres, o sexto bimestre de 1860 não cresceu tanto e não ficou tão deslocado quanto acontecia na comparação entre os bimestres de 1856. Em outras palavras, os dados dos meses de julho e agosto do gráfico 5.8 não ficaram relativamente tão baixos quanto os dados desses meses no gráfico 4.5. Portanto, dezembro foi maior em 1856 do que em 1860, mas julho, agosto e mesmo novembro foram maiores em 1860.

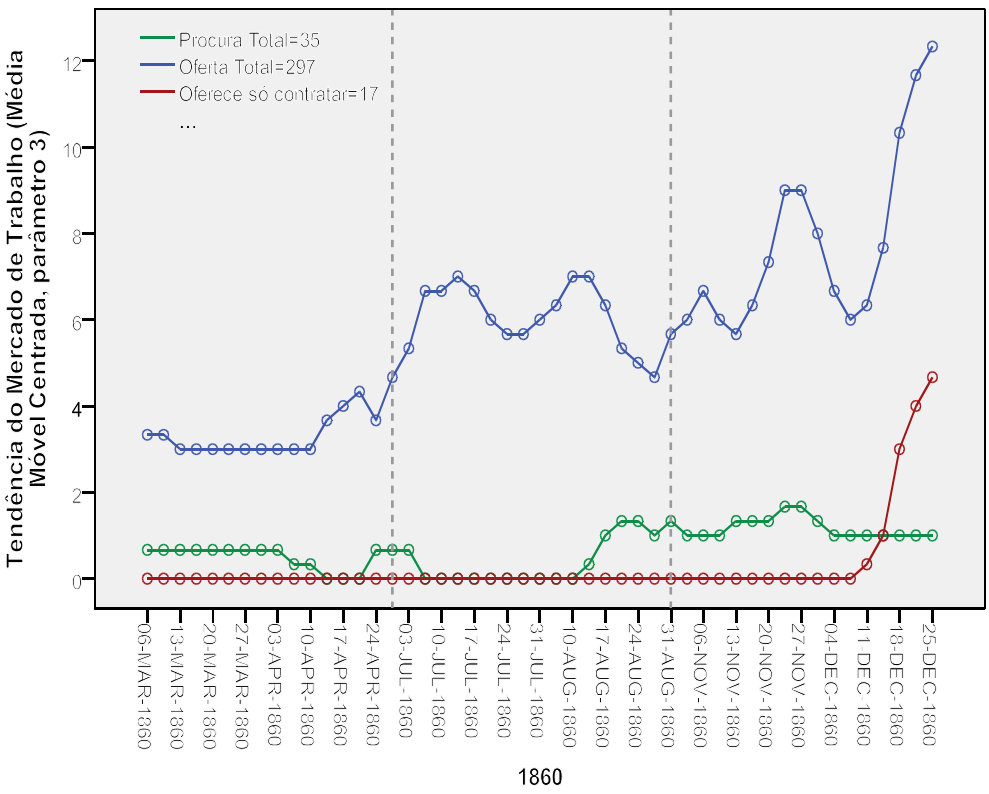



**Gráfico 5.8: Anúncios do mercado de trabalho. Richmond, 1860**

Fonte: *Richmond Enquirer*

A segunda diferença foi que, embora a oferta total tivesse crescido, a porção dela que fazia referência aos indivíduos que se ofereciam unicamente para ser contratados se reduziu. Em 1856, foram 36 anúncios desse tipo de oferta na nossa amostragem e, em 1860, foram um pouco menos da metade, com 17. Isso significou o fortalecimento e consolidação da venda de cativos, pois, já que a oferta para contrato se reduziu e a oferta total aumentou, então o que puxou esse incremento foi a negociação de escravos para vender[viii].

Richmond se consolida, na véspera da Guerra, como um grande centro de compra e venda de escravos. Em 1857, o jornal reportava que as vendas de cativos na cidade somavam US$3,5 milhões e, entre 1859 e 1860, essas vendas possivelmente totalizaram, na opinião do jornal, US$150 milhões (Schnittman 1986:128). Certamente esse total para esses dois anos pode ser um exagero, mas temos poucas dúvidas sobre o fortalecimento de Richmond como praça de compra-venda de cativos, pois os anúncios no *Richmond Enquirer* cresceram e porque, ao georreferenciar esses anúncios, fica clara a concentração em poucos metros da cidade.

Como já destacamos nos capítulos anteriores, os mapas de fornecimento de escravos em Richmond sempre representavam uma parte do Estado da Virgínia. No primeiro deles, o 2.4 que mostrava a oferta em 1840 e 1846, apareciam pontos desde a fronteira sul até a fronteira norte do Estado. Depois, em cada capítulo, esses pontos foram ficando mais e mais próximos da cidade capital e, na ilustração 4.1 do capítulo anterior, com a informação de 1856, só aparecia uma localidade diferente daquelas que estavam nos limites de Richmond. Agora, com a informação de 1860, na ilustração 5.1, todos os pontos estão no centro da cidade e a maioria no lado leste do Capitólio, ocupando 2 ou 3 quarteões.




**Ilustração 5.1: Procedência da oferta de escravos em Richmond, 1860**

Fonte. Dados: *Richmond Enquirer*. Imagem: Virginia Historical Society, 1862

Assim, o mercado de venda de escravos se consolidava no sentido de ter maiores volumes de oferta (Gráfico 5.8), ficava mais concentrado (Ilustração 5.1), e os valores negociados, provavelmente, aumentavam. Isso não se dava às expensas do mercado de contratação, pois, embora os anúncios desse tipo de oferta tivessem diminuído, outras fontes mostram que houve um aumento desse negócio em 1860. Por exemplo, em *Tredegar IronWorks* trabalhavam 62 cativos alugados em 1856 e, em 1857, foram 60. Depois, com a crise, o número caiu para 54 em 1858. Mas, em 1859, foram 67 e, em 1860, eram 80, o maior número de toda a década (Takagi 1994:194).

Esse aumento na quantidade total não representou aumentos na porcentagem de escravos contratados pela indústria de metais. Na realidade, em 1850, esse setor contratava 6,5% dos cativos que trabalhavam alugados nas grandes manufaturas richmoniadas e, em 1860, essa porcentagem se reduziu para 5,7%. Como acontecia com o trabalho em geral, o trabalho de cativos alugados ia fundamentalmente para a manufatura de fumo que, em 1860, contratava 74,7% dessa força de trabalho, porcentagem semelhante à que tinha em 1850 (Steger 1999:131).

O trabalho de escravos contratados para companhias não foi o único que se consolidara no mercado em 1860. Também o trabalho mais informal de cativos alugados se manteve, pois, em 1860, pelo menos 1.620 escravas, que representavam 32% do total delas, se ocupavam de serviços domésticos em casas diferentes de seus senhores (Takagi 1994:209). Porém, existiu de fato uma concentração no emprego da contratação de escravos, pois, em 1850, 40% de todos os homens brancos da cidade com mais de 20 anos empregavam cativos, e essa porcentagem se reduziu para 26% em 1860 (Schnittman 1986:112). Em outras palavras, a quantidade de trabalhadores cativos cresceu enquanto os empregadores diminuíram é, por isso, que falamos de concentração.

Pelo lado da propriedade sobre os escravos, em 1860, a porcentagem de proprietários com mais de 10 escravos havia aumentado para 17% do total de senhores, enquanto que eram somente 7% em 1850. Portanto, temos um aumento na propriedade sobre indivíduos, uma queda relativa dos empregadores e um aumento nos totais negociados. Tudo isso num processo de fortalecimento nas agências de intermediação, pois foram elas que conseguiram *equilibrar* esse mercado, anunciando mais vendas nos jornais, e não precisando informar muito mais sobre os escravos para alugar na medida em que se localizavam nos poucos quarterões que estão representados no mapa da ilustração 5.1.

O mais interessante é que estamos falando de 1860, às portas da Guerra Civil, quando encontramos Richmond com um mercado escravista se consolidando e as agências intermediadoras com uma forte atividade nos negócios. Mais inacreditável que possa parecer, nesse mesmo ano, a situação era semelhante no Rio de Janeiro com as agências de intermediação desempenhando um papel protagonístico[ix]. Na cidade sul-americana não se estava às portas da guerra, porém se passaram 10 anos desde o fechamento do tráfico atlântico de cativos que era fundamental para abastecer a cidade de mão de obra escrava. Mesmo assim,

10 anos depois, as agências estavam fortalecidas e a venda e o aluguel de cativos continuava crescendo.

No intuito de evidenciar a presença das agências de intermediação de trabalhadores no Rio de Janeiro, as chamadas *casas de comissão*, o mapa da ilustração 5.2[2] apresenta a georreferência dos pontos em que os trabalhadores eram fornecidos. Como explicamos nos capítulos anteriores, a grande maioria das casas não informavam que eram elas as que tinham indivíduos para vender ou para ser contratados, mas, quando essa informação é colocada no espaço, fica claro que eram elas as que se ofereciam para os negócios. Em 1860, a oferta continuava concentrada espacialmente no centro da cidade e o mapa tem poucas variações em comparação com o 4.2, que apresentava os dados de 1856. Isto é, apesar da crise de 1857, não temos grandes modificações espaciais na oferta de trabalho.

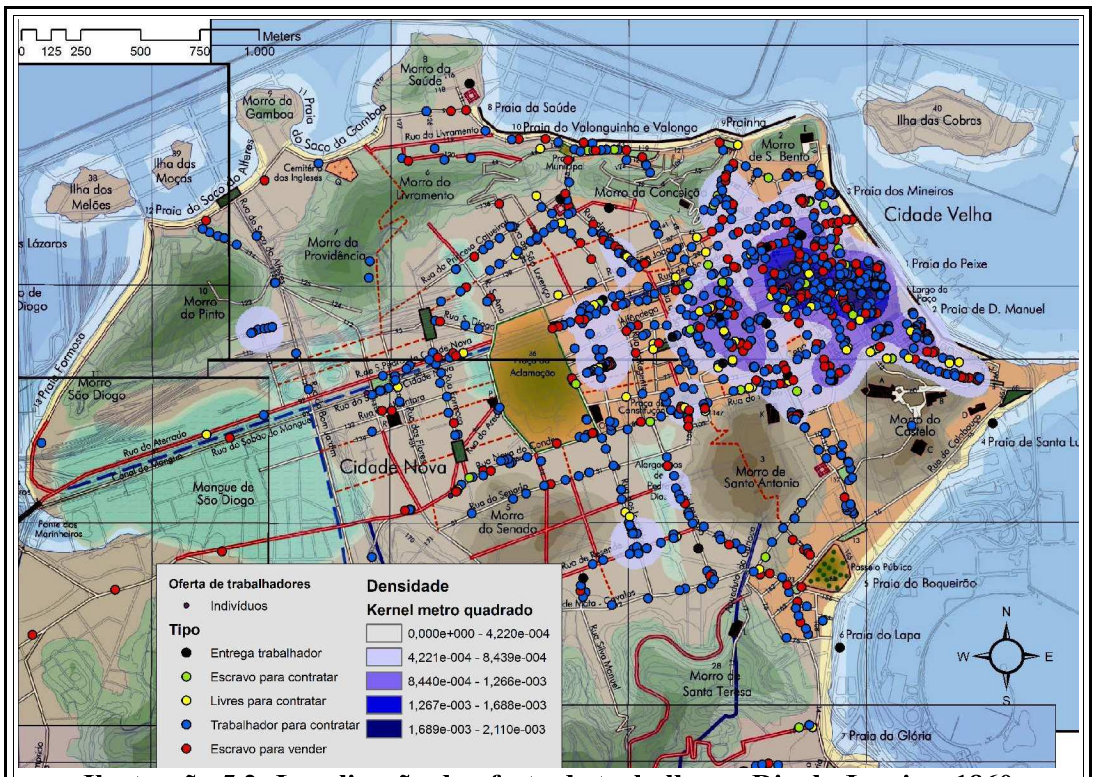



**Ilustração 5.2: Localização da oferta de trabalho no Rio de Janeiro, 1860**

Fonte: Dados: *Jornal do Commercio.* Imagem: Atlas Andreatta (2008)

A diferença entre o mapa de 1856 e o de 1860 não está nas áreas de concentração, senão na quantidade de pontos azuis na área de maior densidade, pois no primeiros desses dois anos, a quantidade de pontos vermelhos, que indicavam escravos para a venda, era maior do que os azuis que representavam indivíduos (livres ou escravos) para contratar. Isso significa que as agências entraram fortemente no negócio de intermediar para contratar e algumas delas concentraram a maioria ou totalidade de seus

2 Agradeço a Jonas Dias da Conceição pela ajuda na construção deste mapa.

anúncios nesse tipo de oferta.

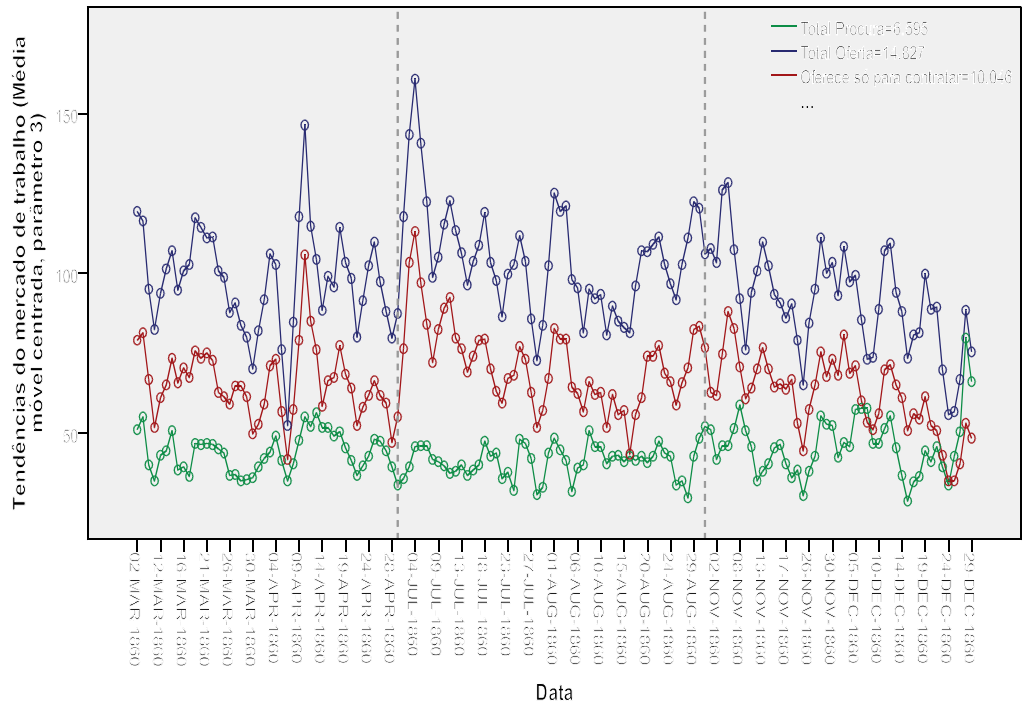



**Gráfico 5.9: Tendências do mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 1860**

Fonte: *Jornal do Commercio*

A oferta de escravos para a venda não diminuiu nas agências, mas elevaram sua participação na intermediação de trabalhadores para ser contratados. Essa era uma oportunidade que elas certamente não queriam perder, pois, em somente 4 anos, esse tipo de oferta de trabalho cresceu 54%, passando de 6.525 anúncios publicados na nossa amostragem do jornal em 1856 para 10.046 em 1860. Esse incremento foi importante, pois seus números foram bastante grandes e aconteceram num momento de crise. Mas, mesmo assim, poderia ser esperado um incremento no trabalho por contrato, fosse de livres ou de escravos, pois o mercado estava se consolidando e o setor real tinha retomado sua atividade. Além disso, o fechamento do tráfico de escravos pelo Atlântico poderia ter ajudado para aumentar o aluguel de cativos.

Contudo, repitamos, o forte aumento na oferta de trabalho contratado não significou uma queda no fornecimento de cativos para a venda, pois, mesmo com o fim do tráfico atlântico, o fornecimento de escravos para vender no Rio de Janeiro cresceu e, em 1860, ainda temos um dinâmica oferta para esse tipo de trabalho. O gráfico 5.9 apresenta as séries do mercado de trabalho, especificamente a oferta total, a porção dela que era só para contratar e a procura total[x]. Elas foram construídas para o segundo, quarto e sexto bimestre de 1860 e foram calculadas como médias móveis de parâmetro três[xi].

No gráfico 5.9, se observa que, em 1860, ainda existia uma faixa intermediária entre a série da oferta só para contratar e a série do total da oferta. Essa faixa era basicamente constituída pelos anúncios de venda de escravos. O interessante é que os números deste gráfico são muito maiores do que os do gráfico 4.4 com os dados de 1856, pois, no ano anterior à crise, o total da oferta foi de 10.367 anúncios nos seis meses da amostragem, e, em 1860, foram 14.827, ou seja, uma expansão de 43%. Já comentamos que uma parte desse incremento foi gerado pela oferta de trabalhadores (livres e cativos) fornecidos para alugar, mas, em termos relativos, esse tipo de oferta apenas passou de 63%, no total, em 1856 para 67% em 1860, isto é, um crescimento de 4%. Portanto, temos um comportamento na venda que conseguiu manter sua faixa de mercado e só perdeu alguns pontos porcentuais.

Repare-se que a oferta total cresceu 43% nos quatro anos entre 1856 e 1860 e, em consequência, não é simples entender como o fornecimento de escravos para a venda no Rio de Janeiro continuava presente com fortes taxas absolutas, e as perguntas passam a ser: como se conseguiam tantos cativos num ano tão tardio quanto esse? Será que o tráfico interprovincial tinha a capacidade de manter esses grandes números para o abastecimento? (Klein 1971) (Slenes 2004) Ou será que o contrabando ainda estava presente com altas quantidades? (Pereira 2010) Ou será que a lógica demográfica escravista tentava mudar para ser frente à nova realidade do fim do tráfico atlântico?

Não estamos interessados em verificar nenhuma dessas hipóteses ou a forma em que elas são complementárias. Para o nosso interesse é importante saber que, embora o crescimento no mercado de contratação de trabalhadores fosse muito claro, ele também foi acompanhado pela oferta de escravos para vender.

Também é importante sinalizar que esses aumentos aconteceram com taxas semelhantes na procura. Segundo a informação do gráfico 4.4, em 1856, o total de anúncios de procura de trabalhadores na nossa amostragem foi de 4.351, e, em 1860, esse total passou para 6.595, isto é, houve um incremento de 51%. Este considerável aumento, ainda mais para um período pequeno e de crise, denotou que a atividade econômica era dinâmica nesse momento, e que a expansão das necessidades por trabalhadores era semelhante ou mesmo maior que a velocidade em que eles eram fornecidos, pois, lembremos que a oferta total cresceu 43% no período.

Esse relativo dinamismo da procura em geral e a capacidade da oferta de fornecer abastecimento de cativos foram os fatores que permitiram manter os preços dos escravos no patamar mais elevado que o que tinham chegado na onda de crescimento anterior a 1857, pois, neste ano os homens em idade produtiva custavam em média 1:006$400, e se mantiveram em valores superiores ao conto de reis nos três anos seguintes, sendo que, em 1860, custavam em média 1:016$500 (Mello 1992:635). Se a procura tivesse caído, os preços a acompanhariam, e, se a oferta não tivesse mantido o abastecimento, os preços deveriam crescer ainda mais. Como nenhuma dessas duas coisas aconteceu, e os preços estavam estáveis em patamares altos, então oferta e procura caminharam acompassadas.

Em Richmond, nossa amostragem[xii] apresenta um incremento nos preços dos cativos no fim da década. Em 1857, a média foi de US$787,50[3]. Esse valor era claramente menor que os US$1.003,75 da média de 1856, reportada no capítulo anterior e, portanto, dava conta da queda gerada pela crise econômica e da quantidade de escravos que ficaram sem emprego. Mas, nos dois anos seguintes, o preço voltou a crescer e ficou na média dos US$803 e US$1.016 para 1858 e 1859 respectivamente. Em 1860, desceu em comparação com 1859, mas era maior que o valor de 1857, pois custavam em média US$953.

Esta média é um pouco maior que a calculada por Claudia Goldin (1976:73): de US$806 para os homens e US$723 para as mulheres em Richmond; mas, por outro lado, é menor do que a estabelecida por Suzzane Schnittman (1986:412) para 1859, que foi de US$1.450-US$1.500 para homens e de US$1.100-US$1.250 para garotos e garotas. Contudo, seja quais forem os dados mais próximos da realidade, fica claro que os preços dos cativos na capital da Virgínia se recuperaram após a crise de 1857.

Essa recuperação dos preços se dava num momento em que, como já comentamos, a oferta de cativos era muito dinâmica. Por exemplo, em 1856, descontando uma grande operação de 400 cativos, que era incomum nos negócios por escravos em Richmond, em média, se ofereciam 17,15 cativos por dia nas páginas do *Richmond Enquirer*; em 1860, essa média aumentou e chegou aos 29,07 indivíduos diários, ou seja, uma multiplicação por 1,69. Mas, mesmo assim, com esse forte incremento, a procura foi maior e elevou o preço.

3 Amostragem tomada diretamente dos livros de contas da agência de comércio de escravos Turpin & Co de Richmond. Entre 1857 e 1860, foram negociados 41 cativos. A fonte está disponível na Biblioteca da Universidade da Virgínia. Na seção de *Special Collections*. Charlottesville.

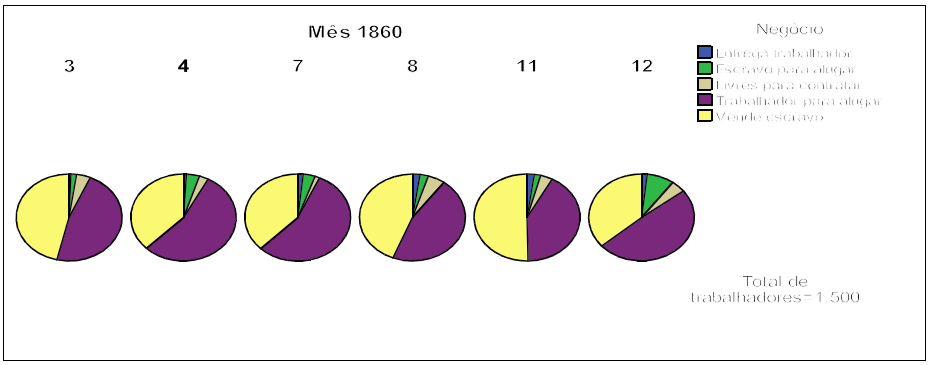
Se compararmos a média do custo do escravo em Richmond em 1860 com a que tinha em 1850, o incremento é evidente, pois, segundo a nossa amostragem com livros de contas de comerciantes[4], o valor no começo da década, era de US$650 e, no fim dela era próximo dos US$1.000, o que demonstra o dinamismo da procura por cativos mesmo que tenha existido uma forte inflação. O mesmo acontecia do lado dos salários dos trabalhadores contratados, pois, em 1850, os homens recebiam em média por mês US$11,15 e, em 1860, esse valor foi de US$17,25. Para as mulheres, o incremento foi ainda maior, pois, em 1850, recebiam menos que os homens com uma média de US$6,5 e, em 1860, foi para US$10,60 (Schnittman 1986:141).

No Rio de Janeiro, os jornais dos escravos também aumentaram. Em 1857, o valor médio nominal foi de 23$700 por mês e, em 1860, foi de 25$000 (Mello 1992:636), incremento relativamente modesto mas ainda mais expressivo que a estabilidade que tiveram os preços de compra dos escravos. Portanto poderíamos pensar que a procura tinha alguma propensão maior pelo contrato que pela compra.

No entanto, se esse foi o caso, é difícil de se verificar, pois, se bem que nosso gráfico 5.10 mostre que a fatia da procura que explicitamente queria comprar cativos, geralmente, foi menor (nos meses da amostragem) que a fatia da procura que só pretendia achar trabalhadores (fossem eles livres, escravos ou sem mencionar qual era o status jurídico que precisavam), também é certo que a grande parcela da procura por trabalhadores só queria encontrar gente, sem se importar se era para comprar ou para alugar, ou se eram livres, forros, escravos ou de qualquer outra categoria.

De acordo com o gráfico 5.10, pelo lado da oferta, ocorreu o que já encontramos antes, ou seja, a parcela da oferta que tinha escravos para vender continuava como uma parte importante do fornecimento de trabalhadores. É claro que, se comparamos este gráfico com o de 1840 (Gráfico 2.3), perceberemos que a fatia amarela perdeu importância nos 20 anos; mas, se comparado com os de 1850 (Gráfico 3.10) ou 1856 (Gráfico 4.6), veremos que esse tipo de oferta continuou estável sem perder terreno para o aluguel.

4 Para os dados de 1850, ver a nota número lii do anexo que corresponde ao capítulo anterior. Para o ano específico de 1850 a amostragem tem 51 escravos vendidos pelos comerciantes de Richmond.



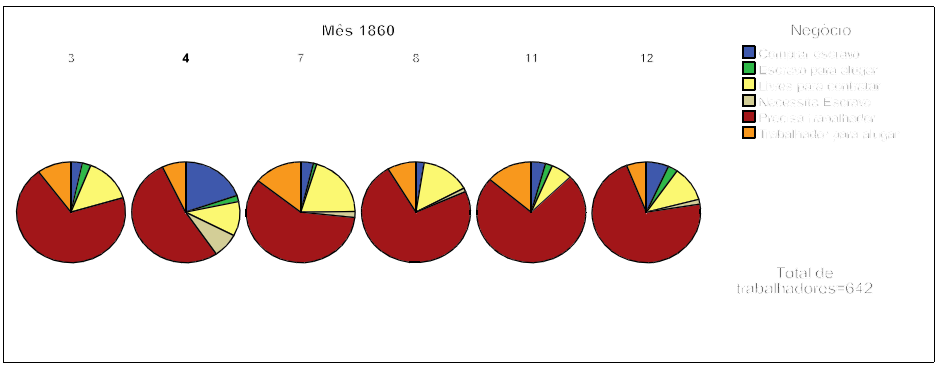




**Gráfico 5.10: Composição do mercado de trabalho por meses. Rio de Janeiro, 1860**

Fonte: *Jornal do Commercio*

Em resumo, neste período existia tanto no Rio de Janeiro quanto em Richmond um mercado de trabalho dinâmico, com grandes volumes de negócios, fosse para compra de cativos fosse para a contratação de escravos ou livres. Esse dinamismo contou com a participação das agências de intermediação de trabalhadores que não só vendiam almas senão que também participavam no aluguel dos indivíduos em geral. A diferença foi que os preços de compra ou de contratação cresceram de forma mais clara no fim da década na capital da Virgínia do que na capital do Brasil, mas, em nenhuma das duas a crise internacional gerou um recuo permanente dos valores pagos pelos (ou aos) trabalhadores.

## 5.3 Negócios para enfrentar os tempos ruins

O mercado de trabalho foi um dos fios condutores fundamentais para a transmissão da crise internacional, e a imagem que temos é a de um impacto relativo da crise, pois, no momento do auge dos problemas, no final de 1857 e começo de 1858, os trabalhadores os sentiram, mas, no momento seguinte, o mercado de trabalho se recuperou, e a atividade foi retomada, embora com um crescimento menor do

que no começo da década.

Contudo, o problema é mais interessante, pois os salários poderiam ter se mantido mas isso não significou a manutenção do seu poder de compra. Já vimos que, em geral, os preços dos alimentos ficaram estáveis ou desceram no final da década de 1850. Em geral, isso poderia ser bom para os trabalhadores, pois o nível de emprego se mantinha, os salários ou jornais estavam relativamente estáveis ou em crescimento e, portanto, as quedas nos preços poderiam elevar a renda real.

Porém, devemos ver o efeito concreto das mudanças nos preços sobre as finanças mediante o cálculo do custo da dieta básica[xiii], pois nem sempre as quedas nos preços[5], dos alimentos podem ser seguidas pelo aumento do consumo e foi, precisamente isso o que aconteceu no Rio de Janeiro[xiv]. Devemos explicar a questão com algum detalhe para que fique mais clara. Vamos começar com a carne seca que, como já destacamos, viu diminuir seu preço em 1860 em comparação com 1856 (Gráfico 5.6 e 4.7). Isso possibilitou que os negros livres e pobres em geral aumentassem sua compra, e, como informam nossos cálculos[xv], o consumo passou de 83,33 gramas por dia para 232,45 gramas/dia. Esta multiplicação de quase três vezes só foi possível em virtude da forte queda do preço.

Mas, como não podemos somente olhar para esse produto, senão que devemos levar em consideração as relações entre os preços e nutrientes dos outros, esse aumento no consumo de carne seca significou também a substituição do consumo de carne fresca que, em 1856, devido ao crescimento do preço da carne seca, tinha sido incluída na dieta. Agora, em 1860, com a queda do preço da carne seca, a carne fresca saiu do cardápio dos pobres. Isso gerou um aumento do gasto com a variedade barata, que passou de 26,44 réis para 82,65 réis por dia, ou seja, o incremento na quantidade de carne seca foi de 2,78 vezes, mas o aumento do gasto nesse produto foi de 3,15 vezes maior. Porém, como dissemos, na realidade, essa ampliação do gasto conseguiu tirar a carne fresca, já que, em 1856, se usavam 35,94 réis para o pagamento dos 122,52 gramas que se precisavam. Desta forma, em qualquer das duas variedades de carne, o crescimento do gasto foi de 1,32 vezes (82,65 da carne seca de 1860 sobre 62,38 da carne fresca e seca agregadas de 1856) e, assim, os 205,86 gramas de todo tipo de carne de 1856 foram substituídos pelos 232,45 de unicamente carne seca de 1860, ou seja, a quantidade total só aumentou 1,12 vezes em comparação com 1,32 do gasto. Em outras palavras, os incrementos no valor da carne fresca reduziram ou

5 Os preços para os cálculos deste capítulo são os correspondentes a 1860.

mesmo eliminaram as reduções no preço da carne seca.

Contudo, o problema não terminava ali, pois as farinhas de mandioca também aumentaram seus preços, o que obrigou à diminuição de seu consumo. No entanto, a farinha não era facilmente substituível e o aumento no custo teve que ser financiado pelos consumidores. No final das contas, o custo da dieta diária dos pobres passou de 119,18 réis/dia em 1856 para 131,06 réis/dia em 1860, mas o que foi mais impactante foi que o gasto com a dupla carne seca e farinha de mandioca, que era o fundamental na alimentação, pulou de 47,99 réis/dia em 1856 para 100 réis/dia em 1860 e, mesmo que incluíssemos a carne fresca no total de 1856, a comparação seria desfavorável para o ano de 1860.

Em consequência, para os negros livres cariocas, a diminuição de preço de alguns dos alimentos não gerou quedas no custo da alimentação. Em Richmond[xvi], esses custos também cresceram entre 1856 e 1860, pois, no primeiro desses anos, foram de 7,42 centavos de dólar e no segundo chegaram aos 9,22 centavos de dólar[xvii]. Mas, ali, o problema não foi gerado pelas mudanças nas relações de preços das variedades da carne, pois, a carne de segunda caiu de 25 centavos de dólar em 1856[6] para 15 centavos em 1860[7], ao mesmo tempo em que a carne bovina de primeira e suína reduziam seu preço.

Uma parte da explicação do aumento do custo da dieta em Richmond estava nos pequenos incrementos nos preços das frutas e verduras que agregados contribuíram para o aumento geral. Mas, como já dissemos, isso foi pouca coisa. Da mesma forma, outros produtos também participaram de forma modesta no incremento, especificamente a aveia, o leite e, possivelmente, o toucinho. A parte mais importante do incremento foi gerada pelo crescimento do preço do milho, que subiu de US$0,69 em média o saco em 1856 para US$0,78 em 1860, e, já que a população era dependente desse produto, suas variações impactavam diretamente no gasto total, pois não havia substitutos ao alcance dos mais pobres.

Portanto, em Richmond, as quedas dos preços dos bens que a cidade exportava, em específico a farinha de trigo e fumo tinham pouco, ou mesmo nenhum efeito nos gastos dos negros livres, ou pelo menos não no gasto em alimentação, pois as duas mercadorias fundamentais para eles, a carne de segunda e o milho se mantiveram, ou estáveis (a carne) ou em crescimento (o milho).

6 *Richmond Enquirer,* 4/03/1856

7 *Richmond Enquirer,* 9/11/1860

O custo da alimentação continuava crescendo e este era um dos itens centrais das finanças dos negros livres, mas ao mesmo tempo, os salários ou jornais ficavam estáveis ou aumentavam aos poucos. Contudo, a economia deles não era só um problema de renda gerada pela venda da força de trabalho própria e do pagamento das dispensas para se alimentar, eram bem mais complexas. Para captar essa complexidade, usamos os negócios registrados em cartórios como indicadores.

Em Richmond, entre 1857 e 1860, essas transações continuaram em níveis relativamente altos e, sobretudo, estáveis. No capítulo anterior, mostramos que o máximo anual de negócios registrados em cartório feitos pelos negros livres atingiu o máximo em 1854 com 33 operações, nos seguintes dois anos se registraram 24 e 25 respectivamente. Em 1857, ano da crise, essa quantidade foi de 28, isto é, tivemos um pequeno incremento; para 1858 a tendência continuou e se chegou aos 32 negócios e, em 1859, se voltou ao máximo de 33 transações; no último ano, em 1860, recuou e ficou em 28. Portanto, não retornou aos pequenos dados de começos da década de 1850.

Encontrar indivíduos que tivessem realizado negócios não quer dizer que necessariamente as coisas estavam melhores ou piores do que antes da crise, pois os mesmos indivíduos poderiam estar vendendo como um mecanismo para resolver problemas financeiros. Podemos adiantar que esse não parece ter sido o caso, mas teremos que esperar algumas páginas para ter outros índices. Por enquanto, temos que salientar que o número de interações financeiras ficou estável em relativamente altos patamares.

Infelizmente, não foi possível codificar essa interação num mapa, assim como fizemos nos capítulos anteriores, pois aquela tendência que já tínhamos encontrado no capítulo anterior com os dados de 1851-1856 se manteve e aprofundou, e os negros livres richmonianos fortaleceram suas relações de negócios com agentes que não eram negros livres. Sobre estes, não temos informação de endereços ou localização, por isso não pudemos construir o mapa. Importante lembrar que o mapa 4.8 do capítulo anterior, com a localização dos outorgados das escrituras, já havia apresentado a grande maioria de seus polígonos vazios. Nesse momento, preferimos mostrar esses vazios como evidência da interação financeira com outros grupos e agora não faz mais sentido continuar expondo polígonos com zero pontos no interior. Mas, mesmo assim, é importante afirmar que neste período as interações financeiras com não negros livres cresceram.

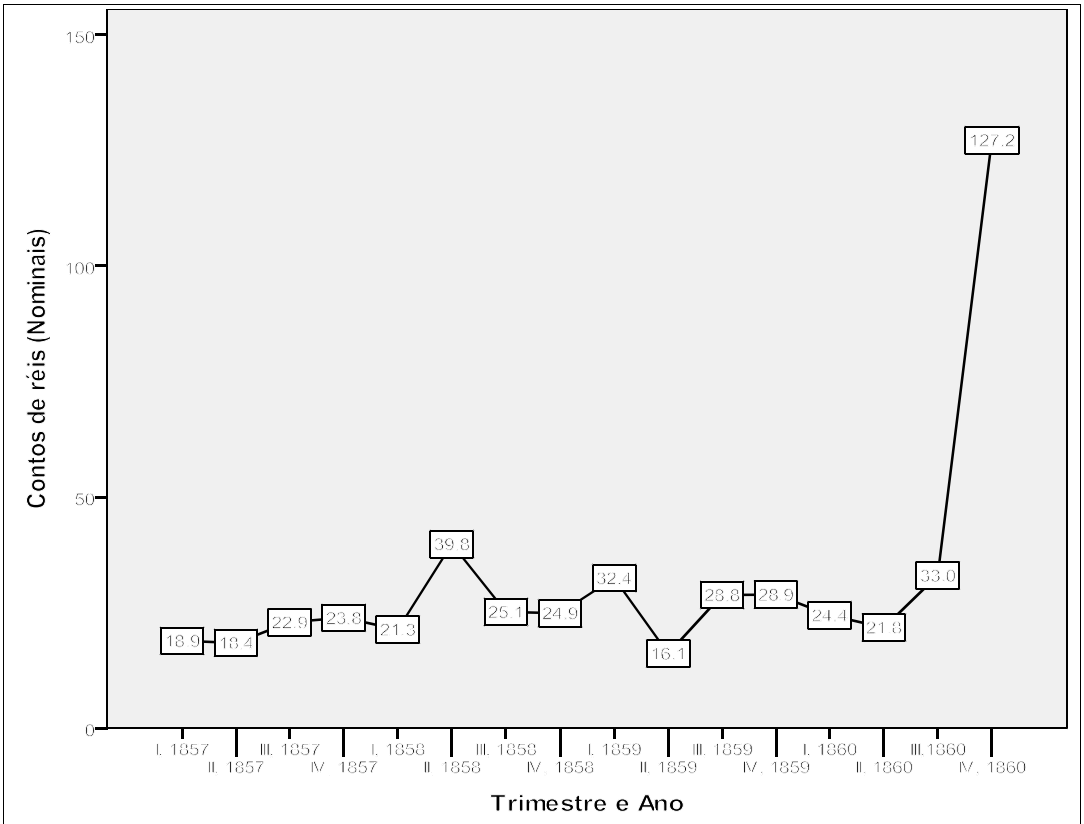



**Gráfico 5.11: Valor total das escrituras do quartil inferior de negócios. Rio de Janeiro, 1857-1860**

Fonte: Primeiro Oficio de Notas do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, Brasil.

No Rio de Janeiro, os negócios dos pobres também se mantiveram em altos patamares[xviii]. O gráfico 5.11 expõe os valores negociados no primeiro quartil das escrituras para os trimestres de 1857 até 1860. Perceber o comportamento da série é difícil em virtude da *distorção* que aconteceu nos meses finais do último ano, quando foram registrados os quase inacreditáveis 127,2 contos de réis em pequenos negócios. A esta questão, voltaremos logo, mas antes devemos comentar os valores dos trimestres anteriores.

Nos primeiros dados da série do gráfico 5.11 se registram 18,9 e 18,4 contos de réis. Esses valores estavam em harmonia com a informação do último trimestre de 1856 (Gráfico 4.10) com 18,3 contos de réis, que era um valor menor que o negociado trimestralmente durante aquele ano, mas também era um valor alto se comparado à série de 1851-1856. Neste sentido, os dois primeiros dados de 1857 não eram pequenos, mas a partir do terceiro trimestre desse ano, a série começou com uma tendência de crescimento que vai elevar ao máximo dos vinte anos (descontando aquele volume atípico do quarto trimestre de 1860) ao registrar 39,8 contos de réis no segundo trimestre de 1858.

Esse movimento de ascenso dos pequenos negócios[xix] do segundo semestre de 1857 para o primeiro semestre de 1858 estava na contramão da relativa queda das ações dos bancos (Gráfico 5.1) e, de forma geral, com o que acontecia na economia em consequência da crise internacional. Portanto, seria possível que existisse um deslocamento no ritmo temporal entre a atividade econômica do conjunto da cidade e dos negócios dos pobres. No entanto, quando o índice das ações financeiras desabou no terceiro trimestre de 1858 (Gráfico 5.3), também os pequenos negócios tiveram uma queda, mas essa redução não foi do tamanho da que aconteceu com os bancos. No nosso entendimento, embora com escalas diferentes, existiu, sim, efeito de uma sobre a outra. Para entender essa relação, devemos observar como continuou o movimento da série.

Os seguintes três trimestres (IV de 1858 e I, II de 1859) foram de recuperação para os bancos, em contraste, os pequenos negócios tiveram uma clara oscilação que os levou de um valor relativamente baixo (em comparação com a série completa de 1857-1860) para um máximo e, daí para o mínimo de todo o período com 16,1 contos de réis negociados. Depois, no terceiro e quarto trimestres de 1859, os pequenos negócios se recuperam e ficaram próximos dos 29 contos de réis. Nesses meses, as ações dos bancos já estavam de novo em queda e elas se mantiveram até o fim do período. Os negócios dos pobres também amargaram essa queda no primeiro semestre de 1860 e, no segundo semestre, chegou o *inacreditável incremento*.

Para entender a série dos pequenos negócios e o efeito que sobre eles teve a crise internacional, podemos subdividi-la em quatro períodos: primeiro, o ano de 1857, quando os negócios estiveram estáveis e dentro da faixa do que acontecia desde 1854, isto é, ainda se comportando como no pré-crise. Segundo, desde o primeiro trimestre de 1858 até o terceiro de 1859, com uma clara e forte oscilação que levou a série a atingir o máximo (descontando aquele IV de 1860) dos vinte anos estudados nesta pesquisa e, nove meses depois, o mínimo do período analisado neste capítulo. Essa oscilação dava conta do efeito dos problemas internacionais sobre os pequenos negócios. O terceiro subperíodo, do quarto trimestre de 1859 até o segundo de 1860, quando a série se reduziu no mesmo sentido em que se estavam movendo as ações dos bancos nesses meses. Portanto, a crise de 1857 se sentiu nos negócios dos pobres cariocas, ao gerar uma forte flutuação durante mais ou menos 18 ou 20 meses e, depois, nos seguintes nove meses, reduzindo a atividade.

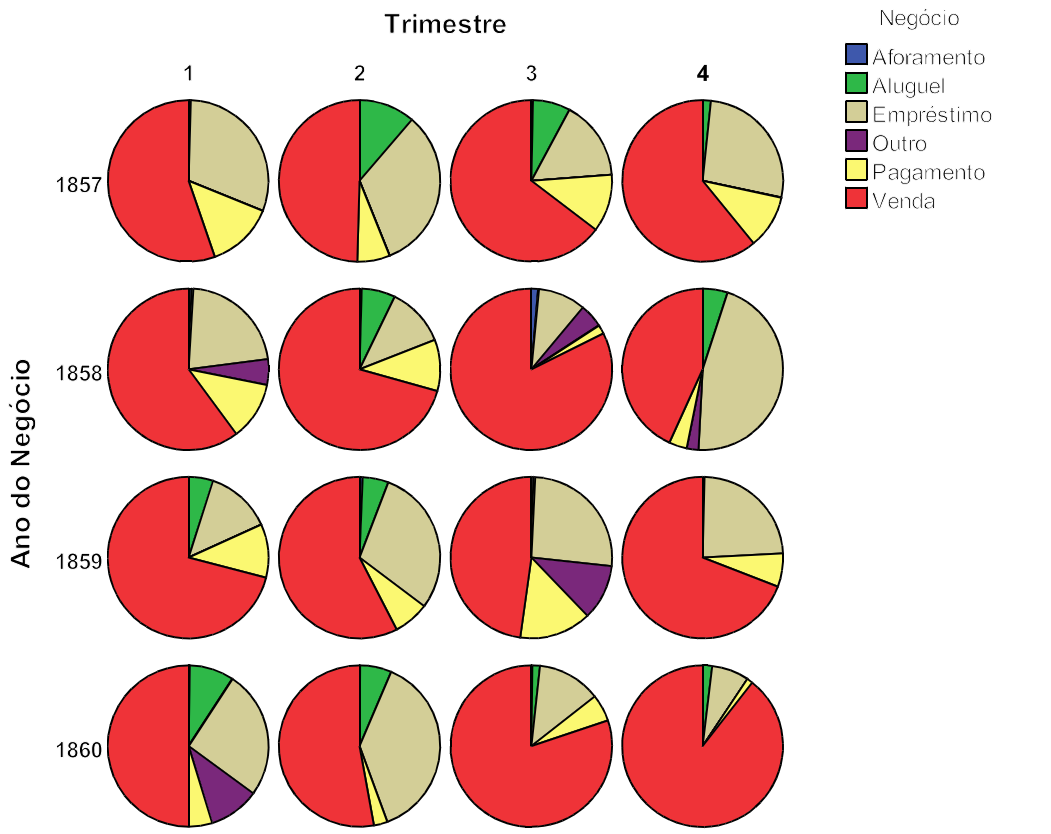



**Gráfico 5.12: Proporção do tipo de negócios do quartil inferior das escrituras por valor dos negócios. Rio de Janeiro, 1857-1860**

Fonte: Primeiro Ofício de Notas do Rio de Janeiro.

Depois dessa queda, apareceu o quarto e último subperíodo, formado pelo terceiro e, sobretudo, o quarto trimestre de 1860, quando os valores negociados pularam. Para entender o que aconteceu nesse momento, devemos observar o gráfico 5.12 com os tipos de transações registradas segundo o montante total delas. Como se pode ver, o último trimestre apresentou um domínio quase total das vendas sobre os outros tipos de negócios, pois elas registraram 113 contos dos 127 contos que se negociaram, ou seja uma participação de 89%.

Nunca aconteceu isso antes, ou, pelo menos desde 1840, não acontecia as vendas monopolizarem totalmente os negócios. Entre 1857 e 1860, somente dois trimestres ficaram próximos da situação: o terceiro de 1860, que claramente estava sob o mesmo influxo, e o terceiro de 1858, mas neste caso as vendas registraram 20 contos de réis e, portanto, o aumento na sua participação foi gerado pela queda das outras transações. Neste sentido, a pergunta é: qual foi a mercadoria que puxou o incremento das vendas no segundo semestre de 1860?

A resposta é que foram os escravos, pois, no último trimestre de 1860, se registraram no cartório 62 compra – vendas por um total de 97,8 contos de réis. Isso não era normal, pois geralmente se escrituravam só alguns negócios. Por exemplo, entre 1851 e 1856 foram somente 8 operações deste tipo e, em 1859, só foram 2. As outras mercadorias negociadas no quarto trimestre de 1860 não tiveram mudanças tão fortes como o que acontecia com o escravos.

Do incremento no registro cartorial da venda de cativos no fim de 1860, não pudemos tirar conclusões sobre a atividade econômica, nem dos pobres nem da cidade em geral, pois o cruzamento com as fontes do mercado de trabalho permite ver que o aumento nos cartórios não era reflexo do crescimento na oferta para a venda de escravos. Como comentamos há algumas páginas, a oferta de indivíduos para vender continuava muito dinâmica em 1860 e conseguia resistir ao avanço do trabalho para contratar. Mas era só isso: mantinha sua parcela do mercado e não apresentava nenhum incremento proporcional e, menos ainda na escala do que vimos na fonte do cartório.

Se o aumento no registro fosse derivado de mudanças na atividade econômica, com certeza, isso apareceria como incremento no número de anúncios de indivíduos para vender no *Jornal do Commercio.* Porém, em 1856, nossa amostragem tem 417 avisos deste tipo e, em 1860, tem 436, e não constatamos nada semelhante ao que acontecia nas escrituras. Importante destacar que nossa amostragem do jornal inclui todos os anúncios do meses de novembro e dezembro, que foram precisamente aqueles que tiveram o crescimento no cartório, ou seja, não é o caso de sub-representação na amostragem.

Como consequência, podemos pensar que o pulo das escrituras foi derivado de uma conjuntura específica no âmbito legal e não foi gerada por mudanças econômicas, no sentido do mercado de trabalho ou da produção. Provavelmente, foi porque se exigiu que os negócios fossem registrados ou porque os agentes percebessem algum tipo de *insegurança* na propriedade sobre seus cativos ou por algum alívio impositivo. Enfim, outras pesquisas poderiam indagar sobre esta questão, para nós o importante é que ela não indica transformações da mesma magnitude nas operações ou nos patrimônios dos pobres.

Onde aconteceu um incremento nos negócios dos pobres foi nos empréstimos, pois, em 1857, foram pouco mais de 21 contos de réis, o que era pouco menor que os 23 contos de réis de 1856. Em 1858 e 1859, se voltou ao patamar dos 23 contos de réis e deste valor se deu o incremento aos 28,2 contos de

réis em 1860. Se tais valores fossem vistos de forma agregada anual, então pensaríamos que a crise não teve maiores efeitos. Porém, como sabemos, devemos desagregar para encontrar os impactos nas finanças dos pobres.

O trimestre de maiores volumes de dinheiro negociado (empréstimos e pagamentos) foi o IV de 1858 com 12,3 contos de réis, mas o trimestre anterior foi o do mínimo com 2,8 contos de réis. No sentido geral, assim foi a relação entre todos os trimestres: queda seguida de aumento e de novo queda. Se apresentássemos o gráfico de montantes totais trimestrais de dinheiro negociado, encontraríamos um linha que flutua de máximos para mínimos de forma quase permanente. Para ilustrar essa flutuação, é suficiente saber que a média trimestral foi de 8 contos e o desvio padrão foi de 2,4.

Essas flutuações foram geradas pela crise internacional, pois, em 1857, e no primeiro semestre de 1858, os totais por trimestre se movimentaram entre 6 e 9 contos de réis, isto significa que ainda nesse momento se estava na dinâmica de crescimento da pré-crise. Mas, no terceiro trimestre de 1858, quando os bancos cariocas também enfrentavam os problemas de suas ações, esses pequenos empréstimos e pagamentos recuaram aos 2,8 contos, que era menos da metade dos mínimos anteriores, dando claras mostras que os problemas financeiros impactavam nestes pequenos negócios. Depois, coincidindo com a recuperação bancária, os empréstimos e pagamentos voltaram a crescer e seu agregado atingiu o máximo. Mas, desde o quarto trimestre de 1858, os valores começaram a oscilar até o terceiro trimestre de 1859, quando entraram em queda, assim como também os bancos. Mas à diferença do que acontecia com estes, no fim de 1860, as transações de dinheiro e, especificamente, os empréstimos cresceram.

Em contrate com o que aconteceu no crescimento das escrituras de venda de escravos no fim de 1860, tudo parece indicar que o movimento de operações que apenas mexiam com dinheiro foi influenciado pelas modificações na economia. O interessante foi que, no final de 1860, o incremento nesses negócios não aconteceu no mesmo sentido dos bancos.

Portanto, em resumo, na capital brasileira, encontramos um segundo fio condutor da crise, pois os problemas internacionais afetavam o setor financeiro[8] e, por essa via impactaram nos pequenos negócios. Mas essa relação não era nem direta, nem proporcional, pois, por uma lado, esse negócios demoraram um

8 Aqui apresentado desde as ações, mas as séries monetárias são bem conhecidas pela historiográfica (Pelaéz e Suzigan 1981) (IBGE 1990) e é sabido que após a crise de 1857 a oferta monetária se reduziu.

pouco mais a ser atingidos e, por outro, no fim de 1860, eles cresceram mais do que a recuperação bancária.

Repitamos, essa recuperação só foi no último trimestre de 1860, todos os meses anteriores estavam sob o influxo da crise. Até aqui só apresentamos o caso da mercadoria dinheiro, ou seja, dos empréstimos e pagamentos, mas as outras mercadorias também tiveram fortes oscilações derivadas da crise. Por exemplo, os terrenos oscilaram entre um total trimestral de 2,3 contos de réis negociados até um máximo maior dos 12 contos, sem contar dois trimestres com totais próximos de zero. Com as casas, aconteceu o mesmo e oscilaram de forma drástica em 1858 e no começo de 1859, e, a partir do segundo trimestre deste ano o montante total negociado com elas diminui gradativamente.

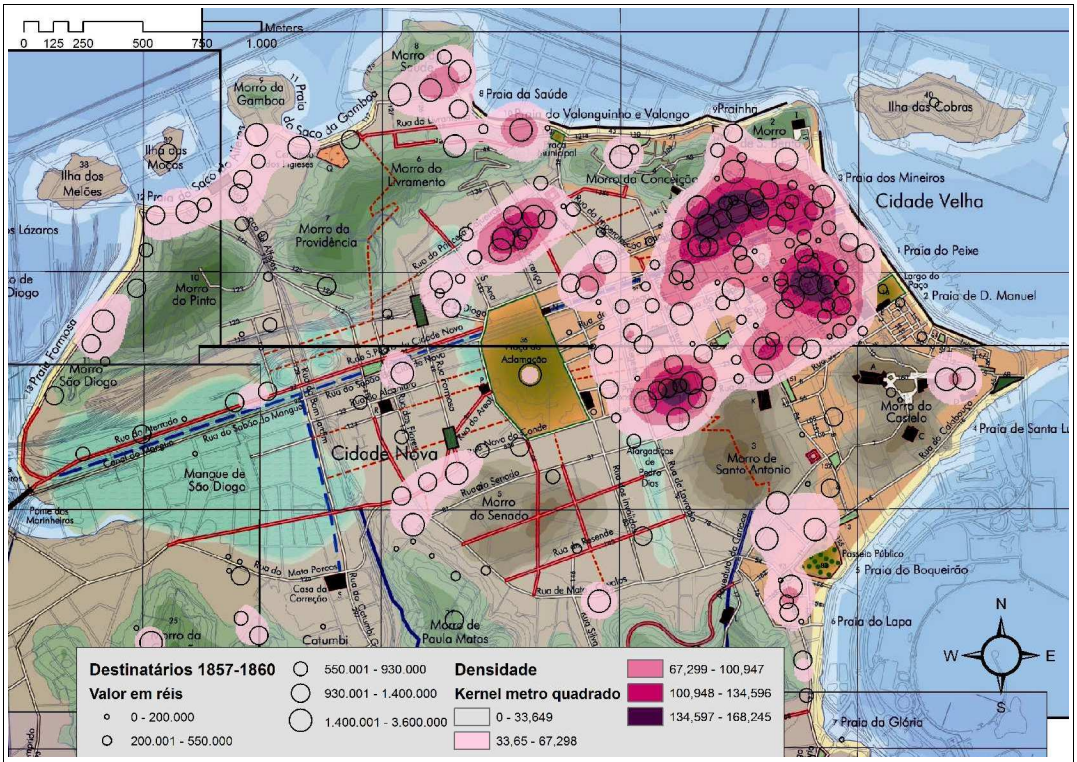



**Ilustração 5.3: Localização dos destinatários das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1857-1860**

Fonte. Dados: Primeiro Oficio de Notas do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Imagem: Atlas Andreatta (2008)

Os meses do pós-crise não foram tranquilos para os pobres cariocas, embora no fim de 1860 pudessem estar se recuperando. A ilustração 5.3 apresenta evidências dessa situação o que nos permite especificar um pouco mais para o caso dos negros livres. O mapa apresenta os possíveis pontos de destino das mercadorias negociadas nas escrituras e as densidades de kernel (cell:5, rádio: 200 mts)[xx] de seus

valores.

A evidência sobre as dificuldades do período está nas faixas de densidade, pois todas elas diminuíram seus valores. Por exemplo, em 1851-1856, a área de maior densidade significava que recebia negócios entre 145 e 182 réis por metro quadrado (Ilustração 4.4); entre 1857 e 1860 essa maior densidade recebia entre 134 e 168 réis por metro quadrado. Coisa semelhante acontecia nas outras faixas e, mesmo a segunda menor, entre 1851-1856, recebeu por metro quadrado entre 36 e 72. Entre 1857 e 1860 simplesmente recebia por metro quadrado entre 33 e 67 réis.

Nesse sentido, temos uma dificuldade geral, mas, para os negros livres a situação parece que foi menos difícil, pois as regiões onde eles moravam parece que foram menos impactadas. Por exemplo, os quarteirões próximos de Santa Rita, que no mapa de 1851-1856 ficaram no nível 2 e 3 de densidade, passaram a ser 4 e 5 entre 1857-1860, e, com isso, se antes negociavam (como destinatários) entre 0-72 réis por metro quadrado, passaram a negociar entre 100 e 168 réis por metro quadrado. Na região da Rua da Princesa dos Cajueiros, aconteceu de forma semelhante, pois, entre 1851-1856, era de nível 2 ou 3 e se transformou em 3 a 5; o sul de Sacramento saiu do nível 2 para o 5, mas, em compensação, uma parte do norte caiu de 4 para 3, e o restante ficou no níveis 1 ou 2. Por último, zonas como Valonguinho, Gamboa ou o Saco do Alferes, no norte do centro ou Lapa no sul dele, que, em 1851-1856, não geraram densidades ou geraram só de nível 2, passaram a ter aglomerações no período 1857-1860.

Aclaremos que os incrementos nos registros de negócios com escravos não aconteceram nestas regiões, ou seja, essa transformação espacial não foi consequência do aparecimento de compradores de escravos. Assim, no Saco de Alferes e na Gamboa não temos compradores, na Saúde só havia 1, em Valonguinho também 1, em Santa Rita 3, próximo da Rua da Princesa dos Cajueiros nenhum, em Sacramento eram 3 e na Lapa nenhum. Não foram os escravos que geraram as mudanças nas aglomerações, e, sim, as compras de mercadorias diferentes, como os terrenos, mas o que mais explica a transformação foi o aumento no recebimento de dinheiro emprestado.

Do lado dos fornecedores, a ilustração 5.4 mostra que todas as faixas de densidade aumentaram seus valores. Por exemplo, a maior em 1851-1856 fornecia por metro quadrado entre 111 e 139 réis, e, entre 1857 e 1861, essa faixa foi para 129 até 159 réis por metro quadrado. Na terceira faixa por metro

quadrado, se negociaram (como fornecedores) entre 1851 e 1856 entre 55 e 83 réis por metro quadrado e, entre 1857 e 1860, foram entre 64 e 95 réis por metro quadrado, por isso foi claro o deslocamento para cima nos valores fornecidos.

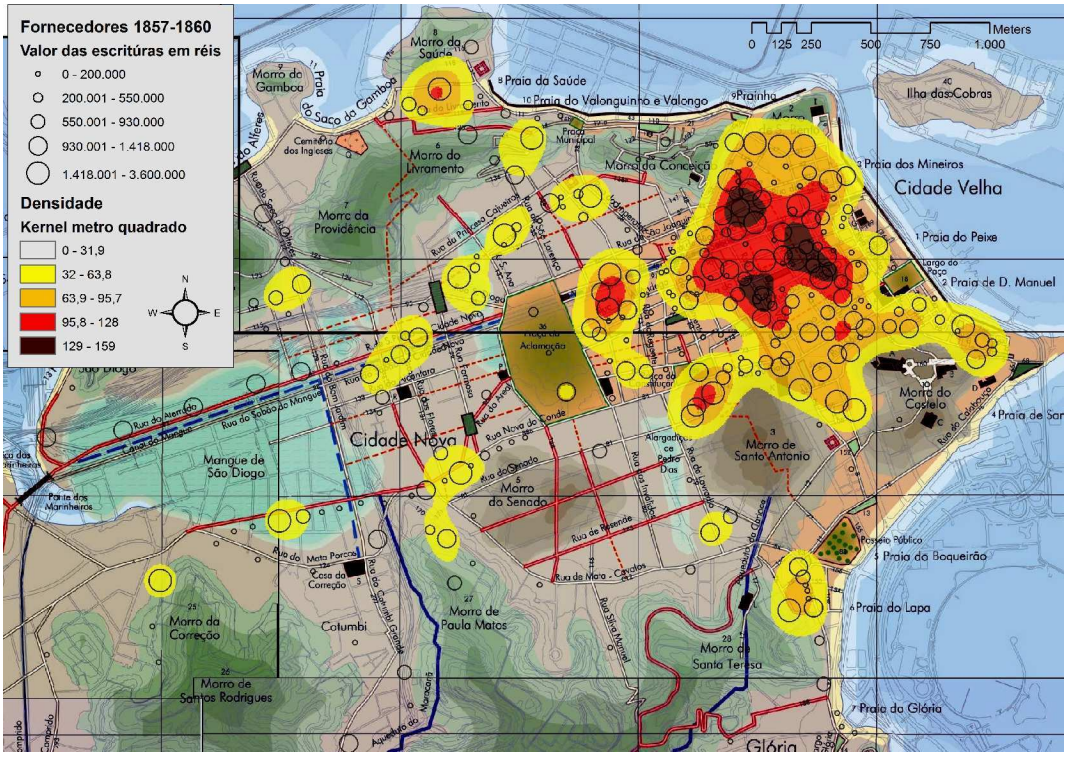



**Ilustração 5.4: Localização dos fornecedores das mercadorias nas escrituras. Rio de Janeiro, 1857-1860**

Fonte: Dados: Primeiro Oficio de Notas do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Imagem: Atlas Andreatta (2008)

Mas os bairros ou regiões de negros livres caíram de nível de densidade. Esse foi o caso de Sacramento que, entre 1851 e 1856, tinha mais da metade da sua área com algum tipo de aglomeração (Ilustração 4.3) e que podia chegar a ser de nível 3 e até 4, mas, entre 1857 e 1860, vai ter boa parte no nível 1, sem densidade relevante, e as partes de níveis 3 e 4 diminuíram. A região da Rua da Princesa dos Cajueiros também caiu e aquilo que era uma mancha contínua entre o Morro da Conceição e a Cidade Nova passou a ser fragmentada e as três aglomerações em seu interior, que eram maiores no segundo nível, também sumiram. A zona da Rua da Misericórdia também passou de ter uma aglomeração com nível 5 de densidade para uma com nível máximo 3. O único espaço de negros livres em que essa queda não aconteceu foi nas redondezas do Largo de Santa Rita.

Como foi no caso dos destinatários, as mudanças nas aglomerações espaciais dos fornecedores não

foram geradas pelos aumentos nos registros da venda de escravos, pois, nas regiões de maiores densidades, só aparecem algumas dessas vendas. As maiores densidades continuaram sendo geradas pelos empréstimos fornecidos no centro da cidade.

As quedas nas densidades do fornecimento das mercadorias nas regiões ocupadas pelos negros livres foram consequência simultânea da diminuição dos empréstimos de dinheiro, e das vendas. Porém, foi muito mais importante a redução da primeira que a segunda dessas variáveis. Expliquemos melhor: em Sacramento, entre 1851 e 1856, foram pelo menos 10 vendas e, entre 1857 e 1860, foram 6, isso quer dizer que a queda foi substancial, mas também era consequência do período mais curto, pois foram seis anos em crescimento antes da crise e quatro depois dela. Em consequência, a média anual se reduz de 1,66 para 1,5 o que já não era tão expressivo. O mesmo aconteceu com as vendas por agentes na região da Rua da Misericórdia que, entre 1851-1856, registraram 7 negócios e, entre 1857-1860, foram 3 escrituras.

Diferente das vendas, os empréstimos oferecidos se reduziram de forma bem mais clara. Em Sacramento, foram 14 entre 1851-1856, ou seja, uma média anual de 2,3 e entre 1857-1860, foram 3, isto é, uma média anual de 0,75, portanto, uma diminuição relativamente forte. Na região da Rua da Princesa dos Cajueiros, só contando no interior da mancha de 1851-1856, sem contar com a aglomeração na Cidade Nova, foram 15 empréstimos de dinheiro e, em 1857-1860, foram 7. Com isso, a média anual se reduziu de 2,5 para 1,75. A única região de negros livres onde não existiram quedas significativas foi em Santa Rita que manteve entre 3 e 4 vendas nos dois períodos e passou de 5 empréstimos para 3 do primeiro para o segundo.

### 5.4 Subir a ladeira com o patrimônio nas costas

Num contexto de dificuldade, os negros livres cariocas conseguiram manter suas finanças mediante a estrategia de não comprar terrenos, continuar com o nível de negócios imobiliários e, sobretudo, aumentando seu endividamento e reduzindo o dinheiro que emprestavam. Esta estrategia se dava num momento em que o mercado de trabalho se consolidava e mantinha constante a renda dos trabalhadores, com a inflação em baixa, mas que nem por isso reduziu os custos da alimentação.

Interessante que não foi nas regiões em que eles moravam o lugar onde aconteceu o aumento no registro das compra - vendas de cativos. Se eles aumentaram seu investimentos em escravos não o pudemos saber, porque nossas fontes não permitem inferir que esse processo tinha existido. O que inferimos sobre sua estratégia de ganhar liquidez aumentando o endividamento e reduzindo os empréstimos concedidos vem dos arranjos espaciais, pois conhecemos as regiões em que os negros livres se encontravam.

O mapa da ilustração 5.5 apresenta essa informação para 1860. Como se pode ver, as aglomerações continuavam as mesmas dos anos anteriores com a maior densidade em Sacramento entre as ruas da Vala e o Campo de Santana no eixo leste-oeste e nas ruas de São Pedro e do Piolho ou Conde no eixo norte-sul. Além de Sacramento, também havia concentrações no centro da cidade e no sentido da Rua da Misericórdia; no norte da Cidade Velha, nas redondezas da Rua da Princesa dos Cajueiros; nos lados leste e oeste do Morro de Santo Antônio e na Lapa. Essa última aglomeração não aparecia nos mapas dos capítulos anteriores, mas em 1860 estava definida.

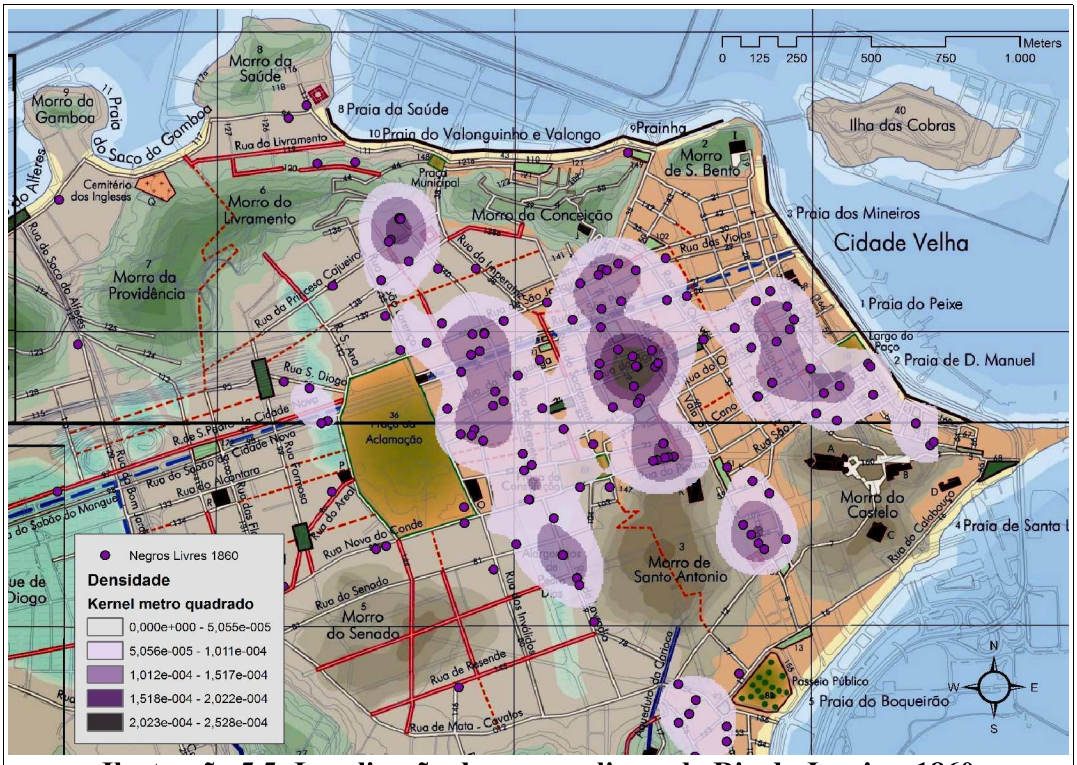



**Ilustração 5.5: Localização dos negros livres do Rio de Janeiro, 1860**

Fonte: Dados: *Jornal do Commercio*. Imagem: Atlas Andreatta, 2008

Em Richmond, a localização dos negros livres voltou a ficar semelhante à encontrada no capítulo 2,

com os dados de 1845 e não há muita semelhança com a do capítulo anterior que se refere à de 1852. A informação de 1860 está na ilustração 5.6 que foi construída com os dados do almanaque de negócios desse ano (Ferslew 1860), daí a semelhança com 1845 e a diferença com 1852, pois, no capítulo 2, foi também a informação de um almanaque a que foi usada para o georreferenciamento, enquanto no capítulo anterior, foi a informação do livro de registro de negros livres.




**Ilustração 5.6: Localização dos negros livres em Richmond, 1860**

Fonte: Dados: Ferslew, 1860. Imagem:Virginia Historical Society, 1862

Portanto, a imagem deste capítulo é menos precisa que aquela que apresentamos para 1852, quando tínhamos os endereços de centenas de negros livres richmonianos, pois o que agora temos é informação comercial. Nesse sentido, com certeza, o arranjo espacial da ilustração 4.6 não deve ter mudado para 1860 e podemos voltar para essa aglomeração. Mas, quisemos aproveitar o almanaque de negócios de 1860 e seu georreferenciamento para salientar que, embora se tivessem passado quinze anos desde o primeiro almanaque que colocamos num mapa, a situação para a grande maioria dos negros continuava sendo a de não aparecer entre a elite que era mencionada nesse tipo de livros. Não que a vida econômica dos negros livres richmonianos não tivesse mudado, muito pelo contrário, e durante todo este texto mostramos como era complexa e movimentada. No entanto, para a maioria deles, sempre era na estreita faixa da pobreza que as coisas aconteciam.

Esse grupo que aparece no livro de 1860 era aquele que estava próximo do Capitólio no centro da cidade, o no lado sudeste em Jefferson Ward. Porém, sabemos que as maiores aglomerações estavam em Jackson Ward, mas na ilustração 5.6 só aparecem alguns pontos, e nas imediações da estação ferroviária no lado norte do centro da cidade, que no mapa de 1860 só aparece um ponto.

Ainda bem que, para Richmond, dependemos menos que no Rio de Janeiro da informação geográfica para ter uma imagem do acontecido com as finanças destes agentes, pois, para a capital da Virgínia, contamos com a informação dos impostos pessoais e, em 1860, com os dados do Censo que registrou variáveis econômicas.

Em 1857 os negros livres pagaram em impostos pessoais[xxi] um total de US$345,43 (Gráfico 5.13). Este valor era muito maior que o total arrecadado em 1856 quando foi de US$147,50 (Gráfico 4.15). No entanto, o incremento não foi puxado pelos aumentos nos pagamentos individuais, pois a média desses valores, em 1857, foi de US$1,18 e, em 1856, foi de US$1,38. O que aconteceu foi o aumento no número total de contribuintes que passou de 110 para 291 de um ano para o outro.

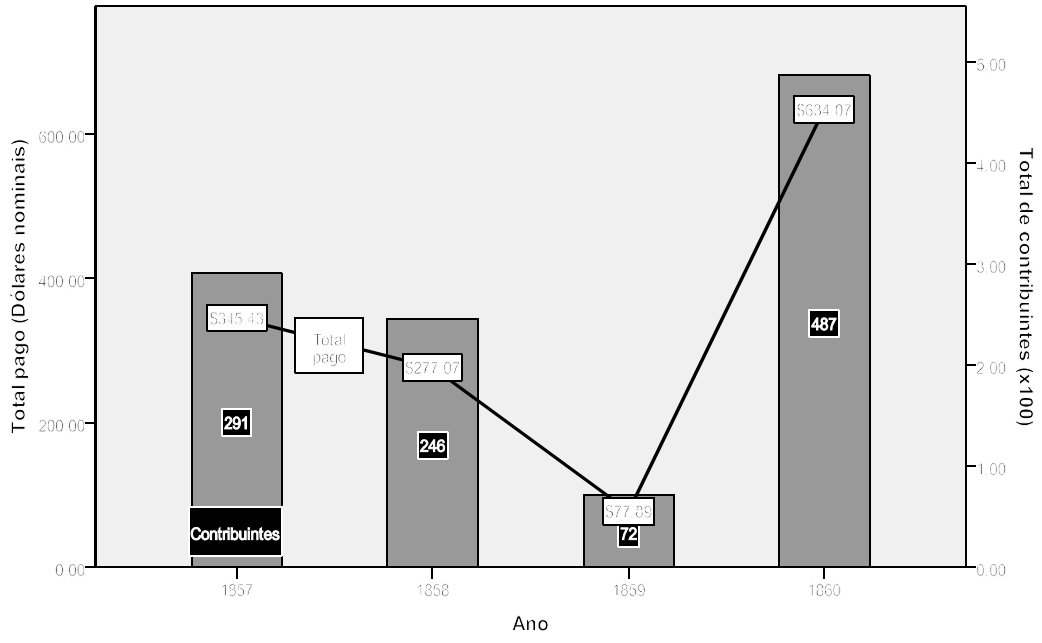



**Gráfico 5.13: Total arrecadado e total de contribuintes negros livres. Richmond 1857-1860**

Fonte: Impostos pessoais

Por esse aumento no pagamento de impostos de 1856 para 1857 não podemos inferir que as finanças dos negros livres tinham crescidos, pois foi simplesmente porque a quantidade de pessoas

cobradas aumentou. Porém, nos dois anos seguintes, 1858 e 1859, os valores totais e os médios se reduziram. No primeiro desses anos, a queda foi relativamente pequena e o total ficou em US$277 e a média em US$1,12, o que sinaliza a redução dos tributários. Depois, em 1859, a crise foi monumental e o valor arrecadado só chegou aos US$77,89, que era muito menor que qualquer um dos dados de toda a década. A média também recuara para os US$1,08.

O índice de moda nos três anos (1857, 1858 e 1859) continuava no mesmo lugar de sempre, com um dólar pago pelos indivíduos. Mas o forte impacto da crise pode ser avaliado melhor ao se observar os percentis 5 e 99. O primeiro deles registra o que aconteceu com os mais pobres, que pagaram menos de US$0,14, US$0,20 e US$0,20 em cada ano respectivamente, e o segundo dá conta do que aconteceu com os mais ricos que pagaram US$6,40, US$6,20 e US$4,60 respectivamente. Com isso, a imagem que fica é a dos pobres elevando o pagamento e os ricos diminuindo, e, como o imposto estava em função dos bens pessoais, então poderíamos pensar num processo de estreitamento da faixa de riqueza no grupo social.

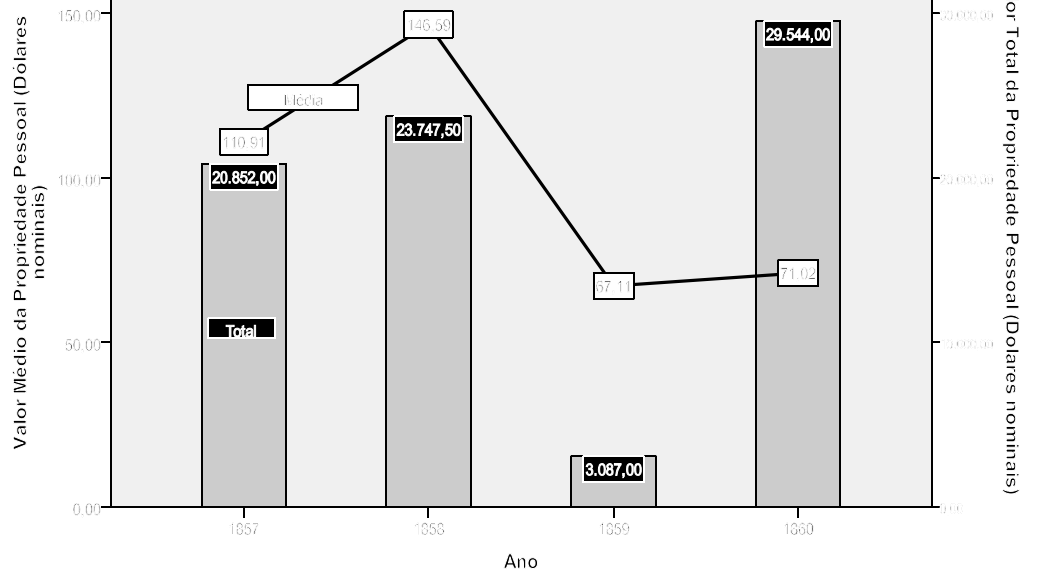



**Gráfico 5.14: Total e média do patrimônio pessoal dos negros livres. Richmond, 1857-1860**

Fonte: Impostos pessoais

Os impostos pessoais a partir de 1857 trazem uma informação adicional que permite testar essa hipótese: o valor do patrimônio que cada indivíduo declarava para a receita. Esses bens eram unicamente os pessoais, ou seja, não incluírem propriedade imobiliária. O Gráfico 5.14 apresenta esses dados e se

pode ver que, de 1857 para 1858, quando a arrecadação total e média desciam, o patrimônio médio e total cresciam. Mas, em 1859, quando os impostos despencaram, foi em consequência da queda patrimonial. Sem dúvida, a crise repercutiu sobre a economia dos negros livres richmonianos, pois seu patrimônio pessoal agregado se reduziu de mais de US$23.000 dólares para US$3.000[xxii].

Em 1860, o valor total voltou a crescer e ficou maior que o de 1857 ou 1858, denotando uma recuperação. Neste sentido, era possível que a crise tivesse efeito no curto prazo e na conjuntura específica. No entanto, o gráfico 5.14 também informa o comportamento das médias anuais deste tipo de patrimônio por contribuinte e, segundo elas, a recuperação não seria tão clara em termos das finanças individuais, pois, em 1859, cada tributário teria neste tipo de riqueza US$67, e, em 1860, eram em média US$71. Ou seja, um incremento modesto, e o índice de 1860 era menor que o de 1857 ou 1858.

A saída da crise, em 1860, não foi uma saída simples ou fácil para a economia dos negros livres richmonianos, pois, certamente de forma agregada, elevaram seu patrimônio total, como grupo. Porém, também é certo que, de forma individual, isso não aconteceu e, na escala dos agentes, a pobreza continuava. Contudo, esse forte incremento no agregado e o pequeno aumento na média também revelam que a crise de 1860 modificou o grupo de um jeito diferente do acontecido nos problemas do final da década de 1840, pois, naquele momento, o que encontramos (capítulo três) foi que se gerou uma divisão entre os indivíduos que tinham mais riqueza e que conseguiram acumular mais durante as turbulências econômicas de 1847-1850 e aqueles pobres que não lograram manter seu modesto patrimônio e ficaram ainda mais pobres.

Agora, na crise de 1857-1860, não parece ser esse o caso e, para evidenciar essa situação, podemos ver a movimentação dos percentis 95 e 99 do patrimônio pessoal. O primeiro desses índices em 1857 era de US$282, em 1859, foi de US$200 e em 1860 caiu para US$168. No segundo desses percentis, a queda foi ainda maior: em 1857 seu valor era de US$1.710, em 1859 foi de US$393 e na recuperação de 1860 foi de US$852, portanto, só a metade do que era antes da crise. Ao mesmo tempo, do outro lado do espectro, entre os mais pobres, o percentil 5 passou de US$10 em 1857 e 1858 para US$20 em 1859 e 1860.

Temos um ajuste ao interior do grupo, pois foram os mais abastados os que perderam mais dinheiro durante a crise enquanto os mais pobres elevaram seus ativos. Para saber como isso aconteceu, podemos

ver a composição do patrimônio pessoal. Aqueles bens, que no capítulo anterior chamamos de objetos domésticos, cresceram fortemente. O gráfico 5.15 apresenta o valor total que eles representavam, os tipos de bens que os conformavam e a participação de cada um no total anual.

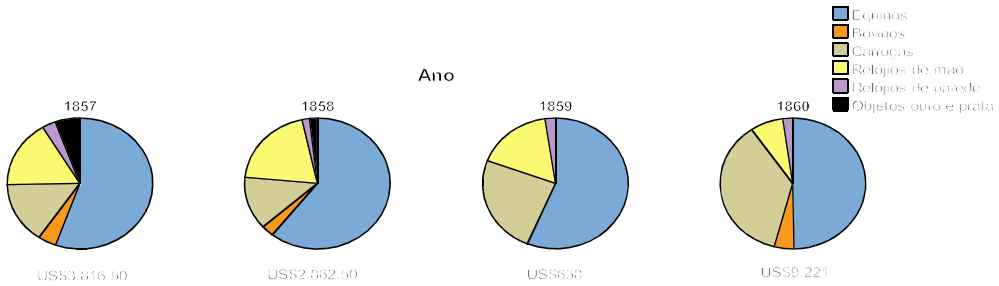



**Gráfico 5.15: Valor e porcentagem dos objetos domésticos dos negros livres. Richmond, 1857-1860**

Fonte: Impostos pessoais.

Se compararmos os totais do período 1857-1860 com os de 1851-1856 (Gráfico 4.9) encontraremos um forte crescimento, pois o máximo dos anos anteriores à crise foi 1855 com pouco mais de US$2.000 e, em 1857, esse valor pulou para os US$3.816. Depois, em 1858 e 1859, vêm as quedas, e esse tipo de riqueza se reduziu a US$658, que foi o menor valor desde 1852. Mas, em 1860 chegou ao máximo histórico de US$9.221.

Como acontecia desde 1852, a maior participação neste tipo de riqueza ficava por conta dos equinos, ou seja cavalos, burros e muares que eram agrupados pelos impostos numa categoria só. O interessante é que o investimento nesses animais parece se adaptar com rapidez ao contexto, pois, em 1858, eles totalizavam US$1.735 e, em 1859, se reduziram para US$370 e depois, em 1860, aumentaram para US$4.590. Ao que parece, os negros livres adquiriam ou se desfaziam com relativa facilidade desses animais.

Diferente, por exemplo, dos relógios de mão que, embora oscilassem, se mantiveram muito mais estáveis e, em 1857, representavam US$638, depois foram para US$574, logo, no pior dos momentos reportado pela fonte caíram, para US$112 e, por fim, em 1860, retornaram perto do valor do início do período com US$672. Em outras palavras, os relógios de mão não parece que tenham sido bens que representassem uma reserva de valor nessa época de dificuldades, como uma retaguarda econômica que atesourasse a poupança; nestes anos estariam mais para objetos de relativo luxo na pobreza ou

simplesmente necessários.

Do lado do que mais cresceu, aparecem as carroças, carruagens e outro tipo de veículos daquela época. Desde 1855 (Gráfico 4.9), esse bens estavam ganhando espaço no patrimônio dos negros livres richmonianos, e essa tendência se manteve durante os anos finais da década e, em 1860, já representavam US$3.355. Provavelmente, este aumento estava vinculado ao crescimento do valor investido em equinos.

Nesta frente da economia, os bens de relativo pequeno valor e a capacidade de adaptação contribuíram para percorrer os anos de crise. Nos outros tipos de bens, a estratégia está representada no gráfico 5.16[xxiii], nele aparecem os quatro conjuntos em que agrupamos, no capítulo anterior, os tipos de investimentos e objetos que tinham os negros livres: estimativo em escravos, investimentos em capital, objetos domésticos e artigos de cozinha e casa (gráfico 4.11). As últimas três categorias são o agrupamento dos dados que aparecem na lista dos impostos de cada ano, e o estimativo em escravos é a multiplicação da quantidade de cativos, propriedade dos negros livres pelo valor médio deles, segundo a série de preços dos comerciantes. Ou seja, estas séries foram calculadas do mesmo jeito das do capítulo anterior (Gráfico 4.11) e são comparáveis.

O forte incremento nos bens domésticos que mostra o gráfico 5.15 não foi o mais importante que aconteceu nas finanças dos negros livres na época da crise. Em realidade, em termos relativos, das quatro séries do gráfico 5.16, ela foi a mais estável. A que mais se reduziu foi a de investimentos em capital, que era aquela composta pelos valores em papéis fiduciários, nos títulos de dívida pública, em dinheiro, em recursos investidos em empresas manufatureiras e mineradoras e qualquer outro tipo de *capital*, segundo a expressão da época.

A série tinha uma tendência de crescimento no período 1851-1856, mas que entre 1857-1860 estava em clara queda. Em 1855, chegou aos US$9.600, que foi o máximo da década, pois, em 1856, já estava em US$7.000 e, em 1857, recuperou alguma coisa ao chegar aos US$7.750. No seguinte ano, voltou a perder e ficou próxima dos US$6.000; mas, em 1859 foi destruída e simplesmente chegou ao zero. Todos perderam tudo o que tinham nesse tipo de ativos. É evidente que ninguém queria esse tipo de negócios para o seguinte ano e, por isso, em 1860, só se registraram US$486.

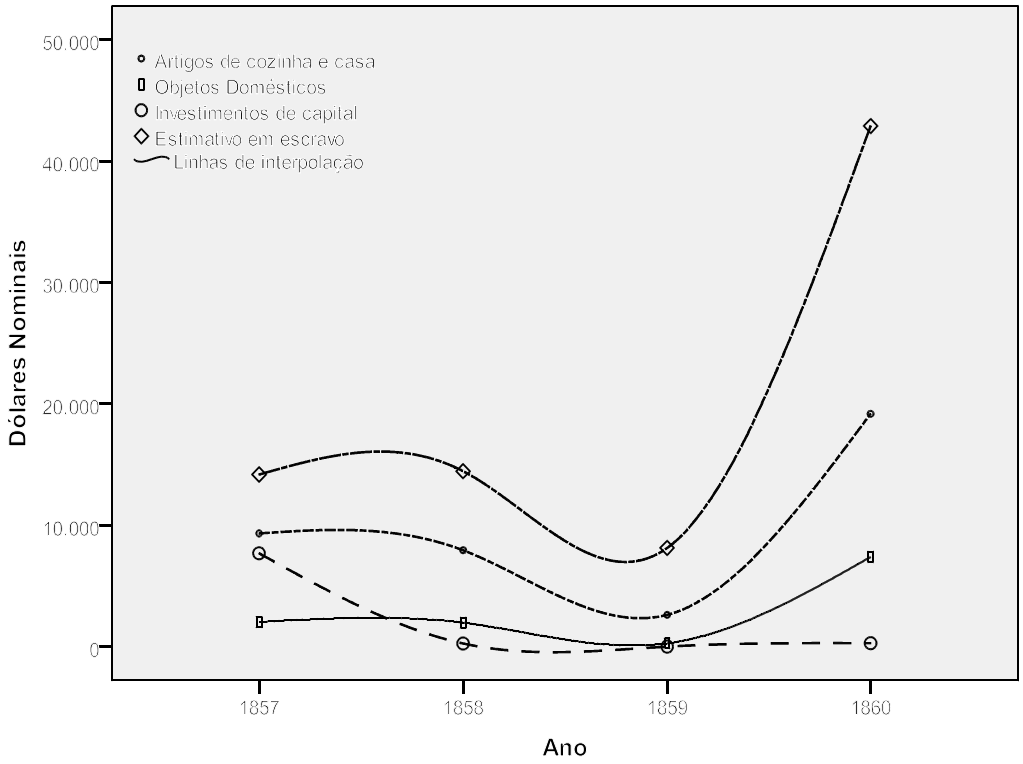



**Gráfico 5.16: Valor do tipo de patrimônio dos negros livres. Richmond, 1857-1860**

Fonte: Número de escravos e outros bens: Impostos pessoais. Preço dos escravos: Livros de contas de Turpin & Co. Ver detalhes na nota número lxx do anexo que corresponde ao capítulo 4 e a nota lxxxiv do anexo deste capítulo .

Essa monumental perda de dinheiro deve ter sido decisiva para o empobrecimento dos negros livres mais abastados, pois, com certeza, eram eles os que tinham dinheiro em dívidas públicas ou investimentos em manufaturas. A crise internacional se fazia sentir com toda sua força no bolso desses agentes.

A recuperação, que já comentamos e que aconteceu em 1860, não passava pelos investimentos em capital. A madeira que ficou boiando e a que os negros livres se aferraram com todas suas forças era sua velha conhecida de sempre, a que tinha rendido frutos incontestáveis em tempos anteriores e de onde saíra o dinheiro que eles perderam na crise: seus escravos. Esse *investimento* que estava sendo liquidado nas épocas de incremento de 1851-1856, agora, na época das coisas difíceis, voltava com toda sua força.

Devemos lembrar que, em 1851, os cativos dos negros livres representavam pouco mais de 28 mil dólares (nominais) e que, em 1856, esse valor se reduziu para 7 mil dólares (nominais). Mas, em 1857, quando as coisas começavam a ficar confusas, o investimento em indivíduos pulou para US$26.775; ou seja, quase se quadruplicou de um ano para outro. Em 1858, esse valor se reduziu, talvez como produto dos problemas e necessidade de fazer frente à crise, o mesmo que aconteceu em 1859 quando, entre todos

os negros livres da cidade só haviam 10 cativos. No entanto, a recuperação de 1860 significou comprar escravos, assim, esse *patrimônio* foi para quase 50 mil dólares.

Esse valor em escravos, que era o maior valor entre todas as formas da riqueza pessoal, ficou próximo do informado pelo censo de 1860 (University of Virginia 2004) para esse tipo de riqueza, pois, segundo essa fonte, os negros livres tinham US$44.396 em bens pessoais. Esse investimento era muito menor que as propriedades imobiliárias que chegaram aos US$104.500[xxiv], denotando que a crise financeira estava resolvida para o grupo e que as casas, terrenos e outros bens desse tipo foram, também, um mecanismo para sair dos problemas.

Contudo, e embora os investimentos imobiliários fossem maiores que os valores em escravos, também temos que aclarar que não eram as casas e terrenos a forma central de resolver os problemas como o eram, sim, os cativos. Neste sentido, a propriedade imóvel era uma *ajuda,* mas não a *solução* para o grupo[xxv]. Para avaliar esta hipótese devemos, comparar o investido em riqueza *real* em 1850 com 1860, segundo as informações do censo.

No começo da década, eram US$102.950 entre 88 proprietários com uma média de US$1.169 e o máximo de US$10.000. Em 1860, o valor total foi de US$104.500, ou seja, um incremento muito pequeno e que, em termos reais, a inflação deve ter convertido numa queda. A média neste ano foi de US$1.559 essa, sim, maior que aquela de 1850 e o valor máximo passou para US$12.000. O número de proprietários desceu dos 88 para 67. Portanto, é claro que os investimentos imobiliários não eram uma saída para a grande maioria e, em realidade, vários agentes não estavam mais no negócio. No total, como grupo, os negros livres na década de 1850 perderam dinheiro nessa frente.

Como a média aumentou, talvez alguns tenham conseguido melhorar sua situação ao operar nesse mercado, mas esses foram poucos, por isso, falamos que este era um caminho complementar, não o central, pois todos os outros tiveram que sair do problema mediante seus escravos, isso fazia todo o sentido, já que eram anos em que o mercado de trabalho se consolidava e em que os outros *ativos* eram arriscados.

Que os negros livres investissem em escravos na capital da Virgínia em 1860, às portas da Guerra Civil também deve ter sido um investimento de risco. Mas era a forma que eles conheciam de resolver os

problemas econômicos, que, sem dúvida foram difíceis, tanto quanto o foram para os negros livres cariocas. Nas duas cidades, as coisas não foram simples e a crise internacional se transmitiu para negros livres, sobretudo nos dois primeiros anos e, em 1860, provavelmente, estavam saindo dela.

O impacto no mercado de trabalho foi semelhante nas duas cidades, com uma recuperação no final da década, com estabilidade ou pequenos aumentos nos salários, com quedas nas inflação que não se transformaram em redução dos custos de alimentação e com um nível de emprego que oscilou, da forte queda no fim de 1857 e começo de 1858 à total recuperação em 1860. Mas, ainda mais importante, com um mercado de venda de escravos que continuava e que incluía os negros livres como proprietários. Nesse âmbito, os dois lugares foram semelhantes, embora o investimento em cativos deva ter sido maior para os norte-americanos.

A diferença central entre richmonianos e cariocas para enfrentar a crise foi a estratégia financeira, pois, no Rio de Janeiro, eles procuraram ganhar liquidez mediante o aumento de seu endividamento e redução dos empréstimos que concediam. Em Richmond, o que era chamado de capital foi completamente destruído pela crise; aqueles que tinham títulos de dívida ou investimentos em manufatura perderam todo o seu dinheiro e isso, com certeza, reduziu a sua capacidade financeira.

A semelhança ficou por conta da estabilidade ou perda relativa no mercado imobiliário. Como comentamos, na capital brasileira não foi o mercado de terrenos o que ajudou a resolver o problema e, na capital virginiana, essa saída foi modesta e, talvez, só para uns poucos. Assim, mercado de trabalho, mercado imobiliário e dinheiro, as três mercadorias da Grande Transformação foram os fios centrais da transmissão da crise da Bolsa de Londres ou da de New York para os bolsos dos negros livres richmonianos e cariocas.

A estrada rápida que foi a economia entre 1850-1856 foi gerada pelo contexto internacional e, como não poderia ser de outro jeito, a transformação dessa estrada num beco no final da década, em que tudo era mais difícil, também foi consequência do contexto internacional. Era o mercado que tudo dava e que tudo tirava. Mas os negros livres não assistiam ao desenrolar desse mercado de forma impávida. Pelo contrário, eles tomaram decisões, organizaram seus orçamentos e patrimônios e escolhiam com quem fazer negócios. Assim, às vezes, perdiam e, às vezes, ganhavam.

# CONCLUSÕES

Rafael José de Oliveira e Julião José Leite, dois nomes numa quase infinita lista de senhores que alforriaram escravos no Rio de Janeiro entre 1840 e 1871 (Valencia 2011). Entre eles, que saibamos, nada em comum, além de morar na mesma cidade na mesma época, de terem nomes portugueses e os dois terem sido senhores de escravos que concederam a liberdade para algum de seus cativos. Por isso, seus nomes chegaram até nós.

Mas, em suas vidas houve outras aventuras que os papéis velhos do arquivo também guardaram. Por exemplo, Rafael José de Oliveira alforriou sua escrava Felisberta, uma mina nagô, em 6 de novembro de 1851, por essa *concessão* recebeu dela 700 mil-réis em dinheiro vivo[1]. Cinco semanas depois, voltou para o cartório para registrar a liberdade de Rosa, outra mina nagô, que também pagou em dinheiro vivo, mas, desta vez, a quantia de 600 mil-réis[2]. No interlúdio dessas duas operações, Rafael foi para um outro cartório da cidade para perfilhar Duarte José de Oliveira, seu filho com Magdalena. Aqui a história começa a ficar interessante, pois Rafael teve esse menino em 1834 quando era escravo de Ladistão José de Oliveira. Nesta época, Rafael era preto mina e solteiro, embora Magdalena fosse sua *parceira*[3].

Duarte foi batizado no Engenho Velho e depois foi vendido para José Vieira Borges, ou seja, Magdalena era escrava. O José Vieira Borges era um negociante que, em 6 de novembro de 1851, registrou a alforria de Duarte, segundo essa carta, ninguém pagou nada e nem se firmaram compromissos de serviços ou trabalho. Magdalena é mencionada como mãe de Duarte e como preta mina[4]. Contudo, Rafael José disse na escritura de perfilhação que foi ele que comprou a liberdade de seu filho e o objetivo da alforria e da perfilhação era que Duarte se tornasse o herdeiro de todos os seus bens[5].

Nessa época, o mês de novembro de 1851, entre esses bens estavam os 700 mil-réis que pagou

1 2º Ofício de Notas, Livro Geral 84, Folho 50v. Cartórios, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro.

2 2º Ofício de Notas, Livro Geral 84, Folho 56v. Cartórios, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro.

3 1º Ofício de Notas, Livro 262, Folho 88v. Cartórios, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro. Escritura de 20/11/1851

4 2º Ofício de Notas, Livro Geral 84, Folho 50v. Cartórios, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro.

5 1º Ofício de Notas, Livro 262, Folho 88v. Cartórios, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro. Escritura de 20/11/1851

Felisberta pela sua liberdade e os 600 mil-réis que pagaria Rosa pelo mesmo ativo. Será que esses 1:300$000 foram parar nas mãos de José Vieira Borges pela alforria de Duarte? Ou simplesmente foram usados nesse negócio os 700 mil-réis que pagou Felisberta e o outro dinheiro foi para um outro negócio? Quais eram, então, os bens que Duarte, preto forro, herdaria de seu pai, um outro preto forro? Nada sobre essas coisas sabemos. No entanto, o cruzamento dessas quatro escrituras registradas em cinco semanas no fim de 1851 permitem saber várias outras coisas.

Para começar, que num período de 10 a 15 anos, um preto forro acumulava pelo menos 1 conto e 300 mil-réis e esse valor era investido na compra de escravos. Poderia ser que tivesse outros investimentos, mas, com certeza os cativos faziam parte de seu portfólio de negócios. Ao mesmo tempo em que comprava escravos, seu filho era cativo de um outro senhor e se mantivera nessa situação até os 18 anos de idade. Depois, a escravidão fora trocada por liberdade, pois não só o filho do escravista se tornara libre, senão que duas escravas se alforriaram. O custo dessa virada era pago pelo cativeiro, pois foi o dinheiro das cativas o que circulou nesses negócios.

A liberdade de Duarte chegava quando este atingia os 18 anos, provavelmente, isso não era coincidência e revelava uma estrategia familiar, mas ela acontecia em 1851 e também esse ano não foi por acaso, pois foi o ano em que as liberdades cresceram e em que a atividade econômica carioca disparou. Duarte começava sua vida econômica de um jeito bem diferente de como seu pai iniciou a sua, pois arrancava no momento em que o ciclo econômico crescia e tinha uma família que o respaldava; o Rafael José, vinte ou trinta anos antes, chegava da África, sem nada, e nessas décadas conseguira acumular, aprender a ler e a escrever, e legar para seu filho uma importante quantidade de dinheiro.

Isso não quer dizer que as coisas fossem fáceis para Duarte, ele também nasceu no cativeiro e os 18 anos que passou com seu senhor não devem ter sido tão simples assim, e embora, nos seguintes cinco ou seis anos após sua alforria, as coisas devem ter sido mais ou menos tranquilas, os seguintes devem ter sido complicados. E, se seu pai investia em escravos e alforrias, ele investiria em quê?

O outro nome que mencionamos da quase infinita lista de senhores que alforriaram escravos foi o de Julião José Leite. Ele, como Rafael José de Oliveira, também era um negro liberto com nome português e a primeira referência dele em nossas fontes foi a de 10 de julho de 1850, quando ele pagou para Ana

Teresa de Jesus, 350 mil-réis pela alforria de João Crioulo, um menino de 10 anos, aprendiz de alfaiate. No documento, se faz questão de afirmar a condição de negro liberto de Julião José[6].

Ele voltou para um cartório em 15 de março de 1856, desta vez, para pegar emprestado do padre Antônio de Couto Lacerda de Albuquerque um conto de réis. Esse dinheiro deveria ser pago em seis meses. O juro do negócio era de 1,5% ao mês e, no caso de não pagar, explícitamente se afirma que os juros entrariam para o capital emprestado e gerariam, por sua vez, mais juros. Como garantia do valor emprestado, Julião José Leite hipotecava para o padre Albuquerque seus escravos Francisco e Maria, os dois de "*nação mina que se acham seguros na Companhia da Providência pela quantia de um conto e seiscentos mil-réis*"[7].

De novo se menciona que Julião José era um preto livre que não sabia assinar e que morava na rua do Costa no Rio de Janeiro. Que o empréstimo fosse no começo de 1856, no ápice da expansão econômica não era por acaso, na cidade havia dinheiro que circulava também entre os negros livres. Que nesse ano de 1856 ele morasse na rua do Costa e recebesse dinheiro emprestado também não era uma casualidade, pois a partir de abril de 1856 e até dezembro de 1860 na nossa amostragem de oferta de trabalho no *Jornal do Commercio* apareceram 14 anúncios de indivíduos que moravam nela e procuravam trabalho, antes desse ano, houve só um anúncio.

Desses 14 avisos classificados, somente dois foram para informar os escravos que estavam para venda, um deles era para um moleque[8] e o outro para dois adultos[9]; os outros 12 anúncios foram para informar sobre trabalhadores à procura de emprego. Todos eles falavam de mulheres e da dozena anunciada, oito eram negras livres e as quatro restantes eram mulheres sobre as quais não se explicitou se eram cativas ou livres. Em outras palavras, a Rua do Costa, ao norte do Campo de Santana, que cruzava a Rua da Princesa dos Cajueiros era, no fim da década de 1850, uma região de negros livres com muita atividade econômica.

Ali morava Julião José Leite, negro livre, senhor de pelo menos dois escravos que recebeu em empréstimo um conto de réis. Esses dois cativos, Maria e Francisco, estavam segurados na Companhia da

6 2º Ofício de Notas, Livro Geral 60, Folho 68. Cartórios, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro.

7 1º Ofício de Notas, Livro 270, Folho 87v. Cartórios, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro

8 *Jornal do Commercio*, 23/03/1860

9 *Jornal do Commercio*, 7/11/1860

Providência por 1:600$000. No entanto, ela custava muito mais que isso, pois, em 17 de dezembro de 1859, se registrou sua alforria, e Julião José recebeu das mãos dela 2:100$000[10]. Assim, durante esses três anos, o negro livre senhor de escravos fazia negócios que sempre superavam o conto de réis.

Quando Maria se alforriou, ele ainda não pagara a dívida com o padre Albuquerque. Como ficava a situação? Não sabemos, pois ela estava hipotecada como garantia dessa dívida. Porém, Francisco poderia continuar garantindo o dinheiro do padre, pois sua alforria não foi registrada. A liberdade que foi concedida por Julião José Leite foi para uma outra escrava, Domingas Crioula, que não pagou nada e se alforriou sem nenhuma condição em 23 de fevereiro de 1861[11]. Assim, o padre continuou esperando o pagamento, o que finalmente aconteceu em 8 de outubro de 1863[12].

Uma dívida que era por seis meses se transformou numa que foi por sete anos e sete meses. Isso também não foi por acaso, pois quando o Julião José Leite pegou o dinheiro, o ciclo econômico estava em expansão. Quando foi pagar, esse ciclo estava em queda e continuou assim por todos esses anos. Porém, a explicação do atraso no pagamento não foi só questão do contexto difícil, também foi por decisão do Julião José, pois não usou o dinheiro pago pela liberdade da Maria para saldar a dívida com o padre.

Sobre os 13 anos que vão de 1850 até 1863, sabemos de cinco visitas de Julião José Leite aos cartórios da cidade, todas elas representando decisões que ele tomara dentro do contexto em que se encontrava. Nesses negócios, movimentou de forma agregada mais de 6 contos de réis e esse dinheiro todo estava em relação, de um jeito ou de outro, com sua condição de escravista. Contudo, também concedeu uma liberdade sem receber nada em troca e pagou pela alforria de um menino.

Tudo isso dá uma ideia da complexidade das finanças desses agentes que acompanharam o ciclo econômico e, ao mesmo tempo, dá conta das decisões e estratégias dos negros livres. O mesmo acontecia em Richmond. Por exemplo, o patrimônio de Lomax B. Smith se movimentou de forma quase paralela ao ciclo da cidade: Em 1842, tinha 2 escravos e por eles pagou em impostos US$0,80, no ano seguinte ficou com um só cativo e, por isso, seu imposto se reduziu para US$0,46, e as coisas continuaram da mesma forma pelos seguintes três anos. Em 1847, a situação ficou difícil para a cidade e ele sumiu das listas de

10 2º Ofício de Notas, Livro Geral 94, Folho 138. Cartórios, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro.
11 2º Ofício de Notas, Livro Geral 96, Folho 186. Cartórios, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro.
12 1º Ofício de Notas, Livro 240, Folho 40v. Cartórios, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro

impostos, provavelmente porque já não tinha o escravo pelo qual pagava impostos.

No censo de 1850 Smith foi registrado[13] como um mulato de 40 anos que era barbeiro, casado com Nancy Smith, também mulata e com os mesmos 40 anos. Tinham um filho de 8 anos, o Thomas. Também moravam com eles Rachel Burton de 18 anos, Peyton e Mary Bradley de 14 e 12 anos respectivamente, todos mulatos. Segundo o censo, o casal tinha uma propriedade imobiliária avaliada em US$2.000. Nesse ano, Smith voltou a aparecer nas listas de impostos, sem nada para declarar em bens pessoais e, portanto, pagou US$1 valor estipulado pela reforma tributária para os homens negros livres sem esse tipo de ativos[14].

Em 1851, as coisas ainda continuavam complicadas para ele e não tinha nada para declarar para o Fisco, mas, em 1852 as suas finanças melhoraram, acompanhando o contexto e ele passou a ter algum tipo de bem ou bens avaliados em US$200, que não se encaixavam nas categorias do formulário de cobro, e seus móveis de casa e utensílios de cozinha custavam mais ou menos US$150. No seguinte ano, as coisas melhoraram ainda mais e ele, que nunca teve um relógio, agora tinha um custoso na sua mão e começou a fazer investimentos em papéis fiduciários. No total, seu patrimônio chegava aos US$845, por isso pagou US$2,69 em impostos pessoais. Em 1854, as suas finanças continuaram aumentando e seu patrimônio fiduciário quase triplicou, comprou de novo um escravo e passou a pagar em impostos US$5,22. Em 1855, esse valor se manteve inalterado e o total das suas propriedades pessoais chegou a US$1.810.

Lomax B. Smith não apareceu nos impostos de 1856, mas, em 1857 seu patrimônio pessoal se reduziu em US$100, dinheiro que perdeu nos investimentos fiduciários, mesmo assim desembolsou o máximo em impostos pessoais naquelas duas décadas: US$7,84. Esse ano também foi o máximo do ciclo que se iniciou para Richmond em 1851, depois, a economia ficou difícil e Smith não apareceu no pagamento de impostos de 1858 e 1859. Quando voltou a pagar, em 1860, já não tinha mais seu escravo, seu relógio fora trocado ou se desvalorizara a menos da metade de seu custo da época em que o comprara, seus móveis de casa e utensílios de cozinha custavam só um terço do que valiam 5 anos atrás, seus investimentos fiduciários desapareceram e seus bens pessoais se reduziram a só $84. Sua propriedade

13 Censo de Richmond, 1850. Registrado em 18 de dezembro. Casa Nº 643, Família Nº 764. Folho 445

14 A informação dos impostos pessoais de Lomax B. Smith está nos Tax Records de Richmond, disponíveis na Biblioteca da Virgínia, Richmond.

imobiliária que em 1850 custava US$2.000 dólares, no censo de 1860, foi registrada por US$1.500[15] e pagou em impostos pessoais somente US$1,32. Sendo assim, voltava para a vida financeira que tivera na década de 1840. O ciclo se fechara, a expansão e a queda se cumpriram.

Contudo, acompanhar o ciclo não era um desígnio divino, embora a maioria dos negros livres o seguissem. Mas, por exemplo, Virginia Cunningham teve uma história de sucesso e progresso econômico permanente nessas duas décadas: em 1841 pagou em impostos pessoais US$0,40 pois só tinha um escravo, em 1845, além do cativo tinha um relógio de parede e seus impostos foram para US$0,45[16]. No censo de 1850, aparece como uma mulata de 36 anos que não tinha filhos morando com ela e a sua propriedade imobiliária era de US$1.000[17]. Cinco anos depois, em 1855, além do escravo e do relógio de parede também tinha animais, um relógio de mão, joias de ouro e prata, e as coisas da sua casa foram avaliadas em US$250. Finalmente, em 1860, quando estava com 46 anos, suas propriedades imobiliárias somavam US$3.000 e os bens pessoais, US$2.500[18].

Outros, ao contrário da Virginia Cunningham, não enriqueceram nesses vinte anos e, também, não acompanharam o ciclo como o tinha feito Lomax B. Smith, eles simplesmente se mantiveram na pobreza. Por exemplo, James Brown, que era um operário, sempre pagou US$1 de impostos pessoais e não reportou nenhuma propriedade para os censos de 1850[19] ou 1860[20]. Igualmente emblemático foi o Gilbert Hunt que, entre 1840 e 1860, pagou em 17 anos seus impostos pessoais e sempre teve entre 1 e 2 escravos e um relógio de mão que não era nada fino[21]. Sua casa, em 1850, foi avaliada pelo censo em US$1.500[22] e, em 1860[23], em US$2.000, o que, provavelmente significava que seu valor real não variou nessa década.

Essas foram as histórias sobres as quais indagou esta tese. Falamos por páginas e páginas das vidas econômicas de negros livres na metade e na efervescência do escravismo. Para situar-nos nesse auge da

15 Censo de Richmond, 1860, Terceiro Distrito. Registrado em 13 de julho. Casa Nº 377, Família Nº 415. Folho 68

16 A informação dos impostos pessoais de Virgínia Cunningham está nos Tax Records de Richmond, disponíveis na Biblioteca da Virgínia, Richmond.

17 Censo de Richmond, 1850. Registrado em 28 de novembro. Casa Nº 190, Família Nº 213. Folho 414

18 Censo de Richmond, 1860, Primeiro Distrito. Registrado em 19 de julho. Casa Nº 1043, Família Nº 1344. Folho 178

19 Censo de Richmond, 1850. Registrado em 1 de outubro. Casa Nº 795, Família Nº 878. Folho 284

20 Censo de Richmond, 1860, Terceiro Distrito. Registrado em 14 de agosto. Casa Nº 1371, Família Nº 1469. Folho 64

21 A informação dos impostos pessoais de James Brown e Gilbert Hunt estão nos Tax Records de Richmond, disponíveis na Biblioteca da Virgínia, Richmond.

22 Censo de Richmond, 1850. Registrado em 26 de novembro. Casa Nº 66, Família Nº 66. Folho 407

23 Censo de Richmond, 1860, Primeiro Distrito. Registrado em 13 de julho. Casa Nº 770, Família Nº 1019. Folho 146

escravidão, a pesquisa se focou em duas cidades que eram escravistas até o miolo da sua estrutura e onde o cativeiro esteva presente nas iterações cotidianas e corriqueiras que tinham seus agentes. Foi esse o tema que apresentamos no primeiro capítulo. Nele explicamos o porquê de nossa escolha pelo Rio de Janeiro e Richmond, duas cidades que eram semelhantes em muitas coisas e as agrupamos em três categorias: oitocentistas, atlânticas e escravistas.

Eram oitocentistas no sentido mais simples da expressão, pois, embora as duas tenham sido fundadas na época colonial, em realidade, seu crescimento demográfico aconteceu no século XIX, isso as levou a transformarem-se em centros políticos de gigantescas unidades territoriais: no caso do Rio de Janeiro, ela passou a ser a capital do Império Brasileiro e, no de Richmond, ela se converteu na capital da Confederação que ameaçou com a secessão a União Norte-americana. Para conseguir esse poder político, o importante crescimento demográfico foi acompanhado pela expansão econômica.

Aqui aparece sua característica de atlânticas, pois esse incremento foi possível devido às suas condições de porto pelos quais se exportavam mercadorias agrícolas com algum valor agregado pela manufatura. O aumento no comércio internacional ajudou de forma decisiva estas cidades a bancar suas ambições políticas e a puxar as mudanças demográficas. Pelo porto na Baía de Guanabara as exportações eram sobretudo de café e açúcar, e pelo porto no Rio James eram sobretudo de fumo e farinha de trigo. Esses bens eram complementares no mercado mundial e, por essa via, as variações nos mercados internacionais insidiam nas duas cidades de forma relativamente simultânea.

Essas mercadorias exigiam processamentos manufatureiros antes de ser exportadas e nessa frente estava a terceira característica comum do Rio de Janeiro e Richmond, pois seus mercados de trabalho eram semelhantes com uma vasta proporção de escravos que participavam dele. Assim, as duas eram escravistas no sentido de empregar grandes contingentes de cativos. Muitos trabalhavam diretamente para seus senhores, mas, ao mesmo tempo, muitos outros eram empregados por outros indivíduos, por empresas e até pelo Estado, ou seja, o trabalho de cativos contratados era corriqueiro numa dimensão, que era difícil de se achar em qualquer outra cidade. Por sua vez, isso contribuía para que a quantidade de agentes que procuravam comprar escravos para depois os alugar e gerar renda fosse enorme. Portanto, as duas cidades eram escravistas tanto pela quantidade de cativos quanto pela quantidade de senhores.

Elas eram oitocentistas, atlânticas e escravistas, além disso estavam vinculadas pelas oscilações no mercado mundial das mercadorias complementárias que exportavam. Mas também estavam ligadas de forma direita e simples, pois o Rio de Janeiro era o grande abastecedor de café para a capital dos virginianos e Richmond era o grande porto de exportação da farinha de trigo para fazer o pão dos cariocas.

Mas, apesar dessas grandes semelhanças, as cidades também eram muito diferentes. A começar por seus números: O Rio de Janeiro era uma cidade maior, com várias vezes a quantidade de habitantes que tinha Richmond. Mas a capital da Virgínia era territorialmente mais ampla e, com isso, a densidade populacional era menor. Além disso, a capital brasileira tinha uma fronteira territorial para seu núcleo menos clara e mais diluída que permitia fazer uma transição entre a fronteira rural e urbana; em Richmond, em comparação, essa fronteira era mais evidente e ficou estável durante boa parte do século XIX.

Em outros números também eram diferentes e eles estão expostos no primeiro capítulo. Contudo, a maior das diferenças não estava no quantitativo, pois o que as diferenciava de forma radical era a sua posição política perante suas respectivas nações. O Rio de Janeiro era a capital do Império e sobretudo na primeira metade do século XIX, procurou manter essa hegemonia e reduzir a autonomia ou a independência das regiões periféricas, enquanto que Richmond era o centro da periferia norte-americana e seus esforços eram para manter sua autonomia ou independência. No final das contas, e olhando desde o fim do século XIX, nesse projeto político, o Rio de Janeiro foi bem sucedido e Richmond fracassou.

A hegemonia política no âmbito da Nação que tinha o Rio de Janeiro e a carência dela para Richmond teve reflexos evidentes na atividade econômica interna das cidades, pois uma parte dos recursos *nacionais* eram gastos, ou não, dentro das urbes, segundo fosse o caso. Por exemplo, a capital brasileira recebeu ferrovias financiadas parcialmente pelo Império enquanto Richmond brigou sem sucesso pelo financiamento federal para unir o porto com os vales do Ohio e do Mississipi.

Essa diferença política com reflexos no econômico contribuía para que as cidades fossem distintas embora compartilhassem grandes semelhanças. Esse ir e vir entre o comum e o diferente foi descrito no primeiro capítulo, aliás esse foi o exercício o tempo todo, pois é assim que entendemos a história comparada: colocar dois elementos que são diferentes e achar como entre eles existem similitudes e,

depois, sobre essas similitudes achar as novas dessemelhanças. Nesse exercício de ir e vir é que se consegue explicar um problema histórico à luz de um outro problema. Por essa via emergem os matizes e se relativiza a importância dos elementos que fazem parte da explicação.

O Rio de Janeiro e Richmond eram semelhantes na sua condição de oitocentistas, atlânticas e escravistas, mas eram diferentes em seus números, pois, por exemplo suas densidades populacionais eram diferentes, seus volumes comerciais eram distintos e os índices per-cápita de riqueza eram dissímiles. Mesmo assim, ao comparar esses números, vemos que as tendências deles eram paralelas e as conjunturas que atravessaram eram simultâneas. A explicação dessa simultaneidade não era esotérica ou estocástica, era porque as duas urbes estavam ligadas pelo mercado mundial tanto para seus produtos quanto para os fluxos financeiros.

Essas conjunturas ou ciclos eram tão parecidos que as duas cidades atingiram os máximos respectivos para a sua população cativa de forma mais ou menos simultânea: a capital brasileira o registrou em 1849 e a capital virginiana em 1860. Porém, nessa semelhança havia, de novo, uma grande diferença, pois o escravismo richmoniano terminou de forma violenta quando se chegou nesse máximo, em contraste, o escravismo carioca, em termos demográficos, começou a cair aos poucos e demorará três ou quatro décadas para desaparecer após seu máximo.

Como o que interessava para nós era a efervescência do escravismo, então esta pesquisa se focou nos anos do ápice para as duas cidades: 1840-1860. Para o Rio de Janeiro, isso quer dizer ascenso e queda da população cativa com vértice na metade do período. Para Richmond, isso quer dizer aumento permanente da escravidão com o máximo no final das duas décadas. Essa era uma diferença grande, mas no seu interior havia uma semelhança, porque as porcentagens de negros e mulatos no total das populações respectivas eram quase idênticas, como também eram iguais as oscilações das séries de tempo que representavam essa proporção.

Séries de tempo para outras variáveis também se movimentaram de forma paralela para as duas cidades e a atividade econômica agregada teve tendências parecidas nos dois portos: entre 1840 e 1846, estabilidade com uma pequena tendência relativa de incremento; depois, 1847-1850 foi um período conturbado com variáveis oscilando de forma simultânea em sentidos opostos; após 1850, a tendência de

incremento econômico se consolidou e se viveu uma forte expansão até 1856; logo, no final do seguinte ano (1857), a crise econômica explodiu e as duas cidades entraram numa recessão que durou, pelo menos, até 1860.

No interior de cada ciclo, a situação foi diferente para as cidades, sobre isso se falou nos capítulos dois, três, quatro e cinco; cada um deles corresponde a uma conjuntura e descreve como os negros livres fizeram frente a essa conjunturas, como foram afetados e como conseguiram (ou não) tirar vantagens da situação. Para poder conhecer a estratégia econômica dos negros livres e como o contexto influía sobre eles, foi necessário primeiro localizá-los nas fontes.

No caso de Richmond, isso foi relativamente simples, pois foram muitos os documentos em que se registrou a condição jurídica (livre) e racial (negro ou mulato) dos indivíduos, e as autoridades fiscais guardaram registros detalhados do patrimônio dos agentes. No Rio de Janeiro, a grande maioria das fontes não levaram em consideração essas variáveis e, por isso, foi necessário um volume maior de informação que em Richmond. Mas, nas duas cidades, foi indispensável o cruzamento entre fontes para captar os movimentos econômicos dos indivíduos que nos interessavam. Nesse cruzamento, a variável fundamental, aquela que funcionou como pivô, foi a localização geográfica, por isso, além dos métodos quantitativos, esta pesquisa também trabalhou com métodos de geoprocessamento. Estes métodos (quantitativos e de geoprocessamento) foram descritos no capítulo dois.

Como dissemos, o segundo capítulo além de explicar os métodos usados na pesquisa também descreveu a atividade no período 1840-1846. Nestes anos, a oferta de trabalhadores se multiplicou, mas a fatia dela que unicamente se interessava por trabalho por contrato cresceu de forma mais rápida que aquela formada por cativos que eram vendidos. Isso não era necessariamente interessante. O que mais interesse teve foi que a taxa de expansão do mercado de trabalho foi maior que as taxas de algumas outras variáveis, em especial a de comércio exterior. Além disso, a estacionalidade da atividade portuária para vendas no mercado mundial era muito clara nas duas cidades, mas não tinha fortes reflexos e não gerava estacionalidades no mercado de trabalho, embora em Richmond tenha existido uma temporada oficial para a contratação de cativos que trabalhavam para empregadores diferentes de seus senhores.

Essa relativa autonomia do mercado de trabalho frente ao comércio internacional, provavelmente,

estava ligada à consolidação dos mercados internos, pois, os salários e jornais cresceram fortemente nesse ciclo, o que denotava uma carência de trabalhadores num contexto de incremento na atividade econômica. Porém, uma parte do aumento da renda do trabalho foi consumida pela inflação. Lembremos que nosso computo sobre o impacto da subida dos preços não foi feito seguindo a simples observação das mudanças nos valores nominais e, sim, pelo cálculo das variações no custo mínimo da alimentação e, assim, ter em conta a possibilidade de substituição entre produtos segundo se movimentavam seus preços. Mesmo assim, entre 1840 e 1846, a inflação foi sentida no bolso dos trabalhadores.

Contudo, a renda dos negros livres richmonianos e cariocas não dependia unicamente da participação no mercado de trabalho, pois eles realizavam inúmeras atividades e participavam de variados negócios que iam desde comprar terrenos e casas até emprestar ou receber empréstimos em dinheiro. No entanto, nos dois portos o mais importante nesse período foram os investimentos em trabalho, no caso da cidade norte-americana isso significava compra de escravos e, na sul-americana, pagamento de alforrias.

Adicional a esses investimentos, relativamente pouco ficava para outros ativos, o que, talvez fosse mais radical em Richmond que no Rio de Janeiro, pois, neste subperíodo, nossos dados sugerem que os negros livres cariocas se endividavam mais que os negros livres richmonianos, portanto os que estavam na Baía de Guanabara, provavelmente, interagiam mais em mercados diferentes do mercado de trabalho que os que estavam no Rio James. Aliás, falando sobre interação financeira, também é provável que, no período 1840-1846, os cariocas se misturassem mais em seus negócios a indivíduos que não eram negros livres do que o faziam os richmonianos.

A aglomeração espacial da moradia dos negros livres cariocas que achamos para 1840-1846 foi mais ou menos a que ficou fixa para as duas décadas de 1840 até 1860. Essa aglomeração era formada por aquele cinto no interior da Cidade Velha, como uma primeira e imediata periferia do centro histórico da cidade. Em Richmond, as moradias de negros livres que achamos no período 1840-1846 foram menos claras quanto ao lugar geográfico que esses agentes ocupavam, no entanto foi expressiva quanto ao lugar social que eles ocupavam, pois a imensa maioria não apareceu no único almanaque de negócios que achamos para a cidade naqueles anos.

Os patrimônios dos negros livres progrediram pouco entre 1840 e 1846 se fossem comparados com

as duas décadas (1840-1860), mas se olhássemos unicamente para essa conjuntura, ficaria claro que existiu um movimento ascendente até 1843 e, depois, uma queda até 1846. Essa oscilação aconteceu de forma simultânea para os negros livres dos dois portos e esteve ligada aos esforços das autoridades para resolver os problemas gerados pela crise de 1838 que atingiu as duas cidades. Como nossa pesquisa começa em 1840, então só percebemos a saída da crise, e passa para nós a impressão de uma melhoria clara nas condições econômicas até 1843. Após essa data, quando o *efeito de saída* não existia mais, fica a imagem de uma queda econômica.

Em 1846, as duas cidades inauguraram um novo processo de mudança institucional tanto no âmbito das regras políticas e legais quanto na gestão das variáveis macroeconômicas pelas autoridades. Por exemplo, se promulgaram novos códigos legais, (comercial no Rio de Janeiro e tributário em Richmond) se modificaram as taxas de emissão monetária, se transformaram os índices de endividamento público e várias outras coisas mais. Essa mudança vai acontecer até 1850 e vai influir de forma decisiva nas finanças dos negros livres. Esse foi o tema do terceiro capítulo.

Na capital da Virgínia, o valor pago em impostos pessoais de 1847, 1848 e 1849 pelos negros livres foi menor que o registrado em 1843. Neste sentido, aqueles anos parece que foram difíceis, mas, em 1850, a reforma tributária foi implantada e eles conseguiram bancar o crescimento enorme na arrecadação, o que denota que sua capacidade econômica não estava tão mal assim. No Rio de Janeiro, as variáveis que servem de indicador da atividade econômica destes agentes também oferecem sinais equívocos e contraditórios para este período, pois, por exemplo, o número, o valor médio e total das pequenas escrituras, oscilou, mas com uma tendência de queda, enquanto os pagamentos totais pelas alforrias após 1846 e até 1850 se incrementaram e voltaram ao patamar de 1843.

Esses movimentos contraditórios entre variáveis foram explicados pelas mesmas contradições do contexto. Nessa época, na capital da Virgínia a procura por trabalhadores aumentou enquanto a oferta de trabalho no mercado se manteve estável, no entanto, os salários e jornais não cresceram. Para entender como isso podia acontecer, foi necessário observar a queda na oferta monetária que reduziu a inflação e, em consequência, o preço real do trabalho se elevou. Porém, as coisas não eram tão simples, pois o custo dos bens básicos da alimentação dos pobres em Richmond cresceu e, no final das contas, as suas finanças

foram desvalorizadas.

Na capital brasileira, o crescimento da procura de trabalho teve taxas menores que na capital virginiana e, ao mesmo tempo, a oferta de trabalho também aumentou. Esses dois movimentos elevaram os salários e jornais dos trabalhadores. Nesse final da década, a inflação carioca, como índice se manteve estável, mas essa estabilidade era resultado da combinação de movimentos contraditórios nos preços, pois alguns bens aumentaram fortemente e outros caíram também de forma drástica. O resultado final sobre a renda do trabalho foi um ligeiro incremento real.

Portanto, a evolução patrimonial dos negros livres cariocas foi um pouco melhor que a dos seus colegas richmonianos. Nossos índices para esses anos (1847-1850) também sugerem que os negros livres que moravam no porto do Rio James continuaram negociando com agentes de sua mesma condição jurídica e racial e elevaram seus investimentos em bens imobiliários. Em contraste, aqueles que moravam no porto da Baía de Guanabara continuaram interagindo com grupos sociais diferentes e o principal bem negociado foi o dinheiro na condição de empréstimo.

Após 1850, a situação começou a melhorar para os negros livres, tanto para os que moravam na cidade do norte quanto os que moravam na do sul. A variável que puxou esse incremento, no Rio de Janeiro e em Richmond foi o crescimento na renda pela participação no mercado de trabalho, o que foi possível pelos fortes aumentos na procura por trabalhadores que, por sua vez, foi explicado como consequência do incremento dos preços dos bens exportados pelo Brasil e pela Virgínia no mercado mundial. Dessa forma, para nós, a importância dos fatores internos dessas economias foi menor que a condição externa que alavancou os crescimentos simultâneos do Rio de Janeiro e da Virgínia assim como de muitos outros lugares nas Américas.

Os detalhes desse argumento e os cálculos que foram oferecidos como evidências para defender essa hipótese foram apresentados no capítulo quatro. Nele descrevemos o forte incremento na procura por trabalhadores e como ele foi maior no Rio de Janeiro que em Richmond. Do lado da oferta de trabalho nas duas cidades, registramos incrementos, mas o mais importante foi como a porcentagem de escravos para vender se manteve relativamente inalterada no período.

Isso foi surpreendente, pois, até 1850 esse tipo de oferta estava perdendo participação frente ao

avanço do trabalho para contratar, fosse livre ou cativo. A historiografia já havia estabelecido como a escravidão, sobretudo via contratação de escravos, participava na consolidação dos mercados de trabalho e de bens em geral. O que nós achamos adicional foi que, embora a taxa de incremento de trabalho para contratar fosse muito alta, fosse esse trabalho livre ou cativo, após 1850, esses aumentos foram acompanhados por incrementos na mesma proporção no fornecimento de indivíduos para vender e, por isso, não existiu o deslocamento de capital dos negócios de compra e venda de escravos para outras atividades econômicas. Em outras palavras, o comércio negreiro não terminou depois de 1850, nem no Rio de de Janeiro nem em Richmond; pelo contrário, ele cresceu e manteve sua participação no mercado.

O que aconteceu, sim, foi uma redução da escala geográfica do abastecimento de escravos, pois o tráfico atlântico que era tão importante para o Brasil foi fechado e o circuito virginiano que era central para Richmond também se reduziu. Assim, a densidade dos canais de abastecimento deve ter se incrementado, já que eram muito mais cativos circulando em menos espaço territorial.

Os incrementos na venda de escravos acompanharam os aumentos na oferta de trabalho por contrato, mas, mesmo assim, a procura foi mais dinâmica e, por isso, se elevaram os preços dos cativos e dos salários e jornais. Em consequência, a renda pelo trabalho dos negros livres aumentou, embora uma parte desse incremento fosse consumida pela inflação que, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Richmond, registrou altos níveis para esses anos, 1850-1856.

Do lado dos investimentos e negócios, os cariocas continuaram elevando as compras de alforrias, ou seja os aumentos de renda foram empregados no financiamento de seu ativo principal: o trabalho. Em contraste, os negros livres richmonianos preferiram reduzir seu investimentos nessa frente e usaram os recursos que trouxeram da expansão econômica do contexto para financiar outro tipo de ativos, em especial os fiduciários. O contrário fizeram os que moravam na Baía de Guanabara que não deram preferência aos investimentos na mercadoria dinheiro ou fiduciária e preferiram, após a liberdade, investir em imóveis. Como dissemos, os que moravam no Rio James pararam de comprar escravos e passaram para outros negócios. No final, a estratégia richmoniana de aproveitar a expansão se mostraria pouco eficaz e a carioca seria um pouco melhor sucedida.

No que os cariocas e richmonianos foram semelhantes foi na ampliação das interações financeiras.

No caso da capital brasileira isso significou aumentos na quantidade de agentes que faziam negócios de tal forma que, embora os valores médios dos negócios se mantivessem constantes, o valor total que eles representavam se multiplicou. No caso da capital virginiana essa ampliação significou o fim da estratégia de fazer negócios de forma preferencial com outros negros livres, pois, após 1850, a quantidade de escrituras assinadas entre negros e não negros livres pulou para um nível sem precedentes.

A combinação de melhorias na renda pela participação no mercado de trabalho e o aumento nas interações financeiras via negócios elevou o patrimônio dos negros livres das duas cidades e, segundo nossos cálculos, a taxa de acumulação destes agentes no período 1851-1856 foi maior que a registrada pelas ações bancárias. Porém, tudo acabou de forma drástica com a crise de 1857.

O último trimestre de 1857 viveu a primeira grande crise econômica para o capitalismo numa escala global. Não que antes não existissem crises. Já comentamos que, por exemplo, a que aconteceu em 1838 teve reflexos no Rio de Janeiro e, em Richmond, ainda nos primeiros anos da década de 1840. No entanto, o tamanho, velocidade e a quantidade de lugares atingidos no fim de 1857 foi muito maior e não tivera precedentes na história do capitalismo.

Essa crise, em boa medida, era o desenrolar dos incrementos do lustro anterior e 1857 pode ser entendido como o máximo no interior de um único ciclo que teve os dois movimentos: expansão e queda. Como comentamos no capítulo cinco, o estopim dos problemas econômicos estava no centro da produção agrária norte-americana, mas o estopim começou a arder quando lhe colocaram fogo a milhares de quilômetros dali, na distante Rússia com suas crescentes exportações. Contudo, a bomba que queimou a milhares no planeta não explodiu nem nos vales do Ohio nem nos campos russos, o foco principal foi na bolsa londinense. O fogo foi tão grande que os negros livres do Rio de Janeiro e Richmond observaram as chamas chegar a seus bens e consumir uma parte de seus patrimônios.

A primeira forma como o fogo se arrastou até suas vidas foi provocando falências das empresas e empregadores, de tal maneira que eles perderam seus trabalhos e ficaram parados por semanas e até meses. Depois, via o incremento nos custos com a alimentação, pois, apesar da inflação ter estagnado, o preço da dieta básica cresceu. Além disso, o impacto da crise no setor financeiro local e regional e as políticas que seguiram as autoridades para enfrentar os problemas que tiveram por base uma generalizada

contração monetária, reduziram a liquidez do contexto, e com ela as interações financeiras dos negros livres também caíram.

No entanto, após alguns meses, os setores reais das duas economias voltaram a funcionar, e o mercado de trabalho retomou a atividade. Em Richmond e no Rio de Janeiro, essa retomada significou o fortalecimento dos intermediários nesse mercado, e as agências ou casas de comissão passaram a participar de forma ainda mais ativa nos negócios de contratação. Ao mesmo tempo, elas não abandonaram a venda de indivíduos, e as transações de compra e venda de escravos estavam nos patamares máximos, o que acontecia em Richmond às portas da Guerra Civil e no Rio de Janeiro, dez anos depois do fim tráfico atlântico.

Para enfrentar a crise, os negros livres richmonianos aumentaram os negócios que faziam com outros grupos sociais, aqueles não formados por negros livres. Dessa forma, nos vinte anos por nós estudados, houve um deslocamento progressivo de um grupo que quase exclusivamente fazia negócios entre eles para um grupo completamente aberto e que interagia com indivíduos de condições diferentes. No Rio de Janeiro, o grupo sempre foi aberto e negociava com outros agentes e, após 1857, a situação se manteve.

Porém, a quantidade de negócios dos cariocas acompanhou o ritmo da crise no contexto, portanto as densidades do valores dos negócios no espaço territorial caíram. Em especial, os negócios propriamente financeiros, aqueles que eram novos créditos e pagamentos de antigas dívidas se reduziram segundo as oscilações no setor bancário da cidade. Assim, a estratégia deles parece que foi ganhar liquidez durante a crise ao mesmo tempo em que procuraram manter seus negócios imobiliários.

Em Richmond, o impacto da crise sobre os negros livres foi muito maior que sobre aqueles que moravam no Rio de Janeiro. Sobretudo, porque os norte-americanos decidiram investir em negócios fiduciários e os valores simplesmente desapareceram quando o setor financeiro enfrentou problemas. Porém, isso também significa que as maiores perdas foram para os negros livres richmonianos abastados e, o grupo social, que antes havia ampliado as assimetrias financeiras entre ricos e pobres, no final da década, voltava a ficar menos disperso com os ricos menos ricos e os pobres menos pobres.

A estratégia para uns e para outros foi retomar os investimentos em escravos, manter relativamente

estável seus ativos imobiliários e esquecer o risco das ações, títulos de dívidas e papéis em geral. Assim, em 1860, seu patrimônio voltava a crescer, mas, no final deste ano, ficaria claro que os escravos deixariam de ser aquele bem com poucos riscos e com alta rentabilidade como acostumavam ser, pois a guerra estava às portas.

O ciclo de 1840 até 1860 se fechara e, tanto em Richmond quanto no Rio de Janeiro era uma outra época que começava. Uma época marcada pela Guerra Civil para os virginianos e, uns anos depois, pela Guerra contra o Paraguai para os brasileiros. Devido a essas guerras e, a outros fatores, essa época era muito diferente daquela que estudamos, com outras variáveis, outros agentes e outros desafios para eles. Por isso, nossa pesquisa terminou em 1860, quando a relativa homogeneidade diacrônica que tinha começado em 1840 deu passo a um novo ciclo histórico.

Na nossa pesquisa procuramos saber como os agentes numa escala micro conseguiam, ou pelo menos tentavam, tomar decisões e construir estratégias financeiras que produziriam melhorias em seu bem-estar. Às vezes, conseguindo e, às vezes, não, dependendo das condições do contexto, um contexto em extremo variado em que se aprofundavam ou consolidavam as relações de mercado.

Esperamos que tenha ficado claro como os negros livres participaram, se aproveitaram e estiveram imersos nessas relações de mercado; como eles conseguiram navegar no interior dessas duas cidades atlânticas, escravistas e oitocentistas, e lembremos que não era fácil a navegação no mundo do Oitocentos, menos no atlântico e, principalmente, num oceano de escravidão e, que deve ter sido ainda mais difícil quando se era um negro livre.

# REFERÊNCIAS


Abreu, M. 2006. "Brazil as a Debtor, 1824-1931". *Economic History Review* 59(4):765–787.

Abreu, Maurício. 1987. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio / Jorge Zahar.

Abreu, Maurício. 2010. "Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro -séculos XVI e XVII". P. 63–89 in *Cidade Latino-Americanas. Um Debate Sobre a Formação de Núcleos Urbanos*. Rio de Janeiro: FAPERJ - Casa da Palavra.

Alencastro, Luís F. 1999a. *História da Vida Privada no Brasil. Império: a Corte e a Modernidade Nacional*. Rio de Janeiro: Cia das Letras.

Alencastro, Luís F. 1988. "Proletarios e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872". *Novos Estudos-Cebap* 21.

Alencastro, Luís F. 1999b. "Vida privada e ordem privada nó Imperio". in *História da vida privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Cia das Letras.

Andreatta, Verena. 2008. *Atlas Andreatta: Atlas dos Planos Urbanisticos do Rio de Janeiro de Beaurepaire-Rohan ao Plano Estrategico*. Rio de Janeiro: Mauad.

Araújo, Eurilton, e Alexandre Cunha. 2002. *Brazilian Inflation and GDP from 1850 to 2000: An Empirical Investigation*. São Paulo: Ibemec.

Atack, Jeremy, e Peter Passell. 1979. *A New Economic View of American History. From Colonial Times to 1940*. New York: Norton.

Badaro, Marcelo. 2008. *Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto.

Barnett, Elizabeth. 2001. "John Clarke (1766-1844). Richmond architect and industrialist". Thesis of Master of Arts, Richmond: Commonwealth University.

Barros, José. 2007. "História comparada. Um novo modo de ver e fazer a história." *Revista de História Comparada* 1(1):1–30.

Bentivoglio, J. 2003. "Política e diretrizes econômicas no início do segundo reinado (1840-1860): Limites e desafios da modernização". in *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. ABPHE.

Bergad, Laird. 1999. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. New York: Cambridge University Press.

Bergad, Laird. 2007. *The comparative histories of slavery in Brazil, Cuba and the United States*. New

York: Cambridge University Press.

Berlin, Ira. 1998. *Many thousands gone: the first two centuries of slavery in North America*. Cambridge Mass.: Belknap Press of Harvard University Press.

Berlin, Ira. 1992. *Slaves without Masters. The Free Negro in the Antebellum South*. New York: New Press.

Berlin, Ira. 1976. "The structure of the free negro caste in the Antebellum United States". *Journal of Social History* 9:297–319.

Berlin, Ira, e P Morgan. 1993. *Cultivation and culture : labor and the shaping of slave life in the Americas*. Charlottesville: University Press of Virginia.

Besomi, Daniele. 2010. "The Periodicity of Crises. A Survey of the Literature Before 1850". *Journal of the History of Economic Thought* 32(1):85–132.

Bicalho, Maria Fernanda. 2010. "Uma nova Versalhes? Sociabilidade cortesão no Rio de Janeiro joanino". P. 119–144 in *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: FAPERJ Casa da Palavra.

Blackburn, Robin. 2010. *The making of New World slavery: from the Baroque to the Modern, 1492-1800*. London; New York: Verso.

Bodenhorn, Howard. 1999. "A Troublesome Caste: Height and Nutrition of Antebellum Virginia's Rural Free Blacks". *Journal of Economic History* 59(4):972–996.

Bodenhorn, Howard. 2002. *The complexion gap: The economic consequences of color among free African Americans in the Antebellum South*. Cambridge: NBER.

Bonekemper, E. H. 1970. "Negro ownership of real property in Hampton and Elizabeth City County, Virginia, 1860-1870". *The Journal of Negro History* 55(3):165–181.

Boydston, Jeanne. 1986. "To Earn Her Daily Bread: Housework and Antebellum Working-Class Subsistence". *Radical History Review* 7–25.

Brown, E. B. 1994. "Negotiating and Transforming the Public Sphere: African American Political Life in the Transition from Slavery to Freedom". *Public Culture* 7(1):107–146. Recuperado janeiro 7, 2012.

Budros, Art. 2004. "Social Shocks and Slave Social Mobility: Manumission in Brunswick County, Virginia, 1782–1862". *American Journal of Sociology* 110(3):539–579.

Buescu, Mircea. 1973. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC.

Camacho, Máximo. 2009. "Estimación no paramétrica". *http://www.um.es/econometria/tecpre/teoria/*

*noparam.pdf*. Recuperado fevereiro 25, 2012 (http://www.um.es/econometria/tecpre/teoria/noparam.pdf).

Cardoso, Ciro. 1988. *Escravidão e abolição no Brasil : novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Cardoso, Ciro. 1987. *Escravo ou campones? O protocampesinato nas Américas*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Carey, Hampton. 2000. "New Voices in the Old Dominion: Black Politics in the Virginia Southside Region and the City of Richmond. 1867-1902". Ph.D. diss, Columbia University.

Carey, Latimore. 2005. "Always a Minority: Richmond Area Free Blacks in the Civil War Era". Ph.D. diss, Emory University.

Carvalho, José Murilo de. 1996. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: EDUFRJ /Relume-Dumara.

Castro, Antônio. 1980. "Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão". P. 67–108 in *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes.

Cavalcanti, Nireu. 2005. "O comérc io de escravos novos no Rio setecentista". P. 15–77 in *Tráfico, Cativeiro e Liberdade. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Census. 1850. "HeritageQuest Online™". *ProQuest*. Recuperado julho 18, 2011 (http://www.heritagequestonline.com/hqoweb/library/do/index).

Chalhoub, Sidney. 1990. *Visões da liberdade*. São Paulo: Cia das Letras.

Cole, Shawn. 2005. "Capitalism and Freedom: Manumissions and the Slave Market in Louisiana, 1725–1820". *The Journal of Economic History* 65(04). Recuperado janeiro 7, 2012 (http://www.journals.cambridge.org/abstract_S0022050705000380).

Cole, Stephanie. 1994. "Servents and Slaves: Domestic Service in the Border Cities, 1800-1850". Ph.D. diss, University of Florida.

Conley, Timothy, e David Galenson. 1994. "Quantile regression analysis of censored wealth data". *Historical Methods* 27(4):149–165. Recuperado julho 13, 2011.

Conrad, Alfred, e John Meyer. 2007. *The economics of slavery and other studies in econometric history*. New Brunswick NJ: Aldine Transaction.

Cooper, Frederick, Thomas Holt, e Rebecca Scott. 2005. *Além da escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Costeloe, Michael P. 2007. *Deuda externa de México : bonos y tenedores de bonos, 1824 - 1888*. Mexico,

D.F.: Fondo de Cultura Económica.

Darwin, Charles. 1860. *A Naturalist's Voyage Round the World*. Project Gutenberg Recuperado julho 29, 2011 (http://www.gutenberg.org/catalog/world/readfile?fk_files=1453205&pageno=29).

Datta, Mithu et al. 2009. "Spatial History Project". *Rio de Janeiro Historical Address Locator*. Recuperado fevereiro 3, 2011 (http://www.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/viz.php?id=123&project_id=999).

David, Lance, e Robert Cull. 2008. "International Capital Movements, Domestic Market and American Economic Growth, 1820-1914". P. 733–812 in *The Cambridge Economic History of the United States. The Long Nineteenth Century*, vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press.

Davis, David Brion. 1996. *El problema de la esclavitud en la cultura occidental*. Bogotá: El Ancora Editores : Ediciones Uniandes.

Dollarhide, William. 1999. "Census Book". *Heritage Quest On Line*. Recuperado julho 13, 2011 (http://persi.heritagequestonline.com/hqoweb/library/help/census_book.html).

Downley, Tom. 2005. *Planting a Capitalist South. Master, Merchants and Manufacturers in the Southern Interior, 1790-1860.* Louisiana: Louisiana State University Press.

Duke, Maurice, e Daniel Jordan. 1983. *A Richmond reader, 1733-1983*. Chapel Hill: University of North Carolina Press Recuperado janeiro 31, 2011 (http://search.lib.virginia.edu/catalog/u148531).

Dunaway, Wilma. 2003. *The African-American Family in Slavery and Emancipation*. New York: Cambridge University Press.

Earp, Fábio. 1996. "Um século de inflação: A evidência empírica". *Análise Econômica* 14:3–15.

Eaton, Clement. 1960. "Slave-hiring in the Upper South: A step toward freedom". *Mississipi Valley Historical Review* 46(663).

Eisenberg, Peter. 1989. *Homens esquecidos : escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas SP Brasil: Editora da Unicamp.

Eiss, P. 1998. "A share in the land: Freedpeople and the government of labour in Southern Louisiana, 1862-1865". *Slavery and Abolition* 19(1):46–89.

El-Kareh, Almir. 1982. *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II 1855-1865*. Petrópolis: Vozes.

Elliott, John. 2008. *Imperios del mundo atlántico. España y Gran Bretaña em América. (1492-1830)*. México: Taurus.

Eltis, David. 2000. *The Rise of African Slavery in the Americas*. New York: Cambridge University Press.

Engerman, Stanley, Richard Sutch, e Gavin Wright. 2004. “Slavery”. in *Historical statistics of the United States, Millennial Edition*. New York: Cambridge University Press.

Espada, Henrique. 2005. “Sob o domínio da precariedade: Escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi - Revista de História* 6(11):289–325.

Ethington, Philip. 2001. *The public city : the political construction of urban life in San Francisco, 1850-1900*. Berkeley: University of California Press.

Fenoaltea, Stefano. 1984. “Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model”. *The Journal of Economic History* 44(03):635. Recuperado janeiro 7, 2012.

Ferslew, Eugene. 1860. “Directory for the city of Richmond”.

Field-Hendrey, Elizabeth. 1995. “Application of a stochastic production frontier to slave agriculture: An extension”. *Applied Economics* 27(4):363–368.

Fields, Barbara. 1987. *Slavery and freedom on the middle ground : Maryland during the nineteenth century*. New Haven ;;London: Yale University Press.

Florentino, Manolo. 2002a. “Alforria e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa”. *Topoi* 5:9–41.

Florentino, Manolo. 2002b. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras.

Florentino, Manolo, e João Fragoso. 2001. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Florentino, Manolo, e José Roberto Góes. 1997. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Florentino, Manolo, e Cacilda Machado. 2002. “Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)”. *http://www.ppghis.historia.ufrj.br/media/manolo_imigracao_lusa.pdf*. Recuperado julho 14, 2011 (http://www.ppghis.historia.ufrj.br/media/manolo_imigracao_lusa.pdf).

Fogel, Robert. 1994. *Without consent or contract : the rise and fall of American slavery*. New York / London: Norton.

Fogel, Robert, e Stanley Engerman. 1989. *Time on the cross: the economics of American Negro slavery*. New York: Norton.

Foner, Eric. 1995. *Free soil, free labor, free men: the ideology of the Republican Party before the Civil*

*War*. New York: Oxford University Press.

Foner, Eric. 2007. *Nothing but freedom emancipation and its legacy*. Baton Rouge: Louisiana state university press.

Fox-Genovese, Elizabeth. 1988. *Within the plantation household: black and white women of the Old South.* Chapel Hill [u.a.]: Univ. of North Carolina Pr.

Fox-Genovese, Elizabeth, e Eugene Genovese. 1983. *Fruits of merchant capital : slavery and bourgeois property in the rise and expansion of capitalism*. New York; Oxford: Oxford University Press.

Fragoso, João. 1998. *Homens de grossa aventura acumulacao e hierarquia na praca mercantil do Rio de Janeiro (1790 - 1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Franklin, John. 1995. *The free Negro in North Carolina, 1790-1860*. Chapel Hill, NC :: University of North Carolina Press,.

Fredrickson, George. 1987. *The Black Image in the White Mind. The Debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914*. Hanover: Wesleyan University Press.

De la Fuente, Alejandro. 2004. "Slave Law and Claims-Making in Cuba: The Tannenbaum Debate Revisited". *Law and History Review* 22(2).

Gambi, Tiago. 2011. "Banco do Brasil: estatutos comparados (1808, 1833, 1853)". *Revista de Economia Política e História Econômica* 25:27–71.

Gauthier, Jason. 2002. *Measuring America: The Decennial Censuses From 1790 to 2000*. Washington: U.S. Census Bureau.

Genovese, Eugene. 1976. *Roll, Jordan, roll : the world the slaves made*. New York: Vintage Books.

Genovese, Eugene. 1989. *The political economy of slavery: studies in the economy & society of the slave South*. Second ed. with a new introd. Middletown (Conn.): Wesleyan university press.

Genovese, Eugene. 1988. *The world the slaveholders made: two essays in interpretation*. Middletown Conn. ;Scranton Pa.: Wesleyan University Press; Distributed by Harper & Row.

Góes, José Roberto. 1993. *O cativeiro imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart.

Goldin, Claudia. 1976. *Urban Slavery in the American South, 1820-1860: A Quantitative History*. Chicago: University of Chicago Press.

Gorender, Jacob. 1990. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Atica/ Secretaria de Estado da Cultura.

Gorender, Jacob. 1978. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática.

Graça, Filho. 1992. "Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)". Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Graham, Sandra. 1992. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia das Letras.

Grinberg, Keila. 2011. "A poupança: Alternativas para a compra da alforria no Brasil (2a. Metade do século XIX)". *Revista de Indias* LXXI(251):137–158.

Grinberg, Keila. 1994. *Liberata a lei da ambuigüidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Guimarães, Carlos G. 2009. "A atuação do London and Brazilian Bank no Brasil e em Portugal (filiais de Lisboa e do Porto) no período 1862-1870". in *Memória social, patrimónios e identidades*. Porto: Universidade do Porto Recuperado dezembro 2, 2011 (http://web.letras.up.pt/aphes29/data/7th/CarlosGuimar%C3%A3es_Texto.pdf).

Guimarães, Carlos G. 1997. "Bancos, economia e poder no segundo reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854-1866)". Tese Doutorado, Universidade de São Paulo.

Guimarães, Carlos G. 2007. "O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850". P. 13–40 in *Campos em Disputa: História Agrária e Companhia*. Juiz de Fora: Annablume.

Gutman, Herbert. 1976. *The black family in slavery and freedom 1750-1925*. New York: Pantheon.

Gutman, Herbert, e Ira Berlin. 1983. "Natives and Immigrants, Free Men and Slaves: Urban Workingmen in the Antebellum American South". *The American Historical Review* 18(5):1175–1200.

Higgs, Robert. 1982. "Accumulation of property by southern blacks before world war one". *The American Economic Review* 72:725–737.

Higgs, Robert. 2008. *Competition and coercion : Blacks in the American economy, 1865-1914*. Cambridge: Cambridge University Press.

Holloway, Thomas. 2008. "Prefácio: Haddock Lobo e o recenseamento do Rio de Janeiro de 1849". *Boletim de História Demográfica* (50). Recuperado agosto 8, 2011 (http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd50/bhd50.htm).

Holt, Thomas. 1992. *The Problem of Freedom. Race, Labor and Politics in Jamaica and Britain, 1832-*

*1938*. Baltimore: John Hopkins University Press.

HSUS. 2006. "Historical Statistics of the United States. Millennial Edition". Recuperado janeiro 30, 2011 (http://www.csep.ucr.edu/HSUS/HSUS.html).

Huston, James. 1987. *The panic of 1857 and the coming of the Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press.

IBGE. 1990. *Estatísticas Históricas do Brasil: Series Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE.

Ingersoll, Thomas. 1991. "Free Blacks in a Slave Society: New Orleans, 1718-1812". *The William and Mary Quarterly* 48(2):173–200.

Irwin, J, e A.P. O´Brien. 2001. "Economic Progress in the Postbellum South? African-American Incomes in the Mississippi Delta, 1880–1910". *Explorations in Economic History* 38(1):166–180. Recuperado janeiro 7, 2012.

Jackson, L. P. 1969. *Free Negro labor and property holding in Virginia, 1830-1860*. Atheneum.

Jackson, Luther. 1930. "Manumission in Certain Virginia Cities". *The Journal of Negro History* 15(3):278–314. Recuperado dezembro 16, 2008.

James, John. 1985. *Shifts in the nineteenth-century Phillips curve relationships*. Cambridge: NBER.

Johnson, Michael. 1999. *Soul by Soul. Life Inside the Antebellum Slave Market*. Londres: Harvard University Press.

Kahn, Charles. 1992. "A Linear Programming Solution to the Slave Diet". in *Without Consent of Contract: Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom - Technical Papers*, vol. 2. New York: Norton.

Kambourian, Elizabeth. 2000. "Richmond, VA City Directory, Free Colored Housekeepers - 1852". *http://www.afrigeneas.com/library*. Recuperado outubro 26, 2011 (http://www.afrigeneas.com/library/richmond-fc-1852.html).

Karasch, Mary. 1987. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press.

Kimball, Gregg. 2000. *American City, Southern Place: A Cultural History of Antebellum Richmond*. Londres: University of Georgia Press.

Kindleberger, Charles. 2005. *Manias, Panics, and Crashes: A History of Financial Crises*. New Jersey: John Wiley & Sons.

Klein, Herbert. 1971. "The internal slave trade in ineteenth-century Brazil: a study of slave importations into Rio de Janeiro in 1852". *Hispanic American Historical Review* 51(4):567–585.

Knodell, Jane. 2003. “Profit and duty in the Second Bank of the United States’ exchange operations”. *Financial History Review* 10(1):5–30.

Kotlikoff, Laurence. 1979. “The structure of slave prices in New Orleans, 1804 to 1862”. *Economic Inquiry* (17):496–517.

Kotlikoff, Laurence, e Anton Ruper. 1980. “The Manumission of Slaves in New Orleans, 1827-1846”. *Southern Studies* 19(2):173–181. Recuperado janeiro 7, 2012.

Kovarick, Lúcio. 1987. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

Laird, Matthew. 2006. *Preliminary Archaeological Investigation of the Lumpkin’s Jail Site*. Richmond: James River Institute for Archaeology.

Lamarão, Sérgio. 1991. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.

Levy, María Bárbara. 1977. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC.

Levy, María Bárbara, e Ana María Andrade de. 1994. “El sector financiero y el desarrollo bancario en Río de Janeiro (1850-1888)”. in *La formación de los bancos centrales en España y América Latina (Siglos XIX y XX)*. Madrid: Banco de España.

Libby, Douglas Cole. [s.d.]. “Repensando o conceito do paternalismo nas Américas”. *http://www.escravidao.xpg.com.br/II%20Simp%F3sio/douglas.pdf*. Recuperado fevereiro 15, 2012 (http://www.escravidao.xpg.com.br/II%20Simp%F3sio/douglas.pdf).

Library of Congress, Geography and Map Division. 1867. “Nova planta da cidade do Rio de Janeiro.” *Global Gateway*. Recuperado janeiro 31, 2011 (http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/r?intldl/ascbrbib:@OR(@field(NUMBER+@band(g5404r+br000055)))).

Lima, Carlos. 1998. “Sobre a lógica e a dinâmica das ocupações escravas na cidade do Rio de Janeiro”. in *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado de Rio de Janeiro.

Lloyd, L. E., B.E. McDonald, e E. Cramptom. 1982. *Fundamentos de nutrición.* ZaragozA: Acribia.

Lobo, Eulália Maria. 1978. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC.

Luna, Francisco, e Herbert Klein. 2003. *Slavery and the economy of São Paulo, 1750-1850*. Stanford Calif.: Stanford University Press.

Machado, C. 2008. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Apicuri.

Marcílio, Maria Luiza. 1993. “Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro imperial”. *Revista de História* 127-128:53–68. Recuperado julho 13, 2011.

Margo, Robert. 1984. “Accumulation of property by southern blacks before world war one: comment and further evidence”. *The American Economic Review* 74:768–776.

Margo, Robert. 1990. *Wages and Prices during the Antebellum Period: A Survey and New Evidence*. NBER.

Marquese, Rafael, e Tâmis Parrón. 2011. “Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão”. *Topoi. Revista de História* 12(23):97–117.

Matison, Eliot. 1948. “Manumission by Self-Purchase”. *Journal of Negro History* 33(2):146–167.

Mattos, Hebe. 1998. *Das cores do silêncio os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Mattoso, Katia. 1990. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

McLeod, Norman. 1991. “Free Labor in a Slave Society: Richmond, Virginia”. Ph.D. diss, Howard University.

Mello, Pedro de C. 1992. “Expectation of Abolition and Sanguinity of Coffee Planters in Brazil, 1871-1881”. in *Without Consent of Contract: Conditions of Slave Life and the Transition to Freedom, Technical Papers*. New York: Norton.

Ministério da Fazenda. 1859. “Relatorio da Comissão de Inquérito nomeada pelo Aviso do Ministério da Fazenda de 10 de outubro de 1859”. Recuperado julho 18, 2011 (http://memoria.nemesis.org.br/trf_arq.php?a=00070000).

Minton, Amy. 2006. “A Culture of Respectability: Southerners and Social Relations in Richmond, Virginia, 1820-1865”. Ph.D. diss, University of Virginia.

Mintz, Sidney. 1989. *Caribbean transformations*. Morningside ed. New York: Columbia University Press.

Momesso, Beatriz. 2007. “Indústria e Trabalho no século XIX: o Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta D’Areia.” Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense.

Monasterio, Leonardo. 2003. “FHC Errou? A Economia da Escravidão no Brasil Meridional”. in *Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia*. ANPEC Recuperado janeiro 31, 2011 (http://econpapers.repec.org/paper/anpen2003/a40.htm).

Montague, William. 1850. “Montague’s Richmond directory and business advertiser, for 1850-1851”.

Recuperado julho 18, 2011 (http://vhs3.vahistorical.org/starweb/vhs/servlet.starweb).

Morgan, P. 1982. "Work and culture: the task system and the world of lowcountry blacks, 1700-1880". *The William and Mary Quarterly* 39(4):563–599.

Motta, Marcia. 2008. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói: EdUFF.

Nogueira, Denio. 1988. *Raízes de uma nação :um ensaio de história sócio-econômica comparada*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Nogueról, Luiz Paulo. 2003. "Sabará e Porto Alegre na Formação do Mercado Nacional no Século XIX". Tese Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

Núcleo de Pesquisas em Alimentação. 2006. "Tabela Brasileira de Composição de Alimentos". *http://www.unicamp.br/nepa/taco/*. Recuperado fevereiro 3, 2011 (http://www.unicamp.br/nepa/taco/tabela.php?ativo=tabela).

Nutrition Data. 2011. "USDA's National Nutrient Database for Standard". *Nutrition facts, calories in food, labels, nutritional information and analysis – NutritionData.com*. Recuperado fevereiro 3, 2011 (http://nutritiondata.self.com/).

O'Brien, Anthony Patrick. 2000. "Did the black-white income gap close during the late nineteenth century?" P. 73–93 in *Advances in Agricultural Economic History*, vol. 1. Bingley: Emerald (MCB UP ) Recuperado janeiro 8, 2012 (http://www.emeraldinsight.com/10.1016/S1569-4933(00)01030-7).

Ocampo, José Antonio, e Mariángela Parra-Lancourt. 2010. "The terms of trade for commodities since the mid-19th century". *Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History* 28:11. Recuperado outubro 13, 2011.

Patterson, Orlando. 1991. *Freedom: freedom in the making of Western culture.* London: Tauris.

Pelaéz, Carlos, e Wilson Suzigan. 1981. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.* Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Pereira, Walter. 2010. "Los negocios del trafico de esclavos en Brasil, despues de 1850". in *II Congreso Latinoamericano de Historia Económica*. México.

Phillips, Ulrich B. 1905. "The Economic Cost of Slaveholding in the Cotton Belt". *Political Science Quarterly* 20(2):257. Recuperado janeiro 7, 2012.

Prado, Maria. 2005. "Repensando a História comparada da América latina". *Revista de História* 153:11–33.

Pritchett, Jonathan. 2001. "Quantitative Estimates of the United States Interregional Slave Trade, 1820-1860". *The Journal of Economic History* 61(2):467–475. Recuperado janeiro 7, 2012.

Ransom, Roger, e Richard Sutch. 1977. *Ransom, Roger & Richard Sutch. One Kind of Freedom. The Economic Consequences of Emancipation. New York: . 1977*. New York: Cambridge University Press.

Rocha, Amara. 2007. "Luzes da ribalta". *Revista de História*, 46–51 Recuperado outubro 10, 2011.

Roediger, David. 1991. *The Wages of Whiteness. Race and the Making of American Working Class*. New York: Verso.

Rothman, Joshua. 2003. *Notorious in the Neighborhood: Sex and Families across the Color Line in Virginia, 1787-1861*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Ryan, Joseph J. 2007. "Credit Where Credit is Due: Lending and Borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900". Ph.D. diss, Los Angeles: University of California.

Saes, Flávio. 1986. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo: IPE/USP.

Savitt, Todd. 1977. "Slave life insurance in Virginia and North Carolina". *Journal of Southern History* 43:583–600.

Schnittman, Suzanne G. 1986. "Slavery in Virginia´s Urban Tobacco Industry. 1840-1860". Ph.D. diss, New York: University of Rochester.

Schwarz, Philip. 1987. "Emancipators, protectors, and anomalies: Free black slaveowners in Virginia". *The Virginia Magazine of History and Biography* 95(3):317–338.

Schweninger, Loren. 1990. "Prosperous Blacks in the South, 1790-1880". *The American Historical Review* 95(1):31–56.

Schweninger, Loren. 1992. "Slave independent and enterprise in South Carolina, 1780-1865". *South Carolina Historical Magazine* 93(2):101–125.

Scott, Rebecca. 2005. *Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba after Slavery, 1862-1914*. Harvard University Press.

Slenes, Robert. 1999. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Slenes, Robert. 2004. "The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market". P. 325–370 in *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press.

Slenes, Robert. 1976. "The demography and economics of Brazilian slavery". Ph.D. diss, University od

Stanford.

Soares, Luís. 2007. *Povo de Cam´ na capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ - 7 letras.

Sorensen, Leni. 2005. "Absconded: Fugitive Slaves in the Daybook of the Richmond Police Guard, 1834-1844". Ph.D. diss, College of William and Mary in Virginia.

Souza, Juliana. 2007. "A autoridade municipal na Corte imperial: enfrentamentos e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)". Tese Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

Stampp, Kenneth. 1989. *The peculiar institution  slavery in the ante-bellum South*. Vintage Books ed. New York: Vintage Books.

Steckel, Richard. 1986. "A Peculiar Population: The Nutrition, Health, and Mortality of American Slaves from Childhood to Mortality". *Journal of Economic History* 46(3):721–741.

Steckel, Richard. 1994. "Census manuscript schedules. Matched with property Tax List. A source of information on long-term trends in wealth inequality." *Historical Methods* 27(2):71–85.

Steckel, Richard. 1990. "Poverty and prosperity: A longitudinal study of wealth accumulation, 1850-1860". *The Review of Economics and Statistics* 72(2):275–285.

Steckel, Richard, e Carolyn Moehling. 2001. "Rising inequality: Trends in the  distribution of wealth in industrializing New England". *The Journal of Economic History* 61(1):160–183.

Steger, Werner H. 1999. "'United to Support, But Not Combined to Injure': Free Workers and Immigrants in Richmond, Virginia, During the Era of Sectionalism, 1847-1865". Ph.D. diss, George Washington University.

Stern, Stanley. 1957. *Vassouras: A Brazilian Coffee County, 1880-1900*. Cambridge: Harvard University Press.

Stevens, Charles. 1999. *Anthony Burns: a history. Electronic Edition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Summerhill, W. 1998. "Market Intervention in a Backward Economy: Railway Subsidy in Brazil, 1854-1913". *Economic History Review* 51(3).

Sylla, Richard, Jack Wilson, e Robert Wright. 2006. "Early U.S. Securities Prices | Economic History Services". *Early U.S. Securities Prices*. Recuperado outubro 22, 2011 (http://eh.net/databases/early-us-securities-prices).

Tadman, Michael. 1990. *Speculators and Slaves: Masters, Traders, and Slaves in the Old South.*

Madison: University of Wisconsin Recuperado julho 26, 2011 (http://uwpress.wisc.edu/books/0383.htm).

Takagi, Midori. 1994. “Slavery in Richmond, Virginia, 1782-1865”. Ph.D. diss, Columbia University.

Tannenbaum, Frank. 1947. *Slave and citizen: the Negro in the Americas*. New York: Knopf.

Temin, Peter. 1969. *The Jacksonian Economy*. New York: Norton.

Toman, J. 2005. “The gang system and comparative advantage”. *Explorations in Economic History* 42(2):310–323. Recuperado janeiro 7, 2012.

Tomich, Dale. 2004. *Through the prism of slavery : labor, capital, and world economy*. Lanham: Rowman & Littlefield.

University of Virginia, Geospatial and Statistical Data Center. 2004. “Historical Census Browser”. *Historical Census Browser*. Recuperado janeiro 31, 2011 (http://mapserver.lib.virginia.edu/).

Valencia, Carlos E. 2010a. “Arranjo espacial da acumulação econômica dos negros livres do Rio de Janeiro (Brasil) e Richmond (Virgínia, EUA) em meados do século XIX”. in *V Encontro de Pós-graduação em História Econômica*. Brasília Recuperado janeiro 31, 2011 (http://scientia.cliomatica.com/index.php/vencontrohistoriaeconomica/Vencontro/schedConf/presentations).

Valencia, Carlos E. 2010b. “Costos de los alimentos y renta de los trabajadores libres en Rio de Janeiro (Brasil) y Richmond (Virginia, EUA) en la primera mitad del siglo XIX”. in *Precios, salarios, desigualdad y nivel de vida en América Latina, 1700-1850*. México: Economia.unam.mx Recuperado fevereiro 3, 2011 (http://www.economia.unam.mx/cladhe/listado_ponencias.php?iSimposio=27&NomSimposio=Precios,%20salarios,%20desigualdad%20y%20nivel%20de%20vida%20en%20Am%C3%A9rica%20Latina,%201700-1850).

Valencia, Carlos E. 2011. *La producción de la libertad. Economía de los esclavos manumitidos en Río de Janeiro a mediados del siglo XIX*. Bogotá: ICANH.

Valencia, Carlos E. 2008. “Motivaciones económicas en la manumisión de las esclavas: una comparación entre ciudades de América Latina”. *Procesos. Revista Ecuatoriana de Historia* 27:19–42.

Villela, André. 1999. “The political economy of money and banking in Imperial Brasil: 1850-1870”. Ph.D. diss, Londres: London School of Economics and Political Science.

Virginia Historical Society, Manuscripts. 1862. “[Ge]ographical sketch of the city of Richmond, Virginia, with surrounding encampments, 1862”. *vhs3.vahistorical.org*. Recuperado (vhs3.vahistorical.org).

Wade, Richard. 1964. *Slavery in the Cities: The South 1820-1860*. New York: Oxford University Press Recuperado janeiro 31, 2011

Walker, Juliet. 1986. “Racism, Slavery, and Free Enterprise: Black Entrepreneurship in the United States before the Civil War”. *The Business History Review* 60(3):343–382. Recuperado janeiro 7, 2012.

Walsh, Lorena. 1992. “Consumer Behavior, Diet and the Standard of Living in Late Colonial and Early Antebellum America, 1770-1840”. in *American Economic Growth and Standards of Living before the Civil War*. Chicago: University of Chicago Press.

Walton, Gary, e Hugh Rockoff. 2010. *History of the American Economy*. Mason: Cengage Learning Recuperado janeiro 30, 2011 (http://search.lib.virginia.edu/catalog/u4977535).

Williams, Michael Paul. 2009. “Mary Lumpkin | Richmond Times-Dispatch”. *Richmond Times-Dispatch*. Recuperado outubro 12, 2011 (http://www2.timesdispatch.com/special_section/2009/feb/12/mary_lumpkin-ar-78802/).

# ANEXO SOBRE MÉTODOS, CÁLCULOS , EVIDÊNCIAS E DADOS

# ANEXO CAPÍTULO 1

i Comércio exterior do Brasil pelo Rio de Janeiro.

Fonte: (Lobo 1978) Valores em milhares de contos.

| | **Importação** | **Exportação** |
|---|---|---|
| 1843 | 31.032 | |
| 1844 | 31.001 | 23.846 |
| 1845 | 26.795 | 22.599 |
| 1846 | 25.995 | 26.303 |
| 1847 | 24.025 | 25.994 |
| 1848 | 29.924 | 31.029 |
| 1849 | 29.726 | 27.328 |
| 1850 | 39.162 | 26.342 |
| 1851 | 56.681 | 35.749 |
| 1852 | 48.116 | 37.961 |
| 1853 | 46.051 | 37.778 |
| 1854 | 47.415 | 37.711 |
| 1855 | 51.171 | 51.171 |
| 1856 | 67.922 | 49.176 |
| 1857 | 69.539 | 55.121 |
| 1858 | 68.540 | 44.421 |
| 1859 | 60.229 | 51.974 |
| 1860 | 72.979 | 57599 |

Comércio exterior dos Estados Unidos (Milhões de dólares).

Fonte: (HSUS 2006:Ee362–375)

| | **Total de mercadorias exportadas e re-exportadas** | **Total de mercadorias importadas** |
|---|---|---|
| 1840 | 124 | 98 |
| 1841 | 112 | 123 |
| 1842 | 100 | 96 |
| 1843 | 83 | 42 |
| 1844 | 106 | 103 |
| 1845 | 106 | 113 |
| 1846 | 110 | 118 |
| 1847 | 157 | 122 |
| 1848 | 138 | 149 |
| 1849 | 140 | 141 |
| 1850 | 144 | 174 |
| 1851 | 189 | 211 |
| 1852 | 167 | 207 |
| 1853 | 203 | 264 |
| 1854 | 237 | 298 |
| 1855 | 219 | 258 |
| 1856 | 281 | 310 |
| 1857 | 294 | 348 |
| 1858 | 272 | 263 |
| 1859 | 293 | 331 |
| 1860 | 334 | 354 |

Comércio exterior dos Estados Unidos com o Brasil (Milhões de dólares)

Fonte: (HSUS 2006:Ee533–568)

| | **Importações dos Estados Unidos de mercadorias brasileiras** | **Exportações dos Estados Unidos para o Brasil** |
|---|---|---|
| 1840 | 2 | 5 |
| 1841 | 3 | 6 |
| 1842 | 3 | 6 |
| 1843 | 2 | 4 |
| 1844 | 3 | 7 |
| 1845 | 3 | 6 |
| 1846 | 3 | 7 |
| 1847 | 3 | 7 |
| 1848 | 3 | 8 |
| 1849 | 3 | 8 |
| 1850 | 3 | 9 |
| 1851 | 3 | 12 |
| 1852 | 3 | 12 |
| 1853 | 4 | 15 |
| 1854 | 4 | 14 |
| 1855 | 4 | 15 |
| 1856 | 5 | 19 |
| 1857 | 5 | 21 |
| 1858 | 5 | 17 |
| 1859 | 6 | 22 |
| 1860 | 6 | 21 |

ii Moeda no Brasil e nos Estados Unidos, 1840-1860

Unidades: Brasil: Milhares de Contos. Estados Unidos: Milhares de dólares

Fonte: (IBGE 1990) (HSUS 2006:Ee533–568)

Os valores do gráfico 1.3 foram normalizados. Os dados observado foram os seguintes:

| | **Brasil** | **Estados Unidos** |
|---|---|---|
| 1840 | 40,1 | 188 |
| 1841 | 40,5 | 175,4 |
| 1842 | 44 | 149,2 |
| 1843 | 45,7 | 181,9 |
| 1844 | 48,6 | 203 |
| 1845 | 51 | 227,2 |
| 1846 | 51,6 | 252,5 |
| 1847 | 50,3 | 267,3 |
| 1848 | 49,3 | 258,9 |
| 1849 | 48,6 | 316,4 |
| 1850 | 48 | 360,4 |
| 1851 | 43,3 | 408,5 |
| 1852 | 47 | 451,4 |
| 1853 | 46,5 | 504,9 |
| 1854 | 60,2 | 508,7 |
| 1855 | 64,3 | 534,5 |
| 1856 | 74,3 | 574,5 |
| 1857 | 87,4 | 477,2 |
| 1858 | 79,3 | 546,8 |
| 1859 | 84,1 | 565,2 |
| 1860 | 76,2 | |

iii Preços no Rio de Janeiro, 1838-1862

Valores com sombra foram observados no *Jornal do Comércio*, os outros em (Buescu 1973)

Os valores do gráfico 1.4 foram normalizados. Os dados observados foram os seguintes:

| | Unidade em Buescu | Fator para Kg | **Preço no ano segundo Buescu ou transcritos do *Jornal do Commercio*** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Produto** | | | 1838 | 1842 | 1847 | 1850 | 1853 | 1856 | 1860 | 1862 | Média | Desvio Padrão |
| Farinha Mandioca | Saca | 60 | 3$900 | 3$020 | 3$637 | 1$447 | 3$130 | 2$800 | 2$400 | 2$655 | 2$873 | $759,3 |
| Farinha de Milho | Saca | 60 | 4$737 | 4$257 | 4$950 | 2$831 | 4$960 | 7$000 | 7$579 | 6$955 | 5$408 | 1$624 |
| Milho Cozido | Saca | 60 | 3$008 | 2$369 | 3$350 | 2$888 | 4$051 | | | 4$643 | 3$384 | $830,5 |
| Arroz | Saca | 60 | 10$800 | 9$731 | 9$071 | 7$500 | 11$507 | 15$000 | 14$000 | 12$149 | 11$219 | 2$501 |
| Feijão preto | Saca | 60 | 7$476 | 6$792 | 9$202 | 5$317 | 7$351 | 10$000 | 9$000 | 7$230 | 7$796 | 1$514 |
| Carne Seca | Arroba | 14,69 | 2$256 | 1$156 | 1$300 | 2$561 | 3$445 | 4$660 | 5$222 | 2$339 | 2$867 | 1$474 |
| Carne Fresca | Libra | 0,45 | | | | | 120 | 132 | 210 | $145 | $151 | $40,2 |
| Carne Suína | Libra | 0,45 | | | | | 160 | 360 | 270 | $300 | $272 | $83 |
| Alhos | Restea | 58,75 | | | | | | | | $286 | $286 | |
| Batata dolce | Arroba | 14,69 | | | | 1$049 | 1$000 | | 1$875 | 1$905 | 1$457 | $500 |
| Couve | Tonelada | 793,1 | | | | | | | | 20$000 | 20$000 | |
| Toucinho | Arroba | 14,69 | 4$178 | 4$780 | 6$500 | 3$200 | | | 13$058 | | 6$343 | 3$940,9 |
| Cachaça | Pipa | 1 | 79$462 | 60$368 | 65$600 | 50$000 | 85$896 | 118$000 | 140$000 | 91$675 | 86$375 | 30$197 |
| Hortelã | Tonelada | 793,1 | | 6$692 | 6$750 | | | | | | 6$721 | $41 |

iv Preços em Richmond, 1840-1862

Os valores do gráfico 1.5 foram normalizados. Os dados observados foram os seguintes:

| | Unidade | Fator | **Preço no ano segundo o *Richmond Enquirer*** | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Produto | | para Libra | 1840 | 1842 | 1847 | 1850 | 1853 | 1856 | 1860 | Média | Desvio Padrão |
| Carne Suína | Libra | 1 | 0,03 | 0,04 | 0,07 | 0,06 | 0,08 | 0,1 | 0,1 | 0,07 | 0,02 |
| Carne Bovina | Libra | 1 | 0,03 | 0,04 | 0,04 | 0,03 | 0,04 | 0,05 | 0,05 | 0,04 | 0,01 |
| Carne de ovelha | Libra | 1 | | 0,03 | 0,02 | 0,03 | 0,03 | 0,05 | 0,05 | 0,03 | 0,01 |
| Arroz | Libra | 1 | 0,04 | | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,01 |
| Batata branca | Bushel | 60 | | | | 0,75 | 0,65 | 0,9 | 0,9 | 0,74 | 0,12 |
| Feijão | Bushel | 60 | | | | | | | | 1,14 | |
| Milho | Bushel | 56 | 0,6 | 0,55 | 0,8 | 0,62 | 0,65 | 0,66 | 0,66 | 0,66 | 0,09 |
| Trigo | Bushel | 60 | 1,1 | 0,89 | 1,3 | 1,15 | 1,2 | 1,6 | 1,6 | 1,26 | 0,26 |
| Aveia | Bushel | 32 | 0,33 | 0,35 | 0,5 | 0,1 | 0,45 | 0,35 | 0,35 | 0,35 | 0,13 |
| Toucinho | Libra | 1 | 0,08 | 0,06 | 0,1 | 0,08 | 0,09 | 0,11 | 0,11 | 0,09 | 0,03 |
| Centeio | Bushel | 56 | | | | 0,69 | 1,5 | 1,25 | 1,25 | 1,17 | 0,34 |
| Manteiga | Libra | 1 | | | | | 0,15 | 0,18 | 0,18 | 0,18 | 0,04 |
| Vísceras Bovinas | Bushel | 50 | | | | | 0,18 | 0,25 | 0,25 | 0,19 | 0,05 |
| Laranja | Caixa | 25 | | | | | | 0,04 | | 0,04 | |
| Ameixa passa | Libra | 1 | | | | | | 0,02 | | 0,02 | |
| Uva passas | Caixaa | 25 | | | | | | 0,04 | | 0,04 | |
| Figo | Libra | 1 | | | | | | 0,02 | | 0,02 | |

# ANEXO CAPÍTULO 2

v/i. Georreferenciamento do mapa histórico de Richmond. Ilustração 2.1

O método para o georreferenciamento procurou manter a maior exatidão nos pontos e para isso o mapa (Virginia Historical Society 1862) foi recortado em 10 partes e cada uma delas foi georreferenciada de forma independente e, depois, todas agregadas. Desse jeito, o erro de ajuste entre o mapa histórico e o georreferenciado se reduziu para todas as partes a menos de 10 metros; enquanto se georreferenciava-se o mapa como um todo, o erro pulava para mais de 100 metros, pois a distorção era aplicada a toda a imagem, ao contrario do que aconteceu com as partes, pois cada uma delas teve uma menor distorção individual já que a possibilidade de erro para os cálculos do cartografo do século XIX se reduzem para os tamanhos menores.

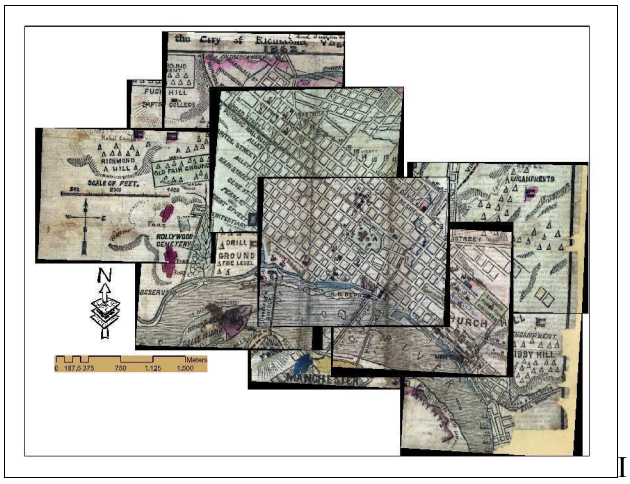


Ilustração: Partes do mapa georreferenciado de Richmond.

No total, foram usados 60 pontos para o georreferenciar o mapa. Após feito o georreferenciamento das 10 subpartes, de novo se encaixou a imagem completa, isto com o objetivo de facilitar a leitura. A ilustração 2.1.A apresenta as 10 partes agregadas.

vi/ii Densidade de Kernel

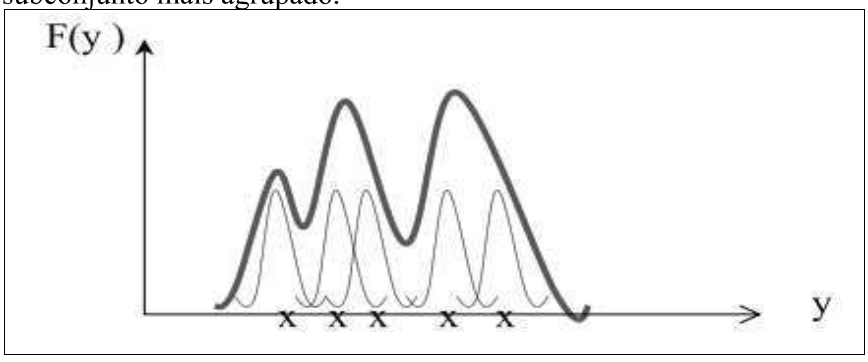
A densidade de Kernel é uma Função de Densidade de Probabilidade calculada de forma não paramétrica. Em outras palavras, é um método para suavizar os dados observados de uma variável aleatória.

O estimador de Kernel está definido por:

$$\hat{f}(y) = \frac{1}{nh} \sum_{i=1}^{i=n} K \frac{y - yi}{h}$$

De uma amostra de ($y_1$, $y_2$, … $y_n$) e h>0 que é conhecido como a *cell* da função.

O Kernel está vinculado com o histograma, mas, de forma intuitiva, o que faz é suavizar o histograma a partir das frequências dos dados vizinhos de tal forma que gera maiores valores para dados num subconjunto mais agrupado.




A forma gráfica clássica de entender o kernel é a distribuição em que os dados observados geram uma nova distribuição com máximos maiores para os dados, quando estão próximos entre eles (Camacho 2009).

Para o caso específico de Geoestatística a densidade de kernel calcula o estimador para a cell de cada ponto produzindo um raster de superfície que está suavizado, ou seja se ajusta uma superfície curva suavizada sobre cada ponto. O valor da superfície é maior no lugar onde está o ponto e diminui

paulatinamente até chegar a zero quando se atinge a distância do rádio de procura. O volume sob a superfície é igual a valor que tem a variável para a qual se calcula o kernel nesse ponto específico. Para calcular a densidade de cada célula do raster de saída se somam todos os valores das superfícies onde se sobrepõe com o centro da célula raster. Portanto, a escolha do tamanho de cell 5 e do rádio 200 metros procuram reduzir espacialmente as aglomerações para produzir a maior quantidade delas, ao mesmo tempo em que se tem em conta o erro na localização dos pontos causados pelos problemas de georreferenciamento dos mapas históricos e da falta de exatidão dos endereços nas fontes.

Como é evidente, o processamento desse quantidade de informação só foi possível ao empregar métodos GIS e computadores. Mesmo assim, o geoprocessamento de cada mapa de densidade levou horas para ser concluído.

vii /iii Georreferenciamento do mapa histórico do Rio de Janeiro. Ilustração 2.2

O método de georreferenciação para o mapa do Rio de Janeiro foi igual ao empregado para Richmond. O mapa histórico usado foi o Plano Baurepaire-Roham de 1843 que está no Atlas Andreata (2008). Esse Atlas pesquisa sobre a geografia histórica do Rio de Janeiro e sobrepõe o mapa histórico à planta atual da cidade permitindo perceber as mudanças na paisagem e na forma urbana, facilitando o georreferenciamento.

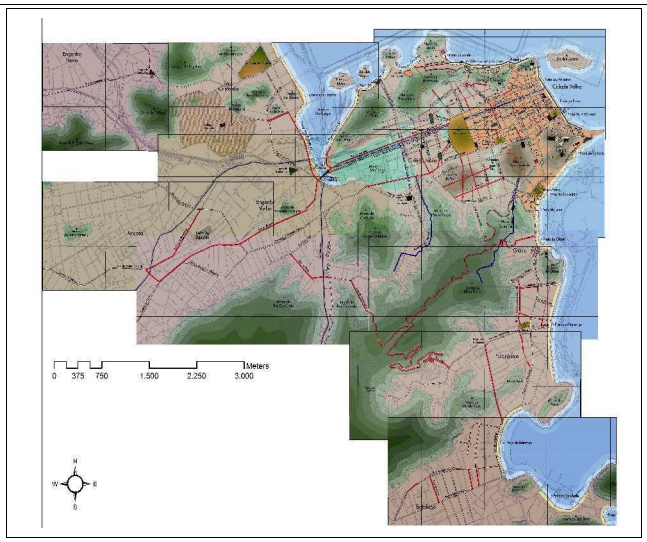



Ilustração: Partes do mapa georreferenciado do Rio de Janeiro

Como no caso de Richmond, este mapa também foi cortado em 10 peças que foram georreferenciadas de forma independente e depois encaixadas novamente, de tal jeito que o erro de ajuste foi minimizado.

Alguns dos pontos da ilustração 2.2 que representam a localização dos negros livres foram localizados no mapa segundo as coordenadas do *Spatial History Project* da Universidade de Stanford (Datta et al. 2009).

Mas, em várias ocasiões a informação oferecida por esse projeto foi contestada por nossas fontes, pois, às vezes, os anúncios indicavam elementos urbanos para que os interessados daquela época pudessem achar com facilidade o endereço. Essas indicações também facilitaram nossa pesquisa e permitiram que encontrássemos o ponto de forma inequívoca e, em algumas oportunidades, as coordenadas das que tínhamos certeza não correspondiam com o informado pelo *Spatial History Project*. Como é evidente, sempre que foi possível seguimos as nossas fontes. Contudo, as distâncias entre os pontos não são relevantes como para contestar no conjunto a pesquisa do equipe de Stanford e, pelo contrario, suas informações são complementarias das nossas.

viii /iv Amostragem do mercado de trabalho carioca:

O domingo não foi incluído, pois a quantidade de avisos nesse dia era menor e, às vezes, a publicação era agregada às edições do sábado anterior ou da segunda-feira seguinte. Devido à quantidade de anúncios a amostragem só se fez para seis meses do ano; mas, diferentemente do habitual de usar um mês sim e o seguinte não, nós preferimos coletar por bimestres, com o intuito de reduzir o atrito entre as semanas do inicio e do final de cada mês e melhorar as condições para suavizar as curvas de tendência. Expliquemos melhor: se para a mostragem se pegam meses alternados, então cada mês tem duas semanas (uma no começo e outra no final) que só tem informação para alguns de seus dias; desse jeito aparecem 12 semanas incompletas por ano e quando se calcula a série de tempo por semanas essas 12 terminam trancando a fluidez da tendência. Quando se faz por bimestres alternados, o número de semanas com esse problema se reduz pela metade, mas ao mesmo tempo se conserva a abrangência da amostra para o ano todo.

O 10% de amostragem foi calculado para cada dia. Por exemplo, na quarta-feira, 1 de julho de 1846 apareceram no total 33 avisos, então, a amostragem para esse dia pegou 3 que foram escolhidos de forma aleatória empregando uma função *Random* com n igual ao número de anúncios do dia. Em consequência, a amostragem com informação específica tem 890 avisos.

ix/v Diferença na amostragem do mercado de trabalho e dos negros livres cariocas:

Aclaremos que a correspondência entre as duas regiões (oferta de trabalho e localização de negros livres) não foi produto da sobrestimação dos negros livres na amostragem da oferta para o mercado de trabalho, pois a maioria dos 121 pontos da ilustração 2.2 não se inclui na 2.3; só apareceram aqueles casos em que a função aleatória pedia que um negro livre fosse inserido na amostragem da oferta de trabalho. Isso significou que as duas amostras foram coletadas de forma independente e aqueles negros livres que apareceram na oferta de trabalho foi produto da aleatoriedade.

x/vi Amostragem do mercado de trabalho richmoniano:

A amostragem em Richmond foi feita com os mesmos critérios da amostragem carioca: foram incluídos todos os anúncios das edições do *Richmond Enquirer* de março, abril, julho, agosto, novembro e dezembro dos anos 1840 e 1846.

Quando uma semana tinha entre 5 e 10 avisos, se coletou um deles para a amostragem e, se tinha 4 ou menos não se pegava nenhum; mas, se no mês nenhuma semana atingia pelo menos 5 anúncios, então se incluía um daquela semana com maior quantidade que era escolhido de forma aleatória.

xi/vii Preço da publicidade nos jornais:

No *Richmond Enquirer* em 1840 um anúncio de 16 linhas ou menos custava 75 centavos de dólar pela primeira vez e US$0,50 por cada vez adicional. (O custo da publicidade aparecia em todas as edições, por exemplo: 2/01/1840). O salário de um negro livre não qualificado nesse ano podia estar perto dos 35 dólares (Ver notas 22 e 23 do rodapé deste mesmo capítulo para a explicação das fontes para salários em Richmond); portanto, um anúncio só, custaria 2,14% do jornal anual e dois anúncios (equivalente a uma semana de edição) seriam 3,57%.

Para 1846 o preço da publicidade se reduziu para US$0,50 pelo primeiro anúncio e US$0,25 por dia

adicional (ver, por exemplo edição 2/01/1846). Ao mesmo tempo, o salário de um negro livre sem qualificação se incrementou para US$65 por ano. Desse jeito, um anúncio custava nesse ano 0,76% do jornal anual e pela semana (com duas edições) desceu a 1,15%.

No Rio de Janeiro, em 1843 uma linha com 40 letras de publicidade no *Jornal do Commercio* custava 80 réis (Nem sempre se publicava esse custo. Ver a edição de 6/01/1843). Para esse ano a série de custo do jornal escravo de Pedro Mello não tem informação, mas em 1844 o valor anual era de 14.100 réis, por tanto o custo de um anúncio expressado em jornal anual era de 0,56%. Porém, era difícil para o anunciante passar toda a informação necessária numa linha só, e o comum era usar pelo menos duas, chegando ao patamar do 1%. Em geral, os anúncios dos negros livres aparecem uma vez por semana, se o indivíduo tem que repetir a publicidade, ela volta aparecer na semana seguinte, mas somente por um dia e assim continua, no pior dos casos, para o trabalhador, por umas quatro semanas.

Supondo que a queda no custo dos anúncios em Richmond foi lineal entre 1840 e 1846 e que os custos no Rio de Janeiro de 1843/1844 são constantes para todo o período, seria possível pensar que, no final do ciclo, no montante total, as duas cidades eram equiparáveis, mas o porto no Rio James começou em patamares maiores.

xii /viii Séries de tendências do mercado de trabalho em Richmond:

A série de oferta de trabalho só para contratar se refere à parcela do total da oferta que se fornece unicamente para ser alugada, enquanto o total da oferta inclui as vendas de escravos. As séries foram suavizadas por médias móveis centradas com parâmetro 3. A escolha do parâmetro se fez pensando que as séries são semanais e os meses continham pelo menos 3 semanas completas.

xiii/ix Amostragem do mercado de trabalho richmoniano:

ver nota número x. Capítulo 2 deste anexo

xiv/x Séries de tendências do mercado de trabalho no Rio de Janeiro:

As tendências do mercado de trabalho carioca foram calculadas de igual forma que as de Richmond e o parâmetro 3 corresponde à mesma razão: as séries são semanais e os meses tinham pelo menos 3 semanas completas. A série de trabalhadores para contratar se refere unicamente aos indivíduos que querem ser alugados, enquanto a série de total de oferta inclui, além deles, também os escravos oferecidos para venda e trabalhadores que são *entregados* sem especificar a condição jurídica deles, por exemplo os colonos endividados. Contudo, os dois maiores conjuntos da oferta eram os trabalhadores para contratar e os escravos para vender.

xv/xi Amostragem da oferta de trabalhadores no Rio de Janeiro, 1840

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativa |
|---|---|---|---|
| Entrega trabalhador | 6 | 1,9 | 1,9 |
| Escravo para alugar | 2 | 0,6 | 2,5 |
| Livres para contratar | 11 | 3,5 | 6 |
| Trabalhador para alugar | 90 | 28,5 | 34,5 |
| Vende escravo | 207 | 65,5 | 100 |
| Total | 316 | 100 | |

xvi/xii Amostragem da oferta de trabalhadores no Rio de Janeiro, 1846

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativa |
|---|---|---|---|
| Entrega trabalhador | 9 | 1,3 | 1,3 |
| Escravo para alugar | 14 | 2 | 3,3 |
| Livres para contratar | 24 | 3,5 | 6,8 |
| Trabalhador para alugar | 314 | 45,4 | 52,2 |
| Vende escravo | 331 | 47,8 | 100 |
| Total | 692 | 100 | |

xvii/xiii Amostragem da procura de trabalhadores no Rio de Janeiro, 1840

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativa |
|---|---|---|---|
| Comprar escravo | 18 | 20,5 | 20,5 |
| Escravo para alugar | 6 | 6,8 | 27,3 |
| Livres para contratar | 6 | 6,8 | 34,1 |
| Precisa trabalhador | 39 | 44,3 | 78,4 |
| Trabalhador para alugar | 19 | 21,6 | 100,0 |
| Total | 88 | 100,0 | |

xviii/xiv Amostragem da procura de trabalhadores no Rio de Janeiro, 1846

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativa |
|---|---|---|---|
| Comprar escravo | 15 | 13 | 13 |
| Escravo para alugar | 2 | 1,7 | 14,8 |
| Livres para contratar | 6 | 5,2 | 20 |
| Necessita de escravo | 3 | 2,6 | 22,6 |
| Precisa trabalhador | 76 | 66,1 | 88,7 |
| Trabalhador para alugar | 13 | 11,3 | 100 |
| Total | 115 | 100 | |

xix/xv Autocorrelação da Alfândega no Rio de Janeiro, 1840-1846

**Descrição do Modelo**

Nome da série: Alfândega

Transformação: Nenhuma

Não-Diferença sazonal: 0

Diferença sazonal: 0

Cumprimento do período sazonal: Não há periodicidade

Máximo número de Lags: 16

Processo assume para o cálculo os Erros Padrões para as Autocorrelações

Independência (*white noise*). Não é aplicável para cálculos dos Erros Padrões das autocorrelações parciais.

**Resumo do Processamento**

Alfândega

Tamanho da série: 28

Quantidade de dados perdidos no processamento:

Perdidas segundo o pesquisador: 0

Perdidas pelo sistema e computo: 0

Número de dados válidos: 28

Número de cômputos possíveis para o primeiro dos Lags: 27

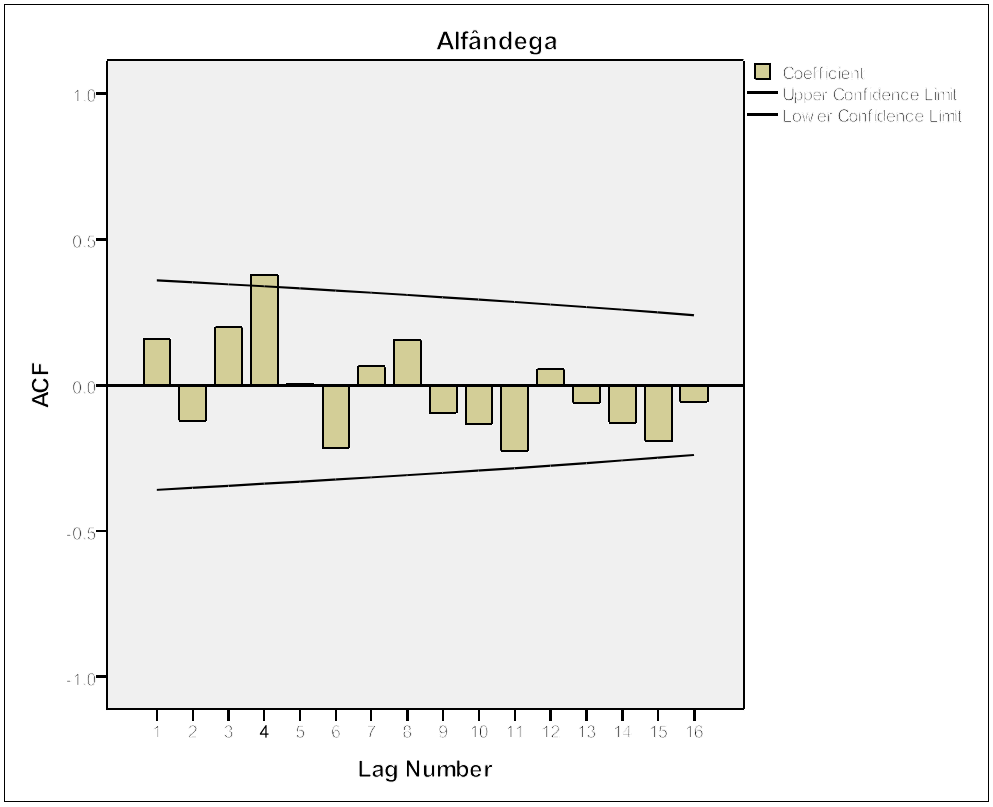
**Autocorrelação**

Série: Alfândega

| Lag | Autocorrelação | Erro Padrão[a] | Estatísticos | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Valor | df | Sig.[b] |
| 1 | 0,16 | 0,18 | 0,79 | 1 | 0,37 |
| 2 | -0,12 | 0,18 | 1,27 | 2 | 0,53 |
| 3 | 0,2 | 0,17 | 2,61 | 3 | 0,46 |
| 4 | 0,38 | 0,17 | 7,63 | 4 | 0,11 |
| 5 | 0,01 | 0,17 | 7,64 | 5 | 0,18 |
| 6 | -0,22 | 0,16 | 9,4 | 6 | 0,15 |
| 7 | 0,06 | 0,16 | 9,56 | 7 | 0,22 |
| 8 | 0,16 | 0,15 | 10,56 | 8 | 0,23 |
| 9 | -0,1 | 0,15 | 10,96 | 9 | 0,28 |
| 10 | -0,13 | 0,15 | 11,78 | 10 | 0,3 |
| 11 | -0,23 | 0,14 | 14,31 | 11 | 0,22 |
| 12 | 0,06 | 0,14 | 14,47 | 12 | 0,27 |
| 13 | -0,06 | 0,13 | 14,69 | 13 | 0,33 |
| 14 | -0,13 | 129 | 15,68 | 14 | 0,33 |
| 15 | -0,19 | 0,12 | 18,09 | 15 | 0,26 |
| 16 | -0,06 | 0,13 | 18,33 | 16 | 0,31 |

a. Processamento assumido como independente (*white noise*).
b. Segundo uma aproximação chi-quadrado assintótica.

**Gráfico da autocorrelação**




xx /xvi Amostragem de preços no Rio de Janeiro, 1840. Estatísticas descritivas (réis)

| | N | Minimo | Máximo | Média | Desvio Padrão | Curtose | Erro Padrão Curtose |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aguardente | 22 | 56$000 | 74$000 | 66$181 | 5$753 | -1,41 | 0,95 |
| Arroz | 20 | 7$000 | 9$000 | 7$550 | $759 | -0,37 | 0,99 |
| Arroz fora terra | 20 | 9$000 | 12$000 | 10$150 | 1$182 | -1,23 | 0,99 |
| Carne seca | 20 | 1$400 | 2$600 | 2$060 | $355 | -0,73 | 0,99 |
| Carne seca Rio Grande | 24 | 1$300 | 2$400 | 1$633 | $382 | -0,53 | 0,92 |
| Carne Seca Rio Prata | 12 | 1$200 | 2$200 | 1$666 | $416 | -1,57 | 1,23 |
| Far. Mandioca | 20 | 3$000 | 3$840 | 3$520 | $340 | -1,86 | 0,99 |
| Far. Mandioca Fina | 22 | 3$840 | 5$660 | 4$687 | $654 | -1,4 | 0,95 |
| Far. Mandioca Grossa | 22 | 2$240 | 4$000 | 2$952 | $589 | -0,46 | 0,95 |
| Far. Milho | 20 | 5$000 | 5$000 | 5$000 | 0 | 0 | 0 |
| Feijão Preto | 22 | 4$000 | 8$000 | 6$500 | 1$496 | 1,57 | 0,95 |
| Feijão | 20 | 5$000 | 7$000 | 6$350 | $708 | -0,26 | 0,99 |
| Leite | 1 | $200 | $200 | $200 | 0 | 0 | 0 |
| Milho | 22 | 2$240 | 3$840 | 2$654 | $399 | 2,29 | 0,95 |
| Tapioca | 22 | 9$000 | 9$000 | 9$000 | .00 | 0 | 0 |
| Toucinho | 22 | 4$400 | 5$500 | 4$783 | $437 | -1,25 | 0,95 |
| Sal | 21 | $440 | $630 | $595 | 55 | 1790 | 0,97 |

xxi/xvii Amostragem de preços no Rio de Janeiro, 1846. Estatísticas descritivas (réis)

| | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão | Curtose | Erro Padrão Curtose |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aguardente | 9 | 52$000 | 66$000 | 58$444 | 5$897 | -1,61 | 1,4 |
| Arroz | 9 | 7$000 | 8$000 | 7$777 | $363 | 1,47 | 1,4 |
| Arroz fora terra | 9 | 10$500 | 13$000 | 11$833 | 1$198 | -2,32 | 1,4 |
| Carne Seca | 9 | 1$000 | 2$600 | 1$844 | $659 | -1,67 | 1,4 |
| Far. Mandioca | 9 | 3$400 | 3$800 | 3$577 | $156 | -1,04 | 1,4 |
| Far. Mandioca Fina | 9 | 4$000 | 4$000 | 4$000 | 0 | | |
| Far. Mandioca Grossa | 9 | 2$800 | 3$200 | 3$075 | $188 | -1,48 | 1,4 |
| Far. Milho | 9 | 5$000 | 5$000 | 5$000 | 0 | | |
| Feijão Preto | 9 | 8$000 | 11$000 | 10$222 | 1$301 | 0,18 | 1,4 |
| Feijão | 9 | 8$000 | 12$000 | 9$777 | 1$563 | -1,04 | 1,4 |
| Milho | 9 | 2$560 | 4$800 | 3$911 | $940 | -1,42 | 1400 |
| Tapioca | 9 | 6$000 | 8$000 | 6$888 | $857 | -2,31 | 1,4 |
| Toucinho | 9 | 6$000 | 7$000 | 6$222 | $440 | 0,74 | 1,4 |
| Sal | 3 | $560 | $560 | $560 | 0 | | |

xxii /xviii Modelo analítico de cálculo de dieta de mínimo custo

Outros detalhes dos cálculos: (Valencia 2010) (Valencia 2011). As fontes de informação para as variáveis foram citadas no texto. Em cada capítulo, segundo o período estudado, os preços dos alimentos foram atualizados.

**Descrição do modelo**

Função objetivo para ser minimizada:

$$\sum_{i=1}^{i=n} PiXi$$

sujeita a:

$$\sum_{i=1}^{i=m} \sum_{j=1}^{j=n} AijXi \geq Rj$$

$$Xi \geq 0$$

$$Xi \leq ACi$$

Variáveis:

Pi: Preço do alimento i

Xi: Quantidade do alimento i

ACi: Máxima quantidade culturalmente tolerada do alimento i

n: Quantidade de alimentos na dieta

m: Total de nutrientes

Aij: Quantidade do nutriente j que oferece 100g do alimento i

Rj: Nível mínimo necessário do nutriente j para sobreviver

xxiii/xix Matriz do modelo de programa lineal para minimização do custo da dieta do Rio de Janeiro

| | **Nutrientes fornecidos em cada 100 gr alimento segundo Unicamp** | | | | | | | | | **Max** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Alimentos** | Calorias | Proteínas | Carboidratos | Vitamina C | Tiamina | Riboflavina | Niacina | Cálcio | Ferro | **Tolerado** (100gr) |
| Farinha Mandioca | 343 | 1 | 89 | | | | | 76 | 1,2 | 7,0 |
| Farinha Milho | 351 | 7 | | | 0,3 | | | | | 2,5 |
| Milho cozido | 101 | 2 | 25 | | | | | 2 | 0,2 | 2,5 |
| Arroz | 128 | 3 | 28 | | | | | | | 2,5 |
| Feijão Preto | 85 | 6 | 15 | | 0,09 | 0,03 | | 29 | 1.4 | 2,5 |
| Carne Seca | 313 | 27 | - | | | 0,06 | | 13 | 1,9 | 4,5 |
| Carne Fresca | 194 | 31 | - | | | | | 5 | 2,4 | 3,0 |
| Carne de Porco | 280 | 29 | - | | 0,8 | 0,14 | | | 0,9 | 2,5 |
| Toucinho | 697 | 27 | - | | | | 5,0 | 9 | 0,9 | 3,0 |
| Peixe Fresco | 122 | 27 | - | | 0,1 | | 8,0 | 36 | 0,4 | 3,0 |
| Mingau (Milho) | 373 | 1 | | | 3,4 | | 19,4 | 522 | 42,0 | 2,0 |
| Caldo de Cana | 65 | | 18 | | | | | 9 | 0,8 | 4,0 |
| Alhos | 113 | 7 | 24 | | 0,2 | | | 14 | 0,8 | 0,2 |
| Cebolas | 39 | 2 | 9 | 5 | 0,0 | | | 14 | 0,2 | 0,2 |
| Caju | 43 | 1 | 10 | | | | | 1 | 0,2 | 0,2 |
| Goiabas | 54 | 1 | 13 | | | | | | 0,2 | 0,2 |
| Abacaxi | 48 | 1 | 12 | | 0,2 | 0,02 | | 22 | 0,3 | 0,2 |
| Mamões | 40 | | 10 | 82 | 0,0 | 0,04 | 1,0 | 22 | 0,0 | 0,2 |
| Bananas | 98 | 1 | 26 | 6 | | 0,02 | | 8 | 0,4 | 0,2 |
| Laranja | 45 | 1 | 11 | 57 | 0,1 | 0,02 | | | 0,1 | 0,2 |
| Batata doce | 77 | 1 | 18 | 24 | 0,1 | | 2,6 | 17 | 0,2 | 2,5 |
| Inhame | 97 | 2 | 23 | 6 | 0,1 | | | 12 | 0,4 | 2,0 |
| Abobrinha | 31 | 1 | 8 | | | | | 19 | 0,2 | 2,0 |
| Couve | 27 | 3 | 4 | | 0,2 | 0,31 | | | | 2,5 |
| Nabo | 18 | 1 | 4 | 10 | 0,7 | | | 42 | 0,2 | 2,5 |
| Agrião | 17 | 3 | 2 | | 0,1 | 0,23 | | 133 | 3,1 | 2,5 |
| **Mínimo Requerido** | 4000 | 100 | | 30 | 1.1 | 1,7 | 19 | 1200 | 15 | |

xxiv /xx Preço (réis) e quantidade (gramas) de alimentos na dieta de mínimo custo. Rio de Janeiro, 1838-1847

| **Alimento** | Cantidad | Valor | Cantidad | Valor | Cantidad | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Farinha de Mandioca | 459,37 | $29,86 | 459,37 | $23,12 | 414,84 | $25,15 |
| Farinha de Milho | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Milho Cozido | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Arroz | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Feijão Preto | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Carne Seca | 263,37 | $40,45 | 263,37 | $20,73 | 250,00 | $22,13 |
| Carne Fresca | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Carne Suina | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Toucinho | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Peixe Fresco | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Mingau (Milho) | 200,00 | $5,04 | 200,00 | $5,04 | 200,00 | $5,04 |
| Caldo de Cana | 400,00 | $1,96 | 400,00 | $1,96 | 400,00 | $1,96 |
| Alhos | 20,00 | $0,10 | 20,00 | $0,10 | 20,00 | $0,10 |
| Cebolas | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Caju | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Goiaba | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Abacaxi | 200,00 | $0,13 | 200,00 | $0,24 | 200,00 | $1,17 |
| Mamão | 200,00 | $3,03 | 200,00 | $1,39 | 200,00 | $4,39 |
| Bananos | 200,00 | $2,75 | 200,00 | $0,85 | 200,00 | $4,98 |
| Laranja | 200,00 | $2,29 | 200,00 | $0,06 | 200,00 | $3,03 |
| Batata dolce | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Inhame | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 200,00 | $2,37 |
| Abobrinha | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Couve | 250,00 | $5,71 | 250,00 | $4,39 | 250,00 | $0,97 |
| Nabo | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Agrião | 246,51 | $5,36 | 246,51 | $6,09 | 250,00 | $4,45 |
| **Total (gramas e reis)** | **2639,25** | **$96,68** | **2639,25** | **$63,98** | **2784,84** | **$75,74** |
| Total sem verduras e frutas | 1322,74 | $77,31 | 1322,74 | $50,85 | 1264,84 | $54,27 |
| Farinha de mandioca e carne seca | 722,74 | $70,31 | 722,74 | $43,85 | 664,84 | $47,27 |

xxv/xxi Por definição um bushel é igual a 8 galões secos = 2150.42 $in^3$ = 35.23907016688 litros. Porem, os *bushels* são presentemente mais usados como unidades de massa e não volume. Os bushels usados na transação de grão (milho, trigo, soja, arroz, etc) são todos unidades de massa. Mesmo na atualidade, os bushels de cada commodity fazem referência a diferentes quantidades de massa. Por exemplo: 1 bushel de milho são 25,4 kg e 1 bushel de trigo são 27,2 kg. http://www.thinkfn.com/wikibolsa/Bushel. Para o século XIX norte-americano usamos a tabela de conversão de unidades: *Table of weights. A table of weights obtained by us from the secretaries of the different states, showing the no. of lbs. which their laws recognize as a bushel of the following articles... Agents, Raymond & Ward*, Chicago, Ill. [c. 1854]. Library of Congress. Printed Ephemera Collection; Portfolio 17, Folder 32a.
DIGITAL ID rbpe 0170320a http://hdl.loc.gov/loc.rbc/rbpe.0170320a
Disponível em: http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/h?ammem/rbpebib:@field%28NUMBER+@band%28rbpe+0170320a%29%29.
A conversão para cada tipo de produto aparece na tabela da nota do anexo número iv do capítulo 1.

xxvi/xxii Amostragem de preços em Richmond, 1840. Estatísticas descritivas (centavos de dólar)

| | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|---|---|
| Milho | 11 | 40 | 50 | 47,27 | 4,1 |
| Farinha de trigo | 12 | 450 | 625 | 503 | 52,02 |
| Trigo | 9 | 90 | 110 | 101,11 | 5,46 |
| Aveia | 12 | 25 | 31 | 28,16 | 2,82 |
| Trigo vermelho | 12 | 95 | 105 | 98,33 | 3,26 |
| Trigo branco | 12 | 100 | 115 | 103,33 | 5,77 |

xxvii/xxiii Amostragem de preços em Richmond, 1846. Estatísticas descritivas (centavos de dólar)

| | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|---|---|
| Milho | 14 | 50 | 65 | 58,21 | 5,41 |
| Farinha de trigo | 13 | 375 | 600 | 493,85 | 75,25 |
| Aveia | 14 | 30 | 44 | 36,29 | 4,87 |
| Trigo vermelho | 15 | 95 | 105 | 100,33 | 2,29 |
| Bacon | 4 | 60 | 70 | 65 | 4,08 |
| Brande de maçã | 12 | 28 | 75 | 34,92 | 12,67 |
| Carne bovina | 16 | 200 | 275 | 234,38 | 31,98 |
| Arroz | 16 | 4 | 11 | 6,94 | 3,28 |
| Sal | 16 | 150 | 165 | 160 | 6,32 |

xxviii/xxiv Matriz do modelo de programa lineal para minimização do custo da dieta de Richmond.

| | **Nutrientes Oferecidos em cada 100 gr Alimento segundo www.nutritiondata.com** | | | | | | | | | **Max Tolerado (100gr)** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Alimentos | Calorias | Proteínas | Carboidratos | Vitamina C | Tiamina | Riboflavina | Niacina | Cálcio | Ferro | |
| Carne Suína | 227 | 27 | 0 | 0 | 1,1 | 1,6 | 19 | 36 | 1,35 | 2,5 |
| Carne Bovina | 250 | 34 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 | 2,55 | 2,5 |
| Carne de Cordeiro | 217 | 27 | 0 | 0 | 0,44 | 1,28 | 19 | 12 | 1,65 | 2,5 |
| Arroz | 130 | 2 | 29 | 0 | 0,88 | 0 | 15,2 | 0 | 1,2 | 3,0 |
| Batata branca | 87 | 2 | 20 | 6,6 | 0,88 | 0,32 | 15,2 | 12 | 0,3 | 3,0 |
| Feijão | 88 | 8 | 18 | 1,8 | 1,1 | 1,6 | 19 | 48 | 1,35 | 3,0 |
| Milho (farinha) | 422 | 8 | 90 | 0 | 4,4 | 0,32 | 3,8 | 12 | 2,25 | 5,0 |
| Trigo (farinha) | 364 | 10 | 76 | 0 | 1,1 | 1,28 | 15,2 | 12 | 3,9 | 5,0 |
| Aveia | 389 | 17 | 66 | 0 | 1,1 | 0,32 | 3,8 | 24 | 1,05 | 3,0 |
| Toucinho | 541 | 37 | 1 | 0 | 0,66 | 0,64 | 19 | 12 | 1,2 | 2,5 |
| Centeio (farinha) | 354 | 9 | 77 | 0 | 0,66 | 0,32 | 3,8 | 12 | 0,45 | 3,0 |
| Manteiga | 717 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 24 | 0 | 0,2 |
| Leite | 100 | 3 | 5 | 0,6 | 0,44 | 1,6 | 7,6 | 144 | 0 | 3,0 |
| Vísceras bovinas | 191 | 29 | 5 | 0,9 | 0,66 | 1,6 | 19 | 12 | 5,4 | 2,5 |
| Laranjas | 47 | 1 | 12 | 26,7 | 1,1 | 0,96 | 7,6 | 84 | 0,15 | 2,5 |
| Ameixa passa | 107 | 1 | 28 | 1,5 | 0,22 | 0,96 | 7,6 | 24 | 0,3 | 2,5 |
| Uva passa | 67 | 1 | 17 | 2,1 | 1,1 | 0,96 | 3,8 | 12 | 0,3 | 2,5 |
| Figo | 74 | 1 | 19 | 0,9 | 0,66 | 0,64 | 3,8 | 48 | 0,3 | 2,5 |
| Maçã | 52 | 0 | 14 | 2,4 | 1,1 | 0,64 | 3,8 | 12 | 0,15 | 2,5 |
| Pêra | 58 | 0 | 15 | 2,1 | 0,22 | 0,32 | 3,8 | 12 | 0,15 | 2,5 |
| **Mínimo Requerido** | 4000 | 100 | | 30 | 1,1 | 1,6 | 19 | 1200 | 15 | |

xxix/xxv Preço (centavos) e quantidade (gramas) de alimentos na dieta de mínimo custo. Richmond, 1840-1847

| | 1840 | | 1842 | | 1847 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Alimento** | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor |
| Carne Suína | 154,76 | $1,07 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Carne Bovina | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Carne de cordeiro | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Arroz | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Batata branca | 0,00 | $0,00 | 100,00 | $0,27 | 300,00 | $0,82 |
| Feijão | 300,00 | $0,97 | 300,00 | $1,03 | 300,00 | $1,09 |
| Farinha milho | 135,71 | $0,32 | 500,00 | $1,09 | 300,00 | $0,95 |
| Farinha trigo | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Aveia | 300,00 | $0,69 | 300,00 | $0,73 | 300,00 | $1,04 |
| Toucinho | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Farinha de Centeio | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Manteiga | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Leite | 300,00 | $0,67 | 300,00 | $1,06 | 300,00 | $1,30 |
| Carne Bovina Segunda | 250,00 | $0,13 | 250,00 | $0,24 | 250,00 | $0,15 |
| Laranja | 250,00 | $0,61 | 250,00 | $0,29 | 250,00 | $1,00 |
| Ameixa passas | 250,00 | $0,87 | 250,00 | $0,32 | 250,00 | $0,56 |
| Uva passas | 250,00 | $0,28 | 250,00 | $0,46 | 250,00 | $0,31 |
| Figo | 250,00 | $0,19 | 250,00 | $0,03 | 250,00 | $1,10 |
| Maças | 250,00 | $0,46 | 250,00 | $0,02 | 250,00 | $0,04 |
| Peras | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| **Total (gramas e centavos)** | **2690,47** | **$6,25** | **3000,00** | **$5,54** | **3000,00** | **$8,36** |
| Total sem vegetais e frutas | | $3,85 | | $4,42 | | $5,35 |
| Carne Bovina Segunda e Milho | | $1,42 | | $2,36 | | $2,19 |

xxx/xvi Impostos pessoais (centavos) dos negros livres, Richmond, 1840-1846. Estatísticas descritivas

| | | 1840 | 1841 | 1842 | 1843 | 1844 | 1845 | 1846 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| N | Válidos | 4 | 25 | 29 | 45 | 44 | 46 | 45 |
| | Perdidos | 42 | 21 | 17 | 1 | 2 | 0 | 1 |
| Média | | 60 | 52,36 | 64,79 | 65,67 | 66,66 | 49,15 | 42,47 |
| Mediana | | 60 | 40 | 40 | 46 | 45 | 32 | 32 |
| Moda | | 60 | 40 | 40 | 46 | 40 | 32 | 32 |
| Percentil | 25 | 37,5 | 40 | 40 | 46 | 40 | 32 | 25 |
| | 50 | 60 | 40 | 40 | 46 | 45 | 32 | 32 |
| | 75 | 82,5 | 40 | 80 | 71 | 65 | 57 | 43,5 |

xxxi /xxvii Amostragem de negócios cartoriais no Rio de Janeiro.

Como comentamos no texto, a amostragem de negócios cartoriais no Rio de Janeiro foi feita com todas as escrituras de valor menor à média do custo das alforrias no ano correspondente mais um desvio padrão. Unicamente se consultou o primeiro oficio de notas com objetivo de manter uma única fonte e com isso ter homogeneidade. Por essa razão não se fez uma amostragem incluindo todos os cartórios da cidade. Também devemos fazer questão de mencionar que todas as escrituras registradas neste cartório nestas duas décadas foram consultadas e para cada uma se determinou se era, ou não, incluída na amostragem.

xxxii /xxviii Valores (réis) registrados nas escrituras segundo o tipo de negócio. Rio de Janeiro, 1840-1846

| Negócio | N | Média | Desvio Padrão | Total | Máximo |
|---|---|---|---|---|---|
| Acordo | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Aforamento | 11 | 67$106,82 | 98$798,48 | 738$175 | 320$000 |
| Aluguel | 54 | 105$459,62 | 158$587,97 | 5.483$900 | 1.000$000 |
| Construção | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Doação | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Empréstimo | 195 | 422$416,74 | 247$006,78 | 82.371$265 | 2.000$000 |
| Liberdade | 6 | 280$000 | 294$957,62 | 1.400$000 | 700$000 |
| Locação | 5 | 40$120 | 51$515,75 | 200$600 | 117$000 |
| Negócio | 1 | 4$100 | 0 | 4$100 | 4$100 |
| Obrigação | 8 | 6$200 | 6$200,46 | 49$600 | 12$000 |
| Pagamento | 38 | 465$105,11 | 376$694,64 | 17.208$889 | 2.400$000 |
| Sublocação | 2 | 103$500 | 136$471,61 | 207$000 | 200$000 |
| Troca | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Venda | 199 | 411$363,63 | 417$042,38 | 81.449$998 | 5.600$000 |

Valores (réis) registrados nas escrituras segundo o tipo de mercadoria. Rio de Janeiro, 1840-1846

| Mercadoria | N | Média | Desvio Padrão | Total | Máximo |
|---|---|---|---|---|---|
| Alimentos | 8 | 6$200 | 6$200,46 | 49$600 | 12$000 |
| Armazém | 1 | 180$000 | 0 | 180$000 | 180$000 |
| Barraca | 1 | 150$000 | 0 | 150$000 | 150$000 |
| benfeitoria | 4 | 332$500 | 229$691,82 | 1.330$000 | 620$000 |
| Casa | 101 | 398$084,3 | 205$580,64 | 39.410$346 | 1000$000 |
| Chácara | 17 | 154$735,29 | 139$127,65 | 2.630$500 | 550$000 |
| Coros | 1 | 4$100 | 0 | 4$100 | 4$100 |
| Dinheiro | 232 | 428$485,52 | 271$646,64 | 98.980$154 | 2400$000 |
| Escrava | 17 | 703$733,33 | 1.376$431,38 | 10.556$000 | 5600$000 |
| Herança | 1 | 300$000 | 0 | 300$000 | 300$000 |
| Hipoteca | 1 | 600$000 | 0 | 600$000 | 600$000 |
| Loja | 1 | 20$000 | 0 | 20$000 | 20$000 |
| Moveis | 1 | 109$970 | 0 | 109$970 | 109$970 |
| Negócio | 1 | 800$000 | 0 | 800$000 | 800$000 |
| Parede | 5 | 133$333,33 | 57$735,03 | 400$000 | 200$000 |
| Posse | 2 | 337$000 | 137$178,72 | 674$000 | 434$000 |
| Posse e benfeitoria | 23 | 277$391,3 | 166$220,48 | 6.380$000 | 600$000 |
| Serviço | 6 | 33$433,33 | 48$901,6 | 200$600 | 117$000 |
| Sitio | 7 | 544$285,71 | 176$243,88 | 3.810$000 | 760$000 |
| Sobrado | 1 | 225$000 | 0 | 225$000 | 225$000 |
| Talua | 1 | 400$000 | 0 | 400$000 | 400$000 |
| Teatro | 1 | 250$000 | 0 | 250$000 | 250$000 |
| Telheiro | 1 | 300$000 | 0 | 300$000 | 300$000 |
| Terreno | 89 | 243$140,89 | 220$181,41 | 21.153$257 | 780$000 |
| Trapiche do Porto | 1 | 200$000 | 0 | 200$000 | 200$000 |

xxxiii /xxix Tipos de negócios registrados no cartório do primeiro quartil de valores. Rio de Janeiro, 1840-1846

| Negócio | Frequência | Porcentagem | Porcentagem Cumulativa |
|---|---|---|---|
| Aforamento de terras | 11 | 2 | 2 |
| Aluguel | 54 | 10 | 12 |
| Empréstimo | 195 | 37 | 49 |
| Liberdade | 6 | 1 | 50 |
| Contrato trabalho | 7 | 1 | 51 |
| Obrigação alimentos | 8 | 2 | 53 |
| Pagamento | 38 | 7 | 60 |
| Venda | 199 | 38 | 98 |
| Outros | 6 | 1 | 100 |
| Total | 524 | 100 | |

Tipos de mercadorias registradas no cartório do primeiro quartil de valores. Rio de Janeiro, 1840-1846

| Mercadoria | Frequência | Porcentagem | Porcentagem Cumulativa |
|---|---|---|---|
| Casas | 101 | 19 | 19 |
| Chácaras e sítios | 24 | 5 | 24 |
| Dinheiro | 232 | 44 | 68 |
| Herança | 1 | 0 | 68 |
| Escravos | 17 | 3 | 71 |
| Estabelecimentos comerciais | 5 | 1 | 72 |
| Objetos e ativos não produtivos | 7 | 1 | 73 |
| Posses e benfeitorias | 29 | 6 | 79 |
| Terrenos | 89 | 17 | 96 |
| Outros | 19 | 4 | 100 |
| Total | 524 | 100 | |

xxxiv /xxx Amostragem de negócios cartoriais em Richmond

Não temos muitas formas de resolver essa questão. A primeira foi cruzando pelos anos das fontes, e só coletamos informação para outorgantes ou outorgados que fizeram negócios em épocas que coincidiam com os impostos ou os livros de registros. Desse jeito, todos os John Adams que apareceram nas escrituras anteriores da Guerra Civil, se poderiam ter transformado num John Adams que fazia um acordo em Wesly Adams em 17 de maio de 1859 (Livro 74B, f:179. Seção Deeds, Richmond. Biblioteca da Virgínia, Richmond). Aliás, o John Adams de nossas fontes apareceu na lista de impostos pessoais de 1857. As chances que *ele* fosse *ele* aumentavam, mas ainda assim não tivemos certeza.

A segunda forma de ganhar confiança no registro era com informações adicionais, por exemplo, o endereço. No entanto, para o período 1840-1846, essa informação estava no Almanaque de Negócios de 1845 onde só apareceram 13 indivíduos. Para eles o problema ficava resolvido. Para os outros que não estavam no Almanaque, mas que tiveram nomes específicos, como por exemplo Virgínia Cunningham, as possibilidades de certeza aumentavam. Por fim, estavam as escrituras que registraram emancipações, pois remetiam para um negro.

Contudo, o John Adams da escritura de 1859, não se encaixou em nenhuma dessas três categorias. Portanto, embora seja muito provável que fosse o John Adams dos impostos de 1857, era só isso: provável. Desse jeito continuamos como no caso do Rio de Janeiro: construindo uma amostragem o mais abrangente possível e com a certeza de que vários dos registros nela podem não ser de negros livres.

xxxv /xxxi Quantidade de bens dos negros livres. Richmond, 1840-1846

| | | **Escravos maiores de 12 anos** | **Equinos e muares** | **Carruagens e veículos** | **Relógios de mão** | **Relógios de parede** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| N | Válidos | 182 | 30 | 4 | 36 | 43 |
| | Sem bens | 58 | 210 | 236 | 204 | 197 |
| Média | | 1,21 | 1,4 | 1 | 1 | 1 |
| Moda | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Desvio Padrão | | 0,5 | 0,68 | 0 | 0 | 0 |
| Máximo | | 4 | 4 | 1 | 1 | 1 |
| Total | | 220 | 42 | 4 | 36 | 43 |

# ANEXO CAPÍTULO 3

xxxvi/i A densidade de kernel e a escolha do cell 5 e o rádio 200 mts foram explicados na nota número. vii deste anexo, que corresponde ao capítulo 2.

xxxvii/ii A escolha do parâmetro 3 para o cálculo das séries de tempo do mercado de trabalho em Richmond foi explicada na nota número xii deste anexo, que corresponde ao capítulo 2

xxxviii/iii A escolha do parâmetro 3 para o cálculo das séries de tempo do mercado de trabalho no Rio de Janeiro foi explicada na nota número xiv deste anexo, que corresponde ao capítulo 2

xxxix/iv Correlação entre arrecadação pela alfândega do porto e pelos impostos do município. Rio de Janeiro, 1850.

Pearson: 0,192
Sig. (2-tailded): 0,551
N (Alfândega): 13
N (Município): 12

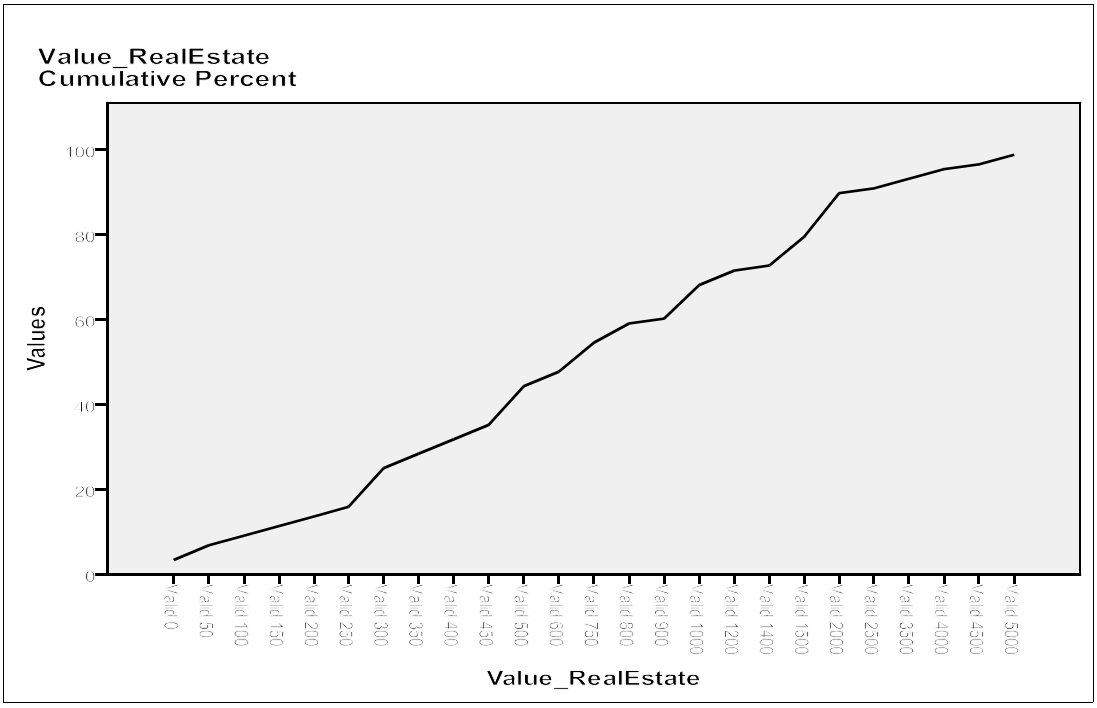
xl/v Pagamento de impostos pessoais pelos negros livres de Richmond, 1847-1850. (centavos de dólar)

| Ano | N | Máximo | Média | Mínimo | Moda | Desvio Padrão | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1847 | 57 | 182 | 36,47 | 10 | 32 | 30,47 | $20,79 |
| 1848 | 38 | 157 | 51,82 | 10 | 32 | 43,71 | $19,69 |
| 1849 | 45 | 267 | 59,24 | 10 | 25 | 60,5 | $26,66 |
| 1850 | 186 | 257 | 101,74 | 13 | 100 | 34,31 | $180,08 |

xli /vi Quantidade de bens dos negros livres. Richmond, 1847-1850

| | | Escravos maiores de 12 anos | | | | Equinos e muares | | | | Carruagens e veículos | | | | Relógios de mão | | | | Relógios de parede | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1847 | 1848 | 1849 | 1850 | 1847 | 1848 | 1849 | 1850 | 1847 | 1848 | 1849 | 1850 | 1847 | 1848 | 1849 | 1850 | 1847 | 1848 | 1849 | 1850 |
| N | Válidos | 57 | 38 | 45 | 186 | 57 | 38 | 45 | 186 | 57 | 38 | 45 | 186 | 57 | 38 | 45 | 186 | 57 | 38 | 45 | 186 |
| | Sem bens | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Média | | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Moda | | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Desvio Padrão | | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 5 | 25 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Máximo | | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 | 2 | 4 | 4 | 30 | 0 | 150 | 40 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | | 33 | 24 | 28 | 25 | 10 | 14 | 28 | 20 | 50 | 0 | 265 | 40 | 5 | 10 | 9 | 7 | 22 | 12 | 12 | 18 |

xlii/vii Histograma cumulativo da riqueza real dos negros livres em Richmond segundo o Censo de 1850




xliii/viii Valores (réis) registrados nas escrituras segundo o tipo de mercadoria. Rio de Janeiro, 1847-1850

| Mercadoria | N | Média | Desvio Padrão | Total | Moda |
|---|---|---|---|---|---|
| Benfeitoria, domínio e posses | 38 | 267$336,84 | 159$205,73 | 10.158$800 | 300$000 |
| Casa | 39 | 437$564,10 | 273$043,35 | 17.065$000 | 600$000 |
| Chácara e sítios | 11 | 234$545,45 | 198$159,72 | 2.580$000 | 400$000 |
| Dinheiro | 168 | 433$863,53 | 159$740.97 | 72.455$209 | 600$000 |
| Escravos | 2 | 700$000 | | 700$000 | 700$000 |
| Outro | 18 | 234$425 | 202$113,34 | 3.750$800 | 300$000 |
| Terreno | 78 | 150$876,35 | 233$319,13 | 11.768$355 | 20$000 |

Valores (réis) registrados nas escrituras segundo o tipo de negócio. Rio de Janeiro, 1847-1850

| Negócio | N | Média | Desvio Padrão | Total |
|---|---|---|---|---|
| Aforamento | 36 | 26$082,08 | 25$253,66 | 938$955 |
| Aluguel | 32 | 151$950,00 | 265$761,14 | 4.862$400 |
| Empréstimo | 128 | 440$044,81 | 163$370,12 | 55.885$691 |
| Outro | 11 | 204$600,00 | 275$303,22 | 1.636$800 |
| Pagamento | 41 | 410$232,15 | 148$239,21 | 16.819$518 |
| Venda | 106 | 361$649,06 | 221$121,65 | 38.334$800 |

xliv/ix Tipos de mercadorias registradas no cartório do primeiro quartil de valores. Rio de Janeiro, 1847-1850

| Mercadoria | Frequência | Porcentagem | Porcentagem Cumulativa |
|---|---|---|---|
| Casa | 39 | 11 | 11 |
| Chácara e Sítio | 11 | 3,1 | 14,1 |
| Dinheiro | 168 | 47,5 | 61,6 |
| Domínio, Posse e Benfeitoria | 38 | 10,7 | 72,3 |
| Escravos | 2 | 0,6 | 72,9 |
| Outro | 18 | 5,1 | 78 |
| Terreno | 78 | 22 | 100,0 |
| Total | 354 | 100,0 | |

Tipos de negócios registrados no cartório do primeiro quartil de valores. Rio de Janeiro, 1847-1850

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem Cumulativa |
|---|---|---|---|
| Aforamento | 36 | 10,2 | 10,2 |
| Aluguel | 32 | 9,0 | 19,2 |
| Empréstimo | 128 | 36,2 | 55,4 |
| Outro | 11 | 3,1 | 58,5 |
| Pagamento | 41 | 11,6 | 70,1 |
| Venda | 106 | 29,9 | 100,0 |
| Total | 354 | 100,0 | |

xlv Amostragem do mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 1850.

| Oferta | Frequência | Porcentagem | Porcentagem Cumulativa |
|---|---|---|---|
| Entrega trabalhador | 17 | 2,7 | 2,7 |
| Escravo para alugar | 20 | 3,2 | 6,0 |
| Livres para contratar | 28 | 4,5 | 10,5 |
| Trabalhador para alugar | 363 | 58,5 | 69,0 |
| Vende escravo | 192 | 31,0 | 100,0 |
| Total | 620 | 100,0 | |

| Procura | Frequência | Porcentagem | Porcentagem Cumulativa |
|---|---|---|---|
| Comprar escravo | 23 | 14,1 | 14,1 |
| Escravo para alugar | 3 | 1,8 | 16,0 |
| Livres para contratar | 11 | 6,7 | 22,7 |
| Necessita Escravo | 2 | 1.2 | 23,9 |
| Precisa trabalhador | 100 | 61.3 | 85,3 |
| Trabalhador para alugar | 24 | 14,7 | 100,0 |
| Total | 163 | 100,0 | |

xlvi /x Amostragem de preços em Richmond, 1850. (centavos de dólar)

| | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|---|---|
| Arroz | 24 | 0,04 | 0,05 | 0,04 | 0 |
| Bacon | 31 | 0,07 | 0,09 | 0,07 | 0,01 |
| Aveia | 26 | 0,33 | 0,53 | 0,43 | 0,06 |
| Milho | 35 | 0,5 | 0,75 | 0,61 | 0,06 |
| Centeio | 10 | 0,58 | 0,68 | 0,66 | 0,03 |
| Batatas | 17 | 0,65 | 0,75 | 0,7 | 0,05 |
| Trigo vermelho | 20 | 1 | 1,1 | 1,04 | 0,04 |
| Trigo branco | 24 | 1,03 | 1,15 | 1,08 | 0,04 |
| Sal | 21 | 1,35 | 1,75 | 1,58 | 0,1 |
| Carne de ovelha | 30 | 1,5 | 4 | 2,53 | 0,84 |
| Carne bovina | 34 | 2 | 4 | 2,96 | 0,5 |
| Peixe | 23 | 4,12 | 4,75 | 4,31 | 0,19 |
| Farinha de trigo | 32 | 4,75 | 5,5 | 5 | 0,24 |

xlvii /xi A explicação do modelo de programação linear para o cálculo da dieta está na nota número xxii deste anexo que corresponde ao capítulo 2. Os dados para o cálculo em Richmond estão na nota número xxviii deste anexo que corresponde ao capítulo 2.

xlviii /xii Preço e quantidade de alimentos na dieta de mínimo custo. Richmond, 1847-1850

| | 1847 | | 1850 | |
|---|---|---|---|---|
| **Alimento** | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor |
| Carne Suína | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Carne Bovina | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Carne de cordeiro | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Arroz | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Batata branca | 300,00 | $0,82 | 0,00 | $0,00 |
| Feijão | 300,00 | $1,09 | 300,00 | $1,09 |
| Farinha milho | 300,00 | $0,95 | 350,00 | $0,86 |
| Farinha trigo | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Aveia | 300,00 | $1,04 | 300,00 | $0,21 |
| Toucinho | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Farinha de Centeio | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Manteiga | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Leite | 300,00 | $1,30 | 300,00 | $0,86 |
| Carne Bovina Segunda | 250,00 | $0,15 | 250,00 | $0,15 |
| Laranja | 250,00 | $1,00 | 250,00 | $0,82 |
| Ameixa passas | 250,00 | $0,56 | 250,00 | $0,54 |
| Uva passas | 250,00 | $0,31 | 250,00 | $0,24 |
| Figo | 250,00 | $1,10 | 250,00 | $0,50 |
| Maças | 250,00 | $0,04 | 250,00 | $0,17 |
| Peras | 0,00 | $0,00 | 250,00 | $0,21 |
| **Total (gramas e centavos)** | **3000,00** | **$8,36** | **3000,00** | **$5,65** |
| Total sem vegetais e frutas | | $5,35 | | $3,17 |
| Carne Bovina Segunda e Milho | | $2,19 | | $2,10 |

xlix /xiii A explicação do modelo de programação linear para o cálculo da dieta está na nota número. xxii deste anexo que corresponde ao capítulo 2. Os dados para o cálculo no Rio de Janeiro estão na nota número xxiii deste anexo que corresponde ao capítulo 2.

l /xiv Preço e quantidade de alimentos na dieta de mínimo custo. Rio de Janeiro, 1847-1850

| | 1847 | | 1850 | |
|---|---|---|---|---|
| **Alimento** | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor |
| Farinha de Mandioca | 414,84 | $25,15 | 226,61 | $5,47 |
| Farinha de Milho | 0,00 | $0,00 | 250,00 | $11,80 |
| Milho Cozido | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Arroz | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Feijão Preto | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Carne Seca | 250,00 | $22,13 | 178,47 | $31,12 |
| Carne Fresca | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Carne Suina | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Toucinho | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Peixe Fresco | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Mingau (Milho) | 200,00 | $5,04 | 200,00 | $5,04 |
| Caldo de Cana | 400,00 | $1,96 | 400,00 | $1,96 |
| Alhos | 20,00 | $0,10 | 20,00 | $0,10 |
| Cebolas | 0,00 | $0,00 | 200,00 | $2,71 |
| Caju | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Goiaba | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Abacaxi | 200,00 | $1,17 | 114,58 | $2,77 |
| Mamão | 200,00 | $4,39 | 200,00 | $1,86 |
| Bananos | 200,00 | $4,98 | 200,00 | $0,65 |
| Laranja | 200,00 | $3,03 | 0,00 | $0,00 |
| Batata dolce | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Inhame | 200,00 | $2,37 | 200,00 | $2,92 |
| Abobrinha | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Couve | 250,00 | $0,97 | 250,00 | $1,44 |
| Nabo | 0,00 | $0,00 | 250,00 | $4,63 |
| Agrião | 250,00 | $4,45 | 250,00 | $0,74 |
| **Total (gramas e reis)** | **2784,84** | **$75,74** | **2939,66** | **$73,20** |
| Total sem verduras e frutas | 1264,84 | $54,27 | 1255,09 | $55,38 |
| Farinha de mandioca e carne seca | 664,84 | $47,27 | 405,09 | $36,58 |

li /xv Amostragem de preços no Rio de Janeiro, 1850. (réis)

| | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|---|---|
| Arroz | 14 | 4$000 | 7$500 | 6$000 | 1$143,544 |
| Carne Seca | 12 | 1$600 | 3$600 | 2$575 | $522,45 |
| Farinha de Mandioca | 11 | 1$600 | 2$000 | 1$800 | $200 |
| Farinha Mandioca Fina | 11 | 2$500 | 3$200 | 2$905,45 | $304,51 |
| Farinha Mandioca Grossa | 11 | 1$200 | 1$700 | 1$445,45 | $169,49 |
| Farinha de milho | 10 | 4$000 | 4$000 | 4$000 | 0 |
| Feijão | 14 | 2$200 | 7$600 | 3$971,43 | 1$631,153 |
| Milho | 14 | 1$600 | 3$800 | 2$564,29 | $822,39 |
| Tapioca | 11 | 6$000 | 9$000 | 7$454,55 | 1$350,08 |
| Toucinho | 12 | 3$200 | 4$000 | 3$533,33 | $411,94 |
| Sal | 3 | $380 | $580 | $506,67 | $110,15 |
| Mate | 3 | 2$000 | 2$000 | 2$000 | 0 |

# ANEXO CAPÍTULO 4

lii /i Preços (dólares) dos escravos em Richmond, 1851-1856

A série de preços foi construída diretamente dos documentos dos seguintes comerciantes em Richmond: Goodwin & Templeman; Turpin, Rufus & Co; Rd. Barton, Hallax, Bolling & Co.. As contas de Goodwin & Templeman e Turpin, Rufus & Co estão disponíveis na Biblioteca da Universidade da Virgínia. Special Collections. Charlottesville. As contas de Rd. Barton, Hallaz, Bolling & Co estão disponíveis na Virginia Historical Society. Richmond. No total, a amostragem tem 207 cativos vendidos entre 1849 e 1856.

| Ano | N | Desvio Padrão | Média |
|---|---|---|---|
| 1849 | 19 | $97,65 | $630 |
| 1850 | 97 | $122,5 | $750 |
| 1851 | 25 | $461,99 | $975 |
| 1852 | 24 | $233,37 | $866,5 |
| 1853 | 3 | $35 | $962,87 |
| 1854 | 4 | $224,82 | $1125 |
| 1855 | 5 | $161,6 | $950 |
| 1856 | 31 | $230,29 | $1.003,75 |

liii /ii Correlações entre preços dos escravos no Rio de Janeiro e Richmond, 1850-1856

| | | Índice do preço normalizado dos escravos em Richmond | Índice do preço normalizado dos escravos no Rio de Janeiro |
|---|---|---|---|
| Índice do preço normalizado dos escravos em Richmond | Pearson | | 0,68 |
| | Sig. (2-tailed) | | 0,06 |
| | N | 8 | 8 |
| Índice do preço normalizado dos escravos no Rio de Janeiro | Pearson | 0,68 | |
| | Sig. (2-tailed) | 0,06 | |
| | N | 8 | 8 |

liv /iii Participação das agências de intermediação de trabalhadores, livres ou escravos. Richmond, 1851-1856. (número de anúncios)

| | N | Mínimo | Máximo | Total | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Procura total | 52 | 0 | 5 | 36 | 0,69 | 1,13 |
| Oferta total | 52 | 1 | 16 | 250 | 4,81 | 3,57 |
| Oferecem só para contratar | 52 | 0 | 6 | 36 | 0,69 | 1,64 |
| Agência Procura | 52 | 0 | 2 | 8 | 0,15 | 0,46 |
| Agência Oferece | 52 | 1 | 16 | 245 | 4,71 | 3,53 |

lv/iv Participação das agências de intermediação de trabalhadores, livres ou escravos. Rio de Janeiro, 1851-1856. (número de anúncios)

| **Número de indivíduos oferecidos por anúncio** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **10** | **12** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Anúncio de provável agência** | 3 | 2 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| **Anúncio de agência** | 97 | 61 | 21 | 9 | 5 | 7 | 0 | 1 | 1 | 1 | 203 |
| **Total oferecido** | 867 | 220 | 37 | 16 | 10 | 11 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1166 |

lvi/v A densidade de kernel e a escolha do cell 5 e o rádio 200 mts foram explicados na nota número vii deste anexo, que corresponde ao capítulo 2

lvii/vi A escolha do parâmetro 3 para o cálculo das séries de tempo do mercado de trabalho no Rio de Janeiro foi explicada na nota número xiv deste anexo, que corresponde ao capítulo 2

lviii/vii A escolha do parâmetro 3 para o cálculo das séries de tempo do mercado de trabalho em Richmond foi explicada na nota número xii deste anexo, que corresponde ao capítulo 2

lix/viii Amostragem do mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 1856.

| **Oferta** | **Frequência** | **Porcentagem** | **Porcentagem cumulativa** |
|---|---|---|---|
| Entrega trabalhador | 13 | 1,1 | 1,1 |
| Escravo para alugar | 51 | 4,3 | 5,4 |
| Livres para contratar | 44 | 3,7 | 9,1 |
| Trabalhador para contratar | 665 | 55,9 | 65 |
| Vende escravo | 417 | 35 | 100 |
| Total | 1190 | 100 | |

| Procura | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativo |
|---|---|---|---|
| Comprar escravo | 29 | 6,3 | 6,3 |
| Escravo para alugar | 19 | 4,1 | 10,4 |
| Livres para contratar | 29 | 6,3 | 16,7 |
| Necessita escravo | 1 | 0,2 | 16,9 |
| Precisa trabalhador | 301 | 65,2 | 82 |
| Trabalhador para alugar | 83 | 18 | 100 |
| Total | 462 | 100 | |

| Quantos trabalhadores por anúncio da oferta | | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativo |
|---|---|---|---|---|
| Válidos | 1 | 867 | 72,9 | 74,4 |
| | 2 | 220 | 18,5 | 93,2 |
| | 3 | 37 | 3,1 | 96,4 |
| | 4 | 16 | 1,3 | 97,8 |
| | 5 | 10 | 0,8 | 98,6 |
| | 6 | 11 | 0,9 | 99,6 |
| | 7 | 1 | 0,1 | 99,7 |
| | 8 | 2 | 0,2 | 99,8 |
| | 10 | 1 | 0,1 | 99,9 |
| | 12 | 1 | 0,1 | 100,0 |
| | Total | 1166 | 98 | |
| Perdidos | Sistema | 24 | 2 | |
| Total | | 1190 | 100 | |

Os 24 anúncios “perdidos” pelo sistema no processamento se referem a anúncios que não eram claros sobre a quantidade de indivíduos que ofereciam. Esse número é a diferencia dos totais das tabelas das notas No. lviii e lvix do anexo deste capítulo.

lx/ix Preços dos alimentos. Rio de Janeiro, 1856 (réis)

| | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|---|---|
| Arroz | 17 | 12$000 | 17$000 | 14$129,41 | $1.218,48 |
| Carne seca | 17 | 3$400 | 7$169 | 5$192,29 | $790,8 |
| Farinha mandioca | 15 | 2$500 | 7$500 | 3$646,67 | $1.431,21 |
| Farinha mandioca fina | 9 | 4$000 | 8$000 | 6$166,67 | $1.391,94 |
| Farinha mandioca grossa | 9 | 2$500 | 5$000 | 3$311,11 | $767,21 |
| Farinha milho | 10 | 4$500 | 9$000 | 6$950 | $1.480,42 |
| Feijão | 13 | 10$000 | 16$000 | 13$307,69 | $1.831.87 |
| Milho | 19 | 4$400 | 8$000 | 6$089,17 | $1.110,5 |
| Sal | 9 | $160 | 1$200 | $846,67 | $372,39 |
| Tapioca | 14 | 8$000 | 9$500 | 8$857,14 | $497,24 |

lxi /x Para os detalhes e explicação do modelo de programação linear ver a nota número xxii deste anexo que se refere ao capítulo 2

lxii/xi Os dados para o cálculo no Rio de Janeiro estão na nota número xxiii deste anexo que corresponde ao capítulo 2

lxiii/xii Preço e quantidade de alimentos na dieta de mínimo custo. Rio de Janeiro, 1850-1857

| | 1850 | | 1853 | | 1856 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Alimento** | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor |
| Farinha de Mandioca | 226,61 | $5,47 | 226,61 | $11,82 | 461,77 | $21,55 |
| Farinha de Milho | 250,00 | $11,80 | 250,00 | $20,67 | 0,00 | $0,00 |
| Milho Cozido | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Arroz | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Feijão Preto | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Carne Seca | 178,47 | $31,12 | 178,47 | $41,86 | 83,33 | $26,44 |
| Carne Fresca | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 122,52 | $35,94 |
| Carne Suina | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Toucinho | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Peixe Fresco | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Mingau (Milho) | 200,00 | $5,04 | 200,00 | $5,04 | 200,00 | $5,04 |
| Caldo de Cana | 400,00 | $1,96 | 400,00 | $1,96 | 400,00 | $1,96 |
| Alhos | 20,00 | $0,10 | 20,00 | $0,10 | 20,00 | $0,10 |
| Cebolas | 200,00 | $2,71 | 200,00 | $2,71 | 200,00 | $3,04 |
| Caju | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Goiaba | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Abacaxi | 114,58 | $2,77 | 114,58 | $2,30 | 200,00 | $4,88 |
| Mamão | 200,00 | $1,86 | 200,00 | $1,97 | 200,00 | $0,51 |
| Bananos | 200,00 | $0,65 | 200,00 | $1,93 | 200,00 | $4,26 |
| Laranja | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 200,00 | $4,04 |
| Batata dolce | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Inhame | 200,00 | $2,92 | 200,00 | $2,35 | 200,00 | $2,62 |
| Abobrinha | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Couve | 250,00 | $1,44 | 250,00 | $0,26 | 250,00 | $6,16 |
| Nabo | 250,00 | $4,63 | 250,00 | $1,27 | 250,00 | $0,48 |
| Agrião | 250,00 | $0,74 | 250,00 | $4,63 | 250,00 | $2,17 |
| **Total (gramas e reis)** | **2939,66** | **$73,20** | **2939,66** | **$98,86** | **3237,63** | **$119,18** |
| Total sem verduras e frutas | 1255,09 | $55,38 | 1255,09 | $81,35 | 1267,63 | $90,93 |
| Farinha de mandioca e carne seca | 405,09 | $36,58 | 405,09 | $53,68 | 545,1 | $47,99 |

lxiv/xiii Os dados para o cálculo em Richmond estão na nota número xxviii deste anexo que corresponde ao capítulo 2

lxv/xiv Preço e quantidade de alimentos na dieta de mínimo custo. Richmond, 1850-1856

| **Alimento** | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Carne Suína | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Carne Bovina | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Carne de cordeiro | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Arroz | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Batata branca | 0,00 | $0,00 | 300,00 | $0,72 | 0,00 | $0,00 |
| Feijão | 300,00 | $1,09 | 300,00 | $1,21 | 300,00 | $1,27 |
| Farinha milho | 350,00 | $0,86 | 300,00 | $0,77 | 500,00 | $1,31 |
| Farinha trigo | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Aveia | 300,00 | $0,21 | 300,00 | $0,94 | 300,00 | $0,73 |
| Toucinho | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Farinha de Centeio | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Manteiga | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 | 0,00 | $0,00 |
| Leite | 300,00 | $0,86 | 300,00 | $1,00 | 300,00 | $1,20 |
| Carne Bovina Segunda | 250,00 | $0,15 | 250,00 | $0,20 | 250,00 | $0,28 |
| Laranja | 250,00 | $0,82 | 250,00 | $0,07 | 250,00 | $0,08 |
| Ameixa passas | 250,00 | $0,54 | 250,00 | $0,22 | 250,00 | $1,11 |
| Uva passas | 250,00 | $0,24 | 250,00 | $0,39 | 250,00 | $0,09 |
| Figo | 250,00 | $0,50 | 250,00 | $0,42 | 250,00 | $1,00 |
| Maças | 250,00 | $0,17 | 0,00 | $0,00 | 100,00 | $0,29 |
| Peras | 250,00 | $0,21 | 250,00 | $0,54 | 250,00 | $0,05 |
| **Total (gramas e centavos)** | **3000,00** | **$5,65** | **3000,00** | **$6,48** | **3000,00** | **$7,42** |
| Total sem vegetais e frutas | | $3,17 | | $4,84 | | $4,78 |
| Carne Bovina Segunda e Milho | | $2,10 | | $2,18 | | $2,86 |

lxvi /xv Preços dos alimentos. Richmond, 1856 (centavos de dólar)

| | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|---|---|
| Bacon | 40 | 0,09 | 0,15 | 0,11 | 0,02 |
| Carne bovina | 32 | 3 | 9 | 6,17 | 1,91 |
| Brande de maçã | 5 | 0,75 | 0,75 | 0,75 | 0 |
| Manteiga | 36 | 0,12 | 0,3 | 0,22 | 0,05 |
| Milho | 36 | 0,55 | 0,82 | 0,69 | 0,07 |
| Figos | 12 | 0,15 | 0,18 | 0,17 | 0,02 |
| Peixe | 15 | 4,25 | 6 | 5,28 | 0,47 |
| Farinha | 32 | 6,25 | 9,5 | 7,86 | 1,09 |
| Carne suína | 23 | 7,5 | 9,5 | 8,78 | 0,64 |
| Kalsins | 14 | 4 | 5 | 4,5 | 0,38 |
| Carne de terneira | 14 | 2 | 5 | 3,05 | 1,04 |
| Gordura | 14 | 0,11 | 0,15 | 0,12 | 0,01 |
| Limão | 16 | 3,5 | 8,5 | 5,5 | 1,75 |
| Aveia | 32 | 0,33 | 0,45 | 0,42 | 0,04 |
| Laranja | 17 | 3,5 | 9 | 6,18 | 2,1 |
| Batatas | 15 | 0,75 | 1 | 0,85 | 0,09 |
| Uvas passas | 8 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0 |
| Trigo vermelho | 30 | 1,35 | 1,85 | 1,55 | 0,14 |
| Arroz | 20 | 0,05 | 0,07 | 0,06 | 0 |
| Centeio | 16 | 0,7 | 1,1 | 0,86 | 0,12 |
| Sal | 17 | 1,2 | 1,9 | 1,72 | 0,16 |
| Carne de ovelha | 34 | 2,5 | 5 | 3,88 | 1,17 |
| Trigo branco | 30 | 1,45 | 1,95 | 1,64 | 0,14 |

lxvii /xvi Tipos de negócios registrados no cartório para o primeiro quartil de valores. Rio de Janeiro, 1851-1856

| Negócio | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativa |
|---|---|---|---|
| Aforamento | 102 | 12,1 | 12,1 |
| Aluguel | 62 | 7,3 | 19,4 |
| Empréstimo | 162 | 19,2 | 38,6 |
| Outro | 135 | 16 | 54,6 |
| Pagamento | 74 | 8,8 | 63,3 |
| Venda | 310 | 36,7 | 100 |
| Total | 845 | 100 | |

Tipos de mercadorias registradas no cartório para o primeiro quartil de valores. Rio de Janeiro, 1851-1856

| Mercadoria | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativo |
|---|---|---|---|
| Casa | 101 | 12 | 12 |
| Chácara e sítio | 20 | 2,4 | 14,3 |
| Dinheiro | 235 | 27,8 | 42,1 |
| Domínio, posse e benfeitoria | 80 | 9,5 | 51,6 |
| Escravos | 8 | 0,9 | 52,5 |
| Outros | 225 | 26,6 | 79,2 |
| Terrenos | 176 | 20,8 | 100 |
| Total | 845 | 100 | |

lxviii/xvii Valor total dos tipos de bens dos negros livres. Richmond, 1851-1856 (Dólares)

| | Escravos | Objetos domésticos | Móveis de casa e cozinha | Investimentos de capital |
|---|---|---|---|---|
| 1851 | $28.275 | $150 | | 0 |
| 1852 | $14.722 | $990 | $1.995 | $6.550 |
| 1853 | $21.186 | $1.447 | $1.135 | $5.964 |
| 1854 | $25.875 | $1.912 | $1.830 | $8.270 |
| 1855 | $19.000 | $2.088 | $2.990 | $9.600 |
| 1856 | $7.021 | $1.351 | $2.155 | $7.000 |

lxix/xviii Valores (réis) registrados nas escrituras do primeiro quartil de valores segundo o tipo de negócio. Rio de Janeiro, 1851-1856

| Negócio | N | Média | Desvio Padrão | Total |
|---|---|---|---|---|
| Aforamento | 102 | 25$265,88 | 49$072,01 | 2.577$120 |
| Aluguel | 62 | 319$319,90 | 331$384,29 | 19.797$834 |
| Empréstimo | 162 | 650$161,72 | 312$149,08 | 105.326$198 |
| Outro | 135 | 252$147,42 | 354$163,04 | 7.816$570 |
| Pagamento | 74 | 683$024,07 | 305$724,85 | 50.543$781 |
| Venda | 310 | 573$733,72 | 344$040,18 | 174.988$785 |

lxx/xix Valores (réis) registrados nas escrituras do primeiro quartil de valores segundo o tipo de mercadoria. Rio de Janeiro, 1851-1856

| Mercadoria | N | Média | Desvio Padrão | Total |
|---|---|---|---|---|
| Casa | 101 | 537$439,87 | 400$522,70 | 52.131$667 |
| Chácara e sítio | 20 | 621$400,00 | 333$455,97 | 12.428$000 |
| Dinheiro | 235 | 660$723,31 | 310$511,65 | 155.269$979 |
| Domínio, posse e benfeitoria | 80 | 488$187,50 | 336$886,57 | 39.055$000 |
| Escravos | 8 | 683$333,33 | 284$312,04 | 2.050$000 |
| Outro | 225 | 442$152,02 | 360$133,12 | 55.711$155 |
| Terreno | 176 | 253$739,93 | 346$099,17 | 44.404$487 |

lxxi/xx Pagamento de impostos pessoais pelos negros livres de Richmond, 1851-1856. (centavos de dólar/dólar)

| | N | Média | Moda | Máximo | Mínimo | Percentil 05 | Percentil 25 | Percentil 75 | Percentil 95 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1851 | 221 | 1,01 | 1 | 2,38 | 0,12 | 0,38 | 1 | 1 | 1,38 | $222,94 |
| 1852 | 177 | 1,13 | 1 | 9,82 | 0,54 | 1 | 1 | 1 | 1,96 | $199,13 |
| 1853 | 106 | 1,27 | 1 | 12,01 | 0,07 | 0,6 | 1 | 1 | 2,01 | $134,35 |
| 1854 | 105 | 1,27 | 1 | 12,53 | 0,2 | .60 | 1 | 1 | 2,2 | $133,62 |
| 1855 | 119 | 1,24 | 1 | 17,9 | 0,1 | 0,8 | 1 | 1 | 1,95 | $147,34 |
| 1856 | 111 | 1,38 | 1 | 29,79 | 0,2 | 1 | 1 | 1 | 2,4 | $147,48 |

lxxii/xxi Patrimônio total dos negros livres, Richmond, 1851-1856 (Dólares)

| | N | Total |
|---|---|---|
| Negros livres (indivíduos) | 771 | 771 |
| Escravos (indivíduos) | 97 | 118 |
| Equinos e muares | 31 | $4.300 |
| Bovinos, caprinos | 15 | $288 |
| Carruagens e veículos | 10 | $990 |
| Relógios de mão | 31 | $1.192 |
| Relógios de parede | 50 | $188 |
| Pianos e harpas | 6 | $650 |
| Ouro e prata | 11 | $330 |
| Objetos de cozinha | 80 | $10.105 |
| Dinheiro | 9 | $30.670 |
| Capital | 2 | $600 |
| Todos os outros objetos | 10 | $5.825 |
| Total | 63 | $33.511 |
| Título de dívida pública | 1 | $289 |
| Total pago em impostos | 835 | $98.486 |

# ANEXO CAPÍTULO 5

lxxiii /i Correlação das ações bancárias no Rio de Janeiro, 1857-1860

| | | Banco do Brasil | Banco Rural e Hipotecário |
|---|---|---|---|
| **Bando do Brasil** | Pearson | 1 | 0,489** |
| | Sig. (2-tailed) | | 0 |
| | N | 208 | 136 |
| **Banco Rural e Hipotecário** | Pearson | 0,489** | 1 |
| | Sig. (2-tailed) | 0 | |
| | N | 136 | 137 |

**. Correlação é significante num nível 0,01 (2-tailed).

lxxiv /ii Correlação das ações bancárias em Richmond, 1857-1860

| | | Exchange Bank | Farmers´ Bank | Bank of Virginia |
|---|---|---|---|---|
| **Exchange Bank** | Pearson | 1 | 0,964** | 0,717** |
| | Sig. (2-tailed) | | ,000 | ,000 |
| | N | 120 | 118 | 118 |
| **Farmers´ Bank** | Pearson | 0,964** | 1 | 0,778** |
| | Sig. (2-tailed) | ,000 | | ,000 |
| | N | 118 | 120 | 119 |
| **Bank of Virginia** | Pearson | 0,717** | 0,778** | 1 |
| | Sig. (2-tailed) | ,000 | ,000 | |
| | N | 118 | 119 | 120 |

**. Correlação é significante num nível 0,01 (2-tailed).

lxxv/iii Interpolação das séries de tempo dos preços ações bancárias do Rio de Janeiro e Richmond, 1857-1860

| Variável Resultado | N de substituição de valores perdidos | Número de casos de valores não perdidos | | N de casos válidos | Função de geração |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Primeira | Última | | |
| Índice Rio de Janeiro | 47 | 1 | 257 | 257 | LINT |
| Índice Richmond | 117 | 1 | 239 | 239 | LINT |

lxxvi /iv Correlação entre índices dos preços das ações bancárias do Rio de Janeiro e Richmond, 1857-1860

| | | Índice Rio de Janeiro | Índice Richmond |
|---|---|---|---|
| **Índice Rio de Janeiro** | Pearson | 1 | 0,04 |
| | Sig. (2-tailed) | | 0,5 |
| | N | 257 | 239 |
| **Índice Richmond** | Pearson | 0,04 | 1 |
| | Sig. (2-tailed) | 0,5 | |
| | N | 239 | 239 |

lxxvii/v Amostragem de preços no Rio de Janeiro, 1860. (réis)

| | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|---|---|
| Arroz | 41 | 9$000 | 16$000 | 12$146,34 | 2$171,53 |
| Carne Seca | 42 | $400 | 5$000 | 3$128,57 | 1$057,67 |
| Farinha Mandioca Fina | 22 | 9$000 | 15$000 | 12$454,55 | 1$969,46 |
| Farinha Mandioca Grossa | 21 | 3$500 | 7$000 | 5$647,62 | $973,46 |
| Feijão | 22 | 9$000 | 17$000 | 11$568,18 | 2$269,34 |
| Milho | 21 | 4$500 | 8$000 | 5$728,57 | 1$064,02 |
| Sal | 21 | $520 | $880 | $715,71 | $110,98 |
| Tapioca | 21 | 10$000 | 14$000 | 12$690,48 | 1$042,55 |

lxxviii/vi Amostragem de preços no Richmond, 1860. (centavos de dólar)

| | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
|---|---|---|---|---|---|
| Bacon | 15 | 0,07 | 0,18 | 0,12 | 0,02 |
| Feijão | 4 | 0,75 | 1,5 | 1,06 | 0,38 |
| Carne bovina | 4 | 2,5 | 4,5 | 3,69 | 0,9 |
| Milho | 15 | 0,55 | 0,8 | 0,68 | 0,08 |
| Farinha | 9 | 6,25 | 8,5 | 7 | 0,79 |
| Aveia | 8 | 0,3 | 0,55 | 0,4 | 0,08 |
| Batatas | 4 | 0,7 | 0,85 | 0,78 | 0,06 |
| Trigo vermelho | 12 | 1,1 | 1,4 | 1,28 | 0,1 |
| Arroz | 14 | 0,04 | 0,63 | 0,12 | 0,18 |
| Centeio | 11 | 0,6 | 0,84 | 0,69 | 0,07 |
| Sal | 10 | 1,25 | 1,85 | 1,57 | 0,18 |
| Trigo branco | 15 | 1,2 | 1,65 | 1,49 | 0,13 |

lxxix/vii A escolha do parâmetro 3 para o cálculo das séries de tempo do mercado de trabalho em Richmond foi explicada na nota número xii deste anexo, que corresponde ao capítulo 2

lxxx/viii Escravos fornecidos nos anúncios do *Richmond Enquirer* segundo o mês do ano. 1860

| Mês | Média de escravos por anúncio | Moda de escravos por anúncio | Total escravos oferecidos |
|---|---|---|---|
| 3 | 47 | 50 | 140 |
| 4 | 36 | 40 | 145 |
| 7 | 21 | 0 | 106 |
| 8 | 33 | 25 | 163 |
| 11 | 18 | 0 | 90 |
| 12 | 29 | 50 | 228 |

lxxxi/ix Participação das agências de intermediação no mercado de trabalho no Rio de Janeiro, 1860

| | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativa |
|---|---|---|---|
| Indivíduos anunciados por não agência | 1161 | 77,4 | 77,4 |
| Indivíduos oferecidos por provável agência | 31 | 2,1 | 79,5 |
| Indivíduos oferecidos por agência | 308 | 20,5 | 100 |
| Total | 1500 | 100 | |

lxxxii/x Amostragem do mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 1860.

| Oferta | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativa |
|---|---|---|---|
| Entrega trabalhador | 32 | 2,1 | 2,1 |
| Escravo para alugar | 56 | 3,7 | 5,9 |
| Livres para contratar | 76 | 5,1 | 10,9 |
| Trabalhador para alugar | 900 | 60,0 | 70,9 |
| Vende escravo | 436 | 29,1 | 100 |
| Total | 1500 | 100 | |

| Procura | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativa |
|---|---|---|---|
| Comprar escravo | 30 | 4,7 | 4,7 |
| Escravo para alugar | 21 | 3,3 | 7,9 |
| Livres para contratar | 84 | 13,1 | 21,0 |
| Necessita Escravo | 5 | ,8 | 21,8 |
| Precisa trabalhador | 439 | 68,4 | 90,2 |
| Trabalhador para alugar | 63 | 9,8 | 100,0 |
| Total | 642 | 100,0 | |

lxxxiii/xi A escolha do parâmetro 3 para o cálculo das séries de tempo do mercado de trabalho no Rio de Janeiro foi explicada na nota número xiv deste anexo, que corresponde ao capítulo 2

lxxxiv/xii Preços (dólar) dos escravos em Richmond, 1857-1860.

| Ano | N | Desvio Padrão | Média |
|---|---|---|---|
| 1857 | 4 | 85,39 | 787,5 |
| 1858 | 18 | 226,48 | 803,06 |
| 1859 | 10 | 299,19 | 1016,5 |
| 1860 | 8 | 263 | 953,13 |

A série de preços foi construída diretamente dos documentos dos comerciantes Turpin, Rufus & Co em Richmond. As contas estão disponíveis na Biblioteca da Universidade da Virgínia. Special Collections. Charlottesville. No total, a amostragem tem 40 cativos vendidos entre 1857 e 1860.

lxxxv/xiii Para os detalhes e explicação do modelo de programação linear ver a nota número xxii deste anexo que se refere ao capítulo 2

lxxxvi/xiv Os dados para o cálculo no Rio de Janeiro estão na nota número xxiii deste anexo que corresponde ao capítulo 2

lxxxvii /xv Preço e quantidade de alimentos na dieta de mínimo custo. Rio de Janeiro, 1860

| | 1860 | |
|---|---|---|
| **Alimento** | Quantidade | Valor |
| Farinha de Mandioca | 433,91 | $17,36 |
| Farinha de Milho | 0,00 | $0,00 |
| Milho Cozido | 0,00 | $0,00 |
| Arroz | 0,00 | $0,00 |
| Feijão Preto | 0,00 | $0,00 |
| Carne Seca | 232,45 | $82,65 |
| Carne Fresca | 0,00 | $0,00 |
| Carne Suina | 0,00 | $0,00 |
| Toucinho | 0,00 | $0,00 |
| Peixe Fresco | 0,00 | $0,00 |
| Mingau (Milho) | 200,00 | $5,04 |
| Caldo de Cana | 400,00 | $1,96 |
| Alhos | 20,00 | $0,10 |
| Cebolas | 200,00 | $0,54 |
| Caju | 0,00 | $0,00 |
| Goiaba | 0,00 | $0,00 |
| Abacaxi | 0,00 | $0,00 |
| Mamão | 176,33 | $2,57 |
| Bananos | 200,00 | $3,15 |
| Laranja | 0,00 | $0,00 |
| Batata dolce | 0,00 | $0,00 |
| Inhame | 200,00 | $4,08 |
| Abobrinha | 200,00 | $2,43 |
| Couve | 250,00 | $3,18 |
| Nabo | 250,00 | $2,68 |
| Agrião | 250,00 | $5,35 |
| **Total (gramas e reis)** | **3012,68** | **$131,06** |
| Total sem verduras e frutas | 1266,36 | $107,00 |
| Farinha de mandioca e carne seca | 666,36 | $100,00 |

lxxxviii/xvi Os dados para o cálculo em Richmond estão na nota número xxviii deste anexo que corresponde ao capítulo 2

lxxxix /xvii Preço e quantidade de alimentos na dieta de mínimo custo. Richmond, 1860

| | 1860 | |
|---|---|---|
| **Alimento** | Quantidade | Valor |
| Carne Suína | 0,00 | $0,00 |
| Carne Bovina | 0,00 | $0,00 |
| Carne de cordeiro | 0,00 | $0,00 |
| Arroz | 0,00 | $0,00 |
| Batata branca | 300,00 | $0,72 |
| Feijão | 300,00 | $1,27 |
| Farinha milho | 500,00 | $1,49 |
| Farinha trigo | 0,00 | $0,00 |
| Aveia | 300,00 | $0,83 |
| Toucinho | 0,00 | $0,00 |
| Farinha de Centeio | 0,00 | $0,00 |
| Manteiga | 0,00 | $0,00 |
| Leite | 300,00 | $1,47 |
| Carne Bovina Segunda | 250,00 | $0,25 |
| Laranja | 250,00 | $0,72 |
| Ameixa passas | 250,00 | $0,96 |
| Uva passas | 0,00 | $0,00 |
| Figo | 250,00 | $0,55 |
| Maças | 250,00 | $0,79 |
| Peras | 50,00 | $0,16 |
| **Total (gramas e centavos)** | **3000,00** | **$9,22** |
| Total sem vegetais e frutas | | $6,03 |
| Carne Bovina Segunda e Milho | | $3,00 |

xc /xviii Valores (réis) das escrituras do primeiro quartil registradas segundo o tipo de negócio. Rio de Janeiro, 1857-1860

| **Negócio** | **N** | **Mínimo** | **Máximo** | **Média** | **Desvio Padrão** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Aforamento | 66 | $100 | 250$000 | 20$483,85 | 33$553,42 | 1.331$450 |
| Aluguel | 41 | 15$000 | 1.500$000 | 418$682,93 | 484$396,66 | 17.166$000 |
| Empréstimo | 103 | 150$000 | 2.000$000 | 938$041,56 | 388$893,10 | 96.618$281 |
| Outro | 124 | $400 | 1.600$000 | 344$512,00 | 585$022,28 | 8.612$800 |
| Pagamento | 38 | 200$000 | 1.622$925 | 862$176,11 | 361$765,14 | 32.762$692 |
| Venda | 338 | 50$000 | 9.000$000 | 1.042$035,33 | 715$884,07 | 351.165$907 |

Valores (réis) das escrituras do primeiro quartil registradas segundo o tipo de mercadoria. Rio de Janeiro, 1857-1860

| Mercadoria | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Casa | 87 | 15$000 | 1800$000 | 851$586,21 | 533$205,41 | 74.088$000 |
| Chácara e sítio | 8 | 100$000 | 1500$000 | 965$714,29 | 515$326,99 | 6.760$000 |
| Dinheiro | 141 | 150$000 | 2000$000 | 915$578,38 | 382$607,90 | 128.180$973 |
| Domínio, posse e benfeitoria | 89 | 100$000 | 9000$000 | 912$908,06 | 1.027$909,87 | 80.335$909 |
| Escravos | 72 | 450$000 | 3600$000 | 1595$384,62 | 469$976,15 | 103.700$000 |
| Outros | 174 | $400 | 2218$000 | 694$765,45 | 582$616,64 | 58.360$298 |
| Terrenos | 139 | $100 | 2240$000 | 407$477,90 | 507$449,38 | 56.231$950 |

xci/xix Escrituras do primeiro quartil registradas segundo o tipo de negócio. Rio de Janeiro, 1857-1860

| Negócio | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativa |
|---|---|---|---|
| Aforamento | 66 | 9,3 | 9,3 |
| Aluguel | 41 | 5,8 | 15,1 |
| Empréstimo | 103 | 14,5 | 29,6 |
| Outro | 124 | 17,5 | 47,0 |
| Pagamento | 38 | 5,4 | 52,4 |
| Venda | 338 | 47,6 | 100 |
| Total | 710 | 100 | |

Escrituras do primeiro quartil registradas segundo o tipo de mercadoria. Rio de Janeiro, 1857-1860

| Mercadoria | Frequência | Porcentagem | Porcentagem cumulativa |
|---|---|---|---|
| Casa | 87 | 12,3 | 12,3 |
| Chácara e sítio | 8 | 1,1 | 13,4 |
| Dinheiro | 141 | 19,9 | 33,2 |
| Domínio, posse e benfeitoria | 89 | 12,5 | 45,8 |
| Escravos | 72 | 10,1 | 55,9 |
| Outro | 174 | 24,5 | 80,4 |
| Terreno | 139 | 19,6 | 100 |
| Total | 710 | 100 | |

xcii /xx A densidade de kernel e a escolha do cell 5 e o rádio 200 mts foram explicados na nota número vii deste anexo, que corresponde ao capítulo 2

xciii /xxi Pagamento de impostos pessoais pelos negros livres de Richmond, 1857-1860. (centavos de dólar/dólar($))

| | N | Média | Máximo | Moda | Percentil 05 | Percentil 95 | Percentil 99 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1857 | 291 | 118,70 | $25,72 | 100 | 14 | 241 | 640 | $345,43 |
| 1858 | 246 | 112,63 | $20,24 | 100 | 20 | 232 | 620 | $277,07 |
| 1859 | 72 | 108,18 | $4,60 | 100 | 20 | 246 | 460 | $77,89 |
| 1860 | 487 | 130,20 | $32,40 | 20 | 10 | 247 | 661 | $634,07 |

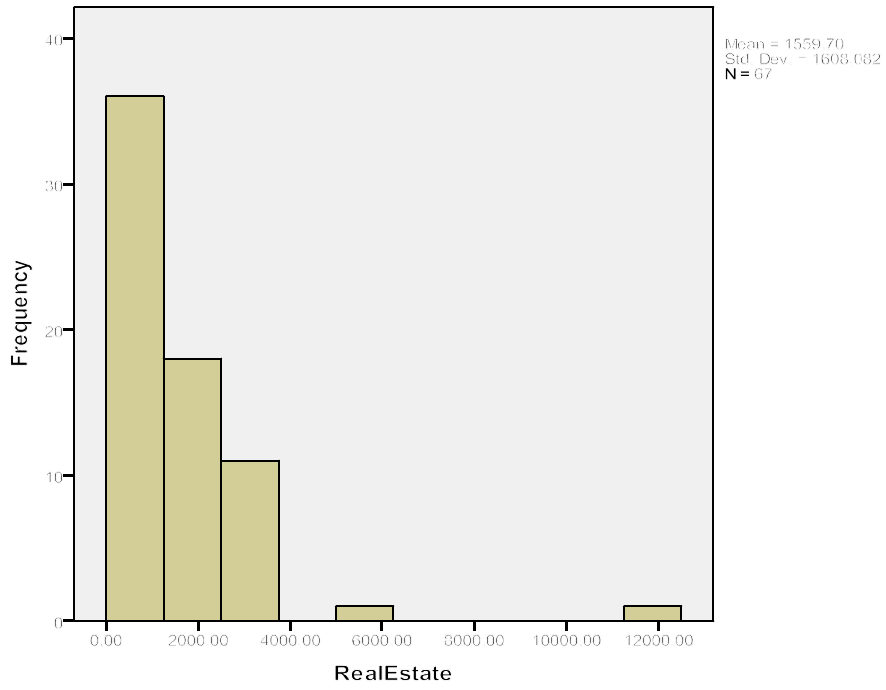
xciv /xxii Valor total agregado do patrimônio dos negros livres de Richmond, 1857-1860 (dólares)

| | N | Média | Máximo | Moda | Percentil 05 | Percentil 95 | Percentil 99 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1857 | 188 | $110,91 | $6.180 | $50 | $10 | $282 | $1.710 | $20.852,00 |
| 1858 | 162 | $146,59 | $7.250 | $50 | $10 | $200 | $4.810 | $23.747,50 |
| 1859 | 46 | $67,11 | $393 | $50 | $20 | $200 | $393 | $3.087,00 |
| 1860 | 416 | $71,02 | $1.330 | $50 | $20 | $168 | $852 | $29.544,00 |

xcv /xxxiii Valor total dos tipos de bens dos negros livres. Richmond, 1857-1860 (Dólares)

| | Escravos | Objetos domésticos | Móveis de casa e cozinha | Investimentos de capital |
|---|---|---|---|---|
| 1857 | $26.775 | $3.816,50 | $9.330 | $7.750 |
| 1858 | $22.484 | $2.862,50 | $7.939 | $6.060 |
| 1859 | $10.165 | $658 | $2.620 | ,00 |
| 1860 | $49.562,76 | $9.221 | $19.180 | $485 |

xcvi / xxiv Histograma de frequências para as categorias de riqueza (dólares) imobiliária dos negros livres. Richmond, 1860




xcvii/xxv Correlação entre riqueza pessoal e riqueza imobiliária dos negros livres de Richmond, 1860

| | | Riqueza imobiliária | Riqueza pessoal |
|---|---|---|---|
| **Riqueza imobiliária** | Pearson | | 0,875** |
| | Sig. (2-tailed) | | |
| | N | 67 | 39 |
| **Riqueza pessoal** | Pearson | ,875** | |
| | Sig. (2-tailed) | | |
| | N | 39 | 60 |

**. Correlação é significante num nível 0,01 (2-tailed)